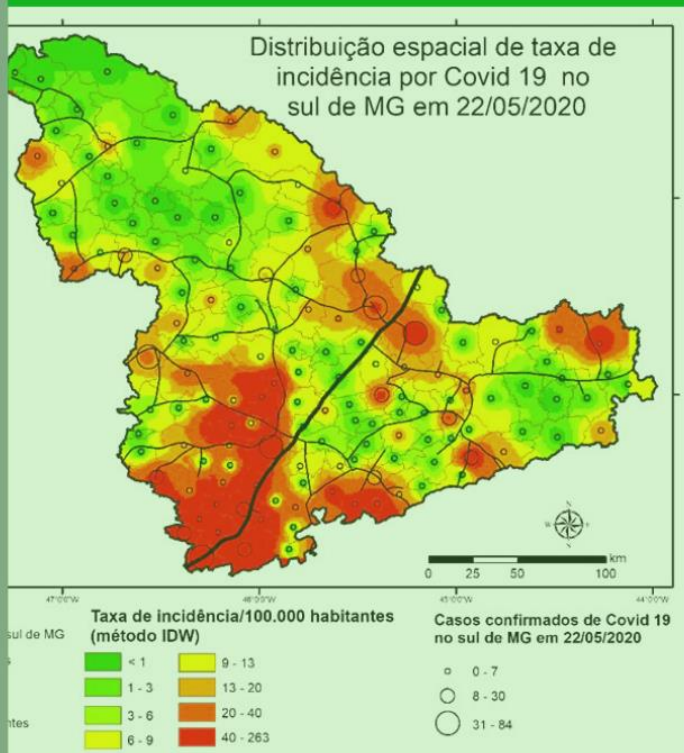


Flamarion Dutra Alves
Sandra de Castro de Azevedo
Organizadores

ANÁLISES GEOGRÁFICAS SOBRE O TERRITÓRIO BRASILEIRO: Dilemas estruturais à Covid-19



FLAMARION DUTRA ALVES
SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO

ORGANIZADORES

ANÁLISES GEOGRÁFICAS SOBRE O TERRITÓRIO BRASILEIRO

DILEMAS ESTRUTURAIIS À COVID-19

ALVES e AZEVEDO (Orgs.)

ANÁLISES GEOGRÁFICAS SOBRE O TERRITÓRIO BRASILEIRO

1ª Edição
Alfenas-MG
UNIFAL-MG
2020

© 2020 Direitos reservados aos autores. Direito de reprodução do livro é de acordo com a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19

Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/ebooks>



Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 Centro - Alfenas - Minas Gerais
- Brasil - CEP: 37.130-001

Reitor: Sandro Amadeu Cerveira

Vice-reitor: Alessandro Antonio Costa Pereira

Sistema de Bibliotecas da UNIFAL-MG / SIBI/UNIFAL-MG

Organizadores: Flamarion Dutra Alves e Sandra de Castro de Azevedo.

Editoração, Revisão: Flamarion Dutra Alves.

Edição e arte: Flamarion Dutra Alves.

Apoio à editoração: Marlom César da Silva

Capa: Flamarion Dutra Alves, GEOATIVA Júnior.

Contra-capas: Flamarion Dutra Alves

Órgão de fomento: CAPES

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central – Campus Sede

A532 **Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19. / Flamarion Dutra Alves, Sandra de Castro de Azevedo (Organizadores) – Alfenas -- MG : Editora Universidade Federal de Alfenas, 2020.**
357 f.: il. –

ISBN: 978-65-86489-20-0. (e-book)

Vários autores

Inclui Bibliografia.

1. Geografia Humana. 2. Geografia Física. 3. Sociedade. 4. Território.
5. Pandemia. I. Alves, Flamarion Dutra (org.). II. Azevedo, Sandra de Castro de. (org.). III. Título.

CDD- 910

Ficha Catalográfica elaborada por Marlom Cesar da Silva
Bibliotecário-Documentalista CRB6/2735

CONSELHO CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. Danilo Piccoli Neto (Universidade Federal de Santa Catarina)
Prof. Dr. Emerson Ribeiro (Universidade Regional do Cariri)
Profª Drª Gilsélia Lemos Moreira (Universidade Estadual de Santa Cruz)
Prof. Dr. Lutiane Queiroz de Almeida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Profª Drª Michele Lindner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga (Universidade Estadual de Londrina)

REALIZAÇÃO



www.unifal-mg.edu.br/ppgeo



www.capes.gov.br

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
<i>Vera Lúcia Salazar Pessôa</i>	
Apresentação.....	10
<i>Flamarion Dutra Alves e Sandra de Castro de Azevedo</i>	
PARTE I - GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E DILEMAS ESTRUTURAIS	
Fazendo geografias feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas.....	14
<i>Joseli Maria Silva Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar Vagner André Moraes Pinto</i>	
Cidades também para mulheres: uma perspectiva generificada do espaço.....	29
<i>Clarice Cassab</i>	
Reprodução social e organização comunitária pelas mulheres: “Programa Minha Casa Minha Vida” em Alfenas-MG.....	40
<i>Clara Ribeiro Silva</i>	
A evolução das relações de trabalho na cafeicultura do Sul de Minas e o papel da mão de obra feminina: apanhadoras de café de Divisa Nova-MG.....	57
<i>Glaucione Raimundo Ana Rute do Vale</i>	
A economia colonial do café e o trabalho análogo ao escravo no Sul de Minas Gerais.....	74
<i>Adriano Pereira Santos Jorge Ferreira dos Santos Filho</i>	
Manifestações culturais identitárias nos espaços rural e urbano.....	92
<i>Sônia de Souza Mendonça Menezes</i>	
A diversidade do tecido social e cultural na Serra dos Tapes/RS.....	111
<i>Giancarla Salamoni</i>	
Ruralidade e as cidades pequenas no Sul de Minas Gerais.....	127
<i>Flamarion Dutra Alves</i>	
Ruralidade, paisagem e territorialidade: a Festa de São Benedito em Machado-MG.....	140
<i>Jhonatan da Silva Corrêa Flamarion Dutra Alves</i>	
Da geografia regional ao IBGE: uma discussão teórica e sua aplicabilidade no rural contemporâneo.....	155
<i>Ana Ivania Alves Fonseca Paulo Cicero Borges Lopes Marcela Alves Fonseca</i>	
PARTE II - GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E COVID-19	
Geografia e cidadania em tempo de pandemia da COVID-19.....	173
<i>Maria Adélia Aparecida de Souza Clímaco César Siqueira Dias Gil Carlos Silveira Porto</i>	

A contribuição da geografia para análise da COVID-19.....	189
<i>Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira</i>	
<i>Rodrigo José Pisani</i>	
Desdobramentos da COVID-19 sob a ótica geográfica.....	210
<i>Caio Faria da Cunha Barbosa Adorno</i>	
A educação sem escola: o ensino remoto emergencial, a função social da educação e a desigualdade social.....	219
<i>Sandra de Castro de Azevedo</i>	
O trabalho remoto em uma cidade pequena de Minas Gerais: da legislação estadual à identidade docente.....	232
<i>André de Paula Silva</i>	
O ensino remoto na rede municipal de ensino de Alfenas: um caminho possível?.....	242
<i>Thays Alexandre Salles</i>	
Realidade virtual e aprendizagem flexível: experiências nos cursos de geografia da Universidade British Columbia, Campus Vancouver (Canadá), e da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) (BRASIL).....	257
<i>Clibson Alves dos Santos</i>	
<i>Gil Carlos Silveira Porto</i>	
<i>Beatriz Reneis Luiz</i>	
Agricultura e alimentação no contexto da pandemia do novo coronavírus: da crise alimentar estrutural a soberania alimentar.....	271
<i>Lorena Izá Pereira</i>	
<i>Estevan Coca</i>	
Alimentação, questão agrária e seus desdobramentos políticos e socioeconômicos no cenário brasileiro.....	284
<i>Alexandre Elias de Miranda Teodoro</i>	
Concentração do dióxido de nitrogênio (no2) e internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).....	295
<i>Daniel Hideki Bando</i>	
<i>Marcelo de Oliveira Latuf</i>	
Pandemias sob os olhares da biogeografia médica: os complexos patogênicos e a COVID-19.....	316
<i>Roberto Marques Neto</i>	
<i>Sarah Lawall</i>	
O olhar da biogeografia sobre a questão da pandemia.....	335
<i>Pedro Sousa Silva de Paula Ribeiro</i>	
Sobre os autores.....	346

PREFÁCIO

A abordagem temática do livro *Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à COVID-19* justifica-se na medida em que é relevante o papel da Geografia em proporcionar condições teórico-metodológicas para a discussão de questões sociais, econômicas, culturais e também aquelas relacionadas à educação e à qualidade de vida dos sujeitos envolvidos no processo de construção do território.

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan (China), um acontecimento relacionado à saúde, causado por um vírus que parecia ser mais um entre tantos, transformou a dinâmica da vida das pessoas. Um paciente foi hospitalizado com COVID-19. Naquele momento não se tinha a dimensão do que estava previsto para 2020. A pandemia de COVID-19 espalhou-se e atravessou fronteiras, sem distinção. O medo e a preocupação tomaram (e continuam tomando) conta das pessoas pela forma como os sintomas apareceram. Todos ficaram vulneráveis porque não houve preparo para enfrentar a pandemia.

O que fazer diante desse caos que atingiu a saúde em todos os lugares? O número de mortes assustava os noticiários! O isolamento foi o ponto de partida para tentar conter a expansão da doença, pois já se podia avaliar que as aglomerações eram um dos tipos de situação vulnerável. As instituições de ensino estavam na lista de lugares suscetíveis. Sem muito tempo para pensar na situação, a forma encontrada de evitar o aumento da doença foram as atividades em *home office*. As instituições educacionais, em suas três instâncias (ensino fundamental, médio e superior), sem preparo para esse “novo normal”, tiveram de se adequar para cumprir o calendário proposto para o ano de 2020. A educação, nos âmbitos nacional e internacional, reinventou-se. Os desafios têm sido grandes diante da carência de recursos para comprar os equipamentos fundamentais a ser usados pelos alunos: *notebook*, *desktop*, *tablet* ou celular. As dificuldades para o seu uso estão relacionadas à desigualdade de acesso às tecnologias, pois nem todos, infelizmente, têm oportunidade, por exemplo, de ter um bom sinal de internet.

Nesse contexto, como forma de ampliar o debate acerca da “crise” instaurada pela COVID-19, um grupo de professores preocupados com a situação que se impunha ao ensino criaram os “Colóquios Geográficos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)”. Realizado nos meses de junho e julho e de forma virtual, o evento foi importante para proporcionar o debate sobre geografia e território, com enfoque em dilemas estruturais e COVID-19.

A interlocução decorrente do alto nível das discussões feitas pelo grupo nas mesas-redondas apresentadas durante os colóquios resultou na elaboração de 22 capítulos para este

livro, construído a várias mãos e organizado em duas partes pelos professores Flamarion Dutra Alves e Sandra de Castro Azevedo.

A Parte I, “Geografia, território e dilemas estruturais”, contém 10 capítulos que perpassam pelas discussões sobre gênero, relações de trabalho na cafeicultura, manifestações culturais, diversidade do tecido social e cultural, ruralidade, paisagem, territorialidade e a questão regional. Os capítulos estão assim organizados: 1) “Fazendo geografias feministas: apontamentos sobre as desobediências epistemológicas” (Joseli Maria Silva, Tamires Regina Aguiar de Oliveira César, Vagner André Morais Pinto); 2) “Cidades também para mulheres: uma perspectiva generificada do espaço” (Clarice Cassab); 3) “Reprodução social e organização comunitária pelas mulheres: programa Minha Casa Minha Vida em Alfenas, Minas Gerais” (Clara Ribeiro Silva); 4) “A evolução das relações de trabalho na cafeicultura do Sul de Minas e o papel da mão de obra feminina: apanhadoras de café de Divisa Nova - MG” (Glauciane Raimundo e Ana Rute do Vale); 5) “A economia colonial do café e o trabalho análogo ao escravo no Sul de Minas Gerais” (Adriano Pereira Santos e Jorge Ferreira dos Santos Filho); 6) “Manifestações culturais identitárias nos espaços rural e urbano” (Sônia de Souza Mendonça Menezes); 7) “A diversidade do tecido social e cultural na Serra dos Tapes - RS” (Giancarla Salamoni); 8) “Ruralidade e as cidades pequenas no Sul de Minas Gerais” (Flamarion Dutra Alves); 9) “Ruralidade, paisagem e territorialidade: a festa de São Benedito em Machado - MG” (Jhonatan da Silva Corrêa e Flamarion Dutra Alves); 10) “Da geografia regional ao IBGE: uma discussão teórica e sua aplicabilidade no rural contemporâneo” (Ana Ivânia Alves Fonseca, Paula Cícero Borges Lopes e Marcela Alves Fonseca).

A Parte II, “Geografia, território e COVID-19”, é composta de 12 capítulos e mostra os reflexos da doença a partir de contribuições da Geografia, do Sensoriamento Remoto, da Biogeografia Médica e da Biogeografia para entender o momento atual no ensino, na alimentação e na saúde das pessoas. Os capítulos estão assim organizados: 11) “Geografia e cidadania em tempo de pandemia da COVID-19” (Maria Adélia Aparecida de Souza, Clímaco César Siqueira Dias e Gil Carlos Silveira Porto); 12) “A contribuição da geografia para análise da COVID-19” (Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira e Rodrigo José Pisani); 13) “Desdobramentos da COVID-19 sob a ótica geográfica” (Caio Faria da Cunha Barbosa Adorno); 14) “A educação sem escola: o ensino remoto emergencial, a função social da educação e a desigualdade social” (Sandra de Castro de Azevedo); 15) “O trabalho remoto em uma cidade pequena de Minas Gerais: da legislação estadual à identidade docente” (André de Paula Silva); 16) “O ensino remoto na rede municipal de ensino de Alfenas: um caminho possível?” (Thays Alexandre Salles); 17) “Realidade virtual e aprendizagem flexível: experiências nos cursos de geografia da Universidade British Columbia, Campus Vancouver (Canadá), e da

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) (BRASIL)” (Clibson Alves dos Santos, Gil Carlos Silveira Porto e Beatriz Reneis Luiz); 18) “Agricultura e alimentação no contexto da pandemia do novo coronavírus: da crise alimentar estrutural à soberania alimentar” (Lorena Izá Pereira e Estevan Coca); 19) “Alimentação, questão agrária e seus desdobramentos políticos e socioeconômicos no cenário brasileiro” (Alexandre Elias de Miranda Teodoro); 20) “Concentração do dióxido de nitrogênio (NO₂) e internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (Daniel Hideki Bando e Marcelo de Oliveira Latuf); 21) “Pandemias sob olhares da biogeografia médica: os complexos patogênicos e a COVID-19” (Roberto Marques Neto e Sarah Lawl); 22) “O olhar da biogeografia sobre a questão da pandemia” (Pedro Sousa Silva de Paula Ribeiro).

A qualidade dos textos está expressa nas reflexões possíveis de ser feitas a partir das práticas, resultantes do conhecimento de cada autor, sobre a temática discutida. As discussões constituíram um verdadeiro debate científico durante os Colóquios.

A leitura dos capítulos suscita questionamentos sobre a Geografia e o território para entender os dilemas estruturais e a COVID-19. A reunião de vários autores contribuiu para o debate científico sobre o objetivo do livro, ou seja, apresentar a discussão sobre a COVID-19 em tempo real, conforme se dá a expansão da pandemia no país e no mundo.

O livro, portanto, tem seu mérito não apenas por estimular o debate sobre os temas propostos, mas sobretudo por deixar registrada a contribuição da Geografia e de áreas afins para a compreensão dos fatos ocorridos no ano de 2020, convidando o leitor para ser também sujeito deste momento e parte desta história.

Vera Lúcia Salazar Pessôa

Professora titular e ex-professora, do PPGEU/UFU e PPGEU/UFCAT

Primavera /2020

APRESENTAÇÃO

O ano de 2020 ficará na memória de todas as pessoas, pela existência da pandemia da COVID-19. Esse vírus que se alastrou pelo mundo todo e causou, e ainda causa, milhares de mortes diárias e já levou a vida de milhões de pessoas em todo mundo.

A pandemia alterou a dinâmica da vida das pessoas no mundo todo, o distanciamento social e o isolamento foram algumas das soluções encontradas para evitar a propagação do vírus, conjuntamente com o uso de máscaras e a higienização constante das mãos.

Dentro deste contexto, a internet passa a ser o principal instrumento de trabalho, e no mundo acadêmico não foi diferente. Esse recurso foi e é essencial para manter a comunicação, e manter uma rotina de trabalho e estudos, dentro das possibilidades e limitações que tal técnica impõe.

Entretanto, mesmo com esse recurso técnico aproximando pessoas e integrando numa mesma mesa redonda virtual, pesquisadores e espectadores de várias partes do mundo, o Brasil ainda detém índices precários de acesso à internet, onde 33% das residências no Brasil não tem acesso à internet; 56% das pessoas que acessam internet regularmente, só acessam pelo celular; 51% dos acessos em celular são pré-pagos; 30% dos acessos em celular são em 2G (de baixa qualidade); 56% da população rural não tem acesso à internet; 60% da população das classes D e E (mais pobres) não tem acesso à internet e somente 33% do acesso nas residências são de fibra ótica (alta qualidade) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020¹)

Apesar de toda essa situação de desigualdade de acesso, a internet continua sendo o recurso que possibilita a continuidade das atividades em situação de distanciamento e isolamento social que se faz necessário, enquanto não houver vacinas aprovadas, no Brasil, para produzir anticorpos contra o novo coronavírus, uma vez que estudos indicam que somente após a imunização é que as pessoas poderão retomar suas interações socioespaciais cotidianas.

Diante desse cenário, o Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas - MG, decidiu realizar uma série de *lives* denominado Colóquios Geográficos do PPGeo UNIFAL-MG “A GEOGRAFIA NO ESPAÇO VIRTUAL: Desdobramentos da COVID-19 e análises da realidade brasileira sob diferentes perspectivas”² entre os meses de junho e julho de 2020, com o objetivo de debater assuntos ligados a COVID-19 e também sobre questões estruturais da ciência geográfica, congregando pesquisadores(as) de várias universidades do Brasil.

¹ FONTE: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/cerca-de-70-milhoes-no-brasil-tem-acesso-precario-a-internet-na-pandemia.shtml?fbclid=IwAR2_SaSzVY1uemaeGhb1UeCMFVRxX7VTYOweuFAH6k-yB8QM3UrwSd4slJc

² Site do evento: <https://www.unifal-mg.edu.br/ppgeo/coloquios-geograficos/>

As *lives* foram momentos de encontros virtuais que possibilitaram uma aproximação e de certo modo um acolhimento em um momento muito crítico para as pessoas que se viam isoladas e confusas com toda a nova situação que se impunha.

A transmissão foi feita pelo canal do PPGE UNIFAL-MG no Youtube³, e ao todo foram 11 mesas redondas com mais de 20 horas de transmissão ao vivo, com quase 10 mil visualizações (Dezembro de 2020).

Há que se destacar a participação de discentes e docentes do PPGE UNIFAL-MG para realização desse evento, sem o empenho e coragem de todos em enfrentar esse “novo” ambiente de trabalho, nada disso teria acontecido.

O livro então, surgiu da necessidade de registrar em um único arquivo, os textos referentes as mesas redondas, para que possa servir como leitura e referência sobre esses assuntos, bem como contribuir para a sociedade. Assim, o livro está dividido em duas partes. A primeira parte “Geografia, Território e Dilemas Estruturais” traz os capítulos referentes a problemas e questões rotineiras, presentes na agenda de pesquisa da Geografia. A segunda parte “Geografia, Território e Covid-19” traz os capítulos ligados a problemática da pandemia da COVID-19, e como a geografia tem trabalhado no entendimento desse processo, seja em questões teórico-metodológicas ou no planejamento.

Em um ano, em que as novidades impostas pelas aulas remotas, devido aos problemas epidemiológicos, demandaram demasiado esforços no trabalho acadêmico associado à tensões socioeconômicos e emocionais, exigindo dos professores e alunos equilíbrio para um processo de reinvenção, a publicação de um livro com 22 textos e seus 35 autores (as) é sem dúvida uma conquista para todos(as) envolvidos(as).

Esse é o objetivo de um Programa de Pós-graduação em Geografia e da Universidade Pública, estimular a produção do conhecimento, refletir sobre os problemas que afetam a sociedade, auxiliar nas demandas da sociedade e propor ações e intervenções na melhoria da vida da população.

Flamarion Dutra Alves
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia UNIFAL-MG

Sandra de Castro de Azevedo
Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Geografia UNIFAL-MG

.....

³ <https://www.youtube.com/programadeposgraduacaoemgeografiaunifalmg>

GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E DILEMAS ESTRUTURAIS

Fazendo Geografias Feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas

Joseli Maria Silva
joseli.genero@gmail.com

Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar
tamioliveiracesar@gmail.com

Vagner André Moraes Pinto
vampmoraes@gmail.com

Introdução

Este capítulo tem por objetivo evidenciar a contribuição das geografias feministas para compreensão das dinâmicas de poder do campo científico, trazendo a prática da desobediência epistemológica como forma de construir visibilidade das mulheres na produção científica.

Uma das maiores contribuições da perspectiva feminista para a contestação da ideia ocidental de ciência como uma produtora de verdades absolutas foi a ideia do conhecimento situado. O conhecimento situado de Haraway (1988) tem como prerrogativa trazer para a esfera dos limites humanos a compreensão da realidade e as influências do tempo e espaço que são próprias da existência de um (a) pesquisador (a). A posição de quem pesquisa é fundamental para a construção de suas teorias e, portanto, nenhum conhecimento é absoluto, mas parcial, relativo e temporário.

Partindo desse princípio, nossa posição é de que o saber científico é produzido por pessoas corporificadas que operam relações simbólicas e econômicas em redes de poder em múltiplas e simultâneas escalas espaciais. Assim, a corporalidade, o local de onde uma pessoa fala também se constituem em elementos que conferem poder e legitimação de determinadas produções científicas. Esse processo de trabalho, como aponta Silva (2009) precisa ser analisado para que se possa compreender a força que determinadas teorias ou formas de compreensão da realidade conquistam legitimidade e hegemonias.

A localização de homens e mulheres na produção científica expressa um sistema de privilégios que nem sempre são visibilizados porque a base conceitual que é utilizada para a compreensão da realidade da geografia da produção científica é equivocada para revelar uma organização que distribui de forma desigual as condições de produção e legitimação de saberes produzidos por mulheres e homens na geografia. O gênero importa com um dos elementos instituidores de poderes, mas que é negligenciado, criando a falsa ideia de que os espaços acadêmicos estruturam a legitimação de conhecimentos apenas com base na validação científica dos modelos de análise que são empregados nos processos investigativos.

Para cumprir o objetivo proposto, utilizamos três fontes de dados. Uma delas é o conjunto de 17636 artigos que fazem parte 90 periódicos on-line da área de geografia, classificados pelo

Sistema Qualis-CAPES em todos os estratos⁴ de qualificação, conforme avaliação do triênio 2013-2015⁵. Outra fonte foi a Plataforma Sucupira, utilizada para coletar os dados dos cursos de Pós-graduação em geografia do ano base de 2017. Além disso, foram realizadas vinte entrevistas com dez mulheres e dez homens, docentes pesquisadores da área da geografia que participam de programas de pós-graduação de instituições paranaenses. A escolha dessas pessoas foi determinada pela alta produtividade na publicação de artigos científicos e pelo elevado índice de citações (índice h)⁶. O conteúdo discursivo foi sistematizado por análise de conteúdo, conforme Bardin (1977) e a metodologia proposta por Silva e Silva (2016)⁷.

O texto está organizado em duas seções. Na primeira seção evidenciamos a tradição epistemológica masculina na produção acadêmica e as desvantagens das mulheres, apesar da crescente feminização do campo da geografia no Brasil. Na segunda seção demonstramos que apenas quando enfrentamos os limites epistemológicos estabelecidos pelo campo científico é que conseguimos trazer a compreensão de como o gênero é um elemento importante na estruturação dos poderes que se estabelecem na geografia brasileira.

Poder e tradição epistemológica da geografia

Nós entendemos a ciência como um campo de relações de poder em que pessoas produtoras de conhecimento disputam visões de mundo, recursos econômicos e prestígio, estabelecendo hierarquias em diferentes contextos epistemológicos, conforme também aponta Fourez (1995). Cada contexto epistemológico é constituído por elementos próprios, humanos e não humanos, instrumentos e culturas que criam sistemas de compreensão próprios, compondo uma ‘geografia da produção científica geográfica’. A ciência não é fruto do mero acaso, mas das ações humanas repletas de interesses e subjetividades, conforme Morin (1996). Bourdieu (1989 e 2004) propõe a ideia de campo científico em que são estabelecidas regras e condutas próprias para as relações das pessoas que entram em disputas para conquista de legitimidade e prestígio.

Geógrafas feministas, desde o final do século passado têm chamado a atenção para as relações de poder na produção científica como McDowell (1999) e Rose (1993). As assimetrias de gênero na produção científica constituem um debate recente na sociedade brasileira e tem ganhado cada vez mais expressão. Estudos como Silva (2009), Cesar (2015 e 2019), Pinto (2014, 2017), Silva, Cesar e Pinto (2015), Pinto e Silva (2016) têm denunciado essa assimetria e procurado trazer os elementos compreensivos da implicação do gênero na produção geográfica.

4 Os estratos criados pelo Sistema-Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) são os seguintes, partindo da posição mais alta para a mais baixa, segundo o ranking de qualidade estabelecido: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5.

5 Esta coleção faz parte de um repositório de responsabilidade do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) chamado Observatório da Geografia Brasileira.

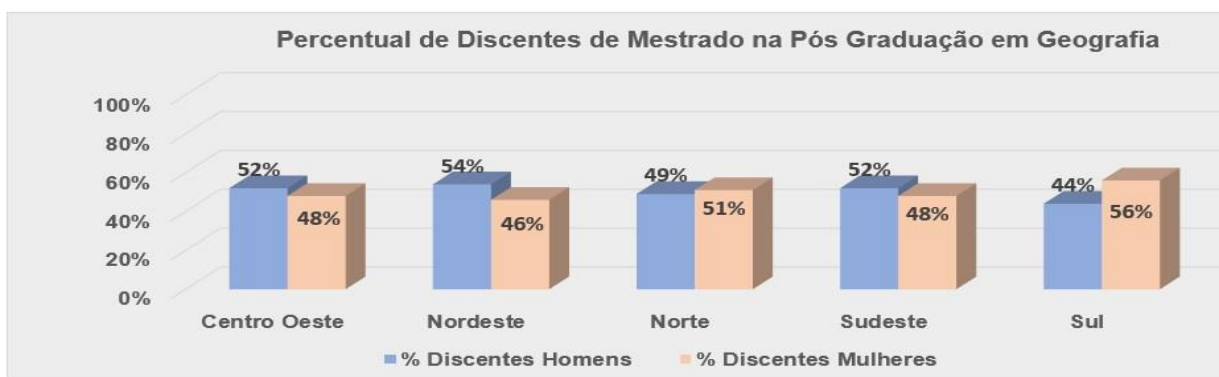
6 O índice h é uma métrica que possibilita identificar as produções intelectuais e suas respectivas citações, o que permite uma ideia da influência de determinada teoria no campo científico.

7 Este capítulo foi escrito com base em um recorte de investigações realizadas sistematicamente pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) desde 2006.

O crescimento do número de cursos de pós-graduação em Geografia no Brasil após os anos 2000 é um dos elementos que provocou a ampliação da comunidade científica geográfica em termos quantitativos, sendo que a participação feminina nos cursos de mestrado e doutorado também foi acrescida. Dos sessenta cursos que em 2017 estavam com dados disponíveis na Plataforma Sucupira no Brasil, 66,6% deles foram criados no século XXI e conforme Sant’ana Neto (2014), houve um processo de interiorização da pós-graduação no território nacional, com objetivo de diminuição das disparidades regionais do Brasil.

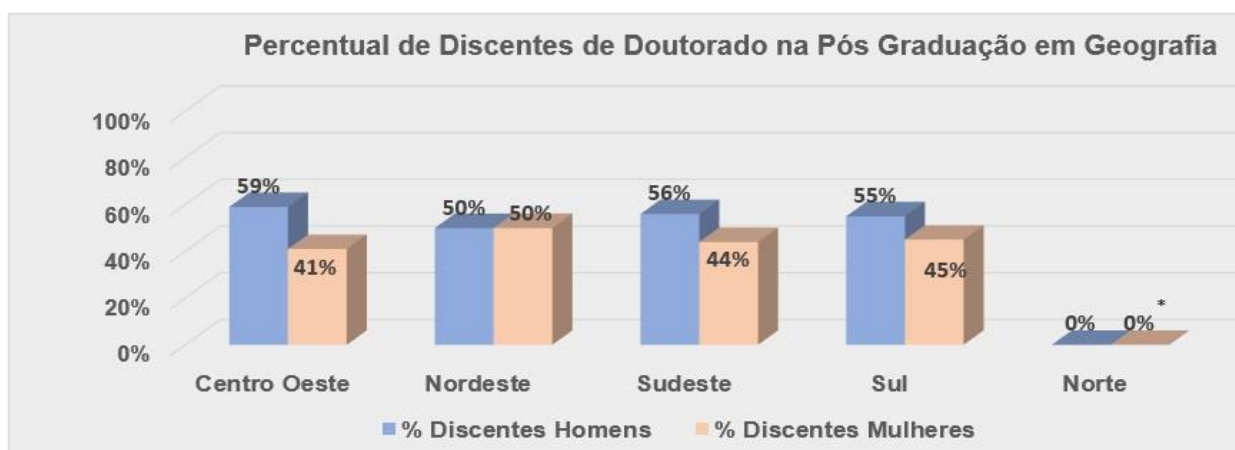
Além disso, a dispersão espacial possibilitou o maior acesso das mulheres aos cursos de pós-graduação. As disparidades de gênero com superioridade masculina, ainda é uma realidade, entretanto, as diferenças são pequenas, havendo alguns casos em que as mulheres já são a maioria do corpo discente como no nível do mestrado nas regiões norte e sul. No nível do doutorado a diferença entre homens e mulheres é maior, com predominância dos estudantes do sexo masculino. Os gráficos 1 e 2 evidenciam a distribuição por sexo do corpo discente da pós-graduação brasileira.

Gráfico 1 - Percentual de discentes de mestrado na pós-graduação em geografia no Brasil.



Org. CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira, 2017. Fonte: Plataforma Sucupira 2017

Gráfico 2 - Percentual de discentes de doutorado na pós-graduação em geografia no Brasil.

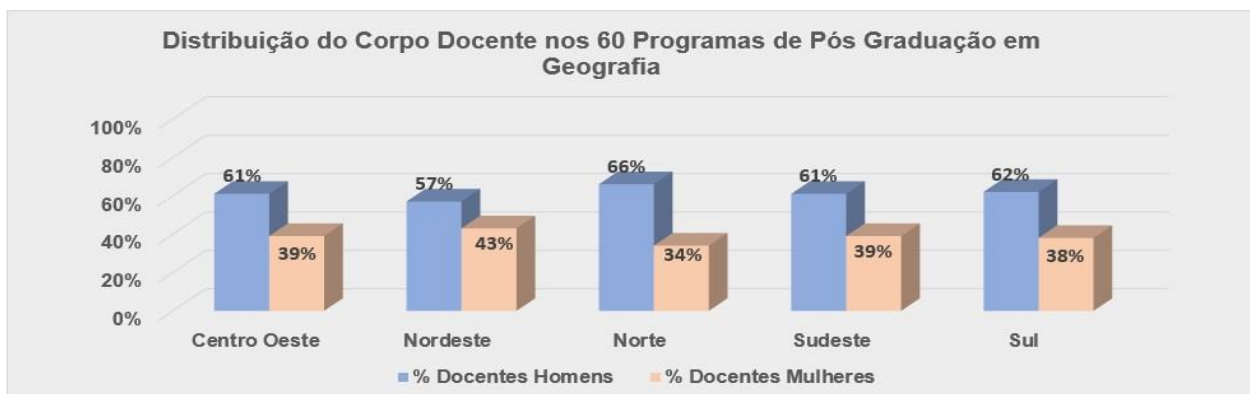


Org. CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira, 2017. Fonte: Plataforma Sucupira 2017

* A região norte é representada por 0%, pois é a única região que não consta discentes de doutorado titulados. (Programas recentes)

No que diz respeito ao quadro de docentes por sexo, pode-se dizer que a diferença é maior do que entre estudantes. O gráfico 3 evidencia a distribuição de docentes por sexo entre as regiões brasileiras.

Gráfico 3 - Distribuição do corpo docente nos 60 programas de pós-graduação em geografia no Brasil.

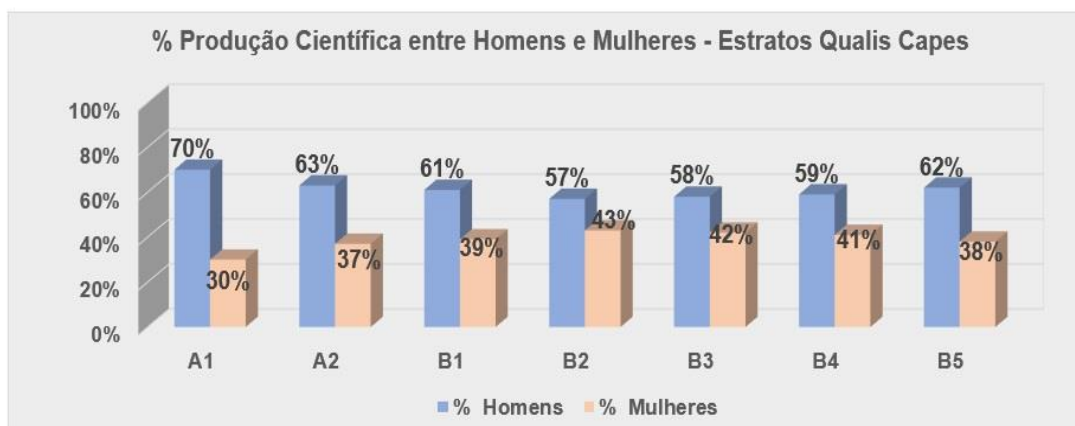


Org. CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira, 2017. Fonte: Plataforma Sucupira 2017

Se entre discentes há um equilíbrio maior entre os sexos, pode-se afirmar que há uma tendência de crescimento da equidade de gênero na pós-graduação em geografia no Brasil, desde que as variáveis que atuam nesse processo permaneçam.

Além desse quadro de forte presença feminina na geografia brasileira evidenciado nos números apresentados sobre docentes e discentes, as mulheres também possuem representatividade na produção de artigos científicos. Do total de 17636 artigos científicos analisados, 39,8% são de autoria feminina e 60,2% de autoria masculina. As mulheres produzem em menor quantidade do que os homens, mas o que nos chamou maior atenção é o fato de que os homens possuem maior expressão nos periódicos considerados de maior qualificação pelo Sistema Qualis-Capes e a diferença entre os homens e mulheres diminui nos periódicos classificados nos estratos inferiores. As mulheres possuem maior dificuldade em publicar em periódicos de maior prestígio e impacto acadêmico, conforme pode ser visto no gráfico 4.

Gráfico 4 - Percentual da produção científica entre homens e mulheres no Brasil.



Org. CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira, 2017. Fonte: Banco de dados GETE – 90 periódicos *on line* da Geografia brasileira. Triênio 2013-2015, porcentagem com base em 17.636 artigos armazenados no banco citado.

Além do perfil masculino que marca as revistas científicas com maior qualificação que estão nos estratos A1, A2 e B1, podemos afirmar que são também os homens que possuem maior impacto de suas teorias no campo científico da geografia brasileira, conforme a análise do índice h. Os homens conquistam as posições mais elevadas, sendo que entra as dez primeiras posições figuram apenas três mulheres, como pode ser visto no quadro 1.

Quadro 1- Autores com maior influência teórica na geografia brasileira.

PESQUISADOR (A)	INSTITUIÇÃO	IH
Milton Santos (In Mem.)	USP	>50
Paul Claval (Estrangeiro)	USP	42
Roberto Lobato Correa	UFRJ	38
Bertha K. Becker (In Mem.)	UFRJ	38
Bernardo Mançano Fernandes	UNESP PP	32
Ana Fani Alessandri Carlos	USP	29
Rogério Haesbaert Da Costa	UFF	29
Carlos Walter Porto Gonçalves	UFF	28
Francisco De Assis Mendonça	UFPR	28
Maria Encarnação Sposito	UNESP PP	28
Ruy Moreira	UFF	28
Maria Laura Silveira	USP	24
Manuel Correia De Andrade (In M.)	USP	24

Fonte: Google Acadêmico: Índice H. Acesso em Julho de 2017.

Org: Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar.

Quanto mais determinadas teorias são citadas e servem como referências e modelos de compreensão da realidade, mais certos padrões de produtores de ciência vão se afirmando, criando um circuito de hegemonias que dificilmente é interrompido.

O poder masculino na determinação do quadro conceitual hegemônico na geografia brasileira pode também ser identificado pelas referências bibliográficas indicadas nas disciplinas

que discutem o desenvolvimento da ciência geográfica⁸ em 60 cursos de pós-graduação em geografia considerados na pesquisa. Foram levantadas um total de 1804 referências indicadas. Desse montante, 90,3% são obras masculinas e apenas 9,70% femininas. Cabe destacar ainda que no pequeno universo de referências femininas estão indicados alguns ‘manuais’ de normalização científica, o que reduz ainda mais o universo de referências femininas que são consideradas como importantes para compreensão do espaço geográfico.

No quadro 2 apresentamos os dez autores mais indicados e suas obras correspondentes mais expressivas, considerando a frequência com que aparecem nos programas das disciplinas sobre a ciência geográfica. Apenas uma mulher, Iná Elias de Castro, figura nesse conjunto de referências.

Quadro 2 - Principais referências bibliográficas indicadas nas disciplinas de epistemologia nos cursos de Pós-graduação em geografia no Brasil.

AUTORES	PRINCIPAIS OBRAS INDICADAS
Milton Santos	A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Por uma geografia nova Espaço e método
Ruy Moreira	O Pensamento Geográfico Brasileiro. As matrizes Clássicas Originárias Para Onde Vai o Pensamento Geográfico? Por uma Epistemologia Crítica. O pensamento geográfico brasileiro. Vol. 2 - As matrizes da renovação.
David Harvey	Condição Pós - Moderna A Produção Capitalista do Espaço Espaço de Esperança
Paul Claval	Epistemologia da Geografia Evolución de la Geografía Humana História da Geografia
Antônio Carlos Robert de Moraes	A gênese da geografia moderna. Geografia: Pequena História Crítica. Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.
Paulo Cesar da Costa Gomes	Geografia e Modernidade. O Espaço da Modernidade. Um lugar para a geografia: contra o simples o banal e o doutrinário.
Horácio Capel	Filosofia y ciencia en la geografia contemporânea
Iná Elias de Castro	Geografia: Conceitos e Temas. Explorações geográficas: percursos no fim do século.
Roberto Lobato Corrêa	Trajetórias Geográficas. Paisagem, Tempo e Cultura. Região e organização espacial.
Manoel Correia Andrade	Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. Élisée Reclus. Uma Geografia para o Século XXI.

Fonte: Plataforma Sucupira, 2017.

Org: Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar

Toda essa demonstração de dados nos permite fazer as seguintes afirmações sobre a estrutura de poder que caracteriza a geografia brasileira. 1- Há uma tendência de aumento do número de mulheres como cientistas na geografia. 2- O crescimento da quantidade de mulheres na produção científica não impactou a estrutura do poder masculino na elaboração conceitual e metodológica. 3- A discussão epistemológica no Brasil desconsidera o que é produzido pelas mulheres, bem como pelas universidades de fora das regiões com maior poder econômico. 4- Os

⁸ Trata-se das disciplinas de epistemologia da geografia que são nomeadas de distintas maneiras nos 60 cursos de pós-graduação em Geografia considerados na pesquisa.

homens mantêm predominância na publicação de artigos em revistas científicas classificadas como sendo de melhor qualificação pelo sistema Qualis- CAPES. 5- O conjunto de artigos publicados por mulheres, além de ser menor do que o conjunto de publicações dos homens, está concentrado nas revistas com menor classificação no *ranking* estabelecido. 6- Aquilo que é considerado como sendo a identidade da geografia brasileira é produzido nas universidades do sudeste, avaliadas como sendo de melhor qualidade pelos órgãos governamentais. 7- Mesmo com a expansão geográfica da produção científica por meio da abertura de novos cursos de pós-graduação em várias regiões, há uma desconsideração pelo conhecimento produzido por centros mais novos.

O privilégio epistêmico da geografia brasileira está nas mãos dos homens das grandes universidades do sudeste e esse processo que opera as relações de poder possui uma espacialidade. Doreen Massey (1999) constitui a ideia de ‘geometrias de poder’ para compreensão do espaço e essa ideia é nossa inspiração para imaginar a ‘geografia da geografia’ no Brasil. Se a produção de conhecimento geográfico está estruturada nas relações de poder e possui uma espacialidade, o próprio poder se faz de determinada geograficidade.

A espacialidade constituída das geometrias de poder do conhecimento geográfico brasileiro não é resultado da concentração da capacidade intelectual de alguns cérebros privilegiados de homens que trabalham em universidades do sudeste em conceber conceitos de maior adequação para a compreensão da realidade. Essa espacialidade é fruto de concentração de recursos econômicos e simbólicos que têm sistematicamente operado na produção científica brasileira.

As espacialidades das geometrias de poder não são fixas, mas em permanente transformação conforme Massey (2005) em sua discussão sobre o fato do espaço nunca estar acabado. A incontestável feminização da geografia brasileira, bem como a emergência de uma grande periferia científica no século XXI, de um lado, reforçou a hegemonia dos centros tradicionais de produção científica geográfica e as teorias masculinas pela reprodução dos conceitos e métodos já estabelecidos. De outro, possibilitou tensionamentos capazes de estabelecer um movimento de crítica epistemológica por parte daqueles que historicamente não ocupavam lugares de autoridade de saber científico. Na próxima seção do capítulo abordaremos o enfrentamento dos limites epistemológicos para produção de outras possibilidades de fazer científico geográfico.

O fazer das geografias feministas e as exigências da desobediência epistemológica

Na seção anterior do capítulo demonstramos que há uma hegemonia masculina no fazer científico geográfico no Brasil. Contudo, isso não pode ser atribuído a uma diferença biológica entre corpos de homens e mulheres em que elas mulheres são concebidas como sendo menos aptas ao exercício intelectual. Portanto, para nós, o gênero é um conceito que possibilita a compreensão das relações de poder que incidem na vida das pessoas que estão nas universidades produzindo ciência. Butler (2007) sustenta a ideia de que o gênero não existe enquanto uma condição ontológica, mas ele é uma representação que adquire sentido nos atos repetitivos das pessoas e

isso constitui uma pretensa estabilidade e naturalização de que certos corpos se comportem de uma ou outra maneira. Quando nascemos há uma estrutura de poder que incide sobre as pessoas marcando a suas vidas de forma concreta. Os corpos cuja anatomia é reconhecida de um ou outro sexo recebem cargas culturais e expectativas de comportamento que conformam as práticas de gênero. Para ela o gênero se faz de “la estilización repetida del cuerpo, una sucesión de acciones repetidas - dentro de un marco regulador muy estrictor que se inmoviliza com el tempo para crear la apariencia de sustancia, de una especie natural de ser” (BUTLER, 2007, p. 98).

Toda performance de gênero é simultaneamente espacial. Massey (1995) ao estudar a produção das masculinidades de trabalhadores da alta tecnologia evidencia que a dicotomia entre o espaço público e privado na existência humana é um dos elementos que potencializa a hierarquia de gênero. Setores altamente tecnologizados e o trabalho intelectual tem invadido cada vez mais o espaço doméstico. A popularização da internet estabeleceu ligações entre as duas esferas, mas não suplantou as expectativas das performances de gênero.

O fato da produção científica ser uma atividade identificada com a esfera pública do trabalho docente, boa parte das experiências dos cientistas, notadamente as femininas, têm tido dificuldades de constituir uma narrativa para compreensão do comportamento de sua produtividade no mundo acadêmico. Portanto, o problema é a concepção do espaço dicotomizado que impossibilita a visibilidade da realidade das mulheres e homens cientistas. É no âmbito privado, invisibilizado que se pode compreender o que ‘aparece’ como público, ou seja a produtividade científica. O quadro 3 traz uma síntese das pessoas que colaboraram com a pesquisa.

Quadro 3- Perfil geral das pessoas entrevistadas⁹

MULHERES	IDADE	SITUAÇÃO MARITAL	FILHOS(AS)	IDADE	QUALIFICAÇÃO PROFISSÃO CÔNJUGE
<i>Congorya</i>	38	SOLTEIRA	--	--	--
<i>Morma</i>	45	SOLTEIRA	--	--	--
<i>Monitora</i>	41	SOLTEIRA	--	--	--
<i>Drytforth</i>	45	CASADA	II	9 e 15	ALTA
<i>Anne-Loc</i>	66	SOLTEIRA	--	--	--
<i>Garka</i>	51	CASADA	I	22	ALTA
<i>Thyni</i>	52	SEPARADA	II	24 e 25	--
<i>Ceolven</i>	47	CASADA	--	--	MÉDIA
<i>Hes</i>	48	SOLTEIRA	--	--	--
<i>Herean</i>	62	UNIÃO ESTÁVEL	I	25	ALTA
HOMENS	IDADE	SITUAÇÃO MARITAL	FILHOS(AS)	IDADE	QUALIFICAÇÃO PROFISSÃO CÔNJUGE
<i>Joric</i>	45	CASADO	I	6	MÉDIA
<i>Beorn</i>	59	CASADO	II	16 e 24	MÉDIA
<i>Aldwald</i>	32	CASADO	II	2 e 12	MÉDIA
<i>Bardcas</i>	53	CASADO	I	16	BAIXA
<i>Termond</i>	37	CASADO	II	1 e 4	MÉDIA
<i>Shatho</i>	48	CASADO	I	8	MÉDIA
<i>Chetneth</i>	44	CASADO	III	5, 14 e 16	MÉDIA
<i>Tolfer</i>	52	CASADO	I	19	ALTA
<i>Egarfred</i>	55	UNIÃO ESTÁVEL	III	5, 20 e 23	ALTA
<i>Nanton</i>	54	SEPARADO	II	8 e 22	--

Fonte: Entrevistas realizadas com docentes em 2016.

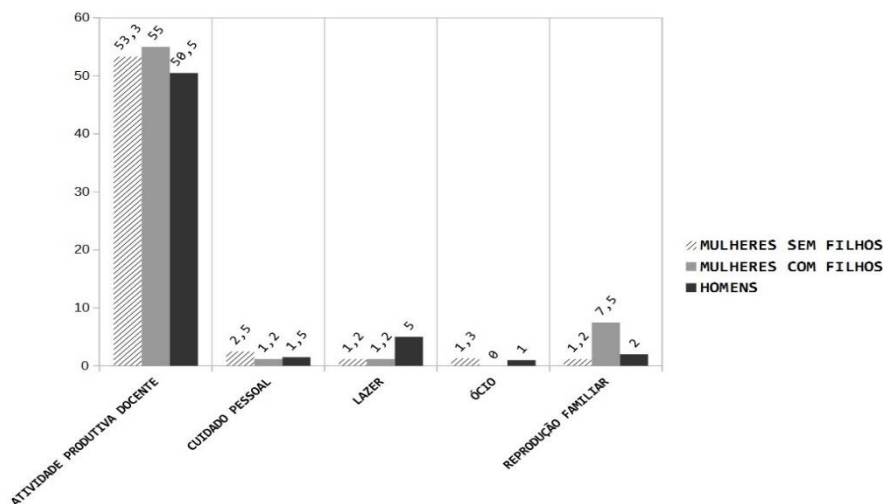
Org: Vagner André Morais Pinto

⁹ Os nomes são fictícios para preservar o anonimato das pessoas entrevistadas.

O universo docente investigado para esta pesquisa se caracteriza por ser altamente produtivo e com elevado índice h. Quando se compara homens e mulheres que se destacam na produção científica geográfica, é possível observar que há uma menor frequência da presença de filhos e companheiros na vida das mulheres do que no conjunto dos entrevistados homens. Quando há a presença de cônjuges, as mulheres relatam que eles são de alta escolaridade e com profissão de alto rendimento. No conjunto masculino, a presença de filhos e esposas com escolaridade média é mais comum. Uma situação semelhante é também verificada nas universidades europeias. As mulheres cientistas possuem menos filhos do que seus colegas homens e além disso os homens conseguem manter relacionamentos maritais com mais facilidade. O custo pessoal da vida profissional como cientistas é maior para as mulheres do que para os homens. (EUROPEAN COMMISSION, 2012).

Levantamento de dados, experimentos, escritas de artigos científicos, capítulos de livros constituem atividades que consomem tempo para o desempenho dessas práticas acadêmicas. Os exercícios executados em determinado tempo dependem do espaço e das relações que podem ser seus potencializadores ou cerceadores. Para compreender a dinâmica de uso do tempo em distintas atividades foi realizado o levantamento das rotinas diárias nos dias de semana e finais de semana. Os resultados foram agrupados em cinco categorias de utilização do tempo. 1- Atividade produtiva docente: atividades de docência, pesquisa, extensão. 2- Atividade de lazer: entretenimento, passeio, visitas aos amigos e parentes. 3- Atividades de cuidado pessoal: higiene pessoal, alimentação e prática de atividades físicas. 4- Atividades de reprodução familiar: atividades domésticas de limpeza e organização da casa, preparo de refeições e cuidado de outros membros da família. 5- Atividades de ócio: tempo destinado para o repouso. Além disso, devido às características distintas entre homens e mulheres em relação à existência de filhos, o universo feminino foi dividido em 'mulheres com filhos' e 'mulheres sem filhos'. Nos gráficos 5 e 6 é possível visualizar a média de horas gastas em diferentes categorias de atividades entre homens e mulheres em distintos períodos da semana.

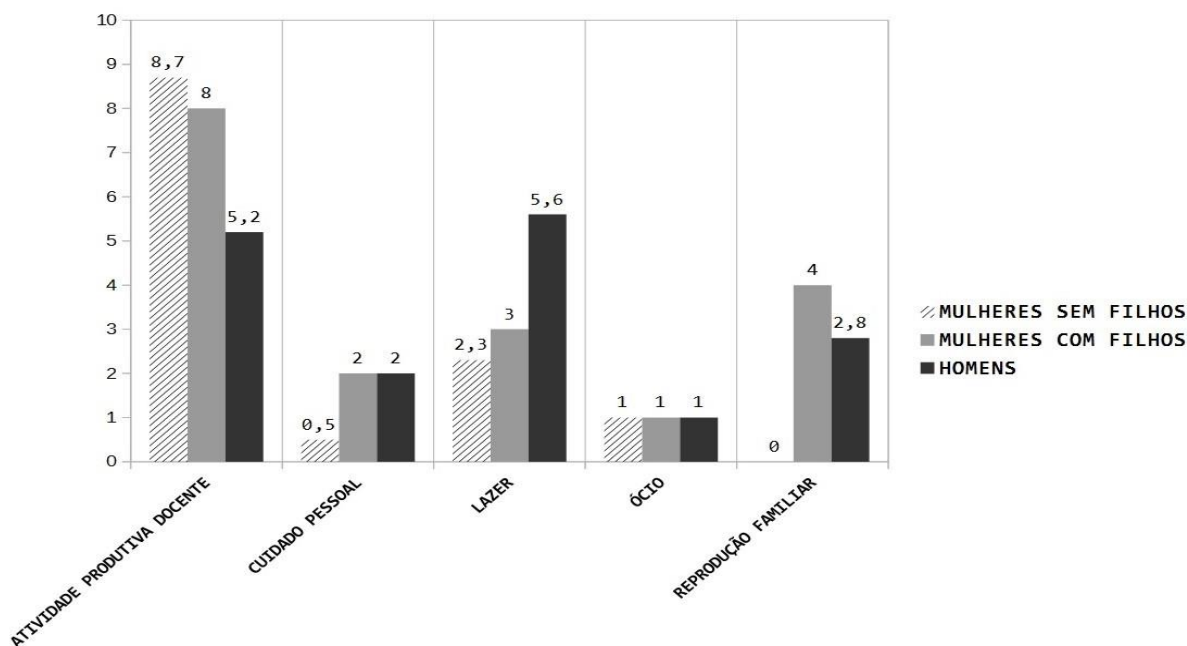
Gráfico 5- Média de uso do tempo em horas de segunda a sexta feira.



Fonte: Entrevistas realizadas com docentes em 2016.

Org: Vagner André Morais Pinto

Gráfico - Média de uso do tempo em horas nos finais de semana.



Fonte: Entrevistas realizadas com docentes em 2016.

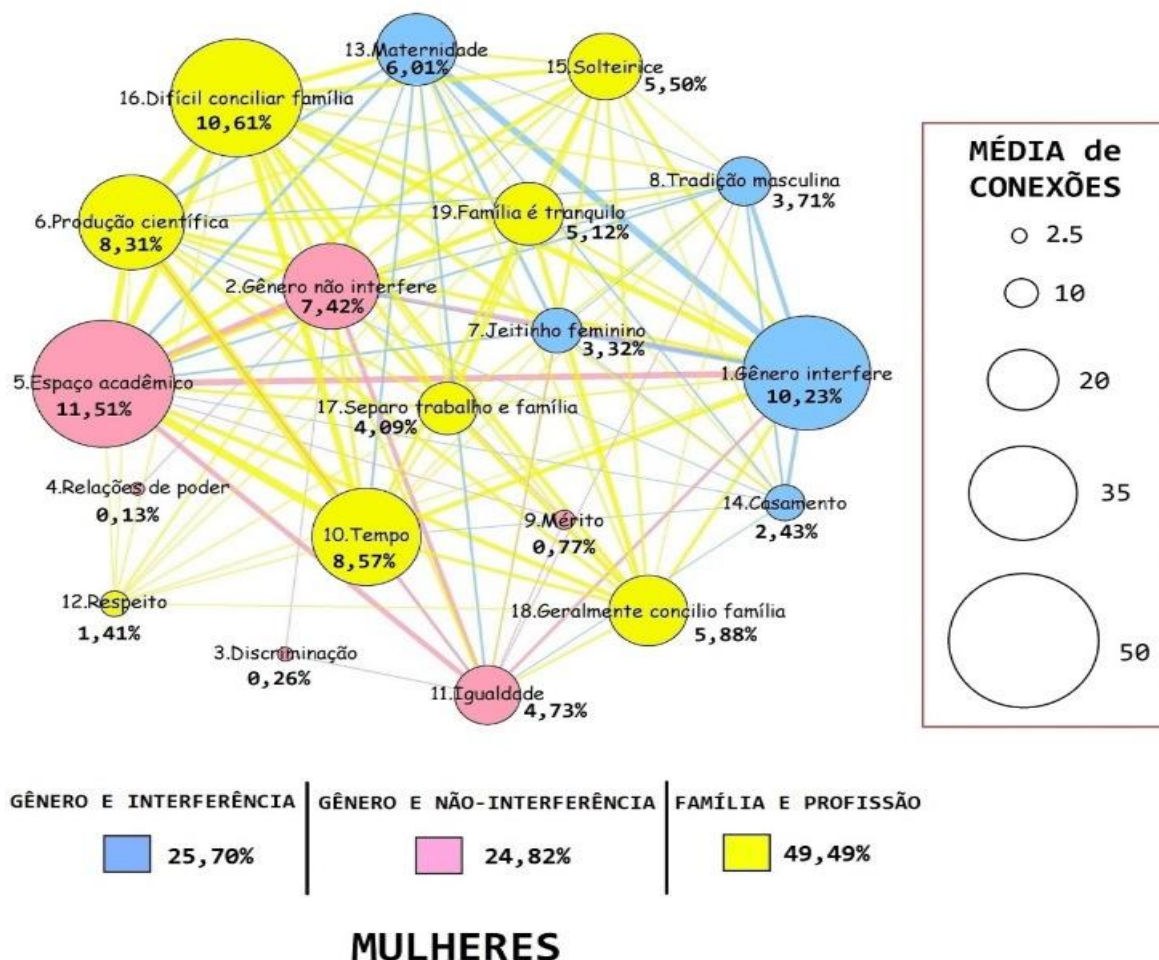
Org: Vagner André Morais Pinto

O que é possível afirmar é que mulheres e homens trabalham em atividades produtivas docentes tanto nos dias de semana como nos finais de semana. As mulheres consomem mais tempo nessas atividades, as que possuem filhos e as que não possuem. Contudo, apesar de trabalhar mais horas, o resultado do trabalho masculino é mais efetivo se considerarmos os dados demonstrados na seção anterior no que diz respeito à quantidade de produção masculina e o seu impacto científico. Os homens possuem maior quantidade de horas de lazer dos que as mulheres com ou sem filhos. Nas categorias ócio e cuidados pessoais as mulheres sem filhos utilizam mais horas do

que os homens e as mulheres com filhos. Na categoria atividades de reprodução familiar novamente as mulheres com filhos são as que mais dispõem horas de trabalho. As mulheres cientistas com filhos trabalham mais do que os homens tanto nas atividades produtivas como nas reprodutivas e possuem menos lazer, menos tempo de ócio e menos tempo de atividades de cuidados pessoais.

As pessoas entrevistadas também discorreram livremente sobre o gênero e suas carreiras e a família e a vida profissional. O conteúdo discursivo foi sistematizado por análise de conteúdo e foram geradas redes discursivas que podem ser visualizadas nas figuras 1 e 2. Os tamanhos das esferas correspondem às frequências com que determinadas categorias eram trazidas ao discurso das pessoas entrevistadas. A espessura das ligações corresponde à frequência das ligações entre as categorias discursivas. As diferentes cores são as comunidades discursivas que se formam pela ligação entre elas.

Figura 1- Rede semântica do discurso das mulheres cientistas.

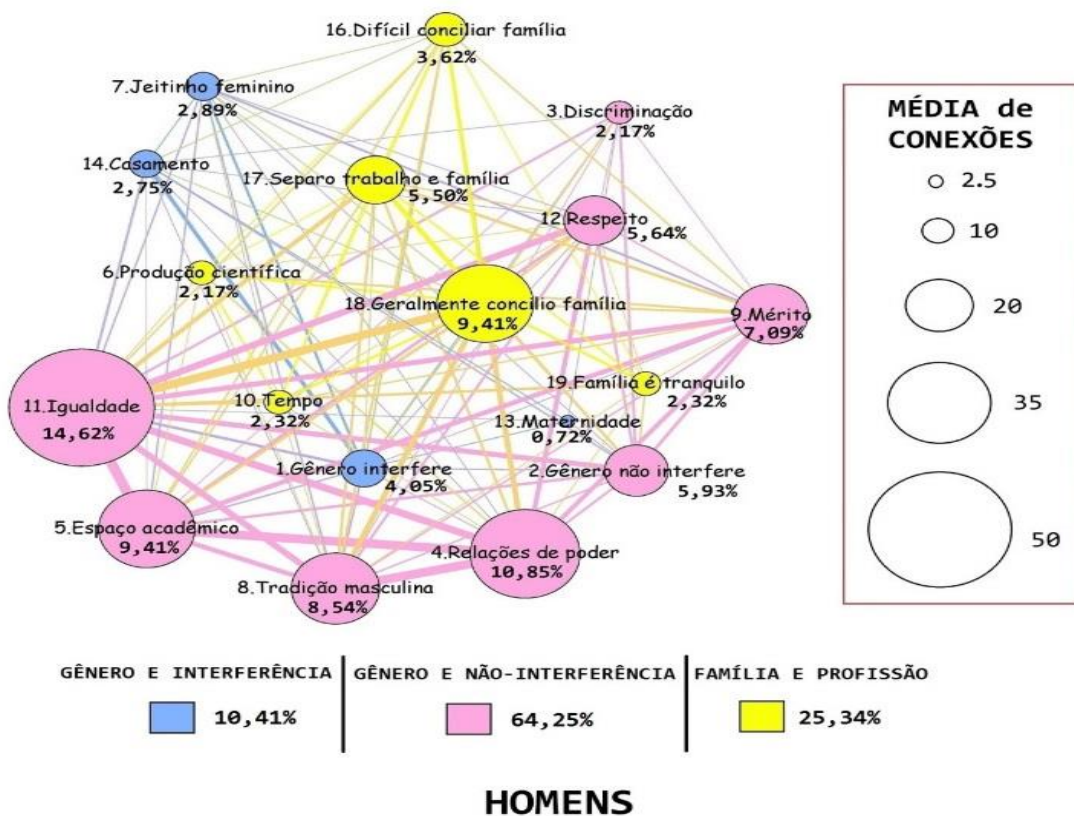


Fonte: Entrevistas realizadas com docentes em 2016.
Org: Vagner André Morais Pinto

A rede semântica dos discursos femininos apresenta três comunidades. A maior delas (amarela) com 49,9 % das enunciações traz a relação entre família e profissão. As mulheres com filhos trazem um forte tensionamento entre tempo, dificuldades de conciliar a família e a produção científica. As mulheres em filhos, trazem um discurso de maior tranquilidade de desempenho de atividades produtivas e reprodutivas.

A segunda maior comunidade (azul) com 25,70% das enunciações marca a forte relação entre o exercício da maternidade, das obrigações do casamento e de que o gênero é um elemento importante na interferência negativa de seu desempenho científico em uma atividade de forte tradição masculina. A última comunidade (rosa) com 24,82% das enunciações é formada pela ideia de que o espaço acadêmico é igualitário, pois homens e mulheres possuem as mesmas obrigações e que o gênero não é determinante na produção científica, mas sim o mérito. Essa rede semântica traz a forte diferença entre as mulheres com e sem filhos, evidenciando que o trabalho reprodutivo é um grande peso que recai sobre as mulheres, cujo reconhecimento é nulo na sociedade em que vivemos. As mulheres cientistas, mesmo relatando suas dificuldades, encaram o trabalho reprodutivo e de maternidade como sendo próprio das mulheres e que o ‘jeitinho feminino’ acaba conseguindo dar conta de tantos afazeres. A performance de gênero é naturalizada e os trabalhos de cuidado e reprodução não são entendidos como trabalho, embora haja o reconhecimento dos tensionamentos entre a produção acadêmica e a reprodução da vida.

Figura 2- Rede semântica do discurso dos homens cientistas.



Fonte: Entrevistas realizadas com docentes em 2016
Org: Vagner André Morais Pinto

A rede semântica masculina apresenta uma assimetria discursiva, com um peso muito mais acentuado na produção científica. A rede semântica das mulheres já é mais equilibrada em termos de enunciados que trazem família e trabalho em patamares muito semelhantes. A comunidade discursiva mais expressiva (rosa), com 64,25% das enunciações, conecta as categorias que criam a ideia de um espaço acadêmico em que o gênero não interfere nas relações de poder e o mérito científico se dá pela competência, já que homens e mulheres são iguais na universidade, inclusive com mesmos salários e infraestrutura. A segunda comunidade discursiva (amarela) é bem menor que a primeira, com 25,34% das enunciações. A predominância é da ideia da capacidade de conciliação das relações familiares e do trabalho. Os homens apresentam menor número de relatos de tensionamentos familiares em torno de atenção e cuidados que eles são demandados e suas agendas de trabalho. A última comunidade discursiva (azul) com apenas 10,41% das enunciações é sobre a relação entre gênero e carreira científica em que eles relatam como o casamento e o jeito de ser das mulheres são aspectos positivos no suporte de suas carreiras. A rede semântica que constitui um discurso de maior harmonia entre categorias e uma capacidade de concentração nos aspectos da vida produtiva acadêmica. A performance de gênero dos homens cientistas separa com mais rigor o universo da família e o profissional, tem no casamento um elemento de apoio em suas carreiras e menor nível de conflitos em relação aos cuidados com a reprodução da vida.

Conforme a crítica de Massey (1995) a separação entre os espaços público e privado é uma forma de imaginação geográfica que produz resultados políticos porque a forma com que se concebe o espaço influencia na visibilidade que podemos ou não dar a determinados fenômenos e sujeitos sociais. As mulheres na ciência trabalham mais do que os homens em termos quantitativos e enfrentam o trabalho de reprodução familiar invisibilizado na domesticidade e na naturalização das performances de gênero.

Considerações finais

Este capítulo evidenciou a contribuição das geografias feministas para compreensão das dinâmicas de poder do campo científico e trouxe a desobediência da dicotomia entre os espaços público e privado como forma de enfrentar a tradição epistemológica que provocou a invisibilidade feminina na produção da geografia brasileira.

Conceitos e metodologias não são neutros ou capazes de revelar verdade, são ferramentas que precisam ser questionadas em sua capacidade de produzir respostas a determinados problemas. A produção científica no mundo contemporâneo globalizado e com dinâmicas de trabalho cada vez mais flexíveis e fluídas enfrenta ainda a necessidade de contemplar as geometrias de poder que permeiam a produção de saberes e hierarquias.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e campo In: BOURDIEU, P. **Poder simbólico**. Portugal/Brasil: Difel/Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BUTLER, Judith. **El género em disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Paidós, 2007.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro**. 2019. Tese (Doutorado) - Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

EUROPEAN COMMISSION. **Meta-analysis of gender and science research: synthesis report**. Luxemburg: Publications Office of the European Union, 2012.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

MASSEY, Doreen. **For space**. Sage Publications: London, 2005.

MASSEY, Doreen. Masculinity, dualisms and high technology. **Royal Geographical Society**, v. 20, n.4, p.487-499, 1995.

MASSEY, Doreen. Imagining Globalization: Power-Geometries of Time-Space. In: BRAH, Avtar; HICKMAN, Mary; J. GHAIL, Máirtín Macan. (Eds). **Global Futures**. Migration, Environment and Globalization. London: Palgrave Macmillan UK, 1999, p. 27 - 44.

McDOWELL, Linda. **Gender, idetity and place: understanding feminist geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

PINTO, Vagner André Morais e SILVA, Joseli Maria. Produção científica e geografia: devassando o poder da invisibilidade de gênero no fazer científico. **Terra Livre**,v. 2, n. 47, p. 53-78, 2016.

PINTO, Vagner André Morais. **Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço da produção científica geográfica paranaense**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

PINTO, Vagner Andre Morais. **O Gênero enquanto componente da produção científica no espaço acadêmico UEPG**. 2014. Monografia (Graduação)- Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography: the limits of geographical knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

SANT'ANNA NETO, João Lima. Balanço e perspectivas da pós-graduação em geografia no Brasil - considerações sobre a avaliação trienal de 2010/2012. **Revista da Anpege**, v. 10, n. 14, p. 7-25, 2014.

SILVA, Joseli Maria Silva. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p.25-54.

SILVA, Edson Armando & SILVA, Joseli Maria. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 1, p. 132 - 154, 2016.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo do saber. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. v.11, n.15, jan-jun.2015. p.185-200.

Cidades também para mulheres: uma perspectiva generificada do espaço

Clarice Cassab
clarice.torres@ufjf.edu.br

“Antes de trazermos outra criança ao mundo, devemos jurar que iremos saber que mundo é esse” (Virginia Woolf)

O direito à cidade é tema recorrente nos estudos urbanos, especialmente a partir da referência Lefebvriana. Para esse autor, trata-se do direito ao uso, apropriação e participação na produção da cidade como obra. Sob essa perspectiva, nos indagamos sobre em que medida as mulheres se aproximam (ou não) desse direito. De que maneira a produção e organização da cidade favorece ou dificulta seu uso e apropriação pelas mulheres? Longe de querer esgotar esse debate, o texto pretende apresentar alguns elementos que nos auxiliem nessa reflexão.

Antes, no entanto, cumpre uma advertência: embora o capítulo vá no sentido de pensar o direito à cidade a partir da presença das mulheres, é evidente que suas experiências nas cidades se interseccionam com um conjunto de desigualdades raciais e sócio-espaciais. Isso significa que tratar a cidade a partir da dimensão de gênero exige considerar como essas desigualdades incidem sobre a vida das mulheres.

Sendo o espaço dimensão fundamental da vida, produzi-lo é também o ato no qual os indivíduos se produzem como sujeitos sociais, sob determinadas condições sociais e espaciais. São os sujeitos, em suas diferentes relações, que produzem o espaço em um movimento sempre conflitante em que, ao se produzirem, realizam também o espaço como elemento condicionante à sua (re)produção. Daí é possível dizer que a construção do sujeito é forjada nas experiências coletivas e na sua presença no mundo, o que, evidentemente, supõe a indissociabilidade sujeito-sociedade-espaço. A produção do mundo é a produção do próprio sujeito no mundo e, portanto, do espaço que lhe é próprio.

A elaboração do sujeito social se dará, portanto, também num jogo de construção de identidades, mas não por oposições binárias, e sim como um lugar de posições múltiplas no campo social. Portanto, o sujeito emerge como variável, cuja identidade é diversa e mutável, pois “muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado” (HALL, 2004, p. 21). Desse modo, pensamos as identidades também como relações de poder e, assim como as experiências desses sujeitos sociais, como sendo o “resultado de um conjunto complexo de determinações e lutas, um processo de renegociações contínuas das pressões externas e resistências internas” (LAURETIS, 1990, p. 137).

Referimo-nos, assim, à produção de sujeitos reais e de um espaço real em sua materialidade e representação. Trata-se do espaço produzido pela sociedade capitalista e em

particular no escopo desse trabalho, a cidade capitalista em todas as suas contradições. Cidade que expressa na sua forma de produção e organização as desigualdades que estruturam a sociedade capitalista. O racismo, o adultocentrismo, o patriarcado e a desigualdade de classe estão manifestos no espaço urbano, na sua forma de organização e de apropriação. Tais desigualdades dão sentido aos códigos, regras e modelos com os quais as práticas daqueles que habitam a cidade se confrontam como tensões, desejos e (im)possibilidades.

O direito à cidade, desse modo, se choca com a cidade real e nos exige pensar a multiplicidade de sujeitos, práticas e trajetórias também presentes no processo de produção e uso da cidade, que muitas vezes estão e são invisibilizadas.

É nesse sentido que trataremos as mulheres como sujeitos produtores do espaço, as quais por suas práticas e vivências estão cotidianamente produzindo e (re)organizando o espaço e a si mesmas. Porém, fazem isso em condições de desigualdade.

Cidade generificada

A cidade capitalista expressa, majoritariamente, a fragmentação da sociedade entre produtores e consumidores. Sua lógica organizativa compartimenta o espaço entre os lugares da produção e do consumo. Acresce a estes os lugares da reprodução: a casa e os lugares do lazer. Cada um desses fragmentos é ligado entre si por um conjunto de fluxos que possibilita a troca entre as partes que compõem a cidade.

Disso deriva a compreensão da cidade como sendo materialidade e representação. Ela é um conjunto de fixos e fluxos, e também de normas, modelos e códigos que se expressam nos objetos que a constituem. A cidade figura os valores, condutas e ideias que (im)possibilitam a vida em comum, organizam a vida social e o próprio corpo dos sujeitos. É nesse sentido que

[...] as estruturas de dominação racial, sexual e de classe, afetam explicitamente a cidade, que não é neutra, que exprime relações sociais e reproduz, espacialmente, as divisões da sociedade na forma de segregação, organizando o espaço e o tempo dos indivíduos (CALIÓ, 1997, p. 5).

A cidade, portanto, é bem mais do que simples objetos dispostos no espaço. Ela é em si produto e produtora de relações sociais, o que nos obriga a considerar quais são as relações que hegemonicamente produzem e organizam nossas cidades e quem são os sujeitos que preferencialmente definem a forma, o conteúdo e o próprio processo de produção desse espaço, assim como em que medida suas ações dificultam e/ou impossibilitam a ação dos demais.

Atentarmo-nos para essas questões significa entender como o próprio processo de produção da cidade (re)produziu as desigualdades de gênero que determinam o lugar de mulheres e homens na sociedade e, em consequência, na cidade, resultando em descortinar como esses sujeitos realizam suas ações e estabelecem suas permanências em cada um dos diferentes fragmentos da cidade. Isso porque,

Definir gênero e sexualidade na cidade é em parte uma questão de colocar o corpo no espaço, mas também perguntar como os sujeitos corporificados estão localizados na estrutura social e nos relacionamentos mais gerais. Gênero e sexualidade não são definidos pelos limites do corpo individual, eles envolvem relações sociais que se estendem através e são moldados pelo espaço (TONKISS, 2005, p.94).

A fragmentação da cidade reverbera no espaço as dualidades que estruturam a nossa sociedade moderna ocidental. A separação entre casa e rua. O lugar da reprodução e o lugar da produção. O lugar do privado e do público e, em última instância, o lugar da mulher e do homem. Para Aboim (2012, p.98)

A separação entre público e privado, florescente entre as camadas burguesas das cidades industriais do século XIX, serviu, de facto, para afastar homens e mulheres, delimitando-lhes espaços e funções sociais. Enquanto as qualidades ontologicamente atribuídas ao privado permaneceram associadas ao feminino e às suas propriedades maternais e afetivas, a esfera pública - da produção industrial e da cidadania política - ficou ligada ao masculino, reproduzindo-lhe a supremacia e o lugar de chefe de família.

Embora falsa e já fortemente tensionada, essa dicotomia permanece moldando nossas cidades e contribuindo para reproduzir as desigualdades. A rua, o lugar da produção, do público e da cultura é o próprio espaço da ação e da sociabilidade. É o domínio dos homens. Já a casa, o lugar da reprodução, reduto do indivíduo, lugar de acolhimento, do cuidado e da necessidade é o domínio das mulheres. Esses espaços se dicotomizam também na falsa divisão que definiria as supostas qualidades e aptidões inatas aos homens e mulheres: a razão que confere ao homem a capacidade de decisão para a produção e a emoção, que outorga à mulher a natural propensão ao cuidado e garantia da reprodução.

A distinção histórica entre público e privado “moldou indelevelmente, e em consonância com os ‘mitos do romantismo’, a história das relações sociais de gênero” (ABOIM, 2012, p.99) e seu rebatimento na cidade acabou por revelar no espaço as práticas sociais de mulheres e homens, condicionando seus usos e sua apropriação e representação.

Dito de outra forma, a cidade é produzida a partir do ponto de vista fundamentalmente masculino e suas normas estão configuradas por esse mesmo olhar, alcançando a vida cotidiana das mulheres, cerceando os usos que fazem da cidade e mesmo sua permanência. Pensada e organizada por essa lógica, ela aparece como estranha às mulheres. Difícil, insegura, cansativa. Isso porque sua organização espacial - que evidentemente só pode ser compreendida pelo sentido da produção capitalista e do patriarcalismo - contempla, majoritariamente, os interesses masculinos. É assim que, “a cidade molda e é moldada por diferentes temporalidades e espacialidades, marcadas também estas, pelas variações de gênero” (MOREIRA, 2006, p. 28). Vejamos algumas dessas espacialidades que podem ilustrar a afirmação da autora.

A cidade desafia as mulheres: mobilidade, localização e medo na/da cidade

Cassab e Souza (2019), em trabalho sobre a mobilidade de jovens moradores de um conjunto habitacional de Juiz de Fora, diferenciam mobilidade de circulação. Para as autoras, a circulação está circunscrita à esfera da produção e do consumo da mercadoria e, portanto, da reprodução do capital. Através dela são impulsionados os fluxos que garantem a realização de ambos: a circulação da força de trabalho e do mercado consumidor. Dirão as autoras

O deslocamento dos sujeitos pelos fragmentos do espaço urbano ocorre como um incessante movimento de trocas no mercado. Força de trabalho e consumidor são as atribuições fundamentais, embora não exclusivas, que os indivíduos desempenham na cidade, o que também inflige os lugares de cada um no espaço urbano (CASSAB e SOUZA, 2019, p. 1230).

Já a mobilidade é vista no escopo do direito à cidade, uma vez que ela não é apenas um direito em si, mas potencializa alcance aos demais direitos. Ainda conforme as autoras, isso se daria pois a mobilidade “viabiliza que os habitantes da cidade cheguem no trabalho, nos equipamentos de cultura e lazer, escola, saúde, e todo o conjunto de oportunidades presentes na cidade” (CASSAB e SOUZA, 2019, p. 1229).

Também para Jirón e Gomez (2018), a mobilidade não está circunscrita ao mero movimento do ponto A ao B. Sua compreensão exige indagar sobre com quem, por onde e porque os indivíduos se movem. Dessas indagações resultarão uma multiplicidade de mobilidades, diferenciando-se pelas vinculações a fatores estruturais e cotidianos. Ainda para Jimóz e Gomez (2018), a mobilidade de um indivíduo tende a ser interdependente, caracterizando-se pelo entrecruzamento de práticas de mobilidade que colocam em relação distintos sujeitos que, em muitos casos, ocupam posições diferenciadas na composição social, tanto em termos práticos como simbólicos.

É possível inferir que a mobilidade de homens e mulheres se difere tanto em relação às companhias como aos percursos e razões do deslocamento, isso porque, conforme Moreira (2006, p.19)

Mulheres e homens percorrem quotidianamente as cidades, contudo, subjazem a estes percursos diferentes interesses, motivações e necessidades, o que implica, necessariamente, diferentes trajetórias, diferentes comportamentos, diferentes percepções, diferentes representações do espaço e diversas identidades. Mulheres e homens têm formas diferenciadas de viver, de construir, de perceber as cidades, ligando-se com o modo como, cultural e socialmente, o gênero é construído.

De maneira geral, mulheres transitam pela cidade com uma lógica que se diferencia da masculina, pois combinam em seu cotidiano funções de trabalho e de cuidado com a casa e com os filhos. Sua mobilidade entrecruza-se com as necessidades associadas a tais cuidados, compondo uma complexa e densa teia de interdependências que historicamente tem produzido e reforçado

relações assimétricas de gênero, já que são as mulheres que, majoritariamente, assumem a responsabilidade no “planejamento, organização e execução das tarefas de cuidado” (JIMÓN e GOMEZ, 2018, p.57). Tal tarefa, prosseguem as autoras, exigirá das mulheres diversas estratégias que possibilitem o uso adequado do tempo e dos recursos econômicos disponíveis.

As mobilidades interdependentes reforçam a necessidade das mulheres se deslocarem de forma mais intensa e variada na cidade, conectando seus fragmentos segundo a lógica da reprodução da vida, sem deixar de lado, para uma significativa parcela delas, o deslocamento ligado às suas atividades laborais.

Isso faz com que os trajetos percorridos pelas mulheres nas cidades sejam muito mais variados e com mais desvios, visando realizar as funções domésticas e de cuidados. Essa necessidade se confronta com a forma como hegemonicamente nossas cidades têm sido organizadas e planejadas. Tendencialmente planejadas de maneira compartimentada, as cidades se estruturam dividindo o lugar da reprodução e da produção. Seus zoneamentos dificultam ou inviabilizam os usos mistos e produzem, especialmente para as mulheres, cotidianos mais complexos e difíceis, que exigem que elas se desloquem por percursos cheios de paradas e com mais destinos, enquanto homens fazem trajetos mais lineares, expressando a relação casa-emprego.

É assim que a mulher se movimentará pela cidade, conectando o lugar da escola e da creche, do atendimento médico hospitalar, das praças e parquinhos ou outros ambientes de lazer. Acresce ainda a necessidade de circular para o consumo e a aquisição de bens para a casa e os cuidados dos que coabitam com ela. Isso implica, dentre outras coisas, no uso mais intenso do transporte público e em maiores caminhadas.

Nossas cidades não estão preparadas para atender a essa necessidade das mulheres. Sua distribuição viária e a forma de organização do transporte público se sustentam na lógica do deslocamento linear casa-emprego. As ligações são entre bairros de moradia e de trabalho e se desenham em extensas avenidas ou num sistema de transporte que não une bairros onde estão localizados, muitas das vezes, os equipamentos de serviços necessários à realização dos cuidados (HELEN, 2019).

A consequência é o maior tempo gasto no deslocamento, o maior desgaste físico e emocional e uma redução do tempo disponível para se dedicarem a outras atividades. Além disso, a cidade é restrita a boa parte das mulheres que têm seus movimentos circunscritos ao próprio bairro ou entorno, especialmente quando exercem exclusivamente o trabalho doméstico.

Mas se o cuidado é um determinante na forma como as mulheres circulam pela cidade, também é o medo. Assédio e violência são experiências que determinam as escolhas sobre como e onde elas transitam na cidade. Vias escuras ou ermas ou lugares predominantemente ocupados por homens são comumente evitados.

Para Tonkiss (2005), a geografia de gênero na cidade envolve a elaboração, por parte das mulheres, de “mapas de perigo”, organizadores da cidade a partir da delimitação dos lugares de segurança e insegurança. Tal geografia feminina do medo, dirá a autora,

[...] se baseia em sentimentos de vulnerabilidade frente aos homens e está marcado pela ameaça de delitos relacionados com o sexo. O medo das mulheres, além disso, está espacializado. Suas percepções do perigo tem uma geografia específica e isso pode determinar os movimentos rotineiros das mulheres no espaço urbano. (TONKISS, 2005, p. 103)

Essas percepções de perigo e segurança na cidade operariam em dois níveis: em relação aos diferentes grupos que ocupam a cidade e entorno de como os espaços da cidade mudam ao longo do tempo (TONKISS, 2005). É assim, por exemplo, que podemos entender que uma praça seja, durante o dia, percebida como segura, local onde as mulheres levam seus filhos para brincarem, e a noite, especialmente quando mal iluminadas, perigosas.

A geografia do medo elaborada pelas mulheres é tanto mental quanto prática e influencia as formas pelas quais elas percebem, representam e vivem a cidade. Cada mulher é capaz de construir sua própria geografia do medo a partir de suas experiências de insegurança e medo, dada a sua condição de ser mulher. Essa geografia não determina apenas o movimento de circulação pela cidade, mas também o de permanência. Às mulheres são ainda mais restritos os espaços dos encontros.

Os obstáculos à sua fixação nos espaços coletivos e públicos da cidade ocorrem pela desigualdade que coisifica o corpo das mulheres, tornando-o objeto para outrem. Quando não são impedidas de estarem nesses espaços devido à violência física, muitas vezes o são por conta de uma violência simbólica que produz sentimento de não-pertencimento a determinados lugares. Mulheres sozinhas não podem estar em mesas de bares, estádios de futebol, sentadas em bancos de praça ou mesmo simplesmente paradas na sombra de uma árvore. Deriva disso, conforme Hooks (2009, p.143), que “nas cidades as mulheres não têm território ao ar livre para ocupar. Elas devem estar infinitamente em movimento ou em locais fechados. Elas devem ter um destino. Elas não podem se demorar ou ficar”.

Se então as mulheres mais circulam do que estão na cidade, onde elas estabelecem sua permanência? É, fundamentalmente, a casa o lugar de maior presença das mulheres. A casa é para elas, mais do que para os homens, “um espaço essencial de proteção de si e de manutenção daqueles dependentes de seus cuidados” (HELENE, 2019, p. 957). Nesse aspecto, sua localização ganha contornos ainda mais essenciais para a mulher e interfere diretamente no seu padrão de circulação e mobilidade na cidade.

A localização da casa é um atributo espacial a partir do qual são estabelecidos os demais nexos com a cidade. Não se restringe apenas a distâncias físicas, mas à qualidade dessa relação e as formas de acesso aos bens e oportunidades dispostas na cidade.

Nesse sentido, a dimensão da localização está ligada às transformações da sociedade, sendo a combinação de elementos sociais e naturais resultantes do processo de apropriação e transformação histórica dos lugares. Produto das dinâmicas socioespaciais e econômicas a localização remete ao acesso ao conjunto de fixos que compõem o sistema espacial da cidade, sendo definida tanto pela proximidade quanto pela qualidade da infraestrutura, equipamentos e serviços. Tais acessos, como veremos adiante, exigirão, por sua vez, a realização de diferentes fluxos no espaço urbano e que potencializam a apropriação da cidade (CASSAB e SOUZA, 2019, p. 1222).

Ao assumirmos que a produção e organização capitalista da cidade também revelam a generificação no espaço, é fácil compreender como uma localização precária da casa dificulta o cotidiano das mulheres na cidade. A separação entre os espaços de produção, consumo e moradia ocasiona para as mulheres, em especial as moradoras das periferias, um tempo maior no deslocamento pela cidade e, conseqüentemente, amplia as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Isso porque as responsabilidades com o cuidado e as desigualdades de acesso aos bens, serviços e infraestruturas da cidade tornam bem mais dificultoso para as mulheres equilibrarem suas atribuições domésticas e laborais.

Mulheres precisam considerar a disponibilidade de creches e escolas, a organização e compatibilidade do horário no serviço ao de seus filhos e o tempo que gastarão para se deslocarem até lá. Isso que significa que o tempo gasto na locomoção casa-trabalho condiciona a decisão em aceitar ou permanecer no emprego, assim como preencher os requisitos exigidos para ele, determinando, portanto, sua maior ou menor empregabilidade.

É evidente, no entanto, que há um conjunto de mediações que condicionará a forma dessa mobilidade. Mulheres que são mães, por exemplo, têm seu movimento mais interrompido do que aquelas que não são e uma mobilidade mais interdependente das necessidades de outros. Porém, são as situações de classe, cor e territorial as que talvez mais condicionem a mobilidade feminina na cidade, pois se é certo que os cuidados recaem sobretudo nas mulheres, esse peso é ainda maior para as mulheres negras, pobres e habitantes das periferias.

Para elas, mulheres negras e periféricas, a cidade apresenta um número maior de obstáculos, tanto à sua mobilidade quanto à sua permanência. São elas, por exemplo, as que mais utilizam os transportes públicos e para quem os horários, itinerários, custos e lotação dos ônibus não correspondem às suas necessidades, restringindo seus deslocamentos e usos da cidade. A precariedade do transporte público, a superlotação dos postos de saúde, a ausência de espaços de lazer, a escassez de vagas em creches, a distância de comércios de consumo cotidiano e muitas outras barreiras enfrentadas cotidianamente por parte expressiva das mulheres urbanas são limitadores dos usos e permanências da e na cidade.

Um direito à cidade que também seja para todas:

Para Massey (2012),

A organização do espaço tem efeitos sobre a posição social das pessoas. O espaço é um produto social e por sua vez tem efeitos sobre o social. Porque o espaço está repleto de poder. Todo dia produzimos o espaço. Em nível global, por exemplo, estão os vínculos financeiros, e mesmo dentro do espaço íntimo, a diferença entre a cozinha e um escritório marcam estas relações de poder.

Nessa perspectiva, tratamos a cidade como produto social e um campo de poder em disputa por diferentes sujeitos em posições desiguais. Dessa forma, todas essas experiências urbanas, fundamentalmente femininas, resultam em necessidades diferentes na produção, organização e uso das cidades que passam desde acessibilidade nas vias (calçadas mais largas e rampas de acesso, por exemplo), iluminação, transporte público, zoneamento urbano, até segurança, dentre e outros elementos. Tais dimensões, ausentes ou insuficientemente presentes, incidirão agudamente não apenas onde as mulheres poderão chegar e em quais condições, mas fundamentalmente na sua autonomia e integridade na cidade, bem como no acesso as oportunidades contidas nela. Assim,

el entorno urbano debe ser visto como un espacio privilegiado de dominio masculino, pues las restricciones espaciales construyen barreras materiales y simbólicas que terminan afectando la vida de las mujeres y definen una estructura espacial de oportunidades y riesgos que repercuten en la ciudad en su conjunto (VILLAGRAN, 2014, p. 210).

Isso se apresenta ainda mais fortemente quando consideramos que a cidade é espaço de copresença, capaz de produzir relações de comunicação e sociabilidade por meio das quais são delimitadas aproximações e distanciamentos entre sujeitos e grupos sociais. Tomada como lugar do conflito e do encontro, ela pode potencializar as experiências tanto de mobilidade quanto de imobilidade, de visibilidade ou de invisibilidade. Os sujeitos sociais são produzidos nesse leque de experiências, marcado por um conjunto de tensões entre as diferenças e as possibilidades de vida em comum. Logo, a forma como as mulheres ocupam e usufruem desse espaço - em seus movimentos e permanências - delimitará suas ações e sua própria constituição como sujeito social e político.

Para Lefebvre (2009), a cidade é o lugar do encontro e do habitar. Santos (1996) dirá que a cidade é o próprio mundo. Ela é, para ambos os autores, a expressão da vida coletiva. Será na sua característica de reunir os diferentes que reside a potencia da cidade. Massey (2004) afirma a diferença como espaço da multiplicidade e lugar da coetaneidade. A diferença possibilita o encontro de múltiplas trajetórias que são produto e produtoras do espaço, sempre aberto ao devir. Ele nunca é fechado e acabado, pois sendo inter-relação, o espaço é receptivo às possibilidades e ao futuro, o que, por consequência, pressupõe o reconhecimento, respeito e envolvimento entre trajetórias (de projetos de sociedade). Nessa direção, Massey (1994) nos convida a considerar outros sujeitos e nos instiga a pensar o gênero como aspecto determinante na compreensão, vivência e produção do espaço. E completa “os espaços e lugares não só são generificados como, assim sendo, refletem e afetam as formas através das quais os gêneros são construídos e compreendidos” (MASSEY, 2012, p.179).

Assim, pensamos a relação mulheres e direito à cidade na perspectiva que reforça a presença delas como sujeitos que produzem a cidade por trajetórias marcadas pela sua posição numa estrutura desigual de gênero, mas também como horizontes abertos que nos direcionam a pensar outro projeto de cidade.

Ainda conforme a autora, é na existência da multiplicidade que se intensifica no espaço a visibilidade da diferença, que questiona as narrativas e trajetórias dominantes como as pautadas no patriarcado e no machismo. É dizer, portanto, que a cidade deve perceber a presença feminina, pois ao produzir sua vida, as mulheres também produzem a própria cidade, deixando as marcas de sua existência a partir da lógica centrada em suas experiências singulares. Ter as mulheres como sujeitos é condição para que possamos pensar o direito à cidade, implicando envolvê-las nos espaços decisórios sobre a organização, uso e ocupação da cidade.

Para isso, é preciso romper as falsas dicotomias que estruturam e organizam o espaço e que reforçam o lugar de homens e mulheres na cidade. A casa e a rua. O privado e o público. O lugar da vida doméstica e o lugar da vida pública e da tomada de decisões. Dicotomias que estereotipam e limitam a mobilidade e a permanência das mulheres na cidade e que, longe de representarem situações empíricas reais, são construções ideológicas que sustentam as formas de dominação de gênero, uma vez que nem a mulher é a senhora da vida doméstica e nem o público se realiza apartado das formas privadas de relações e reprodução da vida.

Entender que vida privada e pública se desenham como um campo de relações em que trabalho produtivo e reprodutivo são sustentação para a vida social nos abre o horizonte de vislumbramos um outro modelo de cidade, cuja organização se estruture na efetiva presença das mulheres nas decisões sobre o processo de urbanização, de planejamento e organização das cidades, e, portanto, no efetivo exercício de direito à cidade.

Harvey (2014) pondera que o direito à cidade transcende um direito individual ou grupal aos bens e serviços dispostos na cidade. Trata-se do direito a repensá-la e mudá-la no sentido radical o que, ainda segundo o autor, significa a capacidade de reinventá-la através de ações que efetivamente incidam sobre os rumos do processo de urbanização. Sob essa perspectiva, a relação mulheres e direito à cidade exigirá de todas nós a conquista do direito de pensar a cidade a partir “das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p. 15).

Embora, o autor não esteja explicitamente fazendo referência às mulheres, estendemos esse grito a esses sujeitos, especialmente quando cruzamos com as condições de cor, classe e etária. Mais ainda, Harvey (2014) nos desafia a lidar com o direito à cidade como expressão da luta que se evidencia na vida urbana cotidiana e de forma coletiva. Se, como afirma o geógrafo britânico, o direito à cidade não é um presente, ele precisa ser tomado pelo movimento de luta capaz de produzir uma cidade efetivamente para todas as mulheres e todos os homens. Isso exige, inevitavelmente, a superação da lógica de mercado e da lógica patriarcal que produzem e organizam as cidades e as suas formas de uso e apropriação.

Referências

- ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, Abril, 2012.
- CALIÓ, Sônia A. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: 6 Encontro de Geógrafos da América Latina, 6, 1997. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografia cultural/737.pdf>> Acesso em 20 de julho de 2020.
- CASSAB, Clarice; SOUZA, Lilian Aparecida de. Por onde os caminhos nos levam: localização, mobilidade e uso da cidade por moradores de um conjunto habitacional do MCMV em Juiz de Fora - MG. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 16, 2019. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/issue/view/1096>> Acesso em 20 de julho de 2020.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez 2019.
- HOOKS, Bell. A place where the soul can rest. In: HOOKS, B. **Belonging: a Culture of Place**. New York/London, Routledge, p. 143-152, 2009.
- JIRÓN, Paola; GOMEZ, Javiera. Interdependencia, cuidado y género desde las estrategias de movilidad en la ciudad de Santiago. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 55-72, Aug. 2018.
- LAURETIS, Teresa de. Eccentric Subjects: Feminist Theory and Historical Consciousness. **Feminist Studies** 16(1), 1990, p.137. Vol. 16, No. 1 (Spring, 1990), pp. 115-150.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.
- MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. Cambridge: Polity Press, 1994.
- MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Niterói, v. 12, n. 6, 2004.
- MASSEY, Doreen. **Superando a visão romântica sobre o lugar. Uma entrevista com a geógrafa Doreen Barbara Massey**. Instituto Humanitas Uninsinos, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/515130-superando-a-visao-romantica-sobre-o-lugar-entrevista-com-a-geografa-doreen-barbara-massey>. Acesso em 20 de agosto de 2020.
- MOREIRA, Claudete Carla Oliveira. **A geografia e o gênero: um encontro urbano. Os tempos e os espaços nos territórios de Coimbra**. Coimbra: Fundação Eng. António de Almeida, 2006.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- TONKISS, Fran. **Space, the City and Social Theory: social relations and urban forms**. Polity Press, Oxford, 2005.

VILAGRÁN, Paula Soto. Patriarcado y orden urbano: nuevas y viejas formas de dominación de género en la ciudad. **Revista Venezolana de estudios de la mujer**. Jan-jun, 2014 - VOL.19/N° 42. pp. 199-214.

Reprodução social e organização comunitária pelas mulheres: “Programa Minha Casa Minha Vida” em Alfenas-MG

Clara Ribeiro Silva
clara.silva@sou.unifal-mg.edu.br

Introdução

A discussão proposta pelo Colóquios Geográficos do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), “Mulheres e o Direito à Cidade e ao Campo”, apresentou considerações a respeito do espaço urbano e do campo, elencando o cotidiano enfrentado em distintas condições sociais e de classe entre as mulheres mães, negras, periféricas e do campo, no alcance de colocar em evidência as violências, exploração e segregação considerando classe, raça e gênero enfrentadas no cotidiano a partir das relações de reprodução de suas vidas nos limites e considerações sobre o direito à cidade e ao campo.

Como objetivo de apresentar discussões acerca do chamado direito à cidade para as mulheres, o texto aborda considerações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, Residencial Jardim das Alterosas¹⁰, Alfenas-MG, e a segregação socioespacial, condição essa enfrentada no cotidiano dos moradores, sobretudo evidenciando as mulheres em suas especificidades na reprodução e organização comunitária enquanto forma de sobrevivência e dignidade perante as relações de produção no urbano. Assim, as mulheres, contempladas e moradoras deste residencial, puderam alcançar o acesso a moradia, mas que enfrentam distintas condições e carências vivenciadas no espaço a partir da produção de unidades habitacionais em terrenos distante do centro urbano, em bairros periféricos consolidados, fragmentados do urbano.

É feita algumas considerações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida enquanto principal política habitacional adotada a partir de 2009, destacando mecanismos voltados para as mulheres em sua segunda fase do programa (PMCMV 2), instituído pelo Governo Dilma em 2011, como a titularidade do imóvel no nome da mulher na faixa 1, excluindo os contratos provindos de recursos do FGTS (faixa 2 e 3). O objetivo de traçar discussões acerca desta lei, por um lado, demonstra avanços e seguridades das mulheres mais pobres perante as realidades de violência de gênero, ocasionando maiores resguardo e preservação da sua vida e daqueles que estão sob responsabilidade. Mas que, por outro, esse instrumento não alcança ou não representa em si a superação de necessidades e especificidades das mulheres nas cidades, sobretudo, pelas unidades habitacionais se situarem em áreas periféricas, e também pela existência da venda e locação dos imóveis desvalido dos contrários da caixa, do qual demonstra a maiores necessidades de

¹⁰ Estudo sobre o Residencial Jardim das Alterosas, em Alfenas-MG realizado no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no ano de 2019, do qual abordou as transformações do espaço e lugar a partir das mulheres enquanto organização comunitária no Residencial do Programa Minha Casa Minha Vida, modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

inclinações reflexivas para considerar um real direito à moradia e à cidade para estas mulheres periféricas.

Em segundo momento, são evidenciados os resultados da pesquisa realizada entre os anos de 2018 à 2019 no Residencial Jardim das Alterosas sobre a organização comunitária realizada pelas mulheres, mediadas pelo Programa Cidade Escola, de esfera municipal, apresentando as contradições e cotidiano sobre a presença do programa e do Estado frente as singularidades e cotidiano no local.

O Residencial Jardim das Alterosas faz parte dos empreendimentos destinado às famílias de baixa renda, pertencendo a modalidade FAR, com a construção de 240 unidades habitacionais, divididas em 15 blocos, contendo 16 apartamentos que medem 42,06 m², possuindo sala, cozinha, área de serviço, dois quartos e um banheiro, totalizando uma área privada e comum de aproximadamente 11.000 m². A contratação do empreendimento ocorreu em 2009, sendo entregue no ano de 2011 pela empresa B.M. Engenharia, intermediária do empreendimento.

Para Lefebvre (2001, p. 26), “a função pública se encarregava daquilo [novas habitações, novas cidades] que outrora entrava numa economia de mercado. Mas nem por isso a habitação se torna um serviço público”. Para os mais pobres, “as iniciativas dos organismos públicos e semipúblicos, é simplesmente o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível”. Os chamados “pavilhões”, do qual é compreendido enquanto os blocos, os conjuntos habitacionais em grande escala, de forma sequencial e uniforme, é imposta pela burocracia e controle estatal, projetando condições de famílias viver em um tipo de confinamento, espaços projetados, levando em consideração a disposição e o tamanho não condizentes com as necessidades e diversidade familiar social.

Por fim, é abordado aspectos de reprodução social, protagonizada principalmente pelas mulheres que não se restringe apenas à esfera privada, mas que ao organizar ações comunitárias, essa luta apresenta aspectos específicos e similares às práticas dos cuidados em seu lar. Assim, é possível considerar que o trabalho realizado pelas mulheres ultrapassa a esfera familiar, expande-se para as necessidades do bairro, e o que a cidade e o Estado oferecem às estas mulheres da periferia?

É preciso, então, considerar os aspectos políticos, sociais e econômicos que de cima para baixo, impõe condições de reprodução da classe trabalhadora nas periferias, e nas constatações sobre a vida dessas mulheres no Residencial Jardim das Alterosas, em Alfenas-MG, não enquanto um empirismo vazio, mas sim que possam demonstrar de forma crítica os significados do direito à cidade, principalmente para as mulheres, considerando suas distintas subjetividades e especificidades do que desejam para a reprodução de suas vidas à cima do lucro, percorrendo caminhos contrários da lógica capitalista que anulam perversamente os aspectos humanos e seus direitos principalmente nas periferias urbanas.

O Programa Minha Casa Minha Vida e o título de propriedade às mulheres

O programa analisado em questão não inaugura a adoção de políticas habitacionais de interesse social no país, do qual viabiliza moradias para as populações de baixa renda. As intervenções do Estado e dos agentes imobiliários na produção de unidades habitacionais (UHs) nos espaços urbanos apresentam distintas trajetórias e interesses econômicos e políticos que se inter cruzam, bem como seu resultado na produção do espaço e de acesso à moradia, sobre a justificativa do “problema habitacional¹¹”.

O protagonismo político e econômico do Estado e dos agentes privados (especuladores imobiliários, empresas de construção civil) frente a criação de políticas e unidades habitacionais podem ser datadas a partir de 1937 na Era Vargas com a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão¹² (IAP), bem como a implementação do Banco Nacional de Habitação (BNH) pelos militares em 1964, prenha de pretensões econômicas e eleitoreiras sobre as contradições da propriedade privada e o direito à moradia, do qual são compreendidas enquanto estratégias políticas voltadas a uma maior sustentação econômica durante os incertos períodos de instabilidade, viabilizando maior aquecimento do mercado da construção civil e do setor imobiliário, onde as reais demandas por moradia para a população mais pobre iam sendo abandonadas pelos governos¹³.

Com a retomada do processo de redemocratização no Brasil a partir de 1985, encerrando um longo e angustiante período militar no país, possibilitou aberturas de um campo político com participação popular, oxigenando as novas formulações sociais que se estruturava novamente. Distintos seguimentos populares começam a ganhar folego enquanto participantes ativos do novo cenário político social enquanto condutores e construtores diretos de inúmeras formulações, debates em torno das múltiplas demandas já ancoradas durante o período militar.

São estes movimentos sociais, organizados nas periferias e no campo, motivados principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que promovem ações sociais comunitárias ligadas à igreja católica, lutam por direitos populares, permeiam em organizações sindicais, associações de bairro, partidos, movimentos de moradia e pela terra, proporcionando a arrancada de direitos frente à constituinte que estava por vir na década de 1980.

A partir da inserção dos movimentos sociais nas reivindicações da constituinte, tornou-se possível uma maior participação política de movimentos populares na reivindicação direitos a serem promulgados na Constituição Federal de 1988, onde no seu artigo 6º: “direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a

¹¹ Para Bolaffi (1982) o “problema habitacional” é criado em contrapartida de investimentos rentáveis para a construção de unidades habitacionais (UHs), supostamente destinados a resolução de problemas da moradia

¹² O IAP, organizado por diferentes categorias profissionais, foi responsável pela construção de 123.995 unidades habitacionais entre os anos de 1937 à 1964, referentes à venda, locação e financiamento (planos A e B) a partir das carteiras imobiliárias na capitalização de recursos arrecadados da previdência dos trabalhadores (BONDUKI, 2017, p. 112)

¹³ Consideração dos autores acerca das análises sobre as políticas habitacionais no Brasil: Azevedo (1988), Azevedo & Andrade (2011), Bolaffi (1982) e Boulos (2014) e Bonduki (2017)

previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” apresentou-se enquanto alcançado enquanto direito social a todos os cidadãos o acesso à moradia (BRASIL, 1988).

A proposta em se discutir o direito à cidade pelas mulheres moradoras destas unidades habitacionais, exige exercício reflexivo de reconhecimento das próprias contradições e entraves do programa a respeito do direito à moradia e à cidade. Criado em 2009, sob justificativas da crise financeira do capital mundial e da problemática numérica do déficit habitacional, o programa proporcionou a construção de unidades habitacionais, em diferentes fases e faixas, com o objetivo de impulsionar setores da construção civil e de agentes imobiliários na injeção de recursos públicos para salvar o país da crise financeira, sentida a partir da crise do *subprime* nos Estados Unidos em 2008.

Desta forma, a construção, entrega e financiamento destas moradias foram pautadas em agendas neoliberais, do qual representaram escolhas e direções políticas e econômicas que não promoveram habitação sob a singularidades das cidades, bairros e famílias, mas sim, escolhas estas que transferem as necessidades concretas e subjetivas da população mais pobre em uma lógica numérica do déficit habitacional - de acordo com PNAD 2015, o déficit absoluto no Brasil é superior a 6 milhões de habitação - e favorecem grandes empreiteiras, agentes imobiliários e bancos enquanto intermediários das habitações de interesse social.

Os interesses do Programa Minha Casa Minha Vida a partir de 2009, ano de sua criação, assume um papel dominante sobre as políticas habitacionais anteriormente criadas pelo Governo Federal enquanto forma de centralização das políticas e programas habitacionais¹⁴. Assim, responsável pela construção de unidades habitacionais (UHs), o programa torna-se importante percussor da política habitacional aliada a necessidade de um desenvolvimento econômico no país a partir do aquecimento do setor da construção civil.

Em sua primeira fase (PMCMV 1), o Governo Federal estipulou a surpreendente construção e entrega de 1 milhão de unidades habitacionais. De acordo com os dados da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)¹⁵, entre os anos de 2009 à 2019, foram contratadas cerca de 5,5 milhões de UHs e entregues cerca de 4,1 milhões de UHs em todo país, movimentando um montante de quase 5 bilhões de reais em contratos, ao longo dos 10 anos de programa (BRASIL, 2019). O que estes números assumem nos avanços e soluções do direito à moradia para as camadas populares, bem como a diminuição do déficit habitacional? Nesse sentido, as preocupações acerca do modelo habitacional inseridos “de cima para baixo” na

¹⁴ Krause, Balbim e Lima Neto (2013)

¹⁵ Relatório produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional por meio da Secretaria Nacional de Habitação, intitulado “Desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) para os próximos quatro anos” da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal. BRASIL, abril de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdeic/arquivos-raiz/mdr>. Acesso em set. 2019.

construção massiva de unidades no território brasileiro despontam em novas contradições no espaço social, como a não solução, mas sim, o aumento crescente do déficit.

Em seu segundo ponto na E.M Interministerial de nº 33¹⁶ de submissão da Medida Provisória para a instituição do Programa Minha Casa Minha, em seu segundo ponto afirma:

De fato, diante do cenário de crise financeira mundial com o recrudescimento de seus impactos negativos sobre a atividade econômica, renda e nível de emprego do País é premente a necessidade de adoção de medidas de natureza anticíclicas no curto prazo (BRASIL, 2009)

O programa não supera em si a lógica política e econômica de anteriores políticas, como a do BNH, onde o modelo de estruturação destas políticas habitacionais apresentam nítidas estratégias econômicas do aquecimento da economia brasileira, esta enquanto questão central do aspecto motivacional do surgimento do programa devido a tentativa (e sucesso momentâneo) do controle da crise econômica influenciada pelo abrupto desequilíbrio econômico do setor imobiliário nos Estados Unidos a partir do *subprime*. Em sua primeira fase de programa, o Governo Federal injetou R\$ 34 bilhões em recursos públicos para as empresas privadas, onde as empresas da construção civil foram responsáveis pela alta da Bolsa de Valores em 2009, atraindo interesses do mundo todo (BOULOS, 2014, p. 21).

O Programa Minha Casa Minha Vida apresentou mecanismos de organização entre diferentes faixas de renda e fases de lançamento, onde pretendo debruçar análises voltadas aos financiamentos para de beneficiários faixa 1 de zero à três salários mínimos, modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), bem como a sua segunda fase (PMCMV 2), lançada no ano de 2011 durante governo Dilma.

É importante evidenciar a impressionante quantidade de unidades habitacionais construídas e entregues pelo programa em seus dez anos de existência, que de fato, alcançaram camadas populares até então não incluídas por programas anteriores, bem como mecanismos que facilitaram o financiamento e acesso à moradia pela da classe média. De acordo com dados da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP), até abril de 2019, o faixa 1 obteve contratos de 1.809.873 (milhões/UHs) sendo entregues o total de 1.394.244 (milhões/UHs)¹⁷. Em relação às demais faixas, as construções voltadas ao faixa 1 representam apenas 33% das unidades habitacionais contratadas em todo país (aproximadamente 5,5 milhões), apresentando uma maior concentração na faixa 2 (53%).

¹⁶ Exposição Motivacional (EM) Interministerial nº 33 /2009/MF/MJ/MP/MMA/MCidades Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Exm/EMI-33-MF-MJ-MP-MMA-Mcidades-09-Mpv-459.htm . Acesso em set. 2020.

¹⁷ “Boletim Mensal de Sobre os Subsídios da União - Programa Minha Casa Minha Vida”, elaborado pela Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP), Edição 10 do mês de agosto de 2019, com dados da Caixa Econômica Federal (CEF) e Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-subsidios/arquivos/2019/boletim-mensal-sobre-os-subsidios-da-uniao-2013-programa-minha-casa-minha-vida-edicao-10.pdf/view> . Acesso em set. 2019

Uma das principais formas de estruturação do Minha Casa Minha Vida está relacionado com os limites das faixas de renda mensal das famílias, do qual configura distintas características dos empreendimentos, levando em consideração: formas de financiamento; origem dos fundos orçamentários pelo governo destinado às construções; a diferenciação sobre os tipos das unidades habitacionais (arquitetura, tamanho, ausência ou presença das áreas de lazer); e a localidade espacial, direcionadas à diferentes faixas de renda média mensal entre zero à dez salários mínimos. Avançando sobre as diferenças entre as faixas e fases do extinto programa, é importante compreendê-las enquanto ação orçamentária/modalidade e seus respectivos fundos: Entidades Urbanas (FDS¹⁸); Empresas (FAR¹⁹); Oferta Pública (OGU²⁰); e Entidades Rurais (OGU). As fases do Programa (1, 2 e 3) representam as mudanças e avanços do Programa durante os Governos Lula e Dilma.

Neste ponto, torna-se essencial apresentar algumas mudanças estruturais e econômicas ocorridas dentro do programa em sua segunda fase a partir do ano de 2011 (PMCMV 2), que converte o programa na Lei nº 12.424 de junho de 2011 com a incorporação do segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), em março de 2010, “já em um contexto de intensificação das medidas anticíclicas de combate aos efeitos da crise econômica mundial desencadeada em 2008” (Silva, 2015). A partir do ano de 2012, as contratações de unidades habitacionais da faixa 1 retomam crescimento após queda no ano de 2010 (327.370 UHs) e 2011 (103.174 UHs), alcançando patamares inéditos em 2012 (375.557 UHs) e em 2013 o maior número da faixa (483.802 UHs).²¹

Nesta mesma fase, foi anunciado no dia 8 de março de 2012 durante um pronunciamento transmitido nas emissoras de televisão de sinal aberto, voltado para o Dia Internacional das Mulheres, Dilma Rousseff menciona sobre a relação das mulheres juntos aos programas sociais do Governo Federal:

93% dos cartões do Bolsa Família estão, por exemplo, em nome de mulheres. São mais de 19 milhões de mulheres que vão ao banco, todo mês, buscar e administrar recursos para ajudar no sustento da família. 47% dos contratos da primeira etapa do Minha Casa Minha Vida foram assinados por mulheres. Esse percentual será ainda maior no Minha Casa Minha Vida 2. Nele, a escritura dos apartamentos populares será feita em nome da mulher (ROUSSEFF, 2012).

Essa relação apontada por Dilma durante seu pronunciamento demonstra a ativa participação das mulheres, principalmente as de baixa renda beneficiada pelos programas sociais do Governo Federal, relacionado os dados estatísticos brasileiros a importante data do Dia Internacional da Mulher. Além das estatísticas e da ilustração, do qual muitas vezes é mencionada

¹⁸ Fundo de Desenvolvimento Social

¹⁹ Fundo de Arrendamento Residencial

²⁰ Orçamento Geral da União

²¹ Dados do Ministério do Desenvolvimento Regional por meio da Secretaria Nacional de Habitação, intitulado “Desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) para os próximos quatro anos” da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal. BRASIL, abril de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdeic/arquivos-raiz/mdr> . Acesso set. 2020

e lembrada em dias comemorativos ou do combate, o anúncio das escrituras apresenta-se enquanto promissora, indo de encontro as realidades cotidianas e históricas das mulheres, principalmente as mulheres mais pobres, negras e periféricas. Desta forma, a assinatura do contrato e recebimento das unidades habitacionais em nome da mulher enquanto responsável do imóvel são mecanismos que favorecem certa estabilidade das mulheres garantia legal da propriedade perante situações de divórcio, separação ou dissolução de união, casos de violência doméstica para o pertencimento na unidade. Assim, em 2012, foi criada a Medida Provisória (MP) 561, passando a ser Lei Ordinária nº 12.693 de 24 de julho de 2012, apresentando em seu art. 35-A e art. 73-A, respectivamente:

Nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, com subvenções oriundas de recursos do orçamento geral da União, do FAR e do FDS, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do FGTS. (BRASIL, 2012).

Excetuados os casos que envolvam recursos do FGTS, os contratos em que o beneficiário final seja mulher chefe de família, no âmbito do PMCMV ou em programas de regularização fundiária de interesse social promovidos pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, poderão ser firmados independentemente da outorga do cônjuge, afastada a aplicação do disposto nos arts. 1.647 a 1.649 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (BRASIL, 2012).

A proposta e aprovação desta MP é considerada inédita no que se refere as políticas habitacionais que garante por lei a aquisição do contrato e transferência para mulher. Desde a primeira fase do programa, os títulos eram concedidos preferencialmente em nome da mulher e averbado na matrícula do imóvel, bem como os próprios mecanismos de seleção dos contemplados do faixa 1, estabelecendo critérios para a seleção dos imóveis, demonstrando a preferência por mulheres, idosos, pessoas com deficiência e famílias em área de risco para aquisição da unidade.

Essa conquista apresentam também nos possibilita diferentes reflexões sobre o direitos para as mulheres devido à histórica relação de vulnerabilidade social e financeira diante do patriarcado, gerando uma dependência de provedores masculinos ou demais membros da família para as demandas financeiras pessoal e de filhos, muito também relacionada às menores oportunidades de emprego e as duplas e triplas jornadas, onde o cuidado do lar, como a alimentação, cuidados pessoal e entre os demais membros da família representa uma maior distância ao mercado de trabalho.

A garantia do teto, muito além da venda do mercado imobiliário pelo “sonho da casa própria”, representa a estabilidade e segurança perante aos piores momentos de crise. Além disso, as mulheres de baixa renda assistidas pelo Bolsa Família e pelo Programa Minha Casa Minha Vida estão entre as mulheres que mais sofrem violências domésticas e sexuais por conjugues, ex-cônjuges, conhecidos e parentes, se comparado aos casos de violência às mulheres brancas, de classe média alta. A seguridade desta mulher em permanecer no imóvel perante as situações de

violência pode garantir melhor estabilidade e conforto durante os processos de divórcio e separação das relações violentas.

As contradições ganham evidência quanto retomamos ao proposto da criação do programa em 2009, na contenção da crise financeira mundial, favorecendo o aquecimento da indústria de construção civil, bem como o mercado imobiliário, este último tendo interesses financeiros entre as faixas 1,5, 2 e 3. Silva (2015) apresenta considerações sobre a titularidade feminina e o poder público na manutenção social que:

[...] liga o feminino ao espaço doméstico e a coloca na posição de responsável pelo lar e pela família. (...) Ainda é preciso ter em conta que a política também foi desenvolvida, contraditoriamente, como demanda do setor da construção civil. Já que, em análises de risco de mercado, **as empresas da construção entenderam serem as mulheres melhores pagadoras, uma vez que apresentam índices menores de inadimplência** (SILVA, 2015, p. 67-8, grifo nosso).

As lacunas entre a compreensão do direito à cidade e à moradia em relação as mulheres com mecanismos que assegurem a titularidade e estabilidade no reconhecimento de mulheres chefes do lar, ainda não superam toda as necessidades e direito no entorno para a reprodução da vida das mulheres, bem como, quando considera-se aspectos ilegais de venda e aluguel de unidades do faixa 1 pelo proprietário ou terceiros, demonstrando a realidade complexa de como as famílias estão inseridas nos programas. Assim, o alcance ao direito à moradia sendo conduzido pelo programa é caminho impossível de ser superado, já que na prática, as políticas neoliberais se mantêm a partir do próprio curso da propriedade privada da terra, no patriarcalismo, reproduzindo cada vez mais espaços fragmentados nas cidades.

O capitalismo não inventou a subordinação das mulheres, porém, estabeleceu modelos “mordernos” de sexismo, sustentados pelas novas estruturas institucionais, “onde seu movimento fundamental foi de separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordina-las ao segundo” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019. p. 51). As opressões de gênero enquanto produção e reprodução do trabalho de pessoas, da vida, do cotidiano, torna-se perversa, onde cria-se e mante-se a vida, para a capacidade e vitalidade da chamada por Marx de “força de trabalho”, do qual configura-se a reprodução social fundamental ao capitalismo, onde este trabalho diário realizado pelas mulheres é encoberto e negado, permeada pelas diferenças de gênero, classe, raça, sexualidade e nacionalidade (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019. p. 53)

Se são as mulheres que protagonizam historicamente funções elementares da reprodução da vida, como os cuidados diários das crianças, idosos, alimentação, cuidados afetivos de uma esfera privada - a partir da divisão sexual do trabalho podendo ser datadas no período pré capitalista europeu a partir dos “cercamentos” e propriedade privada, estabelecendo um novo “contrato sexual” - associada as condições da segregação socioespacial, refletem em condições mais complexas e árduas no estratégias de “malabarismo” para conciliar a reprodução social às

menores disposições de equipamentos públicos nas periferias, as longas distâncias dos empregos e infraestrutura social que possam garantir mínimas condições para a reprodução da vida para as mulheres.

Assim, será apresentado alguns resultados de pesquisas realizadas no Residencial Jardim das Alterosas, em Alfenas-MG entre os anos de 2018 e 2019, acerca do cotidiano e as relações de organização comunitária destas mulheres dentro do próprio residencial, bairro e cidade.

As mulheres no Residencial Jardim das Alterosas: resistências e organização comunitária

A compreensão acerca da organização comunitária protagonizada pelas mulheres foram a partir das visitas ao residencial²², observando a inserção do Programa Cidade Escola, de esfera municipal, enquanto núcleo interventor de atividades culturais, educativas e ambientais dentro do residencial, e que, em menores proporções, moradores entorno do bairro Recreio Vale do Sol também participam das atividades.

Anunciado em janeiro de 2017, por meio da Lei Municipal nº 4.710/2017, no primeiro ano de gestão do prefeito Luiz Antônio da Silva (PT), o Programa Cidade Escola é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Alfenas que apresenta enquanto formulação o objetivo de promover atividades socioeducativas, culturais, esportivas e ambientais para além dos espaços escolares, realizando oficinas, aulas, atividades e palestras para crianças e jovens em espaços públicos, como praças e quadras, além de espaços fechados, caracterizado enquanto núcleo a concentração de atividades nos bairros. O programa tenta romper com a histórica lógica de concentração de atividades socioeducativas presentes historicamente nas áreas centrais da cidade (biblioteca, teatro, conservatório de música, museu).

Mas que, por outro lado, o programa é passível de diversas críticas sobre real efetivação e transformação social, onde os integradores que atuam nesses núcleos não tem acesso a materiais e estrutura para a realização de atividades, a não cobertura e presença em todos os bairros mais pobres e fragmentados da cidade e campo, bem como, suporte pedagógico e de assistência social na resolução de conflitos presentes nas comunidades, ultrapassando os objetivos propostos pelo programa. Damiani (1993) em seu trabalho sobre o Conjunto Habitacional Itaquera I, na Zona Leste, Região Metropolitana de São Paulo, apresenta críticas e limites frente a aplicação de método de desenvolvimento comunitário em programas habitacionais do BHN no final dos anos de 1970, representadas por ideias da Organização das Nações Unidas (ONU), de forma generalizada e sistematizada, programas de desenvolvimento comunitário econômico e social para os conjuntos habitacionais, do qual nas resoluções e processos internos, previa a realização de atividades sociais e culturais no aproveitamento da mão de obra doméstica, estímulo a formação de associações, atividades profissionais recreativa aos novos moradores inseridos nas habitações, visando

²² As visitas a campo ocorrem a partir do ano de 2018 durante a realização da Iniciação Científica, enquanto bolsista da FAPEMIG.

estímulos frente aos números de inadimplência, mas do qual, não encerravam as contradições dos desemprego e real inserção ao direito à cidade nas periferias da cidade de São Paulo.

A “sevirologia”, termo utilizado nas periferias de São Paulo pelos movimentos sociais e culturais, do ato de se virar com o que tem e o que não tem, evidência práticas de resistência e criatividade de sujeitos que desejam transformar a periferia, mas, do qual não devem ser salutar, enquanto fim, mas sim enquanto crítica a histórica ausência de políticas e intervenções concretas e subjetivas para a população inseridas em conjuntos estruturadas pelo Estado

Considera-se a inserção do núcleo do Programa Cidade Escola no residencial enquanto onipresente, representando de forma ambígua a presença e ausência do Estado. A ausência diz respeito ao não atingir as demandas dos integradores e propostas do programa nas atividades socioeducativa, e que, por outro lado, possui maior presença ao estabelecer, de forma subjetiva, relações de poder e controle, onde a comunidade segue as amarras e organizações políticas do município e não de forma orgânica da própria comunidade. Assim, torna-se difícil estabelecer qual é o limite entre as práticas do programa e as práticas comunitárias.

Um importante aspecto evidenciado no Residencial Jardim das Alterosas, é a padronização dos empreendimentos faixa 1 FAR , com predominância da garagem nas áreas de comum convivência, onde a lógica do automóvel é superior as áreas de lazer e espaços de convivência coletiva, onde no cotidiano, os moradores ocupam de forma não padronizadas destes espaços, fazendo reuniões, festa, onde crianças dividem suas atividades de pipa e futebol em meio tráfego presente dentro do condomínio, demonstrando a inexistência de quadras e áreas específicas de lazer.

Para compreender sobre as intervenções do núcleo no residencial, foram entrevistadas entre os meses de outubro e novembro do ano de 2019, um total de 7 entrevistados, entre os entrevistados, 6 mulheres entrevistadas e 1 homem²³. A definição desta população entrevista está relacionada enquanto reconhecimento de principais lideranças e sujeitos protagonistas de diferentes ações no residencial, do qual, destaca-se: a cozinha e a distribuição de alimentos.

No que tangem estas ações, aparentemente pragmáticas, funcionais, elas demonstram múltiplas interações cotidiana, que vai desde a resolução de conflito entre vizinhos, até a aproximação e laços afetivos a partir da organização comunitária, que de forma contraditória, é estimulada e mediada pelo próprio município.

Sobre o surgimento do espaço da cozinha, umas das entrevistas relata sobre o processo de transformação do pequeno cômodo destinado a depósito de lixo em uma cozinha para atividades no espaço comum do residencial:

A cozinha fui eu que fiz! A cozinha era o seguinte: ali fizeram cômodo pra pô lixo. O caminhão pegava o lixo pelo lado de fora. Num deu certo. O pessoal chegava só ia jogando lixo e ai sujando as calçadas, né? O homi encrencava... o outro

²³ As mulheres entrevistadas apresentam 18, 29, 34, 37, 57 e 68 anos. O homem entrevistado apresenta 25 anos.

encrencava... dava maior encrenca. Fechamo a porta lá. (...) Ó, P. [funcionário da Prefeitura]! Nois vamos por uma pia”. Eu comprei uma pia, aquela pia foi eu que comprei e puis lá. Aí o P. mandou fazer as encanação tudinho. Encanou da caixa pra dentro, né? Aquela porta de ferro por dentro, né, ele trouxe a porta e mandou pregar (A., 2019)

Um entrevistado do sexo masculino, morador e participante ativo da organização comunitária, relata sobre o surgimento da cozinha, caracterizada não enquanto ambiente físico, mas sim, local que promove refeições gratuitas para a comunidade:

Vou te contar agora como surgiu a ideia da cozinha... o dia da ideia da cozinha! Tava tendo a colônia de férias do Cidade Escola. Aí a gente levou um ônibus de criança pro Náutico. Isso no primeiro dia da colônia de férias... aí algumas crianças daqui, nossas... começaram a passar mal, foram 4 crianças naquele dia que passaram mal. E as quatro crianças que passaram mal foram pelo mesmo motivo. Consegue imaginar qual o motivo?... **Fome! Essas crianças estavam com fome.** Passaram mal de fraqueza... que não tinham tomado café, almoçado e tinham ido pra lá brincar. E aí o que se pensa né? Ai eu conversei com a B., aí a gente numa conversa, surgiu a ideia... vamos fazer almoço pra eles amanhã. A gente foi comprou as coisas, que faltava uma mistura, fizemos uma vaquinha entre nós, os moradores, eu com a B. E fizemos o almoço do primeiro dia. Lotou de criança! Cada um trouxe seu pratinho, todo mundo comeu... ninguém passou mal. Ai quando foi na segunda, tinha criança aqui na porta esperando. Aí a gente não conseguiu parar. Fomos arrumando voluntária, atrás de voluntário, foi dando uns problemas que é comum, se é comum não culpo nenhum deles, entendeu? Foi indo... e a gente tá aí a mais de um ano. (J., 2019)

Como relatado pelo entrevistado, a situação da fome pelas crianças, no ano de 2017, gerou uma grande inquietação e preocupação entre os integradores do Programa, propagando-se um sentimento de organização para providenciar refeições diárias entre as famílias, principalmente para as crianças. A partir da própria convivência entre os moradores, os integradores e coordenação do Cidade Escola assimilarem a necessidade e convidaram demais mulheres para participar, onde outras foram chegando, estabelecendo vínculos afetivos e de amizade. Quando perguntando o porquê do preparo e do ato de servir os alimentos, as mulheres da cozinha afirmam:

Ah... porque... é bom! A gente distrai a cabeça, o tempo passa, a gente faz o que a gente gosta de tá aqui, entendeu? As vezes acontece um imprevisto, a gente tem hora que a gente passa um pouco de raiva, entendeu? Muito bom ficar aqui, muito legal! (M., 2019)

Ah... por amor! É porque meu desejo é ajudar o próximo, entendeu? Mas como eu não tenho condições, aí eu faço o que posso. Ah eu acho que é pra família carente né, que as vezes a criança não tem o que comer em casa né. Aí já é um socorro. Pra quem não tem um almoço, aí vem almoçar aqui. Aí o almoço fica pra janta [risos]. (J.a., 2019)

Eu gosto de ajudar, sabe? Me sinto bem! Eu gosto de tá aqui todo dia com elas... [diz uma das mulheres com uma expressão e olhar de satisfação] (T., 2019)

Entre o ocorrido de 2017 até o ano de 2019, a “cozinha”, do qual não existe um nome próprio, funcionou enquanto espaço destinado para a preparação dos alimentos e distribuição do mesmo para as famílias do condomínio, cadastradas previamente, totalizando cerca de 150 refeições diárias. Os alimentos, que no ano de 2017, em seu início de organização, eram adquiridos

por meio de doações e vaquinhas. Após maior estruturação e maior participação de mulheres enquanto voluntárias, o residencial conseguiu o fornecimento direito de alimentos entregues pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e de padarias conveniadas pela prefeitura para a distribuição diariamente de pão e leite. Há também, em alguns dias na semana, distribuição de frutas, verduras e legumes que chegam por meio de doações, e que as famílias podem levar para suas casas (figura 1).

Figura 1 - Distribuição de café pelas mulheres durante o período da tarde e disposição de verduras para os moradores.



Fonte: acervo pessoal, 2019

Até durante as entrevistas realizadas, as mulheres, com exceção de apenas uma das mulheres que recebe aposentadoria, encontram-se desempregadas e queixam da difícil logística dos cuidados e mobilidade dos filhos diante das necessidades escolares, consultas médicas e o próprio cuidado. Afirmam “não tem com quem deixar [filhos, netos, irmãos]”, dificultando também as possibilidades de estudos para profissionalização e dedicação para a construção de uma carreira dessas mulheres.

Quando perguntado para uma das mulheres da cozinha durante a distribuição do café “quais tipos de atividades você gostaria que fossem realizadas no condomínio? ”, apenas desabafou: “Ah... eu queria tanto um emprego”. Durante as entrevistas neste trabalho sobre o funcionamento da Cozinha Comunitária, uma das entrevistadas exprime suas necessidades diante da realização do projeto:

Bem que todo mundo queria ganhar nem que fosse meio salário porque né, porque a gente fica aqui no dia a dia, entendeu? Mas só que eu vou conversar com o Prefeito Luiz Antônio da Silva, entendeu? Pra ele dá pelo menos meio salário pra cada uma de nós, entendeu? Porque, se entende né? Eu acho que é o certo, é o correto, né? Porque nois aqui, a gente trata as pessoas bem, todo mundo é igual, nenhum leva a mais, nenhum leva a menos. Todo mundo completo, todo mundo é igual, entendeu? (M., 2019).

Diante do desemprego entre as mulheres, a remuneração desses trabalhos compreendidos enquanto comunitários, associados ao desenvolvimento social da prefeitura que desempenhado por estas mulheres em seu lugar de moradia pode ser remunerado, assalariado, pago pelo município? É uma possível solução? Neste ponto, torna-se necessárias maiores reflexões a partir das necessidades dessas mulheres em receberem remunerações, bem como, o dever do Estado em acompanhar as habitações de interesse habitacional (como os Trabalhos Técnico Social - TTSs), com diversificado quadro de agentes sociais (educadores, psicólogos, geógrafos), para compreender as principais demandas e soluções traçadas de forma conjunta com os moradores. Infelizmente, as contradições alcançam outros patamares de maiores complexidades, onde o ponto de desequilíbrio é propriamente o próprio projeto de habitações do Programa Minha Casa Minha Vida. Pode-se considerar três justificativas: programa habitacional que favorece setores empresariais; o não acompanhamento das famílias pós ocupação; e habitação não acompanhada do direito à cidade.

Considerando os aspectos de segregação socioespacial e a menor presença de equipamentos públicos e de infraestrutura, a mobilidade ou imobilidade dessas mulheres na cidade se interligam entre diferentes limitações e barreiras entre aspectos da própria atividade reprodutiva dos cuidados elementares para a vida: quais os momentos de estudo, lazer, trabalho, além das tarefas reprodutivas da família e do lar? Assim, considera os aspectos do bairro e cidade: onde estão localizadas as creches? Existe acesso garantido para todas? Onde estão os postos de trabalho? Existem espaços de lazer e cultura para as crianças? Aonde estas mulheres deixam seus filhos para trabalharem? São estas as principais contradições do direito à cidade para as mulheres, que não confluem-se aos aspectos específicos em torno da própria reprodução social, necessária para a produção do capitalismo, de uma mão de obra alimentada, saudável para dispor no dia seguinte a venda de sua força de trabalho a partir da exploração²⁴.

No início do ano de 2020, a cozinha passou por significativa mudança. As mulheres que atuavam de forma voluntária foram substituídas por funcionárias contratadas da prefeitura, agora responsáveis pela organização e preparo de alimentos na cozinha. A partir de relatos entre moradores e responsáveis pelo núcleo do Programa Cidade Escola, o desfecho ocorre pela existência de conflitos interno entre as mulheres, discordâncias e incompatibilidade diante das tarefas e organização de mantimentos.

A cozinha representa grande de potencial comunitário em diversas comunidades e organizações populares, representando o coração e pulsão dos movimentos, como núcleo central organizativo das ocupações de moradia, dos assentamentos de terra, aonde o alimento une e

²⁴ A Teoria da Reprodução é formulada a partir de feministas classista que defende o fim das opressões pelo desmantelamento do capitalismo, do qual considera a grande diversidade de mulheres e homens sujeitos às opressões do sistema capitalista, que em fase neoliberal, avança e intensifica cada vez mais sobre as explorações de mulheres, latinos americanos, negros, diferentes sexualidades, camponeses, e a classe trabalhadora, na defesa de um feminismo dos 99%. (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019)

agrega sujeitos para renovações de luta. E muitas vezes, de forma invisível e silenciadas, são as mulheres que estão na linha de frente, e que muitas vezes, enxergam-se homens nas frentes decisivas. Elas se fazem presentes nas subjetividades e concretudes da reprodução e auxílio de tudo e todos para a garantia de direitos.

Considerando sobre os aspectos de organização comunitária pelas mulheres, Castells (1999) apresenta tipologias analíticas sobre distintos movimentos feministas a partir dos anos 60, dentre elas, o feminismo pragmático do qual considera a mais ampla e profunda corrente de lutas feministas que ganham força em países em desenvolvimento, principalmente entre as classes operárias e organizações comunitárias. Este feminismo representa identidades de donas de casa, exploradas, trabalhadoras que buscam derrotar o capitalismo patriarcal enquanto meta a sobrevivência e dignidade. “É possível, porém, que muitas mulheres sejam feministas na prática, embora não reconheçam o rótulo nem tenham consciência de que se opõem ao patriarcalismo” (CASTELL, 1999. p. 236), mas que de certa forma, existem limites na compreensão sobre importantes diferenças entre o feminismo e as lutas feministas.

Assim, a contratação de funcionárias pela prefeitura na organização da cozinha não representou o distanciamento completo das moradoras em atividades organizativas relacionadas aos alimentos, pois o desemprego e a fome não se afastaram, mas sim, se intensificaram no ano de 2020. Foi possível observar que a partir de março de 2020, com o início do isolamento social no Brasil, o estabelecido pelo surgimento do novo vírus COVID 19, o surgimento de novas demandas no residencial, onde exigiu a (re)organização, protagonizada pelas mulheres. Durante a pandemia, os preparos das refeições foram suspensos, sendo estabelecido entre os agentes do Programa Cidade Escola a parceria voluntária destas mulheres, que aceitaram dedicar seu tempo e rotina na distribuição de pães e leites pelas manhãs, bem como a organização e cadastro de famílias para o recebimento de cestas básicas mensais da prefeitura.

Sobre os vínculos estabelecidos entre as mulheres, como a união, a amizade, a escuta e camaradagem entre elas demonstram práticas “baseada nas experiências do cuidado e da gestão do afeto, que teria impacto positivo se lavada para a esfera da política” (BIROLI, 2014, p. 36) torna-se distinta daquelas produzidas pelos homens de acordo com as diferentes visões de mundo, impulsionadas pela esfera pública e privada das relações e divisão sexual do trabalho.

A relação dialética está posta, existindo dois campos de pensamento que se contradizem e se estimulam para a construção de um novo caminho. A partir da pesquisa realizada com as moradoras no residencial foi possível observar a existência de relações comunitárias construídas a partir dessas mulheres, do qual afirmam gostar de se dedicar às práticas comunitárias e voluntárias na “ajuda ao próximo”.

Por outro lado, estas tarefas não se desassociaam com os trabalhos e funções diárias das próprias condições de reprodução dos seus lares, filhos e família, bem como o aumento do desemprego que no mês de setembro alcançou o patamar superior a 13 milhões de desempregados (PNAD, 2020). Mulheres estas, desempregadas, mães e de idade mais avançada, que além de

desempenharem atividades comunitárias no dia a dia, desistiram de procurar empregos formais, e conseguem sobreviver com os chamados “bicos”, com faxinas, cuidados de idosos e crianças dentro ou próximo ao condomínio, e também ciclos anuais da “panha” de café em fazendas em bairros rurais e cidades próximas, e que durante a pandemia, se mantêm com o auxílio do Governo Federal, bem como, programas e ações do bolsa família e doações de cestas básicas.

Por fim, A assistência presente enquanto emergencial, tratando-se dos altos índices de desemprego entre os moradores no condomínio, e pelo fato das famílias passarem fome, principalmente as crianças do qual eles se preocupam, com grande receio de entrarem nas históricas estatísticas de criminalidade, como o tráfico de drogas e os pequenos delitos, como furto e roubo. Mas o assistencialismo não é em si a solução, principalmente quando caminha na obtenção de votos em troca de pequenos favores e necessidades básicas. De fato, os conjuntos habitacionais desdobram-se em constantes necessidades de auxílio e acompanhamento quando inseridos em bairros e áreas periféricas, do qual as soluções concretadas devem-se estar baseadas em transformações radicais no urbano, a partir dos aspectos sociais e econômicos que possam alcançar novos rumos e direções sobre a vida das famílias, principalmente das mulheres interligadas principalmente a reprodução social, onde programas e serviços chegue à patamares, salto acima, sobre suas vidas, cotidiano, como a garantia das vagas em creches e escolas, espaços de lazer e cultura, acesso à universidades, lavanderias e refeitórios públicos, empregos e atividades que possam desenvolver os bairros, na construção coletiva de espaços e o real direito à cidade e em seus bairros.

Considerações finais

A proposta em se discutir o cotidiano e organização comunitária permeando as relações de gênero, bem como as contradições acerca da criação do Programa Minha Casa Minha Vida e o surgimento de mecanismos legislativos que passam o título do imóvel para a mulher, foi demonstrar o não alcance desejado frente as demandas e direitos à moradia e à cidade. Este primeiro, em seu profundo aspecto de habitar construído a partir das relações diversas entre as famílias, que fujam de habitat padronizados, de pavilhões, e construções em massas em pequenos espaços de 40 m². E considerando Lefebvre (2001), a cidade enquanto Obra, em seus valores de uso, apresenta realidade complexa e contraditória em relação à cidade enquanto produto, valor de troca, na orientação irreversível na direção do dinheiro, em que o curso de produção do capital engessa, explora, padroniza em suas condições de exploração e controle sob a vida, os valores de uso, as possibilidades e nos encontros de culturas e vivências do espaço urbano.

O Residencial Jardim das Alterosas está diluído nas relações entre bairros e a próprias relações das periferias demonstram o cotidiano do lugar. A não existência de organização entre síndicos, representantes ou associações de moradores, bem como a ausência de porteiro, demonstra a configuração de novas relações entre condomínio e bairros entorno, possibilitando por exemplo a territorialização do crime organizado dentro do residencial.

A partir das observações das análises de organização entre as mulheres, é possível reconhecer, que a inserção do Programa Cidade Escola no residencial estabelecem de forma contraditória por proporcionar uma organização coletiva entre as mulheres, mas que são controladas e guiadas a partir das decisões de coordenadores do Programa Cidade Escola. Isso pode representar certa dependência frente as ações, mas que também não podem ser desconsiderados os protagonismos, as compreensões e atitudes singulares entre os sujeitos diante de processos que exigem intervenções comunitárias diante principalmente da fome. É importante considerar as relações de gênero associada a possível configuração de organização voltadas a sobrevivência.

A divisões sexuais do trabalho não representa-se apenas em si segmentações sobre as atividades e papéis desempenhado entre homens e mulheres de forma pragmática das relações humanas, mas sim, de representações construídas a partir das relações de poder e dominação na reprodução do capitalismo sobre os aspectos de construção social modela, orienta, conduz as próprias práticas organizativas sociais dos sujeitos no espaço e em seu cotidiano, não só restringindo apenas as discussões de gênero, mas sim, capaz de abranger tantas outras, como a “relação dialética entre três elementos que na concepção lefebvriana, compõe a vida cotidiana na sociedade capitalista - trabalho, família e lazer - é uma relação que se manifesta em sua negatividade” (NASSER, 1998, p. 102).

O que pode ser superado entre essas relações da presença e ausência do Estado no residencial e periferia, e o protagonismo e presença de mulheres, pode ser a promoção real organização popular entre os moradores que possam ir além de atos solidários, mas sim, que promovam formas de reflexão e até mesmo leitura, fortalecendo a criação de coletivos, associações, transmitindo maiores protagonismos na luta por direitos e dignidade; não pode-se desconsiderar as históricas lutas e mobilização popular diante das demandas nos bairros periféricos, como a luta das mulheres por creche, bem como, pelo acesso à saúde, como o Fórum Popular de Saúde, onde moradores e trabalhadores da área de saúde protagonizam reivindicações e exigência de instalação de postos de saúde e seus bairros, e lutam contra a privatização da saúde e defesa do SUS;

Assim, o curso das mobilizações sociais também afloram a partir das principais demandas e situações que atinge os moradores, como reivindicações de asfalto, água, luz, esgoto, moradia, creche, escola, postos de saúde, áreas de lazer, onde a pressão popular nos representantes do Estado possibilitam conquistas, e estas, também podem estabelecer menores momentos de tensão quando alguns dos seus direitos momentâneos passam conquistados, não superando em si as contradições do capitalismo, onde as demandas se transformam, aumentam, se configuram na produção do espaço.

As compreensões acerca do cotidiano dos condomínios residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida ocorrem e sempre exigem cada vez mais amplos estudos em diferentes possibilidades metodológicas, em outras áreas do conhecimento, sobre as particularidades, relacionando com as

dinâmicas das cidades, os vetores de expansão e a distribuição de equipamentos públicos e comércios. Sobre os moradores contemplados ou não pelo programa, torna-se fundamental compreensão dos sujeitos, sobre o que pensam e interação entre os vizinhos, bairros e cidade.

Ainda sobre as possibilidades e avanços frente aos estudos do Programa, os desafios metodológicos e propositivos dos estudos podem ser associados a amplas investigações sobre os 5,5 milhões de unidades contratadas em todo o território brasileiro, e como associar as seguintes perspectivas na produção do espaço: estudos políticos e econômicos do programa; estudos arquitetônicos e ambientais das habitações; a participação de bancos e mercado imobiliário; a organização comunitária e cotidiano.

Referências

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

AZEVEDO, S. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, n. 4, out.-dez. 1988.

AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A. G. de. **Habitação e poder** - da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 2011.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 2 ed. 1982

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 7ª ed. São Paulo: Estação Liberdade. FAPESP, 2017.

BOULOS, G. **Por que ocupamos?: uma introdução à luta dos sem-teto**. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2014.

BRASIL. E.M. Interministerial nº 33, de 24 de março de 2009

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

BRASIL. Lei nº 12.424 de junho de 2011.

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 561, DE 8 DE MARÇO DE 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Mpv/561.htm . Acesso set. 2020

NASSER, A. C. "Sair para o mundo" Trabalho, Família e Lazer na representação de excluídos. **Cadernos CERU**, v. 9, p. 101-108, 1 jan. 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAMIANI, A. L. A Cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I. 1993. **(Tese de Doutorado)** - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SILVA, K. A. C. Mulheres e o direito à moradia: uma análise a partir do programa Minha Casa, Minha Vida. **Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito)** - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

A evolução das relações de trabalho na cafeicultura do Sul de Minas e o papel da mão de obra feminina: apanhadoras de café de Divisa Nova-MG

Glaucione Raimundo
glaucionegeo2018@gmail.com.br

Ana Rute do Vale
ana.vale@unifal-mg.edu.br

Introdução

A cafeicultura representa uma das principais atividades econômicas na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, onde está situado o município de Divisa Nova, caracterizado pela predominância de grandes propriedades modernizadas, mas que ainda utilizam mão de obra, sobretudo, na colheita do café. Todavia, outrora, as relações de trabalho eram diferentes. No século XIX, quando o Brasil vivia o chamado ciclo do café, Minas Gerais, da mesma forma que nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, utilizavam mão de obra escrava. Essa era a realidade nas grandes fazendas da região e em Divisa Nova não era diferente.

Com a abolição da escravatura, o regime de colonato se fez presente, sendo caracterizado pela contratação do trabalho familiar, no qual o chefe da família era que negociava as condições de trabalho e as formas de pagamento. Nesse sentido a esposa e os filhos apenas contribuíam como força de trabalho, mas não tinham direito nas tomadas de decisão. Esse regime vai perdurar até a década de 1950, já com colonos brasileiros, mas vai perdendo força, na medida em que o capitalismo avança cada vez mais sobre o espaço rural e trabalho assalariado individual passa a predominar na agricultura. Ademais, aos poucos esses trabalhadores vão deixando de serem moradores nas propriedades rurais onde trabalham e migrando para a cidade, tornando-se trabalhadores volantes.

Esse foi um momento importante para as trabalhadoras rurais do café, que passaram a ter acesso aos direitos trabalhistas e, sobretudo, mais independência financeira com relação aos pais e maridos, porque passaram a receber seus próprios salários. Essa é a situação atual das apanhadoras de café de Divisa Nova, sobretudo as mais velhas que ainda se dedicam a esse tipo de trabalho mesmo vivendo na cidade. Nesse sentido, esse trabalho busca compreender como o trabalho da mulher na cafeicultura do Sul de Minas foi evoluindo desde o colonato até o trabalho livre, partindo do estudo de caso das mulheres apanhadoras de café do município de Divisa Nova-MG. Para tanto, além de referencial teórico, foram realizadas entrevistas com as 20 mulheres apanhadoras de café e como representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Divisa Nova durante o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso da primeira autora²⁵ desse trabalho.

²⁵ RAIMUNDO, Glaucione. **Geografia e gênero no campo**: em estudo sobre as mulheres apanhadoras de café de Divisa Nova- MG. 59 f. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (em Geografia). Instituto de Ciências natureza. Universidade Federal de Alfenas - MG, Alfenas, 2017.

O trabalho se inicia a partir da discussão sobre a evolução das relações de trabalho na cafeicultura do Sul de Minas, depois caracteriza a cafeicultura no município de Divisa Nova, destacando sua estrutura fundiária concentrada e a mecanização agrícola e, por fim mostra a percepção das mulheres apanhadoras de café do município, mostrando os motivos pelos quais as mais velhas persistem nesse tipo de trabalho e as mais jovens buscam alternativas de emprego.

O trabalho nos cafezais do Sul de Minas: escravidão, colonato e trabalho “livre”

Historicamente, a evolução do café no Sul de Minas Gerais ocorreu a partir do cultivo das primeiras mudas advindas do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba, no início do século XIX, trazidas por tropeiros responsabilizados por levarem-nas aos municípios Baependi, Jacuí e Aiuruoca, sendo, inicialmente, apenas para subsistência, aumentando a sua produção para comercialização a partir de 1875 (FILLETO, 2000).

Minas Gerais, ao final do século XVIII e no início do século XIX, já possuía uma forte relação para com o seu mercado interno e para com o circuito comercial de províncias próximas a ela na época, especialmente, o Rio de Janeiro. Já existia uma produção mercantil interna para a população que se dedicava à extração de ouro nas minas na província. No entanto, com o declínio do ouro em regiões mineiras, sobretudo no Sul de Minas, no século XVIII, ocorreu a consolidação de produções agrícolas, não com grandes extensões de lavouras, mas o suficiente para a subsistência e comercializações externas à região (PASCOAL, 2007).

Dessa forma, proprietários e fazendeiros da época, utilizando mão de obra escrava assumiram uma nova dinâmica de atividades econômicas diversificadas, dentre elas, a prática agropastoril e também a comercialização interna de produtos como o fumo, o leite seus derivados e diferentes tipos de animais e seus derivados, especificadamente, gados, carneiros, porcos (ANDRADE, 2005). Sobre essa utilização do trabalho escravo,

[...] de acordo com o censo de 1872, o Sul de Minas possuía uma população ativa de 352.001 pessoas, sendo 279.778 livres e 72.223 cativos. Esta população escrava colocava o Sul de Minas como dono do terceiro maior plantel escravista de toda província, perdendo apenas para as Zonas Mata e Metalúrgica, com 94.559 e 90.148 escravos respectivamente (CASTILHO, 2009, 23).

O referido autor destaca que essa elevada concentração de escravos na região dificultou a transição para a mão de obra livre. Os dados da tabela 1 mostram esses números distribuídos pelos municípios do sul de Minas, entre 1876 a 1885:

Tabela 1: População escrava dos municípios sul-mineiros (1876 a 1885).

Municípios	1876		1883		1885	
	Nº escravos	%	Nº escravos	%	Nº escravos	%
Alfenas	4.170	5.6	5.022	8.0	4.495	7.7
Ayruoca	3.564	4.8	3.092	4.9	2.654	4.5
Baependy	7.248	9.7	6.306	10.0	3.877	6.6
Cabo Verde	1.510	2.0	1.510	2.4	1.385	2.4
Caldas	2.391	3.2	2.720	4.3	2.492	4.3
Campanha	6.750	9.1	3.379	5.3	5.422	9.3
Carmo de Rio Claro	-	-	1.227	1.9	1.227	2.1
Christina	4.547	6.1	5.599	8.9	4.610	7.9
Dores da Boa Esperança	4.764	6.4	2.455	3.9	2.477	4.2
Itajubá	4.496	6.0	3.960	6.3	4.048	6.9
Jaguary	1.070	1.4	1.172	1.8	1.069	1.8
Lavras	8.380	11.2	6.322	10.0	5.417	9.3
Passos	4.065	5.4	5.623	8.9	4.792	8.2
Pouso Alto	-	-	2.439	3.9	2.282	3.9
Pouso Alegre	4.075	5.4	3.465	5.5	2.227	3.8
S. José do Paraíso	4.164	5.6	1.890	3.0	1.778	3.0
S. Gonçalo	-	-	37	0.05	151	0.2
S. Sebastião do Paraíso	3.598	4.8	3.814	6.0	3.537	6.1
Três Pontas	5.997	8.0	2.817	4.4	2.313	4.0
Ouro Fino	3.574	4.8	-	-	1.694	2.9
Total	74.363	100	62.849	100	57.947	100

Fonte: CASTILHO (2009, p. 25).

Todavia, não é possível afirmar que esses escravos trabalhavam nas fazendas de café, uma vez que, segundo Filletto (2000) não há dados sobre esse número, mas é possível deduzir que o crescimento do tráfico negreiro na primeira metade do século XIX, tenha sido para atender à crescente expansão da cafeicultura em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Isso tudo, “apesar dos compromissos internacionais, cada vez mais sérios, assumidos por Portugal - e pelo Brasil, após a independência - com a Inglaterra e da condenação moral desse comércio pela opinião pública” (p.10).

A chegada do café no Sul de Minas fez com que sua economia sofresse intensas modificações, principalmente em seu conservador e convencional mercado interno, que não desapareceu imediatamente, mas teve a sua importância regional reduzida. Destaca-se também que a nova cultura agrícola, associada a questões legislativas internacionais e nacionais, trouxe uma nova reconfiguração à região, que são a modernidade, a eletricidade, o automóvel, novas construções e a estrada de ferro. Além disso, o ano de 1880 já trazia alardes e movimentações

aboliconistas, pelo fim da escravidão e o início de um trabalho livre, apoiada por liberais, emancipadores e algumas mídias da época (CASTILHO, 2009).

Com a abolição tão próxima tornou-se de extrema necessidade que a elite agrária pensasse em uma nova forma de mão de obra para a região, visto que todos os serviços eram realizados por escravos. Sob uma ótica cultural da época, realizar tarefas nos diferentes setores da economia da região e também do país, estava associado à submissão e o ócio ao poder, o que fez com que o governo do país, aliado as províncias regionais instalassem em fazendas particulares ou em Núcleos Coloniais imigrantes europeus, através de uma nova forma de trabalho: livre, familiar e assalariada (ibidem). Todavia, conforme Martins (1979, p. 18-19)

Ele não pode ser definido como um regime de trabalho assalariado, já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho. Isso porque o colonato se caracterizou [...] pela combinação de três elementos: um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, portanto, um componente camponês pré-capitalista na relação laboral. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar, modo camponês de trabalhar, estranho ao mundo do assalariamento e aos requisitos de sua efetivação. É, porém, a produção direta dos meios de vida, com base nesse trabalho familiar, que impossibilita definir essas relações como relações propriamente capitalistas de produção.

Vale destacar que os tais Núcleos Coloniais eram financiados pelo estado ou pela União e projetados para receber trabalhadores estrangeiros e localizavam-se às margens das ferrovias, o que “garantiria trabalho para os colonos nos primeiros tempos antes da primeira colheita, além de contribuir para o desenvolvimento das próprias ferrovias” (CASTILHO, 2009, p.63). Os municípios onde foram instalados esses núcleos na região: Pouso Alegre, Nova Baden, Campanha, Itajubá, Ouro Fino e Cristina. Nesse sentido, o referido autor, argumenta que os imigrantes

[...] não foram utilizados em substituição direta da mão de obra escrava nas fazendas de café, como reza o mito, pelo contrário, apenas ajudaram a recompor a oferta de mão de obra na região como uma parcela não tão significativa, ao lado dos trabalhadores nacionais (ibidem, p. 87).

Consentino (2006) reforça essa teoria, argumentando que, diferente da região cafeeira de São Paulo, o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas, não contou com a mão de obra resultante de imigração, de uma forma muito intensa. Isso porque os imigrantes não se sentiam muito atraídos pela sua dinâmica produtiva, além do fato de ter uma elite ainda apegada ao regime escravista. Para Martins (2012), os sulmineiros eram temerosos com relação aos imigrantes europeus, por considerarem que eles teriam dificuldades de adaptação às elites agrárias brasileiras e que não haveria garantia de continuidade da oferta desses trabalhadores ao longo do tempo, segundo as elites letradas da região.

Ao contrário dos paulistas, preconizadores da política imigrantista, os sul-mineiros penderam para o lado do trabalhador livre nacional. Embora julgassem que os “camaradas” fossem menos instruídos que os imigrantes, os homens de imprensa sul-mineiros os consideravam bastante úteis às fazendas e indústrias da região. Por isso, quiseram que os governos tomassem medidas capazes de disponibilizar esta mão de obra, com abundância e disciplina (ibidem, p. 232).

Nesse sentido, as colônias da região, foram sendo aos poucos ocupadas pelos brasileiros. Dias (1981) considera que no colonato predominava “fartura” para essas famílias porque tinham a possibilidade de plantar nas terras da fazenda, o que lhes garantia alimentos para sua subsistência. Todavia, com a mudança para a fase do trabalho assalariado individual nos cafezais, tudo se transforma. A partir de então, ocorre a superação das economias não monetárias, tal qual era a relação de trabalho que se estabelecia com a família do trabalhador-colono, e também se aproximam os custos de subsistência da força de trabalho, seja rural ou urbana. A autora analisa que do ponto de vista da acumulação de capital, isso significava que esses trabalhadores precisariam comprar uma quantidade maior de mercadorias para que continuassem vendendo sua força de trabalho. Já no ponto de vista da família do operário, com o custo de sua reprodução sendo monetarizado, suas estratégias de sobrevivência também necessitaram ser modificadas, uma vez que deixaram de ser determinadas “pela constituição da família em unidade de força de trabalho e de produção para a subsistência” (ibidem, p.33). Ressalta-se que essas famílias necessitarão adquirir no mercado tudo aquilo que antes produziam.

De fato, quando o capital submete o trabalho, desaparecem os espaços para o estabelecimento de relações de produção que não sejam individualizadas, o que implica o desaparecimento da família enquanto unidade de força de trabalho: a unidade agora é o indivíduo. De outra parte, a expropriação da produção para subsistência, pela negação da permissão do acesso à terra, reduz a capacidade de produção de valores de uso dentro do âmbito do grupo doméstico, que agora se restringe tão-somente à realização de tarefas domésticas, como em qualquer outra família operária [...] (DIAS, 1981, p.33)

No entanto, essas estratégias são diferentes entre assalariados rurais residentes e volantes, mas o ponto comum entre eles é que, uma vez que não conseguem mais se reproduzir sem se integrar no mundo das mercadorias, o que faz com que a “fartura” dê lugar à “carestia”. Acontece que, o recebimento de seu salário que permitirá mensurar “os preço das mercadorias necessárias à sua reprodução e à da sua família” (ibidem, p.33). Citando Stein (1976), a autora explica o salário individualizado é apenas uma soma no grupo familiar, não tendo o trabalho mais “nada a ver com a totalidade do grupo e a quantidade de trabalho independe do desempenho do grupo” (ibidem, p. 34). Ressalta-se, porém, no caso dos assalariados residentes, a contatação de empregados solteiros é rara, ou seja, no fim das contas, ao empregar um grupo familiar, o capitalista não apenas garante a regularidade do suprimento de mão de obra, como também reduz os custos, sobretudo com moradia (OLIVEIRA, 1978 op. cit DIAS, 1981).

Outro ponto importante é que se para empregado residente é que, se por um lado, não precisa gastar com moradia e há possibilidade de ter uma horta, criar galinhas, por outro, ficava à disposição do fazendeiro 24 horas por dia, inclusive para outras funções dentro da propriedade. Nesse sentido, conforme constatou Dias (1981), em sua pesquisa com os trabalhadores rurais do municípios de Guaranésia-MG, eles preferiam morar na cidade, ou seja, ser um trabalhador volante, para ter mais liberdade nos horários de descanso. A autora mostra que, no caso das mulheres, a situação como residente era ainda pior, já que, geralmente, ela “ajudava” o marido no trabalho na roça, muito semelhante ao seu papel no colonato. Mesmo quando é assalariada individual, no espaço rural suas opções de trabalho se limitam às atividades agrícolas e, algumas vezes aos serviços domésticos na casa do fazendeiro. Na cidade, ao contrário, existem mais opções de emprego, caso não queira ser trabalhadora volante na agricultura.

Nesse percurso, cada vez mais a mão de obra utilizada na cafeicultura no Sul/Sudoeste de Minas é a volante, contratada no período da safra, sobretudo na colheita, os “apanhadores de café”, com origens variadas, dependendo do tamanho das propriedades. Sendo assim, nas unidades de produção familiar podem ser tanto os membros da família, quanto os vizinhos (troca de dias de trabalho ou assalariados da comunidade, em geral apenas quando membros da família não são suficientes); nas propriedades médias os assalariados são predominantes e podem ser da região ou de fora dela, geralmente do Norte do Paraná, Norte de Minas e da Bahia (nesse caso, contratados pelos “gatos” em sua região de origem); e, por fim, nas grandes propriedades o trabalho assalariado predomina praticamente em todas as fases do ciclo produtivo do café (COALIZÃO DO CAFÉ et al., 2004).

Vale ressaltar que a cafeicultura no Sul/Sudoeste de Minas existe uma “elevada densidade do trabalho nas operações de cultivo devido à impossibilidade topográfica de desenvolver uma agricultura mais mecanizada e poupadora de mão de obra” (VILELA; RUFINO, 2010, p. 9). Consequentemente, o mesmo ocorre com o trabalho na colheita que, embora quando “efetuada por mão de obra braçal representa de 40% a 60% do custo de produção de uma saca de café” (COALIZÃO DO CAFÉ et al., 2004, p. 23), o relevo acidentado também dificulta a utilização da colheitadeira mecânica. No entanto, nas áreas mais plana de alguns municípios cafeicultores da região, como é o caso de Divisa Nova, a contratação dos “apanhadores de café”, vem diminuindo e a presença dessas colheitadeiras aumentando.

Tristemente, é nesse tipo de contratação de mão de obra vinda das regiões mais pobres que reside o maior e mais vergonhoso problema na cafeicultura sul-mineira, o trabalho análogo à escravidão, denunciado pelos sindicatos e demais órgãos representativos desses trabalhadores e muitas vezes retratado pela mídia. De acordo com o Ministério da Economia (2019), 18 propriedades de 17 municípios do Sul/Sudoeste de Minas estão enquadradas na Lista Suja do

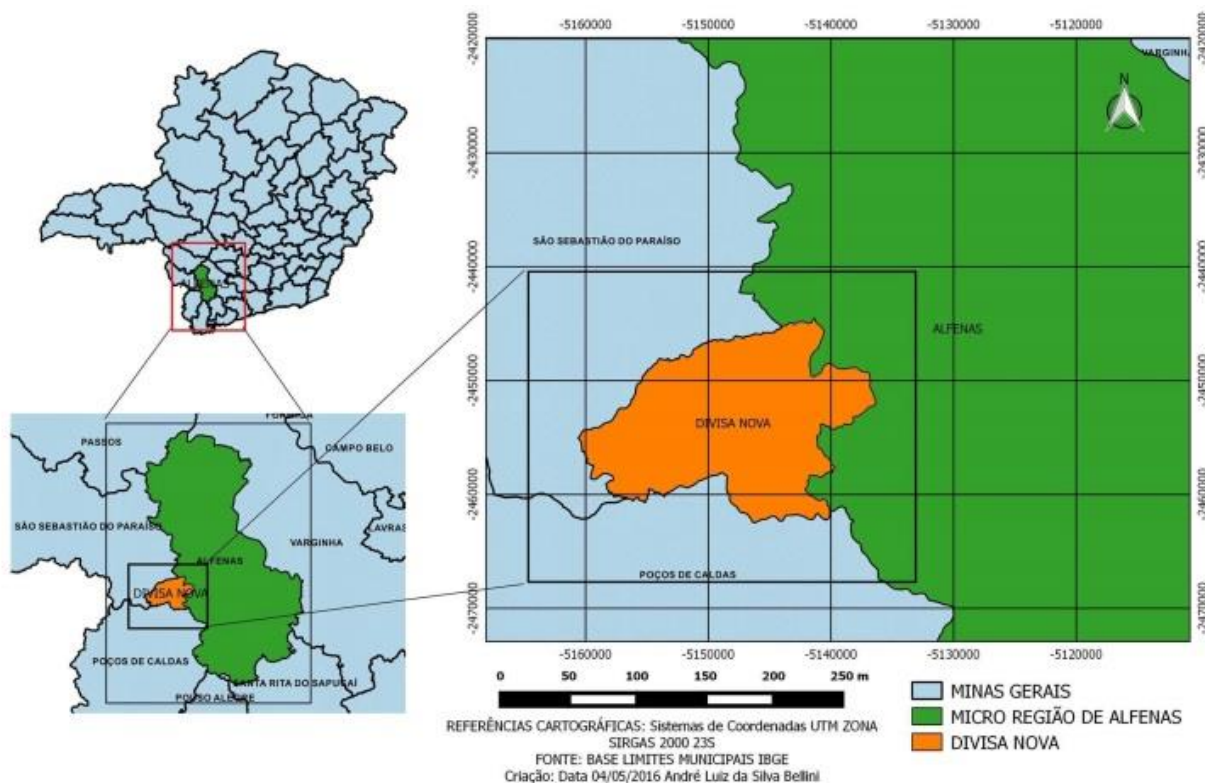
Trabalho Escravo²⁶ de 2018, dentre eles: Poços de Caldas, Machado, Poço Fundo, Minduri, São Vicente de Minas, Bom Sucesso, Conceição da Aparecida, Jacuí, Albertina, Claraval e Andrelândia. Foram inseridas à lista 50 novas empresas e propriedades que submetem seus empregados (as) a condições degradantes de trabalho. Ao todo, foram encontrados 210 trabalhadores em situação análoga à escravidão nesses estabelecimentos.

Ademais, esses dados também evidenciam que as fazendas onde a grande maioria dos trabalhadores foi encontrada são fornecedoras de matéria prima à diversas empresas multinacionais prestigiadas e grandemente consumidas socialmente, dentre elas, a Nestlé, Starbucks e Mc Donald´s, Dunkin' Donuts, Starbucks e Illy (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2018).

A cafeicultura em Divisa Nova: concentração fundiária e mecanização agrícola

O município de Divisa Nova integra a microrregião de Alfenas (Figura 1) e se insere na terceira fase de expansão da cafeicultura da mesorregião sul- mineira, com a expansão do meio técnico científico informacional ao espaço rural, o que promoveu o desenvolvimento produtivo de lavouras de café através da mecanização do campo com maquinários, poupando mão de obra, a partir da década de 1970 (VILELA; RUFINO, 2010, p. 9).

Figura 1: Localização geográfica do município de Divisa Nova na Microrregião de Alfenas- MG

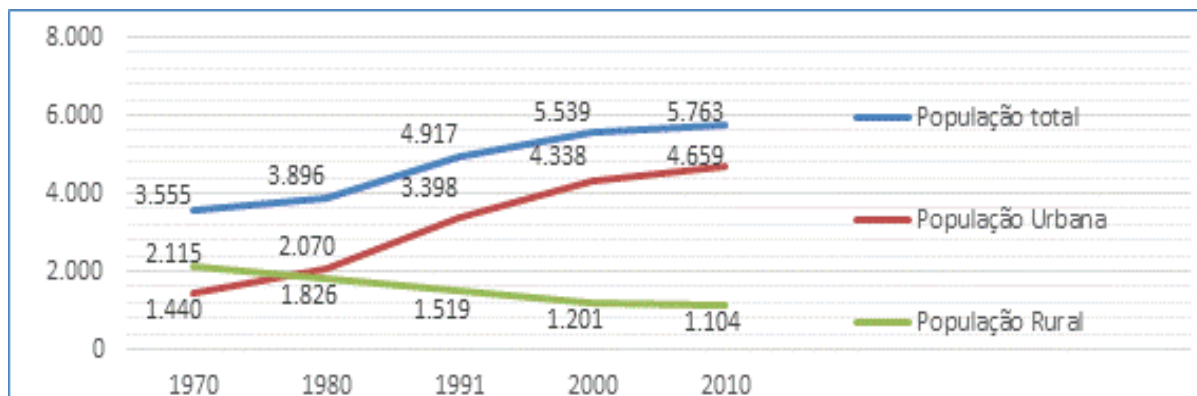


Fonte: IBGE - Base cartográfica Digital (2016). Org. por André Luiz da Silva Bellini.

²⁶ Criada em 2003, a Lista Suja do Trabalho Escravo é uma base de dados prevista no artigo 2º, caput, da Portaria Interministerial nº 4 de 11 de maio de 2016, divulga anualmente casos de vítimas resgatadas de trabalhos em condições análogas à escravidão no Brasil.

O município caracteriza-se pela superação da população urbana em relação à rural, a partir da década de 1980, atingindo o patamar de 81%, em 2010 (gráfico1), em uma população total que é estimada em 6.025 habitantes (IBGE, 2020).

Figura 2: Evolução da População rural, urbana e total do município de Divisa Nova (2010).



Fonte: SIDRA/ IBGE (2010).

Esse elevado nível de urbanização, no entanto, não deveria condizer com a realidade de um município cuja economia gira em torno das atividades agrícolas e que, portanto, não possui capacidade de gerar empregos urbanos, resultando em diversos problemas sociais. Conforme explicam Moura e Vale (2018, p. 3), sobre Divisa Nova:

Essa expulsão do homem do campo está ligada à predominância do agronegócio do café e, mais recentemente da cana-de-açúcar, monoculturas que ocupam grandes extensões de terras no município e se caracterizam pela adoção de técnicas modernas, poupadora de mão de obra. Por conta disso, o município convive com diversos problemas de caráter urbano como desemprego, exploração do trabalho, criminalidade, falta de acesso aos serviços, precariedade na infraestrutura, o que leva a um estado de vulnerabilidade e precariedade. Diante dessa situação, boa parte de seus moradores passaram a buscar emprego em municípios vizinhos, como é o caso daqueles que trabalham na cidade de Alfenas, para a qual deslocam diariamente.

Nesse sentido, percebe-se que o intenso êxodo rural do município está ligado à estrutura fundiária concentrada e a mecanização da agricultura que, conforme já mencionado, é facilitada pelo relevo pouco acidentado de seu território.

De acordo com os resultados preliminares do censo Agropecuário do IBGE (2017), o município de Divisa Nova possui 419 estabelecimentos rurais, sendo que, em número, predominam estabelecimentos rurais com áreas com menos 100 hectares, representando 90% do total das propriedades, enquanto apenas 10% dos proprietários são detentores de áreas acima de 100 hectares (tabela 2). Nesse sentido, embora não existam estabelecimentos acima de 500 hectares, esses dados revelam a concentração fundiária no município.

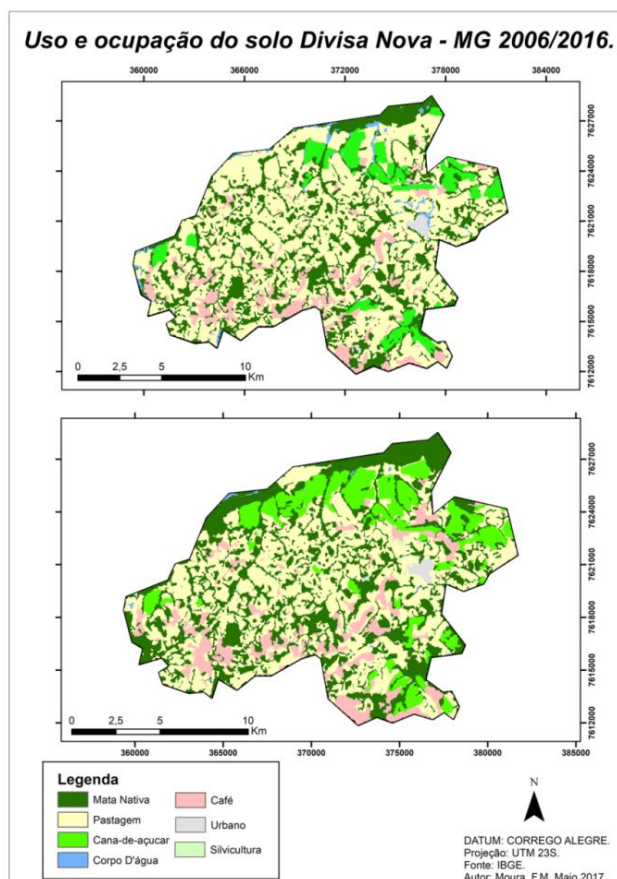
Tabela 2: Número de estabelecimentos agropecuários do município de Divisa Nova-MG por área.

Dimensão dos imóveis	Número dos estabelecimentos	%
Menos de 10 hectares	120	29
De 10 a 100 hectares	256	61
De 100 a 500 hectares	43	10
Total	419	100

Fonte: IBGE. Resultados preliminares do Censo Agropecuário. (2017).

As propriedades maiores pertencem a grandes produtores de café do município, sendo que, mais recentemente, também passaram a arrendar suas terras para as usinas para o plantio de cana-de-açúcar, um tipo de cultura altamente mecanizada, reduzindo a necessidade de mão de obra no campo, contribuindo, assim, para o êxodo rural (RAIMUNDO e VALE, 2017). Na realidade, a maior parte do solo de Divisa Nova é ocupada por pastagens, sobre a qual vem se expandindo a cultura da cana-de-açúcar, sobretudo a partir de 2006 (MOURA e VALE, 2018), por conta da facilidade de mecanização, por conta de planura do relevo, já mencionado anteriormente (figura 3).

Figura 3: Uso e ocupação do solo no município de Divisa Nova-MG, entre 2006 e 2016.



Fonte: IBGE. Elaborado por Felipe Moretto Moura (2017).

Considerando o predomínio de pequenas propriedades no município, conseqüentemente, em sua grande maioria, caracterizam-se por estabelecimentos rurais ocupados pela agricultura familiar (66%) em relação ao total, embora ocupando uma área bem menor (33%). Ao contrário, os estabelecimentos rurais dominados pela agricultura não familiar são uma minoria (34%), mas dominam as terras (67%), mostrando o predomínio do agronegócio no município (tabela 3).

Tabela 3: Número e área dos estabelecimentos agropecuários do município de Divisa Nova-MG (2006).

Tipos de agricultura	Número dos estabelecimentos	%	Área (hectares)	%
Agricultura não familiar	89	34	9.405	67
Agricultura familiar	175	66	4.590	33
Total	264	100	13.995	100

Fonte: Censo Agropecuário (2006).

No caso da cafeicultura, a utilização de mecanização também vem crescendo na colheita. No entanto, a colheita manual ainda existe, predominando os trabalhadores volantes, ou seja, vivem na sede urbana e são contratados apenas no período da safra, englobando homens e mulheres, embora elas sejam menor quantidade. Para facilitar e aumentar o rendimento do trabalho, nos últimos anos, esses trabalhadores têm utilizado a derriçadora de operação manual motorizada (também conhecida como “mãozinha”)²⁷, mas por conta de seu peso (cerca de 2 quilos), dificilmente é um equipamento feminino. Vale ressaltar que esse é período do ano em a economia movimenta-se com maior intensidade, por conta dos rendimentos desses trabalhadores que abastecem o comércio local.

As mulheres apanhadoras de café: persistência das antigas e desistência das jovens

A mão de obra feminina sempre esteve presente em atividades relacionadas à cafeicultura em Divisa Nova, sobretudo na colheita. De acordo com os entrevistados, as apanhadoras de café vivem em bairros urbanos do município e, em períodos da safra deslocam-se diariamente para propriedades rurais (através de transportes oferecidos pelos proprietários das lavouras), para a execução essa atividade (figuras 3 e 4). O período da colheita em Divisa Nova costuma ser de curto prazo, pois grande maioria das propriedades já se mecanizaram, liberando a mão de obra,

²⁷ A derriçadora é uma máquina portátil, utilizada na derriça de frutos do café. Seu motor pode ser 2 tempos ou 4 tempos de combustão (SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Mecanização: operação e manutenção da derriçadora. 1. ed. Brasília: SENAR, 2017. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/203-MECANIZA%C3%87%C3%83O.pdf> . Acesso em: 10 out. 2020).

sobretudo a feminina, para trabalharem na mesma atividade nos municípios vizinhos. Sem dúvida, esse é o motivo da ausência de trabalhadores migrantes na colheita de café no município nos últimos anos, comum no Sul de Minas, conforme já mencionado.

Figuras 3 e 4: Mulheres trabalhando na colheita de café na Fazenda Santa Clara, no município de Divisa Nova- MG.



Fonte: Acervo fotográfico pessoal, 2016. Pesquisa de campo.

Historicamente, as mulheres divisa-novenses já participavam desta atividade agrícola antes mesmo dela se tornar um trabalho assalariado, individual e autônomo, como retrata uma das entrevistadas ao se referir sobre as atividades desenvolvidas por ela e sua família na época em que vivia em uma fazenda- colônia do município:

Cada família tinha sua empreita na fazenda, a quantidade de café que cuidava até a colheita. Era um salário por família. Minha mãe ajudava na lavoura e trabalhava em casa. Eu e minhas irmãs ajudava na lavoura. Gostava de trabalhar lá. Tinha que gostar. Era o único serviço que tinha (TRABALHADORA B, 2016).

O trabalho assalariado e individualizado da mulher no campo, promoveu maior autonomia às decisões relacionadas a sua casa, como a compra e pagamento de serviços e bens de consumo, investimentos relacionados a infraestrutura da casa e na educação dos filhos (STADUTO et al., 2008). Tal situação ficou muito evidente a partir dos depoimentos das entrevistadas que afirmam que a remuneração do trabalho nas lavouras as possibilitam de participar de gastos domésticos e demais necessidades ligadas a casa e também a família como, por exemplo, em reformas na casa, compras no supermercado, de novos utensílios e móveis e ainda cooperar em cuidados com os filhos, o que pode ser confirmado nestes dois depoimentos: 1) “Eu já comprei colchão, já dei o dinheiro pro Joel (marido da entrevistada) comprar o material da casa, ajudei a pagar o terreno da casa e eu comprei umas coisas para as crianças e pra mim também” (TRABALHADORA A, 2016); 2) “Compro roupa de cama, faço estoque de alimentação para o ano, a gente paga a compra lá no

mercado, e deixa as coisas lá e vai pegando aos poucos. Já comprei móveis com o dinheiro, da apanha e também já paguei o imposto da casa” (TRABALHADORA B, 2016).

No que se refere às regulamentações trabalhistas no campo, as entrevistadas evidenciaram grandes mudanças nas lavouras em que trabalham, considerando que existem condições de trabalho igualitárias em relação aos homens. Os depoimentos de atuais e antigas apanhadoras demonstram essas mudanças: 1) “A mudança das leis, apesar de não ser a muito tempo, permitiu que os homens e as mulheres tivessem os mesmos direitos trabalhistas na apanha” (TRABALHADORA D, 2016); 2) “Antigamente era muito difícil, ia trabalhar em caminhão, ia a pé, não tinha banheiro. Hoje tudo melhorou” (TRABALHADORA E, 2016); 3) “Antigamente eles não dava equipamento de proteção, num dava nada, hoje eles dão bota, óculos, luva, chapéu. Antigamente você ia de caminhão, de carreta. Agora, hoje, é ônibus tudo, tem tudo, tudo no seguro e antigamente não tinha nada” (TRABALHADORA F, 2016); 3) “Agora tem mais segurança no trabalho, antigamente era tudo mais largado, cada um por si, hoje tem os equipamentos de proteção que eles são obrigados a dar” (TRABALHADORA G, 2016); 4) “A carteira assinada ajudou muito! Hoje temos direitos a fundo de garantia e a acertos depois da apanha” (TRABALHADORA B, 2016).

Apesar das mudanças legislativas no campo e a garantia de melhores condições de trabalho do que no passado, sobretudo na colheita de café, evidenciadas por algumas mulheres entrevistadas, muita apanhadora de café de Divisa Nova vem encontrando em atividades urbanas condições de trabalhos mais amenas e favoráveis em termos financeiros em seus pontos de vista.

A diminuição feminina em atividades agrícolas e o aumento de sua participação em indústrias no espaço urbano se confirmam a partir de dados do IBGE (2000 e 2010), que apontam a diminuição da participação masculina e feminina em atividades agrícolas no município, entre os anos 2000 e 2010, sendo que para as mulheres a queda foi de 9,2%, enquanto que para os homens foi de 5,9% (tabela 4).

Tabela 4: Comparativo do percentual de pessoas com 16 ou mais idade em atividades agrícolas e industriais no município de Divisa Nova/MG - entre 2000 e 2010 (%).

Setores	2000		2010	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Agropecuária	56,1	72,9	46,9	67,0
Indústria	2,4	11,0	5,8	11,2

Fonte: IBGE: 2000 e 2010.

A diminuição significativa do trabalho feminino em atividades agrícolas em Divisa Nova pode ser justificada pelo crescimento da oferta de emprego urbano no município, a partir da implantação de indústrias de confecções na cidade (lingeries, camisetas, enxovais de bebê, calças jeans), entre o período de 2000 a 2010. Em geral, esse tipo de setor industrial costuma contratar mais mulheres do que homens. Por esse motivo, o crescimento percentual de atuação de mulheres

nesse setor industrial aumentou em 3,4%, ficando em desvantagem a participação masculina, que aumentou apenas 0,2%, nesse mesmo período. Em visita realizada a uma dessas empresas que confecciona roupas e enxovais de bebês, criadas por antigas apanhadoras de café do município, foi possível constatar essa situação (figura 5), a qual contratou 6 mulheres, que são ex-trabalhadoras agrícolas.

Figura 5: Mulheres trabalhando em fábrica de confecção de roupas e enxovais de bebês, em Divisa Nova/MG.



Fonte: Acervo fotográfico pessoal, 2017. Pesquisa de campo.

A empresa conta com a atuação de seis mulheres que abandonaram o trabalho na lavoura em busca de melhores oportunidades de vida em atividades urbanas. A empresa foi criada em 2014, por mulheres que possuem faixa etária entre 20 a 30 anos. As máquinas, segundo as empresárias, foram adquiridas a partir de uma antiga empresa, onde trabalhavam como auxiliares de costura. “A empresa ia fechar, daí com o nosso acerto compramos as máquinas, alugamos o cômodo e abrimos a empresa” (TRABALHADORA G, 2016).

Em entrevista, duas proprietárias da empresa alegaram que os trabalhos exercidos por elas em áreas urbanas dão a oportunidade de prosperarem profissionalmente a partir de atividades menos desgastantes, como na colheita de café: 1) “Eu optei mudar de trabalho para ter uma vida melhor pra a gente, um futuro melhor daqui pra frente. Ainda mais nós que abriu uma empresa de nossa, está empregando mais gente e tá fazendo algo melhor” (TRABALHADORA H, 2016); 2) “O serviço sofrido, o sol, a chuva, as condições de trabalho difíceis na lavoura me fizeram a começar a procurar serviço na cidade, pra crescer também, porque se eu ficar na lavoura eu vou ficar só naquilo, sem perspectiva alguma, principalmente pra gente que é mais nova” (TRABALHADORA G, 2016).

Além da indústria, muitas mulheres que abandonam o trabalho na lavoura de café para se dedicarem a trabalhos urbanos em Divisa Nova e em Alfenas, como empregadas domésticas ou em serviços gerais, como é caso dessa entrevistada: “Na panha de café, você ganha mais, mas você sofre mais. E depois que acaba a panha, você corre o risco de ficar sem serviço o resto do ano, daí eu decidi trabalhar direto em casa de família” (TRABALHADORA I, 2016).

A mecanização do campo também é outro motivo que pode justificar a diminuição do trabalho da mulher em atividades agrícolas, sobretudo em atividades relacionadas a safra do café. A mulher quando introduzida em trabalhos rurais “guardam certas especificidades femininas” (ROSSINI, 1994 apud ROSSINI, 1998, p. 23). A mulher, sobretudo, as apanhadoras de café, não costumam exercer atividades mecanizadas no campo, quer seja por maquinários de grande porte ou manuais, sendo essa utilização quase que exclusivamente dos homens. A mulher quando inclusa nesta forma de trabalho, é vista apenas como ajudante do marido, ou companheiro na colheita, tendo como responsabilidade estender o pano de café ao longo da colheita mecanizada e ensacar os grãos de café, enquanto o homem manobra a colheitadeira manual. Segundo uma das entrevistadas, “a mulher ajuda o marido a limpar o pano, mas nunca manuseia a maquininha de colher café” (TRABALHADORA J, 2016).

Além disso, o distanciamento da mulher em atividades agrícolas no município também pode ser explicado pela diminuição de contratações femininas na colheita de café, inclusive em lavouras pertencentes a fazendas maiores de Divisa Nova. Em entrevista, o presidente do sindicato rural de trabalhadores e também responsável pela fiscalização de uma fazenda do município relatou que está havendo contratações limitadas de mão de obra feminina na fazenda onde trabalha, pelo fato de

[...] que a mulher que tem filho às vezes precisa ficar falhando e se falha demais, prejudica na produção, lá é mais é homem mesmo. Lá os homens trabalham com a maquininha e com o maquinário pesado. Nem solteira eles empregam. É muito difícil. Poucas mulheres que vai. Durante a panha vai trabalhar, no muito, 5 mulheres, numa turma de 28 pessoas (TRABALHADORA L, 2016).

Dessa forma, o trabalho da mulher no campo, em lavouras cafeeiras não é plenamente reconhecido, uma vez que sofre discriminação, mesmo com os avanços das leis trabalhistas e mudanças no ambiente de trabalho. E, para completar, praticamente, não existe divisão de tarefas domésticas, já que uma parcela mínima das entrevistadas disseram recebem ajuda nas tarefas, que são realizadas em horários extremos, após o serviço na lavoura. No depoimento dessa trabalhadora aposentada isso se torna evidente:

Ao chegar em casa tinha que fazer todo o serviço sozinha que não era pouco, acordar cedo para fazer o almoço para o meu esposo e filhos e seguir para a lavoura. Eu cansava muito, cochilava em qualquer lugar. Até mesmo no tanque lavando roupas (TRABALHADORA C, 2016).

A mulher apanhadora de café, portanto, após um longo dia de trabalho na lavoura, continua sem a oportunidade de descansar, pois chegando em casa deve realizar afazeres domésticos, considerados como “atividades não produtivas, produção de valores de uso, e prestação de serviços na unidade doméstica” (POSTHUMA e LOMBARDI, 1997; ELIAS e SAMPAIO, 2002 apud ROSSINI, 2006, p. 236). Todavia, os trabalhos domésticos realizados por essas mulheres são

essenciais para a funcionalidade diária de suas casas e também para a desenvoltura de atividades produtivas realizadas por elas e demais membros familiares.

Ao contrário das mulheres, os homens em sua grande maioria, costumam usufruir o seu tempo de repouso quase sem nenhuma alteração, costumando chegar em casa e aguardar o jantar. Poucos de fato costumam colaborar com tarefas domésticas (ROSSINI, 2006).

Apesar da discriminação e da falta de reconhecimento ao trabalho exercido na lavoura, existem entre um grupo entre entrevistadas resistentes a persistirem nessa forma de emprego. Esse é o caso das trabalhadoras mais velhas, que alegam que a falta de oportunidade e avanço na idade, as impede de buscar outras formas de emprego, justificada pela falta de estudo ou por faltar pouco tempo para a aposentadoria, conforme se pode observar nas falas de algumas delas: 1) “Eu não pretendo mudar de serviço não, tenho 47 anos já, e está mais perto pra eu aposentar. Se eu mudar de serviço agora, fica mais difícil, né? Só falta mais cinco anos, dá pra aguentar. Não compensa mudar (TRABALHADORA M, 2016); 2) “A gente tem muito pouca escolha. Eu gosto do que eu faço. E tem mais, a gente tá mais de idade e também hoje eles tão exigindo muito estudo, e isso a gente num tem. A gente estudou quase nada quando nós era pequeno, as coisas eram mais difícil” (TRABALHADORA N, 2016); 3) “Eu estou trabalhando de babá, sabe? Mas acho que vou voltar pra panha, por causa do registro na carteira, porque senão na hora que for aposentar fica mais difícil (TRABALHADORA A, 2016).

Já no caso das apanhadoras de café mais jovens (entre 20 e 30 anos), as influências da urbanização e o sonho de trabalhar em um serviço menos penoso, fazem-nas acreditar que no espaço urbano encontrarão condições mais compensadoras e oportunidades de crescerem profissionalmente. No entanto, como já mencionado a oportunidade de empregos em uma cidade pequena é bastante reduzida, o que acaba levando essas mulheres a buscar emprego nas cidades vizinhas maiores, como Alfenas, onde algumas também buscam conseguir uma profissão, por meio de estudo, inclusive universitário.

Considerações finais

No contexto da evolução das relações de trabalho na cafeicultura, da escravidão ao trabalho assalariado, foi possível compreender que a exploração da mão-de-obra (mais-valia) está presente em todas as fases, ou seja, o capitalismo sempre encontrará artimanhas para lucrar em cima do trabalho de homens e mulheres, no campo ou na cidade.

No caso das mulheres “apanhadoras de café” do município de Divisa Nova, onde a elevada concentração fundiária e mecanização agrícola e, conseqüente êxodo rural em uma cidade pequena, as oportunidades de emprego no campo são reduzidas e na cidade também, embora a busca por postos de trabalho urbanos venha se tornando o caminho buscado pelas mais jovens. No entanto, no caso daquelas que passaram uma vida toda trabalhando nos cafezais, mesmo que não tenham seu trabalho reconhecido e tenham consciência disso, permanecem nessa função porque acreditam que o trabalho assalariado individual contribuiu para sua liberdade e autonomia - uma

vez que passaram pelo sistema de colonato, no qual o pagamento era feito para a família, não o indivíduo. Isso acaba por mascarar uma situação de discriminação, sobretudo pelo fato de engravidarem e de serem sempre vistas como inferiores em termos de rendimento do trabalho, em relação aos homens. Homens esses que, após um exaustivo dia de trabalho, têm direito ao descanso, enquanto as mulheres ainda têm as lidas domésticas para enfrentarem, inclusive até tarde da noite e nos finais de semana.

Ficou explícito que a grande maioria dessas trabalhadoras rurais não têm muitos conhecimentos sobre seus direitos trabalhistas, inclusive por conta de seu baixo grau de escolaridade. E mesmo aquelas que têm alguma noção, ficam receosas em recorrer à lei, muito provavelmente por medo de não serem recontratadas na próxima colheita, o que lhe dificultaria a aposentadoria, quando são contratadas com registro na carteira de trabalho, o que na maioria das vezes, pode não ocorrer.

Referências

ANDRADE, M. F. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005. Disponível em: https://issuu.com/finotracoeditora/docs/elites_regionais_-_marcos_ferreira. Acesso em 17 ago. 2020.

CASTILHO, A. F. F. **Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão de obra no Sul de Minas (1870-1918)**. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em História). UFJF, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Fabio-Castilho.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

COALIZÃO DO CAFÉ et al. (Org.) **Café: vida, produção e trabalho - agricultores familiares e assalariados rurais**. Florianópolis: Instituto Observatório Social, 2004. Disponível em: www.observatoriosocial.org.br/download/cafe_maio2004BX.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.

CONSENTINO, D. V. **Um múltiplo de transições: A transição para o trabalho livre em Minas Gerais**. 195f. 2006. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285532>. Acesso em 04 out. 2020.

DIAS, A. M. S. Família e trabalho na cafeicultura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.37, mai.1981, p. 26-38. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1593>. Acesso em 06 out. 2020.

FILETTO, F. **Trajatória histórica do café na região sul de Minas Gerais**. 2000. 133f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). UFLA, Lavras, 2000. Disponível em: http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/8356/Dissertacao_Ferdinando%20Filetto.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 04 out. 2020.

IBGE. **População residente, rural, urbana e total de Divisa Nova de 1970 a 2010**. Sistema de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200#resultado> Acesso em: 04 de outubro de 2020.

IBGE. **População Estimada [2020]**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/divisa-nova/panorama>. Acesso em: 04 de outubro de 2020.

MARTINS, J. S. **O cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1979.

MARTINS, M. L. O debate sobre trabalho escravo, abolicionismo e trabalho livre no Sul de Minas (décadas de 1870-1880). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 19, n. 28, dez. 2012, p. 208-235. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2012v19n28p208>. Acesso em: 06 out. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11/05/2016. Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, 2019. Disponível em: <https://d37iydjzbdkvr9.cloudfront.net/arquivos/2019/01/21/cadastro-de-empregadores-2019-1-17.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MOURA, F. M.; VALE, A. R. Mercado de trabalho nos pequenos municípios e polarização regional: uma análise sobre Divisa Nova e Alfenas, no Sul/Sudoeste de Minas. *Espaço em Revista* v, 20, n. 2, jul. /dez. 2018, p. 1-18. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/57744>. Acesso em: 09 out. 2020.

PASCOAL, I. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 16, n. 2, 2007, p. 259-287. Disponível em: scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000200006&lang=pt. Acesso em: 09 jul. 2020.

RAIMUNDO, G.; VALE, A. R. Trabalho feminino na cafeicultura do município de Divisa Nova-MG: uma análise sobre as antigas e atuais apanhadoras de café. *Geografia*, Rio Claro, v. 43, n. 1, Especial - VI Encontro REA, jan./abr. 2018, p. 97-106. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1374>. Acesso em: 12 out. 2020.

ROSSINI, R. E. As geografias da modernidade - Geografia e gênero- mulher, trabalho e família: O exemplo da área de Ribeirão Preto - SP. *Revista Do Departamento De Geografia*, n. 12, 1998. p. 7-26. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53732/57695>. Acesso em: 04 out. 2020.

ROSSINI, R. E. O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnificada e capitalizada- São Paulo - Brasil. In: LEMOS, G. I. A. de.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. *América Latina: cidade, campo e turismo*. San Pablo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Diciembre 2006, p. 225- 241. Disponível em: http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-8-31-513-473.pdf. Acesso em: 04 out. 2020.

STADUTO, J. A. R.; WADI, Y. M.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A.; TONDO, I. S. P. As ocupações e rendas das mulheres das famílias rurais paranaenses. In: *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 25 a 28 ago. 2008, p. 1-7. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30336/000681823.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 out. 2020.

TRABALHO ESCRAVO EM FAZENDAS DE CAFÉ EM MG É DENUNCIADO NA OCDE. *Conectas Direitos Humanos*, 2018. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/trabalho-escravo-cafe-minas-gerais-ocde>. Acesso em: 27 dez. 2019.

VALE, A. R. CALDERARO, P. A. R.; FAGUNDES, N. F. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*. Edição especial do XXI ENGA-2012, jun. 2014, p. 1-23. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26933> . Acesso em: 08 out. 2020.

VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. S. (Org.) *Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais*. Belo Horizonte: INAES, 2010 (Estudos INAES. Cadeias Produtivas). Disponível em: <http://www.sistemaemg.org.br/web/files/1791326436247148171218200173247190199432722.pdf> . Acesso em: 04 out. 2020.

A economia colonial do café e o trabalho análogo ao escravo no Sul de Minas Gerais

Adriano Pereira Santos
adriasantos81@gmail.com

Jorge Ferreira dos Santos Filho
aderemg@yahoo.com.br

Introdução

O Estado de Minas Gerais, por suas características, sociais, políticas e geográficas, pode ser considerado um território de grande diversidade produtiva e econômica. Essa diversidade é expressiva na agricultura, pois a economia mineira se destaca na produção de café, milho, batata, feijão, arroz, tomate, laranja, cebola, entre outros.

Nesse contexto de diversidades produtivas e regionais, a monocultura do café é historicamente uma atividade econômica de grande importância no Estado, ocupando lugar de destaque no agronegócio mineiro. Sua relevância para a economia estadual justifica-se pelo volume de produção e capitais que movimenta, contribuindo significativamente para a balança comercial brasileira. Afinal, Minas Gerais é o principal produtor de café, com 51,7% de participação na produção nacional. Em 2019, por exemplo, o Estado foi responsável pela produção de 32,1 milhões de sacas de café, contribuindo significativamente para que o país figure em primeiro lugar no ranking dos maiores produtores de café do mundo, com uma participação de 38,6% do mercado mundial (CONAB, 2020).

A região sul-sudoeste de Minas Gerais se destaca neste cenário estadual e nacional da produção de café, sendo responsável por quase metade da produção estadual. Essa condição é resultado de um processo histórico de expansão que teve início no século XIX por conta do deslocamento da cafeicultura do Oeste paulista, permitindo grande desenvolvimento do café na região ao longo do século XX. Tal expansão se consolidou a partir da década de 1970, quando se formou um complexo agroindustrial cafeeiro, resultante tanto da crise, provocada pelas fortes geadas de 1975 que atingiram outros Estados, como Paraná e São Paulo, como também de grandes estímulos governamentais destinados a promover a implementação de novos cultivos durante as décadas de 1970 e 1980.

Com forte tradição na produção de café, a região sul-sudoeste de Minas também se constituiu num grande centro do agronegócio cafeeiro não apenas por causa de suas grandes extensões de terras ocupadas por milhões de pés de café, mas também porque é uma das mais produtivas em toneladas por hectares, além, é claro, de possuir condições favoráveis à produção de um café de melhor qualidade. Ela conta ainda com um complexo agroindustrial desenvolvido e um conjunto de suportes e infraestruturas produtivas e organizacionais que garantem tanto a produção de conhecimento especializado para o setor, como é o caso da presença de Universidades e Institutos de pesquisas, dedicados a excelência do café, como também facilitam o

desenvolvimento tecnológico para o melhoramento das plantas, dos tratos culturais nas lavouras, das colheitas, do beneficiamento e escoamento da produção. Como se pode perceber, com tais condições, a região corrobora para que o Brasil se mantenha já há 150 anos como o principal produtor e exportador mundial de café, sendo objeto de interesses e negócios de algumas das maiores empresas comerciais de café do mundo, como a Nestle e a Starbucks Coffe Company.

Entretanto, por trás das cortinas deste cenário aparentemente sustentável do café, que se apresenta como modelo de desenvolvimento econômico do agronegócio brasileiro, encontra-se uma realidade nefasta, marcada por violações sistemáticas dos direitos humanos e trabalhistas, incluindo a exploração perversa do trabalho análogo ao escravo nas fazendas de café de toda a região Sul-Sudoeste de Minas Gerais. Embora o trabalho análogo ao escravo esteja presente há tempos nas fazendas de café da região, ele não é uma particularidade do Estado de Minas Gerais, pois apenas entre 2011 e 2015, de acordo com dados do extinto Ministério do Trabalho, mais de 500 trabalhadores já foram resgatados em fazendas de café, muitos dos quais em fazendas de outros Estados produtores, como Espírito Santo e Bahia, além, é claro, de Minas Gerais (REPORTER BRASIL, 2016). Todavia, este número é muito maior, se considerarmos os casos acumulados até 2020 e os subnotificados ou não denunciados e fiscalizados pelos auditores fiscais do trabalho, o que revela uma tragédia social ainda maior para os trabalhadores/as do café.

Diante deste cenário contraditório em que o agronegócio cafeeiro se apresenta como modelo de desenvolvimento, certificado por suas práticas sustentáveis, mas que viola direitos humanos e trabalhistas, o objetivo do presente trabalho é apresentar e discutir a situação dos/as trabalhadores/as, assalariados/as rurais do café, no Sul de Minas Gerais, tendo como referência as denúncias e fiscalizações realizadas nos últimos anos pela ADERE-MG (Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais) junto aos auditores fiscais do trabalho e ao Ministério Público do Trabalho. Além de discutir as condições e relações de trabalho encontradas nas frentes de trabalho do café, o trabalho também busca refletir, num contexto mais amplo da formação sócio-histórica brasileira, a permanência, continuidade e descontinuidade de relações sociais arcaicas do trabalho ainda vigentes no, assim chamado, “moderno” mercado de trabalho brasileiro.

A economia colonial do café

No processo de formação da sociedade brasileira, sua dinâmica histórica e econômica é possível perceber e identificar algumas contradições e processos, ora assumidos como elementos do atraso, cujas marcas estão indelevelmente presentes na permanência e continuidade do latifúndio, do trabalho escravo e da monocultura, ora assumidos como elementos do moderno, em sua descontinuidade, combinada dialeticamente na perspectiva do agronegócio brasileiro que vem sendo defendido como sinônimo e modelo de desenvolvimento econômico, modernização e sustentabilidade.

Desde o seu início a essência da formação econômica brasileira está marcada pela feição do que assumiu a colonização portuguesa no Brasil a partir do objetivo econômico de explorar os trópicos como uma vasta empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. Nesse sentido, a formação histórica de nossa economia, principalmente a economia agrária brasileira, não se constituiu a base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelaria da terra, como na Europa. Ao contrário, ela se estruturou na exploração agrária voltada para o mercado. Caio Prado Jr. afirma que é este o verdadeiro “sentido da colonização” tropical, de que o Brasil é uma das resultantes. Em outras palavras, a nossa formação passa pela constituição de uma grande empresa comercial cuja estrutura se caracteriza pela satisfação das necessidades do mercado externo, pela exploração do trabalho escravo, e pelo fornecimento de açúcar, tabaco, ouro, diamante e café para o mercado europeu (PRADO, JR, 1973, p. 23).

No que concerne à economia cafeeira, observando sua implantação e desenvolvimento pelo século XIX e XX, percebe-se que sua participação no processo de formação da sociedade e do capitalismo brasileiro nunca deixou de existir. É verdade que passou por diversos momentos de crise e crescimento, continuidades e descontinuidades, mas desde sua implantação, a economia cafeeira jamais deixou de ocupar um espaço na produção do PIB brasileiro. Se ela se desenvolveu, recompondo historicamente as características da economia agrário-exportadora, assentada no latifúndio e na produção monocultural, voltada ao mercado externo, então podemos dizer que a economia cafeeira em seu modelo atual do agronegócio, não representa apenas a permanência das estruturas que caracterizaram outrora a “economia colonial”, mas, parece ser um elemento constituinte de um modelo que vem sendo defendido como sinônimo de modernidade no processo de formação do capitalismo brasileiro.

Nesse sentido, argumentando em torno da Formação do Brasil Contemporâneo e indagando-se sobre os elementos formadores (geográficos, econômico, social e político) da vida brasileira, Caio Prado Jr. conclui que:

O passado, aquele passado colonial [...] aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não tomou forma. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial (PRADO JR., 2000, p. 3).

Será que esse passado colonial, apesar dos avanços de alguns elementos da vida e realidade brasileiras, ainda persiste quando observamos as características atuais do agronegócio cafeeiro e suas formas de reprodução?

Podemos dizer, no caso brasileiro, que aqui se assistiu a singularidade histórica do desenvolvimento capitalista, a partir do qual se erigiu um pacto estrutural que preservou modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mantendo as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo as classes proprietárias rurais da estrutura de poder, nem dos ganhos da expansão do sistema, e desenvolvendo, ainda que tardiamente, o processo dependente de industrialização (OLIVEIRA, 2006). Assim, a originalidade desse processo que criou o “Ornitorrinco”, na famosa denominação de Francisco Oliveira, consiste, segundo o autor, numa expansão que se desenvolve,

[...] introduzindo *relações novas* no *arcaico* e reproduzindo *relações arcaicas no novo*, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação urbano-industrial e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (2006, p.60, *grifo nosso*).

Portanto, no que tange à exploração do trabalho nas lavouras de café esse processo é expressamente verificável, pois não são poucas as denúncias sobre a existência de trabalho análogo ao escravo nas diversas regiões brasileiras. No caso particular em questão, isso também ocorre em uma das regiões mais desenvolvidas na produção da cultura do café, no Sul de Minas Gerais.

Segundo dados atualizados em 2020 da Secretaria de Inspeção do Trabalho, de 1995 a 2019, mais de 50 mil trabalhadores foram resgatados no Brasil. Em 2013, no município de Campanha, no sul de Minas, o trabalhador Hélio Costa Araújo de 41 anos conseguiu fugir do cativeiro de uma fazenda de café e denunciou a exploração de trabalho escravo e precário na fazenda Paraíso onde se encontrava submetido às condições degradantes de vida e trabalho com outros trabalhadores que fugiram - a pedido do capataz - para não serem flagrados pelos fiscais do Ministério do Trabalho²⁸. Na região, casos como esse parecem ser comuns não só no café, mas em diversas outras culturas produtivas²⁹. Isso revela que o atual modelo do agronegócio no Brasil repõe em escala

²⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/08/fazendeiro-e-presos-por-suspeita-de-sequestro-e-exploracao-de-trabalho.html>. Acesso em 24 de setembro de 2020.

²⁹ Em 2012, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou um produtor de morangos na zona rural de Cambuí, região Sul de Minas Gerais, por submeter 39 trabalhadores e mais sete adolescentes a péssimas condições de trabalho. Segundo a denúncia, além de ficarem expostos a riscos de contaminação por agrotóxicos, os empregados não tinham acesso a água potável, muito menos banheiro. Conforme informações do Ministério, a jornada de trabalho era exaustiva, sem controle de frequência e sem tempo adequado de descanso, expondo os trabalhadores a doenças por fazerem movimentos repetitivos e forçarem a coluna. Não havia equipamentos de segurança no local e os trabalhadores não recebiam nenhum tipo de treinamento para manusear os agrotóxicos. Durante a fiscalização, foram encontradas embalagens abertas, com vazamentos, depositadas diretamente no chão ou encostadas nas paredes. Segundo o MPF, dois adolescentes eram menores de 16 anos. Todos trabalhavam sem registro na carteira e faziam jornada noturna. Os menores trabalhavam em média 10 horas por dia e tinham somente 30 minutos para descanso. A jornada começava às 13h30 e terminava às 23h30. Muitas vezes, se estendia até às 2h da madrugada. Ainda conforme a denúncia, o produtor é suspeito de praticar fraudes e se negava a pagar os direitos trabalhistas assegurados por lei. Ele é acusado de induzir os trabalhadores a prestar falsas declarações no cartório de Cambuí, onde registrou um documento afirmando a inexistência de vínculo empregatício. O dono da fazenda, suspeito de

ampliada o sentido da “economia colonial” do qual nos alertava Caio Prado Jr., ou seja, a precarização do trabalho e a nefasta existência do trabalho análogo ao escravo reforçam os traços que marcaram a nossa formação dependente enquanto economia subordinada aos interesses do mercado externo.

Podemos dizer, portanto, que a origem desse processo é inerente à formação social do Brasil, porque tanto a constituição de uma economia agrário-exportadora voltada ao mercado externo como o processo de expulsão e expropriação dos camponeses de suas terras de origem são expressões sociais, demográficas e ecológicas de processos econômicos perversos e constitutivos do desenvolvimento capitalista brasileiro e que está presente na lógica atual da expansão do capital agroindustrial. Por isso, ao analisar os aspectos da revolução agrária no Brasil, Ianni (2004) afirma que os colonos, parceiros e arrendatários que viviam no interior da fazenda de café, como componentes de uma estrutura patrimonial se transformaram em trabalhadores volantes, temporários. Isto é, o que a fazenda rechaça do seu interior, porque as modificações do mercado revelam cada vez mais onerosas, ela somente contrata para tarefas, prazos e preços rigorosamente predeterminados. Dessa forma, “liquidam-se os componentes não capitalistas das relações entre o fazendeiro e o trabalhador, agora, transformando-se em empresários e proletários” (IANNI, 2004, p.102).

O processo histórico de desenvolvimento dessas relações de produção capitalistas no Brasil tem como consequência a proletarização do homem do campo, resultado do avanço das forças produtivas e das novas relações de produção que passam a vigorar no seio da agricultura brasileira. Nesse sentido, Octávio Ianni desenha um quadro histórico e sociológico bastante amplo no qual analisa as novas configurações econômicas que o sistema do capital - ao longo de seu desenvolvimento - impôs à força de trabalho. Portanto, de acordo com Ianni (2004), há um sistema que produz o escravo, que é mantido no interior da fazenda, consumindo apenas alimento, vestuário e senzala. Outro sistema vai gerar o colono, cuja remuneração será em espécie ou dinheiro, mas que continuará no interior da fazenda, onde terá habitação e lote de terra para culturas de subsistência³⁰. Esta será uma forma intermediária do desenvolvimento da unidade no sentido de uma empresa organizada em bases “racionais”.

Mas essa evolução somente se completa com a expulsão do trabalhador do interior da fazenda, fenômeno que está ocorrendo em algumas regiões do país. Neste caso o empresário não terá uma unidade estruturada de forma híbrida, onde coexistam elementos dos sistemas patrimonial e capitalista. *Agora a fazenda é definida como uma empresa organizada racionalmente. E do trabalhador, que deve habitar fora da unidade, compra-se a força de trabalho avaliado em dinheiro. No bairro, patrimônio, vila ou cidade onde habitar, ele comprará os seus sapatos, a sua*

trabalho escravo, pode pegar de dois a oito anos de prisão. Além disso, deve ser punido com uma pena de um a dois anos por frustração de direitos trabalhistas. Disponível em: <http://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2873281/produtor-de-morangos-e-acusado-de-trabalho-escravo-no-sul-de-minas-gerais>. Acesso em 25 de março de 2014.

³⁰ A esse respeito convém destacar as contribuições do clássico estudo de José de Souza Martins, *O cativo da Terra* (2013)

roupa, os medicamentos, o arroz e o feijão. Da fazenda, de onde o trabalhador extraía anteriormente os seus meios de subsistência, levará somente o salário (diário, semanal ou mensal, como o operário da indústria (IANNI, 2004, p.112-113, grifos nossos).

Em suma, essas mudanças, operadas historicamente na agricultura brasileira com sua “modernização”, afetaram a empresa agrícola em seus componentes fundamentais, transformando pouco a pouco o fazendeiro em capitalista, o capataz em gerente, o lavrador em proletário³¹. Trata-se, portanto, de elementos importantes que envolvem a agricultura brasileira e alguns aspectos marcantes do processo de modernização agrícola durante as décadas de 1970 e 1980.

Nesse período, especialmente, na virada dos anos 1970 para os 1980, o Brasil viveu um conjunto de mudanças que teve como principal objetivo aperfeiçoar o sistema de produção e organização do trabalho, tendo em vista a busca pela elevação da produtividade e ampliação da exploração sobre os trabalhadores. Uma das alterações que podemos identificar tanto no processo de trabalho quanto nas relações de produção do complexo agroindustrial em geral é que os antigos “gatos”³² que tinham amplos poderes sobre as turmas de canavieiros e cafeeiros passam a ser substituídos pelas empreiteiras de força de trabalho que fazem o trabalho de arregimentação e contratação diretamente pela usina ou pela fazenda. Da mesma forma, o controle sobre os trabalhadores no processo de trabalho também passa às mãos dos capitalistas, que o exerce diretamente a partir de fiscais contratados por eles. Assim, os vínculos de favor que se estabeleciam com frequência, entre os trabalhadores e o antigo “gato” tendem a ser substituídos por vínculos de direito³³. Neste caso, a turma deixa de ser a referência principal nas operações de trabalho e passa a ser substituída pelas frentes de trabalho (D’INCAO; BOTELHO, 1987).

A lógica dessas mudanças representava, na verdade, a intensificação da exploração dos trabalhadores como forma de reação dos empresários do complexo agroindustrial canavieiro e cafeeiro à Lei nº 4214, de 2 de março de 1963, dispondo sobre o ETR (Estatuto do Trabalhador Rural) que definiu os direitos dos trabalhadores rurais quanto à remuneração, férias, descanso,

³¹ A propósito dessas transformações históricas na agricultura brasileira, ver o importante trabalho de José César Gnaccarini, *Latifúndio e Proletariado - Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil Rural* (1980).

³² “Gato” é uma expressão utilizada pelos trabalhadores para definir as figuras dos agenciadores de mão-de-obra, os empreiteiros, em referência ao indivíduo esperto, ladrão, que atua no momento da compra-venda da força de trabalho e no momento do processo produtivo, beneficiando-se da produção dos trabalhadores, isto é, intermediando a relação (informal) de trabalho entre o trabalhador e a usina/fazendeiro.

³³ Contudo, convém ressaltar que essas alterações não ocorrem de forma absoluta a ponto de eliminar a presença do “gato”. Na verdade, muda apenas a caracterização dos personagens em ação, pois o cenário é o mesmo e a atuação dos personagens, isto é, os agentes mediadores da exploração, continuam sendo os mesmos. De acordo com Maria Ap. de Moraes Silva, “[...] a negatividade do gato é substituída pela sua importância, por sua necessidade. Então, a extinção deveu-se à figura (do gato), mas o personagem vai se revestir de novas roupagens. Ou seja, o cenário é o mesmo. Os atores também. O que muda são as roupagens, são as figuras. É o momento da metamorfose do gato em agenciador. A conservação do mesmo indivíduo deveu-se aos papéis desempenhados, anteriormente” (1999, p.119).

estabilidade no emprego, sindicalização, etc. Ora, se o ETR acrescentou elementos importantes aos direitos trabalhistas previstos na CLT de 1943, tais direitos permaneceram letra morta para os “boias-frias”, principalmente durante a Ditadura Militar, quando por meio da lei nº 5889 se revoga o ETR, não levando-se em consideração a diferenciação de contratos trabalhistas existentes no meio rural. Em outras palavras, como o empregador era obrigado pelo ETR a pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais, significa que tais trabalhadores eram mais onerosos, levando-os a serem demitidos e contratados como *trabalhadores volantes* mais baratos já que o empresário não teria que pagar os encargos sociais. Segundo tal raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão destes trabalhadores das fazendas. Este estatuto não garantiu a melhoria das condições de vida, ao contrário, ele “regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho” (SILVA, 1999, p.64).

Em outras palavras, significa dizer que essas mudanças a partir do ETR, nas décadas de 1960/70 do século XX, representaram, em verdade, a regulamentação da expulsão dos trabalhadores do campo, retirando-lhes não apenas os meios de subsistência como também os direitos trabalhistas. Por isso, surge o ‘*bóia-fria*’, trabalhador volante, eventual, banido da legislação. O ‘*bóia-fria*’ é, segundo Silva (1999), duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos.

Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a nomeação de ‘*bóia-fria*’, sentida como vergonha, humilhação [...] Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. Produz-se, assim, uma força simbólica, mediante a qual as condições subjetivas do ser são negadas. A condição de trabalhador rural, posseiro, colono, arrendatário, parceiro, sítiante é substituída pela do volante, eventual, ocasional, aquele que voa, irresponsável, que não para em lugar nenhum, que não tem responsabilidades. Frisa-se que essas leis não só regulamentaram a expulsão como também legitimaram a condição de volante, do excluído da lei pela lei. Esse processo de volantização da força de trabalho permitiu o sucesso da modernização agrícola garantidos pelo Estatuto da Terra (1964). (SILVA, 1999, p.67).

Portanto, é nesse contexto em que trabalhadores rurais e camponeses são transformados em proletários rurais³⁴ (IANNI, 2012). Após serem expropriados de suas condições mínimas de

³⁴ Entendemos a origem dos proletários rurais, conforme Ianni (2004; 2012), enquanto um processo social contraditório em que, do ponto de vista econômico, depende da efetiva separação entre o produtor (camponês) e a propriedade dos meios de produção. Mas, ao mesmo tempo, reconhecemos e consideramos que tal processo é permeado por mediações complexas e particulares nas quais muitos camponeses, ou pequenos proprietários de terra, se transformam em trabalhadores assalariados para garantir a sua reprodução como camponeses. Assim, se por um lado há aqueles que são expropriados dos meios de produção, transformando-se em proletários, portanto, vendendo a única coisa que lhe restou, qual seja, sua força de trabalho; por outro há aqueles que, não sendo totalmente expropriados de seus meios de produção, dependem também - ao migrar - da venda de sua força de trabalho, isto é, do trabalho assalariado, para garantir a sua condição e reprodução como camponês. Sobre essa discussão, conferir Garcia (1989) e Woortmann (2009).

sobrevivência a partir da terra, resta-lhes apenas a força de trabalho como meio de garantir sua reprodução, o que, em última instância, encontra-se ameaçada.

Esse processo que escamoteia o trabalhador e intensifica sua exploração pelo capital gerou contradições inerentes ao próprio fenômeno da “modernização”. Por um lado as alterações no processo de trabalho e nas relações de produção provocaram um aumento na exploração do trabalho. Por outro, tais alterações homogeneizaram (precarizando ainda mais) as condições de vida e trabalho dos apanhadores de café que vivem da venda de sua força de trabalho para o complexo agroindustrial do café. O resultado dessa contradição inaugura um ambiente favorável à superexploração do trabalho pelos fazendeiros do café, ao mesmo tempo em que lança milhares de trabalhadores numa situação de maior vulnerabilidade social e econômica, tornando-os presas fáceis aos aliciadores e exploradores do trabalho análogo ao escravo.

Por essa razão é que as políticas de combate ao trabalho escravo vêm ganhando importância fundamental no Brasil e no mundo, pois elas constituem ações sociais públicas, empreendidas pelo Estado em parceria com organizações da sociedade e do trabalho, para enfrentar uma realidade trágica que insiste em permanecer no interior da realidade social brasileira.

Políticas de combate ao trabalho análogo ao escravo no Brasil

Sobre as políticas de combate ao trabalho escravo é possível dizer que elas são históricas e possuem relevância mundial desde o posicionamento da ONU sobre o trabalho forçado com a Convenção nº 29 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 1930. Nesta convenção, “os países membros assumiram o compromisso de abolir a utilização do trabalho forçado ou obrigatório, em todas as suas formas, no mais breve espaço de tempo possível” (ONU, 2016). Podemos identificar também, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a preocupação com a proteção universal dos direitos humanos, em seu artigo 4º, no qual se proibiu a escravidão bem como a sujeição de qualquer pessoa à tortura, penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

O trabalho análogo ao escravo, em suas formas contemporâneas, a servidão por dívida ou servidão doméstica é um fato social nefasto presente no mundo todo. Ele atinge milhões de pessoas, sendo a maioria de mulheres, gerando na economia privada mais de 150 bilhões de dólares de lucros obtidos de forma ilegal (ONU, 2016). São milhões de vítimas de trabalho forçado e recrutamentos ilegais presentes em diversos setores da economia, tais como o trabalho doméstico, agricultura, construção civil, manufaturas industriais, entretenimento, dentre outros, que se utilizam do trabalho de trabalhadores migrantes, grupos de afrodescendentes, indígenas, homens, mulheres e crianças que se encontram em situação de ampla vulnerabilidade social e suscetíveis a quaisquer tipos de exploração.

O Brasil ratificou as Convenções nº 29 e 105 da OIT, bem como os demais tratados internacionais de direitos humanos no qual assumiu internacionalmente o compromisso de

enfrentar o trabalho forçado. Este compromisso se confirma por meio do artigo 5º e 7º da Constituição Federal, nos quais o trabalho escravo, a servidão por dívida ou o trabalho forçado, são considerados ilícitos e passíveis de reparação pecuniária nas esferas trabalhistas e civil e, mesmo de punição pelo Estado, na esfera penal³⁵. O país também é signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) que prevê, além das garantias de liberdade e integridades pessoais, a proteção da honra e dignidade, a proibição expressa à escravidão, servidão, e mesmo, ao trabalho forçado, imposto (M. REZENDE; R.REZENDE, 2013).

Portanto, após a Constituição Federal e ratificação de algumas das principais convenções internacionais de combate às formas contemporâneas de trabalho escravo, o Brasil assume e reconhece que existe ainda em seu território a existência de trabalho escravo. Tal reconhecimento decorre fundamentalmente das ações sociais de denúncias que vinham sendo realizadas, pelo menos desde os anos 1970, por diversos pesquisadores do tema e sujeitos coletivos, sindicatos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, dentre as quais se destacam a CPT (Comissão Pastoral da Terra) (M. REZENDE; R.REZENDE, 2013). O objetivo de tais denúncias era fazer com que o Estado brasileiro assumisse o dever constitucional de pôr em prática mecanismos de combate ao trabalho escravo ou em condições análogas, visando a promoção e proteção aos direitos humanos fundamentais, como a liberdade e a dignidade humano no trabalho.

Nesse sentido, principalmente a partir dos anos 2000, sob os governos de Lula e Dilma do PT, diversas ações têm sido implementadas como políticas de Estado, institucionalizadas para o combate ao trabalho escravo. Dentre elas, vale destacar notadamente o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, instituído em 2003, no âmbito da secretaria especial dos direitos humanos. Este plano é fruto de uma ação articulada que envolveu tanto os poderes executivos, legislativos e o judiciário, com a participação especial do Ministério Público, como também, e sobretudo, diversas entidades e pessoas que se têm dedicado historicamente a exigir que o país cumpra seus compromissos internacionais bem como o plano nacional de direitos humanos.

Na medida em que este plano foi se institucionalizando, a fim de declarar a erradicação e repressão ao trabalho escravo como prioridade do Estado, por meio de diversas medidas, como a criação dos grupos móveis de fiscalização do trabalho; a criação de dispositivos de controle social, como a “lista suja” do trabalho escravo; ou mesmo a PEC 481 (do trabalho escravo), aprovada em 2014 como Emenda Constitucional nº 81 (ainda a ser regulamentada), que prevê a expropriação de propriedades urbanas e rurais nas quais se tenha constatado a prática do trabalho análogo ao escravo, o Brasil vem sendo reconhecido pelos organismos internacionais, ONU e OIT, como um exemplo de nação que busca constituir políticas de combate ao trabalho análogo ao escravo, ou

³⁵ A esse respeito convém destacar que o Código Penal Brasileiro (Decreto Lei 2848/40) em seu artigo 149 define que “reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, quer sujeitando-os a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” é crime. A pena para tal prática é “reclusão de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência”.

seja, o país se tornou referência mundial na institucionalização de tais políticas sociais de defesa do trabalho digno e preservação dos direitos humanos.

Retrato do trabalho escravo no Brasil

Apesar de o Brasil ter se tornado, durante os governos de Lula e Dilma, uma referência mundial em políticas de combate ao trabalho análogo ao escravo em seu território, a situação em que se encontram milhares de trabalhadores e trabalhadoras que sofrem com essa realidade nefasta ainda é trágica e representa a continuidade da “acumulação primitiva” como um traço constitutivo da sociedade brasileira desde os tempos do Brasil colônia.

Trata-se de uma realidade histórica que não só permanece, se reproduzindo nas entranhas da sociedade, mas que se repete cotidianamente como característica fundamental da reprodução ampliada do capitalismo dependente no Brasil. Portanto, estamos diante de uma situação que não se resolve apenas com políticas de combate e fiscalização, justamente porque não é um problema meramente político, mas uma realidade complexa cujos arranjos sociais, econômicos, políticos e culturais atravessam a sociedade brasileira.

A complexidade do fenômeno pode ser registrada, por exemplo, com o fato de o Estado brasileiro ter sido condenado em outubro de 2016, pela CortelDH (Corte Interamericana de Direitos Humanos) a indenizar os trabalhadores da Fazenda Brasil Verde, pertencente ao grupo dos Irmãos Quagliato, situada no Estado do Pará. Na ocasião, o Estado brasileiro foi declarado responsável internacional pela violação aos direitos da Convenção Americana de Direitos Humanos, sendo condenado a indenizar 43 trabalhadores resgatados em 1997 e 85 trabalhadores da fazenda resgatados em 2000. A sentença apontou que mesmo tendo conhecimento das violações, o Estado brasileiro nada fez de concreto para cessá-las, pois já era de conhecimento das autoridades a situação daqueles trabalhadores, visto que a referida Fazenda já havia sido fiscalizada 12 vezes pelo Ministério do Trabalho, mas insistia em repetir o crime. “O Estado, mesmo ciente, não condenou ninguém nem puniu os responsáveis pelas graves violações aos direitos humanos e trabalhistas” (WERMUTH; NIELSSON, 2018, p.368).

Ora, se essa situação revela uma contradição interna ao Estado que, ao mesmo tempo, institui políticas de combate ao trabalho análogo ao escravo, se torna réu em processo de violação de direitos humanos, então, o que explica a continuidade da exploração do trabalho análogo ao escravo no Brasil? São vários fatores que explicam tal situação. No entanto, não é possível, nos limites deste texto, mobilizar todos os elementos de uma possível resposta, mas tentaremos indicar alguns que nos permitem compreender a realidade do fenômeno.

Em importante pesquisa realizada pela OIT, que trata do perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil é possível captar alguns traços que caracterizam o porquê da continuidade da exploração do trabalho análogo ao escravo. E isso tem a ver, evidentemente, tanto com o contexto social, como com o perfil dos trabalhadores resgatados pelos grupos móveis de fiscalização dos auditores fiscais do trabalho. O levantamento feito pela

OIT constitui um panorama geral dos trabalhadores resgatados em situação de trabalho análogo ao escravo, o que nos permite enxergar de perto quem são esses sujeitos, identificando algumas razões de suas subordinações a essa triste realidade. Para uma caracterização dos sujeitos resgatados do trabalho análogo ao escravo no Brasil, a OIT informa que:

São predominantemente homens adultos com idade média de 31,4 anos, a grande maioria (81%) constituída de negros. A renda média individual declarada pelos trabalhadores é de 1,3 salários mínimos. A renda familiar é de até 3 salários mínimos para 75,9% das famílias, sendo que em 25,3% delas não ultrapassa 1 salário mínimo. [...] Grande parte dos trabalhadores nasceu na Região Nordeste (77,6%) e 41,2% dos trabalhadores entrevistados na pesquisa são maranhenses. Os locais de procedência (locais de residência) dos trabalhadores são as Regiões Nordeste (57%), Centro-Oeste (23,1%) e Norte (19,9%) (OIT, 2011, p.104).

Como podemos verificar, o perfil desses trabalhadores revela algumas das desigualdades estruturais (e regionais) que marcam a existência da população negra, pobre e historicamente marginalizada da sociedade brasileira, indicando as condições sociais nas quais esses sujeitos estão inseridos e como se lançam às margens do mundo do trabalho para garantir as condições materiais de sua existência e reprodução social. Segundo os dados da pesquisa realizada pela OIT a partir de entrevistas com trabalhadores resgatados do cativeiro:

Os trabalhadores que moravam sozinhos são chamados de *peões de trecho*. Geralmente, não possuem residência fixa e são mais vulneráveis que o conjunto dos trabalhadores. São mais velhos, com idade média de 38,6 anos, com uma proporção maior de analfabetos (30%) e de negros (87%). A escolaridade dos trabalhadores entrevistados é extremamente baixa: 18,3% são analfabetos e 45% são analfabetos funcionais. O tempo médio de estudo é de 3,8 anos, e 85% deles nunca fizeram qualquer tipo de curso profissional. A escravidão contemporânea no país é precedida, em alta proporção, pelo trabalho infantil: 92,6% dos trabalhadores entrevistados iniciaram sua vida profissional antes dos 16 anos. A idade média em que começaram a trabalhar é de 11,4 anos. A maioria dos trabalhadores (59,7%) já passou anteriormente por situações de trabalho escravo com privação da liberdade. Entretanto, apenas 12,6% deles foram resgatados pelas equipes móveis de fiscalização. (OIT, 2011, p. 105)

Em outras palavras, como podemos perceber, há um conjunto de determinantes sociais e econômicos que caracterizam a continuidade da exploração do trabalho análogo ao escravo no Brasil e sua recorrência na vida desses trabalhadores, o que se explica tanto com o processo histórico e o “sentido da colonização” (PRADO JR, 2000) permanente numa economia de tipo colonial, mas também com as falsas promessas dos aliciadores que se aproveitam da vulnerabilidade social e da posição desfavorável desses sujeitos no mercado de trabalho (baixa qualificação e baixa escolaridade), para os submeterem às condições degradantes do trabalho análogo ao escravo. É o caso dos assalariados rurais do café, no Sul de Minas Gerais.

A situação do trabalho análogo ao escravo no Sul de Minas Gerais

A situação das condições de vida e relações de trabalho dos assalariados rurais do café no Sul de Minas Gerais já há algum tempo tem gerado grande preocupação nas entidades de defesa dos direitos humanos nacionais e internacionais, porque são recorrentes as denúncias de trabalhadores encontrados em condições de trabalho análogo ao escravo na região.

O conhecimento dessa realidade tem sido possível graças à atuação da ADERE-MG (Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais) que vem realizando - em parceria com auditores fiscais do trabalho e Ministério Público do Trabalho - algumas das principais denúncias e ações de combate ao trabalho escravo em fazendas de café do Sul de Minas. Tais denúncias têm repercutido nacional e internacionalmente porque revelam o envolvimento de grandes empresas multinacionais na exploração e superexploração de trabalhadores encontrados na região, vivendo sob condições degradantes de trabalho.

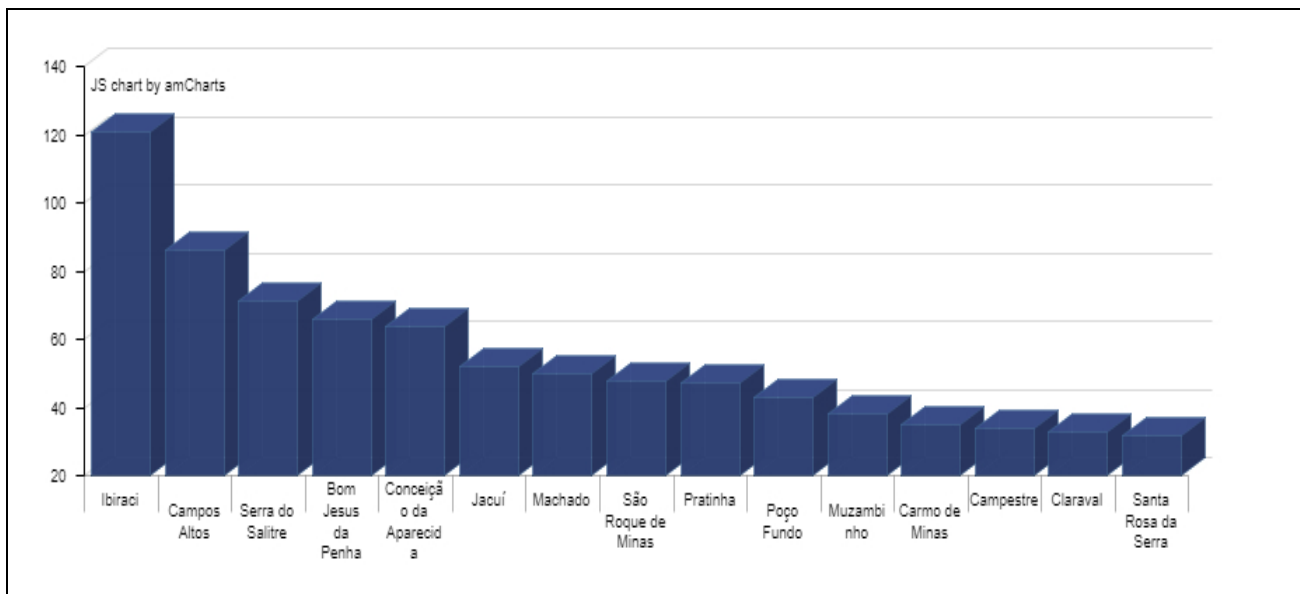
Nesse sentido, vale destacar, por exemplo, a denúncia feita em 2018 pela ADERE-MG e Conectas à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) sobre a violação de direitos humanos e trabalhistas praticada em fazendas fornecedoras de café às grandes empresas comerciais como (Nestlé, Jacobs Dowe Egberts, McDonald's, Dunkin, Donuts, Starbucks e Illy). A denúncia é uma forma de responsabilizar essas grandes empresas não apenas porque operam no interior da cadeia produtiva, beneficiando-se financeiramente das violações aos direitos humanos e trabalhistas, mas também porque o Brasil aderiu às Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais, o que exige que tais atores corporativos e empresas do setor cafeeiro devem respeitar os direitos humanos, prevenindo qualquer tipo de violação e monitorando seus fornecedores diretamente ligados à cadeia produtiva do café (CONNECTAS, 2018).

No que se refere ao conteúdo da denúncia acerca das condições e relações de trabalho encontradas nas fazendas de café pela ADERE-MG, verifica-se as frequentes práticas de crime de trabalho análogo ao escravo, bem como as diversas violações dos direitos trabalhistas, tais como: amplas taxas de informalidade entre os assalariados do café, ou seja, a cada 10 trabalhadores do café, pelo menos 6 estão na informalidade (60%), afinal, a característica predominante na colheita de café manual é justamente a sazonalidade desse tipo de trabalho (temporário) que ocorre (por empreita) geralmente de maio a setembro, no período de safra; violação das NRs (Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho); fraudes nas formas de pagamento dos salários e direitos trabalhistas; fraudes no pagamento por produção durante a safra de café; condições precárias de moradia e alojamento dos trabalhadores migrantes (inclusive de fazendas com certificação internacional); exclusão de milhares de trabalhadores do sistema previdenciário pela violação de direitos trabalhistas, como a falta de carteira assinada, dentre outras.

O conteúdo dessa realidade pode ser percebido no gráfico abaixo, quando se considera os municípios cafeeiros com mais autos de infração lavrados em Minas Gerais. Se de 1995 a 2019 o Brasil somou mais de 55 mil trabalhadores resgatados pelo grupo móvel de fiscalização e inspeção do trabalho, Minas Gerais aparece neste cenário, com destaque. No mesmo período, incluindo o

espaço rural e urbano, foram resgatados 6.622 trabalhadores. Olhando apenas para o espaço rural, foram 3.843 trabalhadores resgatados em situação de trabalho análogo ao escravo em propriedades rurais mineiras. Muitas dessas propriedades são produtoras de café e estão localizadas principalmente no Sul de Minas Gerais. Os dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho dão conta de que, no período de 1995 a 2019, apenas nas 62 propriedades fiscalizadas que cultivam café, foram resgatados 820 trabalhadores em condições análogas a de escravo no Sul de Minas.

Gráfico 1 - 15 Municípios com Mais Autos de Infração Lavrados em Todos os Anos em MG Cultivo de café.



Fonte: SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho).

Os relatórios oficiais da auditoria fiscal do trabalho ligada ao governo federal brasileiro revelam que pelo menos 495 trabalhadores/vítimas foram resgatados do crime de trabalho análogo ao escravo nas lavouras de café de Minas Gerais entre 2015 e 2019. Destes, pelo menos 316 trabalhadores foram resgatados em fazendas de café em 19 municípios da região sul de Minas Gerais, o que representa em média 17% dos municípios de toda região sul do Estado. Contudo, há que se destacar que esses dados e números nem de longe representam a realidade concreta, visto que o número de auditores fiscais na região é insuficiente para dar conta das milhares de propriedades e fazendas de café no Sul de Minas. Apesar do importante trabalho desenvolvido pelos auditores fiscais ligados às regionais dos municípios de Poços de Caldas, Varginha e Pouso Alegre, o número de fiscais vem diminuindo a cada ano devido às aposentadorias e a não reposição desses atores no serviço público, o que tem impactado significativamente as fiscalizações com a redução do número de ações executadas pelo grupo móvel de fiscalização do trabalho nas propriedades rurais da região, já que também atuam em diversos setores, fiscalizando, além da agricultura, propriedades urbanas, da indústria e do comércio.

Dentre as principais práticas criminosas de violações dos direitos humanos e trabalhistas identificadas pela ADERE-MG nas fazendas de café no Sul de Minas Gerais, destacam-se:

a) *Aliciamento e tráfico de pessoas*, principalmente de trabalhadores oriundos das regiões mais pobres do Brasil, como o vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais, e o sudoeste da Bahia, que migraram para as lavouras de café, iludidos por falsas promessas (bons salários e boas condições de trabalho) dos “gatos”, empreiteiros e aliciadores. Tais trabalhadores se submetem a essas situações porque “a precária situação econômica pressiona a família que, sem condições de manter todos os membros, transforma a procura por trabalho em outros lugares uma necessidade” (COSTA, 2008, p. 179). Dentre as motivações da migração e o risco do aliciamento, podemos encontrar nesses trabalhadores a busca por melhores oportunidades de emprego e renda, visando à superação de uma situação de fome ou penúria, mas também uma estratégia de reprodução camponesa por meio do assalariamento, uma vez que permanecer na terra de origem não resolve o problema, pois normalmente não conseguem acesso às escassas políticas de fomento à agricultura familiar nessas regiões.

b) *Retenção de documentos pessoais, especialmente carteira de trabalho*. Segundo a ADERE-MG, os fazendeiros de café retêm as carteiras com a promessa de registro como forma de enganar os fiscais do trabalho, mas quando a colheita termina, muitos trabalhadores recebem suas carteiras, porém, sem nenhuma anotação ou registro do trabalho realizado, o que atenta contra seus direitos trabalhistas e previdenciários;

c) *Descontos ilegais e abusivos nos salários dos trabalhadores* (alimentação, EPIs, ferramentas de trabalho, passagens, combustíveis para as pequenas colheitadeiras costais (derriçadeiras). Para a realização da colheita do café nas fazendas os próprios trabalhadores são obrigados a pagarem pelos instrumentos de trabalho e pelos equipamentos de proteção individual, cujos valores são descontados de seus salários e produção, reduzindo ao máximo os ganhos salariais ao final do mês e da safra. Ademais, tal prática que constitui a “política de barracão” é um indício da servidão por dívida, armadilha que coloca o trabalhador em situação de escravidão, na medida em que só pode deixar a fazenda quando a dívida estiver quitada;

d) *Jornadas exaustivas de trabalho*. Segundo a ADERE-MG, os trabalhadores são obrigados a trabalharem entre 10 e 12 horas por dia, sob o regime do pagamento por produção, sem intervalo regular para refeição e descanso previsto em lei, o que caracteriza, segundo a *Instrução Normativa N°139*, jornadas exaustivas, trabalho forçado e superexploração do trabalho;

e) *Péssimas condições de trabalho*, como o não fornecimento de água potável nas frentes de trabalho, ausência de abrigo para refeição e contra intempéries, além da falta de sanitários nas frentes de trabalho de lavouras de café, o que caracteriza violação das condições de saúde e segurança do trabalho. Segundo a ADERE-MG, essa prática obriga os trabalhadores a se alimentarem e fazerem suas necessidades fisiológicas na mesma lavoura onde trabalham, sem qualquer tipo de higiene e privacidade, além de estarem expostos aos resíduos de agrotóxicos presentes nas lavouras durante os tratos culturais dos pés de café. Essas são práticas comuns e violam, por exemplo, a NR31, que regulamenta as questões relativas à saúde e segurança do trabalho nas frentes de trabalho;

f) *Condições precárias de alojamento.* Ainda, conforme denúncia da ADERE-MG, muitos trabalhadores foram encontrados em alojamentos sem condições de higiene e segurança, obrigados a dormirem em camas improvisadas ou no chão, sobre colchões finos durante os meses mais frios do ano na região. Observou-se que no espaço da morada/alojamento não havia local adequado para os trabalhadores guardarem seus objetos pessoais ou preparem adequadamente sua alimentação. Os alimentos, em geral, eram armazenados em caixas de papel amontoadas pelo chão ou em estruturas improvisadas e precárias, com alto risco de contaminação;

g) *Fraudes na forma de pagamento por produção e nas medições de café durante a colheita.* Nesse processo, os trabalhadores são fraudados e roubados durante a medição de sua produção, ou seja, são obrigados a entregarem até 80 litros de café colhido, mas na prática recebem apenas por 60 que é a medida padrão. Além desse tipo de fraude no pagamento por produção, a ADERE-MG destaca ainda, que existem outras formas de roubo nas formas de pagamento de salário, quando os trabalhadores não recebem, por exemplo, o DSR (Descanso Semanal Remunerado), conforme a legislação trabalhista. Apesar de muitos trabalhadores produzirem valores superiores ao salário mínimo por mês, os empregadores fazem constar somente o valor do salário mínimo nas folhas de pagamento, gerando enormes prejuízos financeiros, pois os valores omitidos não constam nas férias, 13º salário, fundo de garantia (FGTS), dentre outros direitos. Porém, isso ocorre somente nas poucas fazendas onde há formalização do trabalho, porque, na maioria das propriedades fiscalizadas o que prevalece, de fato, é a informalidade, acompanhada por diversas práticas de violação aos direitos humanos e trabalhistas.

Essas condições e relações de trabalho constituem o quadro dramático da degradação e superexploração de milhares de trabalhadores que vivem em situação extrema de vulnerabilidade social, completamente desprotegidos e sujeitos à vida “nua” e a lógica da “empresa campo” e seu estado de exceção (WERMUTH; NIELSSON, 2018). Além de serem submetidos a lógica do trabalho análogo ao escravo, esses trabalhadores vivenciam outros tipos de punição pelo “poder soberano” do fazendeiro, caso decidam denunciar as violações de seus direitos. São coagidos pelos fazendeiros que integram a cadeia produtiva a não reclamarem, caso contrário, são inseridos numa espécie de “lista suja” do mercado de trabalho na região, pois podem ficar desempregados ou não serem contratados por outros proprietários nas safras seguintes.

Cabe enfatizar ainda, que a situação desses trabalhadores se agravou ainda mais com a Reforma Trabalhista, Lei. Nº 13.467/2017, pois ela alterou o artigo 477 da CLT, retirando o direitos dos trabalhadores à assistência sindical/jurídica e a homologação do encerramento dos contratos de trabalho pelos sindicatos da categoria e pelo extinto Ministério do Trabalho. Tal medida deixou o trabalhador rural completamente “nu” em relação ao arcabouço protetivo da legislação e trabalhista, tornando-o ainda mais suscetível às violações de seus direitos, visto que não possuem mais a mediação dos sindicatos e da justiça do trabalho na defesa de seus direitos, o que tem ampliado ainda mais a assimetria entre capital e trabalho no mercado de trabalho.

Diante deste cenário em que podemos perceber não apenas a impunidade dos fazendeiros escravocratas, mas também a morosidade da justiça em fazer cumprir a legislação nacional e internacional que condena a exploração do trabalho análogo ao escravo, vale destacar, finalmente, a participação do Estado brasileiro como um dos agentes políticos do neoliberalismo. Pois, em vez de garantir a proteção social constitucionalmente referenciada, o Estado gerencialista e neoliberal tem atuado desde o Golpe de 2016 (com Temer e Bolsonaro), para garantir segurança jurídica (Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, Terceirização Total) e um bom ambiente de negócios ao capital a partir do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas.

Considerações Finais

Portanto, se considerarmos a lógica das estruturas históricas da dependência que marcam a formação da economia colonial do agronegócio do café no Sul de Minas Gerais é possível afirmar que a continuidade da exploração do trabalho análogo ao escravo no Brasil parece ser uma exigência permanente tanto dos processos de acumulação primitiva do capital quanto da inserção subordinada da nação à DIT (Divisão Internacional do Trabalho) e aos interesses do mercado externo.

Afinal, as classes dominantes e as elites agrárias locais, regionais e nacionais, ao se constituírem como forças políticas, ocupando efetivamente cargos em prefeituras, câmaras legislativas municipais, governos estaduais e Congresso Nacional, se transformam em sujeitos e personificações do capital (bancada ruralista). Assim, são portadores do poder soberano a partir do qual subordinam a vida e instrumentalizam os corpos dos trabalhadores à satisfação incessante dos interesses econômicos dos fazendeiros e das grandes empresas comerciais de café.

Em síntese, os processos sociais que envolvem as condições de trabalho análogas a de escravo impõem aos trabalhadores o desenraizamento social, desvalorização e desumanização do trabalho como práticas recorrentes de violação dos direitos humanos, sociais e trabalhistas. Isto garante, no âmbito da economia colonial, a continuidade da reprodução ampliada do capital, articulando simultaneamente o arcaico e o moderno sobre novas bases de acumulação e exploração do trabalho, porém, cada vez mais legitimadas pelas políticas neoliberais do Estado.

Referências

COALIZÃO DO CAFÉ et al. (Org.) **Café: Vida, Produção e Trabalho - Agricultores Familiares e Assalariados Rurais**. Florianópolis: Instituto Observatório Social, 2004. Disponível em: www.observatoriosocial.org.br/download/cafe_maio2004BX.pdf.

CONAB. **Safra Brasileira de Café, 2020**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe>. Acesso em 11 de outubro de 2020.

CONNECTAS. **Trabalho escravo em fazendas de café em Minas Gerais é denunciado na OCDE, 2018**. Disponível em: https://www.conectas.org/noticias/trabalho-escravo-cafe-minas-gerais-ocde?gclid=EAlalQobChMI3I_7l8is7AIVF4GRCh0RiAaSEAAAYASAAEgISavD_BwE. Acesso em 11 de outubro de 2020.

- COSTA, P. T. M. A construção da masculinidade e a banalidade do mal: outros aspectos do trabalho escravo contemporâneo. In: **Cadernos Pagu** nº 31, jul-dez, 2018, pp. 173-198.
- D'INCAO, M.C.; BOTELHO, M.R. Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no estado de São Paulo. In: SADER, E. (Org.) **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.
- GARCIA J.R. A.R. **O Sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Universidade de Brasília; MCT: CNPQ, 1989.
- GNACCARINI, J.C. **Latifúndio e proletariado - formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural**. SP: Ed. Polis, 1980.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.P. Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.25, n.74, outubro/2010.
- IANNI, O. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.
- _____. A formação do proletariado rural no Brasil - 1971. In: STEDILE, J.P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda - 1960-1980**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MACHADO, A. F. Relações trabalhistas nas propriedades cafeeiras. In: VILELA, P.S; RUFINO, J.L.S (Coord.). **Caracterização da cafeicultura de Montanha de Minas Gerais**. Belo Horizonte: INAES, 2010 (Estudos INAES. Cadeias Produtivas. Café, 1).
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ONU. **Trabalho Escravo**. Nações Unidas no Brasil. Brasília, abril de 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/position-paper-trabalho-escravo.pdf>. Acesso em 11 de outubro de 2020.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil**.2011. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_227533/lang--pt/index.htm. Acesso em 11 de outubro de 2020.
- PRADO JR. C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PELEGRINI, D.F; SIMÕES, J.C. Evolução, problemas e desempenho da cafeicultura de Minas Gerais. In: 48º **SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural)**. Campo Grande, 25 a 26 de julho, 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/816.pdf>. Acesso em 20 de março de 2014.
- REZENDE, M.J; REZENDE, R.C; A erradicação do trabalho escravo no Brasil atual. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº10. Brasília, jan-abr, 2013, pp. 7-39.
- REPORTER BRASIL. **Café certificado, trabalhador sem direitos**, 2018. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Cafe%CC%81_PT_Web.pdf. Acesso em 11 de outubro de 2020.
- SILVA, M.A.M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 1999.
- WERMUTH, M.A.D; NIELSSON, J. G. A “empresa-campo” e a produção da “vida nua”: *direitos humanos e o trabalho escravo contemporâneo sob a perspectiva biopolítica*. In: **Revista Direito GV**. SP. Vol. 14. Nº 2, mai-ago, 2018, pp. 367-392.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, C.A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M.N. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**.

Vol.1. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Manifestações culturais identitárias nos espaços rural e urbano

Sônia de Souza Mendonça Menezes

soniamenezes@academico.ufs.br

Introdução

O presente artigo tem por objetivo evidenciar manifestações culturais identitárias enraizadas nos espaços rural e urbano da região Nordeste. Especificamente, tomamos como recorte as representações culturais materiais e imateriais vivenciadas a partir da leitura dos sergipanos. Guarinello (2001, p.971) alude: “a festa aparece como uma interrupção do tempo social, uma suspensão temporária das atividades diárias que pode ser cíclica, como nas festas de calendário, ou episódica, como na comemoração de eventos singulares”. Em consonância com as discussões desse autor, far-se-á discussões a respeito das festas religiosas alusivas aos santos e santas padroeiro(a)s, inseridas no calendário local e consideradas como um conjunto de manifestações tradicionais arraigadas na identidade cultural. Igualmente, serão abordadas a persistência das vaquejadas ou pega do boi na caatinga no espaço rural, a reinvenção da vaquejada nos espaços urbanos - uma festa episódica, cuja data geralmente não é fixa -, e, por fim, as festas juninas inseridas no calendário inclusive como um atrativo turístico, bem como o impacto da pandemia nessa celebração popular.

Para Amaral (1998, p.109), a festa se apresenta “unindo o passado ao presente, o presente ao futuro, a vida e a morte [...], o sagrado e o profano, a fantasia e a realidade, o simbólico e o concreto, os mitos e a história, o local e o global, a natureza e a cultura”. Embora a configuração dessas manifestações culturais tenha passado por processos transformação e rupturas, essas alterações não afetam todos os indivíduos. Deste modo, essas mudanças não provocaram o desaparecimento de referenciais específicos, a exemplo das sociabilidades ou das horizontalidades e, por conseguinte, da diversidade de práticas culturais.

Pressupõe-se que, nesses lugares, o tecido social continua entrelaçado por conexões aglutinadoras como as relações de proximidade e as trocas de saberes entre amigos, vizinhos e parentes com quem compartilham processos de criação de alternativas, com vistas à permanência das festas. Essas manifestações continuam a existir como momentos de sociabilidade entre os atores sociais, ressignificadas e alteradas, porém, ainda com a participação popular. Como assevera Almeida (2018, p.63) “a festa constrói um território singular, o caráter efêmero, mas intenso na sua existência”. Dessa forma, as relações sociais continuam importantes nesse novo contexto, (re)configuradas em consequência das mudanças ocorridas no lugar.

Diante da persistência de algumas manifestações culturais, surgem algumas indagações: em que medida os alimentos apresentam-se como importantes elementos nas manifestações tradicionais religiosas? Como as vaquejadas (pega do boi na caatinga), diante das transformações

no espaço rural, resistem na contemporaneidade? No contexto da pandemia do Covid, como a população conseguiu celebrar os festejos juninos?

As transformações ocorridas no lugar, frutos da expansão de paradigmas modernos, alteram as relações entre os sujeitos e, por consequência, geram rupturas. Todavia, observa-se que os grupos sociais logram a continuidade das festas no espaço. Para tanto, processam e organizam estratégias. Eles compartilham entre seus pares o acontecer solidário, identificam as forças antagônicas e os interesses comuns, conformam laços identitários e de pertencimento e recriam práticas fundamentadas em saberes que estão enraizados no modo de vida.

Festas religiosas: persistência da tradição nos espaços rural e urbano

Na contemporaneidade evidenciam-se transformações nos espaços rural e urbano relacionadas aos paradigmas modernos associados ao avanço do meio técnico-científico e à expansão das comunicações e transportes. No entanto, observa-se que as manifestações religiosas continuam enraizadas, vinculadas ainda ao catolicismo popular, embora perceba-se o crescimento do pluralismo religioso. Essas manifestações estão permeadas pelos compromissos ligados à reciprocidade, a ajuda mútua que conforma elementos aglutinadores e se desdobram nas práticas culturais e religiosas, assim como nas do cotidiano dos membros da comunidade. Tais práticas nutrem os valores morais e religiosos e têm seu ápice nas festas religiosas alusivas aos Santos Padroeiros. Almeida (2018, p. 96) afirma: “as festas de santos/as padroeiros/as são representações materiais e imateriais dos vínculos que ligam a cultura brasileira às heranças constituídas pelo credo religioso católico”. A respeito dessas festas, Brandão (2009) ressalta que elas expressam a identidade cultural das comunidades, exprimem o modo como as comunidades se organizam para cultuar os seus santos por meio dos símbolos e rituais. Bonjardim (2014) corrobora com as discussões do autor e ressalta que as festas religiosas dos santos padroeiros mobilizam as cidades, povoados ou comunidades onde estão inseridas e são símbolos de identidade da população.

Essas festas religiosas constituem o principal festejo das comunidades rurais e nas pequenas cidades, rompem com o cotidiano pacato desses lugares, criam espaço diferenciado, regado pelo regozijo e pelos encontros entre aqueles que vivem no lugar e os que migraram e aproveitam a ocasião da festa para retornar à sua terra natal (MENEZES, 2014).

O(a) santo(a) padroeiro(a) é venerado(a), e a celebração consiste em um momento de integração, em que se observam a força do catolicismo popular com o pagamento de promessas, e as atividades profanas ancoradas nas relações de sociabilidade, como os leilões, pescarias e, na atualidade, as quermesses e bingos.

Após as novenas e ritos religiosos, iniciavam as atividades vinculadas ao espaço profano, como os leilões, prática comum até meados dos anos 1980. Para tanto, as comissões organizavam as doações e conformavam as mesas de leilões, repletas de comidas tradicionais e animais. Para animar essa manifestação cultural, era comum o acompanhamento de grupos seresteiros ou de

trios de forró. Claval (1995) adverte que é pela cultura ou por meio de atributos culturais que as populações fazem a sua mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular, além de se enraizarem no território.

Esses leilões consistiam em uma manifestação impregnada de cultura, desde os donativos que portavam significados para a comunidade, como as comidas e alimentos de referência do lugar, as aves e animais de melhor aparência. Além disso, o leiloeiro era uma pessoa que apresentava qualidades de animador e que, com as suas jocosidades, atraía os presentes a disputar a aquisição dos bens.

Na atualidade são raros os leilões que contam com a diversidade de prendas e com o brilho dos músicos como no passado. Igualmente, já não se encontram as denominadas pescarias. Todavia, continuam a se realizar atividades como os bingos e as quermesses, com o objetivo de angariar recursos para a festa e/ou alguma obra da igreja. Essas alterações nos remetem às discussões de Giddens (1991, p.44): “A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes”. Observa-se que as alterações nas manifestações culturais acontecem vinculadas às transformações da sociedade. Desse modo, o encontro após os rituais religiosos continua a existir, porém em novo formato.

Dentre os santos cultuados no estado de Sergipe, Bonjardim (2015, p.242) identificou nas suas pesquisas São José como o santo mais festejado, padroeiro em 122 comunidades localizadas nos espaços rural e urbano. De acordo com a autora, a “relação do santo com o trabalho e as práticas agrícolas, o consagrou como padroeiro, sendo venerado em 98 capelas nos espaços rurais e 24 no espaço urbano”. É nesse dia que tradicionalmente é realizada a sementeira do milho. Em algumas comunidades rurais nordestinas, esse dia é comemorado e esperado como o início do inverno (embora o inverno inicie oficialmente no dia 21/06).

A autora assevera que Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio são venerados em 113 comunidades, seguidos por Nossa Senhora Aparecida, com 81, e Santa Luzia, em 57.

As festividades remissivas a Nossa Senhora da Conceição em Aracaju atrai muitos fiéis na procissão e nas missas festivas. Essa festa também apresenta conexões com o sincretismo religioso, isto é, inclui as religiões de matriz afro-brasileiras. Simpatizantes e adeptos do candomblé e da umbanda, após a missa das nove horas, fazem a lavagem das escadarias da Catedral Metropolitana de Aracaju. Nesse ritual, iniciado em 1982, os membros dos citados grupos religiosos fazem um cortejo da Colina do Santo Antônio, percorrendo as principais avenidas do Centro da capital, cantando, dançando e carregando vasos com água, perfume e flores para a lavagem das escadarias da Catedral.

Nas festividades alusivas a São José e Santa Luzia, os leilões persistem em algumas comunidades rurais nos moldes daqueles realizados no passado. Bonjardim (2014, p.255) destaca a ocorrência de leilões no povoado São José, no município de Poço Verde. As prendas doadas pela comunidade são leiloadas, e a renda é destinada às obras da igreja. A autora ressalta os objetos

de arremate do leilão: “bezerros vivos, porcos, aves, pratos típicos, quitandas doces, litros de pinga, vinho”. Enquanto essa tradição continua viva em algumas comunidades, em outras localidades rurais a festa de São José é transformada, e manifestações tradicionais, como os leilões, não acontecem, como foi verificado na pesquisa realizada por Silva (2016, p. 158) na comunidade Lagoa do Rancho, no município de Porto da Folha: “Os devotos rememoram que nas primeiras festividades os moradores empenhavam-se na realização de leilões, dramas, pescarias e feirinhas com a finalidade de angariar recursos para custear as despesas”. De acordo com o autor, os idosos e adultos ressentem-se da ausência dessas manifestações culturais, substituídas por bingos e quermesses.

Silva (2016) aponta a relevância e a força da tradição na festa de Santa Luzia na comunidade da Lagoa da Volta, em Porto da Folha, onde acontecem leilões repletos de prendas doadas pelos devotos, entre as quais, além de figurar os doces, bolos, espécies, e alimentos como milho, feijão, abóbora e outros vegetais, destacam-se predominantemente como prendas os animais vivos - aves, suínos, ovinos, bezerros - como pagamentos de promessas, sobretudo as referentes às curas de doenças relativas à visão.

Mas, para além dos ritos religiosos, o encontro familiar é regado com as comidas tradicionais. É o momento de rememorar os fatos passados e presentes marcantes, do regozijo, da partilha de experiências vivenciadas nos outros lugares.

Em Itabaiana-SE, a festa de Santo Antônio é considerada como uma das mais expressivas festas religiosas no estado de Sergipe. Essa cidade foi reconhecida pela presidenta Dilma Rousseff em 2011, por meio do Decreto 13.044, como capital nacional do caminhão, tendo em vista o maior número proporcional da frota desses veículos e de caminhoneiros.

No período da trezena alusiva ao citado santo, a cidade fica repleta daqueles que migraram do município, mas retornam à sede municipal para as festividades e pagamentos de promessas.

Outrossim, nessa festa é notória a presença dos motoristas de caminhão naturais do município. Geralmente, eles organizam as suas viagens com o objetivo de presenciarem o novenário, sobretudo no dia 12 de junho, alusivo aos motoristas. Essa dinâmica dos caminhoneiros nos faz reportar às discussões de Machado (2002, p. 344), que assinala “a festa é um dos momentos de realizar o encontro com as raízes fundantes, de estabelecer parceiros, de (re)construir uma humanização perdida”. Como destacam os trabalhadores da estrada, as dificuldades vivenciadas no cotidiano são por vezes desumanas. Logo, estar presente na festa de Santo Antônio consiste nesse encontro, no restabelecimento de laços com a família e com amigos, além de agradecer por mais um ano de vida a Santo Antônio.

No dia 12 de junho, durante as primeiras horas da manhã, os caminhoneiros em carreata transportam a imagem de Santo Antônio até uma capela no povoado Candeias. Essa carreata é acompanhada por muitos fogos e buzinação. Em seguida, os caminhoneiros retornam à sede municipal, e, na praça Etelvino Mendonça, é servido pela prefeitura local um café da manhã com

as iguarias tradicionais, como o cuscuz, carne do sol, macaxeira, inhame, batata doce, pão, frutas, arroz doce, mungunzá, beijus, ovos acompanhados de suco de frutas variadas e café.

Durante o dia, os caminhoneiros reúnem-se com familiares e amigos. O almoço é regado com bebidas e churrasco. Às 18 horas retornam ao povoado onde foi deixada a imagem de Santo Antônio e voltam à Igreja matriz acompanhados por centenas de caminhões.

À noite, a festa profana após a novena tem sido expressiva, e o número de seus participantes se sobrepõe ao de participantes dos rituais religiosos em razão das atrações artísticas musicais com a presença de artistas nacionais. A festa atrai visitantes de diferentes localidades dos estados de Sergipe e Bahia.

No dia 13 de junho, são realizados vários rituais, como as missas em diferentes horários e a procissão no final da tarde, acompanhada pela população da cidade e visitantes. Alguns pagadores de promessas se vestem com a túnica marrom, outros andam descalços durante o trajeto pela cidade, além daqueles que distribuem aos fiéis os pãezinhos de Santo Antônio à frente da igreja (Menezes, 2014). Silva (2016, p. 162) igualmente identificou na comunidade rural Linda Flor, em Porto da Folha, o pagamento de promessas e a distribuição de pãezinhos. “Conforme a tradição, o alimento é conservado junto à farinha de mandioca - alimento comumente presente nas refeições do sertanejo - para que nunca falte a comida para a família”. Bonjardim (2014) verificou esses rituais também na Igreja de Santo Antônio em Aracaju.

Percebe-se como algumas manifestações religiosas estão permeadas por rituais simbólicos considerados como resiliências. Outras são alteradas, ressignificadas, mas, continua a essência da fé, materializada no culto aos santos de devoção e ancorada na identidade cultural dos sergipanos. Na sequência, destaca-se uma das festas enraizadas no modo de vida sertanejo e a sua reinvenção.

A Tradição enraizada das Vaquejadas - resiliência, cultura e identidade

A pega do boi na caatinga ou vaquejada da caatinga restringe-se a espaços circunscritos e não apresenta como objetivo a apartação do gado como no passado. Essa é uma festa tradicional local, da qual os atores principais e seus coadjuvantes são homens simples, cuja história está associada à criação ou lida com o gado, e que perpetuam essa prática lúdica com seus descendentes, como uma legítima “identidade do grupo pelo laço territorial, indestrutível” (HAESBAERT, 2007, p. 53).

A prática ocorre em espaços onde a caatinga foi preservada para tal atividade, diante da denominada “modernização da agricultura”, em que se observa o avanço das pastagens e, nas últimas décadas, do cultivo do milho. Para alguns sujeitos de fora ou não adeptos dessa festa, a vegetação preservada é considerada sinônimo de rugosidade, aquilo que ficou do passado, “o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição [...] apresentadas de forma isoladas ou como arranjos [...] revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados” (SANTOS, 1996, p. 113). Para muitos, na rede de discursos institucionalizados, esse espaço que

ficou do passado é algo que deveria ser suprimido em favor dos cultivos do lugar. Entretanto, para os proprietários, é o lugar de festa, mantido com o objetivo de manter tal função.

A festa é considerada uma transgressão das normas sociais que defendem o uso intensivo da terra, assim como a dedicação ininterrupta ao trabalho. De acordo com Amaral (1998, p. 39) “o evento festivo, apesar de interromper a temporalidade cotidiana, busca neste os elementos necessários para a execução da festa”. Embora o autor não tenha evidenciado as vaquejadas, observa-se a interrupção e ou adaptações das atividades cotidianas para que os sertanejos possam participar da manifestação cultural. Desvelar essa festa é esmiuçar o modo de vida campesino e a simbologia da vaquejada disseminada no imaginário do sertanejo, como um ritual de interação social e entretenimento.

Esse encontro é considerado pelos vaqueiros como ímpar, incomparável, momento de descontração, de rever os amigos, mostrar sua habilidade e/ou recordar os feitos passados. A vaquejada é considerada como um jogo para os participantes e/ou como uma brincadeira, fato este constatado nas pesquisas de Maia (2000) e Menezes e Almeida (2008).

Os vaqueiros chegam ao espaço a partir das 7 horas, e a competição inicia por volta das 9 ou 10 horas, sendo finalizada às 17 horas, o que denota a relação da atividade com a natureza, uma vez que não pode ocorrer à noite, na escuridão. Além disso, também não é praticada nos meses de inverno, já que, com as chuvas, é possível a ocorrência de acidentes. Logo, essa festa ocorre nos meses de agosto a fevereiro ou março e nos dias de terça a sexta-feira, preferencialmente em decorrência das feiras semanais.

Embora seja uma autêntica festa sertaneja enraizada na identidade territorial dos campesinos e revele uma simbiose homem/natureza, essa festividade apresenta algumas mudanças. Anteriormente os organizadores das vaquejadas ofereciam a comida para os vaqueiros, e as festas duravam até três dias. Na atualidade, são instaladas várias barracas pelos vendedores ambulantes, debaixo das quais os vaqueiros fazem suas refeições e conversam sobre os seus feitos. Alguns são convidados a almoçar na residência do organizador, sobretudo, aqueles que residem em lugares distantes e que trabalham na organização da vaquejada. Enquanto isso, aqueles vaqueiros que participam das festas acompanhados da família aproveitam o dia para o lazer. As mulheres preparam a comida/almoço nas primeiras horas da manhã e a consomem debaixo dos arvoredos da caatinga. Nesse encontro é realizada a partilha dos alimentos entre os amigos.

Outra alteração nessa festa refere-se à pega do boi, em que os animais são soltos em direção à caatinga. Anteriormente, os vaqueiros iriam procurar os bois que estavam embrenhados no mato. Na atualidade, os animais mais rústicos, denominados popularmente “pé-duro”, são praticamente criados para este fim. De acordo com relatos de agricultores e ex-participantes da disputa, esses animais rústicos são ainda mantidos em seus estabelecimentos rurais, seu objetivo é contribuir e reforçar a continuidade da brincadeira. Esses agricultores contribuem na logística da festa e praticamente nada auferem com a utilização dos seus animais. Geralmente, eles recebem uma ajuda ou auxílio para o deslocamento do gado, um valor simbólico.

Os vaqueiros, guardiões da memória, orgulham-se do terno de couro semelhante àquele retratado por Capistrano de Abreu (1930, p.71): “esse complexo econômico/cultural [...] de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, as bainhas de facas, a roupa de montar no mato [...]”. Essa roupa de couro é feita inclusive para crianças a partir dos 10 anos e, quando o terno de couro não pode ser utilizado devido ao crescimento das crianças, a roupa é repassada para outros meninos, parentes ou vizinhos. A doação do terno de couro é uma alegria porque, segundo as mães, significa a continuidade da tradição.

Rotineiramente são encontrados idosos que participaram dessa festa e que, impossibilitados de envolver-se na disputa efetiva, repassam os ensinamentos aos seus familiares. Eles, muitas vezes, contribuem de forma decisiva com recursos financeiros para o pagamento da inscrição a fim de que os vaqueiros descapitalizados demonstrem o seu talento com a lida do gado. A premiação apresenta um valor simbólico, uma vez que as inscrições por vezes apresentam valor superior aos prêmios - animais e bebidas (figura 1) que são frutos de doações de abnegados e simpatizantes da manifestação cultural. Esses fatos remetem à discussão de Haesbaert (2007, p. 51) sobre a identidade e o retorno às territorialidades mais exclusivistas: “Esse pretense apego às raízes, nos referidos atores abnegados, reflete-se como uma prerrogativa da identidade manifestada pelo temor, pela insegurança e imprevisibilidade”.

Figura 1 - Vaqueiro com o prêmio conquistado por ter conseguido inserir um colar no boi.



Essas vaquejadas tradicionais, em virtude da rusticidade das áreas nas quais são realizadas (caatinga fechada), dos tipos de animais - cavalos e bois - e da premiação distribuída aos vencedores, raramente atraem categorias cidadinas. Os advogados, médicos e outros profissionais considerados como os neorrurais participam das festas organizadas nos parques de vaquejadas localizados nas fazendas e ou nos centros urbanos.

Nesses ambientes, observa-se o crescimento dos parques e pátios de vaquejadas, como seus equipamentos, iluminação, muros e/ou cercas. Os participantes usam roupas comuns (não

mais o terno e o chapéu de couro), os cavalos correm em uma pista com areia diferente da caatinga, o público espectador acompanha nas arquibancadas, camarotes ou às margens das cercas a derrubada do boi dentro da faixa. A vaquejada nos parques é considerada uma tradição inventada, o que nos remete às discussões de Hobsbawm (1997, p. 9), que a define por “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regra tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer contiguidade com um passado histórico apropriado”.

As inscrições têm valor elevado e estão direcionadas a diferentes grupos sociais, não necessariamente de agricultores. De acordo com Maia (2003, p. 169) “a vaquejada vai perdendo o seu caráter de festa de vaqueiros e tornando-se cada vez mais um evento de exibição nas cidades”. Observa-se a exclusão dos atores sociais desse recinto: os vaqueiros pouco participam desse evento ou dos circuitos das vaquejadas reinventadas. Muitos deles se envolvem no circuito como contratados por empresários, fazendeiros ou profissionais liberais, e os prêmios recebidos são entregues ao patrão, ainda que algumas vezes o prêmio seja dividido entre os dois. Alguns padrões ainda cobram, além do percentual do prêmio, o valor da inscrição. Tal fato nos lembra as discussões de Guy Debord (2006, p. 26): “A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de outro que lhes apresenta”.

Essa festa é considerada um espetáculo nos espaços urbanos, sendo realizada a qualquer hora e período do ano, características estas distintas da pega do boi na caatinga. Os proprietários dos parques de vaquejadas organizam a competição em circuitos realizados ao longo de vários meses com datas fixadas geralmente nos finais de semana para atrair o público cidadão. Os eventos contam com atrações, a exemplo dos shows musicais realizados paralelamente ou após as competições. Esses lugares transformaram-se em espaços de competição, diferente da pega de boi na caatinga, considerada como uma brincadeira pelos vaqueiros.

Embora o número de parques de vaquejada se expanda no estado de Sergipe, a tradicional pega do boi na caatinga continua viva no Sertão Sergipano do São Francisco. Menezes e Almeida (2008) relatam que os sertanejos com tradição em criação de gado, sustentáculo das suas famílias, têm nessa brincadeira um momento de confraternização entre os seus pares e a maneira de demonstrar sua força, vitalidade e coragem. Essa festa mantém-se viva, conforme retratado por Silva (2014) no município de Porto da Folha, que sedia a maior festa do vaqueiro do estado de Sergipe, realizada no mês de setembro. Em vários municípios sertanejos, é comum durante a semana avistar os vaqueiros com os seus ternos de couro dirigindo-se aos espaços da caatinga para mais uma brincadeira.

As práticas empreendidas pelos sertanejos e o significado das suas marcas no território auxiliam no conhecimento do modo de vida, das tradições e atividades econômicas dominantes no Sertão Sergipano. Em sequência, adentra-se nas festas juninas, expoente maior da cultura nordestina, com as suas tradições permanentes e suas alterações.

Festas juninas: celebração cultural rural e urbano

O dia 19 de março é aguardado pelos sertanejos em virtude da simbologia da chuva. Chover nessa data significa que o inverno será bom, ou seja, terá uma boa colheita. Essa simbologia foi retratada pelo cancionista popular na música de Luiz Gonzaga e Guio de Moraes em 1962.

Eu plantei meu milho todo no dia de São José
Me ajuda a providência,
Vamos ter milho à grané
Vou coiê pelos meus caico (cálculo)
20 espiga em cada pé[...]

Para os nordestinos, os festejos juninos iniciam no dia de São José, quando os agricultores fazem o plantio do milho no entorno da casa, no quintal ou em pequenos espaços, geralmente nas proximidades do lar. Nas residências em que um membro da família tem o nome de José, à noite acende-se uma fogueira (Figura 02). Nas cidades e povoados em que o Santo é o padroeiro, as novenas e festas são muito veneradas. Como já foi citado anteriormente, essas celebrações estão enraizadas na tradição popular.

As festas juninas são uma herança da colonização portuguesa. Em Portugal, elas coincidem com o solstício de verão, período das colheitas, e, no Brasil, ocorrem no solstício de inverno, período em que iniciam as colheitas dos cultivos de milho. Em algumas regiões, estão alicerçadas no catolicismo popular, onde reverenciam Santo Antônio, São João e São Pedro.

Os festejos são iniciados em alguns municípios, como Estância-SE, no dia 31 de maio a partir da meia noite. Em vários municípios sergipanos, como o já citado e ainda Areia Branca e Lagarto, segundo assevera Vargas (2014, p.265), “a música alegre e ritmada pelo triângulo, a zabumba e a sanfona, demarca que São João chegou. “Acorda vem vê; vem vê recordação; acorda vem vê; é primeiro de São João!”.

Na capital e nas cidades interioranas, as ruas, as praças, as escolas e os interiores de estabelecimentos comerciais são ornamentados com bandeirolas, além de artigos de palha e artesanato de barro. As entradas dos edifícios residenciais das diferentes classes sociais são ornadas com motivo junino, assim como são promovidas as festas nos condomínios em data anterior aos dias alusivos aos santos. Alteram-se os cardápios nos hotéis, os quais oferecem comidas típicas juninas no café da manhã, e capricha-se na decoração do *hall* de entrada para que os turistas vivenciem a festa desde o momento da chegada.

Nas comunidades rurais, os rituais tradicionais, como o compadrio e o batismo na fogueira, ainda persistem como uma ruralidade. No passado esse ritual ocorria tendo em vista a ausência dos vigários nas cidades e no campo. Entretanto, na atualidade, embora existam paróquias, e a presença dos padres já se tenha incorporado à rotina, os batismos e compadrios ainda continuam como no passado (Figura 3).

Figuras 2 - artigo pessoal; Figura 3 - Foto cedida por José Natan G. Silva, 23/06/2020.



Já as adivinhações relacionadas ao casamento feitas pelas jovens foram apagadas. Estas não se evidenciam nem mesmo nas comunidades que ainda mantêm tradições juninas como o batismo e o compadrio. Mas os festejos juninos continuam permeados pela alegria, alicerçados pelas redes de solidariedade, pelas dádivas e relações de proximidade.

Em Sergipe, além das fogueiras, dos fogos de artifício e das danças como as quadrilhas e o forró, também as comidas juninas abalizam as festividades e marcam o ritual com os denominados banquetes. Essas comilanças nos remetem às discussões de Bakhtin (1987), p. “as imagens da festa popular do comer e do beber não têm nada de comum com a vida cotidiana imóvel [...]”. Nesses dias festivos, alteram-se as comidas, que diferem do cotidiano. Faz parte do ritual a organização de mesas repletas de comidas derivadas do milho (pamonha, canjica, bolo de milho), iguarias derivadas da mandioca (pé-de-moleque, beijos, saroiós, malcasado, bolo de macaxeira, bolo de puba), além do amendoim cozido, o arroz doce, o mungunzá, queijos, e, no litoral, a maniçoba e o caruru (Figura 4).

Figura 4 - arquivo pessoal da autora.



Com relação às mesas com as comidas típicas dos festejos juninos, cabe ressaltar as discussões de Mikhail Bakhtin (1987): “as imagens do banquete associam-se organicamente a todas as outras imagens da festa popular. O banquete é uma peça necessária a todo regozijo popular”

(1987, p.245). Verifica-se a alegria nessa festa e no encontro com familiares, vizinhos e amigos, permeada pelo consumo de “alimentos identitários” (MENEZES, 2013). Prevaecem as relações horizontais, as relações de proximidade, a dádiva. O acontecer solidário aflora no espaço rural e nos espaços urbanos, sobretudo, nos bairros populares.

A dádiva discutida por Marcel Maus (2003, p, 212) “são, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas [...]. Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas” (Idem, p. 212). As doações das comidas típicas, especialmente no período junino é algo comum entre os vizinhos, amigos e parentes. Fazer pamonha, canjica, mungunzá ou arroz doce tem por objetivo satisfazer os desejos do corpo, mas, igualmente, partilhar com os próximos.

Na capital e nos municípios interioranos, no rural e no urbano, são realizados os casamentos de matuto ou casamentos caipiras, bem como as cavalgadas, geralmente com o patrocínio das prefeituras, de políticos e estabelecimentos comerciais.

Nos espaços urbanos, observa-se nesse período a força das ruralidades, quando as ruas são enfeitadas de bandeirolas. Alguns logradouros públicos são fechados, as fogueiras são queimadas, contratam-se trios pé de serra, e as mesas de comidas tradicionais são organizadas com as doações dos participantes.

O calendário das escolas públicas e privadas é organizado para encerrar as aulas do primeiro semestre no dia 15 de junho, tendo em vista a proximidade das festas juninas. No dia 24 de junho é feriado nos estabelecimentos públicos. Os trabalhadores, em acordo com a Federação do Comércio, resolveram trocar o feriado do dia do comerciário para o dia 24 de junho, dia do nascimento de São João. Tal alteração está relacionada à festa de São João comemorada principalmente na véspera, dia 23/06. Desse modo, os trabalhadores do comércio podem desfrutar dos festejos juninos sem a obrigação de trabalhar no dia seguinte.

Para além dessa alteração na relação com o feriado, observam-se, a partir da década de 1990, as transformações e a racionalização das festas juninas. Para Vargas (2014, p. 264), “Os festejos juninos se resignificaram nos ritmos, na composição das letras, nas formas de manifestar e nos locais de ‘festar’, tornando-os mais complexos”[...]. A tradicional festa familiar passa a ter outros significados, apropriada e transformada em espetáculo com o objetivo de atrair turistas, e, com o apoio do estado, das prefeituras e de políticas públicas, conforma novos territórios no espaço urbano.

A espetacularização das festas juninas na região Nordeste

Ancorada na tradição com o crescimento do fluxo de turistas na região Nordeste, a partir da década de 1980, as festas tomam uma nova expressividade, avolumam-se e resignificam-se. Embora altere-se a dimensão festiva com o objetivo de atrair visitantes, a essência continua nos bairros, na rua e no espaço da casa.

As grandes festividades são disputadas nas cidades médias do interior e em algumas capitais. Observa-se a disputa entre Campina Grande e Caruaru. Vargas (2014, p.271) ressalta: “‘Sergipe é o país do Forró’; ‘Campina Grande tem o maior Forró do mundo’; ‘Caruaru tem o melhor Forró do mundo’, são as máximas das mídias e dos discursos que traduzem o novo que se renova em espetáculos e cria novas tradições”. Fora desses espaços, surgem novos polos como Petrolina e Salvador, além daqueles tradicionalmente considerados como importantes espaços festivos no interior dos estados a exemplo de Mossoró (RN), Senhor do Bonfim, Cruz das Almas, Amargosa (BA) e Estância (SE).

No mercado central de Aracaju, a Prefeitura Municipal criou na década de 1980 o Forró Caju (figura 5), um espaço com vários palcos e camarotes, além de bares e restaurantes. A partir dessa festa, o estado de Sergipe passa a ser incorporado nos pacotes turísticos das agências de turismo a nível nacional. Para tanto, o estado, por meio da Secretaria de Turismo, realiza o marketing divulgando os atrativos para além do forró caju, com o Arraiá da cidade, o São João de Estância e o São Pedro de Capela.

Figura 5 - São João.



Fonte: Forró Caju – Foto: Ana Lícia Menezes/Prefeitura de Aracaju/Arquivo; disponível em: <https://g1.globo.com/noticia/2019/06/21/banda-cintura-fina-e-danielzinho-estao-na-programacao-de-abertura-do-forro-caju.ghtml>

De acordo com Felsentein e Flischer (2003), o uso de festividades ganhou espaço entre as modalidades de turismo. Isso provocou não só a reativação ou a reformulação dos acontecimentos turísticos, dos já consagrados atos locais de caráter cultural ou religioso, mas também a (re)invenção de novas festividades. De fato, a busca de experiências “autênticas” e peculiares de muitos turistas os conduz a acontecimentos tradicionais por eles desconhecidos. As cores, os símbolos, as músicas, as comidas transformam-se em um espetáculo, uma exterioridade que atrai e proporciona diversão ao público de diferentes faixas etárias.

As denominadas grandes festas atraem multidões e transformam-se em eventos culturais e econômicos. A dimensão desses eventos nos remete às discussões de Thompson (1998, p.93), que ressalta a autonomia dos eventos sociais e culturais, “os quais, entretanto, são causalmente condicionados por eventos econômicos”. Deve-se considerar que eventos econômicos são também eventos humanos, que, por sua vez, encontram-se entrelaçados com eventos sociais e culturais. Nesse caso, há uma estreita relação entre as dimensões política e econômica, uma vez que se verificam acordos das gestões públicas com grupos empresariais nacionais, transnacionais, regionais e locais, nos quais os espaços são transformados em territórios de determinadas empresas. Em outras palavras, nesses eventos são comercializados exclusivamente produtos industrializados produzidos pelos patrocinadores. As disputas entre as empresas produtoras de cervejas é o principal campo de embate. Em seguida aparecem empresas vinculadas ao setor alimentício, instituições bancárias entre outros.

No território da festa, o contraste entre o público e o privado é visível: na mesma ambiência observa-se a segregação socioespacial, com a conformação dos camarotes destinados a um tipo de público, e o espaço banal, o espaço de todos (Milton Santos, 1994).

Ainda nas cidades que se apresentam como representativas dessa cultura, existem as festas particulares. Gravari-Barbas (2011, 208) afirma que “os novos rituais festivos tomam formas diversas e avançam sobre diferentes lugares e espaços”. Nos espaços fechados, os participantes pagam um ingresso para inserção, cumprem as regras impostas e desfrutam de shows de bandas e artistas nacionais, e, dentre estes, alguns grupos e cantores não têm nenhuma relação com as tradições juninas. Essa espetacularização das festas está alicerçada no *marketing*, na propaganda nos âmbitos nacional e regional e na acumulação de espetáculos, como asseverou Debord (1997), visto que, além do espetáculo artístico, ocorre o desfile de indumentárias, a representação e a ostentação que conformam marcas nessas festas fechadas.

A despeito dessas constatações, as manifestações presentes nos festejos juninos representam a identidade e a reprodução das ruralidades no espaço urbano. Os elementos da paisagem festiva consolidam seus significados individual ou coletivamente nos participantes das festas.

A alimentação e a cultura como resistência no contexto da pandemia

A representatividade das festas juninas no Nordeste é expressiva para além da dimensão cultural, mas também econômica. A festa ocorre praticamente em todos os municípios. Todavia, nas cidades onde acontecem as grandes festas, são gerados para a população local postos de trabalho vinculados ao setor hoteleiro, restaurantes, bares, artistas, o setor ligado à produção de espetáculos, e os comércios formal e informal. Com a pandemia, os prejuízos foram elevados, de acordo com o MTUR, a cerca de bilhões no Nordeste.

O setor informal, artistas locais, produtores de eventos e artesãos foram prejudicados com a ausência das festividades. Os produtores de fogos de artifício, um dos elementos tradicionais

essenciais nas festas, ressaltam o prejuízo com os fogos elaborados e a não comercialização desses produtos.

Os artesãos destacam que a fabricação dos fogos inicia em novembro, com a compra das tabocas e demais materiais. Em janeiro começam a produzir o que será comercializado a partir do mês de maio. Esses trabalhadores, com seus grupos familiares, estão passando por uma crise sem precedentes diante da pandemia e do descaso das autoridades, uma vez que a produção de fogos não foi comercializada durante o período junino.

Figura 6: Produção de fogos na cidade de Estância-SE. **Figura 7:** Barco de fogo, elaborado pelos fogueteiros de Estância-SE.



Os agricultores e grupos familiares urbanos que comercializam as fogueiras também foram afetados pela pandemia em virtude da falta dessa renda obtida com a produção e comercialização das fogueiras. Nos anos anteriores eles acampavam em alguns logradouros públicos e comercializavam as fogueiras. Geralmente ficavam durante 15 a 20 dias no mês de junho na cidade.

A comercialização é realizada com autorização da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb). Para tanto, os comerciantes devem solicitar a concessão do espaço público, realizar o pagamento da taxa de ocupação de acordo com o tamanho da área requisita e apresentar documento identificador da origem da madeira (eucalipto ou frutíferas) de acordo com as exigências do Ibama.

Figura 8 - Comercialização de fogueiras em vias públicas no ano de 2018, Aracaju-SE.



Fonte: <http://fanf1.com.br/173581-2/Acesso> 15/09/2020.

Diante da pandemia, foram proibidas a comercialização e queima das fogueiras nas cidades, tendo em vista a fumaça gerada e, conseqüentemente, o efeito na população, sobretudo naqueles que estavam contaminados com o vírus e nos demais doentes. Portanto, as festividades juninas foram atípicas no Nordeste, sem a cor nem o brilho dos fogos e sem o calor das fogueiras.

Todavia, foi verificado que essas festividades em 2020 foram marcadas pela comensalidade, o comer junto, a partilha da comida junina fundamentada em saberes e fazeres transmitidos por diferentes gerações. Observou-se o retorno dos banquetes no âmbito familiar, com as comidas derivadas do milho e da mandioca, amendoim, queijos, arroz doce, munguzá, caruru, bolos, milho cozido, pé de moleque, beijus (Figura 9).

Figura 9: Banquete no âmbito familiar.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Enquanto algumas famílias produzem as comidas típicas, outras preferem adquirir os alimentos em pequenos estabelecimentos comerciais, os quais se especializaram na produção de bolos e dos produtos tradicionais. Os grupos familiares que se dedicam a produzir derivados da mandioca e do milho, sobretudo nesse período de pandemia, expandiram suas vendas diante da demanda elevada de padarias, pequenos supermercados, casas de bolos, feiras e ambulantes.

Como já discutimos em artigo anterior (MENEZES, 2013), os derivados da mandioca são comercializados pelos ambulantes diariamente. Os filhos geralmente saem pelos logradouros públicos com cestos de palha na cabeça ou em bicicletas vendendo o beiju molhado, o saróio, a malcasada e o pé-de-moleque da massa puba.

Foi evidenciado nas pesquisas o protagonismo dos grupos familiares urbanos e rurais na elaboração dos alimentos tradicionais alicerçada pela demanda de um mercado consumidor ávido por comidas isentas de aditivos químicos, sem conservantes e de sabores enraizados na identidade cultural.

A produção agrícola no município de Aracaju é irrisória. Logo, os grupos familiares contactam as redes informais criadas por agricultores familiares camponeses produtores de milho

e mandioca, que fornecem as matérias-primas aos grupos familiares urbanos na capital. De posse do milho, da mandioca e seus derivados, como a massa puba (mandioca fermentada) e o polvilho, denominado de tapioca, eles processam as iguarias fundamentados no saber fazer transmitido por diferentes gerações.

Essas famílias produzem durante todo o ano. Todavia, a procura por esses alimentos acentua-se nos festejos juninos. A expansão da elaboração dos alimentos tradicionais nos remete às discussões de Klass Woortmann (1990, p.17), que assevera: “A tradição [...] não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que no presente constrói as possibilidades do futuro”. Essa assertiva é comprovada nos bairros periféricos em Aracaju, nos quais a produção de alimentos derivados da mandioca e do milho constitui uma estratégia de reprodução para grupos familiares. Contudo, observou-se que, diante do desemprego, cresceu a oferta de alimentos tradicionais e iguarias derivadas do milho nas redes sociais. Tal fato remete a demanda dos consumidores de alimentos e os seus vínculos com a ruralidade. Nas discussões de Alves (2020, 259) “É importante destacar que, ao tratarmos da ruralidade, não estamos mantendo o conceito às suas práticas tradicionais e do passado, mas como essas práticas vão se alterando com o progresso da sociedade”. Essas discussões podem ser ratificadas nas territorialidades da produção de alimentos identitários e na comercialização via redes sociais dos balaio juninos pelos movimentos sociais, assim como por grupos familiares que utilizavam as redes para vender as comidas típicas nas festividades juninas (Figuras 10 e 11).

Figura 10 - CALADO, P. C. [Balaio Camponês Junino]. WhatsApp: [Grupo RESEA]. 22 Jun. 2020. 15:30. 1 mensagem de WhatsApp

Figura 11 - PEDRAL, C. [Canjica quentinha] Instagram: [@cordeliapedral].29/06/2020.14:30.1. mensagem de Instagram



Portanto, observa-se um processo dinâmico de reestruturação da cultura alimentar, incorporando novas estratégias como o meio técnico-científico, mas, conservando a essência e preservando hábitos tradicionais relacionados à comida junina. Esse processo implica um movimento vinculado à apropriação das técnicas modernas - uso das redes - e, ao mesmo tempo,

defesa e difusão da comida de verdade, sobretudo, junto àqueles consumidores das redes sociais: jovens e adolescentes.

Reflexões Finais

As manifestações culturais tradicionais evidenciadas nos espaços rurais e urbanos estão vinculadas às ruralidades. Essas (práticas) são encorajadas pelas horizontalidades, pelas relações de proximidade e solidariedade e estão alinhadas à produção e consumo de alimentos, elemento fundante da identidade.

As festas populares retratadas apresentam alterações, mas continuam, resistem, persistem nos espaços rurais e urbanos, na sua essência como transgressão do cotidiano, momentos permeados pelo encontro, regozijo e intensidade.

As festas de padroeiros/as constituem as festas mais importantes nas comunidades rurais, assim como em alguns espaços urbanos. Elas ressignificam, se adequam às novidades. Outras continuam com as suas manifestações tradicionais arraigadas, como os leilões, sobretudo nas comunidades rurais. Igualmente, as festas religiosas, as vaquejadas ou pega do boi na caatinga resistem, persistem pela força dos laços de proximidade, com a colaboração de benfeitores locais, sendo alteradas para se adequar às normas da contemporaneidade. Essa persistência em manter a tradição e a continuidade é evidenciada ao perceber os jovens rurais envolvidos na pega do boi na caatinga. Por outro lado, observa-se o crescimento das vaquejadas inventadas, (re)inventadas nos parques, transformadas em espetáculo, domínio dos profissionais liberais e, em menor intensidade, dos vaqueiros, difundidas nas redes de comunicação e sociais como um evento que acontece isenta da relação homem/natureza, ao contrário da pega do boi na caatinga.

Retrataram-se as festas juninas, expressão da identidade nordestina. As cores, a luminosidade, o brilho, a música e o cheiro da comida marcam a cultura e as tradições sergipanas. Evidenciaram-se as resiliências como o batismo da fogueira, o compadrio e a força dos alimentos tradicionais. Outrossim, observaram-se as festas paralelas privadas e a espetacularização das festas juninas, as grandes festas disputadas pelos turistas, o marketing, a propaganda, a apropriação de empresas por meio do patrocínio dos eventos.

Por fim, verificou-se que em 2020, com a pandemia, os prejuízos foram altos para o setor de turismo, para o estado e para os trabalhadores envolvidos nos festejos juninos. Para além da dimensão econômica, a tristeza, a incredulidade com os fatos pasmava a população. Desse modo, retomam-se as festas familiares regadas com a música junina e nutridas com as comidas tradicionais derivadas do milho, da mandioca e do amendoim, e com as bebidas. A comensalidade foi a marca das festas juninas 2020!!!

Referências

ALMEIDA, M. G. de; et al. Vamos festejar! Festas populares em Goiás. In: Almeida, M. G. de. (Orgs). **Territórios de Tradições e de Festas**. Curitiba: Ed. UFPR. 2018, p.93-115.

- _____ ; Festas de Padroeiras e festas Rurais. In: ALMEIDA, M. G. de; **Geografia Cultural: um modo de ver**; Goiânia: Gráfica UFG, 2018, p.57-84.
- ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. 2^a edição. Rio de Janeiro: Briguiet. 1930.
- AMARAL, Rita de C. A alternativa da festa a brasileira. In: **Sexta-Feira**, ano 2, Vol. 2. São Paulo: letora, 1998.
- ALVES. Flamarion D. Temas e pressupostos metodológicos da ruralidade em geografia rural. **Temas em geografia rural** [recurso eletrônico]. MARAFON. Glaucio J. CHELOTTI. Marcelo C.; PÊSSOA. Vera Lúcia S. - 2. ed. - Rio de Janeiro : EdUERJ, 2020, p. 197-214.
- BONJARDIM. Solimar G. M. **Sob o domínio da Cruz: a construção de um território e patrimônio cultural em Sergipe**. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGEO/UFS. São Cristóvão: 2014.
- BRANDÃO, Carlos R. **O Saber, o cantar, o viver do povo**. São José dos Campos: Centros de Estudos da Cultura Popular, Fundação Cassiano Ricardo, 2009.
- CLAVAL, Paul. **La Géographie culturelle**. Paris: Nathan, 1995.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FELSENSTEIN, D; FLEISCHER, A. Local Festivals and Tourism Promotion: the role of the public assistance and visitor expenditure. **Journal of Travels Research**, 2003, 41.
- GIDDENS. Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- GUARINELLO, Norberto L. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István,; KANTOR, Iris. (org.) **Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucutec/Edusp, 2001. V. II.
- HAESBAERT. Rogério. Identidade territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO. F. G. B. E HAESBAERT. R. (Orgs) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007. 136p.
- MACHADO. M. C. T. Cultura Popular: um contínuo refazer de práticas e representações. In: **História e cultura: espaços plurais**. PATRIOTA, R.; RAMOS, A. F. (Orgs.) Uberlândia: Aspectos/NEHAC. 2002. p.335-345.
- MAIA, Doralice Sátyro. A vaquejada: de festa sertaneja a espetáculo nas cidades. In: ALMEIDA. Maria Geralda de. **Geografia Leitura Culturais**. Goiânia:Ed. Alternativa: 2003, p.159-183.
- Mauss, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. **Sociologia E Antropologia**. Translated by Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

- MENEZES, Sônia de S. M. ALMEIDA, M. G. de. Vaquejada: a pega do boi na caatinga resiste no Sertão Sergipano. **Revista Vivência**. UFRN: Natal. N° 34. p.195-209, 2008.
- MENEZES, Sônia de S. M. Alimentos identitários: uma reflexão para além da cultura. **Revista Geonordeste**.p.01-15,2013. <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1516>
- MENEZES, Sônia de S. M. Menezes, S. de S. M. (2014). Comida: identidade, tradição e cultura enraizada nas manifestações do catolicismo em Sergipe - DOI 10.5216/ag.v8i2.28124. **Ateliê Geográfico**, 8(2), 274-289. <https://doi.org/10.5216/ag.v8i2.28124>
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec.1996.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SILVA. José Natan G. da. **Reconfiguração do espaço rural de Porto da Folha/SE: inovações socioprodutivas e ruralidades**. Dissertação de Mestrado PPGE0. São Cristóvão, 2016.
- THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses**. In.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio(orgs.). E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1998a. v. 1. (Coleção Textos Didáticos)
- Vargas, M. A. M. Festas patrimônio: os ciclos junino e natalino de Sergipe - DOI 10.5216/ag.v8i2.32100. **Ateliê Geográfico**, 8(2), 252-273, 2014.<https://doi.org/10.5216/ag.v8i2.32100>
- WOORTMANN, Klaus. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, 87. 1990.

A diversidade do tecido social e cultural na Serra dos Tapes/RS³⁶

Giancarla Salamoni

gi.salamoni@yahoo.com.br

Introdução

O reconhecimento das especificidades da agricultura familiar em distintos contextos regionais e locais permite a compreensão do tecido social e cultural que conforma determinadas geografias. Esse é o caso da Serra dos Tapes, apresentada neste texto como o lócus de reprodução social e territorial da agricultura familiar camponesa³⁷ no sul do Rio Grande do Sul.

Pode-se dizer que, mesmo com a difusão do processo de modernização da agricultura, persiste um patrimônio cultural camponês, identificável por meio dos conhecimentos sobre a gestão dos agroecossistemas, da cultura e da sociabilidade camponesa, que pode ser entendido aqui a partir de uma abordagem geográfica, constituindo as “territorialidades”³⁸ da agricultura familiar. Nesse sentido, a dimensão cultural valoriza o conhecimento empírico acumulado ao longo do tempo na construção dos territórios. E, assim, esse saber camponês passa a ser valorizado na medida em que a sociabilidade camponesa se torna, também, agente de transformação dos padrões de produção/consumo na escala local e regional.

Desse modo, a agricultura familiar produz uma diversidade de organizações espaciais, baseadas nas formas de ocupação do território, conectando as dimensões do viver, trabalhar e (re)produzir. Busca-se, então, a partir de uma breve reflexão sobre o processo de formação histórica dessa região, repensar as relações entre os sujeitos da agricultura familiar e os ambientes físico, econômico, social e cultural, cujos reflexos estão impressos na atual organização espacial dessa porção do estado gaúcho.

³⁶ Uma versão preliminar deste capítulo foi elaborada como parte do Relatório Técnico do Projeto “Diagnóstico sobre as Repercussões do PAA e PNAE sobre os Sistemas Agrários Familiares no RS: estudos sobre as relações entre a agricultura familiar, políticas públicas e o desenvolvimento rural na escala local”, Processo CNPq 401605/2016-7- Chamada Universal 2016.

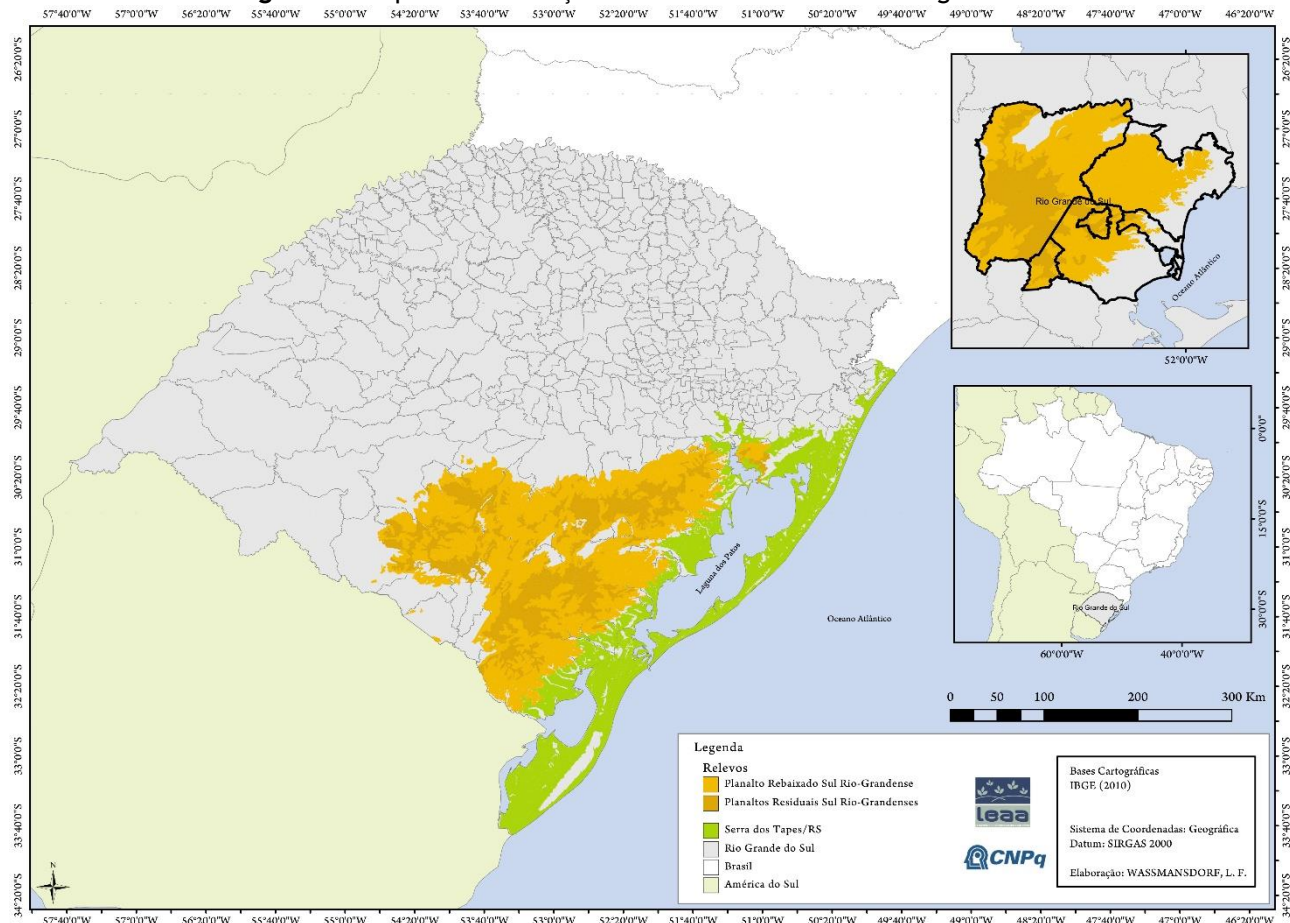
³⁷ “Camponês e agricultor familiar são termos utilizados neste trabalho de forma similar e indissociável, a fim de enfatizar a existência de um campesinato na contemporaneidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, a categoria analítica adotada - agricultura familiar camponesa - expressa o reconhecimento da permanência de ‘lógicas camponesas’ que estão combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura. Lógicas de resistência e estratégias de reprodução social que combinam produção mercantil com produção para o autoconsumo, e cujos resultados estão voltados para a construção/reprodução do patrimônio familiar” (RIBEIRO; SALAMONI, 2011, p. 215).

³⁸ Segundo Haesbaert (2008), a territorialidade diz respeito às relações sociais, econômicas e culturais presentes nos territórios. Nas palavras de Sack (1986, apud HAESBAERT, 2008, p. 21), a construção de territorialidades está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”.

Serra dos Tapes: onde natureza e cultura se entrelaçam

Segundo a classificação proposta por Müller Filho (1970, apud SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013), a Serra do Tapes está inserida no Planalto Uruguaio Sul-riograndense ou Escudo Cristalino Sul-riograndense (Figura 1), compreendendo o compartimento de relevo ao sul do rio Camaquã. Os municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas, Arroio do Padre, Morro Redondo e Canguçu compõem seu recorte político-administrativo.

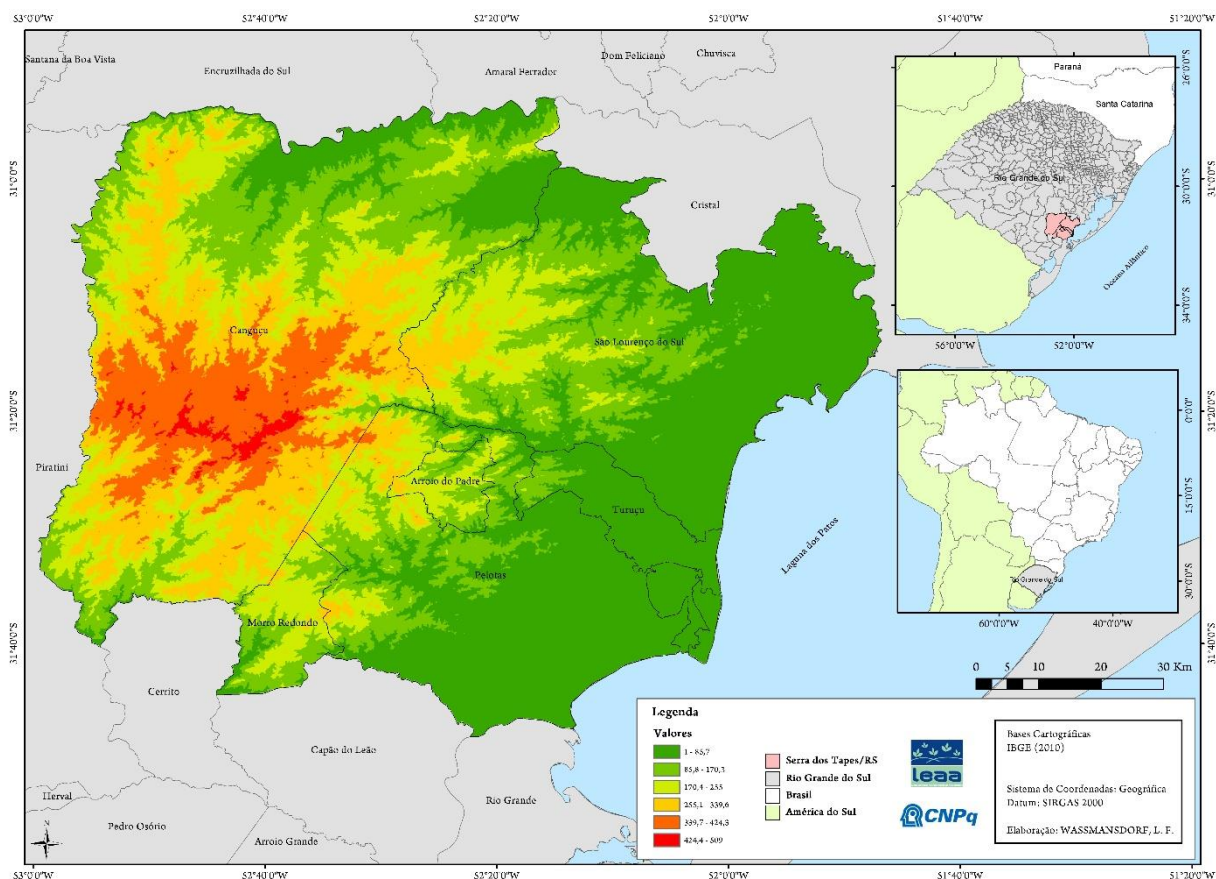
Figura 1 - Mapa de localização do Escudo Cristalino Sul-riograndense.



Fonte: elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

Conforme Salamoni e Waskiewicz (2013), a Serra dos Tapes apresenta variações de altitude de 100 a 400 metros (Figura 2), com relevos heterogêneos, marcados por afloramentos rochosos, mas também por áreas de deposição mais rebaixadas e com relevo aplainado, apresentando ainda um intenso processo de dissecação por erosão superficial. Originalmente, esse território estava coberto por formações vegetais do tipo florestal ou matas.

Figura 2 - Mapa altimétrico dos municípios da Serra dos Tapes.



Fonte: elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

A Serra dos Tapes é tanto um compartimento geomorfológico quanto um território histórico-cultural que foi, originalmente, ocupado pelos índios Tapes, pertencentes à família linguística Tupi-Guarani. Correlacionam-se, assim, as características físicas do lugar, de relevo escarpado e vegetação de mata, ao processo histórico de povoamento, surgindo, então, a Serra dos Tapes (CERQUEIRA, 2011). Para Salamoni (2000), ao fazer-se a leitura da paisagem atual é imprescindível “olhar” para os tempos passados:

A paisagem resultante do inter-relacionamento do homem com o espaço que este ocupa, não é fruto de conjunções repentinas, pois ela reflete, entre seus elementos, a variável tempo. Se o tempo é variável importante na organização espacial, a busca de causas explicadoras dos fenômenos geográficos implica, comumente, remontar a um passado (SALAMONI, 2000, p. 10).

As terras de matas foram consideradas o “berço” das colônias na Serra dos Tapes e, não importando qual tenha sido o agente colonizador, nem a natureza étnica do povoamento nessas áreas, a implantação e consolidação da propriedade familiar foi marcada por dificuldades de toda ordem (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

Tais dificuldades atuaram como limitações originais, mas não impediram a constituição de uma organização familiar expressiva em números absolutos e percentuais no rural contemporâneo. O que pode ser dimensionado pela elevada representação dos estabelecimentos agropecuários

familiares em relação ao total de estabelecimentos nos seis municípios que compõem a Serra dos Tapes, nos quais a presença da agricultura familiar varia de 76,1%, em Morro Redondo, até 93,7% dos estabelecimentos, em Arroio do Padre (Tabela 1).

Tabela 1 - Proporção dos tipos de estabelecimentos agropecuários nos municípios da Serra dos Tapes.

Município	Nº Total de Estabelecimentos Agropecuários	Nº de Estabelecimentos da Agricultura não familiar	Nº de Estabelecimentos da Agricultura familiar	% Estabelecimentos familiares
Arroio do Padre	427	27	400	93,7
Canguçu	8075	1384	6691	82,9
Morro Redondo	485	116	369	76,1
Pelotas	2697	253	2444	90,6
São Lourenço do Sul	3850	516	3334	86,6
Turuçu	372	39	333	89,5

Fonte: elaborado com base em IBGE (2017).

Copstein (1975) lembra que, especialmente, os núcleos coloniais que se formaram na porção sul do Estado do Rio Grande do Sul são testemunhas do inter-relacionamento havido entre a sociedade luso-brasileira e os grupos sociais formados por descendentes de escravos, camponeses nacionais ou caboclos³⁹ e imigrantes europeus não-portugueses, estes últimos designados como colonos⁴⁰ (particularmente na Serra dos Tapes, os colonos-imigrantes alemães, pomeranos, italianos e franceses).

A presença do campesinato negro nesse território tem suas raízes históricas fincadas nos séculos XVIII e XIX, sendo associada ao ciclo saladeiril. Para Rubert e Silva (2009) dadas as duras condições de trabalho nas charqueadas, nas olarias e na construção do patrimônio material arquitetônico de Pelotas, as fugas dos escravos para locais mais distantes e íngremes foi uma estratégia desses grupos que acabou se tornando frequente, levando à formação de quilombos em diversos locais da Serra dos Tapes.

As fugas individuais ou coletivas eram a forma mais comum e característica de resistência. O centro do núcleo charqueador pelotense, formado pelos matos na Serra dos Tapes, o Arroio Quilombo, o Passo dos Negros, abrigava um grande número de fugitivos (CAPA, 2010, p. 18).

No entendimento de Pinheiro (2014, p. 324) “em relação ao período do Pós-abolição, as pesquisas acadêmicas são mais escassas para essa região e mesmo com esse processo árduo de

³⁹ O termo caboclo, na literatura antropológica e sociológica, está relacionado à mestiçagem entre brancos e índios (SEYFERTH, 1991).

⁴⁰ “Para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização” (SEYFERTH, 1992, p. 80). Para a mesma autora (1992, p. 80), “colono é a categoria designativa do camponês [...] e sua marca registrada é a posse de uma colônia [...] a pequena propriedade familiar”.

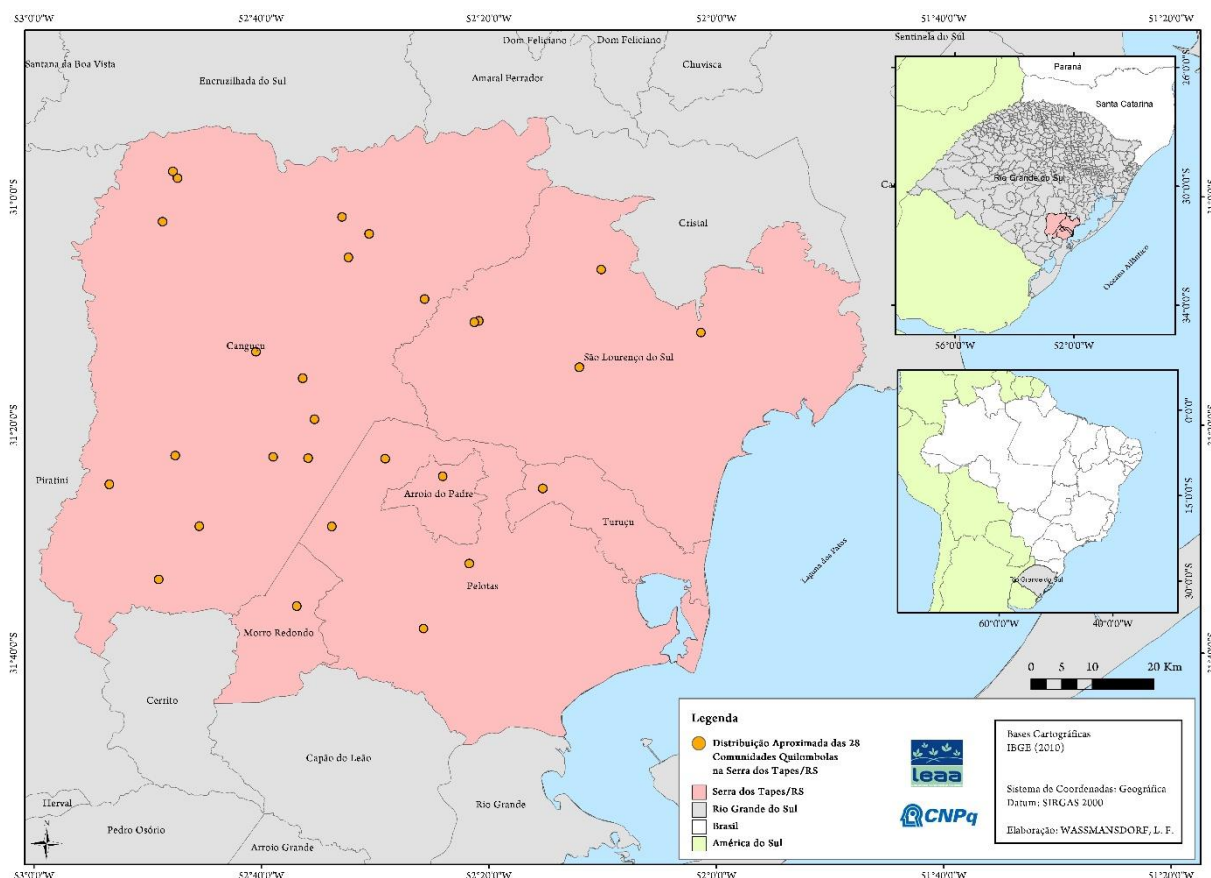
reconstrução histórica, ainda há um vazio de informações do final do século XIX até o período atual sobre a formação dos territórios negros”.

Atualmente, existem vinte e oito comunidades quilombolas distribuídas pelos seis municípios que fazem parte da Serra dos Tapes (Figura 3), essas comunidades já receberam as certidões de autodefinição emitidas pela Fundação Cultural Palmares⁴¹.

Segundo o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)⁴², que desenvolve ações assistência técnica e extensão rural junto aos quilombolas desde os anos 2000,

[...] a entrega dos documentos significa muito mais do que a comprovação de que existem descendentes de negros escravizados nos municípios pesquisados, mas faz com que toda uma região mude sua autopercepção e reconheça a importante contribuição do povo negro no seu desenvolvimento (CAPA, 2010, p. 2).

Figura 3 - Mapa da distribuição espacial das comunidades quilombolas na Serra dos Tapes.



Fonte: elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

⁴¹ “Este processo de reconhecimento, na região sul do estado, ocorreu a partir do mapeamento realizado pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a fim de identificar as comunidades negras rurais do Território Zona Sul” (GOIS, 2019, p. 14).

⁴² O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) é uma organização da sociedade civil, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com atuação nos três estados do sul do Brasil - Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Criado em 1978, iniciou suas atividades em 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa (RS), com o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor (CAPA, 2010).

As comunidades quilombolas praticam atividades agrícolas e não agrícolas para garantir o trabalho e a renda das famílias. Cultivam produtos diversificados e criam animais para o autoconsumo e, eventualmente, comercializam parte da produção em mercados locais de proximidade (como armazéns e feiras). Além disso, integrantes do grupo doméstico, comumente os homens, empregam-se como trabalhadores assalariados em propriedades rurais vizinhas, garantindo, assim, um incremento na renda monetária familiar.

Pinheiro (2014) reconhece os avanços em relação à maior valorização das comunidades quilombolas, por meio da garantia de direitos básicos, como a titulação das terras, o acesso a políticas públicas de moradia rural e ao crédito, a assistência e extensão técnica e a participação em associações e movimentos sociais, os quais não tinham sido alcançados anteriormente por esses atores. Porém, para a autora, permanece a condição de subalternidade, que segue como marca desses territórios, pois não se fala em uma mudança efetiva de sua condição social ou em autonomia em relação aos projetos de desenvolvimento rural. Como alerta o CAPA (2010):

Apostando que a diversidade - não apenas biológica, mas também cultural, étnica e religiosa - é decisiva para a manutenção da vida. Sem diversidade é impossível construir independência e autonomia. Significa levar em conta a maneira com a qual as comunidades lidam com a realidade: sua língua, suas histórias, sua religiosidade, crenças, tecnologia, relações de poder, entre outros (CAPA, 2010, p. 17).

Por sua vez, os camponeses caboclos também estão presentes na região serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul desde o século XVIII, podendo ser associados à ocupação pela posse dos “fundos territoriais” das grandes propriedades pecuaristas-charqueadoras, que tinham suas áreas localizadas, em maior proporção, nas terras baixas da Planície Costeira. Esses sujeitos históricos estão associados aos processos de mestiçagem e de precarização do acesso à terra e à agricultura de autoconsumo.

É fato o enorme significado que a colonização europeia não-portuguesa representou no processo de consolidação da agricultura de base familiar, em pequenas propriedades rurais no Rio Grande do Sul. Porém, é necessário salientar que os chamados posseiros se constituíram nos precursores dessa forma de ocupação do território, por meio da posse da terra. Como afirmam Lando e Barros (1992),

Se atentarmos para as raízes sobre as quais se assenta o regime da pequena propriedade rural, veremos que nelas se encontram os intrusos e posseiros que, investindo contra o sistema de direito e o sistema de força da classe latifundiária, procurarão impor-se pela violência, no processo histórico de gestação da propriedade camponesa (LANDO; BARROS, 1992, p. 38).

Nesse contexto, se configura, historicamente, o processo de instalação dos colonos no sul do Rio Grande do Sul, como explica Grandó (1989, p. 73), “A Serra dos Tapes foi dividida em pequenas propriedades, estabelecendo-se ali imigrantes que não chegavam, na maioria dos casos,

diretamente da Europa, e sim de colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul e mesmo de outras Províncias.” Daí surgem as iniciativas particulares de colonização, contribuindo para o parcelamento da terra (desconcentração fundiária), para a diversificação produtiva e, não menos importante, para a formação da diversidade étnico-cultural.

A cultura compartilhada por camponeses de distintas origens étnicas presentes na Serra dos Tapes foi amplamente estudada por pesquisadores que compõem a coletânea intitulada *Saberes e Sabores da Colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural*⁴³, organizada por Renata Menasche (2015).

Muitos dos autores e autoras de vários capítulos do livro mostram, por exemplo, que os hábitos alimentares estão entre as particularidades acionadas como marcadores da diferença cultural, apesar da vida cotidiana apresentar indicadores de práticas compartilhadas.

Dentre as práticas sociais comuns a esses agricultores familiares pode ser identificada a organização econômica baseada na produção diversificada de gêneros agrícolas em associação com a pecuária, para o autoconsumo, e, por vezes, especializada em produtos para o mercado. Entretanto, sob outro ponto de vista, para Salamoni e Waskiewicz (2013), com essa mercantilização da produção⁴⁴,

em consequência, estabelece-se um duplo processo de autonomia-subordinação camponesa, materializado em formas específicas de trabalhar a terra com os meios de produção disponíveis. Na Serra dos Tapes, esse processo de integração está representado, particularmente, pela produção de fumo, pêssego e leite (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013, p. 88).

Ao lado das dinâmicas socioprodutivas, observa-se, desde os anos 90 do século XX, um intenso processo de desconcentração fundiária na Serra dos Tapes, provocado pela instalação de assentamentos rurais, sobretudo no município de Canguçu.

Muitos estudos⁴⁵ já foram realizados na perspectiva de analisar a formação dos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul⁴⁶ e, mais especificamente, na Serra dos Tapes. Tais pesquisas puseram em debate as condicionantes estruturais das políticas e dos projetos de assentamento na vida dos sujeitos que se reterritorializaram, focalizando as

⁴³ “Por agregar vários dos estudos realizados no âmbito da agenda de pesquisa Saberes e Sabores da Colônia, onze dos trabalhos reunidos nesta coletânea têm seu universo empírico circunscrito à chamada Serra dos Tapes, que delimita áreas que, no sul do Rio Grande do Sul, foram historicamente ocupadas por grupos indígenas, negros fugidos ou libertos da escravidão e camponeses com origem na imigração europeia, os colonos” (MENASCHE, 2015, p. 8).

⁴⁴ “A mercantilização é o processo pelo qual o agricultor familiar passa a ter a sua reprodução social e econômica dependente do mercado através da externalização dos elementos ou das etapas que integram o processo de produção” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2006, p. 5).

⁴⁵ Menciono como importantes referências sobre a realidade dos assentamentos rurais do município de Canguçu, por privilegiar o contexto empírico como campo de análise, os trabalhos de David (2005), Machado (2014) e Priebbernow (2019).

⁴⁶ Segundo dados do INCRA, o Rio Grande do Sul possui 345 assentamentos, distribuídos em 97 municípios, onde vivem mais de 12 mil famílias, em uma área de cerca de 294 mil hectares. Maiores informações disponíveis em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>.

estratégias de reprodução socioeconômica das famílias e as possibilidades do desenvolvimento rural na escala local.

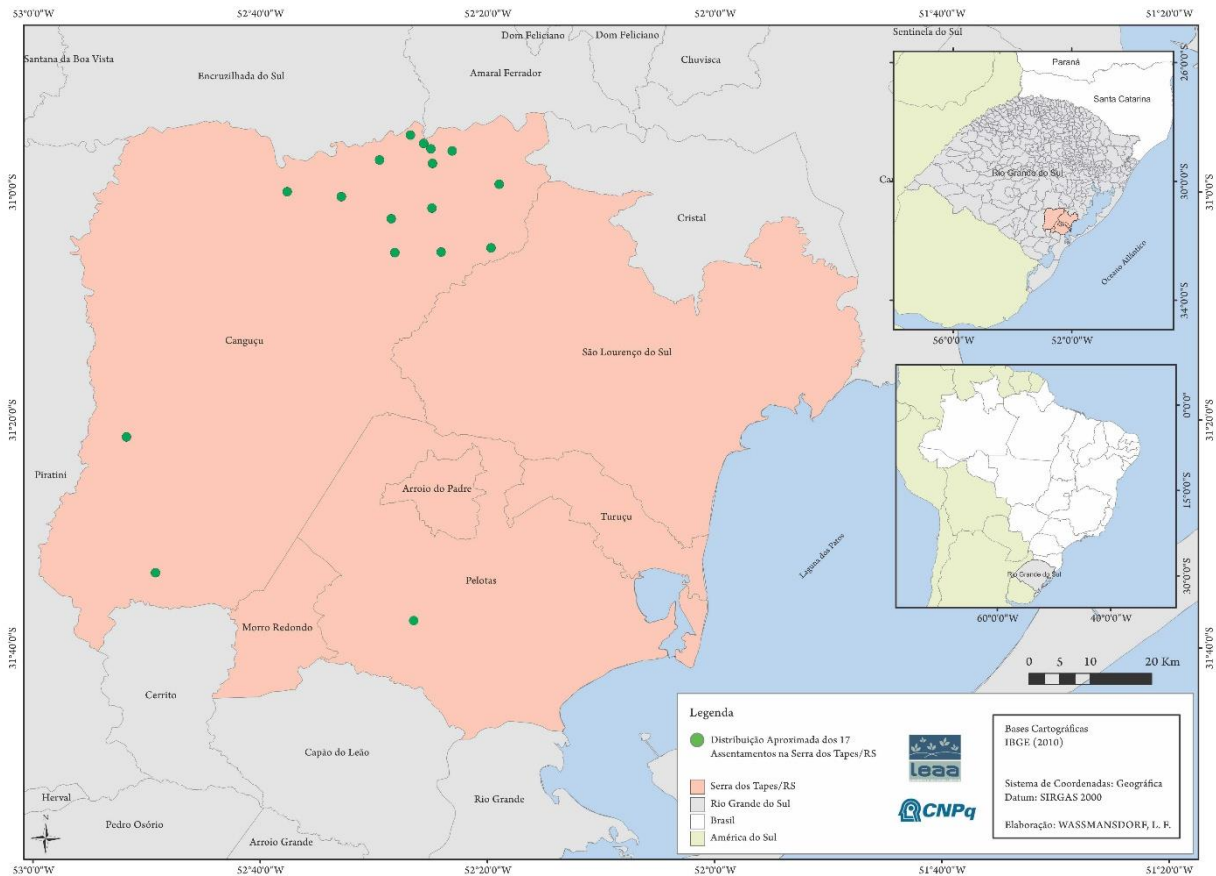
O município de Canguçu concentra dezesseis assentamentos⁴⁷, distribuídos no seu território (Figura 4) de modo a desencadear uma desconcentração fundiária, particularmente na sua porção norte, onde estão localizadas as propriedades rurais de maiores dimensões em área. A especificidade do município de Canguçu repousa no fato de que, embora seja conhecido como a “capital nacional da agricultura familiar”, seu espaço agrário é marcado pelo contraste entre as grandes propriedades, voltadas para a pecuária extensiva e a silvicultura, e os inúmeros estabelecimentos de agricultura familiar, pequenas propriedades, voltadas para uma produção diversificada. Nessa tradição na policultura destacam-se a produção leiteira, o milho, o feijão, o tabaco e os hortigranjeiros. Conforme alerta David (2005, p. 84), “Todavia, a organização dos assentamentos rurais não se efetivou sem conflitos, e Canguçu foi, e é até hoje, cenário e palco desses conflitos”.

Mais recentemente, no ano de 2020, foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA o primeiro assentamento de reforma agrária do município de Pelotas, o Assentamento Herdeiros da Resistência. Foram assentadas vinte e quatro famílias em Monte Bonito, 9º distrito de Pelotas (Figura 4), as quais receberam seus Contratos de Concessão de Uso-CCU⁴⁸, documentos que as tornam oficialmente assentadas pelo programa de reforma agrária.

⁴⁷ “Atualmente, estão instalados 16 assentamentos em Canguçu, com pessoas originárias de diferentes regiões do Rio Grande do Sul e estados vizinhos, como Santa Catarina. São os assentamentos: Doze de Julho (22 famílias), Nova Conquista (15 famílias), Nova Esperança (nove famílias), Nova Sociedade II (oito famílias), fundados em 1989. O assentamento Colônia São Pedro (sete famílias) foi fundado em 1991, seguido pelo Salso (19 famílias), em 1997 e o Arroio das Pedras (49 famílias), em 1998. Os assentamentos Boa Fé (quatro famílias), Renascer (90 famílias) e União (64 famílias) foram criados em 1999. Os demais assentamentos - Bom Jesus (11 famílias), Guajuviras/Novo Amanhecer (18 famílias), Herdeiros da Luta (57 famílias), Mãe Terra (12 famílias), Perseverantes na Luta (20 famílias) e Pitangueiras/Sem Fronteiras (23 famílias) - foram criados em 2001” (MACHADO, 2014, p. 37).

⁴⁸ O CCU é um documento temporário, com validade de cinco anos e renovável por mais cinco. Após o período de uma década, o beneficiário fica apto à titulação, o que o torna proprietário definitivo das terras. Maiores informações disponíveis em: <http://www.incra.gov.br/pt/assentados-de-pelotas-rs-recebem-primeiro-documento-da-terra.html>.

Figura 4 - Mapa da distribuição espacial dos assentamentos de reforma agrária na Serra dos Tapes.



Fonte: elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

Assim se conformam as territorialidades camponesas, a partir da instalação de assentamentos de reforma agrária, produzindo uma diversidade de formas de uso do território⁴⁹, identificadas pelas múltiplas estratégias produtivas e pelas diferentes manifestações de sociabilidade encontradas entre os assentados. Nas palavras de Ribeiro e Salamoni (2011, p. 195) “via de regra, um território, anteriormente estruturado pela presença da grande propriedade patronal fragmenta-se em lotes nos assentamentos formados por famílias organizadas com base na agricultura familiar, que ali vão viver, produzir e construir seu futuro no espaço rural”.

O resultado dos processos histórico-geográficos na Serra dos Tapes foi a formação de comunidades rurais com determinadas características socioculturais, que apresentam uma variedade de formas materializadas em pequenas unidades produtivas, de dimensões físicas diversificadas, organizadas com base na divisão do trabalho familiar e na atividade policultora, tanto para o autoconsumo quanto para o mercado.

⁴⁹ Toma-se aqui o conceito de “território usado” de Milton Santos (2012), dada a importância que essa categoria assume ao operacionalizar a análise do espaço geográfico como uma configuração territorial, na qual materialidades e imaterialidades são construídas de forma cumulativa ao longo do tempo (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Agricultores familiares em redes territoriais

Ao lado da produção para o autoconsumo⁵⁰, que possui relevância de primeira grandeza no mundo camponês⁵¹, pois, embora não seja geradora de renda monetária, economiza⁵² a renda familiar, ao garantir o autoprovisionamento das famílias rurais; apontam-se os mercados de canais curtos como possibilidade de promoção do desenvolvimento rural, constituindo verdadeiras redes territoriais.

Os mercados de canais curtos de comercialização valorizam o agricultor familiar, a economia local, bem como os produtos locais oriundos do mesmo território. Sua principal característica consiste na diminuição dos intermediários, garantindo, assim, a qualidade dos gêneros alimentícios que são entregues ao consumidor. Esses canais de comercialização favorecem uma relação mais próxima entre sociedade e natureza, e também incorporam esferas sociais caracterizados pela economia das unidades familiares, promovendo a segurança alimentar em escala local e regional.

O conceito de circuitos curtos em sua forma atual surgiu no Japão no ano de 1965, quando um conjunto de mães preocupadas com a industrialização da agricultura, bem como o uso intensivo de produtos químicos, fundaram as primeiras alianças - *teikei* - em que os pequenos produtores firmavam o compromisso de produzir alimentos limpos (PEDRO, 2016, p. 132).

Ainda não há uma definição consensual para o termo canais curtos de comercialização, sendo eles também entendidos como circuitos de proximidade (AUBRI; CHIFFOLEAU, 2009) ou, até mesmo, circuitos locais (MARECHAL, 2008), salientando a ideia de canais que busquem a proximidade geográfica entre rural e urbano, consumidor e agricultor. Cabe ressaltar, que se entende esse processo de comercialização em canais curtos, assim como Pranke (2016) e Sacco dos Anjos, Godoy e Caldas (2005), a partir da compreensão de que a ideia geral dessa denominação se centra no mesmo objetivo de uma comercialização solidária. Buscando, portanto, a diminuição de atravessadores e fazendo com que se garanta a autonomia do agricultor familiar, ao mesmo tempo em que se fortalece um olhar crítico de consumidores que buscam, cada vez mais, conhecer não só a origem, mas o processo que os alimentos adquiridos percorrem.

⁵⁰ Grisa (2008) propõe o debate, sob outro prisma, de a produção para autoconsumo se constituir em uma estratégia que as famílias rurais lançam mão diante de contextos de vulnerabilidade. Para tanto, a autora toma como suporte a “teoria da sociedade de risco”, apresentada por Ulrich Beck em *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona/Buenos Aires/ México: Paidós, 1998; e, retomada por Anthony Giddens et al. em *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

⁵¹ Especificamente, refere-se ao conceito de ethos camponês, convergindo para os estudos de Woortmann (1990) e Brandão (2004), que relacionam a noção de campesinidade como um *ethos*, uma identidade, uma sociabilidade, um modo de ser na relação com a natureza.

⁵² Lovisoló (1989) refere-se a essa prática como “economização”, ou seja, é o aproveitamento do tempo e da força de trabalho dispendidos na produção para o consumo familiar e, também, ao fato de que, ao produzir seus próprios alimentos, a unidade familiar deixa de gastar recursos monetários na compra destes nos mercados.

De acordo com Darolt (2013), o que fortalece esse sistema de comercialização curta é a família, pois através da produção e comercialização há a troca de saberes e a cooperação, diminuindo os custos da produção. Além disso, são os agricultores familiares que planejam todo processo de produção e comercialização, mantendo a autonomia da sua própria produção e comercialização.

Segundo Darolt (2013) os circuitos curtos de comercialização são classificados em duas modalidades: venda direta e indireta. A venda direta é reconhecida quando a comercialização é realizada diretamente para o consumidor. Sendo assim, a venda pode ser feita em: propriedades, feiras e lojas de associações, feiras na beira da estrada, venda para grupos de consumidores, cestas a domicílio. Já a venda indireta é caracterizada quando há a mediação de um único intermediário na comercialização dos produtos, sendo caracterizada por: lojas especializadas, lojas de cooperativas de produtores ecológicos, restaurantes, pequenos mercados de produtos naturais, lojas virtuais, programas do governo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), políticas que servem como referência para o fortalecimento da agricultura familiar⁵³.

No entanto, os agricultores familiares, principalmente os que produzem sob a perspectiva da agroecologia, buscam se fortalecer através de outras formas de inserção no mercado, além das vendas diretamente na propriedade, se organizando em feiras agroecológicas.

É interessante analisar brevemente o caso das feiras agroecológicas para compreender a finalidade que há dentro desse mercado, observando a visão sobre esses espaços na qual as feiras se inserem juntamente de sua estrutura, em uma resistência ao sistema convencional. Sobretudo, sob a visão social que está especialmente associada à feira, correlacionando as trocas também às relações rural-urbano. Nesse sentido, a feira é entendida também como um espaço solidário, tanto de produtores quanto consumidores, e é isso que permite a maior aproximação do público, como descrevem Godoy e Sacco dos Anjos (2007):

[...] O grau de organização exercitado pelos produtores e o seu elevado espírito de grupo, bem como o alto nível de confiança existente, quer seja entre os próprios feirantes, entre os consumidores e feirantes e vice-versa. Percebemos não existir o mesmo sentimento de concorrência e individualismo existente entre os componentes das feiras livres convencionais [...] (GODOY; SACCO DOS ANJOS, 2007, p. 366).

⁵³ Os programas PAA e PNAE compreendem a modalidade de canais curtos indiretos de comercialização dos produtos produzidos pela agricultura familiar, uma vez que, para o acesso a chamadas públicas ou editais, a principal forma de acesso dá-se a partir da filiação a cooperativas de agricultores familiares. Estas contam com a mediação de técnicos da Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) e das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, que gerenciam a implementação e a operacionalidade das políticas públicas para agricultura familiar. Além da atuação de entidades executoras, como a Secretaria Municipal de Educação, as Coordenadorias Regionais de Educação da Secretaria Estadual de Educação e o Restaurante Universitário da Universidade Federal de Pelotas, no caso dos municípios do recorte da Serra dos Tapes/RS.

Cabe mencionar, à guisa de exemplo, a Feira Sabores da Terra, organizada pela Cooperativa União de Canguçu e a Feira Agroecológica da Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPASUL). Esta última ocorre tanto no município de Pelotas (em dois pontos distintos da cidade) quanto em Canguçu (no centro da cidade).

Tanto na organização das feiras⁵⁴ quanto no acesso às políticas públicas, como os programas institucionais de aquisição de alimentos (PAA e PNAE), é de fundamental importância o papel dos mediadores sociais, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA).

Esses mediadores⁵⁵ desenvolvem ações que extrapolam as dimensões da assistência técnica e ampliam a noção de extensão rural, ao articular e promover o associativismo e o cooperativismo entre os agricultores familiares. Sobretudo, estimulando a participação social e política dos próprios sujeitos nesse processo, conectando universos sociais distintos e criando espaços de conciliação e de negociação para incorporar as famílias agricultoras. Como ressaltam Kreutz, Pinheiro e Cazella (2005):

Existe, porém, um espaço interessante para as prestadoras de serviço de ATER oficial no sentido de construir e reconstruir o espaço da população rural. Para isto, é preciso certamente constituir instituições mediadoras que articulem um campo capaz de gerar desenvolvimento a partir da particularidade de cada povo (KREUTZ; PINHEIRO; CAZELLA, 2005, p.57).

Nos seis municípios da Serra dos Tapes existem inúmeras associações e cooperativas ligadas à agricultura familiar. Em São Lourenço tem destaque a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda. (COOPAR)⁵⁶. Em Canguçu, a Cooperativa União. Em Pelotas, a Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul (CAFSUL)⁵⁷, a Cooperativa Sul Ecológica e

⁵⁴ Outro mediador importante nesse território é o Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL), formado por professores e alunos da Universidade Federal de Pelotas, que, por meio do projeto “Bem da Terra Transição Agroecológica” auxilia os agricultores familiares, incluindo os assentados da reforma agrária, a transitar da produção convencional para a produção agroecológica através da organização econômica solidária. Além disso, o núcleo atua na articulação de grupos de produtores e consumidores vinculados à Rede Bem da Terra, por meio da Feira Virtual Bem da Terra. Maiores informações disponíveis em: <https://wp.ufpel.edu.br/tecsol/o-tecsol/>.

⁵⁵ “Nessa mesma direção, Neves (2008), Nussbaumer e Cowan-Ros (2011) descrevem o profissional da mediação social como o agente capaz de estabelecer vínculos entre grupos da população e as instituições do Estado” (BREMM; PICOLOTTO, 2019, p. 241).

⁵⁶ No dia 30 de maio de 1992 um grupo de agricultores, com o acompanhamento de profissionais do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), fundou a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda. (COOPAR).

⁵⁷ A Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul (CAFSUL) surgiu da fusão da cadeia fruticultora da região, particularmente os produtores de pêssego, com a Cooperativa dos Apicultores da Zona Sul (COAPISul), a qual foi fundada em 8 de janeiro de 1985. Hoje, a cooperativa conta com aproximadamente 600 cooperados, sendo estes em sua quase totalidade oriundos da agricultura familiar, com abrangência nos municípios de Pelotas, Canguçu, Morro Redondo e Arroio do Padre. A comercialização da cooperativa é voltada para mercados institucionais, através de programas como o PAA e o PNAE.

a Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Monte Bonito (COOPAMB). Por fim, município de Arroio do Padre, a Cooperativa Agropecuária de Arroio do Padre (COOPAP).

Atualmente, a COOPAR, a Cooperativa União e a CAFSUL, junto com agroindústrias familiares e associações da agricultura familiar, formam uma rede de organizações chamada “Vida a granel”, que comercializa produtos em cestas agroecológicas.

Apesar da visão positiva apresentada acerca da organização social e política dos agricultores familiares no território da Serra dos Tapes, cabe lembrar que muitas das famílias agricultoras da região permanecem à margem da integração às cooperativas e associações, sinalizando que ainda há um longo caminho a percorrer no que tange ao adensamento das redes territoriais pautado na participação popular.

Nesses termos, é necessário considerar que as estratégias adotadas pelos agricultores familiares são fruto dos estímulos advindos das políticas públicas e da atuação de mediadores (cooperativas, associações, órgãos de assistência técnica e extensão rural, entre outros), combinados com práticas sociais, culturais, técnicas e produtivas presentes nos territórios rurais.

Por outro lado, há um problema histórico na descontinuidade das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, operando mais como projeto de governo do que de Estado. Em especial no atual momento, em que a conjuntura política ameaça a continuidade dos avanços recentes no enfoque territorial do desenvolvimento rural brasileiro.

Dessa forma, o desenvolvimento rural postulado nesta breve reflexão não defende apenas a realização de novos investimentos na agricultura familiar, mas também o reconhecimento de que as demandas desses grupos sociais são, em grande medida, conciliáveis com as demandas da sociedade, de forma geral.

Para finalizar

Conclui-se reafirmando que o agricultor familiar é portador de um repertório cultural de estratégias de reprodução social e é dotado de capacidade de resistência diante de contextos de crise, como no atual cenário de pandemia sanitária, de desastres ambientais e de insegurança econômica em escala planetária. Por isso, para Wanderley (2009) a agricultura familiar ocupa um lugar importante no mundo contemporâneo, ou seja, o agricultor familiar é um ator social que continua ativo no presente e participando na construção do futuro dos territórios rurais.

O desafio que se coloca é o de apostar no fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar que, apesar de ocupar somente um quarto das terras agriculturáveis do país e sofrer todo tipo de dificuldades impostas pelo direcionamento prioritário dos recursos estatais, o qual privilegia outros segmentos da agricultura; continua sendo a responsável pela produção de alimentos e pela geração de trabalho para a população que vive no rural brasileiro.

A história recente do país tem contribuído para mostrar que a visão ideológica e preconceituosa sobre o papel subordinado da agricultura familiar, como mera demandante de políticas sociais compensatórias, serve apenas para ocultar a força econômica e a riqueza social e

cultural desses sujeitos, que insistem e lutam para ocupar um lugar de protagonismo no desenvolvimento rural.

Por fim, é necessário compreender as tessituras do rural contemporâneo, produzidas ao longo do tempo e no espaço, como expressão da apropriação da natureza pelos grupos sociais, pois é a partir delas que se originam os processos de identificação cultural. Neste sentido, o tecido social e cultural presente no território da Serra dos Tapes é produto de “forças” sociais combinadas com os condicionantes naturais, em outras palavras, é a síntese entre “sujeitos, cultura, serra e mata”.

Referências

AUBRI, Christine; CHIFOLLEAU, Yuna. Le développement des circuits courts et l’agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**. Paris. v. 5, 2009. p. 53-67.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. *In*: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 121-131.

BREMM, Cristina; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Mediação social e agroecologia: trajetórias e desafios dos agentes do Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo. v. 55, n. 2, 2019. p. 234-245.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR (CAPA). **Revelando os Quilombos no Sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 4., 2011, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: Ed. UFPel, 2011. p. 872-874.

COPSTEIN, Raphael. O trabalho estrangeiro no município de Rio Grande. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre. n. 4, 1975. p.1-43.

DAVID, Cesar de. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu - RS**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In*: NIERDLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: SOBER/BNB, 2006. p. 1-19.

GODOY, Wilson Itamar; SACCO DOS ANJOS, Flávio. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Cadernos de Agroecologia**. Recife. v. 2, n. 1, 2007. p.364-368.

GOIS, Gabriela Rodrigues. **O papel da agricultura e do trabalho não agrícola na reprodução socioeconômica de famílias quilombolas na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul: um olhar**

sobre perspectivas de desenvolvimento local. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GRANDO, Marinês Zandavali. **Pequena Agricultura em Crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989.

GRISA, Catia. A produção para autoconsumo na agricultura familiar: uma análise a partir da teoria da sociedade de risco. **Varia Scientia**. Cascavel-PR. v. 8, n. 14, 2008. p.171-200.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. *In*: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p. 19-36.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 2 jul. 2020.

KREUTZ, Ivar José; PINHEIRO, Sergio Leite Guimarães; CAZELLA, Ademir Antonio. A construção de novas atribuições para a assistência técnica e extensão rural: a mediação com reconhecimento da identidade. **Extensão Rural**. Santa Maria. Ano XII, 2005. p. 41-67.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. *In*: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p.9-46.

LOVISOLO, Hugo. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

MACHADO, Carmen Janaina Batista. **“Aqui até o arado é diferente”**: transformações no fazer agricultura e em hábitos alimentares entre famílias assentadas - um estudo realizado no Assentamento União, Rio Grande do Sul. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MARECHAL, Gilles. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Paris: Ed. Educagri, 2008.

MENASCHE, Renata (Org.). **Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

PEDRO, Vania Cristina dos Santos. Políticas públicas de apoio à agricultura e aos circuitos curtos de comercialização na região Midi-Pyrénées (França) e o Projeto de Microbacias II, no estado de São Paulo (Brasil). **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**. Brasília. v. 2, n. 2, 2016. p.117-141.

PINHEIRO, Patrícia dos Santos. Comunidades quilombolas na região das antigas charqueadas: territórios negros e políticas públicas no município de São Lourenço do Sul, RS. **Cadernos do LEPAARQ**. Pelotas. v. XI, n. 22, 2014. p. 324-341.

PRANKE, Luciana Venzke. **Mercados, organizações sociais e agricultura familiar: os canais curtos de comercialização no município de Piratini-RS**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

PRIEBBERNOW, Henrique Müller. **Um olhar "poliocular" sobre a agricultura familiar camponesa: a multifuncionalidade da agricultura no Assentamento Renascer-Canguçu/RS**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

RIBEIRO, Veridiana Soares; SALAMONI, Giancarla. A territorialização camponesa no Assentamento 24 de Novembro - Capão do Leão - RS. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia. v. 6, n. 11, 2011. p.194-217.

RUBERT, Rosane Aparecida; SILVA, Paulo Sérgio da. O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. *In*: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 251-275.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2005.

SALAMONI, Giancarla. **Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável - o exemplo de Santa Silvana - Pelotas - RS**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEWICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras-Revista de Antropologia e Arqueologia**. Pelotas. v.1, n.1, 2013. p.73-100.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. v. 7, n.18, 1992. p.78-95.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica: um estudo de caso. **Anuário Antropológico**. Brasília. v.91, 1991. p.31-63.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social na construção do futuro. *In*: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-45.

WOORTMANN, Klass. "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro. n. 87, 1990. p. 11-73.

Ruralidade e as cidades pequenas no Sul de Minas Gerais

Flamarion Dutra Alves
flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br

Introdução

O presente texto é fruto de discussões apontadas, inicialmente, no evento Colóquios Geográficos do PPGE UNIFAL-MG, na mesa virtual “*Ruralidades e diversidades culturais no Brasil contemporâneo*” realizada no dia 09 de julho de 2020 e ao longo da trajetória de pesquisas realizadas sobre o sul de Minas Gerais junto ao Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) na Universidade Federal de Alfenas - MG.

Dessa forma, busca-se apontar algumas questões referentes a ruralidade presente em cidades pequenas, onde a presença da agricultura familiar e dos elementos identitários de uma cultura rural ainda persistem e se fazem presente no cotidiano e nos modos de vida, mesmo com as transformações advindas da urbanização, globalização e expansão da agricultura moderna.

O recorte empírico que nos fornecerá dados para esses apontamentos será o Sul/Sudoeste de Minas Gerais, região marcada pela presença de cidades pequenas, sem cidades grandes, majoritariamente composta de cidades pequenas e algumas cidades médias, onde o cotidiano da vida rural está presente com a agricultura familiar, entrelaçando a dimensão econômica, cultural, política e ambiental da população no território.

De certa forma, esse contexto não-metropolitano regional, traz desafios a análise socioespacial, pois teorias consagradas no estudo da metrópole e de redes urbanas dinâmicas deixam a desejar na interpretação da dinâmica socioeconômica (ALVES, 2017, 2019). Ao mesmo tempo, afirmar em uma região totalmente rural não presume a realidade, por isso, enfoca-se a ideia de uma *ressignificação do rural e ruralidades presentes no território*.

Partindo da ideia de Abramovay (2000, p.27) onde diz que “Embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural se caracteriza por sua imensa diversidade. Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das mais importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento”, é importante averiguarmos os contrastes regionais e a dinâmica sociocultural.

Portanto, o texto o texto tem essa premissa de estimular o leitor a pensar o rural além da produção agropecuária e da paisagem, mas pensar em outros elementos materiais e imateriais que compõem os processos espaciais construtivos da sociedade. Além de debater as metodologias que podem propiciar análises sobre a ruralidade, diante da diversidade do espaço rural brasileiro.

A ruralidade num Brasil “urbano”

Segundo último Censo Demográfico do IBGE de 2010, a população brasileira era de 190.755.799 habitantes e destes 29.830.007 residiam em espaços rurais, representando 15,64% do

total da população (IBGE, 2010). Já a Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais tinha 18,80% de sua população vivendo em áreas rurais e 81,20% em espaços urbanos.

Os dados oficiais reportam as decisões e limites estabelecidos pelo poder público municipal, e esse tipo de definição incorre alguns problemas: “a questão vai além de ser uma divisão administrativa, envolvendo interesses político-tributários e econômicos-imobiliários, que galgam pela expansão da área “urbana” e esquecem dos sujeitos que vivem em áreas limítrofes e por vezes, “mudam” de espaços sem mudar suas vivências” (ALVES, 2019, p.189). Em outro estudo Gois, Alves e Branquinho (2018) indicam esse processo de urbanização e especulação imobiliária nos espaços rurais e periurbanos no município de Alfenas-MG, algo recorrente em todo território nacional, seja em cidades pequenas, médias e grandes, variando a intensidade e a extensão do processo.

Vários autores debateram as dimensões da ruralidade para repensar a dicotômica definição oficial do rural e urbano no Brasil. Abramovay (2000, p.27) trará a realidade da OCDE e Estados Unidos para repensar a realidade rural-urbana brasileira e dirá que “Nem toda aglomeração urbana provida de um mínimo de serviços pode ser adequadamente chamada de “cidade”. É importantíssimo o papel das cidades rurais no desenvolvimento territorial”. Há cidades que tem uma infraestrutura toda voltada a vida rural na cidade, ou seja, comércio e prestação de serviços atrelados a produção agropecuária, pessoas que moram na cidade e trabalham no campo e a inexistência de um setor industrial que envolva um cotidiano dito urbano para a população. Conforme Moreira (2014, p.289) “Historicamente no Brasil sempre tivemos a cidade. O urbano, não”.

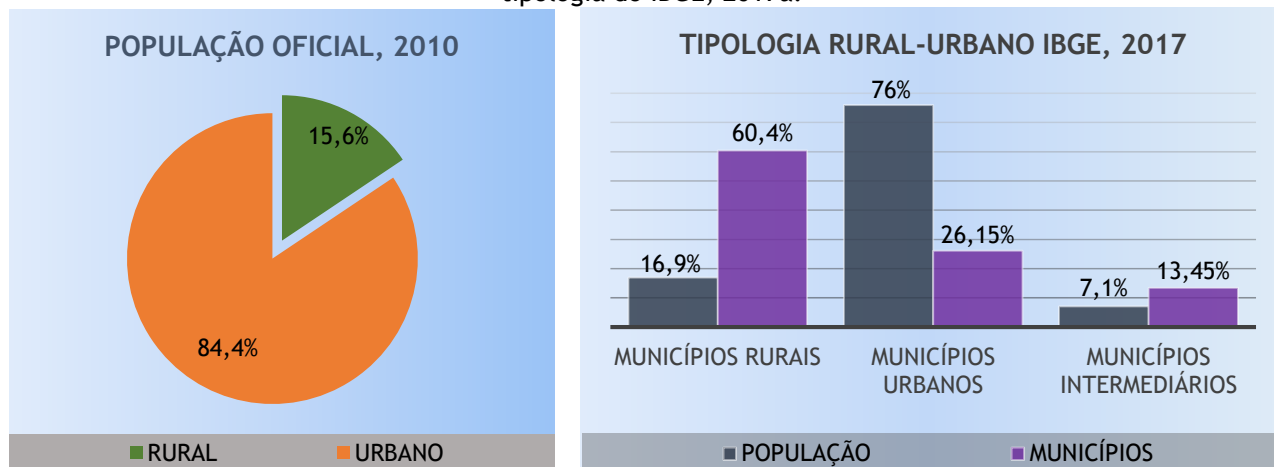
Outros autores como Wanderley (2001), Veiga (2004a, 2004b), Rúa (2005), Schneider e Blume (2004) e Alves e Vale (2013) trarão olhares sobre a questão demográfica e as interações espaciais, questões culturais e identitárias para entender o desenvolvimento rural territorial. Assim, concordamos com Rúa (2005, p.54) quando diz: “Mesmo dando destaque às dimensões cultural e simbólica, não se pode deixar de lembrar que o que se observa é uma permanente recriação do capitalismo, nunca restrito à dimensão econômica, mas contemplando as múltiplas dimensões das relações sociais”.

Após essas discussões realizadas pela academia, nas duas primeiras décadas do século XXI, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017a) elaborou uma metodologia para tentar corrigir essas distorções da classificação dos espaços rurais e urbanos. Essa nova metodologia levou em consideração a densidade demográfica, localização em relação aos principais centros urbanos e tamanho da população, ou seja, ampliou a definição meramente de infraestrutura dos espaços urbanos estabelecidas pelas prefeituras municipais.

A classificação do IBGE (2017a) definiu cinco tipos de municípios: Urbano, Intermediário Adjacente, Intermediário Remoto, Rural Adjacente e Rural Remoto. Com base nesses parâmetros, a população urbana brasileira caiu de 84,4% para 76%, e dos 5.565 municípios brasileiros, 60% são considerados rurais. “Na tipologia proposta neste estudo, vemos que 76,0% da população brasileira

se encontra em municípios considerados predominantemente urbanos, correspondendo somente a 26,0% do total de municípios. A maior parte dos municípios brasileiros, foram classificados como predominantemente rurais (60,4%), sendo 54,6% como rurais adjacentes e 5,8% como rurais remotos (IBGE, 2017a, p.61) (Figura 1).

Figura 1 - Gráficos com os quantitativos da população rural-urbano no Brasil na classificação oficial e na tipologia do IBGE, 2017a.



Fonte: IBGE (2010, 2017a).
Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

Observa-se na figura 1, que houve uma mudança no entendimento no quantitativo da população urbana e rural, ficando em evidência nessa metodologia do IBGE (2017a) a grande maioria dos municípios rurais no Brasil, 60,4%, que demonstram a necessidade de repensar o rural, aliado a dinâmica dos espaços urbanos. Além disso, há municípios que estão nessa transição, os chamados intermediários, que carregam características do espaço rural, mas estão distantes de uma urbanidade completa. O que reforça a urgência de estudos, teorias e metodologias que abarquem essa diversidade de ruralidades e nas relações campo-cidade.

A questão da ruralidade e sua dinâmica com espaço urbano vai além desses parâmetros, por isso, estudos locais e regionais, devem ser realizados para poder interpretar e propor estratégias para o planejamento e organização do espaço, bem como compreender as relações socioculturais presentes no território, que não são observadas nessa classificação do IBGE (2017a), ou seja, o estudo da ruralidade em suas perspectivas materiais, imateriais e simbólicas.

Nesse sentido, concordamos com Carneiro (2002, p.235) quando diz que “o campo não se submete a um processo de homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum*. Isso nos impede de falar da ruralidade como categoria genérica. É necessário observar e analisar as diferentes formas de expressão da ruralidade, os contextos culturais, sociais e espaciais heterogêneos, isto é, das localidades”. Por isso, a dimensão e as manifestações culturais que ocorrem no seio da sociedade são importantes elementos a serem tratados na discussão.

Ruralidade e a dimensão cultural

O conceito de ruralidade não é sinônimo de espaço rural, o conceito está associado as dimensões do rural em diferentes espacialidades, conforme Moreira (2013, p.85) “o espaço nasce diverso”. Por esse motivo, é possível falar em ruralidade na cidade, no perímetro urbano ou periurbano, ou seja, a ruralidade é material e imaterial ao mesmo tempo, está territorializada com objetos e formas, como está simbolicamente estabelecida em representações e identidades.

Ao nos depararmos com a ideia da ruralidade como elemento identitário, é importante definirmos a cultura e suas relações com a identidade e território:

[...] la cultura seria la dimension simbolico-expresiva de todas las practicas sociales, incluidas sus matrices subjetivas ("habitus") y sus productos materializados en forma de instituciones o artefactos. En terminos mas descriptivos diriamos que la cultura es el conjunto de signos, simbolos, representaciones, modelos, actitudes, valores, etcetera, inherentes a la vida social⁵⁸.(GIMENEZ, 1996, p.13)

A dimensão cultural é importante para entendermos a ruralidade, que está inserido nas práticas cotidianas da população conforme apontam Lindner, Alves e Ferreira (2009, p.7) “percebe-se que tanto as ruralidades, quanto as urbanidades, podem estar presentes em qualquer espaço, pois referem-se a manifestações culturais, ligadas aos modos de vida, tradições, ocupações”.

Ainda nessa perspectiva, Medeiros (2017, p.182) diz que “A ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano” e que “Quando aplicado à noção de urbano, a ruralidade caracterize-se por ser um conceito cuja natureza é territorial, mas não setorial” (MEDEIROS, 2017, p.185).

Assim, a ruralidade está nas relações entre os indivíduos e suas práticas, sejam elas religiosas como procissões, rezas, festas e encontros religiosos, ou ainda na alimentação, seja pela manutenção de hábitos alimentares ou no modo de plantar e fazer. Encontra-se traços da ruralidade nas cidades pequenas, nas periferias das cidades médias e grandes. Por isso, é urgente o desenvolvimento de novas pesquisas acerca dessa temática.

Agricultura Familiar e Ruralidade

Partindo da ideia de Galeano (2019, p.7) onde “a monocultura é uma prisão. A diversidade, ao contrário, liberta”, a agricultura familiar desempenha o papel da diversidade e da libertação no espaço rural brasileiro. Trazendo uma multiplicidade na produção agropecuária, sendo responsável pelo abastecimento de alimentos do dia a dia da população brasileira, apresenta

⁵⁸ [...] a cultura seria a dimensão simbólico-expressiva de todas as práticas sociais, incluídas suas matrizes subjetivas (“hábitos”) e seus produtos materializados em forma de instituições ou artefatos. Em termos mais descritivos diríamos que a cultura é o conjunto de signos, símbolos, representações, modelos, atitudes, valores, inerentes a vida social. (Tradução nossa)

ainda, vários contextos socioculturais, que enriquecem o espaço rural com conteúdo simbólicos, identidades e valores que preservam os modos de vida regionais.

A agricultura familiar traz vida ao espaço rural, pois alimenta os territórios com suas práticas e reproduções socioculturais, bem como diversifica o mundo rural com as variedades de alimentos.

Ademais, a conservação ambiental é altamente associada a presença da agricultura familiar no campo, o uso racional e seguro dos recursos naturais, preservação da fauna e flora. Ao tratar das experiências em vários países Guanziroli et.al. (2001, p.42) diz que “A grande capacidade de absorção de progresso tecnológico da produção familiar permitiu conciliar a produção de fibras e alimentos baratos com a elevação da qualidade de vida do agricultor”.

Apesar da academia/ciência entender a importância da agricultura familiar, tendo em vista exemplos exitosos em diversos países e em casos no Brasil, o espaço rural brasileiro vai dando lugar a uma pobreza sociocultural e ambiental com o agronegócio, caracterizado pela monocultura, uso de transgênicos, agrotóxicos, precarização da mão-de-obra e concentração de terras (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e empresarial/patronal no Brasil, Minas Gerais e no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, 2017.

	Brasil	%	Minas Gerais	%	Sul/Sudoeste de Minas	%
Agricultura Familiar	3.897.408	76,82	441.829	72,72	23.618	79,65
Agricultura Patronal/Empresarial	1.175.916	23,18	165.728	27,28	6.035	20,35
Total	5.073.324	100	607.557	100	29.653	100

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2017b.
Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

A tabela 1 traz um comparativo do número de estabelecimentos agropecuários no Brasil, Minas Gerais e no Sul/Sudoeste de Minas, onde a agricultura familiar representa a maior parte das propriedades rurais no Brasil. No estado de Minas Gerais apresenta um índice menor a média nacional, mas no Sul de Minas a estrutura fundiária apresenta quase 80% de suas propriedades rurais como familiares, identificando essa presença, ainda dominante na região, apesar do avanço gradativo do agronegócio cafeeiro e canavieiro.

Apesar dos dados apontarem para mais de 70% dos estabelecimentos rurais serem familiares nas diferentes escalas de análise, e da agricultura familiar ser responsável pela diversidade produtiva alimentar e abastecer os mercados locais e regionais, esses ficam reduzidos em poucas extensões territoriais, ou seja, a territorialização do agronegócio e das grandes propriedades é marcante, tanto em nível regional como nacional, apresentando uma desigual estrutura fundiária (Tabela 2).

Tabela 2 -Área dos estabelecimentos agropecuários, hectares, da agricultura familiar e empresarial/patronal no Brasil, Minas Gerais e no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, 2017.

	Brasil	%	Minas Gerais	%	Sul/Sudoeste de Minas	%
Agricultura Familiar	80.891.084	23,03	9.979.915	26,15	320.489	46,51
Agricultura Patronal/Empresarial	270.398.732	76,97	28.188.774	73,85	368.571	53,49
Total	351.289.816	100	38.168.688	100	689.061	100

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2017b.
Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

A presença da agricultura familiar está territorializada de forma diferente nos contextos apresentados. Enquanto que na média nacional, os quase 77% da agricultura familiar estão territorializados em apenas 23% do território nacional, no Sul/Sudoeste de Minas os quase 80% da agricultura familiar ocupam 46,5% do território regional, ou seja, apresenta o dobro da média nacional em relação a presença da agricultura familiar, o que indica uma forte ruralidade espacializada.

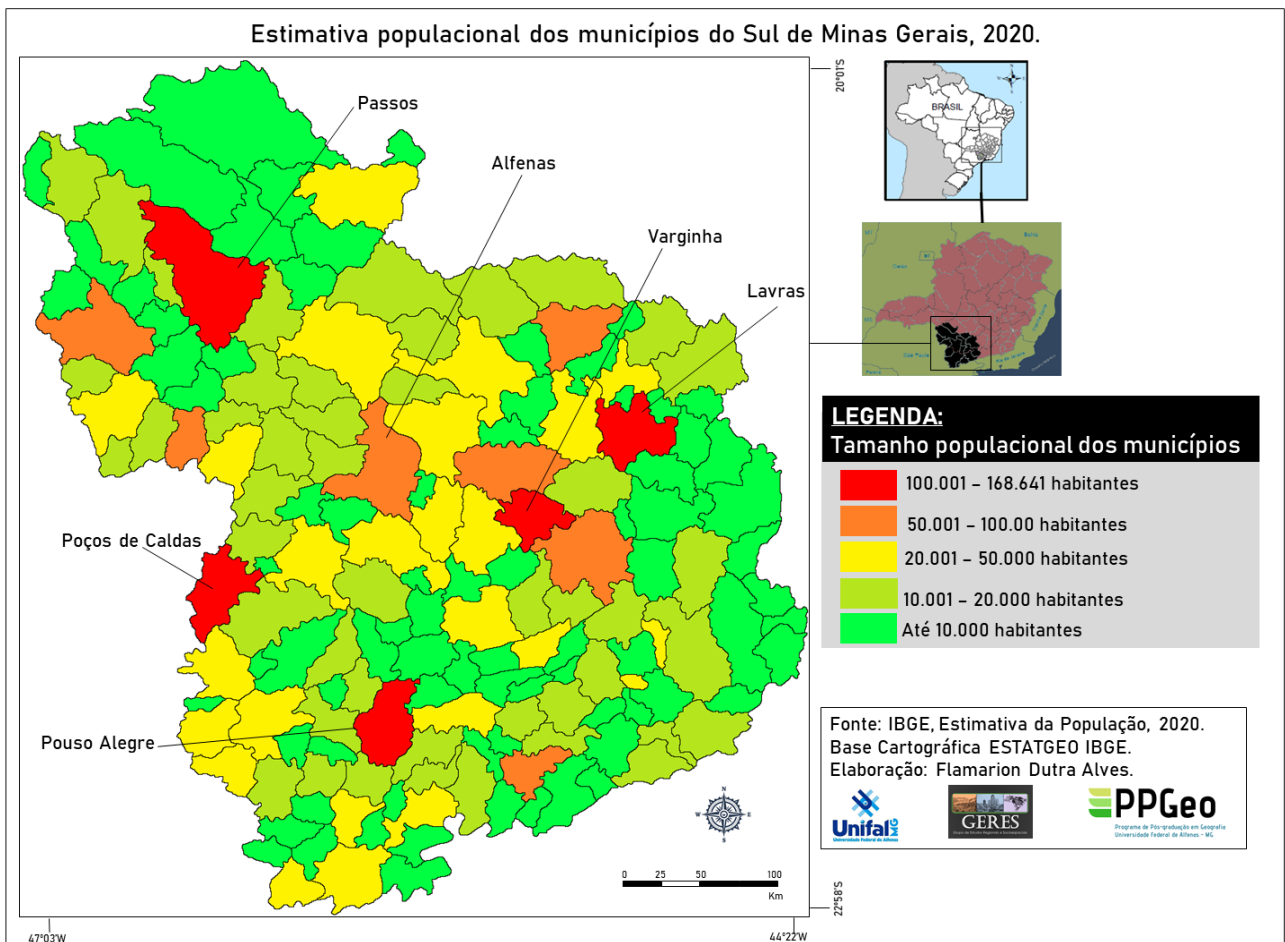
Ainda assim, a agricultura patronal/empresarial que concentra as atividades do agronegócio, representam 23% dos estabelecimentos rurais e estão territorializados em 53,5% do espaço regional. Essa desigualdade fundiária é fruto do processo de ocupação territorial desigual que foi se intensificando com a modernização da agricultura, aliada a dispersão/expulsão populacional para os centros urbanos e poucos incentivos e estratégias para a manutenção da agricultura familiar.

O contexto do Sul/Sudoeste de Minas Gerais: A ruralidade presente nos pequenos municípios

A realidade considerada neste estudo é a região Sul/Sudoeste de Minas Gerais, ela compreende os municípios que são polarizados pelas Regiões Geográficas Intermediárias de Varginha e Pouso Alegre, tem-se 162 municípios no total e uma população estimada em 2020 de 2.955.460 (IBGE, 2020).

O Sul/Sudoeste de Minas Gerais é caracterizado como uma região não-metropolitana e sem cidades grandes, composto por algumas cidades médias que tem uma atração e influência regional e interligados à dinâmica socioeconômica com as cidades pequenas. Há 12 municípios com mais de 50 mil habitantes e estes estabelecem uma influência no seu entorno. Apenas 5 municípios têm mais de 100 mil habitantes, sendo Poços de Caldas o maior deles com 168.641 habitantes (IBGE, 2020) (Figura 1).

Figura 1 - Mapa com a estimativa populacional nos municípios do Sul de Minas Gerais, 2020.



Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

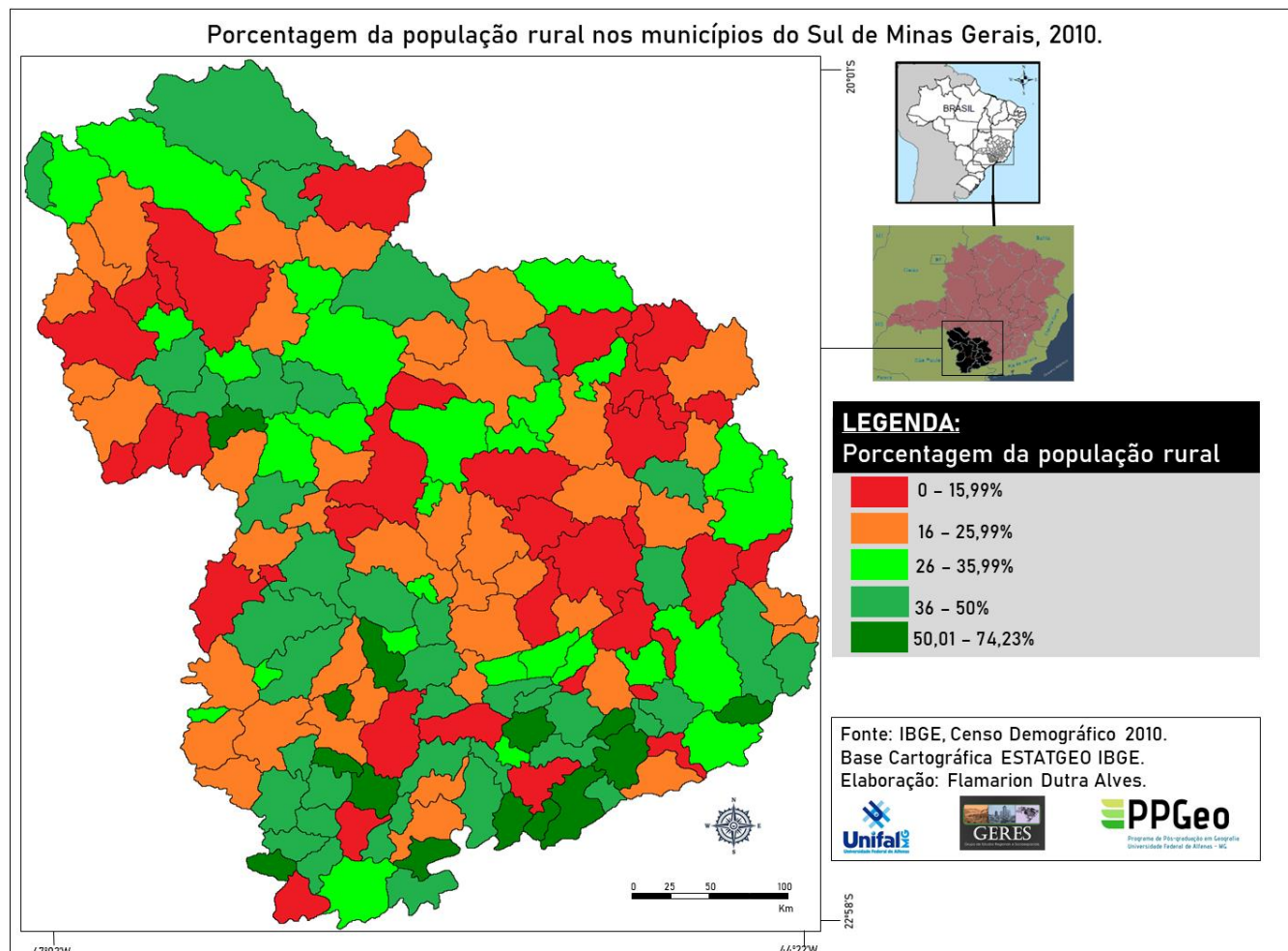
Destes 162 municípios, 125 tem até 20 mil habitantes, sendo 79 municípios com até 10 mil habitantes e 46 municípios entre 10 e 20 mil habitantes, o que demonstra uma característica socioespacial marcada por dinâmicas distintas dos grandes centros urbanos e industriais. A realidade sul mineira apresenta uma variedade de contextos, não há uma homogeneidade regional, mas a presença das interações espaciais advindas da agropecuária, marcam expressivamente a economia, política e a cultura regional, sobretudo nas cidades pequenas que compõem majoritariamente o território.

O ponto inicial para a discussão da ruralidade parte da diversidade do espaço rural brasileiro, as inúmeras realidades regionais permitem discorrer sobre vários contextos socioespaciais, com caráter cultural próprio. No caso sul mineiro, tem-se a cafeicultura como uma ligação nas regiões Imediatas de Passos, Alfenas, Guaxupé, São Sebastião do Paraíso e Três Corações, Lavras, que de certo modo, envolve a agricultura familiar no agronegócio cafeeiro (ALVES e LINDNER, 2020)

A classificação oficial realizada no Censo demográfico de 2010, indica que 38 municípios estão dentro da média nacional quanto a urbanização, ou seja, apresentam 84% da população

residindo em espaços urbanos. E 124 municípios (76,5%) apresentam índices menores de urbanização que a média nacional, indicando uma maior taxa de ruralidade nos espaços municipais (Figura 3).

Figura 3 - Mapa com a porcentagem da população rural no Sul de Minas Gerais, 2010.



Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

A figura 3, mostra que 38 municípios do Sul/Sudoeste de Minas têm a taxa de população rural de 0 a 15,99%, ou seja, dentro ou abaixo da média nacional. Entre os municípios com essa alta taxa de urbanização estão os 12 municípios com mais de 50 mil habitantes como Alfenas, Três Corações, Varginha, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Passos entre outros. E ainda municípios entre 10 e 20 mil habitantes como Arceburgo, Cruzília, Guaranésia etc. E municípios com menos de 10 mil habitantes como Bandeira do Sul, Ijaci, Ibituruna, Minduri, Pratápolis entre outros.

Fora esses casos, a maior parte dos municípios da região apresentam taxa de população rural acima da média nacional, onde 42 municípios têm entre 16 e 25,99% de população rural. Entre eles Andradas, Capitólio, Elói Mendes, Jacutinga, Machado, Passa Quatro entre outros.

Já no grupo entre 26 e 35,99% de taxa de população rural, há 29 municípios e sendo 5 entre 20 a 30 mil habitantes, Campos Gerais, Camanducaia, Carmo de Minas, Carmo do Rio Claro e

Lambari, e os demais 25 municípios tem população inferior a 20 mil habitantes, destacando os fortes traços da ruralidade ainda no espaço municipal, como Alterosa, Candeias, Carvalhópolis, Fama, Itamonte, São João da Mata entre outros.

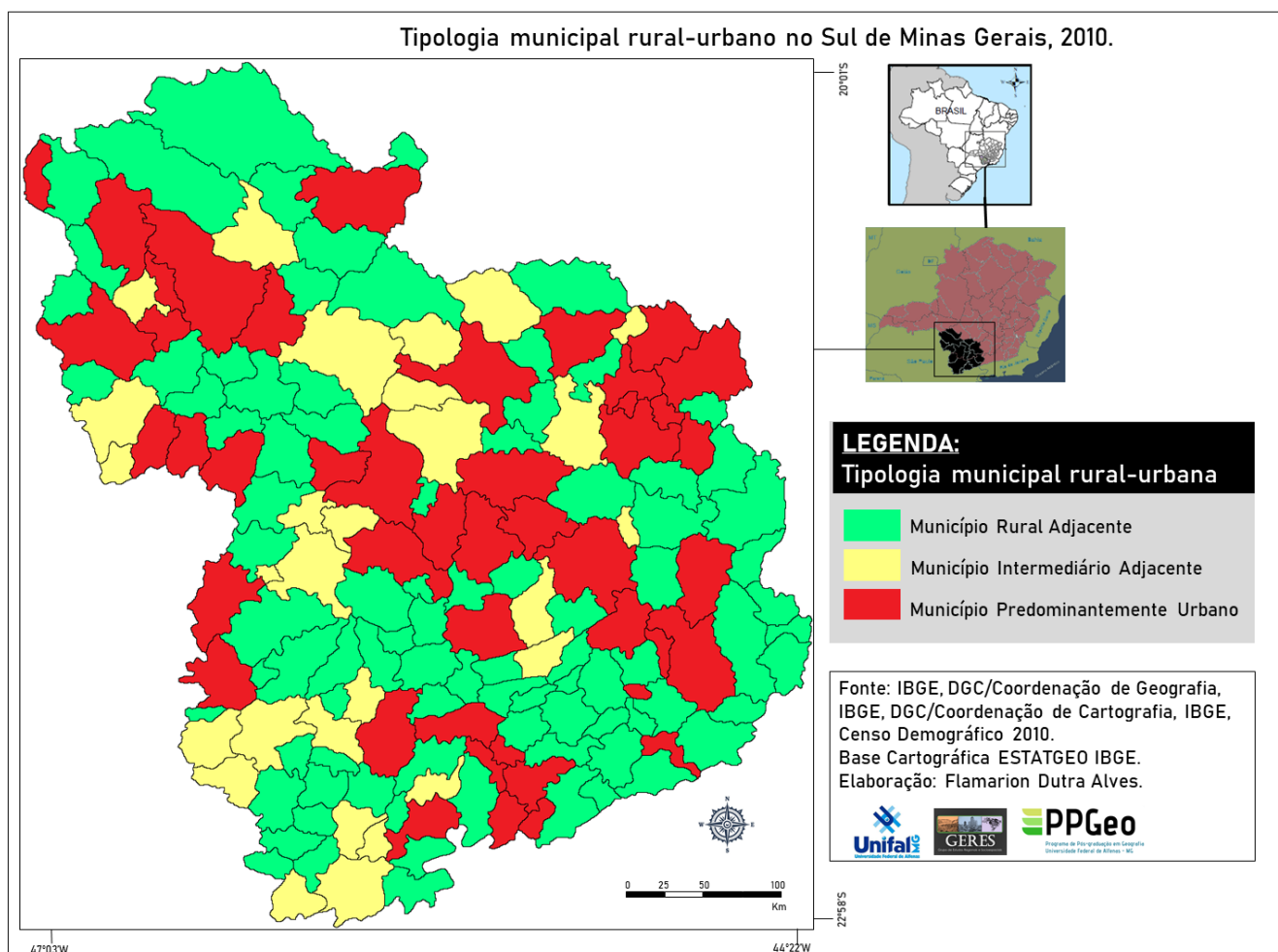
Entre os municípios que apresentam a taxa de população rural entre 36 a 50%, há 39 municípios, só 1 com mais de 20 mil habitantes, Campestre, os demais 38 são todos inferiores a 20 mil habitantes como Aiuruoca, Brazópolis, Cristina, Guapé, Nova Resende, São Thomé das Letras, Silvianópolis entre outros. Esses municípios apresentam, além da questão econômica associada intrinsecamente as questões agropecuárias, as relações socioespaciais mantem uma forte tradição da ruralidade, no cotidiano, modos de vida e nas interações espaciais. Sendo cidades pequenas, essas características reforçam o contexto da ruralidade.

E por fim, são 14 os municípios com mais da metade de sua população vivendo em espaços rurais mantem profundas relações com o modo de vida rural, agricultura familiar significativa no tecido social e as relações de trabalho e econômicas associadas a ruralidade. Todos têm menos de 12 mil habitantes e entre eles estão Alagoa, Delfim Moreira, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Gonçalves, Juruiaia, Virgínia entre outros.

Dessa forma, há um contexto regional propicio para investigações acerca da presença da agricultura familiar e dos modos de vida rural, bem como estudos desses espaços intersticiais entre campo e cidade.

Ainda que os dados oficiais do Censo Demográfico de 2010, apontem para uma significativa taxa de ruralidade, uma nova metodologia do IBGE publicada em 2017, a respeito de uma tipologia rural-urbana, ressaltou a ruralidade na região sulmineira.

Figura 4 - Mapa da tipologia rural-urbana no Sul de Minas Gerais, 2010.



Elaboração: Flamarion Dutra Alves

A figura 4 apresenta uma predominância dos municípios rurais adjacentes na região sul mineira, com 90 municípios esses espaços apresentam uma dinâmica socioespacial característica e dominada pelas interações com o rural. A densidade demográfica desses municípios é baixa, indicando pouca aglomeração urbana e predomínio da agropecuária na dinâmica econômica.

É importante destacar que esses municípios rurais são aqueles que tendem a ter até 20 mil habitantes, ou seja, também chamados de cidades do campo ou que são especializadas em alguma atividade ou segmento agropecuário (CORRÊA, 2011). Entre os municípios rurais citamos Alterosa, Botelhos, Bueno Brandão, Caldas, Cambuquira, Carrancas, Guapé, Maria da Fé, Minduri, São Pedro da União, Serranos, Tocos do Moji entre outros.

Há ainda, 28 municípios intermediários adjacentes que representam cidades com espaços intersticiais entre campo-cidade, tendem a manter fragmentos da ruralidade no cotidiano da sociedade local, ao mesmo tempo que se expande a mancha urbana e atividades econômicas e uma especialização industrial/serviços. Nessa tipologia há municípios com mais de 20 mil habitantes, representando Centros Locais (CORRÊA, 2011). Entre os municípios com especialização industrial cita-se Borda da Mata com as fábricas de pijamas, Camanducaia com o setor turístico,

em seu distrito de Monte Verde, Extrema com sua crescente instalação de indústrias as margens da Fernão Dias, Jacutinga e Monte Sião no circuito das malhas com indústrias e o turismo de compras entre outras.

Já no contexto dos municípios urbanos, a tipologia do IBGE constatou 44 municípios no sul de Minas, entre eles estão os 12 com mais de 50 mil habitantes, e os demais 32 são aqueles que estão próximos a essas cidades médias e tem uma interação espacial mais ativa (CORRÊA, 1997). Ao mesmo tempo, alguns desses municípios apresentam taxas de população rural elevadas, devendo ser analisado cada caso para compreender a relação campo-cidade existente. Entre esses municípios citamos Claraval, Cruzília, Itanhandu, Muzambinho, Piranguçu, Piranguinho, São José do Alegre, Wenceslau Braz entre outros.

Considerações Finais

As definições oficiais sobre a cidade e o campo ainda trazem muitos questionamentos no Brasil, e por ser um país de dimensões continentais há inúmeras realidades sobre a dinâmica desses espaços. O contexto sul mineiro reporta a uma presença significativa da ruralidade na sociedade em suas dimensões econômica, política, ambiental e cultural.

Estudos empíricos para compreender o cotidiano e dinâmica sociocultural da ruralidade se fazem necessário, para entender o comportamento das organizações socioespaciais. Assim, as cidades pequenas no sul de Minas Gerais revelam uma ruralidade atrelada a diversos fatores, em síntese destacamos algumas considerações:

- A cafeicultura como dinâmica motriz das relações socioespaciais, e conseqüentemente a presença de cidades do campo ou cidades rurais, seja com baixo ou alto grau de tecnificação no processo produtivo;

- A agricultura familiar como esteio da estrutura fundiária e do espaço rural sul mineiro. Esse aspecto denomina uma interação espacial na vida rural que mantém e ressignifica as práticas socioculturais;

- A ausência de cidades grandes no contexto sul mineiro diminui a pressão e mobilidade populacional, bem como as alterações cidade-campo tendem a ser menores.

Dessa forma, a presença da agricultura familiar é um dos fatores preponderantes para que as cidades pequenas no sul de Minas Gerais ainda apresentem uma ruralidade viva e ressignificada em seu território.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 702)

ALVES, Flamarion Dutra. Cidades pequenas no sul de Minas Gerais: ruralidades presentes no território. *In*: FERREIRA, M.M; VALE, A.R. (Org.). **Dinâmicas geográficas no sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2017.

ALVES, Flamarion Dutra. Temas e pressupostos metodológicos da ruralidade em geografia rural. In: MARAFON, G.J.; CHELOTTI, M.C; PESSÔA, V.L.S. (Org.). **Temas em Geografia Rural**. 1ed.Rio de Janeiro: Eduerj, 2019, v. 1, p. 185-203.

ALVES, Flamarion Dutra; LINDNER, Michele. Agronegócio do café no Sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **OKARA: Geografia em debate**. v. 14, n. 2 , 2020, p. 433-451.

ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p. 33-41.

ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. **Faces da Agricultura Familiar na Diversidade do Rural Brasileiro**. Curitiba: Appris Editora, 2016.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio da. (Orgs.) **Mundo Rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p.223-240.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP**. São Paulo, n.30, 2011. p.5-12.

CORRÊA, ROBERTO Lobato. Interações Espaciais. In. CASTRO, I. E.. GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Explorações Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**.13ª reimpressão. Tradução: Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2019.

GIMÉNEZ, Gilberto. Territorio y cultura. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Colima. v.2, n. 4, diciembre, 1996, p. 9-30.

GOIS, Rodrigo Clemente; ALVES, Flamarion Dutra; BRANQUINHO, Evânio dos Santos. Agricultura urbana e periurbana e os conflitos da especulação imobiliária em Alfenas-MG. **Geografia**. Rio Claro, v. 43, n. 1, Especial - VI Encontro REA, p. 107-118, jan./abr. 2018.

GUANZIROLI, Carlos. Et.al.(Orgs.) **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IBGE - **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial> Acesso em: 20/08/2020.

IBGE - **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.

IBGE - **Censo Agropecuário - 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> Acesso em: 20 de setembro de 2020.

IBGE - **Estimativa da população** - 2020. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados> Acesso em: 20 de setembro de 2020.

LINDNER, Michele; ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente. Presença da ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins - RS. **Anais...** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo: USP, 2009, p. 1-15.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (Orgs.). **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p.179-189.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MOREIRS, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Contexto, 2014.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPGE**, n.2, 2005.p.45-65.

PEREIRA, Anete Marília et.al. As pequenas cidades do norte de Minas Gerais: uma análise das suas relações com o rural. In: FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente; MAIA, Adriano Corrêa (Orgs.) **Estudos agrários: a complexidade do rural contemporâneo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p.135-155.

SCHNEIDER, Sérgio e BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

VEIGA, José Elia da. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2004a, p. 71-94.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v.18 n.51 São Paulo, 2004b. p. 51-67.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Brasília, NEAD/MAD, 2001.

Ruralidade, paisagem e territorialidade: a Festa de São Benedito em Machado-MG⁵⁹

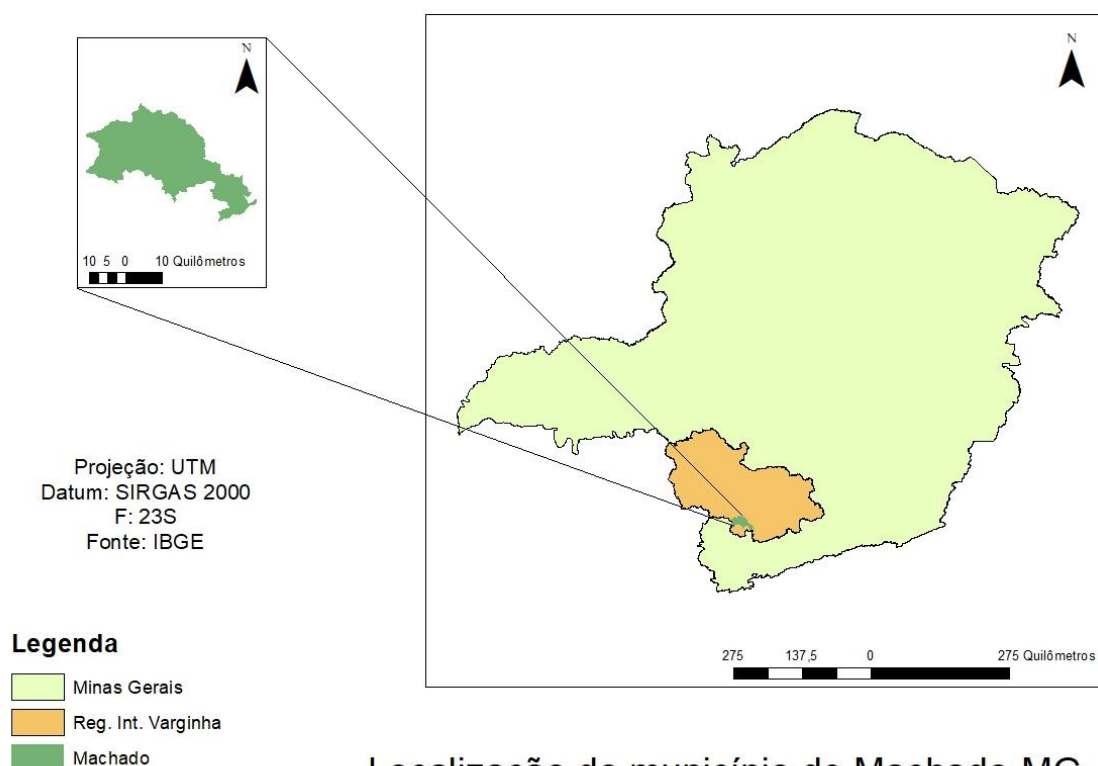
Jhonatan da Silva Corrêa
jhonatan.correa@sou.unifal-mg.edu.br

Flamarion Dutra Alves
flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br

Introdução

O município de Machado está localizado na região intermediária de Varginha, pertencente ao estado de Minas Gerais, conforme mostra o mapa 1. De acordo com o IBGE (2020), no último censo demográfico realizado no país o município tinha uma população de 38.638 habitantes e possui uma estimativa para o ano de 2020 de 42.413 habitantes.

Mapa 1 - Localização do município de Machado-MG.



Localização do município de Machado-MG

Fonte: Organizado pelo autor, outubro de 2020.

A Festa de São Benedito, desde a década de quarenta do século XX, ocorre tradicionalmente no mês de agosto em sua segunda quinzena. É habitualmente composta por doze

⁵⁹ Trabalho desenvolvido com a contribuição do PIB-Pós (UNIFAL-MG).

dias festivos onde nove dias estão associados à novena e três dias de festas relacionados às congadas, sendo assim geralmente sua estruturação (GONÇALVES e REIS, 1979).

Tudo indica que o surgimento basilar da festividade advém do período escravocrata brasileiro, onde as populações escravizadas mantinham suas manifestações religiosas, devido à resistência que culminou no sincretismo religioso. Portanto, a festividade mantém em seu cerne um elo entre as culturas religiosas afro-brasileira, indígena e católica; consolidando conforme mostrou Ribeiro (2015) à raiz do povo brasileiro. Com os elementos culturais oriundos da zona rural é realizada hodiernamente na cidade.

O primeiro registro escrito da Festa de São Benedito de Machado-MG é do início do século XX, condiz ao ano de 1914, realizada graças à população do lugar em sua maioria pretos e pobres, uma população mais marginalizada do município (REBELLO, 2006). A festa sofreu diversas transformações ao longo de sua existência, como o incremento de um forte comércio pertencente ao circuito inferior da economia (CORRÊA E ALVES, 2020). Com isso, alguns aspectos foram incorporados em detrimento de outros, resultando em sua estrutura atual.

Além do mais, no decorrer dos anos a Festa de São Benedito em Machado-MG, centenária e tradicional, têm em seu cerne manifestações culturais que por muito tempo foram entendidas pelo Igreja Católica Apostólica Romana como profanas; em contrapartida as manifestações ligadas à igreja católica eram compreendidas como sagradas. Tal interpretação perdurou por muito tempo para a insatisfação dos congadeiros do município.

A festividade passou por momentos díspares, instantes esses que culminaram em apropriações culturais e econômicas, resultando na alteração do território festivo nem sempre voltado para os aspectos culturais. A igreja católica foi a principal organizadora e beneficiada por muito tempo, com a constituição da Casa dos Congadeiros ou Associação dos Congadeiros “Tio Chico” houve então o “rompimento” com o poder hegemônico. Posteriormente, com o registro, a festa passou a ser Patrimônio Imaterial do povo machadense e a prefeitura do município uma das organizadoras.

Constituiu-se o tripé organizacional, atualmente estão presentes na formação festiva: a Igreja Católica Apostólica Romana, Associação dos Congadeiros “Tio Chico” e Prefeitura Municipal de Machado-MG. Ademais, para completar a dinâmica territorial mencionar os barraqueiros é crucial, pois, fazem parte do território festivo e constituem uma territorialidade importante na festa relacionada às práticas comerciais⁶⁰.

Logo, devido às diversas transformações ocorridas no espaço festivo surgem algumas indagações: toda festividade se transforma com o decorrer dos anos, no entanto, será que a Festa de São Benedito vem perdendo sua essência, seu âmago? A festa teve sua gênese por meio do povo, sendo assim, como os rituais, evoluções e símbolos se fazem presentes no terreiro de São Benedito e na festa atualmente?

⁶⁰ Sobre a questão comercial da festa consultar (CORRÊA e ALVES, 2020).

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a territorialidade festiva relacionada à cultura e suas representações simbólicas presentes no espaço-tempo que remetem a uma ruralidade existente na ruptura social referente à imersão festiva.

Metodologia

Para constituir a pesquisa foram realizadas revisões bibliográficas e consultas à biblioteca municipal, casa da cultura e prefeitura municipal de Machado. Concomitantemente, houve a realização de pesquisas no campo teórico abordando os principais conceitos trabalhados como: lugar, território e territorialidade, paisagem, cultura e ruralidade.

Posteriormente, houve a realização dos trabalhos de campo, cuja finalidade foi compreender as atividades que transformam o espaço e o configuram dando as formas ali vigentes, compondo a paisagem do lugar. Devido a isso, foram realizadas observações nas dinâmicas existentes de acordo com a territorialidade onde o poder se faz presente juntamente à relação entre os conflitos e os interesses.

Segundo a geógrafa Rosendahl (2012) o trabalho de campo é muito importante para o desenvolvimento da pesquisa, já que através dele o pesquisador consegue obter dados mais confiáveis ligado à manifestação religiosa presente em uma paisagem ou em um lugar sagrado. Holzer (2010) mostrou que a ontologia contemporânea, traz para discussão o mundo que construímos, e a representação do ser pautado nas divergências existenciais. Sendo assim, foi abordada a geograficidade do lugar, culminando na questão do ser no mundo, onde o espaço passa a ser adjetivado.

Com o intuito de entender o pertencimento, o lugar e sua dinâmica existencialista houve a realização de entrevistas com pessoas diretamente ligadas a construção festiva como: donos e capitães de ternos, ex-presidentes e atual presidente da Associação dos Congadeiros “Tio Chico”, entre outros membros ativos na organização da Festa de São Benedito em Machado-MG.

As entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada com o intuito de possibilitar o incremento de novos questionamentos no ato de sua concretização. Ademais, cabe destacar que: “O entrevistador tem o papel ativo na busca de lembranças e reflexões, mas isso deve ser feito sem que haja uma indução em busca de respostas que se quer ouvir” (LIMA, 2006, p. 26).

Além disso, houve a produção de um acervo fotográfico onde algumas fotografias são utilizadas não com o intuito de realizar uma espetacularização conforme mostrou Lacoste (2016), mas com a intenção de mostrar a dinâmica festiva e suas expressões as tornando mais expressivas e palpáveis.

Trabalhando entre conceitos

Quando abordados trabalhos ligados à religião torna-se importante entender como a análise sobre a temática é constituída pelo olhar geográfico. Pensando nessa questão a geógrafa Rosendahl (2012) mostrou como a geografia interpreta a religião por meio de dois pontos essenciais: o espaço

sagrado e o espaço profano. Segundo Rosendahl (1999), o sagrado consiste na experiência regida e guiada pelo simbolismo religioso; do outro lado, o espaço profano é privado de sacralidade, havendo simbiose entre os espaços. No entanto, conforme destacou Oliveira (2019) não se misturam.

Para mais, em consonância com Eliade (1962) e Rosendahl (2002), através da manifestação do sagrado há alteração no espaço vivido pelo homem ocasionando a suspensão do habitual e a ruptura do profano ante as hierofanias. A ruptura não acontece somente no espaço, a abordagem temporal também se faz presente de acordo com Rosendahl (2018) é no tempo Cronológico e/ou kairológico onde as manifestações religiosas e festividades acontecem, podendo ter seu início conforme ressaltou Eliade (1962) através da cosmogonia onde o homem funda a reatualização do ritual. “Esta reatualização ritual do *illud tempus* da primeira epifania de uma realidade, está na base de todos os calendários sagrados: a festa não é a comemoração de um acontecimento mítico (e portanto religioso), mas sim a sua reatualização” (ELIADE, 1962, p. 70).

As festas possuem a capacidade de marcar os tempos relacionados à coletividade, religiosidade, momentos cívicos, entre outras rupturas, são de grande importância sua compreensão. As existências desses momentos refletem ciclos cósmicos ou acontecimentos importantes de uma cidade, fundando uma data fixa de comemoração (CLAVAL, 2014). As festas são entendidas por Claval (2014) como inversão social e catarse, a inversão social no sentido da ruptura tanto do espaço como do tempo e a catarse aqui está associada às emoções, evasões e comunhões estabelecidas no espaço e tempo festivo. Como a festa de São Benedito está relacionada às festividades religiosas, o homem através de suas representações simbólicas altera a paisagem:

Religion leaves an imprint on landscape, through culture and lifestyle. Religious structures - such as places of worship, and other sacred sites - dominate many landscapes. Religious traditions - Hindu ritual bathing in the Ganges, for example leave their mark on the physical appearance of an area. Religious observance- church attendance, and so on - affect the time management, spatial movements and behaviour of believers (PARK, 2004, p. 2).

Por conseguinte, no espaço e tempo festivo os elementos contidos na paisagem conduzem durante a festa os rituais e seus significados tanto nos espaços sagrados fixos como nos espaços sagrados móveis: proporcionando catarses e manifestações hierofânicas. Há, portanto, o estabelecimento de uma afetividade transformadora presente na paisagem através de uma simbologia efêmera e cosmológica:

Outros espaços que em nada se distinguem daqueles que os cercam são no entanto, carregados de poder numinoso: é perigoso visitá-los, pois são frequentados por espíritos ou pelos deuses; estão lá para lembrar que existem outras realidades além daquelas do mundo sensível. Reconhecer que uma área, um edifício religioso ou um bosque são sagrados significa que as realidades sensíveis tem menos densidade, menos força, menor significação que aquelas do além, das quais os espíritos humanos tem a necessidade de se beneficiar para se descobrir o que deve

e o que não deve ser o mundo, para fixar as fronteiras do bem e do mal e para dar a todos razões para esperar (CLAVAL, 2012, p. 265).

Sendo assim, no espaço sagrado sendo ele móvel ou fixo há pontos de referências na paisagem que estão associados às realidades mais abstratas, ligadas à o que Sartre (2012) chamou de mundo da emoção, onde há uma relação mágica do indivíduo com o ambiente no qual se encontra. “Por isso, qualquer modificação na paisagem festiva costuma provocar contendas e desavenças, pois está em jogo a relação estabelecida com o mito, bem como a eficácia do ritual, pois nela os momento-coisa e momento-significação estão absolutamente fundidos, estruturando o espaço tempo-presente.” (MAIA, 2011, p. 27).

Doravante, o mundo passa a ter significações e o homem humaniza o espaço concebendo culturas heterogêneas relacionadas a sua localidade, concebendo o lugar. “Por meio da habilidade humana, a natureza é transformada em objetos culturais. [...]. As representações de mundo são construídas na produção desses objetos culturais, que reunidos no tempo e no espaço, transformam a paisagem em lugar” (LUCHIARI, 2001, p. 22).

Na compreensão do lugar, não podemos entendê-lo como sinônimo de local. Devido a isso, destaca-se a característica do lugar de ser dotado de forte carga simbólica podendo até mesmo possuir ambiguidade em sua estrutura: sendo bom e hospitaleiro para alguns e ruim e até mesmo perigoso para outros (SOUZA, 2015). “O lugar é um mundo de significado organizado” (TUAN, 2013, p. 219). “[...] A realidade geográfica é para o homem, então, o lugar onde ele está, os lugares de sua infância, o ambiente que atrai sua presença. Terras que ele pisa ou onde ele trabalha, o horizonte de seu vale, ou a sua rua, seu bairro, seus deslocamentos cotidianos através da cidade” (DARDEL, 2015, p.34).

Outra característica do espaço e que foi de grande importância no desenvolvimento da pesquisa é o território e a territorialidade. Destarte, o território advém da relação desigual de força onde envolve a subordinação tanto política como econômica do espaço. Nele não se manipulam somente os aspectos físicos, mas também questões relacionadas às identidades sociais (HAESBAERT, 2006). Para observar o que se passa no cotidiano dos indivíduos há necessidade de uma escala reduzida, podendo ser analisado nessa questão “fronteiras” que estejam relacionadas a uma rua ou até mesmo ao seu fragmento onde pode haver manifestação de um território. A escala reduzida chama-se “nanoterritório”, abordagem necessária para entender pequenos territórios ligados a uma totalidade (SOUZA, 2015).

O geógrafo Bonnemaïson (2002) destaca a importância do território para os grupos e etnias culturais. Ainda de acordo com ele, não existe nenhuma cultura que em sua coletividade não tenha levado em consideração investimentos na preservação de seu território tanto físico como cultural. “[...] o território é um importante instrumento de existência e da reprodução do agente social que o criou e o controla” (ROSENDAHL, 2013, p. 174).

Toda produção existente em um território, suas trocas e consumo são expressas através de uma territorialidade; todo território possui uma territorialidade. A territorialidade é inerente ao

território (RAFFESTIN, 1993). Sendo assim, nas territorialidades existem continuidades e descontinuidades situadas no tempo e no espaço. As territorialidades possuem um elo com o lugar estabelecendo sua identidade e constituindo parâmetros perante sua condição ligada à história e a geografia de cada lugar (SAQUET, 2015). Na religião a territorialidade não se constitui de maneira diferente:

A territorialidade religiosa por sua vez, significa o conjunto de prática desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar certo território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo. A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seus territórios (ROSENDAHL, 2013, p. 176).

Tanto no território quanto na territorialidade o poder se faz presente. O poder deve em sua análise ser compreendido como algo que circula, funcionando em rede. As pessoas podem através da sua ação praticar o poder em um momento e em outro sofrer suas consequências, não sendo estático e nem podendo detê-lo no processo - mas sim ser um centro de transmissão (FOUCAULT, 2017). “[..] o poder não se dá, não se troca e nem se retorna, mas se exerce, só existe em ação, [...] acima de tudo uma relação de força.” (FOUCAULT, 2017, p.274). Por esse motivo o poder está presente em toda camada social desde a micro estrutura até a macroestrutura. Para mais, a ação do poder estabelece de forma perpetuada o conhecimento, resultando em mais poder hegemônico. Toda essa estrutura se constitui através de um processo histórico (FOUCAULT, 2017).

Por último e não menos importante cabe destacar a ruralidade e suas representações no espaço e tempo festivo, atrelando-se: à paisagem, ao lugar, ao território e a territorialidade ela se manifesta. Para Alves (2012) a ruralidade não está presente somente nos aspectos materiais, as questões imateriais se constituem importantes para análise:

Nesses termos, não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração dos mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural (CARNEIRO, 1998, p. 59).

Além do mais, as ruralidades destacadas estão presentes em uma festividade, sua existência está condicionada a uma determinado espaço-tempo. Com o término festivo, os elementos presentes na manifestação exercem sua efemeridade, estando dispostos novamente na próxima festa em sua reatualização.

Breve história da Festa de São Benedito no município de Machado-MG: uma cultura popular

A Festa de São Benedito ocorre tradicionalmente no mês de agosto, mais precisamente na sua segunda quinzena. Ademais, possui em seu âmago um elo entre a Igreja Católica Apostólica

Romana, cultura Afro-brasileira e Indígena. Os elementos culturais aqui apresentados remetem à história do país:

Essa parca herança africana - meio cultural e meio racial -, associado às crenças indígenas, emprestaria, entretanto, à cultura brasileira, no plano ideológico, uma singular fisionomia cultural. Nessa esfera é que se destaca, por exemplo, um catolicismo popular muito mais discrepante que qualquer das heresias cristãs tão perseguidas em Portugal (RIBEIRO, 2015, pg. 89).

O primeiro registro escrito da festividade é referente ao ano de 1914, onde houve a realização de uma festa em louvor a São Benedito, no mês de maio, conforme destacou o historiador Rebello (2009) ao consultar o livro de tombo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio de Machado-MG. Ademais, a festividade é composta por dois espaços diferentes, sendo eles: o espaço sagrado e o espaço profano. O espaço sagrado de outrora estava ligado às atividades relacionadas ao que a Igreja Católica Apostólica Romana entendia como religioso; excluindo toda manifestação do catolicismo popular do seu cerne classificando-a como profana remetendo a algo desprovido de sacralidade.

De acordo com Gonçalves e Reis (1979) a Festa de São Benedito nem sempre foi realizada no mês de agosto, houve variações na década de trinta e quarenta do século XX. A primeira festa foi realizada no mês de julho, com o advento da década de quarenta houve a realização no mês de setembro, em 1942 começou a ser realizada no mês de agosto e persiste assim até o presente momento. Ainda de acordo com Gonçalves e Reis (1979) às festas relacionadas às populações pretas como a de São Benedito, possuem o costume de acontecer no mês de maio devido à abolição da escravatura e por ser em maio mês consagrado de Nossa Senhora. Mas, por que agosto? Agosto seria uma época mais propícia onde as pessoas se encontrariam com dinheiro devido a colheita do café, um dos principais alicerces econômicos do município na época e nos dias atuais.

Percebe-se o porquê da ocorrência no mês de agosto, é compreensível o cunho popular da festividade, os protagonistas festivos membros dos ternos de congadas e do caiapó são em grande parte trabalhadores de origem humilde das áreas urbanas e rurais do município. A gênese festiva está associada às camadas periféricas da sociedade: “[...] são os pretos os responsáveis pelo brilho da festa que remonta aos primitivos tempos do período colonial, fase em que teve início a escravidão em nossa país” (CARVALHO, 1985, p. 160).

No ano de 1923 houve uma mudança de ponto da irmandade do Rosário, com isso, trocando o nome de Festa do Rosário para Festa de São Benedito. A população diretamente relacionada à festividade com o intuito da implementação da sua centralidade chegou a construir uma capela, entretanto a mesma foi demolida sendo posteriormente construída uma nova. Esta construção ocorreu através da força popular, por meio de uma festa realizada no ano de 1923 com o intuito de arrecadar dinheiro, sendo inaugurada no ano de 1930 (REVISTA IMAGEM & CONTEÚDO, 2014; REBELLO, 2006).

Posteriormente houve o fatídico episódio do litígio, onde ocorreu a disputa entre o catolicismo oficial e os zeladores da capela pertencentes ao catolicismo popular do município. A ocorrência teve sua gênese após o suposto erro no local de construção, não correspondendo ao terreno doado pela câmara do município (REBELLO, 2006). O caso foi resolvido no ano de 1951, com aval do STF a capela de São Benedito passou a pertencer ao catolicismo oficial. Entretanto, cabe explicitar que a capela de São Benedito em Machado-MG só existe devido o trabalho das pessoas envolvidas na festa e principalmente dos congadeiros. Doravante, passou a ser posse de uma instituição milenar e hegemônica constituindo uma nova dinâmica para festa.

A dicotomia existente entre o sagrado e o profano não era satisfatória para os congadeiros, onde eram relacionados à parte profana: mesmo carregando toda religiosidade e simbolismo condizente à fé cristã. Com a fundação da Casa dos Congadeiros “Tio Chico” no ano de 1980, hoje intitulada de Associação dos Congadeiros “Tio Chico”, houve o intuito de realizar uma representação política inexistente outrora. Por este motivo, as relações entre os poderes ganham mais um constituinte, deixando a territorialidade festiva mais dinâmica. Mesmo perante toda dificuldade estrutural para manter a Associação.

Com o avanço dos anos e muita persistência da Associação dos Congadeiros a festa foi deixando de ter essa dicotomia que muito incomodava. A manifestação da congada ligada à religiosidade do catolicismo popular por muito tempo foi destacada como profana, não sendo aceita pela igreja oficial. Nos cartazes de outrora havia a distinção entre o momento sagrado e profano, deixando a manifestação religiosa popular como profana. Atualmente os cartazes não carregam mais essa dicotomia, posteriormente a muitos questionamentos da Associação dos Congadeiros e dos próprios congadeiros.

Ao longo do espaço-tempo foram observadas transformações na estrutura festiva, frequentemente acompanhadas com apropriações indébitas. O catolicismo oficial por anos usou a festividade para benefício próprio, adquirindo recursos e não repassando parte dos ganhos para a população que deu origem a festa, explorando o cenário cultural para seu benefício.

Os ternos de congadas sempre dão brilho à manifestação e, sem recursos, acabam passando por dificuldades para se manter. Embora, hodiernamente haja o repasse da prefeitura municipal muitos congadeiros alegam ser insuficiente a quantia não sendo possível sanar todas despesas existentes, havendo necessidade de complemento por meio de doações e dinheiro do próprio bolso.

Para mais, outra questão importante e relevante no território e territorialidade festiva envolve de acordo com Rebello (2006) o embranquecimento festivo. No ano do centenário da festa não houve um casal preto como festeiro, apenas brancos. Esta questão também foi levantada por um dos fundadores e ex-presidentes da Associação dos Congadeiros de Machado-MG em uma entrevista no ano de 2016⁶¹. A reclamação condizia a desintegração do espaço popular na Festa

⁶¹ Entrevista realizada em trabalho de campo pelo autor no ano de 2016.

de São Benedito, originalmente vindo da cultura afro-brasileira, do seu histórico de luta e resistência.

Contemporaneamente a territorialidade festiva encontra-se múltipla. A festa que outrora estava relacionada a uma população cresceu e incorporou diversas outras em seu meio, contudo não se pode permitir que elementos do espaço sagrado dos congadeiros sejam destituídos de sua função devido às apropriações indébitas. Claval (2014) mostrou duas formas de transformação cultural sendo elas: a) por mutação e b) por revolução, dois pontos cruciais e elementares para entender a festividade e seus meandros.

Resquício do rural em uma festa na cidade

De acordo com a revista *Imagem & Conteúdo* (2014) a população preta já se manifestava culturalmente através de cantos, danças e tocavam seus instrumentos como caixas e sanfonas nos terreiros das fazendas circundantes ao município emanando suas ancestralidades africanas: dando origem às primeiras congadas no município.

Os Congos, Congados, Congadas, são um tipo de folguedo popular que segundo a maioria dos autores que com ele se têm impressionado, forma entre as expressões afro-brasileiras que se destacam de maneira predominante tradições históricas e costumes tribais de Angola e Congo, com a predominância de traços culturais do grupo Bantu, aculturados a elementos do catolicismo catequético e ao brinquedo de Mouros e Cristãos. (RABAÇAL, 1933, p. 8-9).

Como consequência há elementos religiosos sincréticos nos ternos de congadas, onde cada um possui seus rituais e crenças tendo como alicerce o catolicismo popular brasileiro. Na paisagem festiva hodierna os aspectos formuladores do território possuem identificação simbólica com os aspectos de um Brasil de outrora, rural, relacionado ao período da casa grande e da senzala. Por conseguinte, muitos congadeiros destinam representações com referência àquele período nos espaços hoje territorializados por eles como o terreiro de São Benedito:

Tem até um fato histórico bonito que eles colocam que a Associação é a senzala onde os negros se reuniam e a praça de São Benedito é o terreiro da casa grande onde existe a capela. [...] E no centro da praça de São Benedito tem uma cruz onde o irmão mais velho vai para poder libertar todos os outros que estão cativos dentro da senzala e entregar novamente ao coração do pai, aos braços do pai que seria Deus: então esse irmão mais velho seria a personificação de Jesus Cristo. [...] O cruzeiro no centro da praça seria como um cordão umbilical que vai ligar as pessoas no criador (Informação verbal⁶²).

Por conseguinte, é perceptível na festividade e sua simbologia referências ao rural. A praça ou o terreiro de São Benedito por muito tempo foi de chão batido, conforme mostra a imagem 1

⁶² Entrevista cedida por CARVALHO, Claudio Aparecido de - atual presidente da Associação dos Congadeiros de Machado-MG - [março de 2017].

e possuía uma estrutura mais simplória mostrando uma configuração festiva diferente da atual. “Eu comecei a dançar na pracinha de São Benedito era uma terra só, você estava dançando ali e de repente olhava para cima e vinha aquele calor de poeira, o pessoal que estava chegando você olhava para cima aquele calor de poeira, era tão gostoso” (Informação verbal⁶³).

Figura 1 - Praça de chão batido



Fonte: Revista Imagem e Conteúdo, 2014, p. 47

Na figura 1 é possível observar a inserção da festividade na cidade e suas ruralidades, com adventos das décadas de 60 e 70 do século XX esses aspectos começam a ser alterados trazendo uma nova dinâmica para festividade mais mercantilista (CORRÊA e ALVES, 2020). A Festa de São Benedito está contemporaneamente situada na cidade e ao longo de seus mais de um século de existência foi incorporando elementos em sua estruturação, tornando mais complexa e dinâmica. Mas a referência ao rural se faz presente, simbolicamente e historicamente, nos elementos centrais presentes na cultura das congadas que remetem a um tempo mais simples e festivo com muita fartura de comida e foguetes. Para mais, Leers (1977) destaca como característica do rural e seus festejos o uso de foguetes nas comemorações mostrando mais um aspecto bucólico presente na festividade.

Outro momento simbólico que nos remete a ruptura do espaço tempo habitual é a saída do caiapó da mata, o ato acontece no segundo domingo festivo conforme mostra a figura 2.

⁶³ Entrevista cedida por SILVA, Mario Antônio da - congadeiro há mais de cinquenta anos no município de Machado-MG - [agosto de 2017].

Figura 2 - Saída dos Caiapós da mata.



Fonte: arquivo pessoal do autor (agosto de 2018).

O terno dos caiapós permanece na mata esperando um ou mais ternos de congo ir retirá-los, tal encenação é um ato de agradecimento dos congadeiros aos índios, pois, conforme explicado por eles, quando o escravizado conseguia fugir da senzala os índios ajudavam com alimentos e na cura dos machucados:

O caiapó foi chamado para vir à Festa. Aí no domingo que eles vão buscar ele no mato. Porque os negros que estavam na senzala fugiam para o meio do mato, os índios curavam os negros [..]. Os negros não tinham para onde ir, tinha que enfiar no meio dos índios. Para agradecer eles vão buscar (Informação verbal⁶⁴).

Esses são alguns dos momentos que representam à Festa de São Benedito em Machado. Uma festa do catolicismo popular que traz consigo elementos referentes às ruralidades percebidas em seu espaço-tempo. Com o início da festa o espaço e o tempo são alterados. Claval (2014) define uma festividade como inversão social e catarse, é onde os elementos de um mundo das emoções manifestam-se dando vida a um mundo mágico conforme mostrou Sartre (2012). Os rituais presentes no tempo festivo embora demarcado por um tempo cronológico, anualmente, é no tempo Kairológico que são constituídos, uma temporalidade não mensurável conforme demonstrado pela geógrafa Rosendahl (2018). Esse tempo mágico tem seu início oficializado com a subida e a descida do mastro, configurando os rituais de inicialização e término festivo.

É nos terreiros dos ternos ou nos ranchamentos onde os ternos de congadas e caiapó juntam seus integrantes, fazem seus almoços e jantas, se preparam ritualmente, cumprem com suas orações e conversas. Uma preparação para adentrar o espaço-tempo festivo conforme mostra a figura 3. As imagens dos Santos padroeiros da festividade se encontram no local, em um altar onde as hierofanias são constituídas e o sagrado liberto da hierocracia do catolicismo oficial se faz presente em um terreiro de congada no município.

⁶⁴ Entrevista cedida por SANTOS, Natalino. B - Participante, ex-capitão dos caiapós e Congadeiro há décadas em Machado-MG, 2017.

Figura 3 - Terreiro do Terno de Rosário no dia da procissão.



Fonte: arquivo do autor (agosto de 2019).

Conforme mostrado na figura 3, o terreiro constitui um território onde a prática religiosa é realizada como elemento do catolicismo popular presente no município. É no terreiro onde a cultura formula seu território, seus alicerces para constituir as territorialidades. Sendo assim, o território e a territorialidade se estabelecem como base para o desenvolvimento cultural: “[..], toda cultura se encarna, para além de um discurso, em uma forma de territorialidade. Não existe etnia ou grupo cultural que de uma maneira ou de outra, não tenha se investido física e culturalmente num território.” (BONNEMAISON, 2002, p. 97). Ainda de acordo com o geógrafo Bonnemaison (2002) o território traz em seu âmago uma espécie de carga afetiva e cultural com a terra.

Portanto, as manifestações culturais situadas no espaço-tempo festivo trazem em sua constituição um sustentáculo cultural, onde a cultura se constitui e se transforma mostrando toda sua ontologia e geograficidade. O território então formula um ponto de resistência perante as apropriações simbólicas ocorridas no decorrer do processo histórico festivo. A inversão social e a catarse proporcionada pela festividade ocasionam um estímulo para a volta às origens fundando a necessidades de se repetir os rituais em um determinado espaço-tempo conforme mostrou Eliade (1962), organizando uma centralidade religiosa e cultural no município.

Considerações Finais

A Festa de São Benedito em Machado-MG segue resistindo através das suas reatualizações, onde os rituais são realizados através da população festiva ligada ao catolicismo popular brasileiro. É no advento do espaço-tempo festivo onde são emanadas às rupturas presentes na festividade, constituindo paisagens, territórios e territorialidades formulando o lugar.

A paisagem festiva remete a outra temporalidade, de um Brasil de outrora, referente ao período das casas grandes e das senzalas. Diversas apropriações aconteceram durante esses mais de 100 anos festivos. Mutações surgiram no cerne cultural transformando-a incorporando elementos internos e externos, o que é normal em uma manifestação com mais de um século. Os tambores continuam batendo e os soldados de São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário continuam em sua caminhada.

Nem mesmo à pandemia parou a manifestação e sua reatualização, porém mais perigosa que à pandemia são as apropriações indébitas ocorridas há anos contra o verdadeiro sentido de festejar. Resistir é necessário, reatualizar é preciso, a cultura popular está viva! A paisagem festiva e sua ruralidade efêmera acentuam essa questão.

Referências

ALVES, F. D. A Relação Campo-Cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v.16, n.3, p.7-18, 2012.

BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R, L. ROSENDAHL, Z. (org). **Geografia Cultural: um século (3)**. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CARNEIRO, M, J. **Ruralidades: novas identidades em construção**. Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal, agosto, 1997.

CARVALHO, J, R. **História de Machado**. - Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Machado, 1985.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luis Fugazzola, Margareth de Castro Afeche Pimenta. -4. Ed. Ver. - Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

CORRÊA, J, S. ALVES, F, D. Festa de São Benedito: Territorialidade e a manifestação do circuito inferior da economia em Machado-MG. **Revista GeoNordeste**, São Cristovão, Ano XXXI, n. 1, p. 40-53, Jan./Jun.

DARDEL, E. **O Homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução: Werther Holzer. - São Paulo: Perspectiva, 2015.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano: a essência das religiões**. Edições livros do Brasil. Lisboa, 1962.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. - 6° ed. - Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GONÇALVES, C, C. REIS, M, S. **A Festa de São Benedito em Machado**. Machado-MG, 1979.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Editora: Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro - RJ, 2006.

HOLZER, W. Método Fenomenológico: humanismo e a construção de uma nova geografia. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R, L. (org). **Temas e Caminhos da Geografia Cultural**. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

IBGE - Instituto de Geografia e Estatística. **Cidades**. [online]. Disponível na internet via WWW URL: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/machado/panorama>. Acessado em 07 de setembro de 2020, às 20h e 30min.

LACOSTE, Y. **A Geografia-isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução: Maria Cecília França- 19^o ed.-Campinas, SP: papiros, 2012.

LIMA, M. Uso da Entrevista na Pesquisa Empírica. In: ABDAL, A, Et al. **Métodos de Pesquisa Sociais: Bloco Qualitativo**. Sesc São Paulo/ CEBRA. São Paulo, 2016.

LEERS, B. **Catolicismo Popular e Mundo Rural: um ensaio pastoral**. Petropolis-RJ. Editora Vozes LTDA, 1977.

LUCHIARI, M, T, D, P. A (Re)Significação da Paisagem no Período Contemporâneo/ In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R, L. (org). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MAIA, C, E, S. Paisagens Festivas e Interações Mítico-Ritualísticas em Práticas Tradicionais do Catolicismo Popular. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 30, P. 19-35, JUL/DEZ de 2011.

OLIVEIRA, J, O. Geografia, religião e mídia: novas interfaces do sagrado na era hipermoderna. **REVER**. São Paul. V.19, N.3, set/dez 2019.

PARK, C. **Religion and Geography**. Chapter 17 in Hinnells, J. (ed) Routledge Companion to the Study of Religion. London: Routledge 2004.

RABAÇAL, A, J. **As Congadas no Brasil**. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, 1976.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Ed. Ática S.A, 1993.

REBELLO, R, M. **Machado até a Virada do Milênio**. - Machado-MG. Tomo II: 170-193.

REVISTA IMAGEM & CONTEÚDO: **Centenário da Festa de São Benedito**. Edição Especial n° 24. Machado - MG, 2014.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. - 3. Ed.- São Paulo: Global, 2015.

ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R, L. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Ed. Uerj, 1999.

ROSENDAHL, Z. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica**. - 2^o Edição -Ed UERJ, Rio de Janeiro, 2002.

ROSENDAHL, Z. **História, Teoria e Método em Geografia da Religião.** Espaço e Cultura, UERJ, RJ, N. 31, p. 24-39, JAN./JUN de 2012.

ROSENDAHL, Z. Território e Territorialidade: uma proposta geográfica para o estudo da religião. In: CORRÊA, R, L. ROSENDAHL, Z. (org). **Geografia Cultural: uma antologia volume II.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ROSENDAHL, Z. Tempo e Temporalidade, Espaço e Espacialidade: a temporalização do espaço sagrado. In: ROSENDAHL, Z. **Uma Procissão na Geografia.** - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

SAQUET, M, A. Por uma Abordagem Territorial. In: SAQUET, M, L. SPOSITO, E, S. (org). **Território e Territorialidade: teorias, processos e conflitos.** 2.Ed. -Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SARTRE, J. **Esboço para uma Teoria das Emoções.** - Tradução de Paulo Neves. - Porto Alegre: L&PM, 2012.

SOUZA, C, A. **Os Conceitos Fundamentais da pesquisa Sócio-espacial.** - 2° ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução: Lívia de Oliveira. - Londrina: EdUEL, 2013.

Da geografia regional ao IBGE: uma discussão teórica e sua aplicabilidade no rural contemporâneo

Ana Ivania Alves Fonseca
anaivania@gmail.com

Paulo Cicero Borges Lopes
paulo.cicero@yahoo.com.br

Marcela Alves Fonseca
marcela.alvesfonsec@gmail.com

Introdução

A geografia enquanto ciência que analisa o espaço geográfico vem propondo e estudando as formas de organização do homem, promovendo categorizações com o intuito de organizar e dinamizar. As discussões regionais tomam visibilidade a partir da necessidade de criterizar as delimitações nesse espaço. Desta forma os estudos geográficos vêm analisando, estudando e propondo discussões regionais que se convergem com os estudos simultaneamente ao IBGE.

O Brasil durante o século XX e no início do século XXI vem passando por diversa regionalização do seu espaço geográfico a partir de estudos e pesquisas promovidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, cuja criação se deu com a necessidade de planejamento do país a partir das diferenças de área. Este artigo tem como objetivo entender os processos de evolução da região e sua utilização pelo IBGE no entendimento do rural contemporâneo. Para tanto, a metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica com base nos estudos de autores como (HAESBAERT, 2004), (BARBOSA, 2014), (RIBEIRO, 2001), (GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S, 1969), (GEIGER, 1967), (GUERRA, 1964) dentre outros.

A configuração regional proposta a partir de 2017 pelo IBGE que estabeleceu as regiões geográficas intermediárias e as imediatas vem alterar as configurações regionais proposta pela regionalização de 1989 que constituía as mesorregiões e as microrregiões geográficas. As mudanças regionais foram e são importantes para que os diversos órgãos de planejamento, bem como os pesquisadores e universidades realizem seus estudos na busca de entendimento das diversidades existentes em um país de dimensões continentais como é o Brasil.

Dos troncos linguísticos às atuais regionalizações: uma divisão desigual

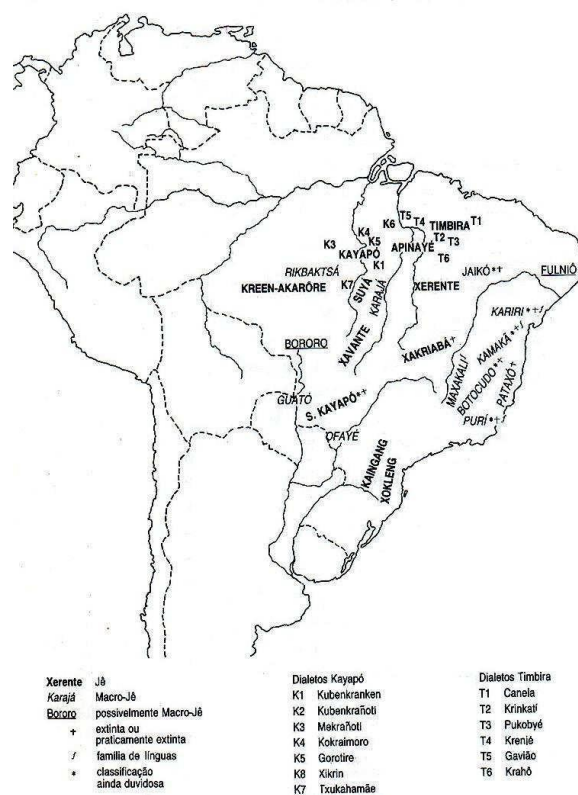
Entendermos o processo de regionalização de uma determinada área ou país é algo que demanda muitos estudos e análises. No caso específico do Brasil o processo de regionalização poderia ser compreendido anteriormente à invasão do território pelos europeus. Ao analisar os diversos troncos linguísticos dos pertencentes aos povos tradicionais indígenas que coabitaram o

território antes de 1500, é possível perceber o domínio sobre o território em que desenhavam uma primeira regionalização⁶⁵.

Obviamente essa distribuição pelo território estabelecia suas formas de vivência, ocupação e de cultura. Os troncos linguísticos permitem entender o Brasil a partir de vários ângulos e um deles é o da regionalização e ocupação rural antes de 1500, como podemos observar na figura 01. Os indígenas exploravam determinadas áreas e mantinham ali seu território de domínio. Para (NOGUEIRA,2009) dados arqueológicos atentam que já havia ocupação no território e principalmente no cerrado há mais de 11 mil anos.

Esses povos evoluíram de nômades a tribos que fixaram em determinadas regiões, aprenderam a dominar a natureza e a cultivar a terra para a sua sobrevivência. Esses elementos são comprovados a partir das diversas pinturas rupestres datadas em diferentes regiões do território brasileiro, cabendo, pois, a necessidade de retomarmos sempre a discussão de como esses conceitos se estabeleciam de forma primária antes da chegada e ocupação do território pelos forasteiros e do estabelecimento de uma metodologia de análise. Os indígenas que habitavam o Brasil em 1500 já praticavam a agricultura de produtos como: milho, amendoim, feijão, abóbora, bata-doce e principalmente mandioca, que fazem parte até hoje da base alimentar do brasileiro.

Figura 1 - Distribuição geográfica original do tronco linguístico Macro-Jê.



Fonte: Urban, 1992.

⁶⁵Estamos analisando a organização indígena antes de 1500, a partir do conceito de região e não de território, para exemplificar no artigo que antes da chegada dos portugueses e da ciência já existia uma organização que levava em conta elementos como a natureza e os fazeres culturais de um povo, que comumente discutimos essa organização a partir do território.

Com a invasão dos europeus, por volta de 1500, sistematizou-se como forma de ocupação a divisão de terras, imposta a partir desses povos dominadores que não respeitaram o conhecimento ancestral já pré-existente estabelecendo formas exógenas de regionalização. A primeira delas dividiu o Brasil em Capitânicas Hereditárias, em 1534, pelo Rei Dom João III, cuja forma de regionalização sugeriu imensas áreas desiguais entre si.

Neste sentido, ao se aplicar a mesma forma de lei de terras que reproduzia uma forma de regionalização utilizado em áreas menores como em Portugal e posteriormente nos casos das colônias portuguesas de Cabo Verde, Madeira e Canárias na África, onde essa regionalização foi aplicada com sucesso devido ao tamanho territorial das colônias serem relativamente pequenos, no Brasil gerou uma imensa desproporcionalidade entre e dentro das próprias regiões. No caso do Brasil, o território foi dividido em 15 lotes, constituindo 14 Capitânicas, doadas a 12 pessoas, na sua maioria membros da burocracia estatal e da pequena nobreza de Portugal (SILVA,1996) figura 2.

Essa divisão é refletida nos imensos estados da federação e em municípios que tem sob seu domínio grandes áreas territoriais e nas grandes regiões de planejamento que perduram até hoje. Do ponto de vista territorial surgiram grandes latifúndios que posteriormente deram origem às grandes fazendas de criação de gado, da cafeicultura, da soja, etc. Estabeleceu-se no Brasil um desenvolvimento baseado no tripé: Latifúndios/concentração, plantation/monocultura e agroexportador. Esse modelo não atendia aos povos originários nem a população mestiça oriunda posteriormente a essa ocupação, como é o caso dos diversos povos tradicionais e comunidades tradicionais - Veredeiros, Varzanteiros, Geraizeiros, Caatingueiros, Comunidades Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas, Quilombolas, Indígenas etc, - e mais recentemente os denominados agricultores familiares tradicionais que coabitam esse território.

Figura 2 - Divisão das Capitânicas Hereditárias.



Fonte: <https://www.estudokids.com.br/capitanias-hereditarias/>

A regionalização feita pela implantação das capitâneas hereditárias e posteriormente pelo sistema sesmarias, modelo de divisão de terras a partir de 1500, reflete até hoje no Brasil, principalmente quando se trata do rural. Esse rural é marcado por grande concentração de terras, sendo compreendida como herança dos tempos coloniais, isto é, dos efeitos causados pelas Capitâneas Hereditárias, Sesmarias, posse e, principalmente, pela Lei de Terras. O que se percebe a partir dos estudos desses efeitos é o favorecimento da ação dos grandes proprietários, ao longo do tempo, pelo respaldo garantido pela Lei nº 601 de 1850. De acordo com Silva, L. (1996, p. 28-29),

[...] a Coroa Portuguesa não cedeu em momento algum as suas prerrogativas de Senhora das terras aos particulares. [...] O solo colonial não passou a constituir patrimônio privado dos donatários como propriedade particular, os donatários receberiam apenas dez léguas de terras, que poderiam tomar onde quisessem contanto que não fossem contíguas. [...] O restante das terras deveriam ser distribuídos por eles na forma de Sesmarias segundo as ordenações do reino.

A autora baseou-se na carta de doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho. Como se pode constatar, com efeito, o Rei não doava a terra totalmente, mas os benefícios, usufruto, obrigações e direitos dela. Portanto, era inevitável a formação de inúmeros latifúndios, haja vista que muitos indivíduos requeriam para si mais de uma sesmaria em nome das esposas e dos filhos, alguns eram pequenos e outros ainda estavam por nascer, perpetuando a grande lavoura. Assim, Holanda (1995, p. 49) enfatiza que:

A grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger.

Para Prado Jr. (1999), o que era de interesse da Metr pole era a produtividade da colônia, condi o fundamental para o aumento dos seus lucros. Esse modelo agroexportador e de concentra o de terras permanece até os dias atuais, com grande perpetua o do chamado agronegócio exportador, que utiliza de grande extensão de terras e pouca mão-de-obra, tanto especializada como não especializada, não ocorrendo uma distribui o de renda igualitária o que se percebe principalmente quando as regiões são mais afastadas dos grandes centros, mais ocorre essa concentra o e desigualdade. Os modelos de regionaliza o do Brasil que se estabeleceram tentavam explicar e formatar esse país com tanta discrepância regional, tanto na forma quando na fun o.

Outro elemento que compunha esse Brasil era o chamado pequeno lavrador sem recursos que procurava se estabelecer às margens dos latifúndios, sem consentimento legal da Coroa ou a forma o de quilombos de negros fugidos que se estabeleciam em área longínquas no intuito de cultivar a terra e manter a sua sobrevivência. Há ainda outros que plantavam em pequenos lotes cedidos por grandes fazendeiros dentro dos grandes latifúndios dos engenhos, onde podiam plantar

para si, para a fazenda e vender o excedente para outros fazendeiros ou no mercado, sempre sob o domínio dos donos que ali os subordinavam. Essa agricultura e o que hoje chamamos de agricultura familiar⁶⁶, no que se refere ao modo de trabalho, estava muito aquém da importância dada aos grandes engenhos pois, para a Coroa, o importante era lucrar com a exploração da terra. De acordo com Barbosa e Feitosa (2006, p. 192): O Brasil ocupa o segundo lugar no mundo em concentração de terras, perdendo apenas para o Paraguai.

A dinâmica de colonização/regionalização do Brasil, que modelou a forma de ocupação, fez com que essa região passasse paralelamente pelos fluxos econômicos e políticos pelos quais o país atravessou, sem muitas intervenções territoriais por parte do Estado, pelo menos até meados do século XX. Ocorreu nesse processo de interiorização e diversificação da economia com a mineração, onde a febre do ouro fez com que aumentasse vertiginosamente a população da colônia. Entretanto, não houve apenas aumento populacional, mas também crescimento econômico e territorial com efetiva integração do interior do território.

O IBGE e a Geografia Regional e seu Reflexo no Rural

A rápida análise do Brasil até por volta de 1920 é necessária para entendermos como que os povos originários se organizavam dentro do território e que já tinham uma dinâmica que através dos seus troncos linguísticos, cultura e sua agricultura já se estabeleciam e se organizavam. As políticas de regionalização e concentração de riqueza vieram posteriormente e se deram nesse Brasil contemporâneo através de uma atuação dos de fora, daí a regionalização foi reflexo desses modelos.

Com base nos estudos da geografia regional e posteriormente com a necessidades de planejamento e a atuação dos governos foram implantados a partir de 1930 os primeiros órgãos e universidades que vieram estudar, analisar, planejar e sistematizar o território. O Conselho Nacional de Estatística - CNE e o Conselho Nacional de Geografia- CNG, em 1930, eram uma forma de organizar o país para que o Estado tivesse o domínio de todo o território. O primeiro modelo oficial de regionalização foi proposto pelo Resolução n. 77, do CNG, de 17.07.1941 (DIVISÃO, 1977). Posteriormente ao CNG esse conselho se tornou em 1936 o Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Tanto a geografia regional quanto o IBGE são elementos extremamente necessário para entendermos e analisarmos os diversos vieses do desenvolvimento e ocupação do território. A geografia e o IBGE vieram explicar e analisar o que Santos (1978) classificou de forma e função. A forma é o aspecto visível, exterior de um conjunto de objetos, como as formas espaciais; a função é a atividade desempenhada pelo objeto criado e a estrutura-social-natural é definida historicamente materializando-se nas formas e funções e como esses elementos são criados e instituídos no interior das regiões.

⁶⁶A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. (ABRAMOVAY, 1998, p. 3)

Desta maneira, caracterizam-se as diversas formas das regionalizações e funções para que sejam estruturadas e planejadas que por sua vez a geografia regional vem explicar o que acontece no interior dessas regiões, seja no tocante ao rural, urbano, populacional, ambiental entre outros.

A Geografia Regional e o IBGE caminham juntos em grande parte das suas discussões e análises para explicar essa diversidade existente no país, e caracterizar em forma de regionalização que une elementos plausíveis de organização em uma delimitação imaginária ou não, que ajude a planejar as formas e as funções de cada região.

O Conhecimento das Diversas Realidades Regionais que o País se Constituiu

A partir da década de 1920, a divisão regional foi utilizada como suporte científico e de poder. Ocorreu do ponto de vista governamental a necessidade de se pensar a própria configuração territorial da nação onde a preocupação geopolítica foi posta como estratégia de regionalização e ocupação dessas áreas mais distantes dos centros urbanos.

Para o (IBGE, 2017) “Conhecer cientificamente o Território Nacional constituía um exercício continuamente renovado de uma tensão estabelecida entre caracterizar esse território e diferenciá-lo, do ponto de vista geográfico”. Essa necessidade de caracterização científica veio reforçar a formação dos geógrafos e dos cursos de geografia com base numa ciência evolutiva que explicasse a movimentação e a dinâmica desse país de maneira que a ciência e os órgãos governamentais se retro alimentassem.

Várias formas de regionalização foram pensadas. Dentre elas podemos citar as segundo o IBGE: As Regiões Fisiográficas da década de 1940 e suas revisões; Zonas Fisiográficas de 1960; As Microrregiões Homogêneas de 1968 e Mesorregiões Homogêneas de 1976; As Mesorregiões e Microrregiões Geográficas de 1989 e Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas de 2017. Para efeitos de estudos para regionalização o IBGE buscou nos estudos de geógrafos o embasamento teórico para a sua elaboração, tais como: (HAESBAERT, 2004), Barbosa (2014), (RIBEIRO, 2001), GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. (1969), (GEIGER, 1967), (GUERRA, 1964) entre outros.

Essa relação entre os órgãos governamentais e a ciência é necessária para que se conheça de fato um país, uma região e suas diversidades e necessidades de planejamento e de pensar políticas que atendam às diferentes regiões. Para esse artigo iremos nos concentrar em analisar as duas últimas regionalizações aplicadas no Brasil e nos deteremos nas Mesorregiões Geográficas e Microrregiões Geográficas do Norte de Minas e a Região Geográfica Intermediária de Montes Claros e suas Regiões Geográficas Imediatas no estado de Minas Gerais, as quais utilizaremos como recorte para pensar essas regiões e suas aplicabilidades.

Regionalizações do IBGE: mesorregiões geográficas e microrregiões geográficas; regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Uma breve escrita acerca dos estudos do IBGE.

Através da dinamicidade do território brasileiro e os processos de mudança socioeconômicos da sociedade brasileira, bem como as novas divisões políticas administrativas advindas a partir da redemocratização do país e com a Constituição Federal de 1988, houve uma alteração sensível na geografia do Brasil, sobretudo com o movimento de intensa criação de novos municípios neste período. Partindo deste contexto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - através da publicação da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017), busca fomentar uma nova visão regional que tenha um caráter que mais se aproxime do entendimento das heterogeneidades do nosso país.

Cabe destaque que este novo projeto de regionalização veio a propor uma modernização daquele utilizado até então, que era o modelo de Mesorregião Geográfica e Microrregião Geográfica, elaborado pelo IBGE entre a década de 1980 e publicado no ano de 1990. Neste sentido, para esta nova regionalização o (IBGE-DIVISÃO..., 2017, p.9) enfatiza que há uma diferença entre a nova proposta e a anterior onde a divisão mais atual tem a vantagem de ser periodicamente revisada.

Revisitando o passado, no tempo e no espaço, perpassaremos topicamente pelas divisões regionais do Brasil elaboradas pelo IBGE até chegar às duas últimas que serão exploradas mais profundamente. Neste sentido, teremos em mente que sempre houve a necessidade de produção e reprodução de estudos e divisões regionais, tais quais são elas: Zonas Fisiográficas, da década de 1940, e suas revisões; Microrregiões Homogêneas de 1968 e Mesorregiões Homogêneas de 1976; Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, de 1989; e Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, de 2017.

Suscitadas as divisões acima, como dito, daremos enfoque às divisões regionais: Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, de 1989 e Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, de 2017. Sobre as Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, (IBGE-DIVISÃO..., 2017, p.18) nos pontua

A Divisão Regional do Brasil de 1989, por Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, captava também a realidade territorial de um Brasil Central não mais vocacionado ao domínio de uma pecuária bovina ultra extensiva, mas articulada por um complexo agroindustrial em processo de consolidação e que viria a inserir o interior do País na produção mundial de commodities, transformando o campo e a produção agropecuária brasileira em um segmento de cadeia produtiva organizada em escala mundial.

A partir dessa regionalização, busca-se uma configuração do Estado-Nação na qual é possível se visualizar as formas de ligação e interdependência regional de seus entes, o que veio a complementar a regionalização anterior tendo em vista as desigualdades regionais que foram se despontando na divisão de Microrregiões Homogêneas de 1968.

A respeito da modelagem empregada, é explicitado pelo (IBGE -DIVISÃO..., 2017, p.71)

Diferentemente do modelo de regionalização empregado nas décadas anteriores, que partira da agregação de áreas segundo critérios de homogeneidade, a metodologia adotada nesses estudos apoiou-se na noção de totalidade nacional, tomando as Unidades da Federação como universo de análise.

Desta forma, podemos entender que este processo de regionalização se deu tomando primariamente as Unidades da Federação como universo de análise e por critérios analíticos houve primeiramente a formação das Mesorregiões e, por conseguinte as Microrregiões. Conceitualmente, podemos estar cientes da definição de Mesorregião pelo que nos aponta (IBGE DIVISÃO, 2017, p.72-73)

Entende-se por Mesorregião uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta forma de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como Mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou.

Por conseguinte, analiticamente, a definição de Microrregião nos é reportada:

As Microrregiões foram definidas como partes das Mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às Microrregiões autossuficiência estão pouco o caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à Mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. [...] Assim, estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. (IBGE - DIVISÃO..., 1990, p. 8).

Importante salientar que para as microrregiões levou-se em conta a análise da estrutura da produção primária com base na utilização da terra, orientação da agricultura, estrutura dimensional dos estabelecimentos, relações de produção, nível tecnológico e emprego de capital e no grau de diversificação da produção agropecuária, além da estrutura da produção industrial, segundo (IBGE DIVISÃO..., 1990, p.10).

Comparativamente é notório que com a regionalização proposta em 1990 houve um acréscimo bastante significativo de unidades sub-regionais em relação à Microrregiões Homogêneas de 1968, destacando que o espaço brasileiro se mostrava mais diversos e dinâmico em relação aos critérios utilizados, conforme (IBGE-DIVISÃO..., 2017, p.75) transcorrido o tempo e as dinâmicas no espaço.

No estado de Minas Gerais foram criadas 12 Mesorregiões e 66 Microrregiões Geográficas, de acordo com o documentado em (IBGE-DIVISÃO... 1990, p.72-87). No Quadro 1 abaixo, veremos a configuração da Mesorregião Norte de Minas e suas Microrregiões. Um aspecto de extrema relevância a ser salientado é que no momento da criação da Mesorregião Norte de Minas, em 1989, a mesma era composta por 7 microrregiões geográficas e 44 municípios.

Quadro 1 - Mesorregião Norte de Minas e suas Microrregiões Geográficas.

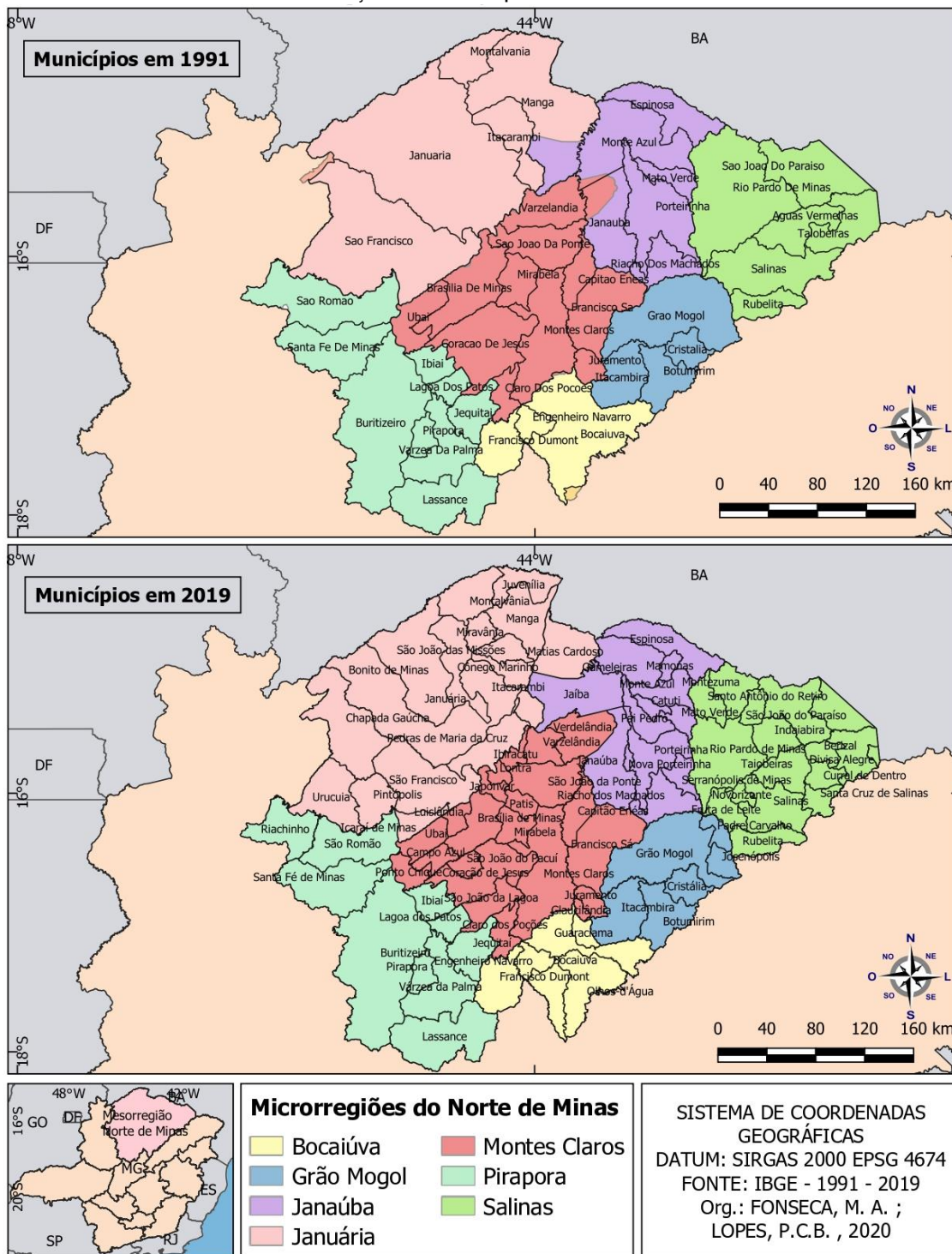
Mesorregião	Microrregião	Nome do Município	TOTAL	Mesorregião	Microrregião	Nome do Município	TOTAL
3102 Norte de Minas	31003 Janaúria	* Bonito de Minas	16	3102 Norte de Minas	31006 Pirapora	Buritzeiro	10
		* Chapada Gaúcha				Ibiaí	
		* Cônego Marinho				Jequitaiá	
		* Icaraí de Minas				Lagoa dos Patos	
		Itacarambi				Lassance	
		Januária				Pirapora	
		* Juvenília				* Riachinho	
		Manga				Santa Fé de Minas	
		* Matias Cardoso				São Romão	
		* Miravânia				Várzea da Palma	
		Montalvânia			31007 Montes Claros	Brasília de Minas	22
		* Pedras de Maria da Cruz				* Campo Azul	
		* Pintópolis				* Capitão Enéas	
		São Francisco				Claro dos Poções	
		* São João das Missões				Coração de Jesus	
		* Uruçuia				Francisco Sá	
	31004 Janaúba	* Catuti	* Glaucilândia			13	
		Espinosa	* Ibiracatu				
		* Gameleiras	* Japonvar				
		* Jaíba	Juramento				
		Janaúba	* Lontra				
		* Mamonas	* Luislândia				
		Mato Verde	Mirabela				
		Monte Azul	Montes Claros				
		* Nova Porteirinha	* Patis				
		* Pai Pedro	* Ponto Chique				
		Porteirinha	* São João da Lagoa				
		Riacho dos Machados	São João da Ponte				
		* Serranópolis de Minas	* São João do Pacuí				
		31005 Salinas	Águas Vermelhas				
	* Berizal		Varzelândia				
	* Curral de Dentro		* Verdelândia				
	* Divisa Alegre		31008 Grão Mogol		Botumirim	6	
* Fruta de Leite	Cristália						
* Indaiabira	Grão Mogol						
* Montezuma	Itacambira						
* Ninheira	* Josenópolis						
* Novorizonte	* Padre Carvalho						
Rio Pardo de Minas	31009 Bocaiúva		Bocaiúva	5			
Rubelita			Engenheiro Navarro				
Salinas			Francisco Dumont				
* Santa Cruz de Salinas			* Guaraciama				
* Santo Antônio do Retiro			* Olhos-d'Água				
São João do Paraíso							
Taiobeiras							
* Vargem Grande do Rio Pardo							

Fonte: Estado de Minas Gerais - FJP; IBGE
Org.: LOPES, P. C. B
* Municípios com emancipação política após 1989

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Org.: LOPES, P. C. B., 2020

No entanto, na estrutura político administrativa de municípios vigente no Estado de Minas Gerais em 2020, conforme (MINAS GERAIS - FJP/IEDE, 2020), a mesorregião Norte de Minas é composta por 89 municípios, uma vez que após 1989 houve a emancipação político-administrativa de 45 novos municípios, o que fez com que houvesse um salto quantitativo de municípios e mais que dobrasse a quantidade destes na mesorregião como podemos observar no mapa 01:

Mapa 1 - Microrregiões Geográficas do Norte de Minas Gerais Divisão Regional do Brasil IBGE - 1989
Evolução dos Municípios 1991-2019.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
 Org.: FONSECA, M. A.; LOPES, P. C. B., 2020

Os municípios da Mesorregião Norte de Minas emancipados pós Constituição Federal de 1988 são: Bonito de Minas, Campo Azul, Catuti, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Cural de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Gameleiras, Glaucilândia, Guaraciama, Ibiracatu, Icaraí de Minas, Indaiabira, Jaíba, Japonvar, Josenópolis, Juvenília, Lontra, Luislândia, Mamonas, Matias Cardoso, Miravânia, Montezuma, Ninheira, Nova Porteirinha, Novorizonte, Olhos-d'Água, Padre Carvalho, Pai Pedro, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Ponto Chique, Riachinho, Santa Cruz de

Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João da Lagoa, São João das Missões, São João do Pacuí, Serranópolis de Minas, Urucuia, Vargem Grande do Rio Pardo, Verdelândia.

Contudo, essa emancipação vai mudar a configuração dessa regionalização. Os mapas acima representam a mudança na configuração regional nas microrregiões do Norte de Minas Gerais. Muitos novos municípios foram criados, todos eles com características de rural, pois a região em si já possuía um desenvolvimento tardio, ao emancipar distritos eminentemente rurais, sem infraestrutura urbana. Essas áreas rurais são caracterizadas por Ortega (2008),

[...] como territórios rurais deprimidos, caracterizavam-se por serem territórios organizados por municípios com baixo ritmo de crescimento e baixo potencial de desenvolvimento. Seus indicadores sociais (educação, saúde e mortalidade) ficavam aquém da média nacional, assim como também sua capacidade institucional (avaliada pelo grau de participação local em sua gestão e sua capacidade financeira e gerencial) [...]

Essa denominação de Ortega (2008) define bem muitos municípios brasileiros que se caracterizavam como territórios rurais deprimidos e que com a emancipação não tiveram estruturação para sair dessa qualidade e se mantiveram nessas últimas décadas com as mesmas características de quando foram criados.

Para concluirmos esta breve explanação a respeito da criação desta regionalização pelo IBGE em 1989, utilizaremos a Mesorregião e Microrregiões Norte de Minas podemos refletir:

Como se vê, a construção das Mesorregiões e Microrregiões geográficas adotou um critério híbrido que contemplou, ao mesmo tempo, preocupações explicitamente humanistas, como a busca de uma identidade regional, sem perder de vista o arsenal metodológico da geografia teórico-quantitativa, evidenciada pela importância da homogeneidade matemática e da interdependência entre os municípios. (ALVES DINIZ; BARBOSA BATELLA, 2005, p. 72).

Essa regionalização é muito utilizada até os dias atuais, pois reflete um planejamento no interior da região e ao longo dessas quatro últimas décadas subsidiou diversos estudos geográficos e o planejamento de diversas políticas públicas do país.

Em 2017, com a nova regionalização proposta pelo IBGE (IBGE DIVISÃO..., 2017) em Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, busca-se após quase quatro décadas atualizar os recortes regionais de maneira à melhor retratar a dinâmica do território brasileiro movida pelo intenso processo de ocupação e produção do espaço.

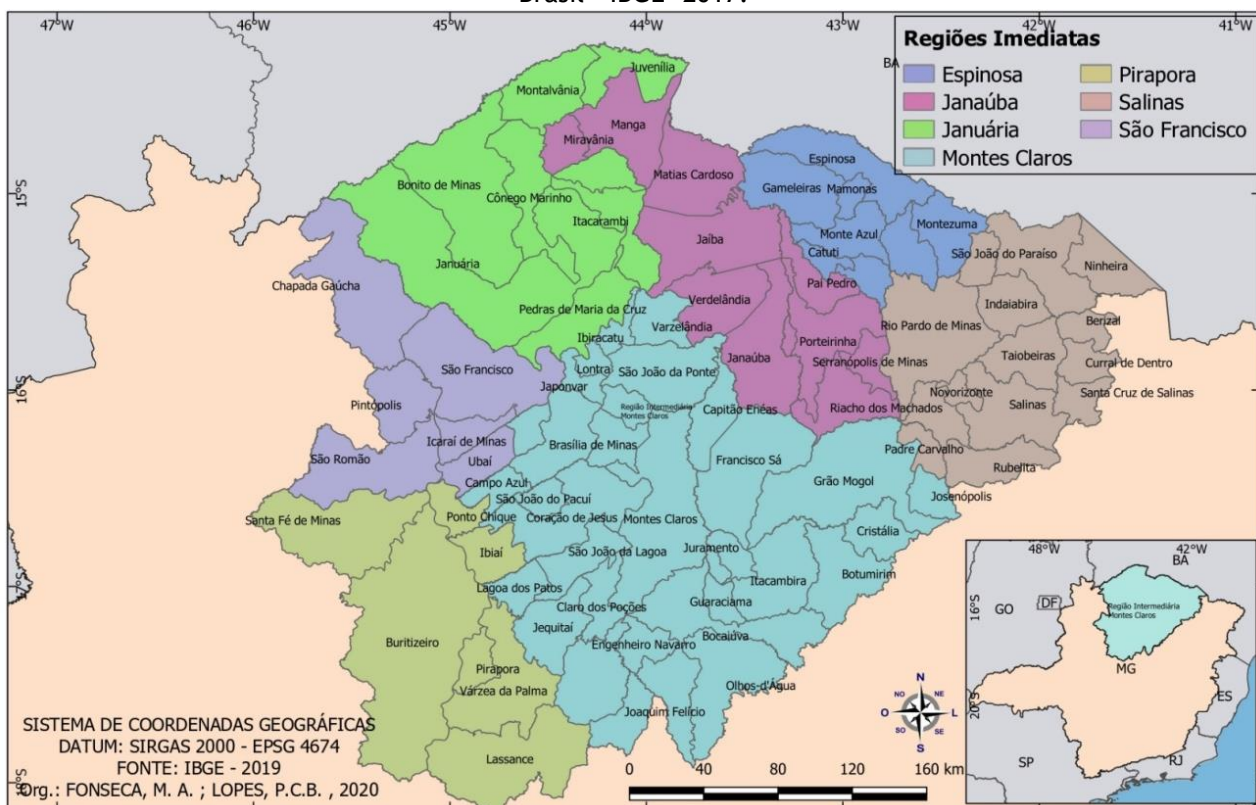
Ao analisarmos o mapa 02 com relação à regionalização anterior, foi percebida uma maior heterogeneidade do território, o que ressalta a urgência de uma revisão das unidades sub-estaduais do espaço brasileiro, segundo (IBGE DIVISÃO..., 2017, p. 10). Isto posto, cumprindo a sua missão institucional, o IBGE vislumbra esta necessidade:

Assim sendo, o que se faz prioritário é a revisão das unidades mesorregionais e microrregionais, que nesse estudo recebem os nomes de Regiões Geográficas

Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente. Essas escalas oferecem um retrato mais detalhado do território brasileiro e dos seus atributos. Nesse contexto, o Projeto Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias apresenta uma proposta metodológica que instrumentaliza e integra análises e expectativas de órgãos de planejamento estaduais por meio de uma parceria mediada pela Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística - ANIPES. A identificação e a divulgação desses recortes regionais ocorrem após consulta e contribuição à divisão regional por todos os envolvidos (IBGE DIVISÃO..., 2017, p. 10-11).

Cabe destaque, que nessa nova regionalização, o IBGE se valeu do conceito de Território-Rede e Território-Zona que ajudam a interpretar o espaço e sua interação com os sujeitos sociais. Em consonância, o IBGE se valeu também de outros estudos regionais próprios como referências na nova proposta de regionalização, como a Região de Influência das Cidades - REGIC 2007, Divisão Urbano-Regional 2013, Gestão do Território 2014, Logística dos Transportes do Brasil 2014 e Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil 2016.

Mapa 2 - Regiões Geográficas Imediatas da Região Intermediária de Montes Claros - Divisão Regional do Brasil - IBGE- 2017.

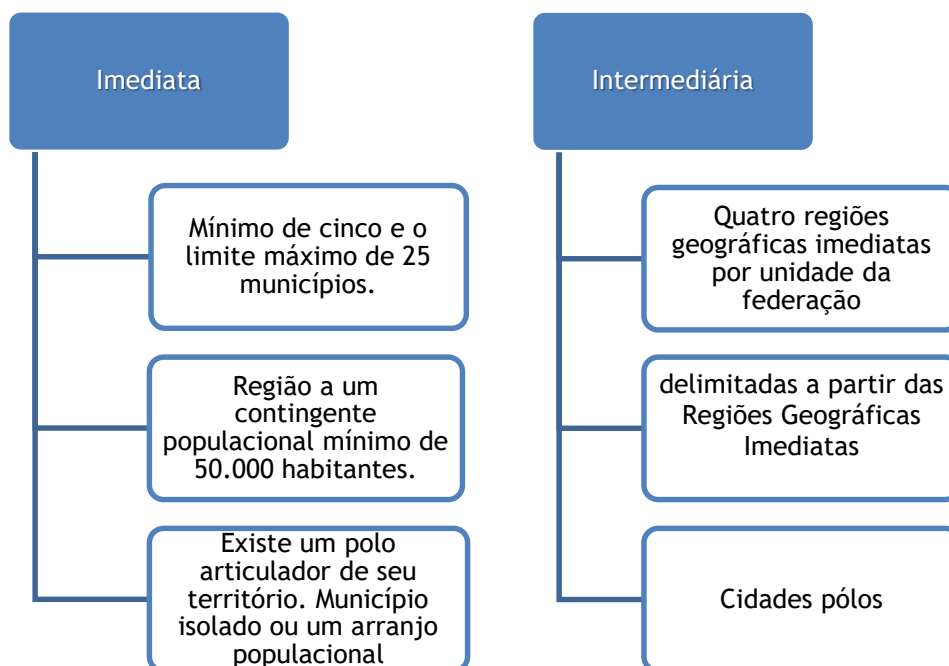


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Org.: FONSECA, M. A. ; LOPES, P. C. B., 2020

Diferentemente da regionalização de 1989, o processo de regionalização das Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas seguiu um fluxo contrário, onde primeiramente se deu a composição das Regiões Geográficas Imediatas e *a posteriori* esses recortes menores compuseram as Regiões Geográficas Intermediárias, conforme nos mostra em nota de rodapé (IBGE - DIVISÃO..., 2017, p.32)

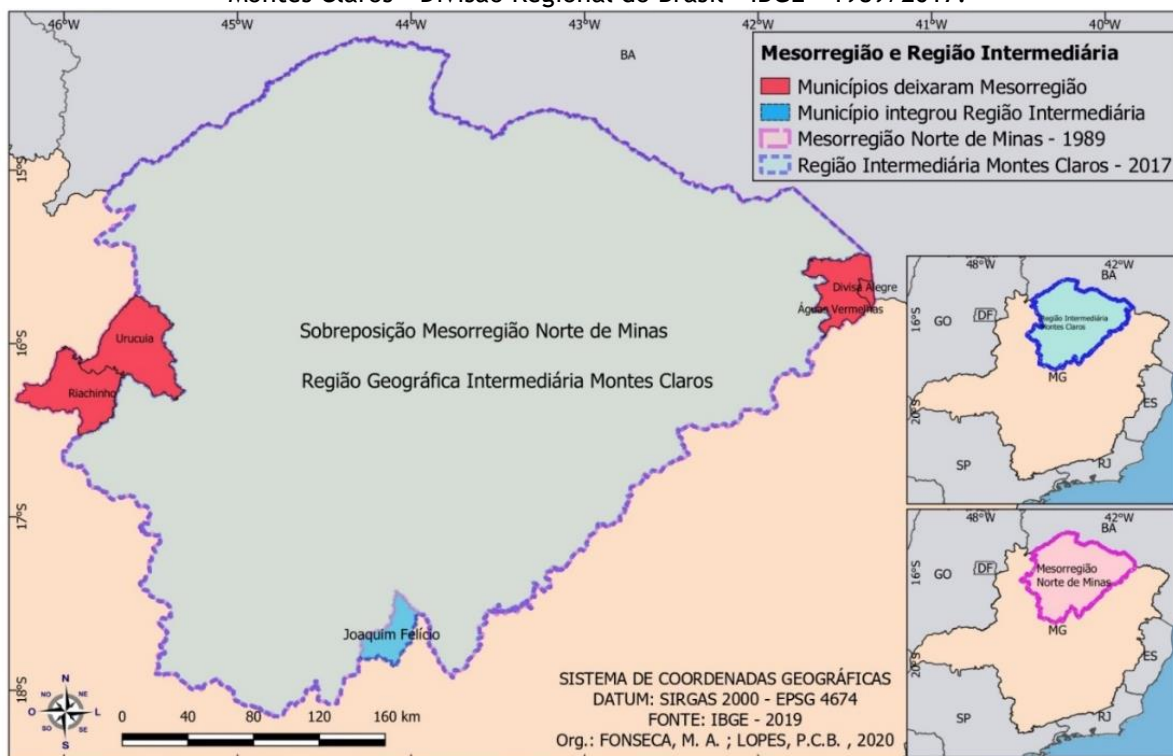
A Divisão Regional do Brasil anterior utilizou um processo diferente - primeiro, foram elaboradas as Mesorregiões, que, posteriormente, foram fragmentadas em Microrregiões. No caso atual, foram construídas, primeiro, as Regiões Geográficas Imediatas (Microrregiões) para, por meio de aglutinação, serem formadas as Regiões Geográficas Intermediárias (Mesorregiões).

Em Minas Gerais foram criadas 13 Regiões Geográficas Intermediárias e 70 Regiões Geográficas Imediatas, de acordo com o documentado em (IBGE-DIVISÃO..., 2017, p. 44-46). Os principais critérios utilizados para o balizamento e homogeneidade/proporcionalidade territorial e municipal para definir essas regiões foram:



Comparativamente à configuração da Mesorregião Norte de Minas e suas Microrregiões, a Região Geográfica Intermediária de Montes Claros é composta por 7 Regiões Geográficas Imediatas, o mesmo quantitativo de Microrregiões Geográficas, mas vale ressaltar que houve uma diminuição de 89 para 86 municípios, respectivamente, devido à saída dos municípios de Águas Vermelhas e Divisa Alegre (ambos passaram a pertencer à Região Geográfica Imediata de Pedra Azul e Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni); Riachinho e Urucua (ambos passaram a pertencer à Região Geográfica Imediata de Unaí e Região Geográfica Intermediária de Patos de Minas); e entrada de Joaquim Felício para a Região Geográfica Imediata e Intermediária de Montes Claros, na nova configuração regional. Como podemos caracterizar no mapa 03 a seguir.

Mapa 3 - Municípios Reclassificados na Mesorregião Norte de Minas e Região Geográfica Intermediária de Montes Claros - Divisão Regional do Brasil - IBGE - 1989/2017.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Org.: FONSECA, M. A. ; LOPES, P. C. B., 2020

Desde a construção desta nova regionalização proposta pelo IBGE em 2017, não houve alteração na estrutura político administrativa de municípios vigente no Estado de Minas Gerais em 2020, conforme (MINAS GERAIS - FJP/IEDE, 2020). Podemos ver como ficou a estrutura das Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias do Estado de Minas Gerais, com seus respectivos municípios no Quadro 2:

Quadro 2 - Região Geográfica Intermediária de Montes Claros e suas Regiões Geográficas Imediatas.

Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Nome do Município	Total	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Nome do Município	Total
3102 Montes Claros	310006 Montes Claros	Bocaiúva	32	3102 Montes Claros	310008 Salinas	Berizal	14
		Botumirim				Curral de Dentro	
		Brasília de Minas				Fruta de Leite	
		Campo Azul				Indaiabira	
		Capitão Enéas				Ninheira	
		Claro dos Poções				Novorizonte	
		Coração de Jesus				Padre Carvalho	
		Cristália				Rio Pardo de Minas	
		Engenheiro Navarro				Rubelita	
		Francisco Dumont				Salinas	
		Francisco Sá				Santa Cruz de Salinas	
		Glaucilândia				São João do Paraíso	
		Grão Mogol				Taiobeiras	
		Guaraciama				Vargem Grande do Rio Pardo	
		Ibiracatu			Bonito de Minas	8	
		Itacambira			Cônego Marinho		
		Japonvar			Itacarambi		
		Jequitaiá			Januária		
		Joaquim Felício			Juvenília		
		Josenópolis			Montalvânia	7	
		Juramento			Pedras de Maria da Cruz		
		Lagoa dos Patos			São João das Missões		
		Lontra			Buritzeiro		
		Luislândia			Ibiaí		
	Mirabela	Lassance					
	Montes Claros	Pirapora					
	Olhos-d'Água	Ponto Chique		6			
	Patís	Santa Fé de Minas					
	São João da Lagoa	Várzea da Palma					
	São João da Ponte	Chapada Gaúcha		8			
	São João do Pacuí	Icarai de Minas					
	Varzelândia	Pintópolis					
Jaíba	São Francisco						
Janaúba	São Romão	8					
Manga	Ubaí						
Matias Cardoso	Catuti						
Miravânia	Espinosa						
Nova Porteirinha	Gameleiras						
Pai Pedro	Mamonas						
Porteirinha	Mato Verde						
Riacho dos Machados	Monte Azul						
Serranópolis de Minas	Montezuma						
Verdelândia	Santo Antônio do Retiro						
310007 Janaúba			11		310012 Espinosa		

Fonte: Estado de Minas Gerais - FJP; IBGE
Org.: LOPES, P. C. B

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Org.: LOPES, P. C. B., 2020

A referida regionalização veio caracterizar as cidades que polarizam a região, onde apresenta um fluxo fluido de todos os seus serviços e que as demais cidades atuam como um satélite no seu entorno, como podemos observar a Região Geográfica Imediata de Montes e a Região Intermediária de Montes Claros, essa cidade concentra os principais serviços como os de saúde com uma rede hospitalar considerável, uma rede de ensino em todos os seus níveis principalmente o ensino superior especializado com graduações, mestrados e doutorados em várias áreas e um comércio pujante que atende desde os grandes centros de distribuição até os comércios varejistas que atendem à toda a região.

Conclusão

A história do Brasil, em todas as suas dimensões, merece uma análise muito específica. É uma formação recente, do ponto de vista de ocupação pelos europeus, e é necessário que façamos

uma observação no que tange à formação geográfica e histórica para entendermos os processos atuais de configuração do espaço.

Nesse sentido, pensarmos a regionalização a partir dos processos de organização do espaço, onde a região é a materialização das diferenças de área ou do planejamento do Estado, nos leva a entender o país como território, palco do homem e sua história. À medida que o homem vai construindo geograficamente sua história o planejamento se faz necessário para organizar e pensar as diferentes áreas.

Este estudo analisou os diferentes processos de regionalização, bem como formações ancestrais que naturalmente se formaram pelos troncos linguísticos dos povos originários, passando pelas formas impostas pelos colonizadores que deixaram marcas profundas na distribuição dessas áreas e principalmente fomentando a má distribuição das terras. Este modelo de ocupação provocou a concentração fundiária, que ao longo da sua história refletiu em uma país com profundos problemas com grandes latifúndios que acarretou em uma desigualdade social no campo e na cidade.

A discussão da região e seus desdobramentos, principalmente a partir da década de 1920, proporcionou um estudo das divisões regionais mais intensas, na utilização desse conceito como suporte científico e de poder, onde o Estado brasileiro utilizou para ocupar as áreas mais distantes dos centros mais desenvolvido. Ocorreu, do ponto de vista governamental, a necessidade de se pensar a própria configuração territorial da nação onde a preocupação geopolítica foi posta como estratégia de regionalização e ocupação dessas áreas mais distantes dos centros urbanos.

Constata-se que o IBGE tem um papel fundante nesse processo, pois nos seus planejamentos de regiões ao longo dos séculos XX e XXI levaram em conta as diferenciações de área e suas diversidades internas, propondo as diversas regiões se embasando em grandes estudiosos da geografia. Observa-se que IBGE utiliza da ciência geográfica bem como a ciência geográfica se utiliza das informações e pesquisas realizadas pelo IBGE.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998, 2ª ed.

ALVES DINIZ, Alexandre Magno; BARBOSA BATELLA, Wagner - **O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização**. Sociedade & Natureza, v. 17, n. 33, MG. 2005, pp. 59-77. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327187005> . Acessado em 14 ago. de 2020.

BARBOSA, Rômulo Soares; FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar. **A dinâmica de luta pela terra no Norte de Minas Gerais**. IN: CLEPS JUNIOR, João; FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Gomes. (Organizadores.) *Debaixo da Lona: Tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. P. 171-193

ESTADO DE MINAS GERAIS - FJP Fundação João Pinheiro. **Informativo FJP - Informações Territoriais**. v2. n2. Minas Gerais, 2020. Disponível em:

ESTADO DE MINAS GERAIS - IEDE Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais de Minas Gerais. Disponível em <http://iede.fjp.mg.gov.br/Catalogo.html> . Acessado em 14 de ago. de 2020. http://novosite.fjp.mg.gov.br/wpcontent/uploads/2020/03/Inf_NIT_InfTerrit_02_2020.pdf . Acessado em 14 de ago. de 2020.

ESTADO DE MINAS GERAIS - Meso e Microrregiões do IBGE. Disponível em https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listam_esomicro.pdf . Acessado em 14 de ago. de 2020.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. **Divisão regional do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, n. 4, p. 179-218, out./dez. 1969. Disponível em: . Acesso em: maio 2017.

GEIGER, P. P. **Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas “regiões homogêneas”**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 2, p. 59-64, abr./jun. 1967. Disponível em: . Acesso em: maio 2017.

GUERRA, A. T. **A região geográfica e sua importância para o poder nacional**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, n. 3, p. 459-463, jul./set. 1964. Disponível em: . Acesso em: maio 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 26ª ed.

IBGE - **DIVISÃO do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 1. Título da capa: Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf . Acessado em: 14 de ago. 2020.

IBGE - **DIVISÃO regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas Intermediárias**- Coordenação de Geografia - Rio de Janeiro, RJ. 2017. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf> . Acessado em 14 de ago. de 2020.

ORTEGA, A. **Territórios deprimidos**. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

PINTO, Tales dos Santos. "O que é sesmaria?"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sesmaria.htm> . Acesso em 14 de agosto de 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SILVA, Jose Gomes da. **A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996.

GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E COVID-19

Geografia e cidadania em tempo de pandemia da COVID-19⁶⁷

Maria Adélia Aparecida de Souza
madelia.territorial@gmail.com

Clímaco César Siqueira Dias
climacodias@gmail.com

Gil Carlos Silveira Porto
gil.porto@unifal-mg.edu.br

Introdução

A Geografia, o conhecimento científico, as instituições e a sociedade em geral vêm passando por um processo de transformação. Logo, a Geografia, enquanto ciência, também vem passando por esse movimento. Nesse sentido, o espaço geográfico, como objeto de estudo da Geografia, também vem sendo estudado, descrito, discutido de forma diferente do que era feito muito tempo atrás. Desse modo, o tema da “cidadania” vem sendo incorporado ao debate acerca do espaço geográfico, que se constitui num “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 63). Esse conceito de espaço geográfico pode ser operacionalizado, entre tantas possibilidades, a partir da crise de saúde mundial em tempo de pandemia da Covid-19. Os aeroportos, por exemplo, identificados como objetos – fixos – que interagem entre si por meio de aviões, que transportam passageiros – fluxos –, foram cruciais para a difusão do vírus da Covid-19 desde os primeiros casos registrados na Ásia.

Um dos trabalhos pioneiros sobre o estudo da cidadania na Geografia foi o livro *O espaço do cidadão*, escrito pelo professor Milton Santos e publicado em 1987. O livro foi publicado um ano antes da aprovação da Constituição Brasileira de 1988, momento em que se discutiam os temas que deveriam estar inscritos no texto da Carta Magna. Nesse livro, Milton Santos (2014) afirma que a cidadania se expressa e se dá no território e é uma construção. Para ele, aprende-se a ser cidadão, aprende-se a exercitar a cidadania, e ela, a cidadania, se materializa num ambiente de tensão. Assim, há uma tensão permanente, no interior das democracias modernas, entre o princípio de igualdade, implícito no conceito de cidadania, e a desigualdade inerente ao desenvolvimento do modo capitalista de produção e da sociedade de classe (MARSHALL, 1965; WEFFORT, 1981; *apud* SANTOS, 2014).

Além disso, a cidadania resulta de um processo de disputas entre grupos em diferentes países. Quando discorre sobre a cidadania brasileira, Santos infere (em 1987) que ela se dava de

⁶⁷ Este texto é o produto escrito de uma interessante *live* realizada no dia 24 de junho de 2020, às 19 horas, coordenada pelo professor Gil Carlos Silveira Porto, da Unifal-MG – Universidade Federal de Alfenas. Os três autores decidiram torná-la um texto de modo a chegar às mãos de todos os interessados no conhecimento geográfico contemporâneo e no nosso esforço em realizá-lo.

maneira incompleta – mas ainda continua, passados mais de trinta anos. A privação de boa parte da população brasileira do usufruto de serviços básicos para a realização da vida, tanto na cidade quanto no campo, resulta da maneira como foi se dando a formação socioespacial brasileira. A retirada dos recursos naturais do meio natural para abastecimento da metrópole lusitana, o genocídio dos povos originários, o deslocamento forçado de milhões de africanos e sua escravidão e a aprovação da Lei de Terras em 1851 constituem marcos desse processo, cujo resultado é a desigualdade socioespacial revelada pelas pesquisas desenvolvidas, nas últimas décadas, no âmbito da Geografia e de outras ciências.

Desse modo, o resultado desse processo de formação socioespacial excludente foi a existência de um cidadão mutilado, um cidadão capenga, que, mesmo tendo as necessidades vitais de um cidadão ou de uma cidadã, não consegue satisfazê-las. E neste momento de pandemia da Covid-19 fica bem evidente essa questão. Os noticiários dos meios de comunicação informam diariamente o desespero de homens e mulheres brasileiros (ou de seus parentes) que têm a sua condição de cidadania negada quando não há leitos de hospitais com UTIs disponíveis para o tratamento da doença⁶⁸.

Outro resultado desse processo de como se operou a formação socioespacial brasileira foi a transição de um *cidadão imperfeito* para o *consumidor mais-que-perfeito*. Segundo Santos (2004), o cidadão é confundido com o consumidor. Destarte, quem pode consumir é visto como cidadão, quem não pode não exerceria a cidadania. Considerando esta ou o sentido real do significado do que é ser cidadão, o fato é que os moradores das periferias, que não conseguem acessar, por exemplo, uma escola de qualidade, um posto de saúde, ou não conseguem ter ao menos o que comer, têm a sua cidadania negada. Nesse sentido, concordamos com o professor Milton Santos, segundo o qual ainda temos, no Brasil, uma cidadania incompleta.

Deve-se ressaltar que algumas das informações a serem discutidas aqui constituem hipóteses e que precisarão ser realizadas profundas pesquisas para esclarecê-las.

A pandemia é um problema geográfico: fundamentos da razão perversa

A Geografia tem o dever ético de estudar todo e qualquer fenômeno geográfico. Como esse da pandemia e outros tantos que nós e outros colegas temos estudado. Temos que dar conta disso e estar prontos para responder a qualquer desses questionamentos. É importante reconhecer e lembrar dos nossos colegas da área denominada Geografia da Saúde, que logo começaram a formular hipóteses no sentido de falar em *lives*, dar assessoria e fornecer informações para a sociedade brasileira. E nesse sentido gostaríamos de homenagear, em nome de todos os outros que trabalham na área da saúde, a cubana Luisa Iñiguez Rojas, professora na Universidade de Havana, que representa aqui a dignidade dos médicos cubanos que têm saído pelo mundo afora

⁶⁸ Em 24 de junho de 2020, dia em que o colóquio que resultou neste escrito ocorreu, o número de mortos por Covid-19 no Brasil chegou a 53.874, sendo que somente naquela data 1.103 brasileiros vieram a óbito em decorrência dessa doença.

ajudando, como na Europa recentemente, na luta contra a pandemia, que estiveram por aqui, estiveram e estão na Venezuela e em todo canto do mundo onde se faz necessária a salvação da vida. Então, em nome da nossa querida Luiza Iñiguez, que é amiga de todos nós, principalmente do pessoal que trabalha com a saúde, gostaríamos de homenagear a todos os geógrafos brasileiros que têm dedicado seus dias e suas noites a desvendar o problema da saúde no Brasil e na América Latina.

Neste ponto é necessário enveredar pela discussão do método, pois a Geografia ainda precisa se modernizar. E, ao discorrer sobre o método, espera-se tornar a Geografia uma ciência mais orgânica, e essa organicidade se dá pelo método. E por que se dá pelo método? Porque é preciso reforçar, recuperar a nossa visibilidade institucional. Isso é uma questão política. Sem essa organicidade, perde-se a moral para falar do que quer que seja, porque o nosso trabalho é coletivo, embora a tarefa seja individual. É necessário fazer um apelo aos colegas dirigentes das sociedades científicas para que assumam a liderança por via do coletivo que dirigem, que não estabeleçam interlocução somente com geógrafos, mas com todos os profissionais – no caso, estudiosos da saúde. E para que, sobretudo, assumam a liderança na divulgação dos trabalhos dos geógrafos brasileiros. Trata-se de um dever institucional.

Para discorrer sobre o tema em questão, foi necessário estabelecer interlocução com pensadores indispensáveis e estruturantes para o entendimento do pensamento moderno. Primeiramente nos referimos a Marx (1989) e ao que ele escreveu nos manuscritos econômico-filosóficos, a partir dos quais é possível realizar muitas das discussões que se relacionam de alguma maneira com o tema aqui em discussão. Marx é de uma contemporaneidade assustadora. Em seguida nos referimos a Milton Santos, cujos livros *Por uma outra globalização* (2017), *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* (1971), *Técnica, espaço, tempo* (1996), *O espaço do cidadão* (2014), *A natureza do espaço* (2006), *Por uma economia política da cidade* (1994) e *A metrópole corporativa e fragmentada* (1990), são indispensáveis para o estudo da cidadania numa perspectiva geográfica, agora que somos convocados, pela gravidade da pandemia, a nos manifestar.

Outro pensador que contribui de maneira robusta para a discussão proposta é Noam Chomsky. Um de seus livros, *A minoria próspera e a multidão inquieta*, de 1999, contribui também para abordar o tema proposto. Há de se trazer o contraditório para o que identificamos como o real concreto, como as zonas opacas e imobilizadas, senão não se compreende a questão política em que se transformou o coronavírus, não se compreende as deformações produzidas pela falta de conhecimento geográfico das cidades e das realidades com as quais trabalhamos.

Quem também contribui para essa discussão é o historiador francês Pierre Rosanvallon, que escreveu *A sociedade dos iguais (La Société des égaux)* (2011). Ele é primoroso quando se trata de entender a relação intrínseca entre desigualdade e democracia.

E, finalmente, cabe ressaltar a importância do livro *História da cidadania*, organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2003), cujos autores aprofundam o tema em diferentes

dimensões. Iniciam na pré-história, indicando os alicerces das revoluções, como, por exemplo, os das revoluções inglesa, americana e francesa; discorrem também sobre o desenvolvimento da cidadania no socialismo, até chegar à cidadania no Brasil.

Cabe ressaltar que para falar de cidadania estabelecemos como passo inicial informar que a nossa concepção de mundo está pautada em grande parte na obra de Milton Santos intitulada *Por uma outra globalização*, complementada pelo livro de Noam Chomsky citado acima. Enquanto Santos escreve que a globalização é uma fábula, uma perversidade, carregando em si uma potencialidade, uma possibilidade para outra globalização, Chomsky vai dizer que a globalização na sociedade contemporânea, chamada de globalizada, terá duas consequências muito importantes.

A primeira é que nos anos 1980 ela vai estender o modelo terceiro-mundista, onde um número diminuto de pessoas é muito rico e um grande número muito pobre. Os defensores desse modelo propõem que nos anos 1980, com o neoliberalismo, eles podiam fazer esse enxugamento e levar essa prática econômica de modelo econômico aos países do Terceiro Mundo, de empobrecimento da maioria e enriquecimento da minoria, que perdura até hoje. É a proposta de um livre mercado, um Estado mínimo, mas não tanto. Eles próprios, os donos do poder, vale dizer, o poder econômico, percebem que o resultado disso também não os beneficia tanto quanto imaginavam.

A segunda consequência é o uso da coalizão na constituição dos governos; coalizão que organiza, em realidade, o modelo econômico para agir no aparelho de Estado. Temos constatado essa prática aqui no Brasil. E mesmo os partidos de esquerda, quando assumem o governo, precisam fazer coalizão, se quiserem governar – o que os atrapalha, e muito! Pagamos hoje um preço altíssimo por muitas das coalizões feitas pelos governos de esquerda em passado recente. Mas são estruturas teóricas que outras pessoas, outros cientistas, de outras disciplinas, nos ajudam a entender. Cabe ressaltar que os neoliberais não esperavam que, de vez em quando, pode aparecer alguém capaz de montar uma coalizão para fazer um enfrentamento também em nível global no curso da história do pós-guerra, após a derrota do nazismo.

Foi o caso da sugestão do governo do presidente Lula de organizar o grupo formado por Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul, os BRICS, que, de certa maneira, enfrentaram o grupo do G7, onde os países pobres e os países do Leste não tinham assento. Então, há uma esperança eterna de criatividade, nessa outra possível globalização, que parece estar começando agora, a duras penas, a ser desvendada. O geógrafo que pratica a boa Geografia, mesmo estudando e compreendendo os caminhos das desgraças, como é o caso da pandemia, consegue ver o caminho da esperança para, de fato, se constituir a cidadania.

Como a cidadania pode ser estudada na Geografia sem virar um relato de fatos e de tristezas? Que é que constitui, para um geógrafo, a cidadania?

É fundamental que nós, geógrafos, que planejamos estudar a cidadania, tenhamos por princípio que para tê-la são necessários um território e uma cultura a ser preservada com

liberdade. O território usado é um ingrediente da cidadania. E o uso do território é uma categoria de análise da Geografia proposta por Milton Santos. Então, é a partir do conhecimento sobre o uso do território que se percebe a possibilidade de dinâmica social pelos conflitos que se apresentam na busca do direito aos usos, especialmente pelos pobres. Desse modo, atualmente o processo de reconstituição metodológica dos conceitos é fundamental nos estudos geográficos. A Geografia precisa sair do seu velho método analítico-descritivo e adotar o da compreensão do embate dos contrários, vale dizer, precisa aprender a usar a dialética como método de conhecimento. Além disso, em nossa disciplina as metáforas têm se tornado conceito, e como figura de linguagem ela não existe na realidade concreta, logo não pode ser objeto de conhecimento. A metáfora ajuda a formular discursos, é essencial no mundo das artes, mas não ajuda no processo de conhecimento.

Santos infere que a cidadania vai se fundar na subserviência do modelo econômico ao modelo cívico, que é um modelo político. E por que nós não temos um modelo cívico e um modelo político? Porque nunca conseguimos criar um pacto que fosse capaz de construir um projeto nacional. Isso não é feito pelos partidos, nem pelo governo e menos ainda pelo Ministério do Planejamento. E, quando o fazem, é em nome de um candidato a presidente que faz um discurso extremamente coerente sobre o seu projeto econômico, muitas vezes desconsiderando o território (nacional) – o país a que serve não é o dos brasileiros, mas o dos interesses hegemônicos –, e isso se reflete nos seus planos de governo. Como podemos constatar, por exemplo, na escala municipal, com os planos diretores, onde o uso do território referido é sempre o de interesse da especulação imobiliária, refletido com clareza nas leis relativas ao plano e ao zoneamento. Ali não cabe a periferia, abandonada à própria sorte.

Geralmente, ainda, discorre-se sobre o cidadão como se fosse apenas um número ou como se fosse uma coisa abstrata. E, quando se tomam decisões políticas, fica subentendido que se conhece o cidadão, que se sabe onde ele vive, como ele vive! Mas basta ler os planos para verificar que o cidadão pobre, preto e periférico não está lá. Ou seja, não se discutem criticamente os usos do território da cidade oferecendo acessibilidade aos cidadãos a todos os seus benefícios, qual seja, um mínimo de oferta de equipamentos e serviços públicos, de interesse coletivo!

Assim, há necessidade, a partir deste momento de pandemia, de que os geógrafos façam um chamamento para a necessidade de construção do modelo cívico, com pleno conhecimento dos usos do território. Os departamentos de Geografia e os programas de pós-graduação em Geografia podiam fazer um banco de dados cartográficos. E um banco de dados que nós acumulamos e montamos com as dissertações e teses de doutorado que orientamos. Poderíamos ter começado isso antes mesmo do IBGE, disponibilizando-o hoje no seu GEO Cidades. Seria interessante que a Geografia brasileira – já que o IBGE também o faz, num certo nível – detalhasse esses usos a partir de pesquisas realizadas por docentes e discentes, e que se montassem tais bancos de dados para que pudéssemos responder prontamente às demandas, pela sociedade, de temas de seu interesse, como é o caso da pandemia, na medida em que elas aparecessem, como a que o Brasil e o mundo estão vivendo. E, para tanto, defendemos que temos de ter uma

organização institucional para fazer isso. A AGB e a Anpege, por exemplo, podiam se encarregar desses bancos de dados temáticos, dado o seu conhecimento tanto dos geógrafos brasileiros atuantes no país quanto dos programas de pós-graduação.

Em função disso, que é que Santos traz para que se possa interpretar e passar a constituir o modelo cívico e o modelo político? Impõe-se conhecer os usos do território. Só que os usos do território são múltiplos, e para estudá-los é preciso fazê-lo com categorias de análise, e não apenas com uma empiria descritiva que é valiosa, certo, mas descrição não é compreensão. O que ajuda a compreender é a teoria, proposta pelos conceitos tornados categorias de análise. Uma coisa importantíssima, que vai explicar, por exemplo, que a difusão do coronavírus é um conceito de meio técnico-científico informacional. E desse modo, considerando a origem do vírus e sua difusão pelo mundo, é indispensável discorrer sobre o papel que aviões, aeroportos, rodovias e terminais rodoviários tiveram no crescimento do número de infectados. O meio técnico dá rapidez, dá fluidez aos movimentos. A Geografia é a ciência dos movimentos. E, nesse sentido, cabe lembrar sempre Max Sorre. Então, essa insistência de governos e empresas em criar espaços seletivos para uso único e exclusivo da globalização desenha nos países os seus espaços preferenciais, bancando, através das suas representações políticas, o destino do dinheiro para sobrepor camadas técnicas – constituir o meio técnico-científico informacional – que transformam um dado subespaço dos territórios nacionais em espaços privilegiados da globalização e da fluidez. Nascem então as seletividades e as desigualdades socioespaciais: seletividades, não segregação.

Espanta a nós, geógrafos, ver governos que não conhecem, ou não buscam conhecer, teorias sobre o território, mas são capazes de colocar como programa prioritário aquilo que vai contra o seu discurso de combate à desigualdade. Investem somente na fluidez do território. Não que nos devamos isolar da globalização, até porque não há outra saída. Mas privilegiar apenas esse tipo de política e destinar bilhões, trilhões de reais para um programa de fluidez do território nacional não contribui para o avanço de forma necessária e eficiente para que a cidadania seja uma dimensão da vida de todos os homens e mulheres desse país. Com esse tipo de investimento quase exclusivo na fluidez do território, de interesse dos agentes hegemônicos – como, por exemplo, os do agronegócio –, não sobram recursos para os usos do território a serem feitos pelos equipamentos e serviços de interesse coletivo para toda a sociedade brasileira. Não há recursos para a consolidação do SUS como programa ligado predominantemente à saúde pública, para a ciência e a tecnologia, para a valorização da agricultura familiar, para a compensação social dos mais pobres, para o cuidado com as periferias urbanas etc. Uma das consequências da destinação de mais investimentos à fluidez do território, insistimos, é o enfraquecimento do SUS, que, embora ainda seja o melhor programa de saúde pública do mundo, foi sendo implantado com enormes dificuldades, cheio de desvios nos processos de pactuações, conforme pesquisas científicas já puderam demonstrar. Seu resgate e aprimoramento, como ficou evidenciado pelo significado desse programa na lida com a pandemia, tornou-se urgente.

Cabe ressaltar, aqui, que não se muda um país apenas com um programa de saúde - mas, se não fosse o SUS, as taxas de óbitos e de contaminação pelo coronavírus seriam muito maiores. Então, quando estudamos os eventos ou fenômenos, o conhecimento do uso do território torna-se fundamental. Ele se apresenta, segundo proposta da Geografia Nova de Milton Santos, como dois conceitos: o território como abrigo, o território de todos, da nacionalidade, espaço geográfico de todas e todos, espaço banal; e também o denominado “território normado”, ou seja, o uso do território assegurado, também, por uma Constituição que revele a existência de um pacto dos habitantes de uma nação. Território usado como direito à existência por um povo que constitui uma nação. Para existir, um povo tem o direito de ter acesso a todos os produtos da civilização, perto do lugar onde vive: uma escola, um serviço médico, um fornecedor de alimentos, um espaço para manifestação cultural e para lazer. Esse é o território usado entendido como espaço banal, espaço de todas e de todos.

Um cemitério pode ficar lá longe, porque será usado uma vez na vida de cada indivíduo. Com o crescimento da cidade, esse tipo de equipamento urbano acaba ficando no centro da cidade, também como memória, como história. No entanto, um ginecologista, um pediatra, um clínico geral tem que estar cerca de vinte minutos da minha casa, distância que uma mãe pode percorrer com seu filho no colo, sem se exaurir, por exemplo. Há normas técnicas para tanto, que devem ser usadas pelos planejadores territoriais e pelos urbanistas.

Definimos o espaço geográfico, ou seja, o espaço da vida humana como um “indissociável sistema de objetos e sistema de ações”, visivelmente expostos pelas paisagens, por sua materialidade. As paisagens, portanto, nos apresentam objetos técnicos - um aeroporto, uma escola, uma praça, um sistema viário, uma cidade, enfim, resultado das ações que os geraram: os projetos que os conceberam, as tecnologias e as técnicas que os produziram. Esse processo de concepção, de imaginação que antecede a produção se constitui no sistema de ações que gestam tais objetos, referidos hoje na definição do que seja o espaço geográfico. Esse sistema de ações e objetos indissociavelmente ligados tem origem na constituição de um LUGAR entendido como “um acontecer solidário” e não deve ser confundido com uma localidade, uma cidade, uma vila, um bairro. Os lugares são produtores de projetos, de desígnios, como nos ensinava o professor Flavio Mota, da FAU-USP, em tempos idos.

Quais e o que são os acontecimentos? Tanto o acontecer quanto a solidariedade são invisíveis. Estão interiorizados nas individualidades, e se tornam coletivos quando constituímos coletividades. Quando constituímos lugares complexos, dinâmicos. E, quando todos os lugares estiverem funcionando democraticamente, a cidadania se instalará, pois ela emerge da possibilidade do uso democrático do território. Coisa que não acontece na chamada “democracia brasileira” nem no dito “Estado de Direito” brasileiro. Temos um Estado de Direito deformado. Que Estado de Direito é esse, com falta de comarcas, promotores e juizes em centenas de municípios em todos os quadrantes do país? Estamos falando do mundo dos normais, da maioria do povo brasileiro.

Em assim sendo, são esses estudos sobre o uso do território que nos levam não somente a avançar na discussão da Constituição Federal em Brasília, mas também a disseminar o Estado de Direito territorialmente. É necessário conhecer a dispersão territorial dos poderes e saber como eles estão funcionando, que objetos e ações estão gestando ou usando.

Importa registrar que a cartografia é o instrumento essencial para esta reflexão sobre os usos do território. Os mapas podem auxiliar de maneira segura governos e planejadores na tomada de decisões, pois nos auxiliam no entendimento da dinâmica dos lugares. Cabe ressaltar que eles precisam ser interpretados a partir de conceitos como, por exemplo, o conceito de meio científico-técnico informacional e outros que dele advêm, observando a escala dos fenômenos, eventos ou usos do território representados cartograficamente. Parece-nos relevante optar pelo estudo da dinâmica interescolar, mas não nos restringindo à escala gráfica. Trabalhando, como diria o professor Yves Lacoste, com escalas geográficas.

Se o secretário de Saúde estadual ou municipal tiver mapas em sua mesa que permitam identificar a densidade populacional, a distribuição demográfica por faixa etária, a disponibilidade de leitos por município ou bairro, bem como a taxa de contaminação, terá condições de planejar ações para enfrentar a crise pandêmica aqui em discussão. Então o território grita, ele explica como é que um fenômeno eminentemente geográfico, que é toda epidemia e toda pandemia, precisa ser estudado pela Geografia. No caso da saúde, felizmente, estamos bem aquinhoados. O grupo de geógrafos que estuda o uso do território pelo setor saúde no Brasil é muito competente. Isso pode ser constatado por sua contribuição importante nas discussões sobre a pandemia, sem a visibilidade que merecem ter, pois estão espalhados pelo Brasil inteiro. Falta-nos a institucionalidade a que nos referíamos anteriormente, a ser desempenhada por nossas associações científicas.

Desse modo, consideramos que a Geografia tem o dever de formalizar conhecimentos empíricos sobre a realidade brasileira, desde que o faça com respaldo em uma boa teoria para interpretá-los e não fique restrita a meras descrições e relatos superficiais. Isso porque a Geografia, como ciência do presente, compreendendo as paisagens que aí estão, não pode ter âncora no passado; ela tem âncora no presente e no futuro, dadas as condições atuais de funcionamento do mundo denominadas “aceleração contemporânea”. O tempo é fugaz e o mundo virtual nos traz a possibilidade de empiricizar o futuro. É essencial que os geógrafos compreendam isso! Todo geógrafo é um planejador potencial. Se se questiona os índices diferenciados de contaminação dos habitantes de uma cidade pelo coronavírus entre um e outro bairro, conceitos como o de “zonas opacas”, com altas densidades populacionais e baixíssimas densidades técnicas usando o território, ou seja, com enormes carências em equipamentos e serviços públicos de toda natureza existentes em um bairro, e outro com altas densidades técnicas – presença maciça de equipamentos e serviços públicos, como se observa nas cartografias de qualquer cidade brasileira, o que denominamos “zonas luminosas” –, esses conceitos (teorias) nos auxiliam na construção das respostas. Isso se dá porque o território não é usado de maneira equânime pelo poder público na

distribuição dos equipamentos de interesse social. Ao contrário, pode-se constatar facilmente, com cartografias realizadas, que nos lugares onde vivem os pobres, as crianças, as mulheres não existem UBSs (Unidades Básicas de Saúde), por exemplo. Elas estão presentes nos bairros ricos e de classe média. Em São Paulo e em muitas cidades paulistas e brasileiras isso se observa facilmente.

Consideramos que o planejamento pode auxiliar a Geografia a se projetar. Não podemos chegar a 230 milhões de brasileiros sem conhecer com profundidade o modo como se dá o uso do território no Brasil, o modo como os brasileiros usam o nosso território. Como cientistas, podemos sistematizar. O conceito de bairro também é uma boa ideia para aprofundar o conhecimento, refinar o conhecimento. Ele pode ser, sim, uma unidade de pesquisa na Geografia, que o utilizará em vez de simplesmente pesquisar setores, elaborar tabelas sobre saúde, habitação, educação, isoladamente, procedimento metodológico que nada tem a ver com a compreensão dessa totalidade em movimento que é o espaço geográfico. As cartografias produzidas pelos estudos de uso do território da totalidade de carências que a sociedade apresenta por meio de suas demandas são questões que só recentemente começaram a ser produzidas, mais pela imprensa do que pelos geógrafos, que, diga-se de passagem, não aprendem a lidar tranquilamente com a cartografia temática e digital, um dos fundamentos da formação do geógrafo contemporâneo.

Ao estudarmos o espaço geográfico, portanto, nós nos comprometemos a desvendar essa indissociabilidade entre objetos e ações pelo uso do território. No caso da pandemia, pode-se identificar em cada município, Estado e região os objetos e as ações intrínsecas à saúde pública existentes. E, evidentemente, também no caso da saúde privada, mantida por entidades particulares e intrinsecamente ligadas ao setor público exatamente pelo SUS. Se estamos despreparados para cuidar da saúde do brasileiro em situações normais, como estaríamos preparados, com equipamentos ou sistemas de ações, para cuidar dos brasileiros durante uma pandemia? Quando discutíamos o conteúdo deste texto, por exemplo, o Ministério da Saúde tinha seis milhões de testes que ele não distribuía, fato que nos proíbe de estudar corretamente a pandemia, pois sem a testificação não se acusam as mortes, não é oferecido o atestado médico de morte por Covid-19! Ainda estão sendo atestadas muitas mortes por pneumonia ou por insuficiência respiratória pelo país afora. Como fazer ciência estudando uma calamidade como a pandemia num país desses?

Há ainda que insistir sobre a luta política que se faz ou precisa ser feita pelas sociedades científicas. Algumas áreas de pesquisa têm uma visibilidade que a Geografia precisa resgatar e recuperar. Porque o trabalho do geógrafo é muito importante, porque nós somos estrategistas de primeira grandeza. Porque somos capazes de formular planos territoriais, e não apenas planos setoriais. Temos condições de dizer ao político: "O senhor precisa fazer o seu trabalho ali, porque ali a desigualdade é maior, e não aqui". Temos condições de dizer para qualquer candidato a prefeito de uma metrópole quantos centros de saúde ela precisa, quantas creches, quantas escolas de ensino fundamental, médio, universitário e onde cada um desses objetos deve ser construído.

Constata-se, no entanto, que os geógrafos não assessoram governos, embora tenhamos a nossa profissão regularizada através de um projeto de lei apresentado pelo senador Itamar Franco e aprovada no Congresso Nacional⁶⁹. Lamentavelmente, os geógrafos raramente são chamados para dirigir instituições e dar a elas rumo estratégico, mesmo sendo capazes disso pela formação que recebemos na universidade. Onde é que os geógrafos estão sendo convocados e participando do nível de decisão de estratégias para o país? Nós precisamos, por um dever ético, de estar sempre preparados, teoricamente, para dar conta do conhecimento da “totalidade/mundo” a qualquer momento. É primordial ser capaz de conversar sobre qualquer problema, independentemente de sua natureza, que diga respeito aos usos do território, à existência humana e à vida humana na superfície do planeta.

A geografia das grandes cidades e a comunicação dos corpos

Falta cidadania no Brasil, e como tal ela é vinculada ao território. É importante ressaltar que a forma como a Geografia vem sendo encarada no Brasil é uma contribuição para esse enfraquecimento da cidadania. Não é à toa que um general, que foi comandante na Amazônia, declarou que o Nordeste e o Norte do Brasil estão sob influência do inverno do Hemisfério Norte. Então, isso é um sintoma que é aprofundado, inclusive agora, na BNCC, de tornar a Geografia pouco importante. Em um país com uma desigualdade social como a nossa, e diante da globalização, a Geografia talvez fosse – como dizia Milton Santos – a disciplina mais importante. E não é defesa do nosso pedacinho, da nossa guilda, da nossa corporação. É porque ela é fundamental para entender os processos.

Se a gente pensar, por exemplo, nessa pandemia chegando ao Brasil, é um consenso no país que nós temos uma dinâmica cotidiana metropolitana. Isso não só na Geografia, mas em outras ciências sociais, em várias ciências sociais. E o que é que aconteceu nessa pandemia? A gente fez de conta que a dinâmica metropolitana não existe. Simplesmente, a partir de decretos, portarias, comunicados, ações e a própria mídia, houve uma posição de cobrança pequena nessa dinâmica metropolitana. E São Paulo está dando uma prova disso, porque não respeitou a dinâmica metropolitana. Falta de entendimento ou desconhecimento do território. Salvador também não fugiu a essa regra. Cidades com dinâmicas cotidianas intensas, mas que têm políticas próprias. Cumpriria considerar que cidades que fazem parte de uma região metropolitana têm um sistema de transporte, de trabalho e um cotidiano comuns.

Outra questão que reflete a cidadania – e isso nem é preciso falar – é o fato da postura do presidente. A postura do presidente é uma postura negacionista. No caso de governos estaduais, também há falta de transparência. Só oito Estados do Brasil divulgam dados por raça e cor: Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Norte, Roraima e Rio Grande do

⁶⁹ A regulamentação da profissão foi dada a partir da Lei nº 6664/79, regulamentada pelo Decreto nº 85.138/80 e alterada pela Lei nº 7.399/85, com regulamentação dada pelo Decreto nº 92.290/86.

Sul. Ou seja, os Estados que concentram a maior parte da população negra e indígena não divulgam esses dados. Isso é uma castração da cidadania.

É uma castração, um limite ao entendimento do território. E isso pode ser feito na medida em que oito unidades da federação divulgam esses dados. Há ausência do Governo Federal também nessa questão. Porque, se ele pressionasse os Estados e o DF para a divulgação desses dados, é óbvio que a situação poderia ser outra. Outra questão que se levanta, por exemplo, é a de Salvador, a capital brasileira com maior percentual de negros. A prefeitura de Salvador tem um boletim por bairro, mas não divulga esses dados por raça e nem o número de mortos nessa escala de análise. Por que não o faz? Porque os bairros são territórios bem definidos, onde moram os pobres, onde moram os negros. Então, divulgando esses dados, a gente chegaria à revelação do problema.

Outro aspecto que chama a atenção nessa época de pandemia, em termos geográficos, são as regiões mais afetadas até agora. E aí se deve considerar a velocidade. Há uma questão do território: como não é homogêneo, ele vai ter um diferencial de velocidade, e uma das questões que chamam atenção hoje é o caso de Minas Gerais, que indica essa velocidade; indica também a falta de cuidado, de cuidado na questão governamental. Mas, olhando a questão das regiões e focando-nos no caso da região Sudeste, embora seja a mais rica, fica evidente que a riqueza não é um elemento definidor nessas tragédias. A desigualdade é que está dando o tom.

No geral, existem muitas questões que precisam ser estudadas. Entre elas, as exceções em termos de densidades e de escalas. Por exemplo, há pouca explicação sobre o motivo por que hoje a Bahia, sem grande subnotificação, tem um índice de 8,5 mortes a cada cem mil habitantes, enquanto Pará tem 51, Ceará 60, Amazonas 62,9 e Pernambuco 42. Certamente muitos fatores explicam essas diferenças, e uma delas pode estar ligada à relevante população rural que o Estado possui. A questão fundamental é que há diferenças, e são diferenças nas desigualdades.

Essa é uma questão crucial porque muitas vezes, no discurso, a separação é apenas entre os ricos e os pobres e não se enxerga diferença nos pobres, em determinadas situações, em determinados momentos. Então, esse é um chamamento para a gente enxergar essas diferenças. Diferenças de Estados, diferenças de capitais também. Por exemplo: por que Belém tem 119 mortes a cada 100 mil habitantes, Fortaleza 115, Porto Velho 50 e Salvador apenas 28? Então, em capitais do Norte e do Nordeste, as situações são bastante diferenciadas.

Nesse contexto de pandemia é preciso estudar o lugar, a questão intraurbana e a questão dos bairros. Bairro é um tema fundamental, mas que sempre assustou a Geografia. Assustou a Geografia porque a Geografia seria a encarregada do bairro, como se diria. Mas assustou a Geografia porque o bairro, quando começou a ser estudado, tinha um problema da reificação, ou seja, o bairro deveria se explicar por si — e isso assustou a própria Geografia Crítica.

Para a Geografia Crítica, determinados estudos de bairro não tinham valor nenhum, porque o bairro era falado como se fosse um enclave dentro da cidade, como se fosse uma ilha na cidade. Mas é fundamental estudar o bairro como uma totalidade que compõe outra totalidade, que é a

cidade. E essa totalidade não faz sentido sem a outra, mas é algo absolutamente necessário para entender grandes cidades como as nossas. O bairro pode não ser um elemento fundamental em cidades mais igualitárias, mas em cidades desiguais como as nossas ele é fundamental. E essa questão vem sendo evidenciada em tempos de Covid de uma forma que demonstra a nossa fragilidade nesses estudos.

A ideia de bairro que vem sendo tratada aqui é a de bairro popular, que vem de trabalhos iniciais desenvolvidos por Angelo Serpa (2009, 2011), pioneiro nesses estudos no Brasil, mas o conceito de bairro popular é mais amplo. Por quê? Um bairro popular não pode ser compreendido, por exemplo, somente a partir das relações de parentesco e vizinhança e pela identidade. Um bairro popular no Brasil deve ser compreendido considerando-se o tráfico de drogas, o papel dos evangélicos, os conflitos que nele se estabelecem e o poder do Estado, que influi em suas dinâmicas. Outra característica dos bairros populares no Brasil é que a polícia pode entrar na casa dos moradores sem mandado judicial. O bairro popular é um lugar onde você pode estar na rua e haver um tiroteio. Então, não é só a identidade, não é só o pertencimento que define esse bairro popular, mas principalmente vizinhança e parentesco como resistência (DIAS, 2017).

A análise das características dos bairros pode esclarecer por que, em alguns bairros, o índice de contaminação é maior que em outros. Essas características vão desde a densidade demográfica até a presença do comércio e a extensão das áreas públicas. Acredita-se que em Salvador, por exemplo, existem uns dez bairros onde a taxa de densidade demográfica bruta seja uma das maiores do mundo. A distribuição da população por faixa etária também pode explicar o número de óbitos. A composição da população tem sido bem diferente entre bairros populares e outras zonas de moradia de classes de maior poder aquisitivo. Salvador, por exemplo, tem uma pirâmide etária para bairro de classe média e outra pirâmide etária para bairro popular.

Há a considerar também que existem bairros onde há poucas pessoas com idade acima de oitenta anos, enquanto noutros esse grupo demográfico é expressivo, normalmente bairros de classe média. Então, nesse aspecto, a população fica vulnerável. Há neles uma questão interna para se estudar, como nos bairros vizinhos. Outra importante questão a abordar, no que se refere à parte interna da cidade, é a forma como os estabelecimentos comerciais estão funcionando. Em alguns supermercados, por exemplo, normalmente situados em bairros de classe média, mede-se a temperatura e há um controle da quantidade de pessoas que podem fazer compras. Em bairros populares há fiscalização. Existem mercados pequenos, onde não se mede a temperatura e que podem ser focos de contaminação por ser impossível respeitar a distância em um mercadinho de um bairro popular. Os corredores são mais estreitos, e quando alguém vai passar não deixa de friccionar os outros. De igual modo, as filas de açougue e as de legumes são um convite à infecção.

De maneira geral, não existem estudos que abordem essas dimensões dos bairros que possibilitem às prefeituras tomarem medidas baseado nessas diferenças. Há uma discussão, lançada, embora pouco aprofundada, por Santos (1990), que nos pode fornecer esclarecimentos sobre a difusão e o contágio do coronavírus. Trata-se da *imobilidade*, que vitimiza não apenas os

idosos, mas também os pobres em função dos baixos salários e das condições dos lugares de residência. Dias (2017) identificou essa imobilidade, chamada por ele de “imobilidade relativa”, ao estudar as condições dos pobres em bairros populares de Salvador.

Ainda de acordo com Santos (1990), existem, na metrópole corporativa e fragmentada, bolsões de desempregados estruturais onde vivem pessoas que circulam pouco. Há um nível de pobreza tal que impede uma circulação maior dos moradores dessas áreas. Isso pode ocorrer nos bairros acima mencionados, no caso de Salvador, onde a contaminação é baixa. Ou seja, a contaminação é baixa por falta de circulação. Há muitos moradores de bairros pobres e periféricos que não conhecem a área central das cidades onde residem. E, tratando-se de cidades turísticas como Rio de Janeiro, Salvador e mesmo São Paulo, é provável que muitos dos seus moradores não conheçam pontos dessas cidades visitados por turistas todos os dias. Muitos estudantes de Salvador, por exemplo, não conhecem o Farol da Barra, nem o Elevador Lacerda. Não os conhecem simplesmente por se tratar de um processo estrutural dessa imobilidade.

Então, por essa imobilidade, a gente vai tentando traçar os vetores de contaminação da Covid. Haverá diferenças profundas nessa velocidade e na própria contaminação. Por isso, a Geografia tem um papel muito importante na construção dessa cidadania.

Considerações finais

Considerando a responsabilidade de geógrafas e geógrafos, a possibilidade que a Geografia Nova proposta por Milton Santos oferece para o estudo do território brasileiro e de seus usos, e entendendo-se que a cidadania, produto da interação justa e solidária de um povo, sua cultura e seu território, ainda que incompleta, mutilada na sociedade brasileira, seja um elemento inerente à existência de todos nós, brasileiras e brasileiros, urge operacionalizar a sua existência e tratá-la a partir de conceitos que sustentam o método geográfico. Queremos dizer que a Geografia pode e deve contribuir conceitos nesse sentido, como, por exemplo, os de formação socioespacial, espaço geográfico ou espaço banal (conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistema de ações), meio técnico-científico informacional, território usado, entre outros.

E como, a partir desses conceitos, a Geografia pode contribuir, considerando a situação em que vivemos hoje no nosso país, para que a cidadania deixe de ser incompleta, mutilada, mas, isto sim, plena?

Há que se considerar, inicialmente, que é impossível definir o que é ser pobre no Brasil, sem considerar a noção de território usado. Definir o que é ser pobre apenas com o conceito usual de renda⁷⁰ não é satisfatório, não nos ajuda a compreender essa questão. A pobreza e o pobre devem ser identificados também através do conhecimento do uso do território, do seu acesso ao uso dos equipamentos e serviços de interesse público e coletivo, como os vinculados à habitação,

⁷⁰ Diga-se de passagem, que, em nosso país, não é possível fazer estudos usando o conceito de renda, que sempre é confundido com aquele oferecido pelo IBGE, denominado rendimento, que em realidade, na prática, significa salário.

à saúde, aos transportes, ao esporte, ao lazer e à recreação. Essa é uma questão fundamental. Cabe ressaltar que a Geografia pode contribuir para o esclarecimento da maneira como os pobres, conforme escreveu Milton Santos, podem apontar para o futuro por não terem entrado no sistema que os oprime. A voracidade e a velocidade do mundo de hoje não tiveram a participação dos “homens pobres e lentos do planeta”, como diz Milton Santos em um dos seus mais bonitos textos a propósito da constituição da cidadania. E a resistência dos pobres na cidade, a constituição de seus lugares de existência apontam para o futuro. O lugar assim entendido gesta a política pela difusão da informação e da comunicação que se realizam para constitui-lo. Deve-se considerar também que esses lugares constituídos, especialmente nas grandes cidades, são os bairros.

A Geografia teria um papel igualmente fundamental como contribuição para o diálogo com as outras ciências, por se constituir em uma metadisciplina. E ainda, como nos ensinou o professor Milton Santos, os geógrafos, para executarem o seu trabalho com competência, temos uma vantagem sobre os demais especialistas das diferentes áreas do conhecimento científico porque nós os lemos e eles não nos leem. Nesse tempo de pandemia, por exemplo, pesquisadores e profissionais da Saúde, da Antropologia, da Sociologia, por exemplo, estão escrevendo e falando de Geografia em jornais, programas de televisão e encontros virtuais, mas a maioria deles não tem o instrumental teórico e metodológico atualizado para trabalhar na questão aqui em pauta. Constroem cartografias e as interpretam rudemente, alegando que onde a cor é mais escura no mapa há maior intensidade do fenômeno estudado, no caso da pandemia a contaminação e o óbito. Não conseguem compreender por que ali, naquelas localidades, isso acontece. Daí a necessidade de teorizar sobre o espaço geográfico e os conceitos dele derivados.

Há ainda a necessidade urgente de a Geografia entender o que é o século XXI e como ele funciona. O papel da imagem, da possibilidade da sobreposição espaço-tempo, da instantaneidade, da unicidade técnica precisa ser considerado no entendimento do mundo. Não é necessário fazer como Humboldt, que por meio de muitas viagens observou as diferentes paisagens onde esteve. Hoje, praticamente não é necessário sair de casa para fazer um trabalho geográfico descritivo-empírico competente. As tecnologias o permitem!

Há duas importantes categorias de estudo da Geografia considerando-se o tema aqui em pauta. A primeira consiste em entender o uso do território. Qual é o uso do território do cidadão normal e qual é o uso do território das instituições? Qual é o uso do território das organizações? E esse uso é constitucionalmente garantido pelo Estado de Direito. É complexo estudar Geografia no mundo moderno, que se organiza em Estados nacionais, em federações. É necessário saber qual é o crivo que a formação socioespacial brasileira faz para que uma empresa venha se instalar aqui e o que ela vem fazer aqui. Tanto é que ela precisa pedir autorização para o Senado Federal. Então, o conceito de formação socioespacial é que vai explicar por que as coisas acontecem aqui ou acolá.

A segunda questão refere-se à atuação do cidadão. Nesse sentido ninguém tira a sua liberdade, pois é na reação de baixo para cima que emerge a cidadania. Ela não é atribuída por

decreto do Estado. É uma conquista social. Não se institui a cidadania, ela é uma das propriedades do direito ao uso do território. A indisponibilidade de uso para o abrigo e a impossibilidade de se alimentar por falta de comida, por exemplo, estão relacionadas com os direitos aos usos do território. Eles são propiciados, de maneira direta ou indireta, pela atuação das empresas, das firmas, e pela atuação do Estado, mas o cidadão, o que pode fazer? Nós podemos e devemos constituir lugares, espaço privilegiado da realização da política, da pactuação por lutas em busca de interesses solidariamente compartilhados. Eis uma questão em que a Geografia e o conhecimento que ela produz nos podem auxiliar, e muito, desde que se disponha a atualizar os seus métodos e a arrumar os processos de banalização disciplinar no uso de palavras desordenadas como se fossem conceitos, como espacialidade do espaço, territorialização do território, entre outras. É muito importante que sobretudo os estudantes entendam essa necessidade de atualização e mesmo de correção da Geografia ainda ensinada em nossos cursos de graduação e pós-graduação.

O lugar, como está sendo compreendido, é a categoria de análise mais importante da Geografia para a construção do mundo do futuro. Há necessidade de desvendá-lo nas paisagens e são constituídos os acontecimentos para se poder estudar o agrário, o industrial, por exemplo, porque esses acontecimentos solidários se dão a partir de todos os indivíduos, independentemente de classe. A título de exemplo, um diretor de uma empresa constitui lugares para decidir onde ele vai localizar e globalizar uma filial de seu negócio. Daí a necessidade de estudar as atas das reuniões da empresa para entender o uso do território que ela definiu e que vai acontecer em alguma localidade do mundo.

De igual modo, o enfrentamento da pandemia não se dá sem o uso do território. Há um núcleo médico, sanitário, básico em cada município, mas há pequenos grupos de municípios que não comportam um grupo de médicos especialistas por serem unidades municipais com populações pequenas ou em razão da periodicidade de determinadas doenças.

Então o lugar, conceito derivado do espaço geográfico, é um operacionalizador do nosso método científico de produção de conhecimento novo; é a categoria de análise que oferece uma “receita” para estudá-lo. Há no Brasil cerca de duzentos mil geógrafos e geógrafas que, com rigor científico empregado na produção do conhecimento geográfico atualizado, fariam a revolução brasileira. Cumpre trabalhar em benefício do conhecimento para educar crianças, jovens e adultos para que se sintam importantes e participem no resgate da cidadania a fim de ajudar o país de forma crítica e contundente. E, nesse caso, somente se ajuda de forma mais contundente quando os cientistas realizam um pacto. E o pacto dos cientistas é teórico e metodológico, porque revela e traduz posições políticas por intermédio do método que utiliza em suas investigações científicas.

A obra do Milton é uma obra política e libertária. Seus conceitos e definições são políticos porque emergem de uma visão de mundo. Como em Platão.

Referências

- CHOMSKY, Noam. **A minoria próspera e a multidão inquieta**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- DIAS, Clímaco César Cerqueira. **Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Ufba. Instituto de Geociências, 2017.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- ROSANVALLON, Pierre. **La Société des égaux**. Paris: Éditions du Seuil, 2011.
- SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1971.
- _____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a geografia crítica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- _____. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1994.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.
- _____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2014.
- _____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2017.
- SERPA, Angelo. **Ativismos socioculturais nos bairros populares de Salvador: relações entre cultura e política na articulação de novos conteúdos para a esfera pública urbana**. *Revista Cidades*, vol. 6, n. 9. São Paulo, 2009.
- _____. **Lugar e mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

A contribuição da geografia para análise da COVID-19

Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira
sergio.teixeira@ifsuldeminas.edu.br

Rodrigo José Pisani
rodrigo.pisani@unifal-mg.edu.br

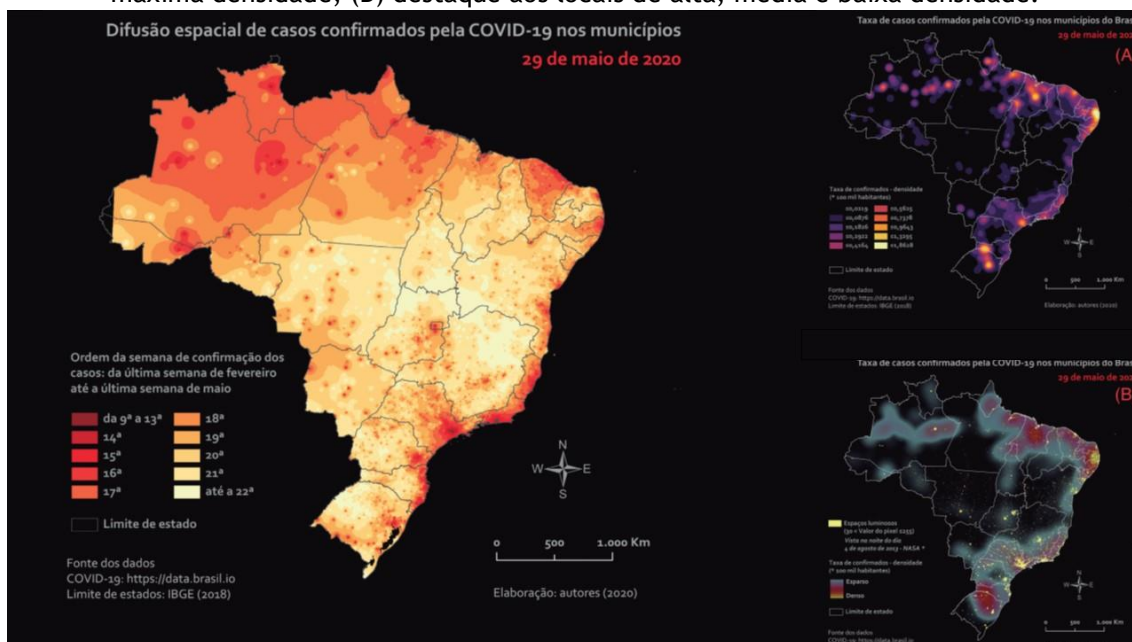
Introdução

O ano de 2020 será, com certeza, uma data que ficará marcada na história da humanidade. Logo no início deste ano, nos deparamos com uma das maiores pandemias que se tem registro, e que não demorou para atingir praticamente todos os países. De forma mais intensa ou mais controlada, a doença se alastrou pelos cinco continentes com uma velocidade impressionante, como um efeito colateral da interconexão do mundo globalizado. Além das mortes e do medo, ela trouxe consigo a necessidade de novos comportamentos e, acima de tudo, reflexões quanto ao papel dos Estados na condução de políticas públicas de saúde.

Nesse sentido, um efeito colateral benéfico da doença foi a formação de grupos e coletivos que se dedicaram a entender as dinâmicas da COVID-19 no território nacional. Entre esses grupos, destacaram-se os grupos de geógrafos que se dedicaram a mapear e oferecer diagnósticos sobre a pandemia. Entre eles, destacamos a formação do Grupo Geógrafos pela saúde, criado e idealizado a partir das produções orientadas pelo Geógrafo Raul Borges Guimarães da Unesp de Presidente Prudente. A produção desse grupo foi, em certa medida, inspiradora de diversos trabalhos, pois estimulou um raciocínio geográfico da pandemia.

As análises feitas pelo grupo organizaram uma série de elementos que foram replicados para diversas regiões e estados do país. Abaixo, replicamos na figura 1 a consolidações dos resultados do Grupo em 29 de maio de 2020 e que foi publicado na Revista Estudos Avançados (GUIMARÃES et al, 2020).

Figura 1: Difusão espacial no território brasileiro; Superfície de densidade (A) destaque aos núcleos de máxima densidade, (B) destaque aos locais de alta, média e baixa densidade.



Fonte: Guimarães et al, 2020.

Por meio de análises de densidades, incidências e distribuição espacial; o grupo conseguiu fazer um diagnóstico das situações geográficas da pandemia no território nacional. A síntese desses trabalhos foi publicada pela revista Hygeia em número especial, publicado no mês de julho. O levantamento da publicação contabilizou a abrangência territorial dos trabalhos que tiveram o foco no Brasil. “Dentre os 45 artigos do presente número especial, quatro são estudos na escala nacional, vinte tem uma abrangência regional e no nível local, cobrindo dezesseis Unidades da Federação do Brasil, com diversos recortes” (GUIMARÃES; CATÃO; NOSSA, 2020).

Tomando tais referencias é que esse capítulo busca demonstrar trabalhos que foram feitos segundo essas concepções. Apresentamos na sessão 1 um levantamento de trabalhos mais relevantes que tivemos acesso. Na sessão 2, organizamos um diagnóstico específico do Sul de Minas Gerais que foram feitos pelo Grupo de Estudos em Planejamento Territorial e Ambiental do IFSULDEMINAS e pela GeoAtiva da UNIFAL.

Contribuições de geógrafos no enfrentamento da COVID-19

Nesse momento difícil e desafiador que estamos passando diversos profissionais tem se empenhado de fortemente em suas áreas trazendo contribuições importantes do ponto de vista da ciência. Cabe destaque a área da saúde com o desenvolvimento promissor de vacinas para a COVID-19 em várias frentes, além de tratamentos para o alívio dos sintomas mais agudos da doença. Também cabe destaque os profissionais que estão na linha de frente do enfrentamento da doença como médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, biólogos entre outros.

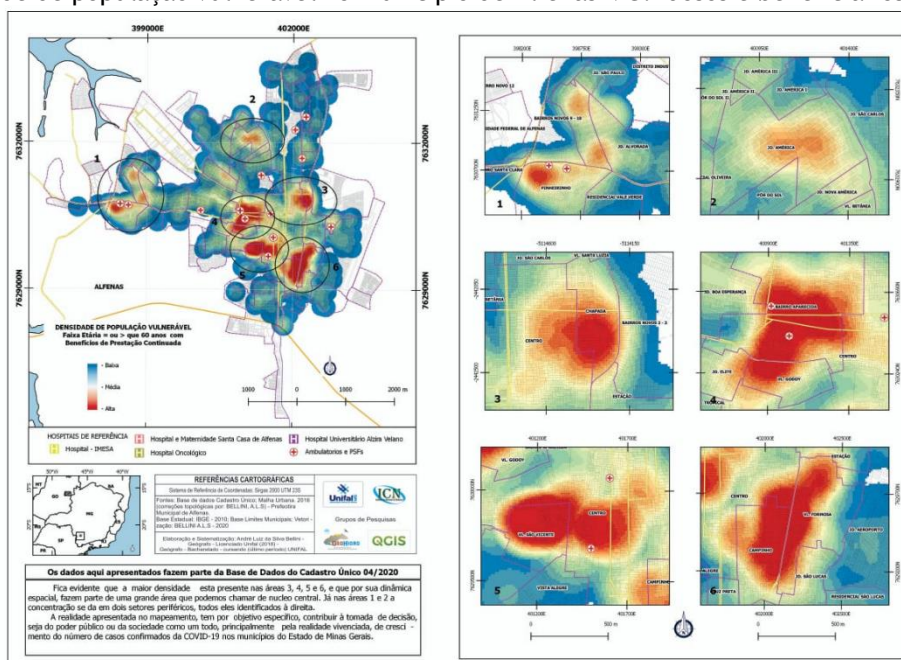
No campo das ciências exatas cabem destaque os modelos estatísticos que estão monitorando por meio de média móvel a dinâmica da doença na fase de expansão, estabilidade e

queda dos números de casos confirmados e óbitos. Também cabe destaque os estudos de epidemiologia que tem dado luz às análises e interpretações dos casos de incidência, mortalidade e letalidade da COVID-19.

No âmbito da ciência geográfica cabe destacar aqui alguns trabalhos importantes que estão sendo realizados no enfrentamento da pandemia no que se refere a relevância da informação espacial que entre outras finalidades mostra onde, em que intensidade, em qual direção, velocidade, próximo a quê, de modo a propiciar aos gestores subsídios para tomadas de decisão.

O primeiro trabalho a ser ilustrado é o do discente do curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal de Alfenas, André da Silva Bellini com orientação do docente do Instituto de Ciências da Natureza e do Programa de Pós-Graduação em Geografia Rodrigo José Pisani. O projeto de extensão é intitulado: “Mapeamento da densidade da população vulnerável do município de Alfenas-MG para ações prioritárias no enfrentamento da Covid 19” tem como parceria a Secretaria de Ação Social do município de Alfenas e teve como objetivo realizar o cruzamento de dados de faixa etária (acima de 60 anos) com os dados do Cadastro Único e Bolsa Família, sendo esses um dos principais benefícios assistenciais do governo federal para pessoas de baixa renda. Foi utilizado o interpolador do tipo Kernel para gerar os mapas de densidade por meio da plataforma de Sistemas de Informação Geográfica Quantum GIS. Os dados foram cedidos pela prefeitura do município de Alfenas com as variáveis nome, faixa etária, endereço e qual o benefício que recebe. Os resultados alcançados foram produtos cartográficos como mapas com as densidades dessa população que tem grande relevância para os gestores públicos e agentes de assistência social. A Figura 2 ilustra os mapeamentos em questão:

Figura 2 - Densidade de população vulnerável no município de Alfenas-MG: idosos e beneficiários do CAD único.

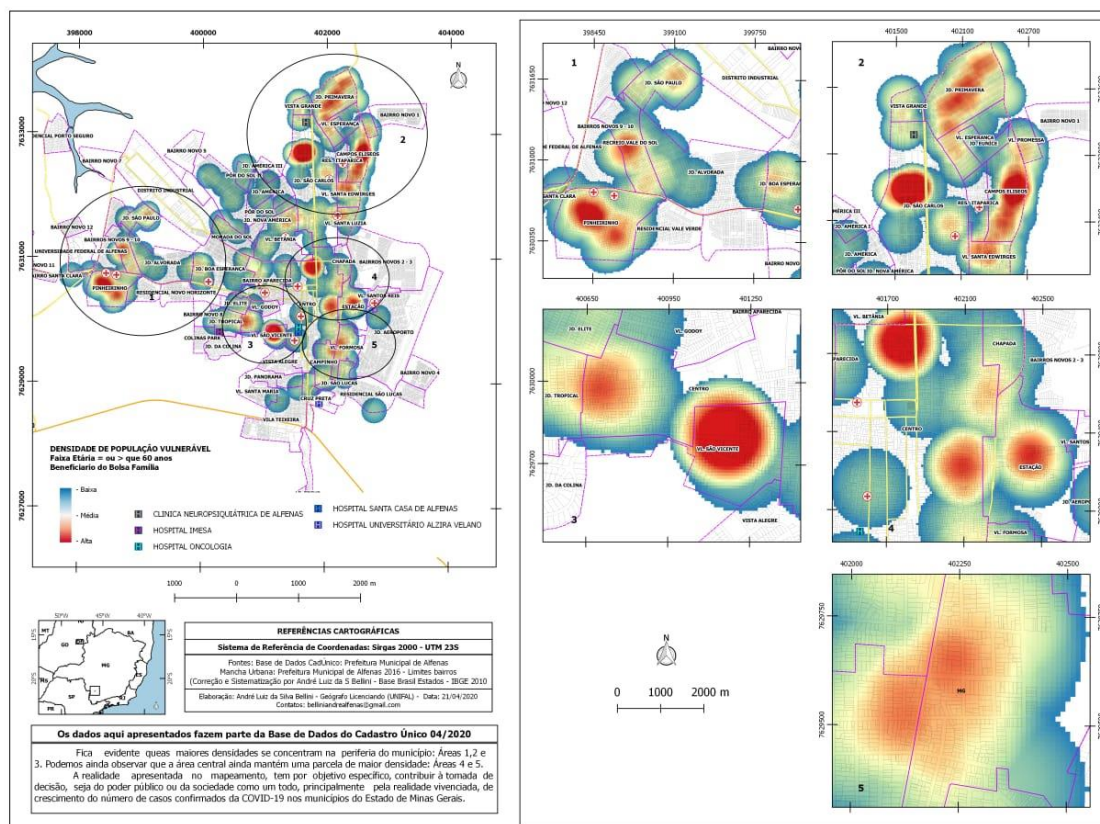


Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/2020/06/08/mapeamento-desenvolvido-por-geografo-da-unifal-mg-ajuda-gestores-municipais-no-enfrentamento-a-covid-19-ferramenta-mostra-a-distribuicao-espacial-da-populacao-carente-de-alfenas/>

É possível notar nesse primeiro mapa, que mostra o cruzamento entre os dados referentes a população idosa que recebem o Benefício de Prestação Continuada, se concentram com as maiores manchas principalmente nas regiões mais centrais da área urbana como os bairros: Bairro Aparecida, Centro, Campinho, Chapada, Vila Formosa, Vila São Vicente (lar dos idosos) e com uma mancha menor nos bairros: Alvorada, Pinheirinho, Recreio Vale do Sol e Jardim América. Chama atenção aqui a questão da Vila São Vicente, que é um asilo público, no mapa ilustrando em vermelho uma alta densidade de população vulnerável do ponto de vista social, mas que é também uma população muito vulnerável a contaminação do novo Corona vírus. Constata-se então que é uma região que demanda um cuidado maior para essa população. Infelizmente, algumas semanas depois do início do projeto, houve uma contaminação em grande escala dessa população do asilo e aproximadamente 20 pessoas vieram a óbito.

Também foram analisadas as informações referentes a população idosa que recebe o benefício do Bolsa Família a fim de se entender de modo especializado onde se encontram essas pessoas e se ter com isso uma maior atenção para essa população. A Figura 2 ilustra o mapa em questão:

Figura 2 - Densidade de população vulnerável no município de Alfenas-MG: idosos e beneficiários do Bolsa Família.



Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/2020/06/08/mapeamento-desenvolvido-por-geografo-da-unifal-mg-ajuda-gestores-municipais-no-enfrentamento-a-covid-19-ferramenta-mostra-a-distribuicao-espacial-da-populacao-carente-de-alfenas/>

No mapa em questão é possível se identificar que as manchas estão menos concentradas, possuem tamanho menor e estão mais presentes em áreas mais periféricas como os bairros: Campos Elísios, Estação, Jardim São Carlos, Primavera, Pinheirinho e também na Vila São Vicente conforme ilustrado no mapa anterior.

Nesses locais onde se concentram as maiores manchas, nos dois mapas, podem ser intensificadas as ações da saúde da família, campanhas de vacinação, conscientização do isolamento social no momento de pandemia bem como ações comunitárias e assistenciais de modo mais individualizado dada a realidade de cada localidade. A Figura a seguir mostra a confecção dos mapas pelo discente bem como a reunião onde foi feita a entrega dos mapas para a Secretaria de Ação Social. O projeto conta com o aval do Comitê de Ética em Pesquisa da Unifal-MG.

Figura 3 - Reunião com a Secretaria de Ação Social do município de Alfenas-MG para a entrega dos mapas.



Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/2020/06/08/mapeamento-desenvolvido-por-geografo-da-unifal-mg-ajuda-gestores-municipais-no-enfrentamento-a-covid-19-ferramenta-mostra-a-distribuicao-espacial-da-populacao-carente-de-alfenas/>

Outra importante contribuição do ponto de vista do profissional Geógrafo tendo como base a informação espacial foi o trabalho do egresso do curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas, Diego Alexandre Souza que é professor da rede estadual de ensino básico de Minas Gerais. Diego juntamente com André Bellini citado anteriormente, tiveram a ideia de montar uma web plataforma que fosse de fácil acesso a população em geral com dados levantados da Secretaria de

Estado de Saúde de Minas Gerais das regiões oeste, sul e sudoeste com informações referentes ao número de casos confirmados, óbitos, bem como as questões referentes a realidade dos municípios do ponto de vista da saúde pública. A Figura 4 ilustra o trabalho desenvolvido por Diego e sua contribuição enquanto Geógrafo, fundamental enquanto ferramenta de auxílio a gestão:

Figura 4 - Notícia do trabalho do Geógrafo Diego Alexandre Souza em veículo de imprensa regional.



Fonte: <https://www.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?appid=6d685ad4b8594029acb01960eec608f6>.

Do mesmo modo, os egressos do curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas e doutorandos pela Universidade de São Paulo Hélio Pina e Renan Castro desenvolveram um aplicativo que possibilita uma interação entre comerciantes e consumidores do município de Mogi das Cruzes-SP. É fato que do ponto de vista econômico a pandemia de COVID-19 afetou muito o comércio das cidades e ideias como essa podem auxiliar de forma positiva esse setor. O projeto tem como parceira a prefeitura municipal de Mogi das Cruzes. A Figura 5 ilustra a plataforma desenvolvida pelos Geógrafos:

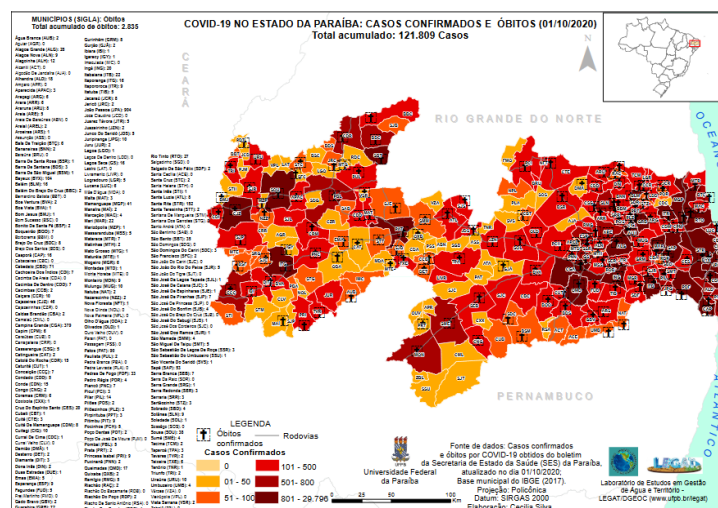
Figura 5 - Plataforma criada pelos Geógrafos Renan Castro e Hélio Pina em parceria com a prefeitura municipal de Mogi das Cruzes-SP.



Fonte: <http://www.andifes.org.br/geografos-formados-pela-unifal-mg-criam-plataforma-para-conectar-comerciantes-e-consumidores-durante-a-pandemia-do-coronavirus/>

O trabalho desenvolvido pelos discentes do curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba especificamente do Laboratório de Estudos em Gestão de Água e Território: Francisco Segundo Neto (doutorado), Maria Cecilia Silva (doutorado), Thiago Farias (mestrado) e do discente do curso de graduação em Geografia da mesma instituição Arthur Santos mapeou a dinâmica de evolução da COVID-19 no estado da Paraíba tendo como eixo de proliferação principalmente as rodovias BR-230 no entorno dos municípios de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras. A pesquisa é referência no monitoramento da COVID-19 no estado e é, sobretudo, desenvolvida por Geógrafos. A Figura 6 ilustra o mapa em questão:

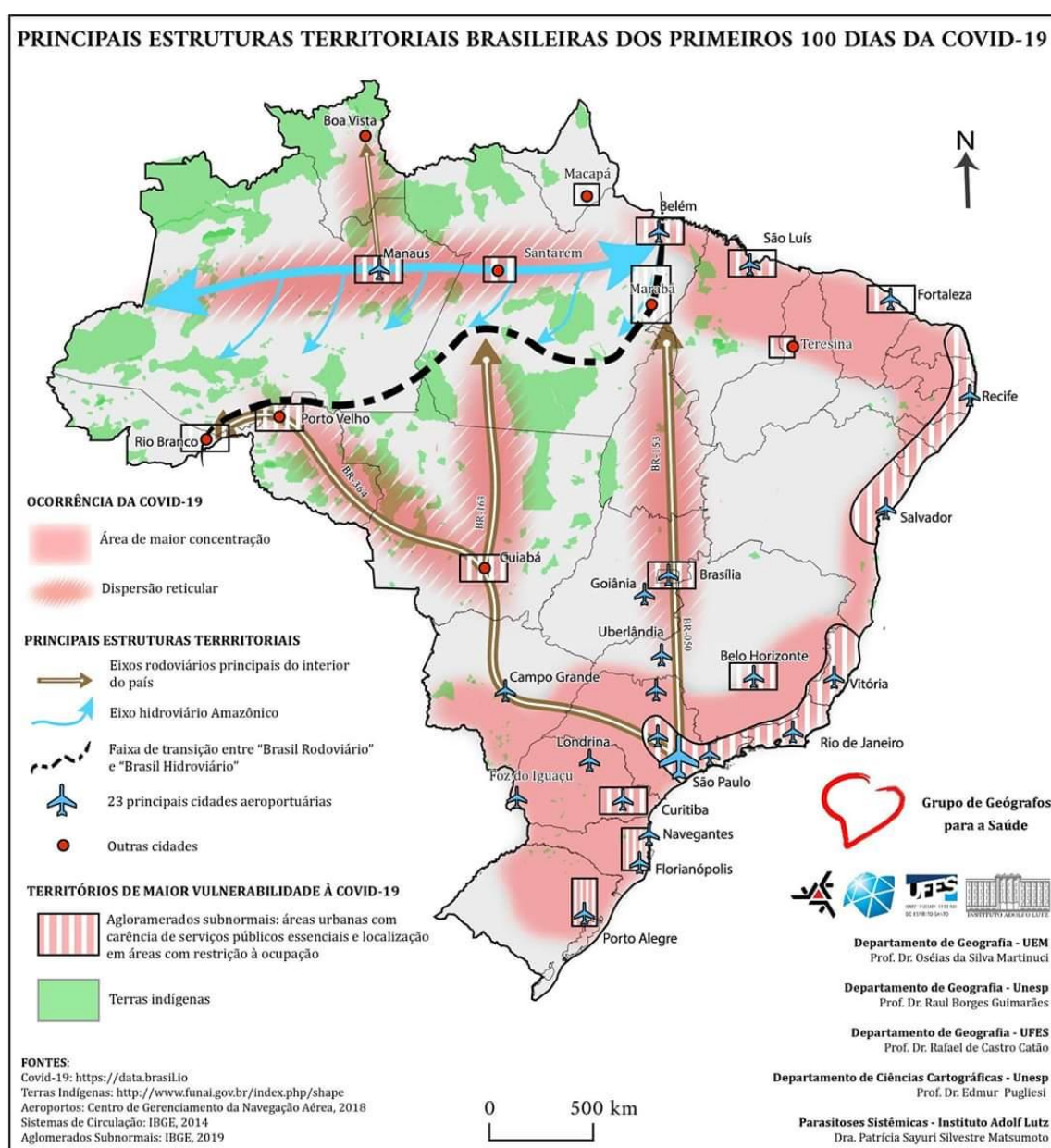
Figura 6 - Mapas com diferentes intensidades de casos confirmados e óbitos confirmados no estado da Paraíba desenvolvido por Geógrafos da UFPB.



Fonte: <https://www.ufpb.br/legat/contents/menu/portal-de-geodados-sobre-o-coronavirus/covid-19-paraiba>

Por último cabe destaque ao trabalho realizado pelos docentes: Oséias da Silva Martinucci (Universidade Estadual de Maringá), Raul Borges Guimarães (FCT/UNESP - Presidente Prudente), Rafael de Castro Catão (UFES) entre outros profissionais de outras áreas, que desenvolveram um mapa síntese em escala nacional da dinâmica de proliferação da COVID-19 levando em consideração: áreas de maior concentração, dispersão reticular, eixos aeroviários, hidroviários e rodoviários. É também sem dúvida uma grande contribuição do ponto de vista da ciência Geográfica e da informação espacial por não se tratar apenas de um mapa, mas de um conjunto de informações que de forma sintetizada é capaz de traduzir aspectos multivariados da dinâmica da COVID-19 no Brasil. A Figura 7 ilustra o mapa síntese desenvolvido pelos autores:

Figura 7 - Mapa síntese com as dinâmicas de proliferação da COVID-19 no Brasil.



Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2020/06/geografos-mapeiam-estruturas-territoriais-e-notam-tendencia-de-expansao-da-covid-19/>

Sul de Minas Gerais, pandemia e sistema de saúde

Esta sessão busca fazer um diagnóstico da pandemia e como se deu sua distribuição e difusão na região. Para tanto, fazemos um diagnóstico da difusão por meio do sistema de movimento rodoviário. Em seguida organizamos as relações desse movimento com a região, tomando como principal dado social a relação de envelhecimento da população. Organizamos ainda os fatores de incidência da doença e terminamos por analisar o impacto no sistema de saúde.

Eixos de Circulação e Pandemia

A região de estudo denominada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como mesorregião Sul e Sudoeste de Minas - popularmente chamada de “Sul de Minas” -, abrange 146 municípios com um efetivo populacional de 2.929.424 habitantes (IBGE, 2019). Do total, apenas quatro possuem mais de 100 mil habitantes e 114 apresentam até 20 mil habitantes.

A rede urbana da mesorregião é composta por cidades pequenas e médias, que articulam a vida regional. De acordo com a Região de Influência das Cidades (IBGE, 2008), as cidades sul-mineiras se conectam principalmente com as cidades do estado de São Paulo, com exceção de Varginha/MG, que estabelece relações significativas com Belo Horizonte/MG, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais: Cidades com maior influência na rede de cidades, 2008.

Município	Mesorregião	Classificação na Hierarquia urbana	Metrópole a que se vincula	População
Pouso Alegre	Sul/Sudoeste de Minas	Capital Regional C	São Paulo	150.737
Varginha	Sul/Sudoeste de Minas	Capital Regional C	Belo Horizonte	135.558
Poços de Caldas	Sul/Sudoeste de Minas	Centro Sub-Regional A	São Paulo	167.397
Alfenas	Sul/Sudoeste de Minas	Centro Sub-Regional A	São Paulo	79.996
Itajubá	Sul/Sudoeste de Minas	Centro Sub-Regional B	São Paulo	96.869

Fonte: IBGE: REGIC, 2008. Dados organizados pelos autores (2020).

Os demais municípios sul-mineiros são classificados como Centros de Zonas ou Centros Locais, possuindo menor influência na rede de cidades (IBGE, 2008). A análise da Logística de Transportes 2014 (IBGE, 2014) identificou a predominância do modal rodoviário na região Sul de Minas. A mais importante rota rodoviária da região é a Fernão Dias (BR-381), que liga a região metropolitana de São Paulo à região metropolitana de Belo Horizonte.

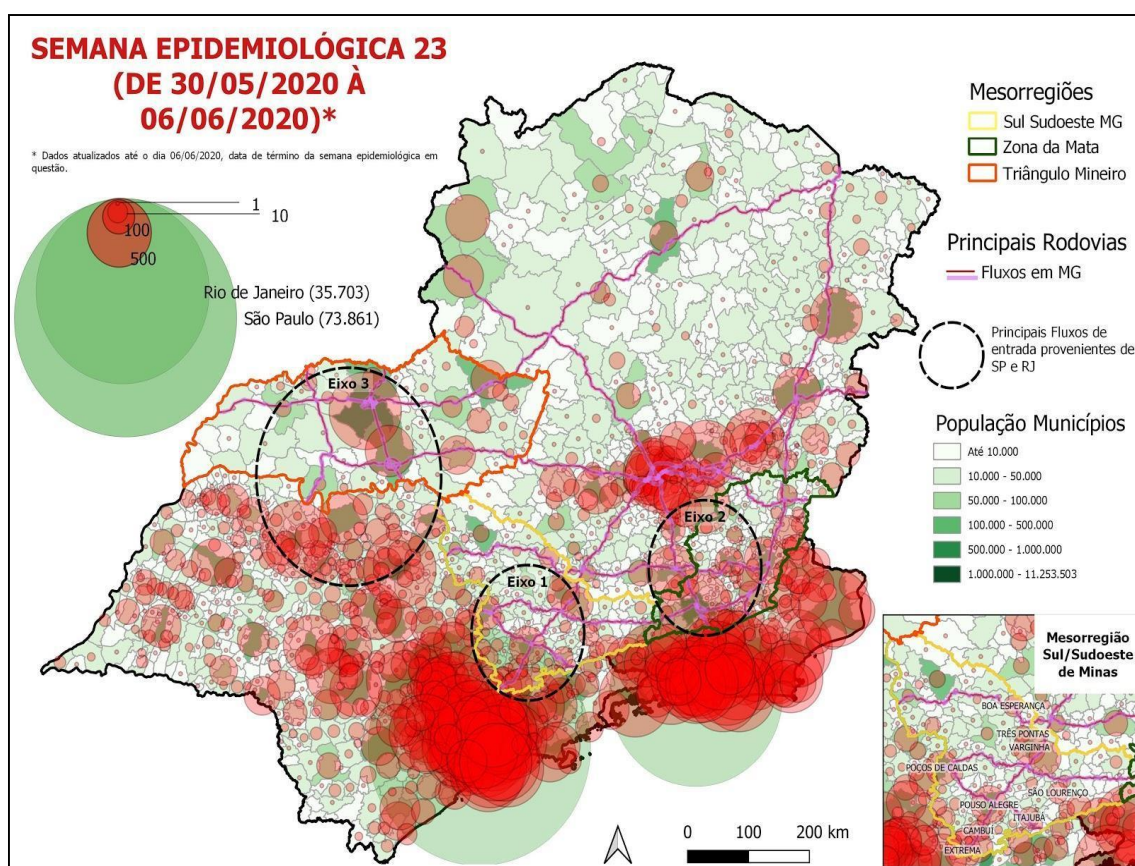
Os fluxos de pessoas (migração, deslocamentos semanais para trabalho e estudo, visitas a parentes, etc.) e mercadorias acontecem principalmente por vias rodoviárias com ligações provenientes das cidades de São Paulo/SP, Campinas/SP, Rio de Janeiro/RJ e Belo Horizonte/MG, grandes vetores de disseminação da COVID-19 no território nacional.

A pesquisa aponta para uma necessidade: destacar os eixos de circulação da COVID-19 provenientes dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, atentando-se para os maiores focos de

transmissão da doença para o estado mineiro. Identificamos que os focos de transmissão são aqueles que estão localizados nas cidades junto às rodovias de grande circulação nas fronteiras interestaduais.

O levantamento de dados organizado na Figura 8 mostra os casos de COVID-19 na 23ª semana epidemiológica para os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e relaciona os casos absolutos de COVID-19 de maneira proporcional em círculos com uma malha de população. Essas informações são organizadas em conjunto com os eixos de circulação. Destacam-se três eixos principais de circulação da COVID-19 no estado de Minas Gerais: eixo rodoviário do Sul de Minas (Eixo 1); eixo rodoviário da Zona da Mata (Eixo 2) e; eixo rodoviário do Triângulo Mineiro (Eixo 3).

Figura 8 - Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro: Distribuição dos casos confirmados de COVID-19, 2020.



Fonte: Malha municipal digital IBGE (2019); Censo Demográfico IBGE (2019); Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG); Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ); Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo (SES/SP). Produzido pelos autores (2020).

Nota-se que a expansão dos casos na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais ocorreu seguindo as linhas de conexão dos principais eixos rodoviários provenientes dos municípios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por meio dos três eixos de circulação.

O Eixo 1 liga a região metropolitana de São Paulo à região metropolitana de Belo Horizonte, passando pelas cidades do Sul de Minas, por meio da BR-381 (Fernão Dias). Tal eixo é responsável pela difusão espacial da COVID-19, principalmente nas cidades que margeiam a rodovia, como podem ser aferidos pelos grandes números de casos da doença nas cidades de

Extrema/MG, Cambuí/MG, Camanducaia/MG, Três Corações/MG e Pouso Alegre/MG. Destaca-se que, no dia 06 de junho de 2020, todas essas cidades estavam entre as mais contaminadas da mesorregião. O Eixo 1 também é composto por outras rodovias federais como a BR-267, BR-354, BR-383, BR-459 e BR-491.

O Eixo 2 interliga as cidades da Zona da Mata à região metropolitana do Rio de Janeiro, principalmente pela BR-040 e BR-116. A capital regional da Zona da Mata é Juiz de Fora/MG, essa sendo a maior cidade da mesorregião (IBGE, 2008; IBGE, 2019). Essa cidade faz o entroncamento das Rodovias BR-040, BR-116 e BR-267. No dia 06 de junho 2020, Juiz de Fora/MG foi a terceira cidade com maior número de casos confirmados de COVID-19 no estado (SES/MG, 2020). Outras rodovias que perpassam a mesorregião são as BR-120 e BR-393.

O Eixo 3 é composto pelas rodovias federais que estão espacializadas na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paraíba. Esse eixo é composto pelas rodovias federais BR-050, BR-146, BR-153, BR-154, BR-262, BR-452, BR-455, BR-465 e BR-497. A capital regional da mesorregião é Uberlândia/MG, que é o entroncamento das rodovias BR-050, BR-262, BR-452, BR-455, e BR-497. Ressalta-se que a BR-050 é a rodovia principal da mesorregião, ligando a região metropolitana de São Paulo à Cristalina/GO, cidade da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal. No dia 06 de junho, Uberlândia/MG apresentou o segundo maior número de casos confirmados de COVID-19 no estado Minas Gerais, apenas atrás de Belo Horizonte/MG.

O atual estágio da pesquisa mostra que deve ser dada atenção aos espaços interioranos, uma vez que a difusão da pandemia tende, no atual momento, a se disseminar das metrópoles para as cidades médias, e destas para as cidades pequenas. As informações discutidas até o momento devem ser analisadas em conjunto com outras características de população. Entre elas, destacamos aquelas que estão relacionadas com a saúde e vulnerabilidade econômica das populações das cidades sul mineiras.

Envelhecimento populacional

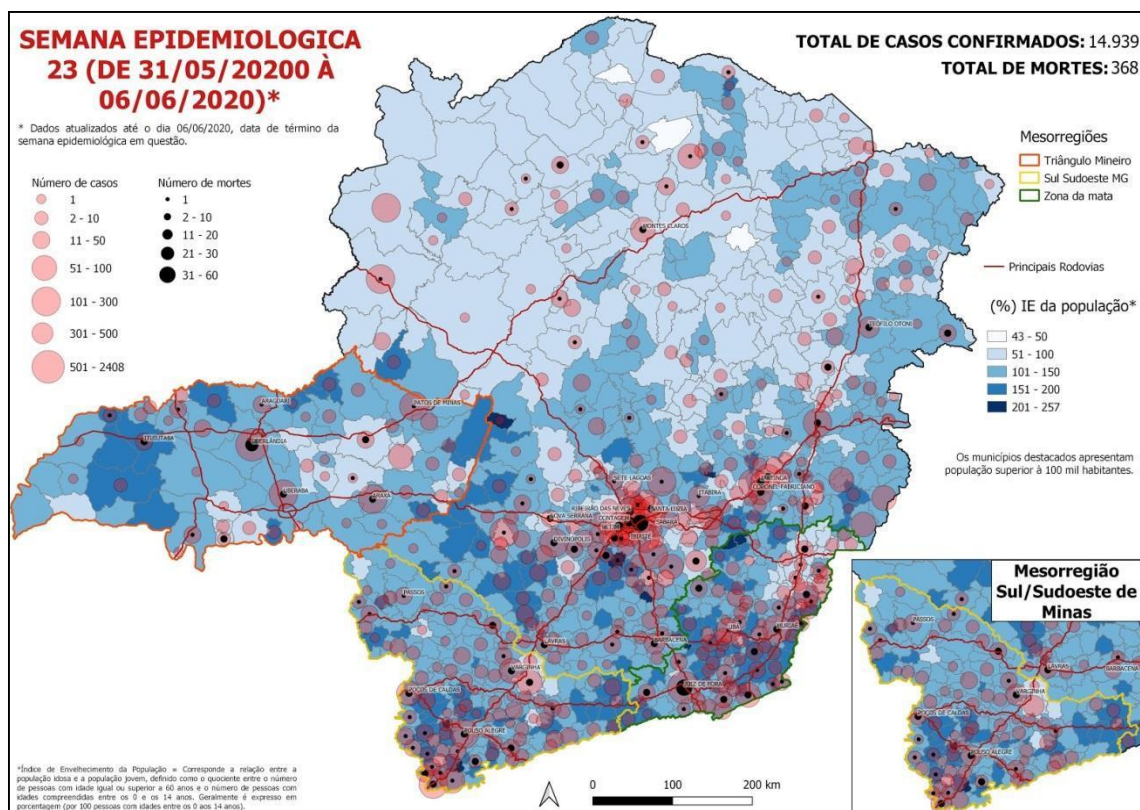
O gradativo envelhecimento da população brasileira pode ser aferido pelo índice de envelhecimento - IE nas décadas referentes à segunda metade do século XX. Em 1950, o IE da população brasileira era de 5,83% e, nos anos 2000, o índice subiu para 19,77% (IBGE - Séries Históricas e Estatísticas, 2015). O crescimento da população idosa foi possibilitado pelos avanços técnicos e científicos - sobretudo nas áreas médicas e farmacológicas - que melhoraram a qualidade de vida da população, de um modo geral.

Hoje, os idosos representam uma parcela significativa da população brasileira. Segundo o Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), no Brasil, há aproximadamente 20,5 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Ainda, a participação desse grupo na PEA (População Economicamente Ativa) é mínima. Em 2015, as pessoas de 60 anos ou mais representavam 4,46% da PEA, enquanto os grupos de idade entre 18 a 59 anos, representam cerca de 52,85%. No estado de Minas Gerais, a participação da população idosa na PEA representou 5,41%, enquanto a população adulta

representou 54,71% (IBGE, 2015). Ademais, há de se considerar a dificuldade enfrentada pelos idosos em ingressar no mercado de trabalho.

Os impactos econômicos da Pandemia da COVID-19 se configuram num cenário socioeconômico vulnerável para toda população brasileira, sobretudo, em destaque para as populações idosas não aposentadas, que enfrentavam dificuldades quanto à baixa remuneração e inserção no mercado de trabalho. Para aferir como está espacializada a população idosa no território de Minas Gerais, foi elaborado a Figura 9.

Figura 9 - Estado de Minas Gerais: Distribuição dos casos e mortes confirmadas de COVID-19 e índice de envelhecimento (IE) da população, 2020.



Fonte: Malha municipal digital IBGE (2019); Censo Demográfico IBGE (2010); SES/MG (2020); SES/RJ (2020); SES/SP (2020). Produzido pelos autores (2020).

Os municípios pertencentes à ampla região do Norte de Minas (Mesorregiões Norte de Minas, Noroeste de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri) apresentam os menores índices de envelhecimento do estado.

Nas demais mesorregiões mineiras são evidenciadas maiores índices de envelhecimento, os quais inferem em melhora na qualidade de vida das populações residentes de tais municípios, propiciando-lhes um aumento da expectativa de vida. Assim, as mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Sul/Sudoeste de Minas, Central Mineira e Zona da Mata são compostas por municípios com maior número de idosos, em relação à população total.

Somado ao índice de envelhecimento expressivo nessas regiões, os municípios que compõem o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a Região Metropolitana de Belo Horizonte e as porções Sul/ Sudoeste de Minas e Zona da Mata apresentaram maior registro de casos confirmados pela COVID-19 (Tabela 2). Ou seja, as cidades com maior número de idosos, por consequência, foram as cidades mais afetadas pela contaminação da doença, o que denota o agravamento da situação, já que os idosos compõem a parcela da população considerada vulnerável quanto à letalidade da doença.

Tal constatação é evidenciada através da Tabela 2, demonstrando o número de casos e mortes por COVID-19 nas mesorregiões mineiras, registrados até o dia 06/06/2020:

Tabela 2 - Mesorregiões de Minas Gerais: Total de casos confirmados de COVID-19 e Taxa de mortalidade, 2020.

Mesorregião	Total de casos confirmados de COVID-19 até o dia 06/06/2020	Total de mortes por COVID-19
Metropolitana de Belo Horizonte	5450	118
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2073	47
Zona da Mata	1800	76
Vale do Rio Doce	1348	28
Sul/Sudoeste de Minas	1265	41
Oeste de Minas	516	8
Noroeste de Minas	460	1
Campo das Vertentes	432	9
Vale do Mucuri	399	12
Norte de Minas	336	12
Central Mineira	243	5
Jequitinhonha	137	2

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010); SES/MG (2020). Dados organizados pelos autores (2020).

O considerável número de registros pela COVID-19 nas mesorregiões Triângulo mineiro/Alto Paranaíba, Sul/Sudoeste de Minas e Zona da Mata, pode ser explicado pelo fato dessas regiões serem atravessadas pelas principais rodovias federais - que detêm os maiores fluxos - as quais fazem ligações com as cidades Brasília/DF, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ (Figura 1). Como exemplo, a Tabela 3 evidencia o caso do Sul de Minas, na qual as populações pertencentes às cidades margeadas ou atravessadas pelas rodovias federais apresentaram maiores taxas de contaminação da COVID-19.

Tabela 3 - Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais: Municípios localizados próximos às rodovias federais.

Município	Casos confirmados de Covid-19 (até dia 06/06)	Índice de casos por 100 mil habitantes	Principal rodovia de influência na cidade
Extrema	115	317,46	BR-381
Camanducaia	63	289,38	BR-381
Itamonte	41	263,17	BR-354
Cambuí	39	131,97	BR-381
Três Corações	85	106,94	BR-381
Pouso Alegre	135	89,55	BR-381/BR-459
São Lourenço	36	78,51	BR-383
Varginha	85	62,7	BR-491/BR-381
Poços de Caldas	85	50,77	BR-267/BR-459)
Itajubá	36	37,16	BR-459/BR-383

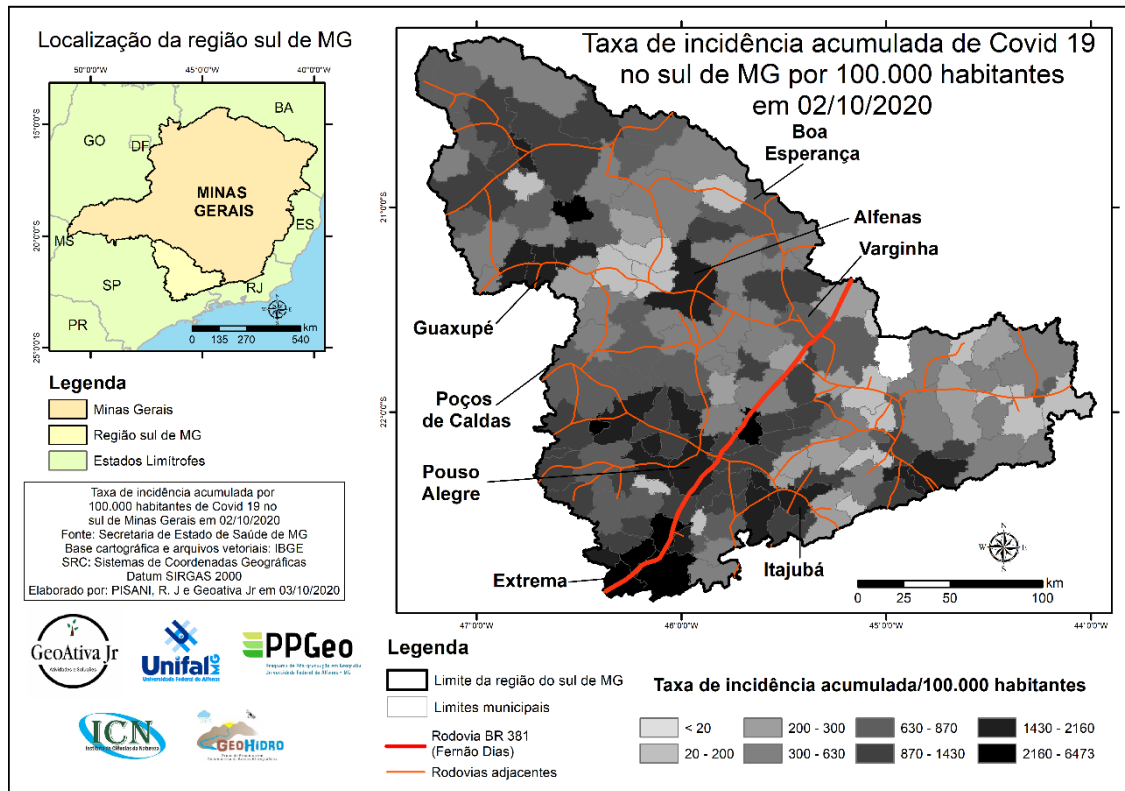
Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010); SES/MG (2020). Dados organizados pelos autores (2020).

Conforme evidenciado (Tabela 3), os municípios sul-mineiros que são atravessados ou estão às margens das rodovias federais apresentaram um maior número de casos confirmados da COVID-19 por 100 mil habitantes. Isso indica a relação direta das rodovias com a disseminação da COVID-19, pois são por estes caminhos que transitam os maiores fluxos de pessoas, geralmente dos grandes centros urbanos para centros urbanos de menor porte.

Casos de incidência acumulada, mortalidade e letalidade na região sul e sudoeste de Minas Gerais

A título de exemplo, foram calculados também os casos de incidência acumulada para o período de 10/2020. Este índice diz respeito ao número de casos confirmados em números absolutos dividido pela população multiplicado por 100.000 habitantes que é um padrão muito utilizado em epidemiologia (ROBERTO, 2002). Ou seja, a cada 100.000 habitantes, quantas pessoas já adquiriram a enfermidade de COVID-19 no sul de Minas Gerais até o período analisado? A Figura 10 ilustra o mapa em questão:

Figura 10 - Incidência acumulada para 02/10 de COVID-19 para cada 100.000 habitantes no sul de MG.

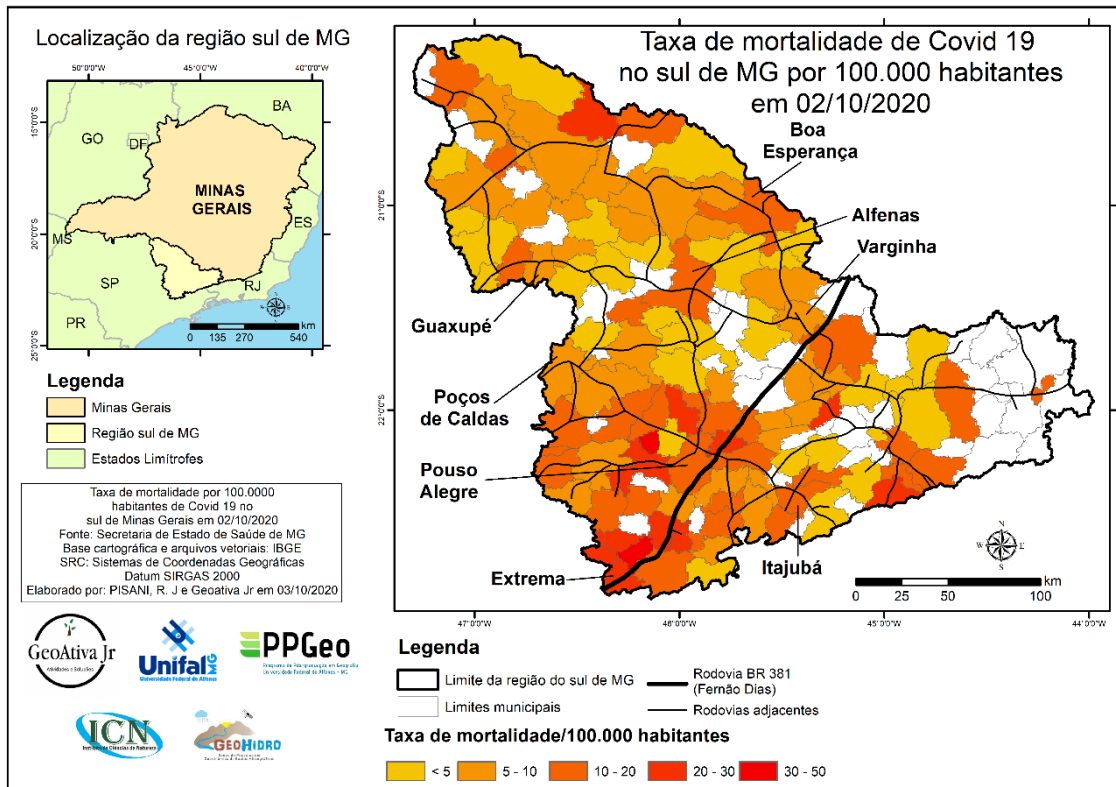


Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/mapas-monitoramento-casos-covid19/>

É possível encontrar as maiores concentrações de casos nos municípios que estão adjacentes a BR381 (Fernão Dias), sobretudo Cambuí, Careaçu, Camanducaia, Estiva, Extrema, Munhoz, Pouso Alegre e Toledo que estão mais próximos a divisa do estado de São Paulo e onde se concentra uma grande circulação de mercadorias, serviços, pessoas, ou seja, com uma grande fluidez no espaço no eixo São Paulo - Belo Horizonte. Destacam-se também altas concentrações de incidência nos municípios de Itanhandú, Itamonte e Passa Quatro, por ser um eixo de circulação entre o sul de Minas Gerais e o Vale do Paraíba Paulista, por serem polos turísticos e agropecuários. Do mesmo modo os municípios de Guaranésia, Guaxupé e Juruiaia pela proximidade com o estado de São Paulo que no período concentrava grandes concentrações do mesmo índice por meio da interiorização da COVID-19, além das regiões de Alfenas, Itajubá, Passos, e Varginha que estão áreas de entroncamento de rodovias adjacentes.

Para o mesmo período (10/2020) foram calculadas também as taxas de mortalidade que vem a ser o número de óbitos confirmados por COVID-19 dividido pela população multiplicado por 100.000, sendo esse índice também um parâmetro para gestores municipais do ponto de vista da saúde pública ao mostrar de modo espacializado a realidade regional. A Figura 11 ilustra o mapa em questão:

Figura 11 - Taxa de mortalidade para 02/10 de COVID-19 para cada 100.000 habitantes no sul de MG.

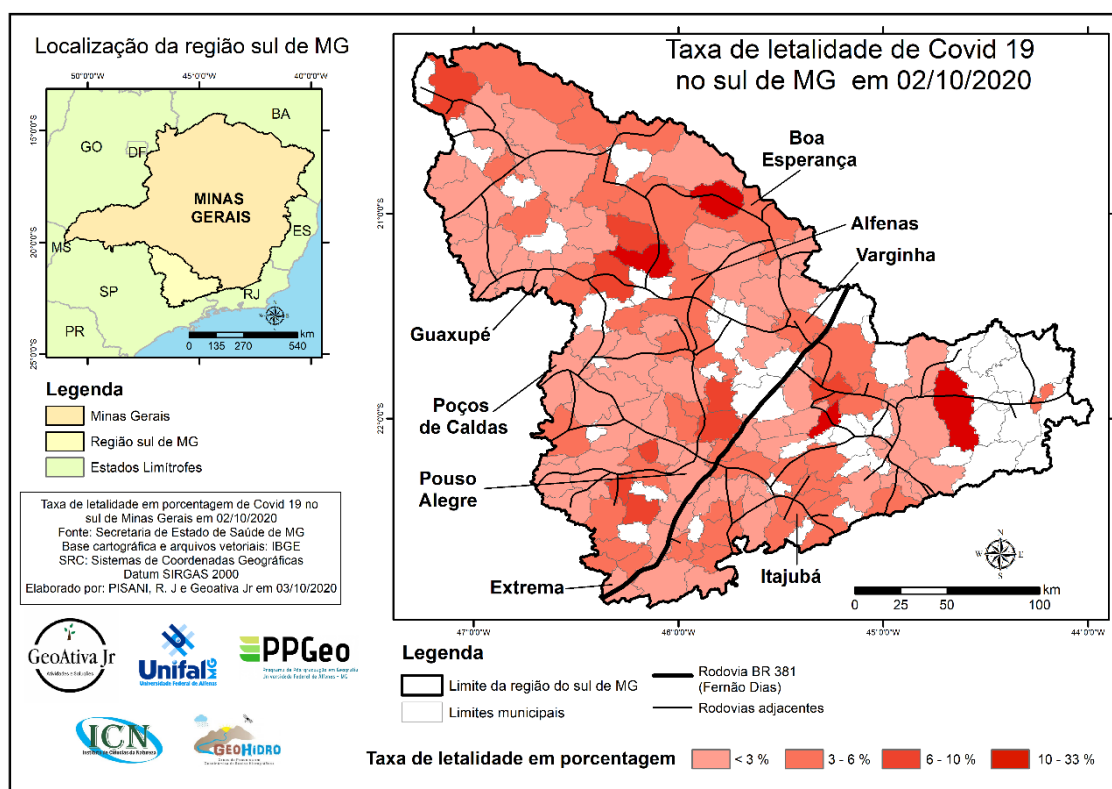


Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/mapas-monitoramento-casos-covid19/>

Do mesmo modo é possível observar as maiores concentrações próximas à divisa do estado de São Paulo no trecho mais ao sul e sudoeste da região sul de Minas Gerais, com destaque para os municípios de: Cambuí, Córrego do Bom Jesus, Borda da Mata, Espírito Santo do Dourado, Extrema, Inconfidentes, Senador José Bento e Toledo. Também merecem destaque os municípios de: Arantina, Jesuânia, Passa Quatro, e São João Batista do Glória que possuem altos índice e são municípios que possuem menos de 50.000 habitantes e, do ponto de vista do sistema de saúde pública, não estão preparados para enfrentarem grandes surtos da doença em caso de grandes incidências.

Foi também calculado para o período o índice de letalidade da COVID-19 sendo um índice que leva em conta o número de óbitos confirmados pelo vírus dividido pelo número de casos confirmados multiplicado por 100 a fim de se ter um parâmetro de porcentagem para os casos de óbitos por COVID-19 no município levando em conta o período analisado. A Figura 12 ilustra o mapa em questão:

Figura 12 - Taxa de letalidade para 02/10 de COVID-19 para cada 100.000 habitantes no sul de MG.



Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/mapas-monitoramento-casos-covid19/>

De um modo geral os índices de letalidade levando em consideração o período analisado é de até 5% na maioria dos municípios analisados. Municípios que apresentaram para o período índices de 6 a 10% de letalidade: Bom Repouso, Cambuquira, Conceição da Aparecida, Ibiraci, Inconfidentes, Monte Belo, Turvolândia, Senador José Bento e Silvianópolis. Cabe destaque para os municípios de Aiuruoca, Areado, Ilícínia e Jesuânia que apresentaram índices acima de 10 a 30% de letalidade.

Desse modo foi possível estabelecer um diagnóstico levando em consideração uma informação de cunho espacial, no caso da dinâmica de proliferação da COVID-19 na região sul do estado de Minas Gerais nos períodos analisados que, vale enfatizar, serve como importante ferramenta para o subsídio na toma de decisões por gestores públicos sendo nesse contexto, principalmente no que tange a saúde pública na questão de alocação logística de recursos humanos e financeiros para enfrentamento da pandemia que estamos passando neste momento.

Busca por serviços de saúde

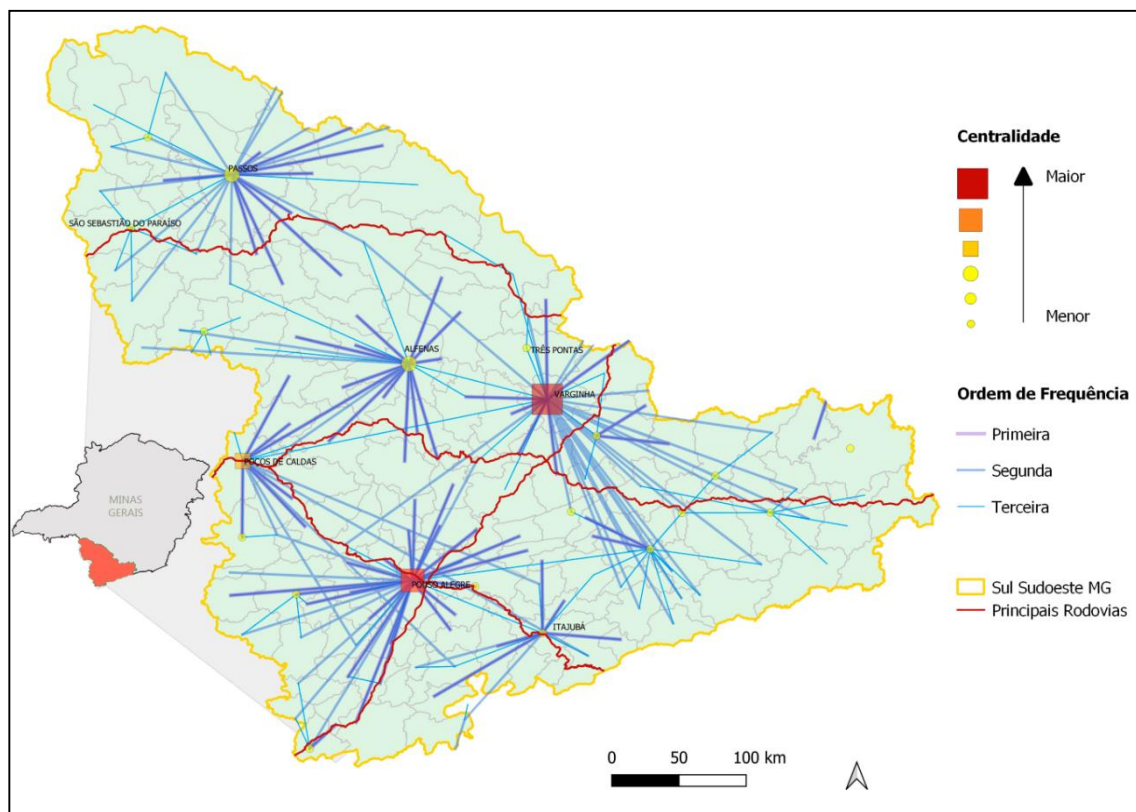
A busca por serviços de saúde é um importante elemento para analisar a capacidade de enfrentamento e os efeitos da pandemia sobre determinada população. Dessa forma, foi elaborado a Figura 13, tendo em vista estabelecer quais as dificuldades de atendimento que a população do Sul de Minas enfrenta para ter atendimento.

A metodologia apresentada segue aquela indicada no estudo das Regiões de Influência de Cidades do IBGE para o ano de 2018 (IBGE: REGIC, 2020). Por meio da aplicação de questionários feitos pelos agentes do IBGE, foi investigado o deslocamento de pessoas partindo de seus municípios com destino a outros com o propósito de acesso a serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade. Os resultados provenientes desse questionário permitem a visualização do comportamento da rede urbana do país na área de saúde, contribuindo para a identificação de regiões de atendimento e cidades polarizadoras de serviços de saúde.

Segundo a metodologia do REGIC 2018, os informantes deveriam indicar até cinco municípios para os quais a população residente se dirige em busca dos serviços de saúde citados, sem considerar os serviços recebidos no próprio município. O objetivo foi identificar apenas os deslocamentos realizados em busca de atendimento, visando traçar a relação entre cidades e verificar centralidades que atraem população de outros municípios com base nos serviços de saúde oferecidos (REGIC, 2020).

No Sul de Minas, foram identificadas seis áreas principais de busca por serviços de saúde, determinadas pelas respostas ao questionário. Dessa maneira, chegamos a uma hierarquia de busca de serviços entre as cidades Sul Mineiras, aferida no Figura 13.

Figura 13 - Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais: Deslocamentos para serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade, 2018.



Fonte: Malha municipal digital IBGE (2019). Produzido pelos autores (2020).

Observa-se que, os centros urbanos de porte médio (Poços de Caldas/MG, Varginha/MG, Pouso Alegre/MG, Passos/MG, Itajubá/MG e Alfenas/MG) apresentaram expressiva polarização regional, no que se refere à oferta de serviços de primeira, segunda e terceira frequência.

Esses centros urbanos têm elevada importância na rede urbana da mesorregião, isto é, são cidades que comportam diversas infraestruturas de serviços especializados, que, desse modo, exercem influência direta nos centros urbanos de menor porte de suas regiões de influência (IBGE: REGIC, 2008; 2020a).

É destacado que as cidades de Varginha/MG e Pouso Alegre/MG ocupam as mais altas posições de procura por serviços de alta, média e baixa complexidade. Poços de Caldas/MG, Alfenas/MG, Passos/MG e Itajubá/MG aparecem na sequência com grande procura (Tabela 4).

Tabela 4 - Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais: Municípios que apresentaram expressiva polarização na oferta de serviços de saúde (2018).

Posição Hierárquica	Total	1a Ordem	2a Ordem	3a Ordem
Pouso Alegre/MG	78	22	30	26
Varginha/MG	48	6	30	12
Alfenas/MG	47	12	15	17
Passos/MG	43	9	22	12
Poços de Caldas/MG	26	6	11	9
Itajubá/MG	21	5	7	9

Fonte: IBGE - REGIC (2020). Dados organizados pelos autores (2020).

Varginha/MG, apesar de ocupar a mais alta posição na hierarquia de saúde, recebe apenas 6 ligações de alta prioridade da região sul mineira. Isso porque suas ligações de maiores intensidades são com cidades localizadas no eixo que se estende do Sul de Minas para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Já com relação às frequências de segunda ordem, a cidade se destaca com serviços de alta complexidade que polariza 30 cidades da região com grande número de ligações (Figura 3; Tabela 4).

Pouso Alegre/MG ocupa segunda posição na região, porém lidera as ligações por busca de saúde por ser a cidade que mais atende a população das cidades vizinhas, com um total de 78 ligações, sendo que dessas, 30 são de alta complexidade e 26 de média ou baixa. Poços de Caldas/MG, Alfenas/MG, Passos/MG e Itajubá/MG aparecem na sequência.

Dessa maneira, entende-se que a distribuição dos serviços de saúde de alta complexidade tende a ser mais seletiva; há maior concentração territorial dos fluxos para este fim, implicando em maiores distâncias a serem percorridas pela população. Diferentemente dos deslocamentos para serviços de saúde de baixa e média complexidade, cuja média é, em geral, de baixa quilometragem para a região, a busca por tratamento de alta complexidade totalizou mais que o dobro. São casos de cidades como Itamonte/MG, Alagoa/MG e Passa Quatro/MG em que a população percorre mais de 150 km para ser atendida em Varginha/MG. Esse também é o padrão de cidades como Pedralva/MG, Paraisópolis/MG e Bom Repouso/MG, em que a população chega a percorrer mais de 150 km para serem atendidas em Poços de Caldas/MG (REGIC, 2020).

Considerações Finais

Este capítulo trouxe a baila discussões em torno da pandemia da COVID-19 no Brasil com algumas discussões da dinâmica de proliferação desta na região sul do estado de Minas Gerais trazendo elementos do ponto de vista dos fluxos de dispersão, busca por serviços de saúde bem como os elementos de incidência, mortalidade e mortalidade no período de outubro de 2020. Num outro momento o capítulo trouxe a discussão da contribuição de Geógrafos no enfrentamento da pandemia com trabalhos diversificados e de grande valor do ponto de vista da gestão do território, da informação espacial com cruzamento de diferentes variáveis de análises. São trabalhos de professores, alunos de graduação e Pós-graduação, egressos que atuam no campo profissional ou simplesmente Geógrafos que trazem uma relevante contribuição para o progresso da ciência nesse momento tão difícil que todos estão passando nesse momento de pandemia da COVID-19.

Os dados e diagnósticos levantados mostram que a difusão da COVID-19 pelo território tende a acompanhar as linhas de conexão de maiores densidades do meio técnico-científico-informacional. Em especial, as infraestruturas de circulação, que são aquelas em que o vírus circula, dos grandes centros urbanos para as cidades menores. As cidades de maiores posições na hierarquia da rede urbana, metrópoles nacionais por excelência, apresentaram os primeiros casos da doença, pois possuem sistema de transporte aéreo integrado com vôos internacionais. Em seguida, as cidades médias começaram a apresentar os primeiros casos confirmados de COVID-19, pois esses centros urbanos possuem relações diretas com as metrópoles nacionais além de estarem nos entroncamentos das rodovias federais. Por fim, casos de COVID-19 foram confirmados nos centros locais, num movimento de interiorização.

As rodovias federais que têm ligações com regiões metropolitanas se mostraram as vias principais de disseminação da doença. Como exemplo, no Sul de Minas, onde as cidades que tiveram os maiores números de casos confirmados da doença são as cidades que estão junto a Rodovia Fernão Dias.

O estudo revelou ainda a preocupação com a disseminação da doença pelos municípios com os maiores índices de envelhecimento da população, uma vez que o vírus é mais letal para a população idosa.

Como evidenciado neste estudo, a situação do Sul de Minas pode se agravar caso não haja medidas para conter o avanço (e interiorização) da doença. Isso ocorre porque os serviços de atendimento em saúde de alta e média complexidade estão situados em centros urbanos médios distantes das pequenas cidades.

Por fim, destacamos que é possível considerar duas situações, caso não haja políticas para conter o avanço do COVID-19 na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Primeiramente, os centros urbanos de porte médio estão apresentando os maiores números de infectados na região, sendo assim, o fluxo de pessoas das cidades pequenas para esses centros urbanos médios apresenta risco de contaminação para as cidades pequenas, o que agravaria o movimento de interiorização da epidemia.

O segundo ponto a ser considerado é que, se caso continue essa procura de serviços especializados de saúde nos centros urbanos de porte médio, o sistema de saúde dessas cidades poderão entrar em colapso, isto é, suas infraestruturas de serviços de saúde não poderão suportar o elevado número de procura das populações da região.

Referências

CATÃO, R. C. **Expansão e consolidação do complexo patogênico do dengue no Estado de São Paulo: difusão espacial e barreiras geográficas.** 257 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011.

GUIMARÃES, R. B.; CATÃO, R. DE C.; NOSSA, P. N. GEOGRAFIA A SERVIÇO DA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA. *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, 28 jul. 2020.

GUIMARAES, R. B. et al . O raciocínio geográfico e as chaves de leitura da Covid-19 no território brasileiro. *Estud. av.*, São Paulo , v. 34, n. 99, p. 119-140, Aug. 2020.

GOMES, P.C.C. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar.** Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência de Cidades de 2007 (REGIC).** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Logística de Transportes 2014.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014. **Malha Municipal 2019.** IBGE, 2019.

_____. **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2019: [notas metodológicas].** Rio de Janeiro, 2019.

_____. **Regiões de Influência de Cidades de 2018 (REGIC).** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

ROBERTO, A. M.; MEDRONHO, R. A.; et al. (eds). **Epidemiologia.** São Paulo: Atheneu, 2002.

SES/MG - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. **Informe Epidemiológico Coronavírus06/06/2020.** Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/cidadao/banco-de-noticias/story/12894-informe-epidemiologico-coronavirus-06-06-2020> Acesso em 6 de junho de 2020.

SPOSITO, M. E. B.; GUIMARÃES, R. B. **Por que a circulação de pessoas tem peso na difusão da pandemia.** 2020. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/35626/por-que-a-circulacao-de-pessoas-tem-peso-na-difusao-da-pandemia> Acesso em: 01 de Junho de 2020

Desdobramentos da COVID-19 sob a ótica geográfica

Caio Faria da Cunha Barbosa Adorno
caioadorno31@gmail.com

Introdução

A manifestação do novo coronavírus (COVID-19) desencadeou novas perspectivas e maneiras de se comportar no espaço. A realidade brasileira precisou se adaptar aos impactos da expansão da pandemia em busca de garantir a segurança da população e nortear políticas de enfrentamento. Neste momento a organização do espaço e o máximo de conhecimento sobre a realidade são cruciais para qualquer tipo de planejamento.

A busca por uma leitura completa da situação imposta pela pandemia é crucial para o planejamento espacial. A comunidade científica precisa assegurar e desenvolver respostas e resultados que mostrem quais caminhos devem ser seguidos para a superação da instabilidade que tomou conta de nossa realidade. O geógrafo e a geografia aparecem como agentes extremamente fundamentais e indispensáveis nessa situação.

A complexa transformação do cotidiano e da vivência socioespacial criou novos desafios, que se mostraram conflitantes nas questões econômicas, sociais, culturais e ambientais. A geografia é capaz de fornecer uma visão objetiva e clara da nova realidade espacial do país através de reflexões sobre determinado desequilíbrio social tão forte, conseqüente da pandemia do novo coronavírus.

O cenário geográfico não aparece apenas como ferramenta de ilustração cartográfica sobre a espacialização do vírus, mas também como importante instrumento analítico sobre as conseqüências desta crise. São diversas contradições, quase que em totalidades inerentes ao capital (COUTO *et al.*, 2020), que surgem no espaço geográfico e destacam as mazelas que perturbam a sociedade e o meio ambiente.

A leitura que o presente trabalho proporciona está associada ao papel da episteme geográfica no contexto pandêmico. A busca pela produção de respostas, pelo direcionamento de ações e soluções emerge neste cenário de incertezas e desafios. Destaca também que a valorização do conhecimento científico neste momento é crucial para se alcançar a estabilidade socioespacial.

A epistemologia geográfica na análise da pandemia

Para que se possa compreender o papel da geografia na conjuntura atual, é preciso realizar um levantamento prévio sobre a epistemologia dessa ciência, principalmente no que tange ao seu objeto de estudo, o espaço. Definido por Milton Santos como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados

isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002), o espaço geográfico é compreendido por uma síntese de processos, forma, função e estrutura.

O conhecimento dessas categorias do espaço (SANTOS, 2002) é essencial para a compreensão da pandemia como um fenômeno territorial e geográfico, já que se difunde e espacializa nos recortes espaciais. Visto como um conjunto de sistema de objetos e ações, o espaço é produtor e produto da sociedade (MOREIRA 2008), portanto é influenciado por uma perturbação social como o novo coronavírus. A intensidade de circulação de pessoas no território condiciona a taxa de transmissão do vírus, por exemplo. Logo, realidades de alta intensidade demográfica, de altos fluxos de pessoas, estão mais susceptíveis ao vírus.

É importante destacar que o mundo nunca esteve tão conectado (SUN *et al.*, 2020). A evolução da técnica, considerada pela teoria de Milton Santos, coloca a sociedade inserida no meio técnico científico informacional (SANTOS, 2002). Isso coloca em voga a necessidade de se analisar o espaço através de uma ótica multiescalar e multidimensional.

Ora, se a pandemia é considerada um evento espacial, com dimensões geográficas escalares, o inventário teórico-metodológico fornecido pela episteme geográfica, qualifica-a como essencial para a sociedade neste novo cenário caótico. Destaca-se que a compreensão da realidade pela ótica da interdependência e da existência como totalidade, em um cenário ultra conectado pelas técnicas, coloca a geografia como fundamental para o apoio no entendimento dos processos que atuam na difusão do vírus e nas consequências geradas.

A forma como se dispõem no espaço, os fluxos e os fixos da sociedade contemporânea, condicionam a preexistência de um padrão de disseminação controlado pela usual maneira com que a sociedade se comporta. O padrão de circulação da rede urbana, por exemplo, ou da relação de influência das cidades, podem ser relacionados com o usual caminho de propagação da doença.

Esse mesmo meio técnico científico informacional que coloca a perspectiva geográfica como um dos caminhos para a análise da realidade espacial, também é responsável pela difusão em grande escala do vírus. Neste primeiro momento, o foco é analisar o papel do geógrafo no reconhecimento dos padrões de propagação do vírus, bem como no seu monitoramento e nas possibilidades de indicar políticas auxiliares.

A pandemia desmascarou e permitiu observar com clareza as múltiplas realidades do território brasileiro. As condições de propagação do vírus deixaram evidentes quais pessoas e quais regiões estão mais vulneráveis à doença e os motivos desta situação, que no geral, se associam a precarização das condições de vida e do sistema de saúde.

As fragilidades estruturais que acarretam na falta de profissionais da saúde e de postos de atendimento à população ficaram mais evidentes. Nessa narrativa, os impactos decorrentes das desigualdades sociais foram agravados pela pandemia do novo coronavírus, potencializando as crises que já estavam estabelecidas no cenário nacional (NICOLA *et al.*, 2020). A resposta social a esse quadro catastrófico será expressa nos índices sociais de saúde, na precarização dos serviços

de atendimento, aos índices de desemprego e ao desmatamento, que também foi potencializado durante a pandemia (ARAGÃO *et al.*, 2020).

No período da pandemia ficou evidente a desordem que predomina no espaço brasileiro e que isso é resultado do modelo exploratório com que os seres humanos se relacionam com a natureza. A necessidade constante de obtenção do lucro, característica do sistema capitalista de produção, interfere na maneira com que a sociedade se organiza no espaço (SANTOS, 2002). E aquela parcela da população submetida a uma realidade social precária possui maior tendência a sofrer dos impactos da pandemia. Logo, são elas que carecem de maior atenção e ajuda governamental com a criação de políticas públicas de auxílio.

O espaço urbano brasileiro é condicionado por uma relação centro-periferia que apresenta diferentes respostas ao cenário atual. Fioravante (2020) sugere que o começo da pandemia se deu pelas classes de maior poder aquisitivo, com pessoas que viajaram para o exterior e trouxeram, sem saber, a doença para o país. Posteriormente, ela chegou à periferia e condicionou um quadro muito grave em relação aos problemas sociais.

O adensamento populacional, onde famílias grandes residem em pequenos espaços e estão em contato com a comunidade vizinha; a baixa renda mensal média, que gera enormes dificuldades aos trabalhadores em manter o isolamento social; a falta de saneamento básico e acesso às estruturas de saúde, todas essas variáveis, quando combinadas, convergem para um quadro social complicado que, sempre existiu, porém, ficou mais evidente aos olhos da sociedade.

Essas problemáticas que se espacializam nos recortes territoriais brasileiros e em diferentes escalas, precisam ser consideradas durante um planejamento. As medidas para o controle de disseminação do vírus precisam se basear nas realidades específicas de cada escala, e levar em consideração que as desigualdades espaciais são variáveis que intensificam a dificuldade para a criação de políticas de enfrentamento. Mas que mesmo nessa situação, a população precisa do auxílio necessário que garante o seu bem-estar, e o conhecimento científico, bem como a geografia, estão ao seu serviço.

A contribuição do geógrafo na análise espacial durante a pandemia

São diversas questões sociais que aparecem sobre a mesa de trabalho do geógrafo. As diferentes esferas culturais, hábitos e modos de viver em sociedade respondem à sua própria maneira a uma conturbação como a pandemia da COVID-19. Mas como o geógrafo deve se comportar frente aos desafios que irão surgir no decorrer da pandemia e quais problemas cabem a ele resolver?

A ciência geográfica ganhou destaque e ficou mais evidente durante a pandemia, e o geógrafo se tornou um profissional em demanda. A necessidade de respostas para perguntas como “de que maneira o vírus se desloca?” e “como e por onde vai chegar?” Aparece como essencial para que o poder público consiga se planejar. A possibilidade de quebra do sistema de saúde, do

isolamento social e da paralisação do comércio assusta a sociedade e coloca certa pressão nos órgãos governamentais.

A capacitação do profissional em geografia emerge nesse momento para elaborar propostas e projetos que possam nortear o planejamento. O olhar geográfico se atenta para as variáveis que se dispõem no espaço e capaz de compreender suas categoriais, o geógrafo se dedica a analisar as formas de dispersão, as estruturas de controle e auxílio a população, a função de cada entidade e os processos que intensificam a taxa de transmissão e contaminação.

As políticas de enfrentamento da COVID-19 precisam ser norteadas por informações que desenham o quadro da realidade espacial, que permitem o direcionamento de políticas públicas e tomada de decisões. A coleta, organização, interpretação e análise dos dados e formulação de boletins são necessárias para a exposição da gravidade da situação.

Esse processo de produção de informação deve ser direcionado pela aquisição e interpretação de dados de determinado recorte espacial, uma cidade, estado ou região. Dados de população, de primeiros casos e óbitos, fichas sobre os pacientes (quando houver) e quantidade de infectados são correlacionados com a renda média do município, com as estruturas existentes (hospitais e capacidade dos leitos, por exemplo), abastecimento de água e tratamento de esgoto, por exemplo.

Com a correlação desses dados, uma análise acerca dos principais meios de transporte e eixos viários pode desenhar um quadro que exemplifique o caminho e a intensidade da proliferação do vírus em determinada área. Com posse dessa informação, os órgãos responsáveis pelas medidas preventivas e de enfrentamento podem se planejar, como, por exemplo, quais vias possuem potencial de transmissão mais expressivo e, portanto, precisam de medidas de contenção da circulação.

A cartografia aparece como um método de ilustrar a realidade e de extrema utilidade para a análise espacial. São muito valiosos os documentos cartográficos que contêm as informações acerca da quantidade de infectados, da localização dessas pessoas, do percentual de contaminados, óbitos e dos números de interesse no geral. O geógrafo está qualificado a trabalhar com uma gama de artifícios muito vasta, e os mapas aparecem como ferramentas muito valiosas para a análise da realidade imposta pela COVID-19.

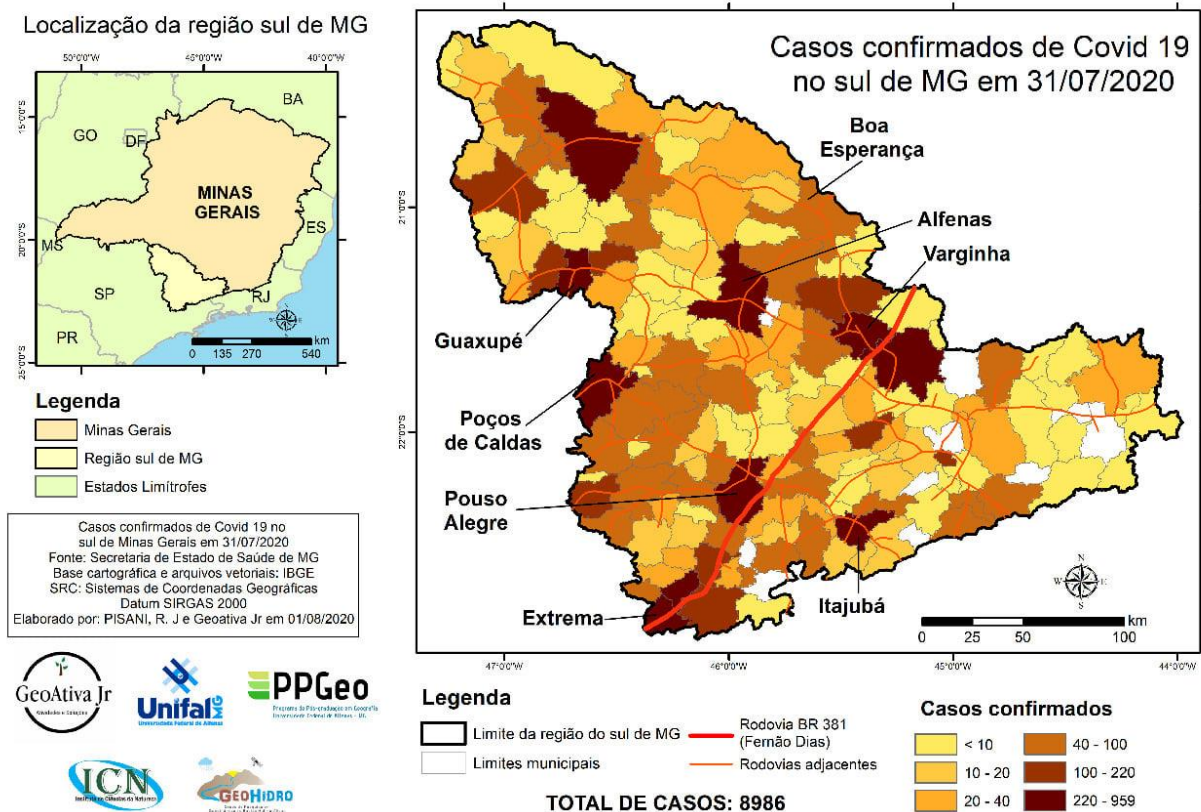
A análise espacial da doença é acompanhada por uma reflexão na qualidade das informações produzidas. Ao considerar que o espaço geográfico está submetido e é constituído por um intenso processo de produção de informação, as relações globalizadas delimitam um processo complexo de intenso fluxo de objetos e ações (SANTOS, 2000).

A leitura da espacialização do coronavírus em território nacional parte da identificação das principais estruturas e da síntese de dados das mais diversas fontes e secretarias públicas, que correlacionados por um sistema de informação geográfica, são capazes de gerar produtos cartográficos para análise. Amparo (2020) ao comentar sobre os mapas, afirma que:

O mapa é, deste modo, apenas o local onde os geógrafos registram a ocorrência de determinados fenômenos de maneira didática. Sua existência no mapa, contudo, está - ou deveria estar - atrelada a sua existência (ou possibilidade de existência) concreta no espaço geográfico. Isto implica que o mapa está a serviço da projeção de determinado fenômeno, possibilitando sua análise em relação a outros; quais sejam as escalas de sua projeção (AMPARO, 2020).

Os mapas por si só já são capazes de ilustrar a complexidade da situação (figura 1) e a atualização dos mapas permite uma análise multitemporal da realidade imposta pela coronavírus. Com a elaboração dos mapas sobre os casos e as incidências, o responsável pela análise espacial consegue correlacionar uma variedade de dados para a simulação de cenários e obtenção de respostas.

Figura 1: Mapa sobre os casos confirmados no sul de Minas Gerais. Fonte: GeoAtiva Jr. - Atividades e soluções.



A elaboração dos documentos cartográficos para a análise espacial é fundamental para qualquer planejamento. O mapa acima é resultado de um trabalho impecável da empresa júnior do curso de geografia da Universidade Federal de Alfenas, a GeoAtiva Jr. - Atividades e soluções. O trabalho se mostrou tão eficaz e valioso que tem sido financiado para a elaboração de boletins semanais da evolução da realidade coronavírus no sul de Minas Gerais. Essas informações são úteis e fornecem aos gestores públicos uma fonte de dados confiável para elaboração de planos de controle e enfrentamento.

Mas o mapa é muito mais que uma síntese de dados ilustrados e espacializados. Através da sua interpretação, é possível extrair uma vasta gama de informações sobre a realidade. Quais os

municípios que possuem as maiores taxas de contaminados, qual a faixa etária da população desse município, qual a sua posição dentro do REGIC (Região de Influência das Cidades), qual o fluxo de entrada e saída de trabalhadores e visitantes na cidade. Essas informações, junto de uma análise sobre a estrutura do sistema saúde que o município consegue oferecer, permite a elaboração de um quadro para previsões e futuras medidas preventivas para que, por exemplo, não se quebre o sistema de saúde com superlotação dos hospitais.

Também é possível analisar qual a rota mais movimentada entre as cidades com maiores índices de contaminados, como no caso da figura 1, a utilização do eixo rodoviário da Fernão Dias (BR 381). Indicar e propor que o fluxo nessa região é alto e potencialmente de risco para a população, logo, é necessário a elaboração de uma medida pública para a contenção da circulação.

O presente texto não busca uma análise da realidade do Sul de Minas Gerais no contexto da pandemia. Mas o documento cartográfico da GeoAtiva Jr. - Atividades e Soluções, ilustra muito bem o que é proposto por esta leitura, de como a lente geográfica está a serviço da sociedade.

Preocupações para o futuro: como a geografia pode ajudar?

A produção do espaço se modificou na pandemia e desmascarou muitas mazelas da sociedade contemporânea, como as falhas no sistema de saúde, no sistema educacional, na economia, na agricultura e nas questões ambientais. Medeiros (2020), ao discorrer sobre a pandemia nos grandes centros metropolitanos, afirma que:

Os números revelam, até então, elevados índices de transmissão diária e aumento expressivo de óbitos nesses lugares. Também são nesses espaços que se encontram os maiores espaços de pobreza urbana, cuja paisagem se expressa por meio da ocupação de áreas insalubres e uma ineficiente distribuição de equipamentos públicos voltados à promoção do bem estar das famílias (MEDEIROS, 2020).

A realidade territorial dos espaços metropolitanos delimita intensa desigualdade social, onde existem precariedades no sistema de saúde, no modal rodoviário e nos centros de atendimentos hospitalares. Com a pandemia, uma nova dinâmica se estabeleceu, e essas falhas se tornaram mais intensas e preocupantes. Com a análise geográfica, essas problemáticas são evidenciadas e novas propostas podem ser criadas e indicadas para atender da melhor maneira possível à população.

Fica evidente que a pandemia da COVID-19 traz impactos e consequências políticas, culturais, econômicas e ambientais, que se espacializam e alteram a dinâmica territorial do país como um todo. Ressalta-se que as políticas de enfrentamento tendem a ser mais eficazes quando pensadas na totalidade local-global. A partir do momento em que a técnica deixa tudo conectado, é seguro admitir que a interação de esferas multiescalares vá acarretar na transmissão do vírus (COUTO *et al.*, 2020).

São múltiplas realidades que se fraturam no espaço e são múltiplos os sujeitos que lutam pelo seu lugar no espaço. A emergência e a intensa espacialização da pandemia colocaram em

voga a desordem que toma conta da realidade espacial brasileira (FIORAVANTE, 2020). Enquanto temos o território utilizado como recurso, cada recorte responde de determinado modo frente a esta imposição.

Ao analisar a resposta que certo recorte espacial oferece frente à perturbação do coronavírus, o geógrafo se vê na função de fornecer um escopo investigativo capaz de entender os motivos que culminaram naquela situação. É preciso compreender quais os agravantes sociais que se correlacionam com os índices de contaminação, transmissão, óbitos e curados, para que assim possam ser elaboradas políticas sociais que auxiliem nesta realidade caótica.

Quando se analisa a mudança do espaço em um curto espaço de tempo, como tem acontecido durante o ano de 2020, é possível observar como essas transformações são reflexos das dinâmicas socioambientais em escala individual e planetária. Como discorreu a professora Dirce Suertegaray (2020), vemos que essas transformações decorrem pela existência de um vírus, ou seja, é a partir da natureza que emerge a pandemia. Logo, aqueles que se preocupam com o debate ambiental terão muito com o que se preocupar, como, por exemplo, a emergência de novos vírus.

É de extrema importância destacar que a nova complexidade espacial destacada pelo coronavírus deixou evidente a relação parasita que a sociedade tem com a natureza. Como já foi dito, a exploração que objetiva sempre o lucro converge numa realidade em que a degradação ambiental, principalmente na Amazônia, é acobertada e passa despercebida. A pandemia serve como véu que acoberta e escurece as ações criminosas no pantanal brasileiro e na Amazônia.

Silva *et al.*, (2020) discorrem que a pandemia do coronavírus pode resultar, além do que já foi dito, no aumento da intensidade com que o bioma amazônico é degradado. A redução da fiscalização, gerada pela pandemia, junto de ações governamentais que enfraquecem as estruturas de combate ao desmatamento, convergem para um cenário caótico e preocupante. A atenção nas redes por parte da sociedade e a preocupação com a eminente crise econômica do país faz com que os problemas ambientais não sejam noticiados, e o desmatamento, justificado pelo lucro agropecuário, se intensifica cada vez mais.

De acordo com Aragão *et al.*, (2020):

No cenário ambiental brasileiro, observou-se que as taxas de desmatamento aumentaram no período correspondente à pandemia de COVID-19, onde na Amazônia, entre 1 de agosto de 2019 e 14 de maio de 2020, a taxa correspondeu a 89% do que foi desmatado no mesmo período entre 2018 e 2019, com uma área acumulada correspondente a 6.059 km², indicando que a taxa a longo prazo poderá aumentar até julho/agosto de 2020 (ARAGÃO *et al.*, 2020).

A crise ambiental está diretamente associada com a crise social. O que precisa ser pensado é uma maneira de diagnosticar a degradação e a transfiguração do ambiente, mas, além disso, o geógrafo precisa, emergencialmente, trabalhar no prognóstico dessas mudanças. O caos ambiental tem sido a expressão de conflitos socioeconômicos, políticos e culturais que se espacializam na

natureza. A constante busca pela apropriação da segunda natureza expressa as contradições da exploração capitalista.

Nessa narrativa de degradação ambiental, não é exagero concluir que os problemas socioambientais no período pós-pandemia serão devastadores. O fortalecimento contínuo da globalização seguido pelo aprofundamento das desigualdades sociais, frutos do sistema capitalista de produção, intensificam esse processo e transformam a realidade espacial. É nesse momento que o geógrafo precisa se preocupar com essa situação e buscar soluções que possam amenizar tal realidade. Auxiliar os órgãos ambientais, como o IBAMA, na criação de políticas públicas, de obtenção de dados e monitoramento das queimadas e desmatamento.

A busca por respostas e soluções para uma crise ambiental que se expressa, também, em crise social, é uma tarefa desafiadora. O geógrafo precisa pensar para além do diagnóstico, de maneira a evidenciar que os conflitos ambientais se espacializam em conflitos territoriais. Analisar de forma verticalizada as novas dimensões estabelecidas pelo coronavírus, entre elas a culturas, econômica, política e ambiental, é fundamental no processo de produção de uma realidade contra a pobreza e a exclusão.

Conclusões

O que devemos deixar claro é que o espaço geográfico está em constante transformação, e em um momento atípico da sociedade, essa transformação pode se expressar de diversas maneiras. Analisar e compreender as dinâmicas espaciais em diferentes escalas e espaços converge para uma leitura crítica da realidade e para possíveis medidas de enfrentamento e auxílio.

É nesse momento que se percebe a importância da epistemologia geográfica e do papel do profissional em geografia. A necessidade de um olhar sob a perspectiva de uma lente crítica e que se importa, de fato, com a organização espacial, é a base para o planejamento durante a crise. Deve-se sempre ressaltar a importância do conhecimento científico e como ele busca, sempre, fornecer resultados e respostas para a sociedade. A valorização do conhecimento científico é a valorização da vida.

Durante o texto, buscou-se uma discussão acerca do papel geográfico na pandemia da COVID-19. Foi destacado que a cartografia aparece como uma ferramenta fundamental na análise da realidade espacial, mas que sozinha, não é suficiente para uma crítica mais profunda, tendo em vista que complexidade dos cenários social, ambiental, político, cultural e econômico precisa de mais atenção.

A busca por políticas de enfrentamento e por medidas mitigadoras é constante e não deve cessar, a segurança da sociedade é, ou deveria ser, prioridade de qualquer governo. A partir do momento em que se considera que a crise ambiental se expressa numa crise social densa e crítica, é importante refletir a respeito das causas e consequências. Além de ser importante destacar que a geografia e a ciência estão a favor da sociedade, e devem ser valorizadas.

Referências

ARAGÃO, Luiz E. O. C.; SILVA JUNIOR, Celso H. L.; ANDERSON, Liana O. **O desafio do Brasil para conter o desmatamento e as queimadas na Amazônia durante a pandemia por COVID-19 em 2020: implicações ambientais, sociais e sua governança.** São José dos Campos, 2020. 34p. SEI/INPE: 01340.004481/2020-96/5543324. DOI: 10.13140/RG.2.2.17256.49921

COUTO, Aiala Colares Oliveira *et al.* **Reflexões geográficas em tempos de pandemia.** Ananindeua, Pará: Itacaiúnas, 2020. Disponível em: <https://editoraitacaiunas.com.br/produto/reflexoes-geograficas-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 06 out. 2020.

FIORAVANTE, Karina Eugênia. A pandemia de COVID-19 e a possibilidade de reformulação do conhecimento científico e geográfico. **Revista Ensaios de Geografia**, Niterói, vol. 5, nº 10, p. 50-55, julho de 2020. Submissão em: 27/04/2020. Aceite em: 04/07/2020 Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ - Brasil

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2008.

NICOLA, M. et al. The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): A review. **International Journal of Surgery**, v. 78, p. 185-193, 2020.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. O papel da geografia diante da pandemia da covid-19. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 7, n. 3, p. 80-84, jun. 2020. Disponível em: <https://zenodo.org/record/3909889#.X3yxMVKSnlU>. Acesso em: 06 out. 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** Edusp: São Paulo, 2002.

SANTOS, M. O papel ativo da Geografia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 103-109, 2000.

SILVA, Carla Larissa Fonseca da. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA PANDEMIA DE SARS-CoV-2 (COVID-19) NO BRASIL: COMO SUPERÁ-LOS? **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 220-237, jul. 2020

Sun F et al., A spatial analysis of the COVID-19 period prevalence in U.S. counties through June 28, 2020: where geography matters?, **Annals of Epidemiology**, <https://doi.org/10.1016/j.annepidem.2020.07.014>

A educação sem escola: o ensino remoto emergencial, a função social da educação e a desigualdade social

Sandra de Castro de Azevedo
sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br

Introdução

A circulação do coronavírus em um mundo globalizado é dificilmente controlada, além da facilidade de transmissão do vírus existe uma relação entre os espaços, por meio de redes, que facilita essa circulação. E por meio dessa facilidade de circulação o coronavírus chegou ao Brasil, e após os primeiros testes positivos para a Covid-19 e os primeiros óbitos, o Ministério da Saúde divulgou orientações para enfrentamento do vírus, e uma dessas recomendações afetou diretamente as escolas: a necessidade de evitar aglomerações. Como evitar aglomerações com tantos alunos e professores em um único espaço físico que é a escola? Com tantos alunos que usam transporte escolar? Sem solução imediata para essa questão, o mais seguro foi a suspensão das atividades presenciais nas escolas.

Como pensar a educação sem a escola? Esse passou a ser o desafio de todos os sistemas de ensino, seja da rede privada ou da rede pública. A estratégia adota pelas escolas da rede particular de ensino foi o uso de tecnologia com o predomínio de aulas online e vídeoaulas gravadas pelos professores, já as escolas da rede pública se depararam com a explicitação do efeito da desigualdade social no ensino, pois grande parte dos alunos não possui acesso à internet e para tentar diminuir a desigualdade no ensino remoto emergencial foi recuperado o método da teleaula, compra de aplicativos educacionais e impressão de material para os alunos.

Este texto propõe refletir um pouco sobre o processo do ensino remoto emergencial, buscando entender as esferas que estão interligadas a ele, como acesso à internet, condições de estudo e de trabalhos em casa, apoio familiar, a questão financeira e de saúde, também faz breve análise das consequências desse formato de ensino.

Ensino Remoto Emergencial: a importância da escola na função social da educação

A escola é uma instituição que vem há algum tempo sendo questionada, existem vários pesquisadores que criticam a escola e a comparam a uma prisão por possuir muros altos, grades nas janelas e por manterem os portões fechados, ou seja, por apresentar uma conduta disciplinadora. Segundo Foucault, a escola apresenta uma conduta disciplinadora:

Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas

mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1999, p. 119).

A escola disciplina os corpos, cada espaço da escola exige um comportamento, na sala de aula o aluno deve ficar sentado olhando para o professor, para seu caderno, para o livro, quando o aluno se levanta ou quando vira de lado para conversar, o professor logo coloca ordem por meio de frases como “Vira pra frente”, “Vai se sentar, levantou para quê?”. No pátio na hora do intervalo tem o espaço destinado à alimentação e o espaço destinado para brincar, conversar, mas não se pode correr, essa recomendação é muito comum nas escolas de educação infantil e ensino fundamental, é necessário controlar as crianças para que elas não corram, pois podem se machucar. Os alunos que fogem à disciplina da escola são rotulados como indisciplinados, bagunceiros e até violentos.

Nadal (2009) corrobora com isso quando afirma que a escola surge para fortalecer a burguesia e depois sua função passa a ser preparar para o trabalho na fábrica. Mas será que a sociedade atual concorda com essa escola disciplinadora? Existe na sociedade a adesão à escola disciplinadora, uma disciplina sutil, sem violência física e verbal, mas que seja capaz de manter a ordem, mesmo que não seja a ordem desejada por alunos e professores, mas a ordem e disciplina vendidas aos pais quando se trata de colégio particular e desejada pela sociedade para as escolas públicas. Todos buscamos um ambiente escolar propício para a aprendizagem, os profissionais da educação, responsáveis pelas crianças, e os próprios alunos não gostam de uma escola ou sala de aula onde a indisciplina se mantém e o aprendizado se torna algo difícil, nesse sentido é importante buscar a gestão democrática da escola, onde a violência simbólica não terá espaço e as normas de convivência serão definidas e respeitadas por todos, onde a hierarquia professor-alunos se pautará no processo de mediação de aprendizado e não em uma relação de poder onde as forças são medidas.

No entanto, avançamos muito pouco, no que é possível verificar na prática, nesse modelo de gestão democrática, seja nas escolas do sistema privado, seja nas do sistema público. A escola como instituição, de modo geral, conseguiu manter a sua função inicial, que é disciplinar e manter a classe dominante no poder.

Seria, pois, ingênuo esperar que, do funcionamento de um sistema que define ele próprio seu recrutamento (impondo exigências tanto mais eficazes talvez, quanto mais implícitas), surgissem as contradições capazes de determinar uma transformação profunda na lógica segundo a qual funciona esse sistema, e de impedir a instituição encarregada da conservação e da transmissão da cultura legítima de exercer suas funções de conservação social (BOURDIEU, 2007, p. 59).

Apesar de concordar com Bourdieu, é necessário ressaltar que algumas escolas conseguiram superar essa visão de escola conservadora, uma pequena parte das escolas públicas possui hoje em seu corpo de profissionais gestores e professores que buscam uma educação transformadora e que lutam constantemente contra o processo de precarização do trabalho e de desvalorização social, fortalecendo assim a crise educacional, pois são profissionais da educação em busca de uma educação transformadora por meio da escola que é reprodutora da classe dominante, e as políticas públicas que buscam cada vez mais a padronização, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vêm como ação de reforço do Estado contra essas escolas transformadoras. Apesar do discurso de igualdade, essas políticas têm o objetivo de padronização e controle dos professores e dos alunos que fazem parte da classe trabalhadora, é necessário controlar um modelo de educação, que começa a agir de forma pontual, mas já mostra suas consequências contra a classe dominante.

Esses professores buscam uma educação para a vida, que tenha como foco o desenvolvimento cognitivo do aluno para que ele seja capaz de fazer a leitura da sua realidade e de se posicionar nela, e são contrários à pedagogia das competências. O ensino de geografia é um importante instrumento para levar o aluno a compreender sua realidade e, por meio da construção abstrata do espaço geográfico, esse processo se torna mais fácil, desde que o professor tenha formação adequada no que se refere à geografia crítica.

O espaço como objeto de análise geográfica é concebido não como aquele da experiência empírica, não como um objeto em si mesmo, a ser descrito pormenorizadamente, mas sim como uma abstração, uma construção teórica, uma categoria de análise que permite apreender a dimensão da espacialidade das/nas coisas do mundo. O espaço geográfico é, desse modo, concebido e construído intelectualmente como um produto social e histórico, que se constitui em ferramenta que permite analisar a realidade em sua dimensão material e em sua representação (CAVALCANTI, 2008, p. 18).

Como pensar a função social da escola e o ensino de geografia em período de pandemia? Como analisar as contradições explicitadas no sistema educacional e possibilitar uma análise geográfica desse processo? Para ampliar a discussão apresentada nessas inquietações, temos de retomar o momento da paralisação dos trabalhos presenciais nas escolas.

Esse processo tem início oficial quando o Ministério da Educação por meio da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, possibilitou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Essa data pode ser considerada como início oficial, pois antes da publicação desta portaria alguns estados e municípios já tinham suspenso as atividades presenciais em alguns sistemas de ensino e universidades, isso porque o vírus não se espalhou de forma padrão no espaço geográfico brasileiro, os espaços que foram afetados primeiro tiveram de tomar suas decisões antes do governo federal.

A suspensão das aulas foi uma atitude necessária e seguiu as orientações médicas, no entanto causou enorme inquietação, pois tratava de pensar a escola sem seu espaço físico, passava

a ser necessário pensar como as atividades poderiam chegar aos alunos sem perder a função da escola, a posição agora estava invertida, não se tratava do aluno ter de chegar à escola e ter de ser responsabilizado por seu deslocamento (seja financeiramente e organizando seu tempo), mas sim da escola chegar aos alunos. Quem será responsável por esse movimento? Os sistemas educacionais, as escolas? Ou deixa-se a cargo da família criar condições para a escola chegar ao aluno que está sob sua responsabilidade?

Essa situação deixou mais clara a desigualdade existente no Brasil, as escolas particulares partem do princípio de que seus alunos, clientes, possuem condições de ter aula online, dessa forma conseguir as condições materiais e pessoais para assistir às aulas é responsabilidade da família do aluno, e realmente as escolas particulares que atendem às classes favorecidas não tiveram problemas de exclusão dos seus alunos das atividades realizadas, já nas escolas particulares voltadas para atender os alunos das classes menos favorecidas, que compraram a ilusão da escola particular articulada ao discurso de incompetência da escola pública, podem ter apresentado dificuldades em acompanhar essas aulas.

Quando analisamos o atendimento das escolas públicas, a situação se torna mais drástica, pois a maioria dos alunos não possui condições mínimas de acompanhar as aulas. Essa questão de acesso à internet não é uma realidade somente deste momento e em um mundo globalizado acesso à internet passa a ser uma necessidade, pois disso muitas vezes depende o acesso à informação.

Em linhas gerais, o Brasil chegou na segunda década deste século com a metade de sua população acessando a Internet de alguma forma (seja de casa, do trabalho, do celular, da escola, mesmo que não possua computador próprio). Dados da Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira, produzida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Brasil, 2015), demonstram que 49% dos indivíduos usam a rede com alguma frequência. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE também aponta percentual similar: 49,4%. No levantamento anual TICs e Domicílios do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br) esse índice havia atingido os 51% ainda em 2012 e chegou em 2013 com 58% (SILVA, 2015, p. 152).

Mas a questão é ainda mais delicada, pois muitas famílias brasileiras realizam o acesso à internet por meio do aparelho celular, e realizar atividades escolares por meio desse aparelho é inadequado aos alunos, pois é cansativo e não apresenta todas as funções que possibilitam a realização dos trabalhos escolares.

Apesar de no espaço urbano o acesso à internet ser maior, ela não é acessível a todos, e muitas vezes além da questão financeira de poder pagar por uma internet de boa qualidade, há a questão geográfica de residir em um espaço que seja coberto pela oferta de internet, o que não é realidade de muitos lugares principalmente os periféricos nas cidades brasileiras.

Além do percentual de usuários, outra forma de medir o acesso é a identificação da proporção de residências conectadas (isto é, conexão em casa excluindo-se acesso por celular). Este índice demonstra qual o grau de exposição dos usuários a um tipo de acesso mais estável, privativo e doméstico, que representa melhores experiências de navegação, sendo um sinal de enraizamento do acesso nos lares. O percentual de moradias conectadas também chega à metade: entre 48 e 49 % das residências brasileiras possuem o serviço. Há algumas estratificações que

compõem este indicador: a proporção de casas com Internet é mais alta em centros urbanos e mais rara em áreas rurais (onde apenas 15% das casas possuem acesso). Existem diferenças regionais relevantes, ainda que não sejam díspares: no Sudeste e Sul cerca 51% dos domicílios tem acesso a internet. No Centro-Oeste, 44% das casas possuem o serviço. Já no Nordeste este percentual cai para 30% e no Norte, 26% (GGI.Br, 2014). Quase que a totalidade dos domicílios da Classe A possuem internet (cerca de 98%). Este percentual vai caindo conforme se chega às classes mais baixas: 80% na classe “B”; 39% das residências da classe “C” e apenas 8% dos domicílios das classes “D” e “E” possuem o serviço (GGI.Br, 2014) (SILVA, 2015, p. 153).

A pesquisa de Silva (2015) comprova a desigualdade do acesso à internet e à internet de qualidade. No entanto no momento de elaboração de estratégias para a realização de um ensino remoto emergencial predominou, como normalmente acontece nas políticas educacionais, a visão de uma área urbana com boa infraestrutura, contribuindo assim para que a população rural e que reside em áreas periféricas das cidades grandes e médias e nas cidades pequenas interioranas, tenha sua realidade ignorada pela lei, mais uma vez a padronização no ensino ficou mais latente, sem considerar as particularidades sociais e econômicas.

Outra questão importante é a cultura do uso da internet, o uso na maioria das vezes é destinado para entretenimento, comunicação e comércio, a população brasileira não está habituada a utilizar celular ou até mesmo a internet para fins educacionais e/ou pedagógicos.

No que se refere às razões que levam o brasileiro a acessar a rede, as motivações são variadas, tendo em vista que a Internet representa hoje uma série de serviços e sustenta diversas funções. No geral, os dados demonstram que o usuário está em busca principalmente de “informações (67%) - sejam elas notícias sobre temas diversos ou informações de um modo geral -, de diversão e entretenimento (67%), de uma forma de passar o tempo livre (38%) e de estudo e aprendizagem (24%)” (Brasil, 2015, p. 49). Dados do CGI.Br apontam um mesmo padrão: 65% procurar informações sobre produtos e serviços; 45% procurar informações relacionadas a saúde ou serviços de saúde; 37% procurar informações sobre viagens (CGI.Br, 2014). Quanto à atividades de comunicação realizadas na Internet, 77% afirmam participar de redes sociais; 74% enviar mensagens instantâneas; 72 % enviar ou receber e-mail; 32 % conversar por voz; 18% usar microblogs e 17% participar de listas de discussão (CGI.Br, 2014) (SILVA, 2015, p. 158).

Buscando ampliar o uso de tecnologia no ensino, a Diretriz Nacional de Formação de Professores de 2015 (CNE/CP Resolução Nº 2, DE 1º DE julho de 2015), quando aborda a preparação do egressos, afirma no artigo 5 que nos cursos de formação de professores é necessário levar os alunos “VI - ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes; ” (BRASIL, 2015, p. 6).

Apesar de ser importante abordar a questão das TICs na formação de professores, somente a formação do professor não é suficiente para resolver o problema, pois o professor pode ter o conhecimento técnico e pedagógico para utilizar as tecnologias da comunicação e da informação na sua atuação docente, mas vai necessitar de infraestrutura em tecnologia na escola e que seus alunos também tenham acesso à tecnologia, dessa forma entendemos que existe um longo caminho a se percorrer. Para tentar ampliar a inclusão dos alunos das escolas públicas no ensino remoto

emergencial o Ministério da Educação investiu em auxílio internet e computadores, fato que ajudou os alunos de instituições de educação superior, cadastrados no auxílio estudantil, que estão localizados em áreas que possuem cobertura de rede de internet, mas esse movimento não atingiu alunos que são excluídos da oferta desse serviço.

No entanto esse período de pandemia, que exigiu um ensino remoto para as atividades escolares, explicitou as dificuldades e a falta de conhecimento de muitos professores ao usarem as tecnologias para o ensino. Mas é necessário cuidado com essa análise e devemos evitar a culpabilização do professor, prática que infelizmente está se tornando comum na nossa sociedade. O professor está inserido em um sistema educacional e esse, seja particular ou privado, tem a responsabilidade de organizá-lo de forma democrática. No entanto o que temos presenciado é o predomínio de decisões sem consulta aos professores que impactam o planejamento do trabalho pedagógico e a falta de investimento em materiais necessários para que esse ensino remoto aconteça de forma adequada. O fato de ser um ensino remoto emergencial poderia ser a desculpa para a falta de planejamento, e discursos como “Foi uma emergência, ninguém estava preparado para isso”, por exemplo, podem justificar tomadas de atitudes como, em um curto espaço de tempo, transformar as aulas presenciais em aulas online, em que os alunos ficam em suas casas assistindo às aulas ministradas pelos professores, também das suas casas, seguindo o mesmo formato do presencial, o mesmo planejamento de conteúdo, o mesmo horário e infelizmente muitas vezes com a mesma metodologia de ensino, é o que presenciamos em muitas escolas particulares.

Essa estratégia tem uma preocupação principal com o conteúdo, mas será que realmente o aluno está aproveitando essas aulas? Será que a maioria consegue assistir e participar das aulas? Ou desligam as câmeras enquanto o professor fala para fotos e ícones com as iniciais que representam os alunos, mas sem conseguir na maioria das vezes realizar um diálogo que contribua no processo ensino aprendizagem?

Será que é saudável para o aluno e para o professor ficar no computador por horas seguidas? É urgente refletir sobre essas questões. Guilherme V. Polanczyk, professor associado do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, ao abordar a saúde mental na pandemia afirma que:

Todas as crianças e adolescentes neste momento se deparam com situações que geram sofrimento. A limitação de não poder ir e vir, a restrição de espaço, não poder encontrar ou abraçar seus avós, não poder encontrar seus amigos, ter festas, viagens e campeonatos cancelados, o medo de ser infectado ou de ter seus familiares infectados, a interrupção do ensino presencial, a percepção de que seus pais estão ansiosos, preocupados, irritados, as brigas, são todas situações que geram estresse no momento (POLANCZYK, 2020, não paginado).

Dentro desse contexto, o ensino remoto emergencial deve considerar em seu planejamento as condições sociais e emocionais que os alunos possuem para realizar as atividades e os professores para preparar suas aulas e mediar o aprendizado.

Já no sistema público de educação, temos uma variedade de estratégias para o ensino remoto, sendo que as aulas online não são a principal estratégia, devido à dificuldade ou à falta de acesso para a maioria dos alunos das escolas públicas, dessa forma tem-se utilizado vídeoaulas, aplicativos para comunicação, apostilas em formato digital e impresso, que são entregues aos alunos que não conseguem acessar a internet e que têm condições de retirar o material nas escolas, em alguns casos esses materiais são enviados pelo correio para os alunos.

No estado de Minas Gerais foi adotado o aplicativo Conexão Escola em que o aluno consegue assistir às vídeoaulas veiculadas na Rede Minas e acessar os Planos de Estudos Tutorados e podem utilizar salas de chat por disciplina para que o professor possa mediar o aprendizado, permitindo a interação entre alunos e professores. No estado de São Paulo o ensino remoto está utilizando os aplicativos Centro de Mídias SP (CMSP) e os canais digitais 2.2 - TV Univesp e 2.3 - TV Educação. Nesses dois estados as escolas ficaram responsáveis por fazer a distribuição do material impresso para os alunos que não conseguem acesso à internet. A Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo fez uma campanha para que os responsáveis atualizassem o endereço para enviar o material pelo correio, além disso fez parceria com o Google for Education, para utilização do Google Sala de Aulas e também utiliza um canal de TV para conseguir colocar em prática o ensino remoto. Apesar de não aparecer como estratégia o uso do WhatsApp, Facebook, Meet e Zoom está sendo muito comum no processo de comunicação entre professores e alunos.

Existe uma diversidade de estratégias e aplicativos sendo utilizados, mas todos eles dependem de um mínimo de acesso à tecnologia para assistir às aulas e manter a comunicação que na maioria das vezes está acontecendo via redes sociais. Em alguns casos foram feitas também parcerias com rádios locais como na cidade de Pindamonhangaba (SP) e Mulungus (CE), no segundo caso foi a forma que encontraram para chegar aos alunos que residem no espaço rural.

Apesar de todas essas tentativas de alcançar os alunos e garantir o acesso à educação em meio à pandemia, é necessário realizar pesquisas para comprovar a eficácia de todas essas estratégias, diagnosticar o quantitativo de alunos que efetivamente participaram do processo e se conseguiram aprender por meio dessas estratégias.

É importante pensar na organização da família com relação ao trabalho, pois essa questão afeta diretamente a realização e a qualidade do ensino remoto dos alunos, pois nesse formato é necessária maior disciplina e planejamento de toda a família para que o aluno consiga acompanhar as aulas e realizar as atividades. Os familiares que conseguem se organizar para acompanhar e orientar os filhos na realização das atividades provavelmente conseguirão maior aproveitamento do processo ensino-aprendizagem.

No entanto é necessário esclarecer que a realização do trabalho home office é um privilégio de pequena parcela da população, grande parte da população continuou realizando seu trabalho no formato presencial (exceto em momentos de lockdown, que aconteceu em alguns municípios),

além dos cuidados que precisam ter para se proteger da COVID-19, ainda tem de se preocupar com quem deixar seus filhos, já que as escolas não estão abertas e trabalhando fora de casa dificilmente conseguem acompanhar as atividades educacionais das crianças e dos jovens. E não podemos esquecer dos trabalhadores que ficaram desempregados devido à pandemia e têm de se preocupar em como sobreviver nesse momento, não tendo condições de pensar no ensino remoto do seu filho. Outra questão que aflige as famílias é lidar com a perda de um ou de vários entes queridos por causa da COVID-19, deixando a situação sem espaço para pensar na educação de seus filhos.

Ou seja, a questão da educação vai para além do acesso à internet de qualidade e perpassa as diversas dimensões da vida.

Após analisar a questão do ensino remoto partindo do viés do aluno, vamos refletir sobre o trabalho do professor em período de trabalho home office. De acordo com Alves (2020, p. 12):

A casa, que era invadida de cima para baixo pelo tempo produtivo, tornou-se ela própria o lugar desta produção. Se o tempo da valorização dominava as relações sociais com sua lógica moldando o comportamento de fora para dentro, agora ele ultrapassou o limiar da porta da morada, invadindo-a, literalmente. O espaço doméstico é, hoje, cada vez mais o ateliê onde o habitante vai transformando todos os momentos da vida privada em “trabalho em ação”. O home office subverteu a lógica e o uso do espaço privado da família, que se torna um espaço produtivo do capital subordinando o tempo familiar. Deste modo, impõe-se novas regras de convívio através de sérias imposições ao uso do tempo e dos espaços privados. Isto porque, como o espaço, o tempo doméstico também é totalmente subsumido à produção econômica, aumentando a exploração do trabalho e diminuindo aquele dedicado à vida privada. Nessa circunstância, a casa passa a ser a síntese dos espaços-tempos cotidianos antes desenvolvidos nos lugares diferenciados da cidade.

Esse ponto é muito complexo e pode apresentar diversas análises, este texto explorará de forma breve alguns:

1. Alguns trabalhadores estão satisfeitos com o trabalho em home office, pois alegam que não gastam tempo e dinheiro com deslocamento, afirmam que conseguem se planejar de forma que o trabalho não tome todo seu tempo e principalmente podem ficar com os filhos em casa, uma vez que as escolas estão em estudos remotos e as crianças e jovens estão em casa;

2. Alguns trabalhadores estão satisfeitos em poder trabalhar em home office sem colocar sua vida em risco e por poder cuidar das crianças que estão em casa, mas alegam que estão assumindo responsabilidades com custos de internet, energia elétrica, que deveriam ser custeados pelo empregador e afirmam que existe uma dificuldade de planejamento de tempo de trabalho pela empresa, trabalhando mais do que a carga horária habitual, mesmo que em algumas situações, tendo seus salários reduzidos devido às estratégias do governo para enfrentar a pandemia e que atacaram diretamente os direitos dos trabalhadores;

3. Alguns trabalhadores estão com dificuldades de realizar o trabalho em home office por questões estruturais, como internet de baixa qualidade e por terem de dividir o computador com os filhos e com outros adultos, já que todos estão realizando suas atividades de forma remota;

4. As mulheres trabalhadoras tiveram sua dupla jornada ampliada em um único espaço, dificultando assim realizar a função de mãe, trabalhadora e realizadora dos trabalhos domésticos e cuidados familiares que o período de pandemia exige.

E os professores e professoras como estão realizando seu trabalho home office e preparando o ensino remoto para seus alunos.

A maioria dos professores, até o momento da pandemia, não tinha o hábito de utilizar tecnologia em suas aulas e quando utilizava era de forma pontual. Esses professores tiveram de mudar sua forma de dar aula em um curto espaço de tempo. Os professores em sua maioria tiveram de se adaptar a ministrar aula para um computador, com na maioria das vezes os alunos estão com as câmeras desligadas e com poucas trocas, a dinâmica da sala de aula passou a ser mais estática e as trocas consequentemente diminuíram, mantendo assim a tradicional transmissão de conteúdo, que tanto buscam superar.

Além de ter de aprender a ministrar sua aula de forma online, muitos professores tiveram de aprender rapidamente a utilizar diferentes aplicativos e ambientes virtuais de aprendizagem, aprender a gravar vídeoaulas, tudo isso pensando em como possibilitar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo para seus alunos, seja por meio de atividades síncronas ou assíncronas.

Muitos professores, neste período de pandemia, dedicam expressiva parte de seu tempo para acompanhar o desenvolvimento de seus alunos e de incentivar os alunos a realizarem as atividades, já que um número considerável de alunos não está participando das atividades educativas neste período de pandemia, seja por dificuldade de acesso, questões financeiras, questões sociais e/ou de saúde. Essa movimentação dos professores reforça a importância desse profissional e seu potencial de luta que deve ser dedicado para a busca de uma educação transformadora, e de condições adequadas de trabalho e, claro, de valorização profissional, financeira e social.

Todos esses desafios presentes na educação neste momento de pandemia reforçam a necessidade de lutarmos contra esse modelo de educação neoliberal.

Com o estabelecimento do neoliberalismo e da globalização, prevalece o discurso homogêneo que defende uma única forma de pensar em todas as esferas da sociedade, inclusive a esfera educacional, onde, para melhorar as taxas de analfabetismo, atendendo às normas de órgãos mundiais, realizaram-se políticas educacionais que visam à quantidade em detrimento da qualidade. Amplia-se o acesso à educação para uma grande parcela da sociedade, melhorando os dados relativos ao analfabetismo, mas não se garante a qualidade da educação (AZEVEDO, 2018, p.167).

As dificuldades dos alunos em conseguirem acompanhar as aulas ou de realizarem as atividades escolares evidenciaram que frequentar a escola não é suficiente, alguns desses alunos já não conseguiam realizar as atividades de forma presencial com apoio dos professores e dos colegas de turma e na maioria das vezes essa dificuldade era deixada de lado em nome do ritmo de padronização do ensino que precisa gerar índices positivos. Agora, ao ter de realizar essas atividades em casa de forma solitária ou com o apoio da família, que não substitui o professor, a possibilidade desse aluno desistir de fazer as atividades e evadir aumentam de forma significativa.

Para evitar a exclusão de parte dos alunos, alguns municípios decidiram suspender as atividades presenciais e não oferecer atividades remotas de forma obrigatória, ou seja, sem computar como carga horária do ano letivo. Esse foi o caso dos municípios de Alfenas, no sul de Minas Gerais, de Belo Horizonte, capital do Estado e de Juiz de Fora (MG), que mantiveram as aulas presenciais suspensas sem ensino remoto até o mês de setembro de 2020, quando começaram a implementar atividades escolares a distância.

Implementar ou não o ensino remoto emergencial não é uma decisão simples, mas explicita que nossos gestores e nossa sociedade não conseguem pensar em estratégias que superem ou minimizem as consequências da desigualdade social na educação. Enquanto as escolas da rede privada continuam com suas atividades de forma online, mantendo a oferta de conteúdo, os alunos da rede pública realizam quantidade muito menor de atividades, se comparada ao presencial, o que impacta diretamente no aprendizado, e mesmo sendo um conteúdo em menor quantidade muitos alunos não conseguem acompanhar e são excluídos, já os municípios que decidiram por não reforçar a desigualdade de acesso aos alunos da rede pública por meio do ensino remoto emergencial, terão de conviver com o abismo entre as escolas da rede privada e da rede pública no mesmo município, e também da diferença entre os alunos dos anos finais do ensino fundamental do estado e do município, além de ter de pensar em estratégias que recuperem no aluno a cultura escolar depois de um ano sem vínculos com a escola.

Nesse momento de tantas incertezas e tantas contradições presentes na oferta ou não do ensino remoto, existe a possibilidade de ampliação da luta por uma educação transformadora. As restrições ao retorno da aula presencial por motivos de evitar aglomerações é um excelente argumento para reforçar a luta antiga dos profissionais da educação por menor quantidade de alunos em sala de aula, além de comprometer a parte pedagógica, a grande quantidade de alunos no pequeno espaço da sala de aula passa a ser declaradamente um risco à saúde de alunos e professores.

Outra questão que essa situação de ensino remoto emergencial mostra é a fragilidade da padronização do processo de ensino-aprendizagem e da metodologia de ensino. Esse tópico sempre foi debatido pelo movimento que defende uma educação transformadora e pelos pesquisadores em educação e ensino, mas a padronização de aulas e de material de didático pelo Estado neste

período de pandemia explicitou o fortalecimento de uma aprendizagem sem sentido e sem significado. O conteúdo a ser ensinado deve ser contextualizado e ressignificado pelo professor, que na maioria das vezes desempenha papel de coadjuvante na elaboração dos currículos oficiais. No ensino remoto esse processo de contextualização ficou prejudicado, ampliando a padronização e a transmissão de conteúdo, muitas vezes sem sentido para o aluno. Dentro desse contexto, é momento de reforçar a luta contra a padronização imposta pelas políticas e índices educacionais, que impõem um ritmo único nas escolas, não respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno.

Entretanto, nesse momento de crise que poderia ser aproveitado para ampliar a luta por mudanças que há anos estão em pauta na educação, o sistema educacional conseguiu confinar os professores com as tecnologias e com o sobretrabalho, diminuindo a possibilidade de articulação coletiva para a luta. Mais uma vez o professor não é ouvido, mas é cobrado e pressionado. Gaddoti (1995, p. 161) já afirmava que:

Os educadores estão vivendo hoje o início de um conflito entre o projeto burguês de educação (que é o projeto vigente) e um projeto popular, eminentemente político. No centro desse conflito situa-se a educação como espaço de luta. **A educação torna-se um instrumento de luta.** Porque a derrubada do atual bloco industrial-militar-burguês não se efetivará sem a educação (= consciência de classe) para a hegemonia das classes trabalhadoras.

Todo esse processo explicitou que o professor é um profissional indispensável na sociedade, que ele precisa ser ouvido, sua experiência e conhecimento de sala de aula são essenciais para o planejamento do sistema de ensino.

É momento de defender uma educação humanizadora, com escolas que trabalhem a diversidade e que reconheçam que a escola não é somente um espaço de construção de conhecimento, mas é também um importante espaço de socialização onde os diferentes grupos se encontram e se formam para a vida.

Considerações para a luta

O ensino remoto emergencial na escola pública ou na escola privada reforça a necessidade da escola enquanto espaço físico que permite o processo de socialização das pessoas, é o lugar do encontro dos diferentes, esse encontro pode ser perverso se for conduzido com a presença de preconceitos, discriminações que buscam reforçar a padronização de uma sociedade dominante, como pode ser também o encontro que possibilita o desenvolvimento pessoal por meio das trocas entre os diferentes, valorizando e reforçando a diversidade. Em uma sociedade onde predominam os princípios neoliberais do individualismo e da meritocracia, a escola passa a ser uma das poucas instituições que possibilitam o encontro dos diferentes.

Infelizmente, nesse momento de pandemia, muitas escolas mostraram muito mais preocupação com o conteúdo, com a conclusão do ano letivo escolar, do que com o processo de socialização dos alunos e aqui colocamos a hipótese de que uma consequência dessa atitude seja o processo de negação do aprendizado, pois os alunos estão cansados de ficar no computador

parados, ouvindo sem trocas ou com poucas trocas, sem a dinâmica que existe na sala de aula e que dá vida a esse espaço.

O ensino remoto emergencial nesse momento deveria acontecer com o objetivo de a escola mostrar aos alunos e suas famílias que está com eles, que está ali presente nessa situação difícil e que o conteúdo não é o essencial, mas sim a necessidade de se manter o vínculo do aluno com a escola, buscando uma troca de apoio entre professores e alunos nesse momento.

É a oportunidade de se fortalecer a luta pela defesa da escola pública, diversa e inclusiva, de buscar de forma coletiva meios para diminuir a desigualdade social que impacta diretamente a educação e fortalecer a busca para uma educação transformadora.

Referências

ALVES, Glória da Anunciação. O dia em que a Terra parou. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) **COVID-19 e a Crise Urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 50-57.

AZEVEDO, Sandra de Castro de. Políticas Públicas Educacionais, Formação de professores e Precarização do Trabalho no Sul de Minas Gerais. In: FERREIRA, Marta Marujo; VALLE, Ana Rute do (Org). **Dinâmicas Geográficas no Sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2018. p. 153-174.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 02/2015 de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 jul. 2015. Seção 1, n.124, p.8-12.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade**. Campinas-SP: Papyrus, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.**; Ttradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis,: Vozes, 1999. 288p.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

NADAL, B.G. A escola e sua função social: uma compreensão à luz do projeto de modernidade. In: FELDMANN, M. G. (org). **Formação de professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo: Ed. Senac, 2009.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Políticas de acesso à Internet no Brasil: indicadores, características e obstáculos. **Cadernos ADENAUER.**, São Paulo, v. 3, p. 151-171, 2015.

POLANCZYK, Guilherme V. O custo da pandemia sobre a saúde mental de crianças e adolescentes. **Jornal da USP.**, São Paulo, 11/05/ maio 2020. Disponível:

<https://jornal.usp.br/artigos/o-custo-da-pandemia-sobre-a-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes> . Acessado em: 10/09/ set. 2020.

O trabalho remoto em uma cidade pequena de Minas Gerais: da legislação estadual à identidade docente

André de Paula Silva
andre-20ps@hotmail.com

Introdução

No momento de Pandemia que se vive hoje em dia, diversas esferas da sociedade são obrigadas a (re) pensar em como atuar neste momento, em que o isolamento social se torna um modo de sobrevivência. Com a educação não seria diferente. Grande parte dos sistemas de ensino privados e públicos tiveram que estabelecer um ensino remoto para não deixar os alunos sem aulas, no momento em que as atividades presenciais estavam suspensas. Dentro deste contexto, o objetivo principal deste trabalho gira em torno das problemáticas que surgira neste modelo de ensino para o Ensino Médio Integral de uma escola pública de Minas Gerais. A ênfase se dará em analisar como as legislações específicas do estado tratam do trabalho docente nesse momento e como ele acontece na prática, a partir da vivência de um professor atuante nessa realidade.

Dessa maneira, primeiramente será feita uma análise documental a partir da Resolução 4310/2020 que trata do ensino remoto no estado de Minas Gerais, dos memorandos da Secretaria do Estado de Educação e das Deliberações oriundas do Comitê Extraordinário Covid-19 de Minas Gerais, juntamente com uma análise bibliográfica do Plano de Estudos Tutorados (PET) da área de Geografia com base em seus conteúdos e atividades.

Para isso, tal análise será feita por um relato de vivência de uma professor-pesquisador que atua em uma escola de Ensino Médio em Tempo Integral no Estado de Minas Gerais situada na pequena cidade de Paraguaçu, na região sul/sudoeste do estado. Em um mundo globalizado em que as particularidades de cada espaço faz diferença é imprescindível, considerar as diversas realidades sociais e como essas vêm enfrentando esta situação, buscando analisar a realidade do modo mais próximo possível, apresentando situações diferentes das grandes cidades que normalmente são usadas como modelos para as políticas públicas. Desta forma esse texto busca analisar como se encontram a profissão docente e o sistema educacional no atual momento de pandemia, por meio da articulação entre as esferas estadual, no contexto das políticas, e local considerando a prática, buscando refletir sobre a função social da escola e identidade docente.

O Ensino Remoto e a Legislação

Primeiramente, no que tange as legislações do estado de Minas Gerais referentes ao momento de pandemia, no dia 15/03/2020 surge o memorando n° 2 de 2020 da SEE - MG, baseada

no Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19, que estipula a suspensão das aulas presenciais a partir do dia 18/03/2020 parcialmente até o dia 22/03/2020. Mas com o aumento do número de contaminações pelo país, é aprovada a deliberação n° 15 do comitê que determina a suspensão das aulas utilizando.

Art. 1º - Ficam suspensas, por tempo indeterminado, as atividades de educação escolar básica em todas as unidades da Rede Pública Estadual de Ensino.

Art. 2º - Ficam suspensas, por tempo indeterminado, as atividades de educação superior em todas as unidades autárquicas e fundacionais que integram a Administração Pública estadual.

Art. 3º - A medida de política pública de suspensão de atividades de educação a que se referem os arts. 1º e 2º é extensível às instituições privadas de ensino e às redes de ensino municipais.

Art. 4º - Durante o período de suspensão das atividades de educação escolar básica, a que se refere o art. 1º, e para fins de futura reposição, considera-se antecipado o uso de quinze dias do recesso do Calendário Escolar de 2020, a contar de 23 de março de 2020 (MINAS GERAIS, pag. 1, 2020).

Para conseguir realizar um planejamento e não prejudicar o ano letivo a suspensão das atividades escolares, fez uso do recesso escolar, de 15 dias a partir do dia 23/03/2020. Mas a suspensão ultrapassou o tempo destinado ao recesso, somente quase um mês após a suspensão das atividades a Secretaria Estadual de Educação indica um retorno de voltas as aulas de forma remota. No entanto houve um imbróglgio judicial por conta da Deliberação n°26 do comitê extraordinário COVID-19 que previa o retorno das aulas a partir do dia 14/04/2020. Esse imbróglgio ocorreu devido o sindicato de professores interpretar no documento a possibilidade de risco a saúde de alguns servidores, pois indicava abertura para o trabalho presencial de alguns servidores, outra questão levantada pelo sindicato era a necessidade de garantir a segurança destes trabalhadores.

Art. 6º - O exercício das funções desempenhadas pelos Auxiliares de Serviço de Educação Básica, em razão de sua incompatibilidade com o regime especial de teletrabalho, e pelos servidores que comprovadamente não atenderem aos critérios previstos no art. 4º desta Deliberação poderá ficar sujeito às seguintes medidas, dentre outras: I - definição da quantidade mínima de servidores que cumprirão a jornada de trabalho presencialmente;

I - definição da quantidade mínima de servidores que cumprirão a jornada de trabalho presencialmente;

II - alteração dos horários de início e término da jornada;

III - estabelecimento de escala de horários alternados de trabalho;

IV - revezamento entre os respectivos servidores públicos, observado o disposto no art. 7º (MINAS GERAIS, pag.3, 2020).

Dessa forma, surge o Memorando n° 9 que suspende o retorno das aulas em razão do mandado de segurança n. ° 1.0000.20.043502-2/000. O qual foi impetrado pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG). Esse memorando, portanto, suspende a volta das aulas causando uma certa confusão entre os servidores da educação e também nas perspectivas de seus possíveis desdobramentos.

Comunicamos a V.S. ^a que, por força da concessão da liminar, proferida nos autos do Mandado de Segurança n. ° 1.0000.20.043502- 2/000, está suspenso o retorno às atividades determinadas pela DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 N.

26, DE 8 DE ABRIL DE 2020.

Desta forma, estão suspensas todas as atividades das escolas.

Quanto à homologação do planejamento de escalas e preparação da unidade para receber os profissionais com toda a estrutura necessária de segurança sanitária, citada na Comunicação Interna SEE/GAB n° 1/2020, solicitamos a V.S. ^a aguardar orientação futura desta subsecretaria (MINAS GERAIS, pag. 1, 2020).

Após isso, no dia 13/05/2020 é publicada a Deliberação n°43 do comitê extraordinário COVID-19 prevendo o início das atividades por tele trabalho para 18/05. Entretanto, no dia seguinte 14/05/2020 há uma outra deliberação, a Deliberação n°46 do comitê extraordinário COVID-19 que passa do dia 18/05 para 14/05 o início das atividades de tele trabalho, visando com isso não usar 5 dias a mais do recesso escolar.

Toda essa legislação gerou insegurança e confusão para os trabalhadores da educação do Estado de Minas Gerais, pois as informações ainda eram muito desconstruídas e superficiais. Profissionais da educação e as famílias que são atendidas pelas escolas não sabiam ao certo quando começaria e como seria esse ensino remoto.

Para iniciar o ensino remoto é aprovada a legislação de como as instituições de ensino irão funcionar na atual situação de pandemia pelo teletrabalho. A Resolução SEE - MG 4310/2020 designa como será o funcionamento do ensino remoto e as atribuições de cada funcionário da escola. Dessa maneira, aspectos importantes sobre o trabalho docente são abordados nessa resolução. Dentre os aspectos a se ressaltar, vale lembrar que a mesma estipula a carga horária a se dedicar ao teletrabalho como idêntica a carga horária trabalhada presencialmente, entendendo como os módulos I, II e III, ou seja, a mesma carga horária trabalhada na escola. Entretanto podendo ser cumprida de maneira flexibilizada.

A mesma resolução informa sobre a organização do ensino remoto. No que tange ao material estudado pelos alunos, ele se dá pela forma do Plano de Estudos Tutorados (PET), em que os mesmos são elaborados pela SEE e encaminhados aos alunos pelos canais de comunicação, podendo ser baixados pelo site intitulado “Se liga na educação” ou pelo aplicativo chamado

Conexão escola, ambos confeccionados para este fim ou pelas redes sociais usadas pelos alunos e professores.

Já para os alunos que não possuem estrutura para portar destes meios básicos de comunicação, a Resolução prevê ainda que estes têm direito ao PET impresso. Assim, conforme os incisos 1, 2 e 3 do Art. 3 as especificidades de cada realidade e conforme os anos escolares deveria ser respeitada para propicia um processo de ensino e aprendizagem ao mesmo tempo que a carga horária semanal dos alunos estaria sendo cumprida.

Art. 3º - Para o desenvolvimento das atividades não presenciais previstas no art. 2º, as Escolas Estaduais deverão ofertar aos estudantes um Plano de Estudos

Tutorado (PET), organizado de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais e com o Plano de Curso da unidade de ensino.

§1º O Plano de Estudos Tutorado (PET) consiste em um instrumento de aprendizagem que visa permitir ao estudante, mesmo fora da unidade escolar, resolver questões e atividades escolares programadas, de forma auto instrucional, buscar informações sobre os conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares, de forma tutorada e, possibilitar ainda, o registro e o cômputo da carga horária semanal de atividade escolar vivida pelo estudante, em cada componente curricular.

§2º O Plano de Estudos Tutorado (PET) será disponibilizado a todos os estudantes matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional por meio de recursos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e, em casos excepcionais, será providenciada a impressão dos materiais e assegurado que sejam disponibilizados ao estudante.

§3º Todas as atividades não presenciais deverão ser elaboradas respeitando-se as especificidades dos estudantes dos níveis Fundamental e Médio da Educação Básica e Educação Profissional, em seus processos de desenvolvimento e aprendizagem, observando o disposto nesta Resolução e as orientações complementares a serem expedidas pela Secretaria de Estado de Educação (MINAS GERAIS, pag.1, 2020).

Percebe-se assim que a preocupação na elaboração e na realização das atividades presentes nos PETs giram em torno também de cumprir a carga horária de alunos e professores no âmbito de suas atribuições. Ainda para ajudar os alunos para a realização das atividades dos PETs, são fornecidas vídeo aulas no Canal de TV Rede Minas, que acontecem diariamente na parte da manhã, as aulas são divididas diariamente por disciplinas e cada umas delas dura em torno de 20 a 25 minutos, ficando ainda disponíveis no site Se liga na educação tanto as aulas atuais como as anteriores.

Com base nessa mesma resolução, o memorando 34/2020 é promulgado. Nele está contido as atribuições dos servidores da educação que atuam nas instituições escolares. Assim, a discussão aqui se debruçará sobre as atribuições dos professores que estão presentes neste memorando, visto que é o foco do presente estudo.

1.5 - Professor de Educação Básica (PEB) e Professor Eventual:

- a) participar do processo de adequação do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar, conforme orientações do Conselho Estadual de Educação;
- b) planejar e elaborar as atividades não presenciais a serem entregues ao Especialista em Educação Básica - EEB, para análise e orientação quanto a eventuais ajustes necessários, em consonância com os documentos curriculares emanados da Secretaria de Estado de Educação;
- c) utilizar-se dos canais de comunicação disponíveis para contato com o Especialista em Educação Básica - EEB, com os estudantes ou pais/responsáveis, a fim de sanar possíveis dúvidas relacionadas às atividades não presenciais, de forma a orientar e garantir a qualidade do serviço prestado, observando as recomendações de distanciamento social;
- d) realizar a correção dos Planos de Estudos Tutorado (PET) entregues pelos estudantes;
- e) elaborar o Plano de Estudos Tutorado (PET) para fins de comprovação do cumprimento do currículo e da composição da carga horária anual estabelecida, para os componentes curriculares explicitados nas orientações complementares enviadas pela Secretaria de Estado de Educação;
- f) registrar as atividades escolares realizadas no período do Regime Especial de Atividades Não Presenciais, conforme orientações da Secretaria de Estado de Educação;
- g) estar à disposição do Gestor Escolar, durante seu horário de trabalho regular, para atendimento de eventuais atividades inerentes ao desempenho de sua função (MINAS GERAIS, pag.47. 2020).

Observando as atribuições designados pelo memorando, percebe-se que a função do professor pelo ensino remoto é de certa forma bem limitada e caracterizada por um acúmulo de funções, entre elas as de cunho burocrático, como, por exemplo, correção e registros das atividades realizadas pelos estudantes. Por outro lado, há a possibilidade de uma participação mais ativa na adequação do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar.

Outro documento importante que orienta o ensino remoto durante a situação de pandemia são os Documentos Orientadores do Regime Especial de Atividades não presenciais (REANP). Estes documentos orientam diversas atribuições tanto para professores, como para direção e especialistas. Assim como esclarecimentos referentes ao PET, passando por toda as modalidades de ensino, desde escolas de ensino fundamental e médio regular a escolas de nível fundamental e médio em tempo integral, escolas indígenas, educação especial, escolas especiais e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O mesmo salienta a importância dos alunos em realizarem as atividades presentes no PET e ainda da avaliação diagnóstica a ser aplicada no retorno das aulas.

O PET abarca um conjunto de atividades semanais que contempla as habilidades e objetos de aprendizagem de cada ano de escolaridade e de cada componente curricular, respeitando a carga horária mensal ofertada ao estudante. O material foi construído de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), instituído ao sistema estadual de ensino pela Resolução CEE 470/2019. Por meio do Memorando Circular no 01/2020/SEE/SB, em 31 de janeiro deste ano, a SEE/MG distribuiu às escolas da rede estadual orientação sobre a organização das

habilidades e dos conteúdos programáticos a serem trabalhados pelos professores mensalmente. É de extrema importância que as ações pedagógicas previstas no PET sejam trabalhadas uma vez que, no retorno às atividades presenciais, a avaliação diagnóstica a ser aplicada aos alunos considerará as habilidades e objetos de aprendizagem abordados no material. O objetivo será detectar as aptidões não desenvolvidas pelos estudantes durante o período de atividades não presenciais para assim planejar a retomada dos conteúdos e a necessidade de reforço escolar (MINAS GERAIS, pag.5, 2020).

Como visto até agora, o foco do trabalho se debruçou em expor como as legislações procuraram tratar a atual situação de pandemia e principalmente como o trabalho do professor é abordado nestes documentos. Dado isso, adiante será feita uma análise que mostra como estas legislações estão sendo realizadas na prática em uma Escola de Ensino Médio em Tempo Integral no estado de Minas Gerais.

O Ensino Remoto na Prática e o Trabalho Docente

Como foi possível ver pelas legislações tratadas no primeiro momento, é previsto que os docentes trabalhem no ensino remoto a mesma carga horária correspondente ao trabalho presencial, incluindo os módulos I, II e III. Entretanto, na realidade o que acontece muitas vezes, por relatos de colegas e pela própria experiência vivida, é uma carga horária que excede o que é previsto. Isto porque pela facilidade e fluidez das informações e formas de contato, o professor acaba trabalhando em horários não correspondentes ao seu horário e muitas vezes até em finais de semana.

Dessa forma, o professor passa a se dedicar quase que exclusivamente as atividades de ensino remoto, buscando atender a diversa realidade dos alunos que solicitam ajuda ou apoio em diferentes horas do dia e até mesmo fins de semana. Os alunos do ensino médio da classe trabalhadora e de baixa renda trabalham para ajudar a família e nesse período de crise econômica causada pela pandemia essa situação se tornou mais comum, os que não trabalham muitas vezes ficam em casa com os irmãos mais novos e passam a ter a responsabilidade de cuidar deles, já que para a maioria do pessoal o trabalho remoto não é uma opção, assim os pais vão trabalhar e a responsabilidade da casa fica para o filho mais velho.

Desta forma o aluno do ensino médio possui dificuldades de se organizar para fazer as atividades da escola. O objetivo aqui não é culpar os alunos, mas explicitar a realidade em que vivem e as adversidades que enfrentam e que dificulta a realização das atividades dos PET.

O Plano de Estudos Tutorados (PET) é um instrumento criado pelo estado para comprovar a carga horária tanto de alunos como do professor, porém, por se tratar também como um instrumento de ensino e aprendizagem, como no próprio documento é evidenciado, ele foi imposto de cima para baixo com conteúdo de certa forma distantes das realidades dos alunos.

Os professores não foram consultados sobre a elaboração dos PET e nem sobre as vídeo aulas, não tiveram autonomia para preparar suas aulas e ressignificar o currículo. Existe por meio do ensino remoto um processo de padronização do ensino no estado de Minas Gerais, todos assistem as mesmas aulas e fazem a mesmas atividades. A resolução propõe que o professor elabore material complementar para os alunos, mais a cobrança sobre a parte burocrática e o atendimento aos alunos, sobrecarregam o professor que não consegue, na maioria das vezes, dedicar seu tempo para a elaboração de atividades complementares.

Exemplo para confirmar isso pode ser visto no material do PET 1 do 3º ano que aborda Globalização e Ordem Mundial. A ênfase no conteúdo foca na presença de transnacionais, fato que limita compreender o processo de Globalização, pois sabe-se que esse fenômeno envolve diversas esferas da sociedade. Portanto, tratar de Globalização, que é um fenômeno interestadual requer uma aproximação da realidade dos educandos que eles possam compreender a relação entre a escala global e a local, relação esta que está presente no cotidiano de todos nós, caso contrário correm o risco de só memorizar o conteúdo.

Com isso percebe-se que o foco maior fica apenas em aspectos burocráticos. Ou seja, a preocupação está de fato em comprovar a carga horária semanal de alunos e professores e não de fato no processo de ensino e aprendizagem e na construção do conhecimento. O que além de prejudicar o conhecimento construído pelos alunos, acaba enfraquecendo a autonomia e identidade docente. Isso contribui ainda mais para o que chama Arroyo (2011) de secundarização da docência, em que a função dos professores passa a ser a de treinamentos de domínios, competências e habilidades previstas nos currículos e com foco nas avaliações externas.

Mais recentemente houve uma reação conservadora por secundarizar e expatriar a educação dos currículos e da docência. As políticas neoliberais, sua ênfase no treinamento e no domínio de competências e nas avaliações e classificações de alunos e mestres por domínios de resultados voltam a expatriar a educação de seus territórios, as escolas, os currículos e docência. Nossa bandeira de luta desde os anos de 1980, educação como direito sai do discurso. Os termos direito, educação (quando ainda se usam) são reduzidos a termos como domínio de competências ou mostram quantificação dos resultados. Docência é reduzida a treinar esses domínios (ARROYO, pag. 25, 2011).

Hoje, na realidade os professores também se encontram nesse processo de secundarização de sua função, de sua identidade, pois além de tratar dos PETs que estão sim balizados nas diretrizes curriculares, também usam destes para comprovar sua carga horária semanal, provar que estão trabalhando suas respectivas cargas horárias semanais como diz em lei, enquanto na verdade estão trabalhando o dobro ou até mais que isso, ou seja uma precarização que já estava escancarada, na verdade só se amplia, se configurando como parte de um processo.

Ademais, vale lembrar que todos os PET são acompanhados de vídeos aulas de 20 minutos cada que, apesar de ajudar no entendimento do conteúdo essas ações não são suficientes para

mediar o aprendizado, o que demanda o diálogo do professor com o aluno, que ocorre por meio de plataformas virtuais, impossibilitando os alunos que não possuem acesso à internet de participarem. O que leva a discussão de outro importante fator: o acesso desigual às tecnologias e aos materiais de estudo.

No caso de Minas Gerais, como já se viu, além da possibilidade de impressão do PET para os alunos que não possuem acesso às tecnologias, houve também a criação do aplicativo chamado de “Conexão Escola”, o qual não precisa de dados móveis para ter realização de seu acesso. Entretanto, diversas realidades são excluídas neste processo, visto que não são disponibilizados aparelhos para alunos sem condições; não se leva em conta também os diversos problemas burocráticos, visto que o aplicativo exige dados como número de identificação para acesso, dificultando até para quem tem condições de usar os dados móveis. Sem contar os alunos residentes no campo, que possuem, em sua maioria, extremas dificuldades no acesso à internet e consequente ao PET, o que gera uma grande exclusão caso não tenham acesso ao volume impresso.

Além do mais, quando se trata do PET impresso fornecido aos alunos sem acesso a aparelhos com acesso à internet, outros problemas também são desconsiderados como os endereços não encontrados por quem realiza as entregas dos materiais e as mudanças de endereços não comunicadas a escola, gerando um desencontro de informações e dificultando também a entregas desses materiais impressos.

Dessa maneira, o estado simplesmente generaliza o acesso ao Plano de Estudos Tutorados, ou seja, quem tem acesso à tecnologia facilmente faz o download por meio da internet ou aplicativo e quem não tem acesso é somente mandar entregar de forma impressa, desprezando todas as diversas realidades e complexidades que exigem em diversas famílias, principalmente as de menor renda, homogeneizando todo o contexto, como lembra Alves (2020).

Queremos ressaltar a desigualdade no acesso aos meios de comunicação virtuais que estão sendo colocados no discurso, como se fossem generaliza dos e homogeneamente disponibilizados a todos. Além de tecnicamente não atingirem a todos os lugares, seu uso implica em gastos e quanto mais rápida e melhor a conexão, mais caro o serviço se torna, fazendo assim que a desigualdade se acirre em relação ao acesso das informações. Em nenhum momento debatemos a qualidade do material, o que significa educar e os prejuízos do ensino remoto, limitando-nos apenas ao acesso a ele (ALVES, pag. 54, 2020).

Assim como todo e qualquer ato do estado, algum corolário é deixado. O desinteresse, talvez marcado pelo início tardio de praticamente dois meses após a suspensão das aulas e pela confusão e desencontro de informações no começo do processo de ensino remoto ou a dificuldade de acesso são comprovados com a baixa adesão dos alunos, dos 403 para os quais leciono, somente 170 retornaram as atividades de geografia, totalizando um percentual de 40%. Esses

números leva a reflexão que quando se trata de ensino remoto os obstáculos já presentes no ensino presencial se acentuam e tomam forma neste modelo de ensino.

Esses resultados provocam pensar em um novo desafio, que seria pensar na evasão escolar. Visto que pelo que pôde ser comprovado em uma breve experiência, os alunos que realmente estão comprovando sua carga horária e realizando as atividades representam uma minoria. Isto, como já mencionado é apenas um desenlace de todo o processo e contexto o qual foi aqui exposto e discutido.

Considerações Finais

Pensar na escola, no ensino remoto e sua função social em um momento de pandemia se torna uma função um tanto quanto complexa, isto pela dificuldade em se pensar a função da escola sem a presença de alunos, professores e demais servidores. Como foi possível constatar, desde o começo da pandemia o trabalho docente foi demasiadamente prejudicado. As legislações referentes tanto a volta do trabalho de forma remota, como da organização e das atribuições do trabalho dos docentes e de seus horários sempre foram confusas e inconsistentes, acarretando em uma instabilidade para docentes e educandos, o que acaba por deixar ainda mais desgastado o ensino de forma remota na atual situação

Talvez o momento não seria de pensar qual a função social da escola no atual contexto de ensino remoto, mas sim de repensar a sua função perante a sociedade e também qual sua função exercida anteriormente. Não seria o momento de repensar a função social da escola como realmente um espaço de emancipação social? Em que os alunos e professores construam o conhecimento e por ele se libertem das amarras de um contexto social desigual e possam transformar a sua realidade.

Quanto ao papel do professor, este se torna crucial para pensar também na função social da escola. O docente como agente ativo no espaço escolar, se torna não somente um importante ator na construção do conhecimento, mas também em pensar em sua identidade docente. Esta passar por pensar em sua autonomia enquanto professor e o mais importante de tudo, uma identidade docente que também resista. Que resista as políticas postas de cima pra baixo pelo estado, as pressões por melhor índices e resultados e que se preocupe na construção de um conhecimento que transforme a realidades dos alunos, da escola e da sociedade.

Referências

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa, 2011.

DA ANUNCIAÇÃO ALVES, Glória. O DIA EM QUE A TERRA PAROU1. *ficha catalográfica*, p. 50.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Documento Orientador Educação em Tempo Integral. REGIMES DE ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS, 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. PLANO DE ESTUDOS TUTORADOS, 2020. Disponível em: <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/pets/ensino-medio>. Acesso em 14 de setembro de 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº 4310/2020. Diário do Estado de Minas Gerais, abril de 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Memorando nº 2/2020/SEE/SE, 15 de março de 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Memorando-Circular nº 9/2020/SEE/SE, 16 de abril de 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Memorando-Circular nº 34/2020/SEE/SG, 18 de abril de 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Fazenda. DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 15, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 26, DE 8 DE ABRIL DE 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Fazenda. DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 43, DE 13 DE MAIO DE 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Fazenda. DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 46, DE 14 DE MAIO DE 2020.

O ensino remoto na rede municipal de ensino de Alfenas: um caminho possível?

Thays Alexandre Salles
thaysasalles25@gmail.com

Introdução

Diante da pandemia ocasionada pelo COVID-19, no dia 17 de março de 2020, o prefeito municipal, Sr. Luiz Antônio da Silva, em exercício de suas funções, decretou *situação de emergência em Saúde no Município de Alfenas, dispondo medidas para o enfrentamento da infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid-19), dando outras providências* (Decreto nº 2.522, de 17 de março de 2020).

Dentre essas providências, o artigo 8º estabeleceu *a suspensão das atividades nas instituições de ensino público e privado, inclusive nas universidades, por tempo indeterminado, desde o dia 18 de março de 2020*. Assim, conforme decretado, desde o dia 18 de março de 2020, as aulas da Rede Municipal de Ensino de Alfenas estão temporariamente suspensas.

Compreende-se que para a educação ser pautada efetivamente na democracia, é necessário que os pais/responsáveis, a comunidade, os(as) educadores(as), os conselheiros(as) municipais e todos(as) os demais funcionários envolvidos(as) com a educação se constituam como parte integrante na participação das decisões, de modo que, por meio do diálogo, os melhores argumentos sejam levados em consideração.

Nesta linha de raciocínio, a equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas, na preocupação de manter a democracia, se preocupou em realizar reuniões periódicas com a Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os(as) gestores(as) da rede municipal de ensino, os(as) representantes do Conselho Municipal de Educação e Cultura e a Vigilância Sanitária de Alfenas para discutir propostas sobre a educação no período da pandemia. Além disso, a equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas também participou de diversas webs conferências com os representantes estaduais e nacionais da educação.

Após muito diálogo foi verificado que dentre todas as ideias/opções existentes houve mais pontos negativos do que positivos para a realização de aulas remotas e assim, por conseguinte, os representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas deliberaram não realizar atividades remotas que contemplem como horas formativas. Faz-se importante ressaltar que, além da gestão municipal ter autonomia para deliberar essa decisão, no que diz respeito à carga horária para o cumprimento das atividades no período da pandemia, a Resolução nº 474/2020, do Conselho Estadual de Educação, nos diz que:

Poderá ser cumprida por meio das seguintes alternativas, de forma individual ou conjunta:

I - Reposição de carga horária, de forma presencial, ao fim do período de emergência;

II - Realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação), garantindo, ainda, os demais dias letivos previstos no calendário escolar;

III - Ampliação da carga horária diária, com a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação), concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades (RESOLUÇÃO CEE N° 474/2020).

Assim, neste momento, optou-se por cumprir a carga horária seguindo a terceira alternativa. Segundo o Secretário Municipal de Educação e Cultura de Alfenas, ao realizarem a ampliação da carga horária, utilizando atividades pedagógicas não presenciais, no período em que as aulas presenciais retornarem, a aprendizagem tornaria mais efetiva, visto que os(as) professores(as) poderiam auxiliar nas dúvidas dos(as) alunos(as), havendo mediação no processo de ensino-aprendizagem.

Todavia, apesar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, não aderir ao ensino remoto, como carga horária obrigatória, na preocupação de manter o vínculo entre família e escola, para evitar a evasão/abandono, foram realizadas algumas ações para tentar diminuir os impactos causados, dentre eles no que diz respeito à alimentação saudável dos(as) alunos(as). No decorrer desse artigo serão explicitadas todas as ações realizadas.

Contudo, em meados do mês de agosto, autarquias superiores entraram em contato com o Secretário Municipal de Educação e Cultura de Alfenas para sinalizar alguns empecilhos sobre a decisão tomada. Cabe ressaltar que no estado de Minas Gerais, os únicos municípios que não realizaram atividades remotas foram Alfenas, Belo Horizonte e Juiz de Fora. De acordo com os representantes governamentais, a grande preocupação, que também era uma preocupação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas, diz respeito aos alunos(as) que estavam em fase de término de ciclo e necessitariam mudar de escolas. Por exemplo, os(as) alunos(as) que estavam nos 5º e 9º anos sairiam mais prejudicados, pois como estávamos em fase de crescimento da doença no estado de Minas Gerais, a probabilidade de voltar às aulas no ano de 2020 era mínima e, assim, os(as) alunos(as) do estado, no ano de 2021, “passariam” de ano e os(as) alunos(as) do município não. Além disso, é importante ressaltar que a rede municipal de ensino de Alfenas, no que diz respeito ao Ensino Fundamental II, possui apenas uma escola localizada na zona urbana e três escolas localizadas na zona rural. Sendo assim, grande parte dos(as) alunos(as), que estão concluindo o 5º ano, teriam que ir para a rede estadual de ensino.

O Secretário Municipal de Educação e Cultura de Alfenas, em reuniões agendadas com as autarquias superiores, apresentou todas as ações que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas estava realizando durante a pandemia, ressaltando que a intenção era repor a carga horária ao fim do período de emergência, conforme permitido pela Resolução CEE n° 474/2020.

Todavia, ainda assim, foi orientado para que as atividades pedagógicas fossem contempladas como horas formativas. Também, apresentaram como uma opção favorável para o momento, a utilização dos Planos de Estudos Tutorado (PETS)⁷¹ e as vídeo aulas, desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Deste modo, após as orientações, novamente a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas, realizou reuniões com os(as) gestores(as) e o Conselho Municipal de Educação e, por meio de uma decisão conjunta, ficou deliberado que, a partir de setembro de 2020, seria iniciado uma segunda fase, em que a rede municipal de ensino iria aderir o ensino remoto.

Desta maneira, para uma melhor compreensão, inicialmente será realizada uma breve caracterização da rede municipal de Ensino de Alfenas. Em seguida, serão apresentados os motivos existentes que fizeram com que a Rede Municipal de Ensino não realizasse o ensino remoto até o final de agosto de 2020. Posteriormente, serão expostas as ações pedagógicas, culturais e sociais realizadas e, por fim, o posicionamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura sobre o ensino remoto.

Caracterização da Rede Municipal de Ensino de Alfenas

Atualmente, a Rede Municipal de Ensino de Alfenas é composta por 26 escolas localizadas em áreas urbanas e rurais, em que abrangem os segmentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Educação de Jovens e Adultos. De acordo com o Censo Escolar, instrumento em que coleta as informações da educação básica, realizado no ano de 2020, a Rede Municipal de Ensino possui 6.069 alunos(as) matriculados(as).

Para atender esse alunado, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas conta com 1.900 funcionários, estando inclusos professores(as), supervisores(as), coordenadores(as), gestores(as), auxiliares de desenvolvimento humano e auxiliares de serviços gerais.

Segundo informações da equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a maioria dos(as) alunos(as) são oriundos de classe média/baixa. De acordo com o Sistema Presença, plataforma digital disponibilizada pelo MEC, utilizada para o acompanhamento da frequência escolar de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade no âmbito da condicionalidade Educação do Programa Bolsa Família, 838 alunos(as) da rede municipal de ensino recebem essa contribuição do governo federal.

Com vistas a atender uma necessidade social, todos(as) os(as) estudantes são beneficiados com a merenda escolar servida nas escolas da rede municipal de ensino. Em busca de uma alimentação saudável, as refeições são orientadas e balanceadas por uma nutricionista. Por meio desses benefícios, conseqüentemente, há uma permanência na escola e, sem dúvidas, traz melhorias no aproveitamento escolar.

⁷¹ Os Planos de Estudos Tutorados são apostilas, para que os(as) alunos(as) trabalhem os conteúdos curriculares ao longo do período de isolamento social.

Segundo informações retiradas do Plano Decenal Municipal de Educação de Alfenas - 2015-2025, o perfil socioeconômico da cidade e a posição privilegiada da mesma, faz com que exista uma migração constante. Esses migrantes, na maioria das vezes, vêm para o trabalho agrícola, possuindo baixo ou nenhum nível educacional.

Motivos existentes que fizeram com que a Rede Municipal de Ensino não realizasse o ensino remoto até o final de agosto de 2020

O primeiro motivo elencado como dificultador, sendo este considerado primordial para a gestão municipal atual, diz respeito à **questão social**. É realidade do município de Alfenas existir alunos(as) que não possuem computadores/internet. Existir alunos(as) em diferentes classes sociais, sendo que, para alguns alunos(as), a única alimentação saudável durante o dia é na escola. Existir pais/responsáveis com pouca ou nenhuma escolaridade e, considerando que os municípios são responsáveis, principalmente pela educação infantil e pelo ensino fundamental, sendo priorizado o fundamental I (LDB 9394/96), para que ocorra uma educação remota efetiva, é imprescindível que os pais/responsáveis auxiliem seus filhos(as) na realização das atividades. Existir pais/responsáveis que estão passando por dificuldades financeiras e a preocupação primordial é colocar o alimento em casa. Pensando nestas realidades, ficou claro para os(as) envolvidos(as) com a educação que, se realizassem aulas remotas, aumentaria ainda mais as desigualdades que já existem, além de ser excludente.

Outro motivo elencado como dificultador, diz respeito às **ferramentas de trabalho**. Para haver o ensino remoto, seria necessário uma plataforma para interação entre os(as) professores(as) e os alunos(as). A equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas acredita que sem a interação, não há aprendizagem.

Seguindo os postulados de Vigotski (2010), a aprendizagem se dá através da interação com o meio, de forma que o desenvolvimento preceda a aprendizagem. Por conseguinte, o autor ainda destaca que a aprendizagem não ocorre de maneira isolada. Os indivíduos ao conviverem com diferentes grupos sociais realizam trocas de informações e, assim, vão desenvolvendo e construindo conhecimentos. Diante disso, o processo de interação tem papel fundamental no desenvolvimento cognitivo da pessoa. Ao relacionar-se com outros sujeitos, há um confronto direto com outras culturas e com capacidades intelectuais diferentes das suas, o que, por meio da interação, promove o aprendizado de ambos(as). Diante do conceito de interação de Vigotski, é notória a importância da interação social entre alunos(as) e professores(as); alunos(as) e outros alunos(as) para ocorrer um efetivo aprimoramento no processo de ensino e de aprendizagem, tornando ainda mais viável por meio da cooperação com seus semelhantes.

Além disso, Vigotski (1995) defendia a existência de dois tipos de funções psicológicas: elementares e superiores. As funções psicológicas elementares constituem como reflexos de caráter biológico, definidas por meio da percepção. Já as funções psicológicas superiores, se

referem como funções que se baseiam na vida social, sendo específicas do ser humano e se constituem por meio de interações sócio-culturais. O autor considerava a função psicológica superior mais importante, visto que por meio desta, permite que o sujeito tenha controle e consiga dominar sua conduta. Assim, Martins (2011) destaca que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores corresponde à apropriação de signos da cultura e, os signos, são condições para reorganização da estrutura primitiva, para a origem das estruturas do tipo superior, sendo o desenvolvimento cultural.

Todas as funções psíquicas superiores surgem com o auxílio dos instrumentos psicológicos, que se constituem pela mediação. De acordo com Friedrich “todas as funções psicológicas superiores, como por exemplo, a atenção voluntária ou a memória lógica, surgem com o auxílio dos instrumentos psicológicos, e, conseqüentemente, se constituem como fenômenos psíquicos mediatizados” (FRIEDRICH, 2011, p. 24).

Outro autor que contribui para o entendimento da necessidade da interação entre os sujeitos, é Paulo Freire. Para o autor, é na relação que o homem vive com o mundo e com os outros que seu pensamento se forma, e, nesse sentido, o homem é um ser de abertura, devido à sua condição histórica de ser inacabado em um mundo de construção. “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História” (FREIRE, 1996, p. 153-154).

O autor aborda a “*educação como prática de liberdade*”, caracterizando-a como um processo de comunhão entre homens e mulheres, numa concepção interativa. Além disso, para Freire, o homem também não se reduz apenas ao aspecto biológico, mas, o homem torna-se homem, por meio de um diálogo que realiza com o mundo. Assim:

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 2006, p. 25)

Diante disso, para se abrir ao mundo e aos outros, é necessário maior interação entre os sujeitos, havendo trocas de opiniões, ideias, conhecimentos, ou seja, a efetivação do diálogo. Mas para Freire (1994), o diálogo somente ocorre quando há compromisso com a pronúncia do mundo.

Infelizmente, a rede municipal de ensino de Alfenas não possui uma plataforma de aprendizado para que ocorra essa interação. Também, não se pode exigir dos(as) professores(as) a utilização de aplicativos sociais, como, por exemplo, whatsapp, pois iria expor o número particular do(a) servidor(a) e comprometeria sua privacidade. Além de que, esses aplicativos são destinados para pessoas maiores de idade e, nossos(as) alunos(as) são menores de idade, com exceção da Educação de Jovens e Adultos. Do mesmo modo, não se pode exigir a exposição da

imagem/voz dos(as) professores(as) em canais públicos sem o consentimento, pois viola os princípios da Constituição Federal de 1988.

Por fim, outro elemento dificultador apresentado, se refere à entrega dos materiais impressos. Uma das ideias apresentadas durante as reuniões, foi realizar a entrega dos materiais pedagógicos impressos nas casas dos(as) alunos(as). Todavia, ao apresentar a ideia para Vigilância Sanitária do município de Alfenas, a mesma orientou a Secretaria Municipal de Educação e Cultura não realizar a entrega dos materiais, pois, se houvesse uma pessoa assintomática no meio do percurso de entrega, propagaria para diversas famílias.

Ações implantadas para minimizar os impactos causados

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas, não poderia ficar de mãos atadas e não realizar nenhuma atividade. Na preocupação de manter o vínculo entre família e escola, para evitar à evasão/abandono e assegurar à alimentação saudável aos(as) alunos(as), de alguma maneira, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas, tem por obrigação oportunizar atividades para aqueles(as) que possuem o acesso. Assim, serão apresentadas as atividades realizadas para tentar diminuir os impactos causados pelo COVID-19.

Site “Educa Alfenas”:

Inicialmente, a finalidade primordial para criação do site era tentar manter o vínculo entre comunidade escolar e comunidade local⁷², para aqueles(as) que possuíam acesso à internet. Todavia, foi enfatizado que, para aqueles(as) que não possuíam acesso aos materiais, os mesmos seriam repassados quando as aulas retornassem presencialmente.

Assim, o objetivo do presente site foi apresentar conteúdos que estavam sendo correlacionados com o momento em que estávamos vivenciando, de forma que nossos(as) alunos(as) pudessem passar por esse momento tão difícil, de uma maneira um pouco mais prazerosa.

Para isso, foram selecionados e apresentados os seguintes materiais: orientações para a comunidade local e escolar sobre a pandemia; atrações culturais disponíveis para visitação online; apresentações sobre os cursos, bem como os instrumentos, do Centro Municipal de Música “Profa. Walda Tiso Veiga”; vídeo-aulas ministradas por instrutores(as) do Programa Educacional de Resistência às Drogas “PROERD”; biblioteca virtual, contendo livros clássicos e contações de histórias; cursos para formação dos profissionais da educação e atividades pedagógicas, caracterizadas como não obrigatórias, para todos os segmentos que a rede municipal de ensino de Alfenas possui. Faz-se importante salientar que essas atividades estavam sendo realizadas pela

⁷² Os termos “Comunidade Local” se refere às famílias e a comunidade que reside próximo à escola e “Comunidade Escolar”, todos(as) os(as) funcionários(as) e alunos(as) da escola. Tais termos encontram-se expostos na Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação (LDB 9394/96).

equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas, tendo como pilares temas geradores⁷³.

De acordo com Freire (2005), o contexto social-político-econômico-cultural dos(as) educandos(as) deve ser considerado ao se pensar sobre os conteúdos programáticos que serão abordados. Assim, a educação passará a ter sentido para os(as) educando(as), numa relação horizontal, por meio do diálogo entre as partes. São nos conteúdos programáticos que criam-se os temas geradores.

É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos Universo Temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores” (2005, p.101).

Como os conteúdos não seriam mediados pelos(as) professores(as) e esses não seriam computados como carga horária para o ensino remoto, optou-se por não seguir os conteúdos propostos, de acordo com cada ano letivo, da Matriz Curricular da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visto que apresentar atividades contendo conteúdos novos, sem a mediação do(a) professor(a), seria impossível ocorrer o aprendizado efetivo. Assim, optou-se por trabalhar temas que estão presentes na sociedade, de forma a possuir sentido e significado para os(as) alunos(as). As atividades eram específicas de língua portuguesa e matemática, sendo em sua maioria, atividades de interpretações de textos e raciocínio lógico.

Desta forma, até o mês de agosto o site foi alimentado conforme exposto. Contudo, conforme já salientado na introdução deste capítulo, no início do mês de setembro, foi necessário iniciar um segundo momento para tentar diminuir os impactos causados por essa pandemia. Assim, após deliberação, pela rede municipal de ensino de Alfenas, em adotar o ensino remoto, optou-se, conforme orientações de autarquias superiores, por adotar os Planos de Estudos Tutorados (PETS), oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Assim, uma nova metodologia foi proposta para realização do ensino remoto. No ícone destinado para atividades pedagógicas, foram introduzidos os Planos de Estudos Tutorados⁷⁴. Sabendo da imprescindibilidade de haver interação entre o(a) professor(a) e o(a) aluno(a) e a dificuldade de ocorrer essa interação pelas ferramentas de trabalhos que os(as) professores(as) e alunos(as) possuem, foi adicionado outro ícone, abaixo de todos os Planos de Estudos Tutorados, destinado para dúvidas com relação aos conteúdos curriculares. Nesse ícone, o(a) aluno(a) ou responsável encaminha a dúvida e os profissionais da educação entram em contato via telefone

⁷³ Temas geradores é um conceito criado pelo autor Paulo Freire e será explicitado sobre o mesmo abaixo.

⁷⁴ Foi ressaltado que como estavam iniciando em um período diferente da rede do Estado de Minas Gerais, os(as) alunos(as) da rede municipal de ensino deveriam seguir o cronograma estipulado pela Secretaria Municipal.

ou e-mail. Além disso, para os(as) alunos(as) que não possuem acesso aos materiais presentes no site, os mesmos foram impressos e se encontram disponíveis nas escolas.

Abaixo serão apresentadas algumas imagens do site: educa.alfenas.mg.gov.br.

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Para acessar as Atividades Pedagógicas, desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas, clique na imagem abaixo referente a sua turma



Atividades Pedagógicas
Acesso em 02/10/2020

DÚVIDAS COM RELAÇÃO AOS CONTEÚDOS

Para acessar o formulário de contato, clique na imagem abaixo



Dúvidas com relação aos conteúdos
Acesso em 02/10/2020

BIBLIOTECA VIRTUAL

Para acessar a Biblioteca Virtual, clique na imagem abaixo



Biblioteca Virtual
Acesso em 02/10/2020

TODOS PELA VIDA

Para acessar as orientações, clique na imagem abaixo



Todos Pela Vida
Acesso em 02/10/2020

ATRAÇÕES CULTURAIS

Para acessar as atrações, clique na imagem abaixo



Atrações Culturais
Acesso em 02/10/2020

CENTRO MUNICIPAL DE MÚSICA

Para acessar o centro municipal de música, clique na imagem abaixo



MUSEUS

Para acessar os museus, clique na imagem abaixo



Atrações Culturais
Acesso em 02/10/2020

PROERD

Para acessar as orientações do PROERD, clique na imagem abaixo



Proerd
Acesso em 02/10/2020

LEGISLAÇÕES

Para acessar as legislações, clique na imagem abaixo



Legislações
Acesso em 02/10/2020

Formação dos Profissionais da Educação:

Devido os(as) profissionais da educação não estarem atuando neste período de pandemia, ficou deliberado, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que eles deveriam realizar cursos de formação continuada como cumprimento da carga horária de trabalho. Desta forma, a Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura selecionou vários cursos, online e gratuitos, para que os(as) servidores(as) possam realizá-los neste período. Os cursos foram disponibilizados no site educa.alfenas.mg.gov.br, em que foram apresentados os links para acessos dos cursos, a carga horária e as observações pertinentes aos cursos.

Além destes, em meados de agosto, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, realizou uma parceria com a Universidade Federal de Alfenas, na qual foi disponibilizado, pela extensão

da universidade, 17 cursos de capacitação continuada virtual, com diversos temas, estando programados para realização no período de agosto até dezembro.

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Para acessar os cursos, clique na imagem abaixo



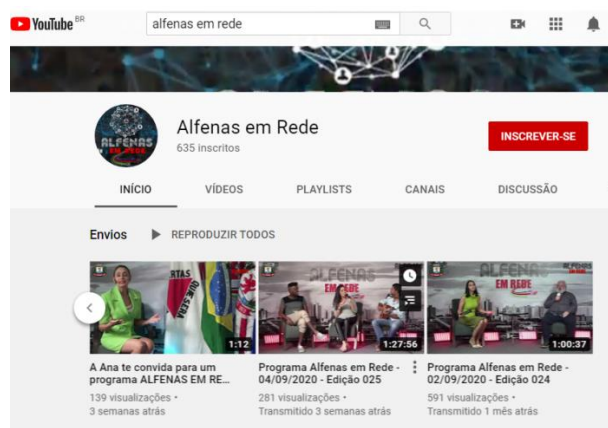
Formação dos Profissionais da Educação
Acesso em 02/10/2020

Canal Alfenas em Rede:

O canal Alfenas em Rede é um projeto de cunho pedagógico e cultural, tendo como foco fortalecer os vínculos educacionais com os(as) alunos(as) da rede municipal de ensino de Alfenas. Assim, o canal vem com o viés de levar conteúdos pedagógicos e culturais para os(as) alunos(as) em tempos de pandemia. Os temas abordados no programa são definidos pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contemplando os temas do currículo escolar, trabalhados interdisciplinarmente e transversalmente. Acontece em duas edições semanais, com duração de sessenta minutos cada dia de apresentação. A exibição ocorre nos canais das redes sociais, como, por exemplo, youtube e facebook.



Acesso em 02/10/2020



Acesso em 02/10/2020

Kits de alimentos para os(as) alunos(as) da rede municipal de ensino:

De acordo com o artigo 6º, da Constituição Federal Brasileira de 1988, a alimentação é um direito social. Desta maneira, o poder público deve adotar políticas e ações, que se façam necessárias, com o objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional da população, conforme disposto na lei nº11.346 de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar.

Em decorrência da pandemia e com o objetivo de garantir alimentação saudável aos estudantes das escolas públicas da educação básica, foi sancionada a Lei nº13.978, de 7 de abril de 2020 alterando a lei nº11.947, de 16 de junho de 2009, em que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

Assim sendo, o município de Alfenas, vem realizando a distribuição de kits e alimentos, para os(as) alunos(as) da rede municipal de ensino que as solicitam, seguindo as normas propostas na cartilha apresentada pelo Ministério da Educação, que apresenta orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia. Todavia, ressalta-se que o recurso advindo do PNAE não está sendo suficiente e, com isso, o município está complementando com recursos próprios.

Para uma melhor compreensão sobre este processo, inicialmente foi solicitado, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, à nutricionista da alimentação escolar, um parecer sobre a composição dos kits de alimentos, de modo a considerar as necessidades alimentares dos(as) alunos(as) e o período/modalidade em que os(as) mesmos(as) frequentavam às escolas. Após esse momento, foi realizada uma reunião com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), para que os(as) servidores(as) da merenda escolar, apresentassem a proposta de entrega dos kits de alimentos e maneiras de solicitação dos mesmos.

Desta maneira, ficou deliberado que, para o recebimento dos kits de alimentos, os pais/responsáveis deverão comparecer na respectiva escola do seu(sua) filho(a), nas terças ou quintas-feiras, dias em que as escolas se encontram abertas, para realizar o cadastro. Semanalmente, os cadastros são repassados para a coordenação da merenda escolar, localizada em endereço próprio, e os kits são entregues nas casas dos(as) alunos(as) pelos(as) servidores(as) do transporte do município de Alfenas. Juntamente com os kits de alimentos, são entregues os comprovantes de recebimento. Além do mais, cabe ressaltar que a distribuição está sendo realizada de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e da Organização Mundial da Saúde, havendo um procedimento operacional padrão para a higienização dos veículos de transporte e para os(as) profissionais que atuam na logística da entrega.



Entrega dos Kits de Alimentos



Almoxarifado da Merenda Escolar



Entrega dos Kits de Alimentos



Almoxarifado da Merenda Escolar

Posicionamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura sobre o Ensino Remoto

Estamos vivendo um momento atípico, de muita tristeza sobre os impactos que a doença ocasionada pelo Covid-19 acarretou e, também de incertezas, sobre o que ela ainda poderá causar no mundo. Com isso, os representantes legais estão sendo obrigados a tomar difíceis decisões, sendo que, para algumas situações, é até mesmo impossível encontrar uma solução ou ação que atenda à todos(as).

Com a educação não está sendo diferente. Os desafios para um ensino remoto de qualidade é imenso. Especificamente falando sobre a gestão municipal da educação de Alfenas, estamos tentando agir da maneira mais democrática possível, priorizando a partilha do poder e pela tomada de decisões coletiva, embasada nos melhores argumentos. Assim, todas as ideias/decisões existentes são compartilhadas com os(as) envolvidos(as) com a educação, sendo os gestores(as), a equipe pedagógica e o Conselho Municipal de Educação, órgão de instância máxima para garantia da gestão democrática.

Todavia, mesmo diante da partilha de poder e na ciência da importância pela utilização do embasamento nos melhores argumentos, tomar decisões está sendo muito difícil. Nossa gestão preocupa com a qualidade do ensino; com os(as) alunos(as) que não possuem acesso aos materiais; com as famílias que estão passando privações; com a necessidade da interação entre professores(as) e alunos(as) para haver aprendizagem efetiva; com a qualidade de uma educação para o ensino infantil e fundamental I, prioridade da rede municipal de ensino (Será possível para crianças tão pequenas?); com os(as) pais/responsáveis que não possuem condições para auxiliar seus filhos(as) no ensino; enfim, são vários elementos dificultadores nesse processo, que merecem reflexão por parte dos representantes legais.

Foi nesse caminho, que partindo dessas reflexões, e conforme já salientado todos os obstáculos encontrados para a efetivação de um ensino remoto com qualidade, que a rede municipal de ensino de Alfenas deliberou inicialmente por não realizar o ensino remoto. Temos a consciência de que a educação não pode ser improvisada, realizada apenas com o objetivo de passar o(a) aluno(a) para o ano seguinte, sem a qualidade do ensino e aprendizagem. E, nesse pensamento, nossa preocupação maior foi manter a interação entre os profissionais das escolas e os(as) alunos(as), a fim de evitar a evasão escolar, utilizando assim, dos mecanismos apresentados anteriormente para diminuir os impactos causados pela suspensão das aulas.

Todavia, entendendo a educação como um processo contínuo, que a todo o momento merece ser refletida, novos questionamentos foram surgindo com o decorrer do tempo. Apesar de considerarmos que a educação remota para os(as) alunos(as) da rede pública não surte um aprendizado efetivo, visto que a grande maioria são alunos(as) da educação infantil e ensino fundamental I, oriundos de classe média/baixa, não sendo todos(as) que possuem acesso e condições para este tipo de aprendizado, a não realização das atividades remotas poderia ocasionar outros problemas, como, por exemplo, para os(as) alunos(as) que estão terminando um ciclo de ensino e necessitarão, no ano seguinte, mudarem de escolas.

Desta maneira, conforme as orientações das autarquias superiores, resolvemos aderir as apostilas disponibilizadas pela rede de ensino do Estado de Minas Gerais. Trabalharemos com as condições que o município, bem como nossos(as) alunos(as) possuem. Sem pressão. Sem aumentar ainda mais o sofrimento que já estamos vivendo. Temos a convicção que o momento agora é lutarmos em prol de um bem maior: a vida! Quando tudo isso passar, trabalharemos incansavelmente para que os(as) alunos(as) recuperem o tempo perdido e tenham qualidade no ensino oferecido.

Referências Bibliográficas

ALFENAS (Minas Gerais). **Decreto n° 2522, de 17 de março de 2020.** *Dispõe de medidas para o enfrentamento da infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid-19), dando outras providências.*

_____. **Lei nº4.609, de 22 de junho de 2015.** Aprova o Plano Decenal Municipal de Educação - PDME e dá outras providências. Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Alfenas&pagfis=14459

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, Lei de nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, Senado Federal, 1998.

_____. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 18 set. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm .

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União 2009; 16 jun. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm

_____. **Lei nº 13.978, de 07 de abril de 2020.** Altera a Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Diário oficial da União 2020; 07 abril. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>

_____. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Censo Escolar de 2020.** Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/>

_____. Ministério da Educação. **Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família (Sistema Presença).** Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/controller/login/efetuarLogin.php#acesso>

BELO HORIZONTE (Belo Horizonte). **Resolução CEE nº 474, de 08 de maio de 2020.** Dispõe sobre a reorganização das atividades escolares do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, devido à pandemia COVID-19 e dá outras providências. Disponível em: <https://cee.educacao.mg.gov.br/index.php/legislacao/resolucoes/download/5-2020/12965-resolucao-cee-474-reorganizacao-calendario-escolar-final-pandemia-covid-19> .

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIEDRICH, J. **Lev Vigotski: mediação, aprendizagem e desenvolvimento - uma leitura filosófica e epistemológica**. Campinas, Mercado de Letras, 2011.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: Contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico crítica**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2011.

VIGOTSKY, L. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. In: ____ **Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar**. 11 ed. São Paulo: Ícone, 2010.

_____. **Obras Escogidas**. Tomos III. Madrid, Visor, 1995.

Realidade virtual e aprendizagem flexível: experiências nos cursos de geografia da Universidade British Columbia, campus Vancouver (Canadá), e da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) (Brasil)

Clibson Alves dos Santos
clibsonsantos@gmail.com

Gil Carlos Silveira Porto
gil.porto@unifal-mg.edu.br

Beatriz Reneis Luiz
biareneis@gmail.com

1 Apresentação

A presente contribuição compreende um breve relato de experiências realizadas em duas universidades americanas. A primeira refere-se à participação do primeiro autor deste escrito, quando esteve como professor visitante no curso de Geografia da Universidade British Columbia, Campus de Vancouver, Canadá. Na ocasião o docente teve acesso ao Projeto Aprendizagem Flexível, que fez parte da revisão curricular do Departamento de Geografia do Programa de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Universidade British Columbia (Canadá), que além de propor atividades na concepção de código aberto também trouxe inovações tecnológicas como o uso de realidade virtual para atividades de campo. A segunda experiência ocorreu no curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), no Brasil, e esteve sob responsabilidade do segundo autor do artigo, que realizou atividade de campo virtual no semestre 2020.1, como parte das atividades curriculares da disciplina Geografia Econômica para alunos e alunas do quinto período.

2 Introdução

As novas tecnologias digitais têm sido usadas de forma muito ampla em diversas áreas do conhecimento. Na educação, essas inovações vão ganhando espaço, mas no Brasil ainda requerem um planejamento amplo e de longo prazo para que essas contribuições possam trazer benefícios reais no processo ensino-aprendizagem. Temos visto nas escolas brasileiras, principalmente devido à popularização das redes sociais, o uso de mídias digitais como Facebook, WhatsApp, Instagram e Youtube, que servem ora para aproximar os alunos em atividades, ora como repositório de recursos de apoio didático. Devido ao fácil acesso e às possibilidades de socialização, essas ferramentas são amplamente utilizadas pelos estudantes para entretenimento, e algumas escolas têm permitido esse uso como apoio didático no cotidiano escolar.

Nos tempos de pandemia do coronavírus (Covid-19), observamos ser de fundamental importância uma mudança de cultura da sociedade como um todo em relação às tecnologias.

Notamos a multiplicação do comércio virtual em pequenos negócios, bem como o uso de tecnologias nas reuniões de trabalho e colaboração *on-line* de projetos nas instituições de médio e grande porte, uma mudança necessária para as pessoas se adaptarem às restrições impostas pela Covid-19. Na educação observamos, nos noticiários e na nossa rotina como docentes, a dificuldade do ensino remoto, uma tentativa de dar continuidade ao ano letivo no formato digital, porém esbarramos na falta de estratégia e de cultura de inovação no ensino brasileiro, onde o formato tradicional de ensino está sendo confrontado devido à necessidade de adequação ao formato digital.

Hoje as redes sociais no ensino, que eram apenas recursos adicionais, passam ser fundamentais no processo de comunicação virtual e no trabalho colaborativo. Além disso, os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) eram apenas coadjuvantes e agora passam a ter um papel central no ensino.

No ensino de Geografia, além das redes sociais e dos AVAs, aplicativos como o Google Earth e o Google Maps são recursos que ampliam as possibilidades de entendimento de diversos conceitos geográficos, porém o seu uso nas escolas ainda é insipiente, principalmente por falta de material didático disponível e orientações técnicas referentes às inúmeras possibilidades de uso. Fato esse que se constitui num dos principais desafios do uso amplo das tecnologias digitais no ensino como um todo.

A rápida evolução tecnológica vivida nas últimas duas décadas trouxe novas ferramentas que ampliam ainda mais as possibilidades de uso didático, entre elas a de imersão virtual por intermédio da Realidade Virtual e Aumentada, bem como as imagens equirretangulares em 360 graus. Estes últimos são recursos facilmente acessados e produzidos a partir de aplicativos gratuitos como Google Câmera, Google *Street View*, Google Expedições e Google *Tour Creator*, entre outros.

No ensino de Geografia, a aplicação dessas ferramentas ainda está no seu estágio inicial de discussão, porém experiências como o Projeto Open Geography (Projeto Aprendizagem Flexível) do Curso de Geografia da UBC (The University of British Columbia), Vancouver, Canadá, traz inovações interessantes, como o uso de imagens em 360° e Realidade Virtual para atividades de campo, propondo metodologias e disponibilizando recursos digitais para a criação dessas atividades, como o *plug-in* Field Press, para *sites* criados na plataforma *WordPress*, que permite estruturar atividades de campo virtuais que podem ser utilizadas como apoio pré, durante e pós-atividade prática de campo. Nesse ambiente podem ser disponibilizados materiais em 360°, bem como exercícios e outros recursos digitais.

3 O uso do Google Maps no ensino de Geografia: discussão teórica

Tarefas triviais, como desligar o despertador do celular pela manhã, deslocar-se para o trabalho de metrô, de ônibus ou de carro, assistir àquele seriado da moda, conferir as redes

sociais e até mesmo apagar das luzes da casa no fim da noite são tão rotineiras que nem nos damos conta do quanto estamos imersos no universo das tecnologias digitais.

As tecnologias digitais estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, impactando e modificando diretamente os seus modos de vida, o modo de se relacionar com outras pessoas e com o mundo. Desse modo, nos processos educativos, faz cada vez mais sentido incorporá-las às práticas pedagógicas.

As tecnologias são pontes que abrem a sala de aula para o mundo, que representam, medeiam o nosso conhecimento do mundo. São diferentes formas de representação da realidade, de forma mais abstrata ou concreta, mais estática ou dinâmica, mais linear ou paralela, mas todas elas, combinadas, integradas, possibilitam uma melhor apreensão da realidade e o desenvolvimento de todas as potencialidades do educando, dos diferentes tipos de inteligência, habilidades e atitudes (MORAN, 2007, pp. 166-167).

É tarefa da educação formar cidadãos capazes de compreender o mundo que os circunda e capacitá-los a atuar nele de modo consciente e crítico. De acordo com Saviani (1980), o ser humano não é um ser passivo, mas um ser que reage perante o meio natural e cultural, mostrando-se capaz de aceitar, rejeitar ou transformar esse meio. Assim, é tarefa da Geografia escolar oferecer mecanismos para que os estudantes consigam compreender o mundo em toda a sua complexidade, analisando as transformações sobrevindas no espaço e no tempo.

A Cartografia é uma área do conhecimento de que a Geografia se serve no processo de ensino-aprendizagem. Por meio da Cartografia, é possível ajudar os estudantes a compreenderem o espaço geográfico por muitos vieses, ou seja, é possível ler e compreender aspectos relacionados com o relevo, a hidrografia, a dinâmica econômica, os processos migratórios, questões territoriais etc.

A cartografia, então, é considerada uma linguagem, um sistema código de comunicação imprescindível em todas as esferas da aprendizagem em geografia, articulando fatos, conceitos e sistemas conceituais que permitem ler e escrever as características do território. Nesse contexto, ela é uma opção metodológica, que implica utilizá-la em todos os conteúdos da geografia, para identificar e conhecer não apenas a localização dos países, mas entender as relações entre eles, compreender os conflitos e a ocupação do espaço (CASTELLAR, 2005, p. 216).

Uma das ferramentas de que a Geografia escolar pode lançar mão, e que está inserida no campo da Cartografia digital⁷⁵, é o Google Maps, um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens via satélite gratuito fornecido e desenvolvido pela empresa Google, que pode ser acessado via navegador *web* ou *app* de aparelhos celulares e *tablets*.

O Google Maps oferece diversas ferramentas que permitem ao usuário:

⁷⁵ Área do conhecimento que visa ao desenvolvimento de materiais, equipamentos e metodologias para o processamento de um conjunto de dados que são compilados e formatados em dados cartográficos digitais – leia-se imagens digitais.

- pesquisar endereços ou acidentes geográficos;
- traçar rotas entre destinos selecionados com a possibilidade de navegação por meio de imagens via satélite ou mapas;
- criar comentários e avaliações (inclusive com fotos) sobre localidades visitadas e ler os comentários e avaliações de outros usuários;
- conhecer diversas regiões do mundo por meio de vistas panorâmicas de 360° na horizontal e 290° na vertical através do botão Street View;
- ter visão com maior ou menor riqueza de detalhes sobre a superfície terrestre através do botão zoom (podendo, inclusive, ter uma visão do globo terrestre pela perspectiva espacial);
- ter uma visão oblíqua das localidades através do botão 3D;
- navegar por alguns pontos turísticos ao redor do globo, podendo ter uma prévia do interior desses lugares através do Art Project; e
- criar um mapa personalizado com marcadores indicando os lugares de seu interesse em todo o globo.

Pelo exposto, é fácil perceber que a exploração dessa ferramenta por parte de qualquer usuário pode ser feita de inúmeras maneiras. Na esfera escolar essa máxima também está presente, e a adoção do Google Maps deve ser incentivada. É necessário, porém, orientar os alunos a respeito do uso correto dessas ferramentas, já que, como diz Moran (2000), o simples acesso à tecnologia, em si, não é o aspecto mais importante, mas sim, a criação de novos ambientes de aprendizagem e de novas dinâmicas sociais a partir do uso dessas novas ferramentas.

Ao incentivar um estudante a fazer uso do Google Maps, o professor precisa dar um propósito a esse instrumento, ser mediador na aproximação entre estudante e serviço, auxiliando na compreensão e manipulação das ferramentas, além, claro, de inserir o Google Maps em uma sequência didática, pois o seu uso não deve ser uma atividade isolada, e sim parte de um processo de construção do conhecimento.

4 Realidade virtual e aprendizagem flexível

O Projeto Aprendizagem Flexível fez parte da revisão curricular do Departamento de Geografia do Programa de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Universidade British Columbia (Canadá). O objetivo era alavancar novos ambientes de aprendizagem, tecnologias de educação e abordagens pedagógicas para ajudar os alunos a explorar as questões ambientais do século XXI. O Projeto de Aprendizagem Flexível aprimorou e transformou vários cursos existentes e desenvolveu (ou revisou significativamente) cursos usando abordagens pedagógicas críticas e inovadoras, aplicando conceitos de aprendizagem flexível e combinada.

O projeto ainda possibilitou contribuições substanciais para a integração da Bolsa de Ensino e Aprendizagem (SOTL) em práticas pedagógicas em Geografia, incluindo apresentações acadêmicas e o desenvolvimento de vários *sites*, conteúdo de cursos *on-line*, módulos de

aprendizagem GIScience, avaliações inovadoras, aulas e atividades em grupo, conceito estoques e outros recursos educacionais aberto (REA).

O Projeto de Aprendizagem Flexível, como visto acima, propõe inovações pedagógicas, mas também didáticas, como a inserção de realidade virtual através das viagens de campo virtuais.

O que é uma viagem de campo virtual? As viagens de campo desempenham um papel importante nas disciplinas e na educação geográfica. No entanto, as restrições logísticas e orçamentárias de trazer os alunos para o campo muitas vezes podem prejudicar o planejamento da viagem de campo ou levar a situações em que alguns alunos não podem participar.

Podemos alavancar os recentes avanços tecnológicos em realidade virtual (VR) e realidade aumentada (AR) para aprimorar a capacidade dos alunos de aprender novas técnicas e explorar lugares virtualmente diferentes. Por exemplo, os professores podem apresentar seus locais de pesquisa em regiões inacessíveis, como o Ártico, ou entre delicados recifes de coral, os alunos podem ficar em um canto do centro urbano e viajar no tempo para ver exatamente como era aquele canto dez anos antes, e os alunos podem criar novos ambientes imersivos conteúdo sobre suas comunidades para documentar e compartilhar as mudanças geográficas de nossas vidas humanas.

Temos promovido uma série de viagens de campo assistidas por tecnologia (realidade virtual e aumentada) usando *photospheres*, vídeos 360, WordPress, *software* de geolocalização, fotogrametria de paisagem e motores de jogos. Todas as viagens de campo e módulos de instrução que desenvolvemos são recursos educacionais gratuitos e abertos, disponíveis através de *links* neste *site* ou por solicitação. Nosso objetivo não é tirar os alunos do campo, mas sim aumentar as suas experiências no campo e tornar mais acessíveis os locais de campo inacessíveis.

Uma das experiências desenvolvidas em realidade virtual e aumentada foi o Stanley Park Virtual Field Trip (<https://open.geog.ubc.ca/stanley-park-virtual-fieldtrip/>). O projeto Geography VR do Stanley Park (Figura 1) proporciona imersão em realidade virtual, elaborada por meio de modelos espaciais em 3D, fotogrametria usando *drones* e os recursos do *software* Unity3D. Essa experiência proporciona aos alunos uma completa aprendizagem sobre o parque e o seu entorno em diferentes perspectivas (ambiental, social, cultural, entre outras).



Figura 1. Experiência em realidade aumentada do Projeto Geografia VR. Stanley Park Virtual Field Trip (UBC).

Ainda sobre realidade virtual em atividades de campo, a equipe criou o FieldPress (<https://open.geog.ubc.ca/resources/fieldpress/>), um *plug-in* para a plataforma de criação de *site* WordPress, que permite aos instrutores criar e gerenciar viagens de campo *on-line*. Esse *plug-in* é um recurso educacional aberto (OER) que fornece aos instrutores um ambiente amigável para construir viagens de campo, adicionar conteúdo multimídia, criar avaliações e gerenciar a atividade dos alunos.

Entre as possibilidades de inserção de estrutura conceitual das atividades de campo, pode-se inserir mapas digitais produzidos em plataformas como o Google Maps ou o Arcgis Online e imagens em 360 graus com informações interativas sobre os ambientes. No entanto, para criar a interatividade nas imagens em 360 graus é preciso usar um *software* externo, como Holobuilder, Google Tour Creator, entre diversos outros.

O Projeto de Aprendizagem Flexível do Curso de Geografia da UBC é coordenado pelo professor Loch Brow, que juntamente com sua equipe criou um *website* (<https://open.geog.ubc.ca/>) para hospedar recursos de educação aberta (REA) gerados pelo Projeto de Aprendizagem Flexível para o Programa de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Departamento de Geografia da UBC. O conteúdo do ambiente hospeda todas as informações do projeto, experiências e demais recursos produzidos pela equipe de colaboradores, podendo ser acessado gratuitamente.

Na sequência descreveremos a atividade realizada com alunos brasileiros, mediada por tecnologias, que se utilizou do Google Maps para a coleta de informações geográficas. Antes da apresentação de resultados discorreremos sobre o trabalho de campo, tratando-o conceitualmente e em seus significados.

5 Trabalho de campo virtual: possibilidades de estudo do uso econômico do território da cidade de Alfenas (Brasil) por meio da Google Maps

Antes de descrever a experiência da atividade virtual com discentes do curso de Geografia da Unifal-MG, julga-se oportuno discorrer sobre o conceito e o lugar do trabalho de campo⁷⁶ na Geografia, considerando-o uma prática pedagógica.

Para Brandão (2007), o trabalho de campo pode ser realizado em dois momentos: pode constituir uma prática para se conhecer o objeto a ser estudado, a ser investigado, ou para se fazer um levantamento prévio para a elaboração de um projeto de pesquisa, ou pode ser realizado quando já se sabe o que se deseja pesquisar. Nesta última entrada, pode ser realizado para assegurar se os objetivos propostos foram alcançados ou mesmo para finalizar a operacionalização de um conceito a partir da realidade empírica. No ensino, tanto na Educação Básica quanto na Superior, o trabalho de campo também pode ser realizado em diferentes momentos, seja para servir de base ao se iniciar a discussão de um conteúdo, seja para finalizá-lo. No entanto, nada impede que ele seja parte da atividade de pesquisa e/ou ensino, na medida em que o pesquisador e/ou professor sinta a necessidade de realizá-lo. Ou seja, pode-se realizá-lo na medida em que haja necessidade pedagógica-científica.

Independentemente do momento em que se realizará, o trabalho de campo precisa ser considerado como uma vivência e, portanto, como uma prática que produz conhecimento (*IDEM*, 2007). Assim, quando o realizamos, os nossos alunos e nós, também estamos produzindo saberes nas diferentes áreas da Geografia, pois a realidade é uma totalidade. Ainda de acordo com professor Brandão (2007), o trabalho de campo se manifesta e se concretiza na aplicação de um questionário, na realização de uma entrevista, na prática de uma observação participante ou de uma observação sistemática, por exemplo. Desse modo, há uma diversidade de atividades que são identificadas como trabalho de campo. São as atividades realizadas em ambientes externos às salas de aula e aos laboratórios de pesquisa, cujo objetivo é produzir conhecimento sobre temas e objetos de investigação.

Para Serpa (2006), o trabalho de campo é parte do método de estudo do espaço geográfico, que deve ser entendido como uma totalidade. Essa totalidade não pode ser apreendida como tal pela visão do pesquisador, mas somente por meio de suas partes. Assim, o trabalho de campo se

⁷⁶ Embora haja a necessidade de aprofundar a discussão teórica e conceitual sobre a possibilidade de realizar virtualmente o trabalho de campo, tal qual ele vem sendo realizado na Geografia, para a proposta que será analisada na sequência a expressão *trabalho de campo* equivale à expressão *atividade virtual*.

constitui numa das possibilidades de conhecer essas unidades menores. Por isso nós, da Geografia, em qualquer uma das suas áreas, dividimos a totalidade em partes para estudá-las. Daí concordarmos com Lacoste (*apud* ALENTEJANO & ROCHA, 2006) quando ele diz que o trabalho de campo como pesquisa em grande escala precisa ser articulado a outras escalas. Ou seja, a pesquisa da rua, do bairro e da cidade pequena precisa estar articulada com a escala da metrópole, da região e do país, por exemplo.

É importante ressaltar que cabe a nós, professores e pesquisadores, identificar os elos, ligações e interações estabelecidos entre as partes e entre estas e a totalidade. Pode-se dizer que toda variável, todo elemento que observamos no trabalho de campo, que se manifesta na paisagem, possui as características do local onde se manifesta, mas também apresenta características da totalidade que ele constitui. Quando se estudam, por exemplo, os circuitos nos quais se inserem as feiras livres, os supermercados ou as unidades produtivas de maneira geral, identificam-se em suas dinâmicas características locais, mas também características de processos globais.

É relevante também considerar que o trabalho de campo não pode ser realizado separando-se teoria e metodologia, assim como ele não pode abdicar de tratar os conceitos sem operacionalizá-los, uma vez que “[...] teoria e trabalho de campo são dois lados da mesma moeda” (SERPA, 2006, p. 10). Além disso, sua execução dependerá dos objetivos e das metas do pesquisador, e ainda revela possibilidades de estudar o espaço geográfico em diferentes recortes e de superar dicotomias e ambiguidades na Geografia (*IDEM*). Por meio dele, há a possibilidade de superar as tradicionais dicotomias entre Geografia Geral e Geografia Regional, entre Geografia Física e Geografia Humana, por exemplo.

Alentejano & Rocha (2006) também reforçam algumas das características do trabalho de campo aludidas acima. Esses autores escrevem que há necessidade de discutir o trabalho de campo como um conceito e que ele não pode ser uma simples prática de observação da paisagem, mas deve-se partir dela para compreender a dinâmica do espaço geográfico, cujo conhecimento a ser construído não se dará sem mediação por conceitos. Arguem também que a pesquisa de campo é um meio e não pode ser compreendida como se fosse um fim em si mesma.

Desse modo, entendemos e admitimos que o trabalho de campo não pode ser um fim em si, mas precisa está imerso no desenvolvimento das diferentes atividades voltadas para a produção do conhecimento e que a operacionalização de conceitos em seu desenvolvimento é fundamental.

Em relação à disciplina Geografia Econômica, componente curricular no qual se realizou a atividade virtual aqui em discussão, os principais temas abordados nas aulas antes dessa atividade foram desde a discussão de teorias, métodos de abordagem e evolução desse componente curricular na história do pensamento geográfico até a discussão de conceitos como modo de produção, formação socioespacial e uso econômico do território; e, na medida do possível, sempre tentando articular a discussão em andamento em cada semana com as escalas de Alfenas, do Sul de Minas e do Estado de Minas Gerais. Os conteúdos trabalhados foram divididos em duas unidades,

e o trabalho de campo virtual foi realizado com a prática de fechamento dessa seção e do início da segunda, com o propósito de conhecer unidades espaciais de uso econômico em Alfenas.

Cabe ressaltar que antes de “ir a campo” os alunos já haviam construído ou estavam em processo de elaborar conceitos e realizaram a atividade virtual como possibilidade de operacionalizar esses conceitos. Ou seja, o objetivo da disciplina tem sido, *grosso modo*, o de estudar a dimensão geográfica da atividade econômica.

Partimos do princípio de que o espaço geográfico e o território podem ser estudados considerando-se os seus usos atuais e pretéritos, os usos econômico e político realizados por diferentes grupos populacionais e instituições. No entanto, pelo conteúdo disciplinar evidenciou-se o uso econômico do território, tema discutindo, primeiro nas aulas presenciais e depois nas aulas remotas (síncronas), associado à ideia de que a atividade econômica se estabelece numa relação dialética com o espaço geográfico. Os discentes foram mobilizados em todo o tempo para pensar nessa relação dialética, entre espaço geográfico e atividades econômicas, que se realiza a partir do uso do território em diferentes escalas.

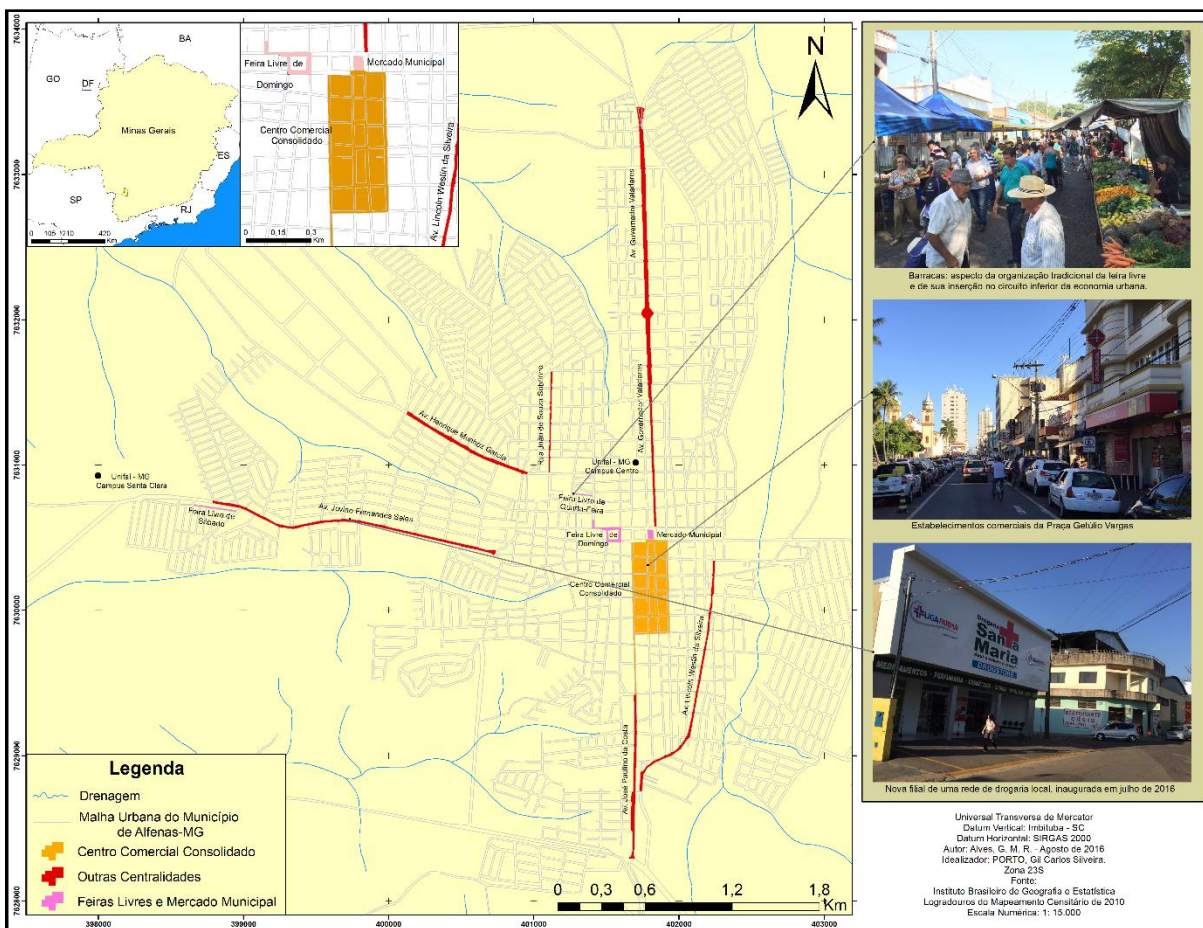


Figura 2: Distribuição espacial das centralidades comerciais em Alfenas, 2016.
Fonte: Porto, 2018.

Uma etapa relevante do processo ensino-aprendizagem na disciplina foi a discussão, a partir de Porto (2018), sobre o uso econômico da cidade de Alfenas. Solicitamos aos alunos que,

antes de realizarem o trabalho de campo virtual, observassem a Figura 2, que é uma representação da cidade de Alfenas e de três áreas de comércio nela situadas: o centro comercial consolidado, onde está a praça Getúlio Vargas, uma outra zona, sem contiguidade espacial, formada pelas avenidas José Paulino da Costa, Lincoln Westin da Silveira, Governador Valadares, Jovino Fernandes Sales, Henrique Munhoz Garcia e João de Souza Sobrinho, e a área onde se realizam as feiras livres: a principal delas, que ocorre aos domingos, e as outras duas, menores, que acontecem às quartas-feiras e aos sábados.

Após essa apresentação, os alunos realizaram a atividade virtual que consistia em acessar o mapa de Alfenas por meio do Google Maps, escolher uma das avenidas acima citadas ou a praça Getúlio Vargas e listar e descrever os estabelecimentos comerciais identificados na fração do espaço da cidade escolhido. Solicitou-se que, na medida do possível, tentassem identificar uma possível quantidade de trabalhadores (vendedores) empregados em cada estabelecimento comercial, indicador que auxiliaria no conhecimento da polarização local ou regional do estabelecimento e sua função em relação uso econômico do território alfenense. Embora a identificação dos pontos de comercialização de mercadorias nas feiras livres pudesse constituir uma relevante contribuição ao entendimento do uso econômico da cidade, esses espaços não foram indicados para a pesquisa por não terem sido cobertos pelo Google Maps, cujas imagens das ruas/praças foram feitas em dias diferentes dos das feiras.

Apresentaremos na sequência parte do resultado da atividade virtual realizada por discentes que focaram suas análises nas avenidas José Paulino da Costa, Lincoln Westin da Silveira e Governador Valadares e na praça Getúlio Vargas.

Acerca dos estabelecimentos comerciais identificados na avenida José Paulino da Costa, citou-se a empresa Case IH, que comercializa máquinas agrícolas e ocupa extensa área na entrada da cidade, indicando seu valor técnico e econômico local, bem como demonstrando que a agricultura é uma atividade robusta na dinâmica econômica de Alfenas e da região na qual se insere. Em relação à avenida Lincoln Westin da Silveira, identificou-se a presença de borracharias, restaurantes, mercearias e pontos de oferta de serviços.

Já em relação à avenida Governador Valadares, também foram realizados relevantes pesquisas e relatórios pelos discentes. Um deles listou os pontos de comércio e de serviços a partir dos números que normalmente ficam ao redor das portas dos estabelecimentos. Desse modo, identificaram-se 79 estabelecimentos comerciais no lado par e 83 no lado ímpar. A título de exemplo, um dos discentes identificou que no número 204 dessa avenida há uma loja de venda de carros novos e seminovos. Além desse aspecto, hipotetizou-se sobre a possível quantidade de vendedores observando-se, sobretudo, o tamanho do estabelecimento.

Em relação à praça Getúlio Vargas, identificou-se, por exemplo, o bar e restaurante XV Botequim. Esse estabelecimento tem em seu cardápio bebidas e comidas, e de acordo com o relato de um dos discentes deve possuir uma quantidade considerável de contratados, pois seu funcionamento envolve serviços de garçons, balconistas, cozinheiros, pessoas relacionadas com a

limpeza e o setor administrativo. O relato discente demonstra seu conhecimento sobre esse estabelecimento/ponto de venda, abordando informações que iam além daquilo que o Google Maps lhe permitiu conhecer. Identificaram-se nessa praça 67 estabelecimentos, entre eles uma ótica (Ótica Realce), tipo de comércio mais especializado que possuiria sete vendedores.

Num outro trabalho, o discente inferiu o movimento de consumidores nos estabelecimentos listados, caracterizando esse movimento como baixo, médio ou alto. Embora, nesse caso, os critérios não tenham sido mencionados para se qualificar a frequência de consumidores, chama a nossa atenção a hipótese corroborada por ele, aspecto relevante na prática da pesquisa.

Para finalizar esse tópico, gostaríamos de evidenciar as possibilidades da atividade de campo virtual, se comparada ao trabalho de campo presencial. Como se observa no Quadro 1, dos seis aspectos comparados, apenas em relação às possibilidades de interagir com a comunidade e de acompanhar a dinâmica social da paisagem observada, a atividade realizada remotamente não obteve êxito. No entanto, em relação aos demais aspectos não houve prejuízo decorrente do fato de a atividade ter sido realizada remotamente, em vez de se fazer a observação *in loco*. Ressaltamos que referimos ao objetivo da atividade proposta, restrita e relacionada com um tema da disciplina em questão – no caso, estudar o uso econômico da cidade.

Possibilidades e limitações	Trabalho de Campo Presencial	Trabalho de Campo Virtual
Possibilita a interação com a comunidade/sujeitos (vivência).	X	-
Possibilita acompanhar a dinâmica socioespacial <i>in loco</i> .	X	-
Contribui para estudar a dimensão espacial da sociedade.	X	X
Possibilita a conexão entre características próprias e características sistêmicas das variáveis (uso comercial do espaço).	X	X
Possibilita a inseparabilidade entre teoria e metodologia e entre conceitos e sua operacionalização.	X	X
Permite conhecer a articulação de fluxos entre objetos geográficos em diferentes escalas.	X	X

Quadro 1 – Trabalho de Campo Presencial x Trabalho de Campo Virtual: possibilidades e limitações. Elaboração: Porto, 2020.

De maneira geral, a atividade realizada possibilitou que não houvesse inseparabilidade entre teoria e metodologia e entre conceitos e operacionalização. Assim, foi possível operacionalizar, por exemplo, os conceitos de circuitos superior e inferior da economia, uso do território, dialética, espaço geográfico e economia, permitindo também conhecer a articulação de fluxos entre objetos geográficos em diferentes escalas.

6 Considerações finais

Em relação à experiência na universidade canadense, durante o período de intercâmbio com a equipe do Projeto de Aprendizagem Flexível do Curso de Geografia da UBC, foi possível conhecer e construir novas perspectivas sobre o uso de tecnologias digitais no ensino de Geografia, considerando-se o contexto da educação superior e básica no Brasil, cuja discussão ainda está num estágio muito incipiente em relação à adesão de tecnologias digitais no ensino. A pandemia de Covid-19 vai forçar essa quebra de paradigma na educação brasileira, onde os recursos digitais irão fazer parte da rotina escolar em todas as esferas de ensino.

Como ações práticas, nosso objetivo foi começar a criar uma cultura da inovação digital no ensino de Geografia no contexto local, com a proposição de uma disciplina optativa intitulada *Trabalho de Campo no Ensino de Geografia: Mapeamento digital, Realidade Virtual e Aumentada*⁷⁷ (<https://sites.google.com/view/rva-ensinogeografia>), na qual discutimos a criação de atividades práticas de campo com o uso de mapeamento digital com ferramentas gratuitas como Google Earth e Arcgis Online, bem como sua correlação com roteiros virtuais interativos através do Google Tour Creator, ferramenta gratuita de criação de roteiros em 360° usando imagens do Google Street View.

Outra iniciativa foi a criação do Laboratório de Inovação no Ensino de Geografia Física (<https://pessoas.unifal-mg.edu.br/clibsonsantos/laboratorio/>), que tem como objetivo fomentar as discussões sobre o uso de tecnologias emergentes ou as novas TICs digitais aplicadas ao ensino de Geografia, amparadas em metodologias ativas e significativas. No espaço estão sendo desenvolvidas atividades pedagógicas de disciplinas sobre realidade virtual e aumentada usando aplicativos, imagens de 360° (produção de roteiros de campo virtual) e SARndbox (Caixa de Areia de Realidade Aumentada) para projeções do relevo e bacias hidrográficas. O laboratório possui equipamentos como Projetor Interativo Ultra-Curta Distância e Impressora 3D para impressão de recursos didáticos.

Como resultado dessas iniciativas, começamos a mapear os ambientes educacionais no âmbito do Projeto Unifal-MG 360°, que tem como objetivo criar roteiros para visitas virtuais interativas nos laboratórios e demais ambientes educacionais da instituição, cujo objetivo a longo prazo é auxiliar na gestão dos espaços da universidade.

Em relação à atividade realizada na universidade brasileira, a partir da experiência com discentes matriculados na disciplina Geografia Econômica, considera-se que a atividade de campo virtual envolve a construção de diferentes aprendizagens e habilidades. Desse modo, quando se propõe que alunos acessem a internet, entrem no Google Maps, identifiquem localidades e estabelecimentos comerciais ou de serviços de uma rua ou avenida, por exemplo, acredita-se que estão aprendendo, dentre tantas possibilidades, a lidar com a tecnologia.

A título de exemplo, para ilustrar a aprendizagem tecnológica, imagine-se um homem ou uma mulher que viva no campo ou na cidade, que não tenha sido alfabetizado na idade certa e

⁷⁷ Ministrada pelo professor Clibson Alves dos Santos.

que receba no primeiro dia de aula do professor um lápis e este diz: "Olha, hoje nós vamos começar a estudar. Vocês vão aprender, inicialmente, a fazer os seus nomes". Então, a forma como esse homem ou essa mulher pega no lápis é meio desajeitada, porque o lápis ainda não é um "apêndice" do seu corpo. O mesmo ocorre com as pessoas que não sabem usar o computador porque não têm computadores ou porque não usam *e-mails* ou mesmo porque nunca foram motivados a usá-los.

É necessário criar condições para desenvolver habilidades que permitam usar essas tecnologias recém-incorporadas ao ensino. Então, o problema não está na tecnologia, mas sim no não acesso a ela e/ou no não saber lidar com ela. Como mencionado acima, a crise pandêmica que estamos vivendo demanda de nós, educadores, em qualquer nível de ensino, repensar o lugar das tecnologias nas relações ensino-aprendizagem.

Destarte, é necessário aprofundar a discussão teórica sobre a dimensão virtual da sociedade e do espaço. O espaço geográfico tem uma dimensão virtual, e essa esfera está ficando cada vez mais evidente, sobretudo nestes tempos de pandemia da Covid-19. O Google Maps se constitui numa importante ferramenta para a realização de visitas a áreas distantes e em grande escala. Pode-se visitar zonas comerciais e industriais em quase todas as cidades do mundo. Uma questão primordial, ao se definir se há possibilidade de realizar o trabalho de campo virtual, refere-se aos objetivos do que se quer ensinar e do que se quer pesquisar. Essa questão se torna central. Propõe-se uma atividade de ensino-aprendizagem desse tipo a depender dos objetivos a serem alcançados ou da investigação acadêmica proposta.

Considera-se ainda que o trabalho de campo virtual realizado sem consulta a outras fontes de pesquisa pode não dar conta da dimensão empírica necessária relacionada com o objeto/fenômeno investigado para compreendê-lo isoladamente ou como parte de uma totalidade maior. Desse modo, o trabalho de campo virtual ou presencial não pode ser o único meio para a obtenção das informações que se buscam. Professores, pesquisadores e intelectuais, que trabalhamos com dados, precisamos usar outros meios para adquiri-los.

Por fim, as experiências nos cursos de Geografia da UBC e da Unifal-MG, e nos demais departamentos e estruturas organizacionais da instituição, proporcionaram uma reflexão mais ampla sobre as possibilidades de aplicação prática de ações de inovação pedagógica e didática no ensino de Geografia, tanto no contexto da educação superior como no da educação básica. No caso da UBC, apesar dos recursos financeiros e da infraestrutura física e organizacional, ela se encontra entre as melhores do mundo, e as estratégias ali aplicadas podem ser adaptadas ao contexto brasileiro. De igual modo, no caso da Unifal-MG, mesmo sem esses recursos e sem essa infraestrutura, foi possível investigar, empiricamente, o uso econômico do território alfenense sem que os alunos precisassem sair de suas casas ou do trabalho. No entanto, acreditamos que há dimensões da relação ensino-aprendizagem que somente serão alcançadas presencialmente.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo & ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? In: **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, pp. 51-68, 2006

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 17, 2007.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. **Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar**. **Caderno Cedes**, n. 25, Campinas, 2005, pp. 209-225.

GOOGLE MAPS. Sítio. Disponível em <https://maps.google.com.br>.

MORAN, José Manuel. **Caminhos para a aprendizagem inovadora**.

_____. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**, v. 15, pp. 22-24, 2000.

_____. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2007.

PORTO, Gil Carlos Silveira. Espaço e economia: dimensões da atividade comercial em Alfenas-MG. In: FERREIRA, M. M & VALE, A. R. **Dinâmicas geográficas no Sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2018.

SAVIANI, Dermeval *et al.* **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1980.

SERPA, Angelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 84, 2006, pp. 7-24.

Agricultura e alimentação no contexto da pandemia do novo coronavírus: da crise alimentar estrutural a soberania alimentar

Lorena Izá Pereira
iza.pereira@unesp.br

Estevan Coca
estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Introdução

“Sob os atuais arranjos políticos, alimentar o mundo é um sonho quimérico⁷⁸.”
(Philip McMichael, 2007 - tradução nossa).

No último dia de 2019 foi reportado na China o primeiro caso da COVID-19, causada pelo coronavírus (SARS-CoV2). Assim, o ano de 2020 já iniciou caracterizado por essa ameaçadora novidade, confirmada em 11 de março, quando Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto como uma pandemia. Para além do sistema de saúde, a pandemia da COVID-19 afeta todos os cidadãos do globo e todas as dimensões da vida, fisicamente e psicologicamente, pois as medidas de distanciamento social, isolamento social ou até mesmo quarentena resultam em impactos na economia que são sentidos, sobretudo, através do aumento do desemprego, da precarização do acesso a serviços básicos e, conseqüentemente, na ampliação do número de pessoas na linha da pobreza. Tudo isso leva a uma consequência crucial: o aumento do número de pessoas no mapa da fome.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), na sua publicação anual *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020*, informou que antes da pandemia, em 2019, aproximadamente 690.000.000 pessoas (8,9% da população global) estavam subnutridas. Segundo o mesmo documento, as projeções preliminares são de que 83.000.000 a 132.000.000 de pessoas passarão a integrar o grupo de subnutridos no pós-pandemia. Por essa realidade, David Beasley⁷⁹, Diretor do Programa Mundial de Alimentos (PMA), afirmou no mês de abril que ao mesmo tempo em que estamos lidando com a pandemia do COVID-19, também estamos à beira de uma pandemia de fome. Dito de outro modo, atrelada à crise biomédica da COVID-19 temos uma crise alimentar (Van der PLOEG, 2020). No Brasil, a projeção é de que até 12.000 de pessoas podem morrer de fome diariamente até o final de 2020 devido aos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia (OXFAM BRASIL, 2020).

⁷⁸ Trecho original: “*Under present political arrangements feeding the world is a pipe-dream*”.

⁷⁹ Maiores informações disponíveis em: <https://www.wfp.org/news/wfp-chief-warns-hunger-pandemic-covid-19-spreads-statement-un-security-council> . Acesso em: 30 set. 2020.

Assim, no Brasil a situação é ainda pior. Além de todo um contexto resultado da pandemia, vivemos sob os ataques de uma direita ultraconservadora, genocida e neoliberal, levados a cabo pelo governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido). Se não bastasse minimizar a pandemia da COVID-19 com o uso de expressões como “gripezinha⁸⁰” e desrespeitar as recomendações a OMS e do próprio Ministério da Saúde, o governo Bolsonaro não tem atuado em medidas de combate a COVID-19, um exemplo disso é que ficamos mais de três meses sem ministro da saúde (o cargo já teve três ocupantes durante o período pandêmico). O impacto primeiro da pandemia da COVID-19 e que preocupa a classe empresarial brasileira é a economia e não as vidas ceifadas, direta e indiretamente, tanto pela pandemia, como pela negligência do governo mediante o cenário de catástrofe.

Não obstante, o governo Bolsonaro aproveita da situação de calamidade para promulgar medidas de desmonte da educação, da pasta ambiental, da reforma agrária, dentre outras tantas, na surdina. A Amazônia, o Pantanal, o Cerrado, enfim, o Brasil como um todo, estão queimando devido ao desmonte, corte de gastos e militarização de órgãos de controle ambiental e de uma lógica de governo atrelada a narrativa do agronegócio. Além do fogo, a criminalização de movimentos socioterritoriais segue seu curso, e os exemplos são vários, como o despojo em plena a pandemia de acampados do Quilombo Campo Grande⁸¹, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no sul de Minas Gerais (com direito a destruição da Escola Popular Eduardo Galeano) e invasão da Força Nacional em assentamentos de reforma agrária no extremo sul baiano⁸². Assim, o governo Bolsonaro é cúmplice da devastação ambiental, da desterritorialização e da criminalização de movimentos de luta pelo território por ação e omissão.

Concomitantemente, mesmo em tempos de caos múltiplo, o agronegócio tem se expandido, seja territorialmente, seja na conquista de mercados ou no controle das instituições. No Brasil, em plena pandemia o setor amplia o seu mercado e bate recordes de produção e exportação. Exemplos são o crescimento da produção de carne de frango (4%) e carne suína (6,5%) e da exportação de soja (8%), café e celulose (FOLHA DE S. PAULO, 08 ago. 2020), sendo classificado como “imune” a pandemia. A justificativa é elevar a produção para garantir o acesso de toda população ao alimento. Mas uma conta não fecha: por que mesmo com a expansão do agronegócio o número de pessoas na linha da fome ainda continua a crescer?

⁸⁰ Bolsonaro utilizou a referida expressão durante pronunciamento em 24 de março de 2020. Maiores informações disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52205918> . Acesso em: 22 set. 2020.

⁸¹ No total 14 famílias foram desterritorializada pela truculência do governador Romeu Zema (Partido Novo) em agosto de 2020. Segundo o MST foram 56 horas de resistência contra a violência da polícia militar. Maiores informações disponíveis em: <https://mst.org.br/2020/08/16/acampamento-quilombo-campo-grande-resiste/> . Acesso em: 22 set. 2020.

⁸² A presença da Força Nacional não foi autorizada pelo governo do estado da Bahia e as justificativas dadas pela invasão não correspondem com a realidade. Maiores informações disponíveis em: <https://mst.org.br/2020/09/02/mst-repudia-uso-da-forca-nacional-contra-sem-terra-na-bahia/> . Acesso em: 22 set. 2020.

É neste contexto de mudanças sociais, de certa forma, abruptas, que a realização dos Colóquios Geográficos do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Alfenas (PPGEO/UNIFAL) foi essencial para debatermos e compartilharmos experiências que fortaleçam nossas lutas. O presente texto é resultado das discussões e reflexões realizadas no painel com o tema “Agricultura e alimentação no contexto da pandemia”. As possibilidades para a Geografia debater a pandemia e seus efeitos são múltiplas, mas a tríade agricultura-alimentação-pandemia de fato merece um destaque, pois afeta uma questão seminal, que atinge a dimensão da vida: o acesso ao alimento e a produção social e política da fome.

Embora a introdução tenha um enfoque na negligência do governo Bolsonaro frente aos efeitos da pandemia, nos ataques do mesmo a movimentos socioterritoriais e desmonte de políticas públicas e órgãos ambientais, permitindo a devastação para abertura de novas áreas para a expansão do agronegócio, o objetivo deste texto caminha no sentido de expor e refletir como a crise alimentar é aprofundada neste contexto e como a soberania alimentar e agricultura saudável - especialmente a Agroecologia - são alternativas ou caminhos para a subversão deste modelo destrutivo do agronegócio.

Mesmo com a expansão do agronegócio em um momento de crise econômica, política e social, a crise alimentar aumenta, de modo que o acesso da população ao alimento torna-se mais precário. A crise alimentar é entendida como um elemento estrutural do sistema capitalista, uma vez que “o problema da fome mundial não é, por conseguinte, um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais; é antes um problema de distribuição” (CASTRO, 1959a, p. 62). É justamente na mercantilização do alimento no sistema capitalista de produção que habita a razão de tantas pessoas sofrerem cotidianamente com a fome ou a obesidade (COCA, 2016). Os agentes capitalistas se apropriam desta crise para disseminar a narrativa de que são necessárias mais terras para a expansão da produção de alimentos, quando na realidade a origem do problema é a desigual distribuição, ou seja, fazer com que se cumpra o Direito Humano à Alimentação Adequada (McMICHAEL, 2015). Na pandemia, o acesso aos alimentos tem sido dificultado pelo aumento do preço e diminuição do poder aquisitivo da população, além da desestruturação de sistemas de abastecimento, afetando especialmente a escala local.

Ao mesmo tempo, é importante pensar na alimentação como causa e efeito da pandemia. O sistema agroalimentar dominante contribui para multiplicar epidemias (ALENTEJANO, 2020), pois a sua base é o agronegócio predatório pautado na destruição da natureza e a produção de monoculturas (DAVIS, 2005; WALLACE, 2020). Ademais, o vírus pode apresentar consequências mais graves para a população subnutrida, pois ele é mais suscetível às pessoas com imunidade baixa. Assim, garantir a segurança alimentar por meio da soberania alimentar e da agricultura saudável pode ser um remédio para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. O principal ponto é que a soberania alimentar nos colocou a “necessidade de o alimento não ser tratado como uma mercadoria, mas como um bem social” (COCA, SANTOS, SOUZA e SILVA e SALVATERRA, 2020, p. 586).

É impossível a separação da discussão do quadro agronegócio/queimadas/ desmontes sociais *versus* agricultura/alimentação/saúde no atual contexto brasileiro. Neste sentido, o artigo está organizado em duas partes. Em um primeiro momento discute-se a crise alimentar como elemento estrutural do sistema capitalista de produção e como o agronegócio se apropria da narrativa da necessidade de produção de alimentos para justificar sua expansão, ao mesmo tempo em que há o incremento do mapa da fome em um contexto de crise econômica, política e social. Posteriormente, apresenta-se como a soberania alimentar, que é uma pauta dos movimentos socioterritoriais, constitui em uma alternativa frente ao modelo destruidor do agronegócio.

A questão alimentar no sistema capitalista de produção

A questão alimentar é um tema de interesse de todos. De governos, de instituições multilaterais, para além da FAO, e da população em geral. O acesso ao alimento e o poder de decisão sobre o que comer são temas seminais para a nossa sociedade, afinal todos nós precisamos de nos alimentar. Sobre isso, segundo o Artigo XXII da Declaração Universal dos Direitos Humanos “Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade” (ONU, 1948, não paginado). Nesse sentido, vale destacar que o Direito à Alimentação Adequada é um direito social básico garantido pela Constituição Brasileira em seu artigo 6º, assim como, também, é um dever da família, da sociedade e do Estado, previsto no artigo 227 da Carta Magna (BRASIL, 2016).

Não obstante, a questão alimentar pauta diferentes discursos para justificar a expansão do agronegócio. O sistema capitalista de produção é baseado na acumulação de capital sob qualquer pretexto e a qualquer custo e a teoria dos regimes alimentares é uma forma de explicar o avanço das relações capitalistas através da produção de alimentos.

A partir de pesquisas sobre a ordem alimentar internacional após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Harriet Friedmann (1993, p. 30) definiu o regime alimentar como “estrutura regulamentada de produção e consumo de alimentos em escala mundial”. O projeto de regime alimentar surgiu “como uma iniciativa metodológica para especificar as relações entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar” (McMICHAEL, 2016, p. 15) e, a partir disso, há três regimes distintos: 1) de 1870 a 1930, marcado pelo imperialismo inglês e o aumento do consumo de carne e trigo; 2) entre 1950 e 1970, centrado nos EUA como potência mundial no contexto impulsionado do pacote de motomecanização do campo da Revolução Verde e, 3) de 1980 até atualmente com a ascensão do mercado neoliberal, intitulado de regime alimentar corporativo, que é representado pela reestruturação da ordem alimentar mundial ao estilo da Organização Mundial do Comércio

(OMC), que McMichael (2016) argumenta ser um regime que se originou da influência sobre os governos estadunidense e europeu, por parte de corporações agroalimentares⁸³.

O regime alimentar corporativo vigente é pautado na financeirização do sistema agroalimentar global. Se o ouro e o dólar foram os estabilizadores do primeiro e do segundo regime alimentar, consecutivamente, na atualidade, a base necessária para a financeirização é garantida pelos acordos de livre-comércio (McMICHAEL, 2009). Com isso, a alimentação torna-se uma possibilidade de acumulação para empresas transnacionais, não somente das que são vinculadas ao agronegócio (CLAPP, 2014). Atualmente, um grupo seleto de corporações transnacionais controlam a maior parte dos sistemas agroalimentares (COCA, 2019). No setor de grãos, por exemplo, apenas quatro corporações (Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus), dominam 90% da produção (MURPHY, BURCH, CLAPP, 2012). Controlar o sistema agroalimentar não significa apenas exercer o sobre a domínio da terra ou da produção de alimentos em si, mas o controle dos canais de comercialização e consumo, das redes de transporte, dos sistemas de descarte, de órgãos de regulação e de diversas políticas públicas que visam a promoção da segurança alimentar. Para isso, são usadas estratégias como o lobby, por exemplo.

A crise alimentar, que supostamente seria decorrente da escassez da produção de alimentos aparece como justificativa central da expansão da atuação de agentes capitalistas na apropriação de terras e na produção de *commodities*. Não é algo estrito do regime alimentar corporativo, mas sim da sociedade nos moldes capitalistas. Josué de Castro, desde a década de 1940, quando foi publicada a primeira edição do livro Geografia da Fome, já ressaltava a questão da fome é um problema de distribuição e não produção. Também foi assim na década de 1970, quando a crise mundial de alimentos ocupava as manchetes de jornais em todo o globo (BURBACH e FLYNN, 1982). A história se repete nas duas primeiras décadas do século XXI (PEREIRA, 2019) e se acirra em tempos de pandemia.

O aumento do preço dos alimentos em escala global na primeira década do século XXI, motivado, dentre outros fatores pela crise de 2007/2008, colocou novamente em cena a questão alimentar. Porém, ao invés de pautar a crise no preço dos alimentos, a mesma foi justificada pela equação malthusiana de “maior quantidade de bocas para alimentar, maior área e quantidade de alimentos a ser produzida”. É importante destacar que em 2009 a FAO tornou público o documento “Global agriculture towards 2050”, projetando para 2050 cerca de 9 bilhões de habitantes no globo e colocando as políticas alimentares como um dos principais desafios para esse novo contexto. Como já dito, a fome não é uma questão da superpopulação, mas um problema social e político criado pela dinâmica do capitalismo em expansão (MARX, 2017).

⁸³ Em trabalho recente, McMichael (2019) destaca a possibilidade de discutirmos um quarto regime alimentar na atualidade, o qual seria protagonizado pela estratégia de “going out” (saída para fora) da China e concomitante ao regime alimentar corporativo. Apesar de entendermos que essa discussão é importante e será ainda mais no contexto pós-pandemia, nos atemos ao regime alimentar corporativo por visarmos destacar a relação entre o agronegócio e a produção estrutural da fome.

Na reestruturação causada e causadora do regime alimentar corporativo, a escassez global de recursos tornou-se uma preocupação central. As narrativas de escassez são acompanhadas de outras narrativas, tais como os I) limites da natureza em suportar as taxas de crescimento populacional e da exploração de recursos; II) a abundância e consequente “subutilização” de recursos (incluindo a terra) em certos continentes e regiões do globo e; III) a solução é o investimento em tecnologias de manejo de recursos. De acordo com Scoones, Smalley, Hall e Tsikata (2019), as narrativas de escassez justificam ações para aproveitar os recursos considerados “subutilizados”⁸⁴.

Essas narrativas projetam uma nova preocupação com a segurança alimentar baseada na apropriação de terras consideradas “subutilizadas” do ponto de vista do capital, isto é, terras destinadas a proteção ambiental, territórios de populações camponesas, indígenas e demais povos tradicionais. É adotado um paradigma modernizante que não leva em consideração a diversidade das relações sociais e produtivas, pois está baseado no princípio de que o capitalismo é uma totalidade. Um resultado desse discurso é a intensificação da corrida mundial por terras e consequente estrangeirização do território⁸⁵, que atualmente impacta todos os países do globo, não se restringindo a um processo do Sul.

Estas narrativas geram uma nova escassez em outros territórios, intensificando a estrangeirização, promovendo a concentração fundiária e a insegurança alimentar da população afetada. A título de exemplo, quando um agente se apropria de terras em um outro país utilizando a justificativa de promoção da segurança alimentar de sua nação de origem, promove conflitos e a insegurança alimentar no território alvo da transação. Nesse sentido, a corrida por terras está inserida na lógica do desenvolvimento desigual, pois, ao mesmo tempo se utiliza de um discurso de escassez para criar escassez em outros territórios.

Não desconsideramos aqui agentes vinculados a Estados Nação que realmente possuem preocupações não apenas com a escassez de recursos e, conseqüentemente, alimentos. Tais agentes consideram a dimensão geopolítica da questão alimentar, que pode ser caracterizada tanto pela impossibilidade de produção de alimentos em um determinado país, como também pelas relações de dependência do mercado internacional. Um exemplo disso são fundos soberanos oriundos da Arábia Saudita, China, Coreia do Sul e Qatar que investem na apropriação de terras na Argentina para fins de segurança alimentar (MURMIS e MURMIS, 2012, VARROTTI, 2019). Outro exemplo é o das empresas estatais, como o caso de Cabo Verde, onde desde a década de 1980,

⁸⁴ Recursos estes subutilizados no ponto de vista do capital.

⁸⁵ Entendemos a estrangeirização como um processo de controle do território por agentes estrangeiros, cujo o fim é garantir a acumulação do capital mesmo em tempos de crise. A estrangeirização é um processo global de efeitos locais e a sua materialização varia de acordo com cada país, considerando que é um processo resultado de dinâmicas globais, regionais e locais em interação (PEREIRA, 2020). Ressaltamos que há um debate intenso acerca da estrangeirização como uma possível tradução para o *land grabbing / acaparamiento de tierras* (FAIRBAIRN, 2015, SAUER e BORRAS JR., 2016). Compreendemos que o *land grabbing* é um processo amplo de controle do território, não envolvendo apenas agentes estrangeiros. Assim, a estrangeirização é um elemento do *land grabbing*.

agentes vinculados ao Estado compram terras no Paraguai para produção de milho para a exportação (PEREIRA, 2019).

Contudo, repetidamente, agentes privados utilizam da justificativa de promoção da segurança alimentar para se apropriar de terras no exterior, tratando a questão alimentar como um fenômeno puramente econômico e não político (CASTRO, 1959a e 1959b). O real objetivo destes agentes é a garantia da acumulação de capital em tempos de crise de sobreacumulação, por meio da especulação com o alimento, suscitando o aumento da insegurança alimentar em países alvos dos investimentos em terra. É por isso que mesmo com um aumento cada vez maior da produção de *commodities* no mundo, a fome é uma contínua realidade.

Aqui cabe um esclarecimento acerca da produção de *commodities versus* produção de alimentos. O agronegócio explora a natureza, desta extrai recursos (minerais e naturais) e produz *commodities* para a exportação, sendo as principais: milho, soja, cana-de-açúcar, dendê (óleo), canola, girassol e floresta plantada (SAUER e LEITE, 2012). Já o alimento compreende a produção da agricultura familiar camponesa, tais quais: arroz, feijão, frutas e legumes, alimentos que de fato compõem a dieta alimentar da população. Assim, o agronegócio não vai sanar com o problema da fome, porque este produz *commodities* e não alimentos, embora cometa este equívoco intencional ao tratar *commodities* como soja e cana-de-açúcar como alimento.

Por isso, na abordagem dos regimes alimentares, a *commoditie* é trabalhada como “[...] relação (em vez de objeto), com conexões geopolíticas, financeiras, sociais, ecológicas e nutricionais em momentos históricos significativos” (McMICHAEL, 2016, p. 117). Seguindo esse enunciado, entendemos a *commoditie* como representativa de um conjunto de relações mercantis que envolvem a cadeia de agronegócio com a finalidade de interferir nas práticas produtivas, culturas alimentares e nos ecossistemas.

Na pandemia, tem-se utilizado de um discurso de crise total - econômica, sanitária, política, ambiental e humanitária - para justificar o aumento a expansão do agronegócio, porém, a projeção de da quantidade de pessoas na linha da fome tende a aumentar, como enfatizamos logo de início. Tomamos como exemplo o Brasil, onde entre 2016 e 2019 a quantidade de pessoas afetadas pela insegurança alimentar moderada aumentou de 37,5 para 43,1 milhões (FAO, 2020). A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em 2019 mostrou que entre julho de 2017 e julho de 2018, a insegurança alimentar grave atingiu mais de 10 milhões de brasileiros. Isso fica ainda mais evidente quando se constata que em julho de 2020 (período de pandemia), 4,4 milhões de famílias só conseguiram se alimentar por causa do auxílio emergencial pago pelo Governo Federal⁸⁶ após amplas pressões da oposição.

Assim, o Brasil está a passos curtos de retornar ao mapa da fome. Muitos dos avanços obtidos na primeira década de 2000, especialmente com o Programa Fome Zero e as políticas de

⁸⁶ Maiores informações disponíveis em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/08/auxilio-emergencial-foi-a-unica-renda-para-cerca-de-4-4-milhoes-de-familias-em-julho-diz-pesquisa-do-ipea>. Acesso em: 30 set. 2020.

compra institucional de alimentos têm sido minimizados por fatores como corte de gastos em programas e projetos estratégicos para a segurança e soberania alimentar e nutricional e uma opção ainda mais forte do Governo Federal pelo agronegócio na condução do desenvolvimento rural. Se em 2014, pela primeira vez o Brasil não apareceu no mapa da fome, documento elaborado anualmente pela FAO, na década de 2020, o país tende a retroceder a essa situação. O maior problema é que mesmo com esses números preocupantes e com o caos da pandemia, o agronegócio bate recordes de exportação. É essa a alternativa eficaz para diminuir a fome no mundo e garantir o acesso ao alimento por toda a população? Acreditamos que não.

Soberania alimentar: uma alternativa frente ao modelo destruidor do agronegócio

Com a criação da FAO após Segunda Guerra Mundial, o conceito/proposição da segurança alimentar e nutricional passa a ser pauta dessa instituição multilateral e conseqüentemente de diversos governos nacionais, entendendo-a como garantia ao acesso físico e econômico a alimentos saudáveis, com o objetivo de satisfazer as necessidades nutricionais da população. Ou seja, pauta-se o direito ao acesso, mas não o direito de decidir acerca do que se alimentar, o que, em um contexto de regime alimentar corporativo, é fundamental.

Sendo assim, na proposta de segurança alimentar não existe um questionamento sobre os já relatados problemas sociais, culturais, políticos e ecológicos causados pelo agronegócio. Pode-se até mesmo dizer que a segurança alimentar é parte do paradigma que compreende o agronegócio como uma totalidade. Existindo alimento em quantidade e frequência suficientes para a população, entende-se não existir motivos para questionar a orientação das políticas alimentares. Por esse motivo, usando a segurança alimentar como subterfúgio, governos (PERKINS, 1997) e corporações (McMICHAEL, 2009) desenvolvem políticas alimentares que direta e indiretamente contribuem com inviabilização econômica de unidades de produção camponesas no mundo todo (MAZOYER; ROUDART, 2009), além de aumentar o consumo de alimentos ultraprocessados por parte da população (MONTEIRO, LEVY, CLARO, CASTRO, 2010).

É neste sentido que a Via Campesina, em 1996, durante sua II Conferência Internacional, em Tlaxcala (México), apresentou a soberania alimentar como alternativa a segurança alimentar e nutricional, levada a cabo pela FAO (COCA, 2016). Assim, a soberania alimentar corresponde “ao direito de cada nação de manter e desenvolver na própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva” (PEREIRA, 2016, p. 132). A soberania alimentar permite a abordagem da alimentação como um ato político, para além de uma questão econômica, enfoque geralmente dado pela FAO e por diferentes governos mundo a fora. Por isso, ela coloca em relevo a capacidade da agricultura familiar e camponesa e indígenas de contribuir com o desenvolvimento rural por meio de relações socialmente e ambientalmente saudáveis.

Além do poder de decisão sobre o que se alimentar, a soberania também traz para a discussão elementos como acesso ao alimento sano, a produção agroecológica, a policultura, a

questão de identidade, por meio do resgate de práticas e técnicas de cultivo ancestrais e sementes crioulas, o rompimento com as relações patriarcais reproduzidas na agricultura e a necessidade de se criar condições para que os jovens permaneçam no campo. Outro elemento da soberania alimentar, que é abordado nos estudos da segunda geração acerca da temática (COCA, SANTOS, SOUZA e SILVA e SALVATERRA, 2020) é a fortalecimento da agricultura urbana, o que amplia o debate sobre a soberania, consolidando esta como pauta de interesse de toda a população, do campo e da cidade.

Em um contexto de pandemia, a questão alimentar torna-se ainda mais fundamental. Isso se explica por fatores de saúde pública e pela própria dinâmica das políticas de abastecimento.

Sobre a saúde pública, ressalta-se que o acesso da população ao alimento sano e soberano impacta diretamente nas condições de vida desta (MEEK; KHADSE, 2020). Uma população doente é mais vulnerável as consequências das situações pandêmicas (DAVIS, 2020). Assim, é através da compreensão do alimento a partir de suas dimensões política e social, e não econômica, como mera mercadoria, que a soberania alimentar se constitui como uma alternativa não apenas para garantir o acesso da população ao alimento, mas para assegurar o direito do acesso a alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, sem desmatamento, sem queimadas, sem sangue de camponeses e indígenas.

Sobre as políticas de abastecimento, ao restringir de maneira drástica a circulação de pessoas e mercadorias, a pandemia também colocou em evidência os limites da grande predominância de cadeias alimentares construídas pelo agronegócio no abastecimento da população. Por um lado, países como o Brasil, ao optarem por um modelo agrícola voltado para a exportação, utilizam grande parte de suas terras agricultáveis para a produção de monoculturas ao mesmo tempo em que políticas que visem garantir a permanência do campesinato na terra se tornam cada vez mais escassas (ALTIERI; NICHOLLS, 2020). Por outro lado, diversos países são dependentes das importações para poderem garantir a alimentação da sua população (MURPHY, 2015). Assim, num contexto em que as cadeias alimentares do agronegócio são limitadas devido às restrições de circulação, o abastecimento local é ameaçado. Por esse motivo, ao defender que cada povo deve controlar seu próprio processo de alimentação, a soberania alimentar visa subverter a dependência das cadeias globais de valor e favorecer a escala local, fato de grande importância para se pensar a construção de sistemas alimentares autônomos no contexto pós-COVID-19.

Considerações finais

Como já pontuou Josué de Castro no prefácio a nona edição do livro “Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço” (1984), a fome é um problema tão velho quanto a própria vida”. Como todos precisam ingerir alimentos, a questão alimentar interessa a toda a humanidade, a todos os povos, dos campos, das florestas e das cidades. A crise alimentar, resultado da existência de milhões de pessoas que sofrem com fome crônica (endêmica), não é uma questão de produção

ou de causas naturais ou problemas conjunturais, a exemplo das guerras e crises sanitárias, mas sim um elemento estrutural do sistema capitalista de produção, no qual o alimento é uma mercadoria.

Desde o início do século XXI a crise alimentar é tratada sob a perspectiva do fim da comida barata (McMICHAEL, 2012), o que aparece especialmente por meio do maior consumo de alimentos ultraprocessados (MONTEIRO, LEVY, CLARO, CASTRO, 2010). Porém, cada vez mais as narrativas do aumento da população mundial e da escassez de alimentos são apropriadas pelos agentes hegemônicos e apontadas como as grandes causas de uma crise alimentar. Contudo, quando empresas transnacionais e fundos de investimentos utilizam a narrativa da crise alimentar, colocam a sua expansão (em terras e em produção) como a única alternativa possível para acabar com o problema da fome no mundo, como se esta fosse uma questão apenas de preço e de produção e não como política, geopolítica e social.

Assim, diferentes agentes veem na crise alimentar uma oportunidade para acumular capital em um contexto de crise de sobreacumulação. Como já pautou Harvey (2013), as crises são intrínsecas ao sistema de produção capitalista, sendo motor e produto de suas contradições internas. A fome também é uma questão político, logo, é resultado de relações de poder (McMICHAEL, 2007). A própria ideia do agronegócio “sobreviver” a pandemia reforça a intenção da salvação da economia acima das vidas, servindo apenas de narrativa para justificar a sua expansão.

A expansão do agronegócio, modelo de desenvolvimento predatório pautado na exploração sem precedentes da natureza e do trabalho não é a solução para acabar com a fome no globo, apenas agrava a crise alimentar, porque o seu objetivo primordial é a acumulação de capital. Além disso, ele tem fortalecido as cadeias globais de alimentação quem em momentos de restrição de circulação como esse são ameaçadas. O acesso à terra por meio da reforma agrária popular, pautada na soberania alimentar, bem como a institucionalização de políticas públicas que fortaleçam sistemas agroalimentares locais são alguns dos caminhos que podem solucionar a crise alimentar, especialmente em um contexto de pandemia.

Iniciamos esta reflexão com uma epígrafe do sociólogo Philip McMichael (2007), que desde a década de 1980 se dedica ao debate dos sistemas agroalimentares inseridos no sistema-mundo. A passagem escolhida demonstra que o problema da fome é político e a configuração de poder atual não permite a sua resolução, porque o mesmo é utilizado para acumular capital. Assim, a comida é uma das riquezas que possibilita a manutenção do sistema capitalista de produção.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. *Revista Tamoios*, ano 16, n. 1, Especial COVID-19, p. 32-38, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão

- nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/200. 2016.
- BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo - volume 01**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959a.
- _____. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo - volume 02**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959b.
- _____. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CLAPP, Jennifer. Financialization, distance and global food policies. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 797-814, 2014.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, ano 19, n. 32, Especial Soberania e Segurança Alimentar, p. 14-33, 2016.
- _____. O alimento e a atualidade da Geopolítica. ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; VALE, Ana Rute do (Org.). **A dimensão política no espaço**. Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas: UNIFAL, 2019, p. 261-276.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos; SOUZA E SILVA, Rodrigo De Paulo; SALVATERRA, José Roberto. A soberania alimentar na Geografia Agrária brasileira. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 586-615, jan.-jun./2020.
- DAVIS, Mike. **The Monster at Our Door: The Global Threat of Avian Flu**. New York: New Press, 2005.
- _____. The Coronavirus Crisis Is a Monster Fueled by Capitalism. In **These Times**, 2020. Disponível em: <https://inthesetimes.com/article/22394/coronavirus-crisis-capitalism-covid-19-monster-mike-davis> . Acesso em 10 abr. 2020.
- FAIRBAIRN, Madeline. Foreignization, financialization and land grab regulation. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 4, p. 581-591, 2015.
- FOLHA DE S. PAULO. Agronegócio bate recordes e amplia mercado apesar da pandemia de Covid. **Jornal Folha de S. Paulo**, caderno Mercado, publicado em 08 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/agronegocio-bate-recordes-e-amplia-mercado-apesar-de-pandemia-de-covid.shtml#:~:text=Agroneg%C3%B3cio%20em%20meio%20a%20pandemia&text=Nos%20EUA%2C%20a%20economia%20sofreu,3%2C%25%20no%20seguinte> . Acesso em: 26 set. 2020.
- FRIEDMANN, Harriet. The Political Economy of Food: a Global Crisis. **New Left Review**, 197, p.29-57, 1993.
- HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- IGBE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia políticas: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurecen. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Brasília: NEAD, 2009

- McMICHAEL, Philip. Feeding the world: agriculture, development and ecology. **Socialist Register**, p. 170-194, 2007.
- _____. A food regime analysis of the 'world food crisis'. **Agriculture and human values**, v. 26, n. 4, p. 281-295, 2009.
- _____. The right to food and politics of knowledge. **Canadian Food Studies/La Revue canadienne des études sur l'alimentation**, n. 2, v. 2, p. 52-59, 2015.
- _____. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.
- MEEK, David; KHADSE, Ashlesha. Food sovereignty and farmer suicides: bridging political ecologies of health and education. **The Journal of Peasant Studies**, p. 1-22. 2020.
- MONTEIRO, Carlos Augusto; LEVY; Renata Bertazzi; CLARO, Rafael Moreira; CASTRO, Inês Rugani. Increasing consumption of ultra-processed foods and likely impact on human health: evidence from Brazil. **Public Health Nutrition**, v. 14, n.1, p. 5-13, 2010.
- MURMIS, Miguel; MURMIS, María Rosa. Land concentration and foreign land ownership in Argentina in the context of global land grabbing. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 490-508, 2012.
- MURPHY, Sophia; BURCH, David; CLAPP, Jennifer. **Cereal Secrets: The world's largest grain traders and global agriculture**. Oxford: Oxfam, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. São Francisco, 1948.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) Report 2020**. Roma: FAO, 2020.
- OXFAM BRASIL. **O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2020.
- PEREIRA, Lorena Izá. Soberania e Segurança Alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 19, n. 32, Especial Soberania e Segurança Alimentar, p. 128-152, 2016.
- _____. "Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito": os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019. 523f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.
- _____. Do global do local: as singularidades do controle do território no Paraguai. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 383-401, 2020.
- PERKINS, John. **Geopolitics and Green Revolution. Wheat, genes, and the Cold War**. New York/Oxford: Oxford University Press, 2017.
- SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terras por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.
- SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.
- SCOONES, Ian; SMALLEY, Rebecca; HALL, Ruth; TSIKATA, Dzodzi. Narratives of scarcity: framing the global land rush. **Geoforum**, p. 231-241, 2019.
- Van der PLOEG, Jan. From biomedical to politico-economic crisis: the food system in times of Covid-19. **The Journal of Peasant Studies**, n. 5, v. 47, p. 944-972, 2020.

VARROTTI, Andrea P. Sosa. Acaparadores “financieros” y “productivos” en América Latina. Trayectorias, lógicas empresariales y vínculos. COSTANTINO, Agostina (Org.). **Fiebre por la tierra**. Debates sobre el land grabbing en Argentina y América Latina. Buenos Aires: El Colectivo, 2019, p. 323-359.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Editora Elefante & Igrá Kniga, São Paulo, 2020.

Alimentação, questão agrária e seus desdobramentos políticos e socioeconômicos no cenário brasileiro

Alexandre Elias de Miranda Teodoro
alexander_line@hotmail.com

Introdução

Uma situação nova para a geração atual, um período de grave crise sanitária global, uma Pandemia que chega na primeira metade do século XXI para expor as piores feridas de uma sociedade que desde a revolução industrial segue absorvendo os recursos do planeta de forma exacerbada, acelerando processos de degradação e colocando em situação delicada o equilíbrio ambiental de um futuro próximo.

Através da Ciência Geográfica conseguimos compreender e correlacionar as ações do homem em seu espaço, os processos e os mecanismos materiais e intelectuais que ele utiliza para transformar o meio em que vive, os desdobramentos de suas ações e como suas decisões podem interferir no futuro das gerações que ainda virão.

Uma sociedade que ainda hoje não foi capaz de erradicar a fome de todos os seus indivíduos, mesmo com uma capacidade produtiva superior à necessária deve voltar-se para os problemas de distribuição dos poderes, dos recursos e principalmente da concentração destes nas mãos de uma pequena maioria.

Superar a atual Pandemia da Covid-19 é um grande desafio para nossa sociedade, pois implica a reinvenção do nosso modo de vida num curto espaço de tempo, porém esse desafio deve ser apenas o passo inicial para novas e enérgicas mudanças, se quisermos em algum momento propiciar um mundo onde exista dignidade e qualidade de vida para todos seus indivíduos. Firmando o entendimento de que o homem não é detentor da Natureza, ele a compõe, necessita dela em sua plenitude e equilíbrio para permanecer se perpetuando enquanto espécie.

Um breve recuo sobre a alimentação da espécie humana

Enquanto atividade vital para o desenvolvimento da espécie humana, a alimentação é um dos pilares centrais de diversos estudos, sobretudo aqueles que remontam aos primeiros registros de vida em comunidade. Ela foi se estruturando e se desenvolvendo em conformidade com os dinamismos sociais e englobando a si aspectos cada vez mais complexos e pontuais no que diz respeito à sua qualidade e importância para o pleno desdobramento dos modelos de vida adotados pelos grupos sociais e respectivamente a saúde, qualidade de vida e longevidade desses grupos de um modo geral. Retomar ainda que brevemente os trilhos elementares da construção do processo

alimentar da espécie humana possibilita uma visão mais lúcida de como hoje essas questões se estabelecem.

De acordo com (ARSUAGA, 2003.) a dieta dos hominídeos do período Paleolítico pode ser dividida em 3 fases, sendo essas descritas de forma sucinta a seguir:

Adaptando-se a ocupação das planícies após as mudanças climáticas, num primeiro instante os hominídeos tinham sua alimentação pautada no consumo de frutas, raízes e nozes coletadas. Fatores que contribuíram para essa prática foram a evolução da mandíbula, voltada para a mastigação desses alimentos e também o início de uma prática extremamente simbólica, a utilização de rochas para quebrar cascas de nozes, posteriormente produzindo lascas pontiagudas.

Num segundo momento, conforme se aproximavam mais da postura ereta, os hominídeos puderam perambular pelas planícies durante o forte calor do meio do dia, momento em que a maioria dos predadores se protege do calor. Sendo assim, um ponto crucial da evolução na alimentação humana foi a adição de carcaças deixadas por outros predadores e também as reservas energéticas descobertas dentro dos ossos dessas carcaças, que contribuíram para o desenvolvimento inclusive do cérebro humano. Foi também nesse momento em que se iniciaram as primeiras caçadas e organizações em grupos, que ocupavam as planícies quase sempre acompanhando o movimento de grandes rebanhos. Cabe ressaltar também para a prática antropofágica durante esse período, muitas vezes durante sacrifícios que eram executados.

Encerrando a retomada histórica da alimentação paleolítica da espécie humana o terceiro momento da dieta paleolítica foi o apogeu do consumo de proteína animal por parte dos hominídeos, chegando provavelmente a uma correspondência de 50% do total. O desenvolvimento de técnicas de caça em grupo e ferramentas mais propícias foram os principais fatores que colaboraram para essa situação, que antecedeu o surgimento da agricultura e também da pecuária. Essas duas últimas mudariam fundamentalmente nossas práticas alimentares e também organização social até os dias atuais.

O desenvolvimento da agricultura viria a trazer uma diminuição do consumo energético baseado na proteína animal, trazendo à base alimentar de fontes vegetais, correspondentes a quase 90% da dieta. (EATON E KONNER, 1985.) apontam que esse desequilíbrio energético foi responsável pelo surgimento da desnutrição nas sociedades agrárias, da considerável diminuição da estatura dos indivíduos e até mesmo a epidemia de doenças crônicas que enfrentamos atualmente.

Os movimentos socioterritoriais do campo e o futuro da alimentação

Historicamente o Brasil sempre apresentou um padrão de distribuição agrária desigual, onde os grandes latifúndios se concentram na mão de uma pequena parcela da sociedade - que goza de maior prestígio político e econômico e possuem geralmente algum elo familiar atrelado às capitâncias hereditárias. A outra parcela da população que não participa dessa distribuição desigual das porções de terra e não detém estruturalmente capital para investimento e aquisição

das mesmas ocupa nesse processo - pré-moldado politicamente - muitas vezes o papel de mão de obra, ficando as margens dos lucros e benefícios gerados, que permanecem cada vez mais concentrados nas mesmas mãos. Essa situação expõe a dificuldade de combater o aumento da desigualdade socioeconômica e da fome, por ser um processo estrutural que remonta os períodos coloniais e que se mantém atuante ainda hoje na manutenção de seus objetivos, que seguem sendo apontados de fora para dentro, enquanto território nacional.

A medida que as terras seguem divididas em grandes propriedades uma situação comum é o aumento das monoculturas, commodities e uso voltado para atendimento do mercado externo, extraíndo de um espaço recursos que poderiam atender a população local - que quase sempre é a que trabalha e lida com o espaço - e transferindo-os para terceiros, que por vezes não ocupam aquele espaço, não conhecem suas características culturais e pormenores e por conseguinte não vê a necessidade de aplicar ali o superávit adquirido.

Movimentos de luta e busca por igualdade na distribuição de terras, sobretudo áreas de potencial produtivo que se encontram abandonadas ou sem nenhum uso tem defendido a ação por meio de práticas agroecológicas nessas áreas. Esses movimentos são muitas vezes os responsáveis por grande parte do abastecimento alimentar local, valorizam a diversidade produtiva da terra, fomentam as feiras e espaços de troca local que fortalecem o consumo saudável, o contato social e o pequeno produtor.

Além disso, esses espaços agroecológicos são em quase toda sua totalidade utilizados para a produção orgânica, de modo a promover a sustentabilidade do solo e não atingir a saúde do mesmo, dos lençóis freáticos e também do consumidor final dessa produção.

Essas situações comprovam a importância política e geográfica da distribuição dos espaços e como isso implica na presença de alimentos dentro das comunidades. É possível traçar estratégias que potencializem o poder produtivo de quase todo o território brasileiro, para que atinjam a soberania alimentar, sendo esta um sólido alicerce para o crescimento intelectual, social e econômico do país.

Para isso notamos a necessidade de se inverter as diretrizes produtivas, para atender primeiramente toda a população local. Embora o número de pessoas subnutridas viesse caindo significativamente desde 2003 nos últimos anos essa situação voltou a crescer no país, ao mesmo passo que as porções de terra utilizadas para o plantio de commodities tem se multiplicado. Não adianta exaurirmos ou comprometermos nosso potencial natural edáfico ao passo que utilizamos isso para uma produção que não fica em nosso país e concentra um retorno financeiro na mão de poucos.

Processos Alimentares Padronizadores

Os modelos sociais adotados pela grande maioria das nações do mundo hodierno - cada vez mais globalizado - tendem a contribuir para práticas alimentares peculiares que aqui adotaremos a terminologia Processos Alimentares Padronizadores, fundamentando primordialmente a base

alimentar de suas populações em produtos processados e ultraprocessados, que passam por diversos movimentos industriais desde o acesso da matéria prima até a mesa de quem os consome. Essa padronização alimentar pode acarretar complicações sociais de dessemelhantes esferas, como a saúde dos indivíduos, a logística da distribuição e produção alimentar bem como o acesso das diferentes camadas sociais a esse alimento. É também válido ressaltar consequências ambientais famigeradas nesse processo e ainda danos na manutenção da cultura alimentar ancestral de cada localidade, que deriva fundamentalmente das características peculiares à cada espaço.

Inicialmente considerando as questões relativas à saúde dos indivíduos que passam a se alimentar cada vez menos de fontes naturais a medida que aumentam o consumo de alimentos processados e ultraprocessados percebemos que embora o país tenha conseguido reduzir de forma exemplar seus números relativos à subnutrição houve simultaneamente um aumento da obesidade, de forma ainda mais acentuada na população adulta. Isso são reflexos desse consumo exacerbado de produtos que não possuem necessariamente a função de suprir as necessidades nutricionais humanas.

Os crescentes avanços na ciência de tecnologias do alimento, somadas aos processos industrializantes fez com a porcentagem dos alimentos in natura média consumida por nós tivesse um grande declínio. As marcas, os rótulos e o conteúdo de alimentos ultraprocessados tendem a ser idênticos ao redor do mundo, geralmente são protagonistas de campanhas publicitárias milionárias e de caráter agressivo. Suas ações sugerem com os lançamentos anuais a falsa ideia de diversidade, tornando os alimentos in natura menos atrativos para o consumo. Essas campanhas são responsáveis pela promoção do desejo desenfreado pelo consumo dando a essas pessoas a sensação de pertencer a uma cultura superior, quando estão na verdade deixando de consumir produtos genuínos para consumir rótulos falsos e alimentos empobrecidos nutricionalmente.

O consumo desses produtos exerce ainda um forte impacto social que tende a ser naturalizado, sobretudo pela ação das agências publicitárias. Por se tratarem de alimentos aptos ao consumo imediato, sem requerer nenhum tipo de preparo, os ultraprocessados são consumidos muitas vezes em frente ao computador, no sofá enquanto assistem televisão, no deslocamento entre um compromisso e outro, não existindo um horário ou local - mesa - fixo para consumo. A interação social exibida nas propagandas e rótulos se difere do que acontece na realidade.

Em relação às questões ambientais, os processos de manufatura e a logística de distribuição e comércio de ultraprocessados são negativamente impactantes, exercendo também grave ameaça ao alcance da sustentabilidade do planeta à medida que suas escalas produtivas se potencializam. A abstenção de produtos in natura, sobretudo locais, para o consumo destes, passa a incluir na conta com o meio ambiente pilhas de embalagens que muitas vezes são descartadas de forma incorreta, necessidade de recursos para a gestão desses resíduos, reflexos negativos na fauna e flora principalmente dos rios e oceanos com o descarte inconsciente e uma quantidade exorbitante de água durante todos esses processos desde a produção até o consumo final.

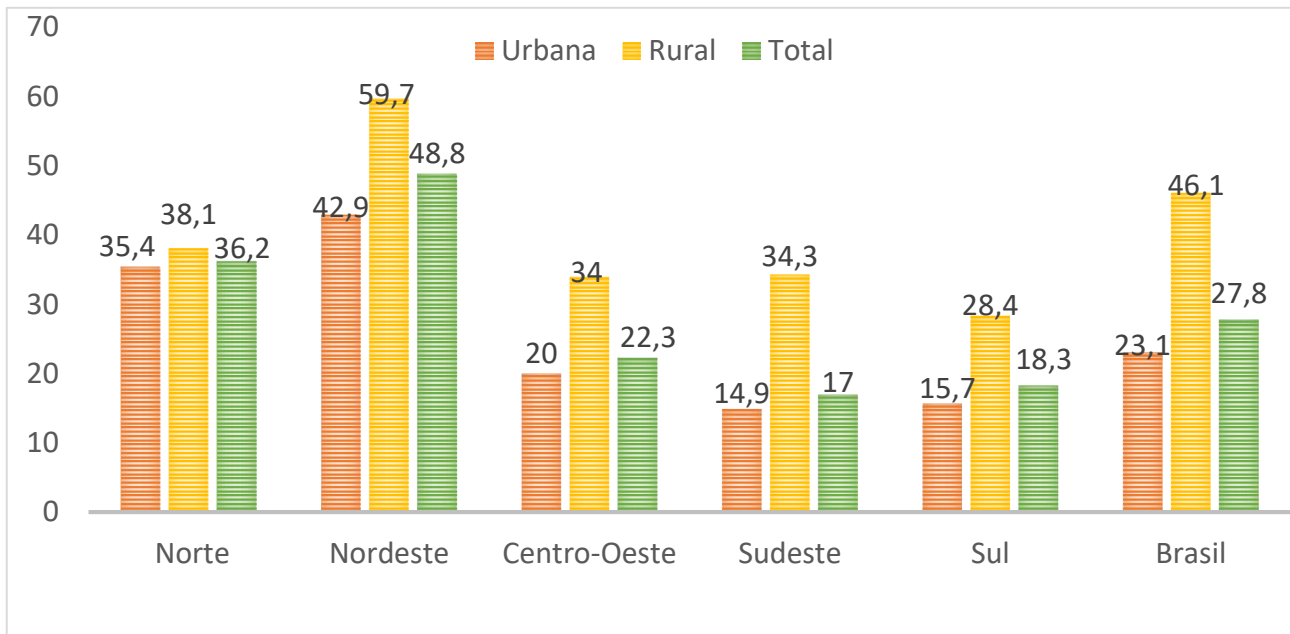
Além disso, existe também o aumento da demanda por matérias primas específicas muito utilizadas na produção desses alimentos, como por exemplo o açúcar e alguns óleos vegetais, promovendo de certa forma o estímulo às produções de monoculturas, o uso indiscriminado de agrotóxicos e o desmatamento de áreas florestais para aumento da área produtiva.

Políticas Públicas de abastecimento local de alimentos

Infere-se então a necessidade de uma melhor compreensão desses desdobramentos no que diz respeito aos trilhos pelos quais segue o futuro da alimentação mundial ao passo em que percebemos as tentativas políticas sobretudo aqui no Brasil agindo de modo a minar forças dos movimentos socioterritoriais que lutam por reforma agrária, por condições mais justas para desconcentração das terras e os recursos que ela produz, pelo aumento da qualidade de vida do produtor do campo e redução da fome. O que aqui se vê é que a sustentação política do Estado é muitas vezes subserviente aos interesses mercantis externos que são definidos por pequenos grupos de grandes corporações, responsáveis em alguns casos pelo financiamento das campanhas políticas daqueles que atualmente governam.

No início dos anos, houve 2000 um avanço significativo no que diz respeito ao combate à fome e a desnutrição, que se concentrava principalmente nas Regiões Norte e Nordeste do país - tendo a desnutrição como uma das consequências naturais da pobreza e sendo essas as duas regiões com maiores índices de pessoas pobres de acordo com o gráfico 1. Àquela altura, de acordo com dados da FAO, o Brasil possuía um número aproximado de 18,8 milhões de pessoas em situação de desnutrição, o que representava aproximadamente 10% de sua população total.

Figura 1 - Proporção (%) de pessoas abaixo da linha de pobreza estabelecida pelo “Programa Fome Zero”.



Fonte: Instituto Cidadania 2001.

Percebe-se também a partir deste gráfico que as populações rurais apresentam uma porcentagem maior de pessoas abaixo da linha da pobreza. Sendo assim, esses espaços apresentam índices mais elevados de população subnutrida em comparação com os espaços urbanos, chegando a corresponder ao seu dobro quando analisado o país como um todo.

Em 2003 iniciou-se o Programa Fome Zero, com a meta de que todo brasileiro chegasse ao final do dia com ao menos três refeições, agindo com ações que combatessem a fome e suas causas estruturais. O programa consistia num conjunto de diversos outros programas complementares que eram dedicados a combater as causas imediatas e subjacentes da fome ou da insegurança alimentar.

Entre essas ações podemos destacar aqui por exemplo o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que comprava de pequenos agricultores familiares sua produção a preço de mercado e destinava esses alimentos como doação a entidades socioassistenciais que atendiam pessoas em situação de fragilidade econômica e insegurança alimentar e nutricional.

Haviam também políticas públicas que defendiam e garantiam preços justos para o produtor familiar, como o (PGPAF) Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar. Diversas políticas públicas que facilitavam o suporte técnico para esses pequenos produtores e todo um aparato normativo que colaborava para que essas engrenagens, responsáveis pelo real abastecimento nutricional da população brasileira continuasse funcionando e possibilitando que as pessoas engendradas nesses processos recebessem retorno justo pelo que contribuíam.

Os resultados foram extremamente positivos, do ponto de vista local e também repercutiram muito bem internacionalmente. Não somente os números alcançados que eram

objetivo, mas também as ações receberam elogios por parte de grandes líderes de outros países e alguns modelos foram inclusive adotados em outras nações, como por exemplo o Programa América latina e Caribe sem fome 2025, que baseou e adaptou aos nossos vizinhos latino-americanos ações semelhantes às tomadas no Fome Zero.

Quando o governo brasileiro lança em 2002 e 2003 os primeiros guias alimentares para crianças e depois inclui em 2006 um guia alimentar geral, intenta-se pela educação e consolidação de hábitos alimentares mais saudáveis, para uma população que muitas vezes além de não ter acesso ao alimento não possuía também conhecimentos básicos sobre suas necessidades nutricionais. Já em 2014 com a grande mudança alcançada através das políticas públicas houve uma revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira e esse foi diversas vezes citado como um dos principais modelos de guia alimentar do mundo, sendo novamente motivo de elogios e modelo para a construção de outros guias mundo afora.

Ocorreu que a partir do Golpe Parlamentar que o país sofreu no ano de 2016, com o Impeachment da então presidenta Dilma Rouseff as diretrizes políticas que até então colaboravam para a redução da desigualdade, combate à fome e desnutrição passaram a ser sucateadas. Diversos programas viram suas verbas reduzidas perdendo espaço e prioridade para outros programas que além de atender interesses opostos aos que outrora trouxeram progresso são também coniventes com a liberação desenfreada de agrotóxicos, o desmatamento de áreas florestais e o incentivo à monocultura e os interesses do mercado externo.

Como se não bastassem os cortes orçamentários, as mudanças nas diretrizes das políticas públicas e a subversão do que foi arduamente construído pelas mãos de milhares de brasileiros que dedicaram seu suor e saúde ao campo o país teve eleito um novo chefe de estado que não somente é conivente com os processos que já se encaminhavam, mas possui um pensamento extremamente destrutivo ao Meio Ambiente e a Saúde Pública além de práticas neoliberais que dificultam o alcance da soberania dos interesses da população brasileira, favorecendo ainda mais as diretrizes externas.

A confluência da Pandemia de COVID-19 no contexto da Agricultura e da Alimentação

No final do ano de 2019 o mundo passa a ter conhecimento de um novo vírus, surgido na cidade de Huanan, na China. Muita polêmica ainda envolve o surgimento desse novo Corona Vírus, desde a transmissão através do Pangolim - animal exótico bastante apreciado pela gastronomia chinesa - que mesmo sob ameaça de extinção era livremente comercializado nos mercados abertos chineses até mesmo às hipóteses mais polêmicas, compartilhadas por chefes de Estado autodeclarados contrários das ideologias políticas comunistas de que o vírus tenha sido projetado em laboratórios a mando do próprio governo chinês.

Essa segunda hipótese foi sustentada publicamente pelo atual presidente dos Estados Unidos da América, - país mais afetado tanto sanitária quanto economicamente pela Covid-19 -

Donald Trump que chegou a ter seu discurso endossado por outros representantes políticos ao redor do mundo.

O vírus se alastrou rapidamente pelo China e logo já estava nos países vizinhos. Em pouco tempo já haviam registros de casos em outros continentes e com o crescente aumento de casos e mortes, em abril a (OMS) Organização Mundial da Saúde declarou situação de Pandemia.

Partindo do ponto de vista geográfico, a rapidez com que o vírus se espalhou por todo o planeta tem uma explicação bastante óbvia e simples: o sistema atual em vigência do Capitalismo Globalizado atua como um feroz meio de transporte para o vírus que é transmissível também por vias aéreas. A alta concentração de trocas internacionais de mercadorias, o fluxo acelerado de pessoas entre a grande maioria dos países do mundo proporcionou ao vírus, que tem os seres humanos como vetores uma grande capacidade dispersiva.

Passados aproximadamente 11 meses desde a descoberta dos primeiros casos, mais de 1 milhão de mortos confirmados, hoje já existe um significativo avanço na busca por vacinas, é sabido um pouco sobre quais as principais vítimas do vírus de acordo com comorbidades pré-apresentadas, mas ainda existe um caminho considerável até a vacinação em massa da população global e o fim da Pandemia.

Porém de que forma podemos relacionar o surgimento da Pandemia do Covid-19 com as questões mundial relacionadas a agricultura e a alimentação? Conforme comentamos anteriormente antes da Pandemia do vírus o mundo já vinha apresentando dificuldades de combater uma outra Pandemia, a da fome. Essa segunda, que nos últimos anos, depois de um período de progresso em seu combate voltou a crescer, ao passo que a concentração da renda na maioria dos países tem também aumentado.

Percebe-se que o surgimento do vírus e a forma como ele se espalhou e tem afetado bilhões de pessoas pelo mundo é sobretudo um convite a refletirmos sobre os trilhos que estávamos percorrendo antes disso tudo. Sobre como nossas ações remediativas têm alcançado êxito ou não na busca de frear o número de infectados. Sobre como é possível o número de Bilionários, segundo a revista FORBES ter aumentado entre Abril e Julho - período considerado mais agudo economicamente até aqui da Pandemia - enquanto simultaneamente de acordo com a FAO passamos a contar com um número superior a 800 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Existe um alerta por meio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura de que em 2021 podemos ultrapassar a marca de 1 bilhão de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Enquanto tudo isso acontece, vemos líderes agirem com indiferença para reverter essas situações. No Brasil o então presidente Jair Bolsonaro discursou negando o vírus desde o início do período em que a OMS sugeriu isolamento social para que o número de contagiados não sobrecarregasse os sistemas de saúde. Como resultado temos atualmente mais de 150 mil mortes e um número superior a 5 milhões de casos entre ativos, recuperados e mortes.

Além disso, no que diz respeito ao combate à fome e a miséria o que se vê nas ações públicas é o pagamento de um auxílio insípido e limitado apenas até o final de 2020 para parte da população mais vulnerável enquanto bancos e grandes corporações recebem a maior fatia do orçamento emergencial para o combate dos efeitos da Pandemia do Covid-19.

Na agricultura, como o próprio presidente disse em discurso de abertura da Assembléia Geral da ONU "No Brasil, apesar da crise mundial, a produção rural não parou. O homem do campo trabalhou como nunca, produziu, como sempre, alimentos para mais de 1 bilhão de pessoas. O Brasil contribuiu para que o mundo continuasse alimentado". (BOLSONARO, J. M. 2020) E seguiu ainda dizendo "Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial. O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos." Falas que contradizem dados apresentados apenas uma semana antes pelo (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e comprovavam o aumento da desigualdade social e que atualmente 10 milhões de brasileiros vivem em situação de insegurança alimentar grave.

Como é possível contribuir para a alimentação de 1 sexto da população mundial enquanto pessoas passam fome “dentro de casa”?

O aumento da produção de grãos no país é sobretudo registrado nos números da Soja, que tem se expandido principalmente pelo Centro-Oeste, devastando biomas como o Cerrado e mais recentemente as queimadas no Pantanal, que já chega a triste marca correspondente a 25% do Bioma.

Incêndios criminosos causados por fazendeiros para futuramente poderem expandir suas plantações. Como resultado trocamos nossa biodiversidade e a segurança de nosso clima para produzir grãos que serão exportados para fora do país. Os reflexos que serão principalmente futuros já começam a nos atingir, com uma recente onda de calor que afetou as regiões Centro-Oeste e Sudeste no início de outubro, registrando temperaturas acima dos 45° C. Além disso a baixa concentração da umidade relativa do ar compromete também a saúde da população afetando os animais e também os solos.

Modelos agroecológicos, agroflorestais e permacultura: uma tendência necessária para o futuro

O que esperar para os próximos anos? De que forma trabalhar para voltar a diminuir o distanciamento entre as classes, reduzir o número de pessoas em insegurança alimentar? Como manter o desenvolvimento econômico e a produção sem destruir os recursos naturais, de forma sustentável?

Existem diversos modelos alternativos que causam menores impactos ao meio ambiente e propiciam ainda a difusão econômica, alguns que já vinham sendo difundidos com maior força antes do golpe de 2016 e hoje permanecem enquanto resistência. É preciso que as principais nações responsáveis pela emissão de poluentes repensem seu interesse em reverter a situação de

comprometimento da saúde do planeta enquanto possível, tendo em vista que as ações atuais caminham a passos largos para o caminho oposto.

Produção alimentar pautada em modelos agroflorestais, que favorecem uma recuperação gradativa do solo enquanto se produz com grande diversidade, favorecendo não somente os consumidores diretamente, mas proporcionando através da recuperação gradativa de espaços com o solo mais danificados novas áreas potenciais para o aumento da produção.

Práticas que incentivam e fomentam as trocas entre os produtores vizinho através de pequenos ciclos de comércio, reduzindo os gastos com transporte até o consumidor final, reduzindo a necessidade de submeter o alimento in natura a processos industriais para que tenha um maior prazo de validade, evitando que se percam propriedades nutricionais dos mesmo.

A cultura permanente também é uma grande fonte de técnicas e práticas que visam o respeito ao meio e sua necessidade de recuperação durante o uso, sem comprometer a capacidade produtiva.

Possuímos diversas opções para reverter um quadro que tem nos mostrado diariamente através dos noticiários que as diretrizes pelas quais temos seguido não nos levaram a um futuro próspero, rumos que limitarão nossa qualidade de vida e deixarão cada vez mais expostos nossos irmãos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, seja em detrimento de uma Pandemia sanitária ou das consequências de processos sociais estruturais.

Referências

ARROYO, Pedro. La alimentación en la evolución del hombre: su relación con el riesgo de enfermedades crónico degenerativas. **Boletín médico del Hospital Infantil de México**. Ciudad del México. v.65, no.6, 2008.

ARSUAGA JL. Os aborígenes. **Alimentos na evolução humana**. Barcelona: RBA Libros SA, 2003.

BOLSONARO, J. M. **Discurso de abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)**. 2020

EATON SB, nutrição KONNER M. Paleolithic. **Uma consideração de sua natureza e implicações atuais**. New England: J Med, 1985.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of food security and nutrition in the world. Safeguarding against economic slowdowns and downturns**. ROME, 2019.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Fome Zero. Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo, Instituto Cidadania/Fundação Djalma Guimarães, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados.** São Paulo. v. 17, n. 48, 2003.

Concentração do dióxido de nitrogênio (NO₂) e internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)

Daniel Hideki Bando
daniel.bando@unifal-mg.edu.br

Marcelo de Oliveira Latuf
marcelo.latuf@unifal-mg.edu.br

Introdução

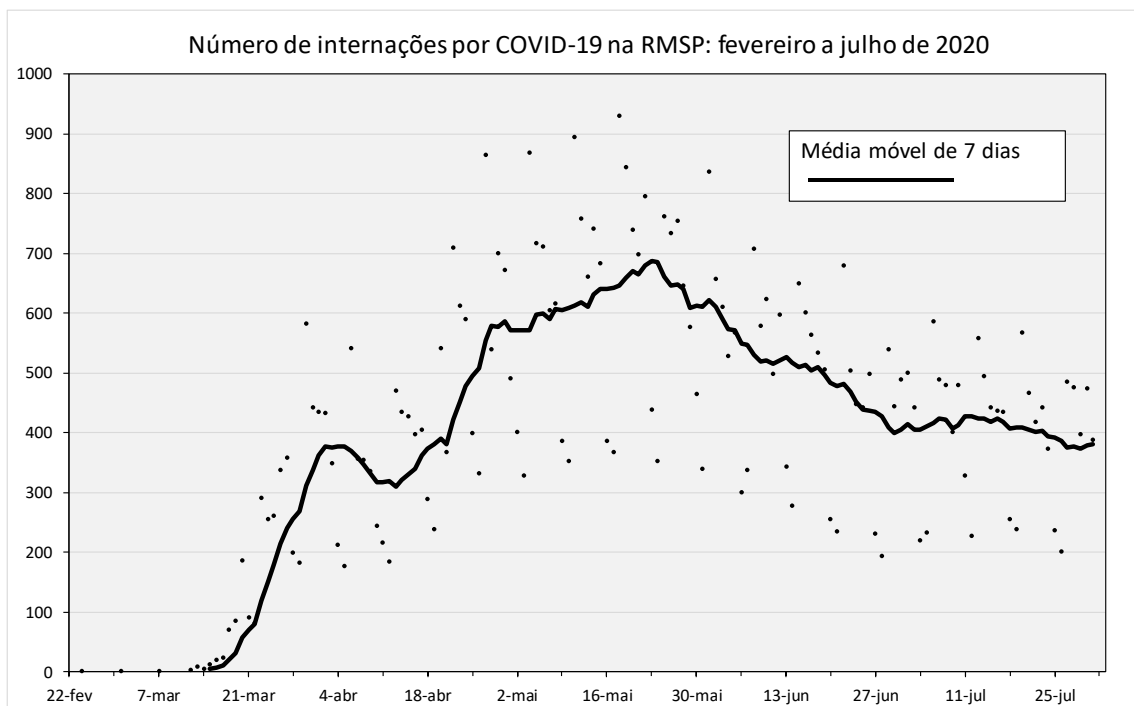
Pandemia

Em dezembro de 2019 surgia na cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei, na China um surto de uma pneumonia de causa desconhecida. No início de 2020, pesquisadores chineses identificaram um novo coronavírus (SARS-CoV-2) como agente etiológico de uma Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), denominada doença do coronavírus 2019, ou COVID-19 (WHO, 2020b). Era o início da epidemia da COVID-19. Os sintomas da COVID-19 podem variar de um resfriado, a uma síndrome gripal, até uma pneumonia severa. A transmissão acontece de pessoa a pessoa por contato próximo por meio de toque do aperto de mão contaminadas, gotículas de saliva, espirro, tosse (BRASIL, 2020b). Por ser uma SRAG, pacientes com COVID-19 necessitam de cuidados especiais como equipamentos com respiradores/ventiladores num período longo de tempo, presentes nos leitos de unidade de tratamento intensivo (UTI). O desafio foi garantir o acesso ao sistema de saúde à população, para o que mesmo não entrasse em colapso (GUIMARÃES; SIMON; LIMA, 2020). Alguns padrões da doença foram identificados. Pacientes idosos com comorbidades (diabetes, hipertensão, obesidade) possuem maior risco de evolução para quadros graves, podendo chegar à morte. Alguns fatores são desconhecidos, por exemplo, parte dos pacientes possuem carga viral e não apresentam sintomas, o que favorece sua disseminação.

Em janeiro, a doença foi notificada em países da Ásia, Europa, América do Norte e se espalha pelo mundo. Em 11 março de 2020 já haviam cerca de 110 mil casos da doença em 114 países, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decreta o estado de pandemia (WHO, 2020c). Em 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o primeiro caso de COVID-19 no Brasil, em São Paulo (BRASIL, 2020b). Os primeiros casos notificados do Brasil eram de pessoas que moravam na cidade de São Paulo de classe média e alta, que voltavam de viagem da Itália no início de março. Nesse período a Europa era o novo epicentro da epidemia. Em março a doença se espalha rapidamente em outros estados do Brasil. No início de abril, todos estados brasileiros já registravam casos de COVID-19 (CAVALCANTE; CARDOSO-DOS-SANTOS; BREMM; LOBO *et al.*, 2020). No dia 7 de outubro de 2020, de acordo com dados do Ministério da Saúde, o Brasil passou a marca dos 5 milhões de casos acumulados por COVID-19 (incidência de 2379,6 casos por 100 mil habitantes), e 148 mil

mortes acumuladas por COVID-19 (taxa de mortalidade de 70,5 por 100 mil e letalidade de 3,0%) (BRASIL, 2020a). A figura a seguir apresenta a evolução da pandemia pelo número de internações por COVID-19 em indivíduos residentes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) de fevereiro a julho de 2020 (Figura 1). Pela média móvel é possível notar rápido crescimento no final de março e início de abril, seguido por um breve declínio. No final de abril as internações voltam a aumentar, no mês de maio de forma mais tênue, possivelmente devido ao isolamento social. O número de internações atinge o pico na segunda metade do maio, com aproximadamente 700 internações. Posteriormente, em junho e julho, nota-se declínio gradual, até atingir por volta de 400 internações no final do mês de julho.

Figura 1 - Número de internações por COVID-19 na RMSP: fevereiro a julho de 2020.



Fonte: Ministério da Saúde (SIVEP-Gripe 2020)

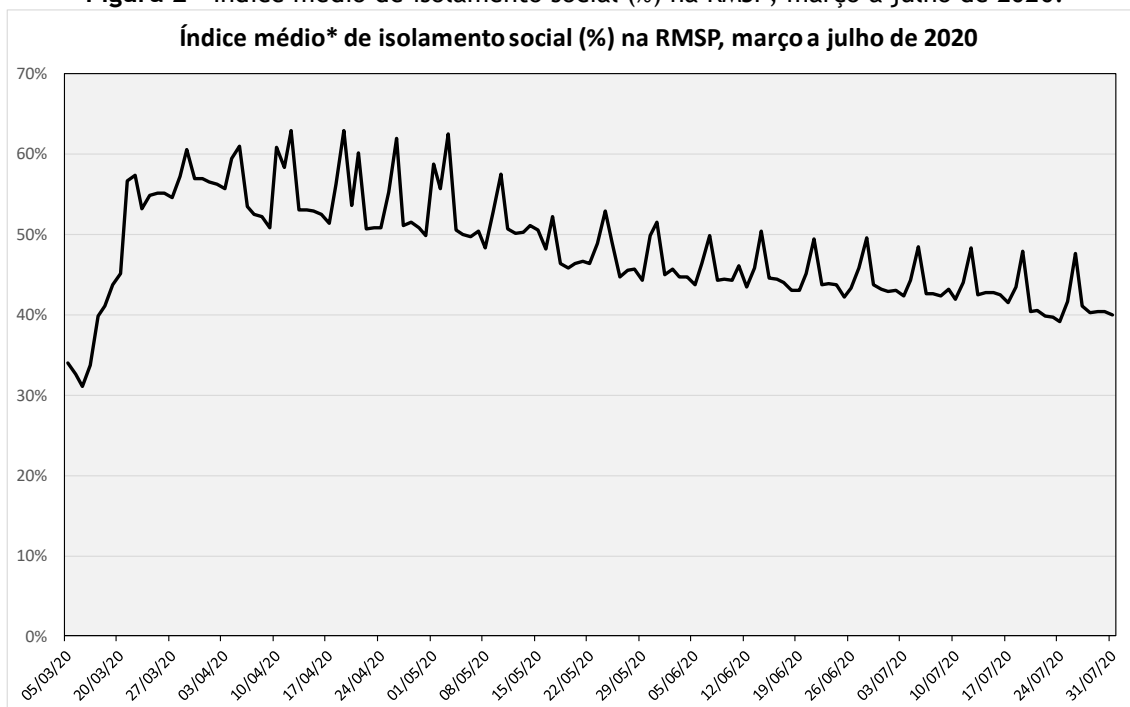
Isolamento social

Devido à ausência de remédios ou vacina para a COVID-19, as principais estratégias de prevenção foram medidas de intervenções não farmacológicas, como distanciamento social, hábitos de higiene, uso de máscara. Na China foram tomadas medidas radicais de distanciamento social como o *lockdown* (total confinamento), estratégia que se mostrou eficaz de acordo com relatório da OMS (WHO, 2020a). Outros países como o Brasil tomaram atitudes mais brandas, *lockdown* parcial, ou quarentena. O município de São Paulo declarou situação de emergência e definiu medidas de isolamento social para o enfrentamento da pandemia no dia 16 de março de 2020 (SÃO PAULO, 2020a). O estado de São Paulo declarou estado de calamidade pública e tomou novas medidas no dia 20 de março de 2020 (SÃO PAULO, 2020b), com o objetivo de conter a epidemia. Aulas foram suspensas em escolas e universidades, bares, restaurantes, shopping

centers foram fechados. Iniciava o período de quarentena e isolamento social. Jogos de futebol, shows, festas, e qualquer tipo de evento relacionado a aglomerações de pessoas foram suspensos com o objetivo de desacelerar a epidemia e não sobrecarregar o sistema de saúde. Serviços de transporte público foram limitados, apenas estabelecimentos essenciais mantiveram abertos.

A figura a seguir apresenta a evolução do Índice de isolamento social (%) na RMSP de março a julho de 2020 (Figura 2). O índice é viabilizado por meio de acordo com as operadoras de telefonia e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), para que se possa consultar informações agregadas e anônimas sobre deslocamento das pessoas nos municípios paulistas. Pode-se notar que no início de março houve aumento expressivo do índice que passou de 31% a valores por volta de 55% no final de março. Em abril e início de maio, o índice atingiu os maiores picos acima dos 63%. Em meados de maio nota-se um declínio ténue e gradual do índice até atingir por volta de 40% no final do mês de julho.

Figura 2 - Índice médio de isolamento social (%) na RMSP, março a julho de 2020.



*média de 29 municípios que compõem a RMSP

Fonte: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/isolamento>

Poluição atmosférica

Dentre os principais poluentes atmosféricos destacam-se o material particulado, são partículas sólidas ou líquidas em suspensão no ar com diferentes diâmetros, como PM_{10} (diâmetro até 10 μm) e $PM_{2,5}$ (diâmetro até 2,5 μm). Dentre os materiais gasoso destacam-se o monóxido de carbono (CO), ozônio (O_3), dióxido de enxofre (SO_2), dióxido de nitrogênio (NO_2). As principais fontes do dióxido de nitrogênio (NO_2) são os motores dos automóveis, as usinas termoelétricas, indústrias, fogões a gás, aquecedores que utilizam querosene e o cigarro. O NO_2 , na presença de luz solar, reage com hidrocarbonetos e oxigênio e forma o O_3 . O NO_2 consegue atingir áreas

periféricas do pulmão devido à sua baixa solubilidade em água, seu efeito tóxico está relacionado ao fato de ser um agente oxidante (CANÇADO; BRAGA; PEREIRA; ARBEX *et al.*, 2006).

Durante o período de isolamento social estudos mostraram redução na poluição atmosférica, incluindo o NO₂, em regiões metropolitanas do Brasil devido à redução da atividade humana, como a redução da frota de veículos. Siciliano *et al.*, (2020) utilizaram dados de estações de monitoramento da RMSP e Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), antes e durante a quarentena, e identificaram uma redução da concentração de NO₂ que variou de 9,1% a 41,8%. Nakada *et al.*, (2020) usaram dados durante a quarentena e comparou com o mesmo período em 2019. Com dados de estações de monitoramento foi identificada redução de até 54,3% na concentração de NO₂ em São Paulo. O estudo também estimou a redução de 45% da concentração de NO₂, por meio do sensoriamento remoto, com dados do satélite Sentinel-5 e sensor TROPOMI, validando, portanto, a estimativa por dados orbitais.

Poluição e saúde

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a poluição atmosférica representa o maior risco ambiental à saúde. Anualmente cerca de três milhões de pessoas no mundo morrem devido à poluição do ar (WHO, 2016). No Brasil de acordo com o Ministério da Saúde cerca de 44,2 mil pessoas morreram devido à poluição do ar em 2016 (BRASIL, 2019). Há fortes evidências de estudos epidemiológicos que mostram associação direta da poluição atmosférica com agravos à saúde e à morbimortalidade. Uma revisão sistemática conduzida por Manisalidis *et al.*, (2020) mostrou a relação da poluição atmosférica com doenças do aparelho respiratório (e.g. bronquite, enfisema), doenças do aparelho circulatório (e.g. infarto, derrame), câncer (e.g. pulmão), doenças da pele. Há evidências também da relação direta entre poluentes atmosféricos com o nascimento de prematuros (KLEPAC; LOCATELLI; KOROŠEC; KÜNZLI *et al.*, 2018) e com a mortalidade infantil (KIHAL-TALANTIKITE; MARCHETTA; DEGUEN, 2020).

Especificamente em relação ao NO₂, os estudos de revisão têm mostrado associação direta da exposição ao poluente com diversos agravos à saúde (RITZ; HOFFMANN; PETERS, 2019). Revisões sistemáticas tem confirmado a exposição ao NO₂ como fator de risco para doença pulmonar obstrutiva crônica (ZHANG; WANG; LU, 2018), câncer de pulmão (HAMRA; LADEN; COHEN; RAASCHOU-NIELSEN *et al.*, 2015), mortalidade geral (FAUSTINI; RAPP; FORASTIERE, 2014) e mortalidade por doenças cardiorrespiratórias (HOEK; KRISHNAN; BEELEN; PETERS *et al.*, 2013). Estudos no Brasil também mostram evidências nesse sentido. Um estudo de séries temporais analisou a associação entre exposição diária à poluição do ar e função respiratória de alunos da rede pública de ensino no Rio de Janeiro (RJ). Os resultados revelaram que o nível de PM₁₀ e o NO₂ estavam associados à diminuição da função respiratória dos alunos (CASTRO; CUNHA; MENDONÇA; JUNGER *et al.*, 2009).

Há também estudos que se enquadram na área da Geografia da saúde. No Brasil, a primeira tese de doutorado nessa área foi da geógrafa e professora da Faculdade de Saúde Pública da USP, Helena Ribeiro, no ano de 1988, intitulada: “Poluição do ar e doenças respiratórias em crianças da grande São Paulo: um estudo de geografia médica”. Em seu estudo foi identificada associação das concentrações de material particulado e dióxido de enxofre com doenças respiratórias de crianças de 12 a 13 anos na RMSP (RIBEIRO, 2005). Saldiva et al., (2018) mapearam áreas de risco ao nascimento de prematuros na cidade de São Paulo e verificaram associação direta e significativa da incidência dos prematuros com os níveis de NO₂ e Ozônio. Técnicas de geoprocessamento tem sido um aliado importante em estudos sobre o meio ambiente e saúde pública. Ogen (2020) avaliou a relação da concentração de dióxido de nitrogênio (NO₂) com a mortalidade pela COVID-19 em regiões administrativas da Itália, Espanha, França e Alemanha. Para estimar o nível do poluente foi usado dados do satélite Sentinel-5P e sensor TROPOMI. Os resultados mostraram que 78% dos casos fatais ocorreram em cinco regiões localizadas ao norte da Itália e no centro da Espanha, e coincidia com maiores concentrações de NO₂. Os resultados sugerem que a exposição ao NO₂ pode ser um dos fatores contribuintes para as fatalidades pela COVID-19.

Objetivo

Objetivo geral:

O presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre a concentração média do dióxido de oxigênio com a taxa de internação por SRAG na Região Metropolitana de São Paulo, nos trimestres de fevereiro a abril e maio a julho de 2019 e 2020.

Objetivos específicos:

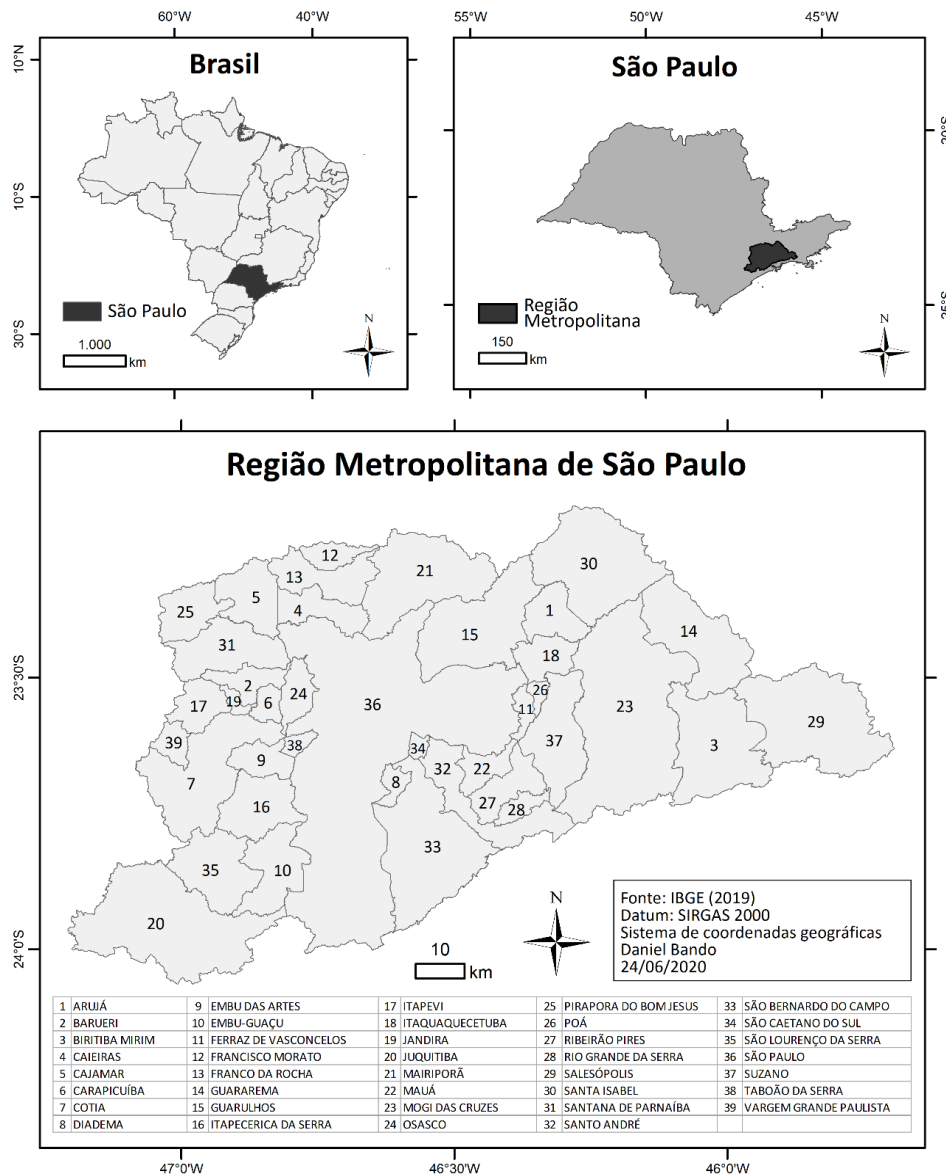
- Estimar e mapear a concentração média do NO₂ por município da RMSP por meio do sensoriamento remoto nos semestres de estudo
- Calcular e mapear as taxas de internação por SRAG por município de residência dos pacientes da RMSP nos mesmos trimestres supramencionados.
- Para o ano de 2020, calcular as taxas de internação por SRAG, estratificados em dois subtipos:
 1. Pacientes diagnosticados com COVID-19
 2. Demais pacientes diagnosticados com SRAG (sem COVID-19)
- Verificar a relação entre a concentração média do NO₂ com as taxas de internação por SRAG, por meio de análise espacial e técnicas estatísticas

Metodologia

Área de estudo

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) situa-se a sudeste do estado de São Paulo e é formada por 39 municípios (figura 3). Possui uma população estimada em 21,7 milhões de habitantes em 2019 (IBGE, 2020), sendo a quarta região metropolitana mais populosa do mundo em 2018 (UNITED NATIONS, 2018). A RMSP é o maior centro econômico e financeiro do país, em 2017 seu Produto Interno Bruto (PIB) correspondia a aproximadamente 25,2% do total nacional. A capital localizada no centro da RMSP também é a protagonista em termos territoriais, populacionais (12,2 milhões de habitantes) e econômicos (10% do PIB nacional). Apesar da aparente riqueza, a RMSP é marcada por profunda desigualdade social. De acordo com dados do último censo em 2010 a RMSP concentra o maior percentual de domicílios em aglomerados subnormais (favelas) do país (18,9%) (IBGE, 2020).

Figura 3 - Localização das áreas de estudo: Região Metropolitana de São Paulo.



Base de dados e análises

Os trimestres de estudo escolhidos estão descritos abaixo:

1. Fevereiro a abril de 2019
2. Maio a julho de 2019
3. Fevereiro a abril de 2020
4. Maio a julho de 2020

Dados referentes as internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) foram obtidos diretamente pelo Ministério da Saúde, pelo Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe) (BRASIL, 2020c). Foram considerados indivíduos portadores de COVID-19 apenas os que testaram positivo pelo método RT-PCR. Foram usadas projeções populacionais por município para os anos de 2019 e 2020 estimadas pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2020) e calculadas as taxas brutas de internação por 100 mil habitantes, por município.

A concentração de dióxido de nitrogênio (NO₂) foi estimada por meio de técnicas de sensoriamento remoto pela obtenção de imagens do satélite Sentinel-5 Precursor (Sentinel-5P) da Agência Espacial Europeia (ESA, 2020). O Sentinel-5P é equipado com o sensor TROPOMI (*TROPospheric Monitoring Instrument*) e foi lançado em outubro de 2017, previsto para uma missão de sete anos. O sensor TROPOMI monitora gases atmosféricos como o dióxido de nitrogênio (NO₂), dióxido de enxofre (SO₂), metano (CH₄), ozônio (O₃), em função de suas interações com o espectro eletromagnético nas faixas do Ultravioleta, Visível, Infravermelho próximo e Infravermelho de ondas curtas. Possui resolução temporal diária e resolução espacial de 7 x 3,5 km². Entretanto, devido à incapacidade de processamento em nuvem na base de dados da ESA, utilizou-se a plataforma de computação em nuvem Google Earth Engine (GEE). Nesta plataforma, os dados do TROPOMI são distribuídos diariamente, reamostrados para a resolução espacial de 1 km (EEDC, 2020). O *shapefile* da RMSP foi importado para a plataforma GEE, onde foram selecionados e processados dados do sensor TROPOMI *offline* referentes à concentração de NO₂ na atmosfera nos períodos requisitados. As imagens foram exportadas no formato *raster* (TIF) e importados no Sistema de Informação Geográfica (SIG) ArcGIS versão 10.6 (ESRI, 2020). Foi utilizada a função *zonal statistics* que calculou a média dos valores de cada pixel dentro das zonas delimitadas pelos polígonos/municípios da RMSP. Assim, foi estimada a concentração média em µmol/m² do NO₂ por município em cada trimestre. Foram elaborados mapas temáticos coropléticos (MARTINELLI, 2013).

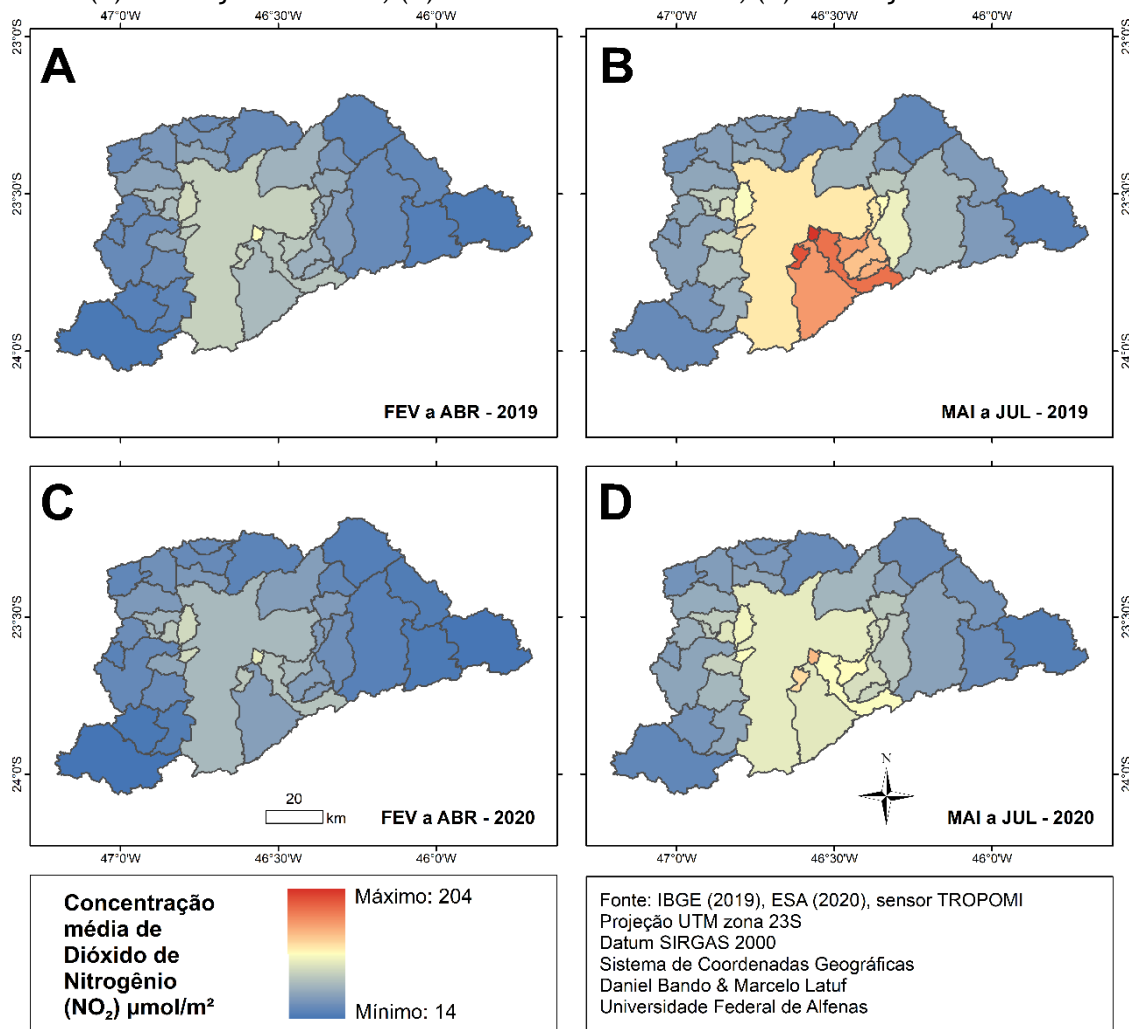
Para medir a associação entre as variáveis foram usadas técnicas de correlação e regressão linear bivariada. O presente estudo se enquadra no delineamento *ecológico*. Na epidemiologia,

denominam-se estudos *ecológicos* aqueles que focalizam possíveis associações entre exposições e desfechos em populações, onde a unidade de estudo é o agregado populacional (WALDMAN, 2007).

Resultados e Discussão

A figura a seguir apresenta a concentração média de NO₂ na RMSP nos quatro períodos estudados (Figura 2). É possível notar que a concentração de NO₂ foi maior no ano de 2019, devido ao período de quarentena que teve seu início em março de 2020. Durante a quarentena o fluxo de pessoas e de carros diminuiu, conseqüentemente os níveis de poluição do ar também diminuíram.

Figura 4 - Concentração média de NO₂ (µmol/m²) nos municípios da RMSP. (A) fevereiro a abril de 2019, (B) maio a julho de 2019, (C) fevereiro a abril de 2020, (D) maio a julho de 2020



Tanto em 2019 quanto em 2020 a concentração média de NO₂ foi maior no segundo trimestre (maio a julho), devido à chegada do inverno. Essa informação está de acordo com um estudo prévio realizado na cidade de São Paulo, entre 1996 e 2009, onde foram calculadas as concentrações médias de poluentes com dados das estações da Companhia Ambiental do Estado

de São Paulo (CETESB). Tanto o NO₂ como o dióxido de enxofre (SO₂), monóxido de carbono (CO) apresentaram maiores concentrações no outono com o pico no inverno (BANDO, 2012). Na RMSP, de fevereiro a abril de 2019, os municípios da zona periférica a sudoeste (Juquitiba, São Lourenço da Serra) e a leste (Biritiba Mirim, Salesópolis) apresentaram as menores concentrações de NO₂, variando entre 16,5 a 22,2 µmol/m². Municípios adjacentes à capital paulista apresentaram as maiores concentrações, em ordem decrescente: São Caetano do Sul (107,3 µmol/m²), Diadema (86,3 µmol/m²), Osasco (79,8 µmol/m²) e São Paulo (79,7 µmol/m²).

Essa informação em parte está de acordo com o relatório sobre a qualidade do ar no estado de São Paulo de 2019 da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Considerando-se as 14 estações fixas da RMSP com representatividade anual, de média escala (entre 101 e 500 metros), escala de bairro e escala urbana, a maior concentração média de NO₂ foi registrada na estação Parque Dom Pedro II com 37 µg/m³ localizada no coração da mancha urbana da capital. As estações de São Caetano do Sul e Interlagos (bairro próximo ao município de Diadema), juntos ocuparam a segunda posição com uma concentração média de NO₂ de 30 µg/m³ em 2019 (CETESB, 2020). Um dado relevante desse mesmo relatório refere-se à concentração média de 8 horas do monóxido de carbono (CO). Das 15 estações que monitoraram esse poluente na RMSP em 2019, a maior concentração observada foi na estação São Caetano do Sul (5,7 ppm,) seguida pela estação Taboão da Serra (4,3 ppm) (CETESB, 2020). Em São Caetano do Sul, o nível de poluição está ligado ao alto desenvolvimento do setor industrial, incluindo os municípios vizinhos Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema. São Caetano do Sul também é ponto de passagem de ônibus intermunicipais que trafegam entre o Grande ABC e a capital Paulista, fato que também contribui na qualidade do ar local.

Portanto, ao analisar os mapas é possível notar um padrão espacial de distribuição com as maiores concentrações de NO₂ no Grande ABC e Diadema, sendo que a concentração diminui gradualmente no sentido dos municípios periféricos (Figura 4). No trimestre seguinte (maio a julho de 2019) é evidente o aumento da concentração de NO₂. O padrão espacial se manteve com São Caetano do Sul e Diadema com as maiores concentrações de NO₂, 202,3 e 188,3 µmol/m², respectivamente, praticamente o dobro em relação ao trimestre anterior. Seguindo em ordem decrescente, nos municípios de Santo André, Mauá, São Bernardo do Campo e Rio Grande da Serra a concentração de NO₂ variou de 173,8 a 142,7 µmol/m².

Comparando o primeiro trimestre de 2019 (Figura A) com o primeiro trimestre de 2020 (Figura C), 87% dos municípios da RMSP apresentaram diminuição da concentração de NO₂, as reduções variaram entre 1,7% a 29,6%. São Caetano do Sul manteve a maior concentração de NO₂ (96,8 µmol/m²), seguido pelos municípios a oeste da capital paulista: Taboão da Serra (86,2 µmol/m²), Osasco (84,8 µmol/m²), Carapicuíba (75,2 µmol/m²). As menores concentrações de NO₂ permaneceram nos municípios periféricos: Juquitiba (14,0 µmol/m²), Salesópolis (15,0 µmol/m²), São Lourenço da Serra (17,7 µmol/m²), Biritiba Mirim (18,0 µmol/m²).

No trimestre seguinte (maio a julho de 2020) foi observado aumento da concentração de NO₂ em todos os municípios da RMSP. São Caetano do Sul manteve-se no topo do ranking com 139,7 µmol/m², seguido por Diadema (124,3 µmol/m²), Mauá (110,2 µmol/m²), Taboão da Serra (106,8 µmol/m²), Santo André (106,2). Os municípios periféricos de Salesópolis e Juquitiba apresentaram as menores concentrações de NO₂, 21,3 e 28,8 µmol/m², respectivamente, seguidos por Santa Isabel (30,3 µmol/m²) e Mairiporã (30,5 µmol/m²) ao norte da RMSP. Comparando o segundo trimestre de 2019 (Figura B) com o segundo trimestre de 2020 (Figura D), 71% dos municípios da RMSP apresentaram diminuição da concentração de NO₂, as reduções variaram entre 4,8% a 42,4%.

Siciliano et al., (2020) utilizaram dados de estações de monitoramento da RMSP e RMRJ, antes e durante a quarentena, e identificaram uma redução da concentração de NO₂ que variou de 9,1% a 41,8%. Nakada et al., (2020) usaram dados durante a quarentena e compararam com o mesmo período no ano de 2019, e identificaram redução de até 54,3% na concentração de NO₂ em São Paulo com dados de estações, e redução de 45% da concentração de NO₂, por meio do sensoriamento remoto (satélite Sentinel-5 e sensor TROPOMI). Kanniah et al., usaram dados do satélite Himawari-8, do Aura-OMI e medições de poluentes em estações na Malásia durante de quarentena e comparou com o mesmo período nos anos de 2018 e 2019. Foi identificada uma diminuição significativa na concentração do NO₂ (de 27% a 30%) em áreas não afetadas pela queima sazonal de biomassa (KANNIAH; KAMARUL ZAMAN; KASKAOUTIS; LATIF, 2020).

Liu et al., (LIU; HARRIS; CHIU; SUN *et al.*, 2020) também avaliaram a redução da concentração do NO₂ no estado da Califórnia (EUA) no período durante e após a quarentena. Pelas estações de monitoramento a redução foi de 38%, pelo sensoriamento remoto, com o satélite Aura-OMI, a redução foi de 33%. O estudo temporoespacial de Liu encontrou tendências gerais semelhantes ao comparar dados de estações de monitoramento com dados orbitais, de acordo com o pesquisador as discrepâncias ocorrem devido a três motivos. Primeiro, as estações monitoram as concentrações de poluentes atmosféricos perto da superfície terrestre, enquanto os dados orbitais recuperam a densidade da coluna vertical de NO₂ na troposfera. Segundo, as estações de monitoramento são esparsamente distribuídas, nem todas as áreas são cobertas por estações. Por fim, os dados de NO₂ das estações são concentrações médias diárias, enquanto os dados orbitais são recuperados no momento em que o sensor varre a área (LIU; HARRIS; CHIU; SUN *et al.*, 2020). Portanto os estudos validam o uso de dados orbitais para estimar a concentração do poluente.

A tabela a seguir mostra o número absoluto de internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) na RMSP, nos quatro trimestres do estudo. No primeiro trimestre de 2019 ocorreram 1088 internações por SRAG, no trimestre seguinte o número mais do que dobrou devido a chegada do inverno e o aumento dos poluentes na atmosfera. Em 2020 houve um substancial aumento de internações por SRAG caracterizando o início da epidemia por COVID-19, no primeiro trimestre foram 32,5 mil, e no segundo 85,9 mil internações. Em 2020, o dado oficial de internados por SRAG no primeiro semestre, mostra que cerca de 50% das internações foram por COVID-19. No segundo

semestre de 2020 a epidemia é consolidada, ocorreram 46.515 internações por COVID-19 (54% das SRAG). De maio a julho, se compararmos as internações por SRAG (sem COVID-19) em 2020, com as internações por SRAG em 2019, a diferença é gritante, em 2020 as internações foram 15 vezes superiores em relação a 2019. Essa informação sugere um nível elevado de subnotificações por COVID-19. A estratégia usada no Brasil, não foi a de realizar testes em massa na população, inicialmente apenas pacientes com sintomas graves foram testados. Portanto as estimativas de morbimortalidade por COVID-19 foram subestimadas.

Tabela 1 - Número de internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG)

Número de internações	fevereiro a abril	maio a julho
SRAG total (2019)	1.088	2.467
SRAG total (2020)	32.482	85.864
COVID-19 (2020)	16.339	46.515
SRAG [sem COVID-19] (2020)	16.143	39.349

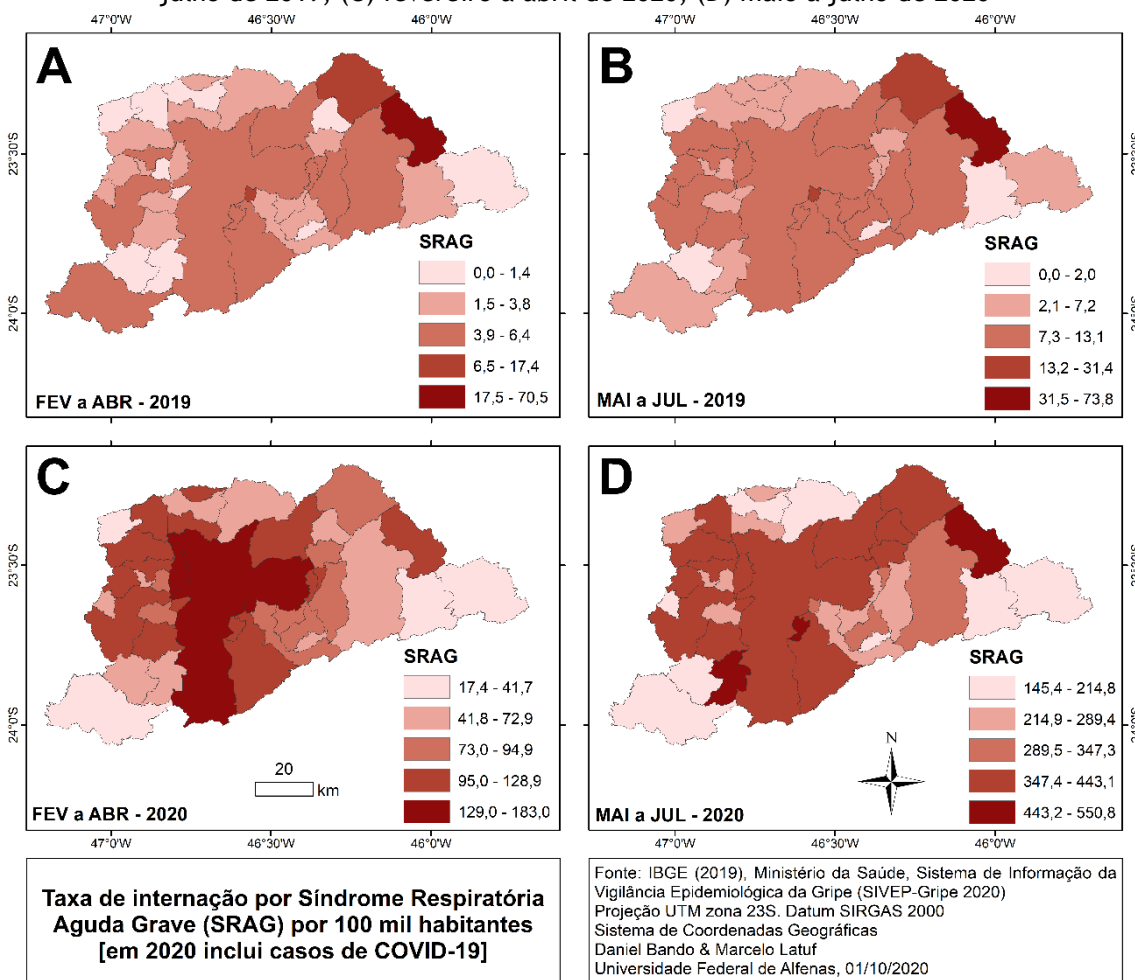
Fonte: Ministério da Saúde (SIVEP-Gripe 2020)

A figura a seguir apresenta as taxas de internação por SRAG (por 100 mil habitantes) nos municípios da RMSP nos quatro trimestres de estudo (Figura 5). Em 2019 nota-se maiores taxas no segundo semestre, devido ao inverno e a piora na qualidade do ar. O padrão espacial dos mapas foi semelhante para ambos trimestres, com maiores taxas a nordeste da RMSP, com destaque para Guararema que apresentou taxas acima de 70 internações por 100 mil habitantes, e Santa Izabel que apresentou taxas de 17,4 e 31,4 por 100 mil, no primeiro e segundo trimestre de 2019, respectivamente. São Caetano do Sul, que apresentou as maiores concentrações de NO₂ ficou em terceiro lugar com taxas de 11,2 e 28,5 por 100 mil, no primeiro e segundo trimestre de 2019, respectivamente. Municípios próximos a cidade de São Paulo, incluindo a capital, apresentaram taxas de internação próximos a média da RMSP (Figura 5A e 5B).

Em 2020 houve aumento expressivo na taxa de internação por SRAG devido aos internados por COVID-19 que estão inclusos no grupo das SRAG. As taxas ultrapassam a marca dos dois dígitos. De fevereiro a abril de 2020 é possível notar o protagonismo da capital (183,0 internações por 100 mil), epicentro da epidemia, seguido por Osasco (163,7 por 100 mil) e São Caetano do Sul (148,2 por 100 mil). Nota-se um padrão espacial definido com maiores taxas de internação centralizado na cidade de São Paulo que diminuem gradativamente no sentido das periferias (Figura 5C). No trimestre seguinte, de maio a julho de 2020, é evidente o aumento das taxas devido à carga de internados por COVID-19. Houve uma mudança no padrão espacial, a capital deixa de ser o epicentro, Guararema volta a ocupar o topo do ranking (550,8 internações por 100 mil), seguidos por Diadema (543,6 por 100 mil), Embu-Guaçu (487,8 por 100 mil). Na sequência, municípios a

nordeste: Guarulhos (443,1 por 100 mil), Itapevi (436,6 por 100 mil) e São Paulo (421,5 por 100 mil) (Figura 5D).

Figura 5 - Taxa de internação por SRAG por município na RMSP. (A) fevereiro a abril de 2019, (B) maio a julho de 2019, (C) fevereiro a abril de 2020, (D) maio a julho de 2020

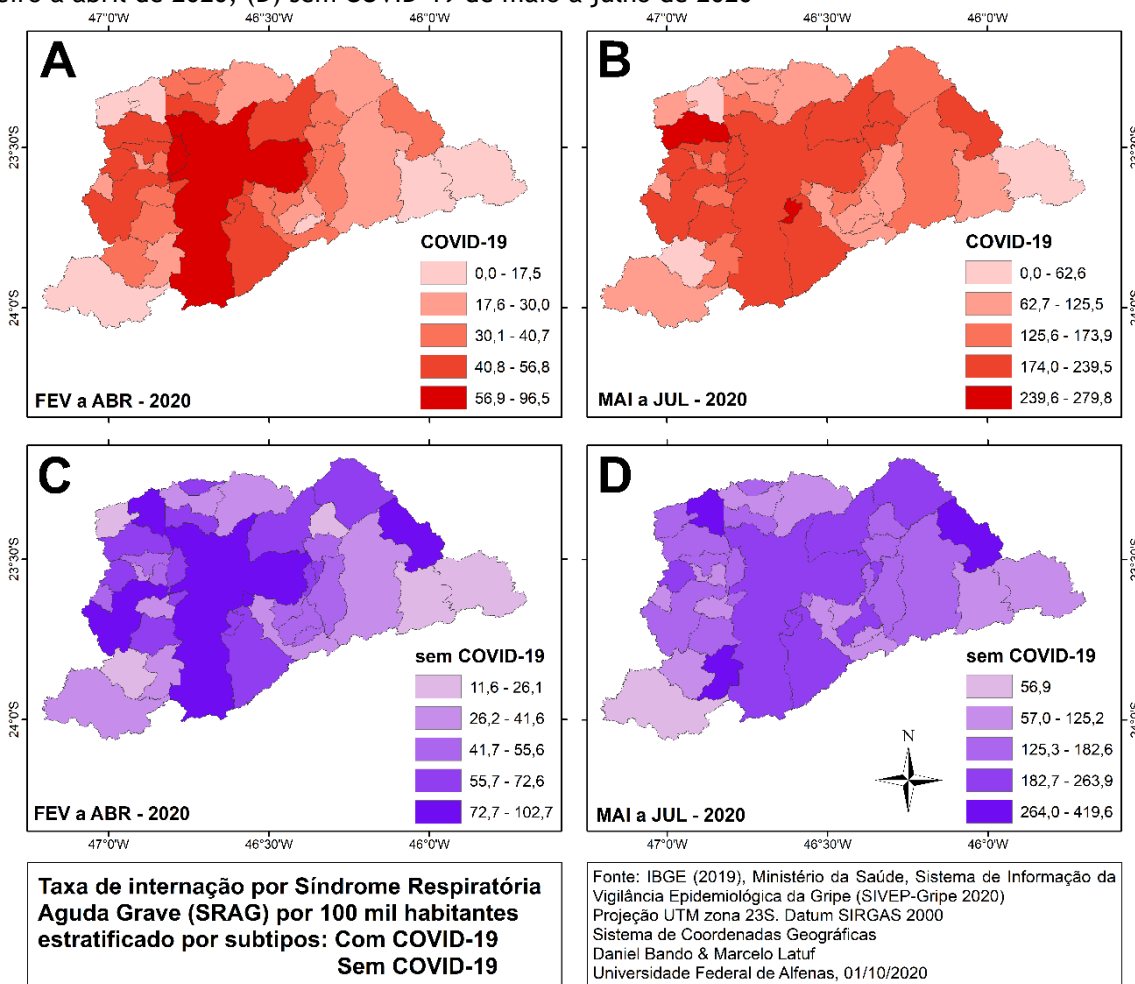


A figura a seguir apresenta a distribuição da taxa de internação por SRAG estratificado em dois subtipos: com COVID-19 e demais SRAG (sem COVID-19) (Figura 6). De fevereiro a abril de 2020, a capital paulista detém a taxa máxima de 96,5 internações por 100 mil por COVID-19, seguida por Osasco (91,2 por 100 mil), São Caetano do Sul (56,8 por 100 mil), Guarulhos (56,5 mil). O padrão espacial reforça o papel da capital como epicentro da epidemia. As taxas de internação diminuem gradualmente no sentido dos municípios periféricos (Figura 6A). De maio a julho de 2020 destacam-se o município de Diadema com a maior taxa de internação por COVID-19 (279,8 por 100 mil) e municípios a oeste da capital: Santana de Parnaíba (249,5 por 100 mil), Itapevi (239,5 por 100 mil). Na sequência São Paulo apresentou 234,5 por 100 mil, e Osasco 233,2 por 100 mil. Merecem atenção municípios a nordeste da capital como Guararema e Guarulhos (Figura 6B).

As taxas de internação por SRAG (sem COVID-19) de fevereiro a março de 2020 (Figura 6C), são superiores às taxas por SRAG de fevereiro a março de 2019 (Figura 6A) e reforça a hipótese da subnotificação dos casos de COVID-19. Municípios adjacentes à capital paulista apresentaram as

maiores taxas de internação por SRAG (sem COVID-19): Cajamar (102,7 por 100 mil), São Caetano do Sul (91,4 por 100 mil), São Paulo (86,5 por 100 mil), Cotia (82,4 por 100 mil). Destaca-se também Guararema com 79,6 internações por 100 mil. As taxas de internação por SRAG (sem COVID-19) de maio a julho de 2020 (Figura 6D), são radicalmente superiores às taxas por SRAG de maio a julho de 2019 (Figura 3B) e evidencia novamente a hipótese da subnotificação dos casos de COVID-19. O padrão espacial das internações por SRAG (sem COVID-19) também se mostrou diferenciado. As maiores taxas ocorreram em municípios dispersos como Cajamar (419,6 por 100 mil), Guararema (325,2 por 100 mil), Embu-Guaçu (314,7 por 100 mil), caracterizando a migração da epidemia para o interior.

Figura 6 - Taxa de internação por SRAG estratificado por subtipos: com COVID-19 e demais SRAG. (A) com COVID-19 de fevereiro a abril de 2020, (B) com COVID-19 de maio a julho de 2020, (C) sem COVID-19 de fevereiro a abril de 2020, (D) sem COVID-19 de maio a julho de 2020



A tabela a seguir apresenta os coeficientes de correlação de Pearson entre as taxas de internação por SRAG e a concentração média de NO_2 ($\mu\text{mol}/\text{m}^2$) nos períodos do estudo (Tabela 2). Em 2019 a correlação foi baixa em ambos trimestres, sem significância estatística. Há evidências na literatura de efeitos a curto prazo da exposição ao NO_2 com doenças das vias aéreas

(RITZ; HOFFMANN; PETERS, 2019). E também efeitos a longo prazo com a mortalidade, uma metanálise de 15 estudos identificou o efeito a longo prazo à exposição por NO₂. A cada 10 µg/m³ de aumento na concentração de NO₂ estava associado a um aumento de 5% na mortalidade por doenças cardiorrespiratórias (HOEK; KRISHNAN; BEELEN; PETERS *et al.*, 2013). No entanto, no presente estudo não foi encontrada correlação entre a concentração de NO₂ com as internações por SRAG em 2019.

Em 2020 houve uma mudança no cenário, no primeiro trimestre a correlação entre a concentração de NO₂ com taxa de SRAG foi positiva e estatisticamente significativa (r=0,59), no trimestre seguinte a correlação foi positiva, mas não significativa (r=0,29). A análise da SRAG estratificada por subtipos apresenta resultados interessantes em 2020. A correlação dos internados por COVID-19 com a concentração de NO₂ foi positiva e significativa em ambos trimestres de 2020, sendo maior no primeiro (r=0,59). Para as internações por SRAG (sem COVID-19) a correlação foi positiva e significativa apenas no primeiro trimestre (r=0,39).

Tabela 2 - Correlação entre a concentração média de NO₂ (µmol/m²) e taxa de internação por SRAG na RMSP

Correlação de Pearson	Concentração média de NO ₂ (µmol/m ²)
SRAG total (1o trimestre 2019)	-0,098
SRAG total (2o trimestre 2019)	0,005
SRAG total (1o trimestre 2020)	0,575**
SRAG total (2o trimestre 2020)	0,290
COVID-19 (1o trimestre 2020)	0,594**
COVID-19 (2o trimestre 2020)	0,440**
SRAG [sem COVID-19] (1o trimestre 2020)	0,399*
SRAG [sem COVID-19] (2o trimestre 2020)	0,027

** valor de p < 0,01

* valor de p < 0,05

A tabela a seguir apresenta análises de regressões lineares bivariadas entre a concentração de NO₂ com as taxas de internação por SRAG, COVID-19 e SRAG (sem COVID-19) (Tabela 3). Conforme o esperado, a taxa de internação por COVID-19 de fevereiro a abril apresentou o melhor ajuste do modelo (R²=0,35). Nesse caso o modelo de regressão linear explica 35% da variância da taxa de internação por COVID-19 a partir da concentração de NO₂. O aumento de 2 µmol/m² corresponde ao aumento de 1 internação por COVID-19 (por 100 mil habitantes). Analogamente, para o segundo semestre de 2020, o aumento de 2 µmol/m² corresponde ao aumento de 1,9 internação por COVID-19 (por 100 mil habitantes).

Tabela 3 - Regressões lineares bivariadas entre a concentração de NO₂ com as taxas de internação por SRAG, COVID-19 e SRAG (sem COVID-19)

SRAG (total)			
Ano: 2019	Beta	Sig.	R ²
Fevereiro a Abril	-0,051	0,554	0,010
Maio a Julho	0,001	0,976	0,000
SRAG (total)			
Ano: 2020	Beta	Sig.	R ²
Fevereiro a Abril	0,927	0,000*	0,330
Maio a Julho	1,016	0,073	0,084
COVID-19			
Ano: 2020	Beta	Sig.	R ²
Fevereiro a Abril	0,536	0,000*	0,353
Maio a Julho	0,951	0,005*	0,194
SRAG (sem COVID-19)			
Ano: 2020	Beta	Sig.	R ²
Fevereiro a Abril	0,391	0,001*	0,159
Maio a Julho	0,065	0,868	0,001

* valor de p < 0,01

Os resultados sugerem que a associação é mais forte entre a concentração de NO₂ como a taxa de internação por COVID-19, dado que em 2019 os coeficientes foram próximos a zero e sem significância estatística. Uma possível interpretação dos resultados é que a subnotificação dos casos de COVID-19 foi maior no início da epidemia, ou seja, no primeiro trimestre de 2020. Isso explicaria a correlação positiva da SRAG (sem COVID-19) no primeiro trimestre de 2020. Ao comparar os mapas do primeiro semestre de 2020, da concentração de NO₂ com as taxas de internação por SRAG, fica nítido a relação positiva entre os fenômenos. No entanto é cedo para confirmar essa associação, a COVID-19 é uma doença nova, vários estudos estão em andamento. Não podemos esquecer também que a capital paulista foi o epicentro da epidemia e possui a densidade demográfica acima da média da RMSP, fato que favorece a disseminação da COVID-19. A análise espacial de Ogen (2020) também sugere associação entre exposição ao NO₂ com as fatalidades por COVID-19, dado que as maiores concentrações do poluente coincidiam com o excesso de mortes ao norte da Itália e centro da Espanha. Kontantinoudis (2020) analisou o efeito a longo prazo (exposição a poluentes de 2014 a 2018) com a mortalidade por COVID-19 até junho de 2020, num estudo ecológico em pequenas áreas da Inglaterra. Foi identificada associação significativa, para cada aumento de 1µg/m³ de NO₂, corresponde ao aumento de 0,5% na taxa de mortalidade por COVID-19.

No entanto, é preciso ter cautela ao interpretar dados estatísticos. Max Sorre discorre sobre a postura do geógrafo ao se deparar com a correlação positiva entre a ocorrência de fenômenos: “Tira daí suas hipóteses de trabalho. Não certezas quanto às relações de causalidade, mas hipóteses que o conduzem a outras explicações” (SORRE, 1984). Em outras palavras, Sorre se

referiu a uma máxima da ciência que merece ser lembrada: a simples correlação entre dois fenômenos não implica em relações de causa e efeito.

Aziz Ab'Sáber também trouxe uma reflexão importante sobre a estatística:

A linguagem estatística pode *precisar, confirmar* observações empíricas, *complementar* estudos regionais sistemáticos, mas em qualquer hipótese, não poderá substituir as investigações feitas *in situ* e a vivência das situações. Daí a força das pesquisas de alguns geógrafos e de antropólogos sobre regiões ou comunidades, independentemente de se recorrer a grandes massas de dados estatísticos (AB'SÁBER, 1969).

De fato, o trabalho de gabinete demanda estudos complementares, com trabalhos de campo *in situ*, no caso do presente estudo, conhecer o sistema de saúde local, as Unidades Básicas de Saúde, profissionais da saúde (agentes comunitários, enfermeiros, médicos) e gestores (das UBS, regiões de saúde, secretarias da saúde municipais) ajudariam a entender o fenômeno estudado.

Adicionalmente, os estudos com o delineamento ecológico têm como base indicadores que são os valores médios em populações, portanto o nível de associação entre exposição e a doença geralmente é mais tênue (ROTHMAN; GREENLAND; LASH, 2011). Os estudos observacionais de coorte prospectivos, os indivíduos sadios são acompanhados até contraírem a doença, portanto tem-se informações detalhadas sobre condição social, estilo de vida, hábitos alimentares, tempo de exposição às variáveis ambientais. Porém esse tipo de estudo tem o custo elevado e pode levar anos para ser concluído. As vantagens do estudo ecológico são o baixo custo e a facilidade na aquisição dos dados, pois são secundários, no caso do presente estudo, de livre acesso. Além disso, abre o caminho para novas pesquisas, sugere hipóteses. Por exemplo, Bando e Barrozo (2010) mapearam as áreas de risco ao suicídio na cidade de São Paulo e identificaram o grupo dos solteiros como principal fator de risco (*Odds Ratio* = 2,36 [IC 95%: 1,08 a 5,15]), num estudo ecológico. Num estudo subsequente, com dados dos indivíduos suicidas na cidade de São Paulo, Bando et al. (2012) calcularam as taxas de suicídio entre os solteiros, e o Risco Relativo em relação aos casados foi de 1,97 (IC 95%: 1,86 a 2,09), valor próximo ao estimado pelo estudo ecológico anterior, validando sua importância. De acordo com Szklo e Nieto (2007) existem duas situações onde o estudo ecológico pode levar a conclusões mais precisas do que uma análise que usa dados do indivíduo. A primeira ocorre quando a variação da exposição de interesse dentro da população é baixa, mas a variação entre populações é alta. Por exemplo, se o consumo de sal de indivíduos em uma dada população está acima do limite necessário para causar hipertensão, a relação entre sal e hipertensão pode não ser aparente num estudo observacional de indivíduos nessa população, mas poderia ser visto num estudo ecológico incluindo populações de diferentes hábitos alimentares. A segunda situação ocorre quando a prevenção ou intervenção ocorre somente ao nível do agregado populacional. Sabe-se que as políticas públicas são organizadas em base espacial, como o Sistema Único de Saúde (SUS). Logo, nesse caso a identificação de áreas de risco pode nortear políticas

públicas para o planejamento, gestão e avaliação de intervenções. Portanto o achado do presente estudo, a correlação positiva entre os casos de COVID-19 com a concentração média de NO₂ é uma evidência importante, e deve ser aprofundada em estudos futuros, com diferentes metodologias, escalas espaciais e temporais. Por exemplo, qual seria o resultado de um estudo semelhante, mas com dados agrupados por distritos/bairros, e mês a mês? Qual seria o motivo da ausência de correlação da concentração média de NO₂ com as taxas de internação por SRAG em 2019? Quais seriam os fatores relacionados à alta taxa de internação por SRAG em Guararema? Seria algo relacionado ao porte populacional do município? Qual seria a relação da taxa de mortalidade por COVID-19 com NO₂? E a relação da morbimortalidade por COVID-19 com os demais poluentes, material particulado (PM₁₀, PM_{2,5}) monóxido de carbono (CO), ozônio (O₃), dióxido de enxofre (SO₂)? Deixamos essas perguntas e inquietações para reflexão, com a esperança de que a ciência continue tentando responder essas e muitas outras perguntas.

Considerações finais

No presente estudo pode-se validar a estimativa a concentração de NO₂ pelo sensoriamento remoto na RMSP. Os níveis de NO₂ foram menores em 2020 devido à pandemia da COVID-19 e o estado de quarentena. Maiores concentrações de NO₂ ocorreram no Grande ABC e Diadema, com diminuição gradual no sentido dos municípios periféricos. A distribuição espacial das taxas de internação por SRAG mostrou-se distinta, em 2019 as maiores taxas situaram-se a nordeste da RMSP e municípios adjacentes a capital. No primeiro semestre de 2020 ocorreu aumento nas taxas de internação por SRAG devido à pandemia, com maior incidência centrado na capital paulista. A taxa de internação por COVID-19 apresentou padrão semelhante, resultados sugerem subnotificação da COVID-19. Foi identificada associação direta e significativa da concentração do NO₂ com a taxa de internação por COVID-19. Os resultados encontrados podem servir de suporte para políticas públicas bem como nortear novos estudos e hipóteses.

Referências

AB'SÁBER, A. N. Geografia e planejamento. **Revista de História**, 39, n. 80, p. 257-272, 1969.

BANDO, D. H. **Sazonalidade, efemérides e a mortalidade por doença coronariana, AVC, insuficiência cardíaca, acidente de transporte, suicídio e homicídio na cidade de São Paulo, 1996 a 2009**. 2012. 106 f. - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BANDO, D. H.; BARROZO, L. V. **Suicídio na cidade de São Paulo - Uma análise sob a perspectiva da geografia da saúde**. São Paulo: Ed. Humanitas, 2010.

BANDO, D. H.; BRUNONI, A.; FERNANDES, T.; BENSENOR, I. M. *et al.* Suicide rates and trends in São Paulo, Brazil according to gender, age and demographic aspects: a joinpoint regression analysis. **Rev Bras Psiquiatr**, 34, n. 3, p. 286-293, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde.

Saúde Brasil 2018 uma análise de situação de saúde e das doenças e agravos crônicos: desafios e perspectivas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2019. 978-85-334-2701-3.

BRASIL. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. 2020a. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus. 2020b. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/> .

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe). 2020c. Disponível em: <http://plataforma.saude.gov.br/coronavirus/dados-abertos/> .

CANÇADO, J. E. D.; BRAGA, A.; PEREIRA, L. A. A.; ARBEX, M. A. *et al.* Repercussões clínicas da exposição à poluição atmosférica. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 32, p. S5-S11, 2006.

CASTRO, H. A. d.; CUNHA, M. F. d.; MENDONÇA, G. A. e. S.; JUNGER, W. L. *et al.* Efeitos da poluição do ar na função respiratória de escolares, Rio de Janeiro, RJ. *Revista de Saúde Pública*, 43, p. 26-34, 2009.

CAVALCANTE, J. R.; CARDOSO-DOS-SANTOS, A. C.; BREMM, J. M.; LOBO, A. d. P. *et al.* COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29, 2020.

CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Qualidade do ar no estado de São Paulo 2019

São Paulo, 2020. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/ar/wp-content/uploads/sites/28/2020/07/Relat%C3%B3rio-de-Qualidade-do-Ar-2019.pdf>.

DATASUS. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde., 2020. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php> .

EEDC. Earth Engine Data Catalog. Sentinel-5P OFFL NO2: Offline Nitrogen Dioxide. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/y3v4k5kl>. Acesso em: Junho de 2020.

ESA. European Space Agency 2020. Disponível em: www.esa.int.

ESRI. Environmental Systems Research Institute. 2020. Disponível em: <https://www.esri.com/pt-br/home>.

FAUSTINI, A.; RAPP, R.; FORASTIERE, F. Nitrogen dioxide and mortality: review and meta-analysis of long-term studies. *Eur Respir J*, 44, n. 3, p. 744-753, Sep 2014.

GUIMARÃES, R. B.; SIMON, C. R.; LIMA, J. P. P. C. d. COVID-19, Regiões de saúde e os desafios do planejamento territorial no Brasil. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, 0, n. 0, 06/24 2020.

HAMRA, G. B.; LADEN, F.; COHEN, A. J.; RAASCHOU-NIELSEN, O. *et al.* Lung Cancer and Exposure to Nitrogen Dioxide and Traffic: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Environ Health Perspect**, 123, n. 11, p. 1107-1112, Nov 2015.

HOEK, G.; KRISHNAN, R. M.; BEELEN, R.; PETERS, A. *et al.* Long-term air pollution exposure and cardio- respiratory mortality: a review. **Environ Health**, 12, n. 1, p. 43, May 28 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

KANNIAH, K. D.; KAMARUL ZAMAN, N. A. F.; KASKAOUTIS, D. G.; LATIF, M. T. COVID-19's impact on the atmospheric environment in the Southeast Asia region. **Science of The Total Environment**, 736, p. 139658, 2020/09/20/ 2020.

KIHAL-TALANTIKITE, W.; MARCHETTA, G. P.; DEGUEN, S. Infant Mortality Related to NO(2) and PM Exposure: Systematic Review and Meta-Analysis. **Int J Environ Res Public Health**, 17, n. 8, Apr 11 2020.

KLEPAC, P.; LOCATELLI, I.; KOROŠEC, S.; KÜNZLI, N. *et al.* Ambient air pollution and pregnancy outcomes: A comprehensive review and identification of environmental public health challenges. **Environ Res**, 167, p. 144-159, Nov 2018.

KONSTANTINOUDIS, G.; PADELLINI, T.; BENNETT, J. E.; DAVIES, B. *et al.* Long-term exposure to air-pollution and COVID-19 mortality in England: a hierarchical spatial analysis. **medRxiv**, Aug 11 2020.

LIU, Q.; HARRIS, J. T.; CHIU, L. S.; SUN, D. *et al.* Spatiotemporal impacts of COVID-19 on air pollution in California, USA. **Sci Total Environ**, 750, p. 141592, Aug 10 2020.

MANISALIDIS, I.; STAVROPOULOU, E.; STAVROPOULOS, A.; BEZIRTZOGLU, E. Environmental and Health Impacts of Air Pollution: A Review. **Front Public Health**, 8, p. 14, 2020.

MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2013. 9788572442183.

NAKADA, L. Y. K.; URBAN, R. C. COVID-19 pandemic: Impacts on the air quality during the partial lockdown in São Paulo state, Brazil. **The Science of the total environment**, 730, p. 139087-139087, 2020.

OGEN, Y. Assessing nitrogen dioxide (NO(2)) levels as a contributing factor to coronavirus (COVID-19) fatality. **Sci Total Environ**, 726, p. 138605, Jul 15 2020.

RIBEIRO, H. Geografia da saúde e da doença aplicada à poluição do ar em São Paulo. *In*: RIBEIRO, H. (Ed.). **Olhares geográficos: meio ambiente e saúde**. São Paulo: Senac, 2005. p. 65-80.

RITZ, B.; HOFFMANN, B.; PETERS, A. The Effects of Fine Dust, Ozone, and Nitrogen Dioxide on Health. *Dtsch Arztebl Int*, 51-52, n. 51-52, p. 881-886, Dec 23 2019.

ROTHMAN, K. J.; GREENLAND, S.; LASH, T. L. *Epidemiologia Moderna*. Porto Alegre: Artmed, 2011. 9788536324944.

SALDIVA, S.; BARROZO, L. V.; LEONE, C. R.; FAILLA, M. A. *et al.* Small-Scale Variations in Urban Air Pollution Levels Are Significantly Associated with Premature Births: A Case Study in São Paulo, Brazil. *Int J Environ Res Public Health*, 15, n. 10, Oct 12 2018.

SÃO PAULO. Decreto Nº 59.283, de 16 de março de 2020. Declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus. São Paulo, pp.

SÃO PAULO. Decreto Nº 64879, de 20 de março de 2020. Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. São Paulo, pp.

SICILIANO, B.; CARVALHO, G.; DA SILVA, C. M.; ARBILLA, G. The Impact of COVID-19 Partial Lockdown on Primary Pollutant Concentrations in the Atmosphere of Rio de Janeiro and São Paulo Megacities (Brazil). *Bulletin of environmental contamination and toxicology*, 105, n. 1, p. 2-8, 2020.

SORRE, M. *Geografia. Coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1984.

SZKLO, M.; NIETO, F. J. *Epidemiology: beyond the basics*. Sudbury: Jones and Bartlett Publishers, 2007. 9780763729271.

UNITED NATIONS. *The World's Cities in 2018*. 2018.

WALDMAN, E. A. A Epidemiologia em Medicina. *In*: A.C.;, L. e AMATO, N. V. (Ed.). *Tratado de Clínica Médica*. São Paulo: Roca, 2007.

WHO. *Ambient air pollution: A global assessment of exposure and burden of disease*. Geneva, 2016. ISSN 9789241511353. Disponível em: <https://www.who.int/phe/publications/air-pollution-global-assessment/en/>.

WHO. World Health Organization. *Coronavirus disease 2019 (COVID-19). Situation Report - 44*. 2020a. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200304-sitrep-44-covid-19.pdf?sfvrsn=783b4c9d_2.

WHO. World Health Organization. *Novel Coronavirus - China*. 2020b. Disponível em: <https://www.who.int/csr/don/12-january-2020-novel-coronavirus-china/en/>. Acesso em: outubro de 2020.

WHO. World Health Organization. *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020*. 2020c. Disponível em:

<https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 11 de março de 2020.

ZHANG, Z.; WANG, J.; LU, W. Exposure to nitrogen dioxide and chronic obstructive pulmonary disease (COPD) in adults: a systematic review and meta-analysis. **Environ Sci Pollut Res Int**, 25, n. 15, p. 15133-15145, May 2018.

Pandemias sob os olhares da biogeografia médica: os complexos patogênicos e a COVID-19

Roberto Marques Neto
roberto.marques@ufjf.edu.br

Sarah Lawall
sarahgeoprof@gmail.com

Biogeografia Médica, história ambiental e complexidade

O levante dicotômico promovido por certos matizes positivistas intrudidos na Geografia é um debate assaz controvertido, com críticas e interposições que seguiram à setorização do conhecimento científico, e que avançam com veemência na contemporaneidade do pensamento geográfico. Goudie (1986, 2017) vem contemporizando a respeito da integração e unidade da Geografia e elencando alguns pontos de intersecção entre sociedade↔natureza com potencial de aprofundamento das capilaridades entre os saberes oriundos da Geografia Física e da Geografia Humana, quais sejam: azares e desastres ambientais, mudanças globais, ciência do sistema Terra, impacto humano nos sistemas terrestres, Antropoceno, história ambiental e influências ambientais do homem histórico e pré-histórico, e, finalmente, os estudos integrados da paisagem (GOUDIE, 2017).

Acrescentamos a esse plantel de campos temáticos a Geografia Médica ou da Saúde, área que emerge a partir da interpenetração complexa entre a Geografia, a Epidemiologia e a Medicina, e que estuda os diferentes quadros de agravo a partir de uma perspectiva espacial, atinando para as causas de distribuição e fazendo uso recorrente da cartografia com franco compromisso escalar. Grande parte do escopo geral da Geografia Médica ou da Saúde é da alçada direta da Biogeografia Médica, cuja amplitude de abordagem abrange as doenças causadas por organismos, notadamente zoonoses, e, mais recentemente, as doenças causadas por vírus, o que abduz ao debate as questões polêmicas inerentes à ontologia das organizações virais. O parasitismo enquanto condição *sine qua non* de existência estimula uma inquirição científica permanente sobre a natureza dos vírus enquanto entidade com vida imanente.

A Biogeografia Médica se inscreve ou estabelece aderência com diversos campos temáticos acima elencados. Fatalmente, questões relacionadas às mudanças globais e ao impacto humano nos ecossistemas intensificados sobremaneira no Antropoceno determinam ou influenciam os mais diversos quadros de agravo causados pelo contato entre os humanos e algum elemento específico da biota global, regional, ou do tipo de paisagem ao qual seu espaço vivido está adstrito. É inegável também que as moléstias das quais os grupos humanos padeceram e padecem tem muito a ver com as diferentes histórias ambientais distribuídas pelo orbe, bem como com uma história ambiental global que perpassa todo o envoltório terrestre. É nessa lógica que algumas doenças

adquirem dimensões globais, continentais e regionais. Ainda, em uma mesma região uma doença qualquer pode estar restrita a determinados tipos de paisagem, admitindo trato cartográfico aplicado a diferentes unidades espaciais de interpretação.

Discussões que abarcam as problemáticas da Biogeografia Médica não sobejam na literatura nacional. Ao contrário, até então tem sido pouco demandadas, e a produção é rarefeita até mesmo entre biogeógrafos declarados. No entanto, um lastro teórico e aplicado aparece de forma muito robusta em matrizes clássicas do pensamento geográfico, enfaticamente a partir das aderências com os influentes complexos propostos pelo geógrafo francês Maximilien Sorre (1880-1962). As relações entre os complexos naturais, os complexos alimentares e os complexos patogênicos foram basilares para muitas obras do médico/geógrafo brasileiro Josué de Castro (1908-1973), notadamente em “*Geografia da Fome*” (1969) (original publicado em 1946) e “*Geopolítica da Fome*” (1968) (original publicado em 1951), estando ainda subjacentes no seu romance “*Homens e Carangueijos*” (1968) (primeira edição publicada no ano anterior, 1967). Na última obra citada o insigne intelectual brasileiro se coloca como precursor literário do movimento contracultural *Manguebeat* no Recife, sua terra natal, intrinsecamente fundido nas questões sociais e na problemática da fome, selvageria social que por si mesma deflagra complexos patogênicos tão magistralmente por ele discutidos em diferentes regiões do Brasil e do mundo.

A proposição sorreana é notoriamente original para sua época, trazendo à baila uma noção mais precisa de complexidade anteriormente à emergência de seu paradigma, o chamado paradigma da complexidade (MORIN, 1977, 1980; PRIGOGINE, 2002), cuja abrangência admite uma leitura adaptável aos problemas ambientais da contemporaneidade, enfaticamente na interpretação das epidemias e pandemias recentes e atuais. Assim, a presente exposição propõe uma reflexão acerca dos aludidos quadros epidêmicos e pandêmicos a partir de uma abordagem dialógica entre a noção de complexidade e a história ambiental, retomando Max. Sorre a luz do paradigma contemporâneo e assumindo a premissa de que essa interação teórica e conceitual é aderente ao escopo da Biogeografia Médica. A partir dessas bases, discutiremos de maneira mais enfática a emergência da COVID-19 enquanto pandemia surgida no bojo das mudanças globais em curso.

A pandemia é uma emergência nata, o que por si só justifica uma discussão proposta nos termos do paradigma da complexidade. Emergência é um fenômeno inerente ao sistema complexo, não linear por natureza e organizado segundo interações intrincadas entre forças organizativas e forças dissipativas, autênticas relações de interação ordem↔desordem engendrando a organização dos sistemas, estabelecida no anel tetralógico de Edgard Morin (1977) (ordem↔desordem↔organização↔interações). As emergências podem se consubstanciar a partir de relações genésicas resultantes de processos conjuntivos e de imperativo organizativo, bem como de manifestações caóticas, degenerativas e disjuntivas. Nas ciências da Terra e ambientais

isso é francamente percebido, a guisa de exemplificação, em situações de relativo e aparente equilíbrio entre as formas de relevo, os materiais superficiais, a vegetação e o clima, bem como a partir de rupturas causadas por espasmos climáticos que saturam os saprolitos e desencadeiam movimentos de massa catastróficos. A coexistência entre as transformações organizativas contínuas e as rupturas abruptas também é frequentemente evocada na discussão acerca da evolução, dinâmica e funcionalidade dos ecossistemas, que conjuga sucessões ecológicas progressivas e distúrbios e rupturas causadas por fenômenos climáticos (incêndios, geadas, furacões, secas prolongadas, etc.) e tectônicos (terremotos, tsunamis, atividade vulcânica).

As complexas intersecções entre as esferas biótica e abiótica passaram a coexistir com a antroposfera, ensejada ainda nos tempos neopleistocênicos pela caça intensificada por grupos humanos cada vez mais numerosos, e consolidada no início do Holoceno ao final do último estágio glacial, marco temporal das domesticações sistemáticas de plantas e animais, ações estas que em muitos casos foram simultâneas em diferentes regiões do planeta. Progressivamente, a antroposfera (ou tecnosfera) se avoluma na superfície terrestre até o boom estabelecido a partir da Revolução Industrial, apontada por Goudie e Viles (2016) como marcadora do início do Antropoceno. Essa esfera material e cognitiva foi denominada pelo geoquímico russo Vladimir I. Vernadsky (1863-1965) de *noosfera*, consubstanciada a partir de um novo estado da biosfera reconstruído segundo o interesse da humanidade livre-pensadora como totalidade, conferindo assim ao ser humano uma força geológica de enorme magnitude, conforme explicitado na edição espanhola do clássico *The Biosphere* da qual nos servimos (VERNADSKY, 1997). As fusões mútuas entre as esferas terrestres, entendidas segundo princípios organizativos integrados das porções vivas (humanas e não humanas) e inertes da matéria, foram também problematizadas por Jean Tricart (1920-2003) naquela que possivelmente é sua obra mais holística (*A Terra, planeta vivo*), originalmente publicada em 1972 e aqui citada a partir de uma edição mais recente (TRICART, 1981). Filiação teórica similar também está subjacente no conceito de Gaia de Lovelock (2006), tão evocado nas discussões sobre mudanças globais. Esses prismas interpretativos integrados preconizam em comum que os sistemas intelectuais desenvolvidos e implantados no espaço ao longo do tempo repercutem em histórias ambientais que, de alguma forma, contam essas transformações complexas com base na conjugação de elementos naturais e humanos. Daí advém sua sociabilidade, seus hábitos, suas expertises, suas dietas e, desafortunadamente, suas doenças.

Tangenciando a problemática, de forma alguma seria um salto pontuar que florestas são entidades históricas que encerram práticas sociais e de aproveitamento da terra e dos recursos bióticos. A integridade de uma floresta tropical úmida, portanto, transcende a compreensão da sua estrutura, seus aspectos fitossociológicos e florísticos. Esses elementos devem ser interpretados dialogicamente às transformações forjadas pelas atividades humanas do presente e do passado a partir dos diferentes horizontes culturais sobrepostos, às quais se relacionam em grande medida com os estágios sucessionais vigentes, conforme discutido por Dean (1995) no

contexto das florestas estacionais e ombrófilas do domínio tropical atlântico. A formação de novos complexos sobre os complexos originalmente florestais demanda, muitas vezes, substituições bióticas massivas, com depleção severa das espécies nativas de maneira síncrona à chegada autônoma ou conduzida de espécies domesticadas, domiciliadas e generalistas. Situações desse tipo são verificadas em complexos urbano-industriais de alta densidade técnica e elevada dependência energética. Em determinados tipos de paisagem, no entanto, elementos remanescentes da biota nativa subsistem, criando assim uma situação propícia ao contato de agentes infecciosos com a fauna domesticada e\ou com o ser humano.

A formação de doenças endêmicas, de epidemias e de pandemias figura como um dos reflexos da modificação histórica das sociedades humanas nas realidades estruturais e dinâmico-funcionais das paisagens terrestres, com notória intensificação durante o Antropoceno. Nesse sentido, uma pandemia em específico, materializada no caráter global da doença, pode ser considerada uma consubstanciação de práticas materiais sobre a natureza ao longo da história, que transformam as paisagens, alteram os aspectos composicionais e funcionais dos ecossistemas e reorganizam as relações entre a biota original e desta com as biocenoses forjadas pelos grupos humanos.

A formação dos complexos e a interesalaridade das pandemias

Sorre concebe as organizações espaciais a partir de diferentes níveis de complexidade, e por esse método tratou a espacialidade das doenças. Conforme esclarecido por Moreira (2008), o geógrafo francês organiza a estrutura complexa do espaço geográfico a partir de complexos contidos em outros complexos, perfazendo diferentes organizações ao longo da história de transformação do espaço geográfico. Os complexos naturais, base dos demais complexos terrestres, ao sofrerem transformação humana são convertidos em complexos agrícolas (e\ou alimentares), aos quais se relacionam complexos patogênicos, e que agrupados formam complexos técnicos, ou ainda tecno-patogênicos (GEORGE, 1978) e tecno-patogênicos-informacionais (PICKENHAYN et al. 2006), se materializando, por exemplo, em espaços urbano-industriais (por excelência, complexos tecnológicos\tecnogênicos). A noção de complexidade é bastante explícita na racionalização de Max. Sorre e se aproxima em vários elementos inerentes ao paradigma da complexidade pós-Teoria Geral dos Sistemas. Pode ser discutida a partir de três pontos fundamentais: (1) a noção de fusão e interpenetração de integridades espaciais segundo níveis de complexidade; (2) a emergência que naturalmente eclode na passagem de um complexo para outro; (3) os movimentos interescalares inerentes às relações intra e intercomplexos.

Segundo Moreira (2008), na concepção sorreana o complexo patogênico se sobrepõe ao complexo alimentar, tendo como núcleo a associação entre ser humano e parasita, cabendo ainda o incremento de um terceiro componente que pode ser abstraído a partir da transferência de

zoonoses a partir de animais silvestres e domésticos, interpretando tais relações a partir de princípios sinecológicos, ou seja, considerando não apenas as ecologias individuais dos organismos envolvidos, mas todo o conjunto de relações vigentes nos ecossistemas e nos habitats, conceitos que embasam a delimitação de um método bastante aderente à ecologia humana. Existe, portanto, um ensejo interescalar inserido nessa complexidade de relações, lapidadas por Sorre (1951, 1955) pela premissa de que a dependência mútua dos organismos que intervêm na produção de uma mesma enfermidade infecciosa (ser humano ↔ parasita ↔ animal intermediário) figura como um fenômeno que consubstancia uma entidade biológica de ordem superior, que é o próprio complexo patogênico.

A partir da noção dos complexos, essencialmente dos complexos patogênicos, Sorre buscava fornecer uma base conceitual para a Geografia Médica que permitisse investigações interdisciplinares (FERREIRA, 1991). A transformação de um complexo natural e sua conversão em um complexo agrícola e alimentar é um movimento que pode ser inserido em um contexto histórico e cultural. O complexo natural em si é uma entidade que agrega elementos invariantes que evoluem em longo termo e variáveis de estado que regulam os processos dinâmicos das paisagens terrestres em ciclos mais curtos. Dessa maneira, congrega várias escalaridades e temporalidades, uma vez que o tempo da evolução do relevo e da organização hidrográfica difere do tempo da transformação pedológica, que difere do tempo das sucessões ecológicas, que por sua vez é diferente do tempo da ocupação humana ao longo da história e da pré-história. Os processos evolutivos e dinâmicos operam em diferentes escalas interpenetradas nessas estruturas espaciais. Os primeiros complexos agrícolas se consumaram em complexos naturais favoráveis em termos de topografia, solos, água e clima regional, engendrando complexos alimentares distintos ao longo do orbe no ritmo da domesticação de plantas e animais. É bem verdade, cumpre frisar, que complexos alimentares ainda mais antigos logravam suas cotas calóricas a expensas de caça e coleta.

Histórias ambientais se arregimentam na formação de complexos espaciais, e as epidemias e pandemias tem apresentado uma aderência bastante notória com a natureza dos tão aludidos complexos. Quadros de agravo e suas manifestações em diferentes escalas estão comumente atreladas às relações de contato dadas pela transformação dos ecossistemas naturais e ulterior transferência dos patógenos contidos nesses geocomplexos para animais domesticados e/ou domiciliados e destes para o ser humano. Em algumas situações, as zoonoses são marcadamente restritas aos complexos espaciais nos quais elas surgem e habitam, estabelecendo uma relação com os tipos de paisagem existentes; em outras, extravasam sua área de origem e promovem surtos, epidemias e pandemias, ganhando assim outras espacialidades. Dessa maneira, são emergências interescares, com influências mútuas e recíprocas processadas em diferentes escalas mediante complexas relações parte/todo.

No plano mais específico da epidemiologia, Fonattari (1980) enumera três grupos de fatores que se inter-relacionam no desenvolvimento de quadros de agravo, a incluir aqueles de comportamento pandêmico. Os *fatores relativos ao Homem* agregam as características populacionais de interesse para o entendimento da distribuição, transmissibilidade e letalidade das enfermidades nos grupos humanos: idade, gênero, etnia, diferenças e similitudes socioeconômicas, culturais, etc. Os *fatores relativos ao tempo* versam sobre os problemas relacionados ao tempo de duração, progressão e retração de um surto, epidemia ou pandemia, bem como acerca de comportamentos temporais ligados às suas variações (estacionais, periódicas, cíclicas). Finalmente, os *fatores relativos ao espaço* congregam aqueles de maior interesse para a Biogeografia Médica, triangulando os ecossistemas naturais, rurais e urbanos em um princípio de relações complexas.

Considerando uma escala local a regional, diferentes quadros de agravo são verificáveis segundo o tipo de paisagem. Possivelmente, a relação mais trivial visualiza a disseminação de doenças infecto-parasitárias como mais inerentes ao meio rural e as doenças crônicas do aparelho respiratório às áreas urbanas, sobretudo os maiores centros que padecem de significativa poluição atmosférica. A relação de proximidade que as áreas rurais estabelecem com os ecossistemas naturais tende a acentuar a internalização de zoonoses a partir de vetores contidos nas biocenoses silvestres, e que podem transferir patologias para os grupos humanos a partir de diferentes agentes etiológicos carregados por esses vetores que circundam as habitações ou se domicíliam. Em alguns casos, os quadros de agravo ficam restritos aos tipos de paisagem aos quais se relacionam, e em outros atingem grandezas escalares expandidas em relação ao seu lócus inicial.

As patologias regionais se formam, portanto, a partir dessa aderência entre o tipo de paisagem e suas afecções inerentes, florescendo nas relações entre o potencial eco-biótico de uma área e sua respectiva história ambiental, relações estas que propiciam a coalescência ser humano/parasita. Enquanto o potencial eco-biótico fornece os nichos naturais de uma determinada área, sua história ambiental interage com esses nichos naturais promovendo uma mútua construção de nichos, forjando a organização espacial pela qual ocorre o movimento dos hospedeiros animados e dos agentes etiológicos que os mesmos carregam na condição de portadores naturais.

Um exemplo que se conjuga com a relação espacial aludida é tripanossomíase americana, a chamada “doença de Chagas”, que tem como agente etiológico o protozoário *Trypanossoma cruzi*, injetado no corpo humano pelas fezes de artrópodes hematófagos domiciliados taxonomicamente pertencentes à subfamília Triatominae, que aninha os chamados insetos “barbeiros”. A referida enfermidade ocorre em dezoito países da América do Sul e Central, parte do planeta de onde é endêmica, sempre relacionada às zonas rurais, áreas que potencialmente albergam os nichos compartilhados propícios à transmissão. Nessas paisagens é que a pestilência

em questão estabelece suas regionalizações, eclodindo nas extensões onde os nichos se fundem e faltando nas espacialidades onde o compartilhamento é obstaculizado por estruturas de paisagem não propícias para o contato homem-parasita.

Decerto que os processos migratórios, notoriamente o êxodo rural, redistribuem os infectados para outras paisagens e mesmo para outros países, porém com impacto nulo de transmissão, uma vez que a doença, no caso do mal de Chagas, depende dessa coadunação de nichos. No entanto, Guimarães e Pickenhayn (2007) e Silva e Guimarães (2009), chamam a atenção para o risco de urbanização da transmissão a partir do observado na região de San Juan (Argentina), devido à piora das condições de trabalho no campo, deterioração das condições de vida da população campesina com o avanço do agronegócio e formação de assentamentos habitacionais precários nas margens das zonas rurais e no contato próximo com as áreas urbanas. Nessa situação e em situações análogas é que o complexo patogênico se converte em um complexo tecno-patogênico-informacional (SILVA e GUIMARÃES, 2009), tanto em função do adensamento técnico no campo como do aumento da dependência energética dos trabalhadores, social e culturalmente violados durante o processo de transformação espacial. O franco avanço da tripanossomíase ao contato com os seres humanos está ligado, portanto, a uma história ambiental marcada pela transformação e/ou substituição dos sistemas naturais reservatórios dos vetores e pelo seu progressivo domiciliamento.

A densidade técnica do Antropoceno e as redes pelas quais se dão as relações entre sociedade↔natureza e aquelas pactuadas entre homens e mulheres admitem considerável fluidez espacial e favorecem a expansão geográfica de doenças a partir de suas áreas de origem, podendo atingir a escala do próprio orbe e converter-se em patologias mundiais (pandemias). Esse processo torna-se comum em doenças virais, muitas vezes eclodidas a partir do contato humano com nichos silvestres, porém sinérgicas muito além da sua área de origem quando são transmitidas entre os próprios humanos.

A emergência da epidemia de SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave) de 2003, que por pouco não se descontrolou em pandemia, é plenamente racionalizável a partir da relação entre os complexos. No caso específico da referida influenza, a descrição fornecida por Ujvari (2011) mostra que o complexo natural de origem pode ser francamente alocado nas florestas do sudeste asiático, habitat da civeta (*Paguma larvata*), espécie de viverrídeo que habita as florestas da Ásia monçônica submetido a uma provação inclemente a partir de captura, transporte, confinamento e abate, tendo seu destino final nas mesas de restaurantes chineses na condição de iguaria alimentar. A carne desse animal de hábitos alimentares onívoros passa então a partilhar de um rico complexo dietético evoluído em milhares de anos de história ambiental e domesticações, e é justamente a interposição do item silvestre no complexo alimentar historicamente construído que

emergiu o complexo patogênico viabilizador da referida SARS. Foi nesse movimento que a relação foi celebrada e o vírus atingiu a espécie humana.

A área de origem da doença foi o sudeste da China, especificamente na província de Guangdong. A exposição proferida por Ujvari (2011) ambienta com didatismo o cenário que retrata o surgimento da enfermidade, dado no *backstage* dos restaurantes que comercializam a iguaria, suas áreas de confinamento, bancadas, pias e chãos besuntados em sangue dos animais abatidos para serem servidos “frescos” e abastecerem de pronto as panças ardentes pelas carnes de caça. A proliferação do vírus se deu, portanto, nas populações confinadas e imunodeprimidas, muito provavelmente circulando entre a civeta, seu portador natural, os demais animais confinados e os trabalhadores incumbidos de manusear os espécimes engaiolados, tanto de forma direta em ações de abate e preparo, como indireta, por efeito da limpeza do ambiente. O plantel viral disponível nas fezes, órgãos, sangue e outros fluidos contaminados foi finalmente transferido para as vias respiratórias humanas, iniciando-se o processo transmissivo.

O autor, já citado, contextualiza a emergência em seus detalhes a partir do Hotel MetrÓpole em Hong Kong, de onde a SARS foi levada ao Vietnã, Singapura e Canadá, além de outras nações onde as precipitações de contágio foram mais tênues e o vírus não vingou. Nas pandemias, a espacialização se expande, avança, faz caminhos inversos, se retrai, precipita em novos surtos e pode se converter em endemia. As relações interescares são complexas e sua cartografia é extremamente dinâmica; logo, seu mapeamento de maneira alguma se encerra numa relação escalar parte\indivíduo. A emergência da COVID-19, cujo complexo natural também se inscreve nas florestas pluviais do sudeste asiático, teve maior expansão e transmissão do que a SARS, sendo mais devastadora mesmo com uma letalidade muito menor. Os complexos patogênicos que se formam nas relações firmadas entre humano↔parasita, no entanto, são bastante similares.

Max. Sorre (1955) postulava que a denominação dos complexos patogênicos admite três critérios, a depender das especificidades da afecção: (1) designação pelo nome da enfermidade; (2) designação pelo nome do agente etiológico; (3) designação pelo nome do vetor. Nesses termos que o geógrafo francês discutiu o *complexo da doença do sono*, ancorado na mosca tsé-tsé (família Glossinidae) da África tropical, o *complexo palúdico* (da malária), centralizado no protozoário do gênero *Plasmodium*, e o *complexo pestoso*, em referência à peste bubônica transmitida por *Rattus rattus*, sobretudo. A presente exposição adota o primeiro critério, e se refere ao complexo da COVID-19, dada a familiaridade que o referido termo logrou no âmbito da família dos coronavírus.

O complexo patogênico da COVID-19

Os desequilíbrios na relação sociedade↔natureza, com imposição crescente das forças antrópicas, provocam desajustes cada vez mais intensos na estrutura e funcionamento das

paisagens naturais. No bojo da disseminação da COVID-19 alguns elementos são essenciais para entender a complexidade inerente à doença, que envolve categorias de análise pautadas na origem, dispersão e distribuição do vírus e que se relacionam com a dinâmica espaço-temporal dos sistemas terrestres formando os complexos, tanto pelo prisma de Max. Sorre e seus complexos patogênicos como por intermédio de revisões contemporâneas, como os complexos tecno-patogênico-informacionais propostos por Guimarães (2005).

A COVID-19 é a “ponta de um iceberg” edificado pelas mudanças históricas na relação sociedade↔natureza. O desenrolar da referida pandemia é sustentado por três movimentos fundamentais da transformação dos sistemas ambientais pelas sociedades humanas. O primeiro está ligado à Revolução Industrial do século dezoito, que alterou as relações de trabalho, influenciando na organização de uma sociedade crescentemente urbano-industrial. O segundo se relaciona ao crescimento exponencial da população mundial, sobretudo, no século vinte, ampliando a busca e pressão por recursos naturais para sua manutenção e construção das cidades. E o terceiro se refere à evolução tecnológica e científica que criou potentes aparatos de dominação, controle e alteração de processos naturais desajustando os sistemas ambientais e alterando as relações têporo-espaciais pela conectividade global.

Dos danos antrópicos, Barbault (2011) enfatiza que o homem na biosfera age transformando o ambiente (solo, clima, vegetação), alterando a distribuição das espécies animais e vegetais (destruição, rarefação, propagação e extensão) e ainda modificando as espécies elas mesmas, indiretamente pelos efeitos precedentes, bem como diretamente pela seleção, criação de novas raças e engenharia genética. Tamanho efeito antrópico no meio altera o fluxo energético e funcional dos sistemas naturais, acarretando novas ou distintas respostas ainda não muito bem mensuráveis, mas que compreendem a exumação, criação e\ou mutação de microrganismos que se formam como agentes patológicos para determinados hospedeiros e que podem se transformar em surtos, epidemias e pandemias.

Nas últimas décadas, uma série de ameaças patológicas rondou a sociedade global e se dissipou por múltiplas áreas, ora como surtos, epidemias e até mesmo pandemias. Desde a eclosão da AIDS (1980) que hoje tem distribuição mundial, a sequência de riscos pandêmicos virais perpassou no já contextualizado SARS (2002 a 2004) e na Gripe Aviária (1997 a 2006), ambas com origem e manifestação no sudeste asiático, além da Gripe Suína (2009) com origem no México, o Ebola (2013 e 2016) na África, MERS (2012) no Oriente Médio, sendo todas ligadas às zoonoses, ou seja, doenças que se estabelecem no fluxo de contatos entre microrganismos, animais intermediários e humanos.

A COVID-19, patologia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, integra o trigésimo vírus da família Coronaviridae, bem como o SARS e MERS, os quais são responsáveis por múltiplas doenças que lesam homens e animais acometendo o trato respiratório, a denominada síndrome respiratória

aguda grave. Em seu genoma, uma fita de RNA (ácido ribonucleico) recombinante compõe o SARS-CoV-2 capaz de interagir com diferentes estruturas de DNA gerando mutações e relações agressivas em humanos que podem provocar patologias e conduzir seu hospedeiro a morte (KAZ, 2020). Como aponta Diamond (2008) em sua obra “*Armas, Germes e Aço*”, os microrganismos são um produto da seleção natural tanto quanto nós humanos. Assim, eles buscam a perpetuação encontrando condições ideais para sobrevivência pautadas na fonte de alimentos e reprodução, estabelecendo nichos e habitats em seus hospedeiros. O mesmo autor destaca que muitos dos sintomas de doença na verdade representam os mecanismos pelos quais um micróbio ou microrganismo modifica nossos corpos de modo que sejamos recrutados para sua transmissão. Afinal, a morte do hospedeiro é prejudicial à sua evolução e seleção natural.

O complexo natural do vírus SARS-CoV-2 está relacionado ao habitat do morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*), nas florestas pluviais asiáticas, se estendendo para o Sul e Sudeste da Ásia, alcançando o Oriente Médio até a Europa mediterrânea. Este mamífero voador é um dos principais hospedeiros do SARS e SARS-CoV-2 e tantos outros microrganismos, sendo uma das hipóteses relacionada à transferência do vírus hospedado no morcego para os humanos, embora ainda não haja consenso pleno sobre isso. Diferentes estudos foram e estão sendo realizados desde dezembro de 2019 a fim de afirmar a origem clara da patologia COVID-19, ligada ao vírus SARS-CoV-2, o que deve proporcionar uma delimitação mais precisa do seu complexo patogênico inicial.

De tal modo, no rastreamento filogenético do genoma do vírus, Wu et al. (2020) revelaram que o mesmo se aproximou 89,1% na similaridade do seu nucleotídeo com o grupo do SARS, coronavírus (gênero *Betacoronavirus*) que tem antecedentes de registros virais contidos em morcegos na China. O artigo não afirma o morcego como hospedeiro, mas gera hipóteses que apontam o referido mamífero e ainda sugere outras hipóteses para o contágio a partir de frutos do mar, muito copiosos nos complexos alimentares do sudeste asiático. Recentemente, Boni et al. (2020) mapearam também o genoma do SARS-CoV-2 e conseguiram identificar três momentos de trocas genéticas ao longo dos últimos 70 anos. Sendo assim, os pesquisadores confirmaram que o vírus se hospeda nos morcegos, porém mantém relação harmônica interespecífica em longo tempo, sem gerar corriqueiramente danos patogênicos para os humanos. Para chegar a esta conclusão, os autores compararam o SARS-CoV-2 a outro tipo vírus, o sarcovírus, e conseguiram associar na árvore genealógica um parentesco com o RatG13, vírus encontrado em morcegos na província de Yunnan, China, conforme apontando por Wu et al. (2020). Ambos sugerem que outros hospedeiros possam ser responsáveis pela disseminação do vírus, porém, as relações atuais e pretéritas encaminham a afirmação para uma origem ligada ao hospedeiro principal (o morcego), com transmissão provocada pelo consumo de carnes e pelo contato com suas secreções, semelhante ao que ocorreu com a SARS de 2003. Os morcegos são perigosos para o consumo humano, pois possuem

tolerância a inúmeros microrganismos, incluindo o aludido vírus, sendo hospedeiro ideal para sua evolução e perpetuação.

A despeito do protagonismo anunciado dos morcegos, não se descarta a possibilidade do hospedeiro intermediário ser o pangolim (gênero *Manis*), animal silvestre também aprisionado em lucrativos criatórios. Esse mamífero habita as florestas tropicais da Ásia e África, contando com oito espécies distintas ligadas a família *Manidae*, dentre elas o pangolim chinês (*Manis pentadactyla*). Intensamente traficada pelo uso de suas escamas e consumo de sua carne a partir da venda em mercados, este animal asiático foi considerado em algumas pesquisas como intermediário e possível transmissor para os humanos do SARS-CoV-2 (LAM et al. 2020; LI X, et al. 2020).

Outro candidato a hospedeiro intermediário foi o rato-de-bambu (gênero *Rhizomys*), conhecido como *zhu shu*, cuja taxonomia se organiza em quatro espécies da subfamília *Rhizomyinae*. Trata-se de um roedor valioso no mercado voltado para o consumo de sua carne exótica, podendo atingir 5 kg de peso corporal. Pela suspeita de sua intermediação, em junho de 2020 mais de 1,5 toneladas de ratos de bambu criados em fazendas chinesas foram exterminados a fim de evitar (ainda mais) a proliferação da COVID-19, como aponta Almeida Júnior (2020).

Seja qual for a origem a ser comprovada para a COVID-19, visivelmente se trata de um complexo patogênico emanado das transformações dos complexos naturais e abdução de espécies para o abastecimento de complexos alimentares, tendo como locus primeiro as florestas do sudeste asiático seguido da transferência para o ser humano nos centros consumidores.

Para compreender a dispersão e a não contenção da COVID-19 no território chinês é necessário incluir elementos para além do período em que Max. Sorre formulou sua ideia seminal e interdisciplinar sobre os complexos patogênicos. Guimarães (2005) indica que o conceito de complexo patogênico foi desenvolvido num período de expansão da sociedade urbano-industrial, o que representou transformações ecológicas sem precedentes em termos de fluxos de energia e da dinâmica de ciclos naturais, com enormes consequências ambientais. Porém, no contínuo dos desequilíbrios e incluindo a revolução científica no pós 2ª Guerra, o contexto das relações internacionais de comércio e fluxo de pessoas se tornou muito dinâmico e passível de rearranjos rápidos, o que torna a situação geográfica extremamente fluida (GUIMARÃES et al. 2018). Na esteira dessas emergências e complexidades é que são feitas as releituras das ideias de Max. Sorre para tratar dos problemas da contemporaneidade.

A COVID-19 presumivelmente inicia-se no próprio mercado de Wuhan, em dezembro de 2019, quando chineses começaram a apresentar subitamente a síndrome respiratória aguda severa. Até a passagem de ano, aproximadamente 41 habitantes foram internados, apresentando os mesmos sintomas e presença do vírus SARS-CoV-2. A dispersão da patologia está estreitamente

associada a um modo de vida urbano marcado por aglomerações populacionais. Hoje, perto de 3 bilhões de pessoas residem nas cidades, onde a alta densidade populacional auxilia os contatos diretos e a disseminação das doenças, sobretudo de enfermidades respiratórias virais de elevado potencial transmissivo. Indubitavelmente essa condição possibilitou o boom pandêmico em uma sociedade global, organizada em rede e depositária de quase 8 bilhões de almas ao final da segunda década do século vinte.

A título de comparação, a peste bubônica levou anos entre a sua origem, na China, dispersando por via terrestre em tração animal e barcos à vela, pelo Mediterrâneo, até finalmente chegar em solo europeu. A COVID-19, em alto contraste, foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia em 08 de março de 2020 (ONU, 2020), quando ela foi notificada em 188 países, três meses após a incidência dos primeiros casos ligados à província chinesa.

Entre as grandes pandemias que assolaram a humanidade, o histórico mais recente de outra emergência com proporções intercontinentais tal como a da COVID-19 foi a Gripe Espanhola de 1918, considerada a primeira pandemia globalizada. Sugere-se que a origem da doença provocada pelo vírus influenza (H1N1) tenha sido no estado do Kansas, EUA. Porém, a ampla dispersão e distribuição estão associadas a dois principais fatores: o cenário de guerra vigente (1ª Guerra Mundial) e a conectividade continental mais dinâmica proporcionada por embarcações mais velozes, como barco a vapor. As condições sanitárias precárias, a fragilidade física dos soldados e as aglomerações humanas em núcleos urbanos contribuíram para geração de nichos que beneficiaram a disseminação do vírus Influenza (H1N1). Para o início do século da “era dos extremos”, como defendeu Eric Hobsbawn (1917-2012), o qual aumentava vertiginosamente a população mundial, beirando 2 milhões de habitantes no planeta, a gripe espanhola afetou mais 500 milhões, ou $\frac{1}{4}$ da população. A globalização permitiu com que navios mais ágeis transportassem microrganismos hospedados em homens ou em hospedeiros intermediários, como ratos e pombos, ou ainda embalados em mercadorias.

Porém, a “globalização dos microrganismos” iniciou-se antes mesmo da origem da palavra globalização. Ujvari (2008) defende que com a aviação o mundo veria (e temeria) uma pandemia devido ao período curto em que um doente poderia trafegar pelo mundo. No entanto, ele destaca que a história da globalização das epidemias ocorre de forma despercebida desde o nascimento do *Homo sapiens* na África e perdura até os dias atuais, e que as mudanças no dinamismo pandêmico residem na velocidade da conectividade espacial. De tal modo pode-se dizer que a evolução natural dos hominídeos até o *Homo sapiens* foi marcada pelo contato dos microrganismos que já habitam há mais de 3 bilhões de anos o planeta. A partir da dispersão do homem pelos continentes a partir de África, os microrganismos pegaram carona, e por serem ubíquos possuem adaptabilidade para ocupar grande parte do planeta.

Quando se analisa a distribuição global instantânea da COVID-19 esta se faz pelos intensos fluxos de pessoas e mercadorias, conectados numa sociedade de rede informacional, conforme os pressupostos colocados por Santos (1996). Da eclosão chinesa à distribuição pelo mundo, o vírus manifestou-se em diferentes e concomitantes países, formando, inicialmente, isolados epicentros que se conectaram por transferências regionais. Das rotas aéreas internacionais onde a COVID-19 adentrou os países, gerou-se epicentros espalhados e simultâneos que passaram a distribuir o vírus por diferentes rotas. Da Ásia alastrou-se para Europa e Estados Unidos nos primeiros meses de 2020 e em seguida precipitou na América Latina, África, Oriente Médio e Rússia, sendo a pandemia oficializada pela OMS no mês de março.

O estacionamento de aeronaves nos principais portos mundiais, não impediu que a doença progredisse para os continentes já atingidos. No entanto, as conexões internas por transporte ferroviário e rodoviário, como na Europa que dispõe de trens com alcance superior a 350 km/h da velocidade, juntamente com circulação livre entre países pertencentes à União Europeia, aceleraram a distribuição viral. De tal modo, podemos considerar dois movimentos, o de alcance por dispersão do vírus nos diferentes continentes pelo fluxo aéreo, e a distribuição com exponencial crescimento regional a partir de outros e conectados modais de transporte.

A forma como cada país recebeu e gerenciou a propagação da COVID-19 definiu o maior ou menor alcance em seus territórios e o processo de interiorização do vírus a partir de suas áreas de chegada. A doença, embora globalizada, não se manifesta de forma homogênea. As particularidades locais e as ações governamentais influenciam no número de indivíduos infectados e de conduzidos a óbito.

O cenário ambiental global da atualidade é propício para a emergência de pandemias: constantes desmatamentos, ampliação de monoculturas (*commodities*), avanço da fronteira agropecuária, mineração, produção química e transgênica de alimentos, uso extensivo de defensivos agrícolas, criatórios de animais para atender o vertiginoso mercado humano carnívoro, captura de animais silvestres para domesticação ou consumo de carnes, etc. Associadas a todas as referidas mazelas, o *modus vivendi* urbano, conforme frisado, capilariza com desenvoltura os vírus entre os grupos humanos.

É inequívoco que esse conjunto complexo de ações transformadoras engendra um quadro de vulnerabilidade de forte aderência com a teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck (1944-2015), discutida na obra *“Sociedade de Risco: Rumo a Outra Modernidade”*, que se consubstancia quando os aparatos científicos e tecnológicos criam formas e forças de sobreposição do humano à natureza e que geram, cada vez mais, riscos invisíveis, muitos deles adimensionais para uma realidade de intervenção e danos. Assim, é de se pensar que as alterações nas estruturas dos ecossistemas com a criação de sistemas artificiais, as mudanças genéticas das plantas, as correções e a artificialização das produções, a domesticação de animais silvestres, dentre outras

práticas correntes no Antropoceno, possa gerar como respostas ambientais emergências de novas pandemias, por sinal, previstas como precipitações inexoráveis.

Pandemias: armadilhas nas encruzilhadas dos tempos de mudanças globais

Pandemias eclodem a partir de relações complexas entre o homem e o restante da biota. Não resta dúvida que isso interpõe à Biogeografia Médica um conjunto de conceitos e concepções que muitas vezes a desafiam em verdadeiras encruzilhadas éticas e morais no campo dos valores vigentes na sociedade contemporânea. Se Max. Sorre porventura vivesse nos dias atuais, talvez se lançasse em reflexão acerca dessas encruzilhadas olhando como elas reverberam em valores como liberdade, igualdade e fraternidade, tripé que sustenta o lema máximo da sua pátria. Por que não, dialogaria talvez com Krzysztof Kiéslowski (1941-1996) e sua “Trilogia das Cores” tentando entender o comportamento dos indivíduos e da sociedade quando os aludidos valores são colocados à prova, tal como se estabeleceu com a COVID-19.

A questão espacial e escalar das doenças virais e de quaisquer outras relaciona concepções e conceitos referentes à origem (ou área de origem, propriamente), migração, invasão, mortalidade, etc. Uma vez pensado por um viés naturalista, o vírus surge em uma área e invade outras áreas e regiões do planeta, podendo consubstanciar epidemias e pandemias. Nesse balaio de conceitos, a ecologia de populações armazena em seu arcabouço terminológico muitos termos análogos aos trabalhados no campo da demografia, como natalidade, mortalidade, migração, crescimento, invasão, etc. Epígrafes idênticas com fortes analogias funcionais, mas que explicam fenômenos distintos, uma vez que se referem diferencialmente a populações humanas e não humanas.

A convergência terminológica partilhada entre áreas que estudam as populações ecológicas e humanas tem sido objeto de crítica por autores como Brown e Sax (2004) e Ladle et al. (2014). No campo da biologia de invasões, os autores argumentam que essa confluência de linguagem é muito aderente a alguns termos subjacentes aos discursos de xenofobia e nacionalismo, pautados no pérfido ideário de que o invasor, o estrangeiro, aquele que vem de fora por migração, é inferior ao nativo e prejudicial à sua permanência e prosperidade. Tal raciocínio pode ser válido (ainda que nem sempre o seja) no conjunto das relações ecológicas, mas é seguramente desprovido de fundamento científico e moral quando racionalizado para grupos humanos; quando isso ocorre, o discurso atinge a fronteira da barbárie.

Nesse enredamento de conceitos e significados, o vírus emerge então como entidade invasora, dispersada pelo homem a partir de sua área de origem, e é justamente nesse movimento que ele, o vírus, se humaniza e se pessoaliza em um estereotipado “vírus chinês”. É de forma incômoda que tais termos se conjuntem e favorecem uma reação xenófoba coletiva (ainda que

parcial) que leva ao pesaroso erro crasso de eleger um culpado comum como forma de expurgo ao fracasso anunciado, tanto no que diz respeito ao combate à rede de transmissão como no que se refere às políticas públicas de cunho sanitário, hospitalar e econômico, muitas vezes incapazes de conjugar ciência, política e logística para enfrentar a emergência súbita que é a pandemia. Assim foi durante a assoladora sífilis no século dezenove e início do século vinte, que segundo Ujvari (2020) era nominada pelos napolitanos como “doença francesa” e taxada pelos franceses, por sua vez, como “doença espanhola”; a Espanha, fechando um circuito inócuo de desinformação, devolvia sob a alcunha de “doença napolitana”.

Podemos considerar que a história não se repete, sem o direito, entretanto, de ignorar que desinformações dessa estirpe persistem e se retroalimentam conforme a ordem do dia, contribuindo sobremaneira com desfechos trágicos no quadro pandêmico em voga. A simplificação e até a banalização dessas grandes emergências se colocam de forma antipodal à complexidade a elas inerente, uma recalitrância intelectual (e, por que não, moral) que não deixa de ser previsível diante de uma ruptura que desafia o pensamento linear. É nesse movimento que as pandemias provocam homens e mulheres a escolhas individuais e coletivas, embora o enfrentamento correto da problemática não admita desvios em relação àquilo que pode ser contido em uma raia central cientificamente delimitada. Arbítrios dualizados entre o adesismo e o negacionismo interseccionam a linha das vidas em caminhos que flutuam entre vacinas e panaceias, enfrentamentos e omissões, condescendências e austeridades, racionalizações científicas e devaneios cacofônicos.

Considerar uma emergência pandêmica a luz da Biogeografia Médica discutida a partir da noção de sistemas complexos implica em refutar qualquer humanização simplória do vírus que a originou. Conforme fora defendido no corpo do presente texto, pandemias são emergências que se inscrevem na organização complexa de Gaia em movimentos interescares que fundem diversas histórias ambientais e relações sociedade↔natureza processadas em diferentes grupos humanos. Os complexos alimentares\patogênicos fundados em Guandong e Wuhan efetivamente não se encerram na China quando se olha para sua rede de relações. Ujvari (2011) descreve uma cadeia complexa de fornecimento de animais de caça provenientes de diversos países: macacos da Índia e Bangladesh; cobras e lagartos da Tailândia e Laos; primatas, tartarugas, cobras, pangolins e civetas do Vietnã. Inúmeros países, incluindo o Brasil, praticam a caça e consomem a carne de animais silvestres de forma legalizada ou por vias clandestinas, além de possuírem políticas ambientais nem sempre compatíveis com as demandas desafiadoras e delicadas que avultam em um contexto de mudanças globais. Dessa maneira, uma vez indevidamente humanizado, o vírus a ser combatido e controlado tende a ser politizado e sub-repticiamente manejado para práticas necropolíticas e para a negação oportuna e renitente das mudanças em curso no planeta, a despeito do que apontam as evidências científicas baseadas em dados cada vez mais precisos e absolutos.

As pandemias são emergências que eclodem a partir de uma determinada história ambiental, mas que interceptam diferentes histórias ambientais durante sua expansão, forjando um fenômeno de escala temporal relativamente curta que penetra transversalmente nos complexos espaciais sobrepostos e interpenetrados ao longo do tempo. Podem ser interpretadas como manifestações de breve lapso temporal, relativamente efêmeras no tempo histórico, mas que necessariamente engendram mudanças praticamente inevitáveis por configurarem ebulições não habituais nas relações permanentes de continuum e ruptura que perfazem a história da Terra, da biota, da humanidade e do Cosmos. Avultam como uma convulsão sistêmica de Gaia em repúdio à transformação histórica de seus complexos naturais e à falência dos pactos civilizatórios que acompanham o aumento do populismo nacionalista, da espoliação humana e da fome endêmica. Tal convulsão pode ser um impulso de catálise para que a humanidade tenha despertada, enfim, uma *reação intuitiva e instintiva de que Gaia está em perigo* (sic), termos de Lovelock (2006), para quem os micro-organismos nunca foram suficientemente enfatizados, normalmente relegados em segundo plano na interpretação sistêmica da biosfera.

Ao longo da presente exposição argumentou-se o quão inequívoco é o fato de que a emergência pandêmica se consubstancia em relações complexas e interescares, articulando os complexos locais e regionais à grandeza do sistema Terra. O significado maior de uma pandemia tem nexos nos sistemas complexos e se adéqua a uma visão de mundo evolucionária que por princípio rejeita a simplificação, um dos pilares que sustentam as verbalizações de negacionismo raso, não raro comunicadas em tresloucados discursos antievolutivos e anticientíficos. Crivelmente, uma ‘era de extremos’ se resignifica a partir de divisões trinchadas em sistemas informacionais cada vez mais complexos e impulsionadas pelas incontáveis informações falsas e distorcidas que aquilatam os juízos individuais sobre os fatos e reverberam nas relações coletivas. Mais uma vez, a tal justiça histórica não interpõe um alento real para a perseverança científica e para a luta e resiliência do povo, até porque, cumpre lembrar, para aqueles que negam fatos muitas vezes a história é outra.

Referências

- ALMEIDA JUNIOR, A. China enterra 16 toneladas de ratos usados para o consumo humano. *Revista Eletrônica Metrópoles*. Junho, 2020. Disponível em <https://www.metropoles.com/mundo/covid-19-china-enterra-16-tonelada-de-ratos-usados-para-consumo-humano>. Acesso em: 29/09/2020.
- BARBAULT, R. *Ecologia Geral: estrutura e funcionamento da biosfera*. Petrópolis. Editora Vozes, 2011. 444p.
- BECK U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2010. 368 p.
- BONI, M. F. LEMEY, P.; JUANG, X.; LAM, T.; PERRY, B.W. Evolutionary origins of the SARS-CoV-2 Sarbecovirus lineage responsible for the COVID-19 pandemic. *Nature Microbiology*. 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1038/s41564-020-0771-4>. Acesso em: 20/09/2020.

BROWN, J. H.; SAX, D. F. An essay on some topics concerning invasive species. **Austral Ecology**, v. 29, p. 530-536, 2004.

CASTRO, J. A. **Homens e Carangueijos**. 2° ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968. 177p.

_____ **Geopolítica da Fome** (1° vol.) 8° ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968. 210p.

_____ **Geopolítica da Fome** (2° vol.) 8° ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968. 463p.

_____ **Geografia da Fome**. 11° ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969. 334p.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484p.

DIAMOND, J. **Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record. 2008. 472p.

FERREIRA, M. U. Epidemiologia e Geografia: o complexo patogênico de M. Sorre. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 7, n. 6, p. 301-309, 1991.

FORATTINI, O. P. **Epidemiologia geral**. São Paulo: Artes Médicas, 1980. 259p.

GEORGE, P. Perspectives de recherche pour la geographie des maladies. **Annales de Geographie**, v. 87, n. 484, p. 641-650, 1978.

GOUDIE, A. S. The integration of human and physical geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 11, n. 4, p. 454-458, 1986.

_____ The integration of Human and Physical Geography revisited. **Journal of Canadian Geography**, v. 6, n. 1, p. 19-27, 2017.

_____ ; VILES, H. **Geomorphology in the Anthropocene**. Cambridge: Cambridge University Press. 2016. 380p.

GUIMARÃES, R. B. Do Complexo Patogênico ao complexo técnico-patogênico-informacional. In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. **Anais...** Fortaleza 2005.

_____ ; CATÃO, R. C.; CASAGRANDE, B. Raciocínio Geográfico e os Complexos Patogênicos atuais: análise comparativa da Dengue e da Leishmaniose Tegumentar Americana. *Confins*, v. 37, P. 1-25, 2018.

KAZ, R. Tempos da peste - Uma biografia improvável. *Piauí*. Edição 164 | maio_2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/uma-biografia-improvavel/> acesso em 31/05/2020.

LADLE, R. J.; JEPSON, P.; GILLSON, L. Valores sociais e Biogeografia da Conservação. (2014). In: LADLE, R. L.; WHITTAKER, R. J. *Biogeografia e preservação ambiental*. São Paulo: Andrei Editora: 39-71

LAM, T. T. Y. JIA, N.; ZHANG, Y.; SHUM, M.H.; JIANG, J.; ZHU, H.; TONG, Y.; SHI, Y.; NI, X.; LIAO, Y., LI, W.; JIANG, B.; WEI, W.; YUAN, T. ZHENG, K.; CUI, X.; LI, J.; PEI, G.; QIANG, X.; CHEUNG, W.Y.; LI, L.; SUN, F.; QIN, S.; HUANG, J.; LEUNG, G.M.; HOLMES, E.C.; HU, Y.; GUAN, Y.; CAO, W. Identifying SARS-CoV-2-related coronaviruses in Malayan pangolins. *Nature*, v.583, p. 282-285, 2020.

LI, X. WEI, W.; ZHAO, X.; ZAI, J.; ZHAO, O.; LI, Y.; CHAILLON, A. Transmission dynamics and evolutionary history of 2019-nCoV. *Journal of Medical Virology*. v. 92, n. 5, p. 501-511, 2020.

LOVELOCK, J. *A vingança de Gaia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006. 159p.

MOREIRA, R. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias*. São Paulo: Contexto, 2008. 190p.

MORIN, E. *O Método 1: a natureza da natureza*. Lisboa: Publicações Europa-América Ltda. 1977.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS/WHO. OMS declara Pandemia de Covid-19 (2020). Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 15/05/2020.

PICKENHAYN, J. A.; BORGES, R. G.; LIMA, S. C. Estrategias espaciales de los complejos patógenos del presente. *Estudios Socio-territoriales*, Tandil, UNCPBA, 2006.

PRIGOGINE, I. *As Leis do Caos*. São Paulo: ed. UNESP, 2002. 109p.

SILVA, G. P. T.; GUIMARÃES, R. B. Introdução ao complexo tecno-patogênico-informacional da doença de Chagas no Pontal do Paranapanema. In: II INTERNATIONAL CONGRESS OF GEOGRAPHY HEALTH/IV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA DA SAÚDE. *Anais...* Uberlândia, 2009.

SORRE, M. *Les Fondaments de la Geographie Humaine*. Tomo I. Paris: Armand Colin, 1951. 448p.

_____ *Fundamentos biológicos de la Geografía Humana*. Barcelona: Editorial Juventud, 1955. 337p.

TRICART, J. *La Tierra, planeta viviente*. Madrid: Akal Editor, 1981. 171p.

UJVARI, S. C. A história da disseminação dos microrganismos. Dossiê epidemias. **Estudos avançados**. v. 22, n. 64, P. 171-183, 2008.

_____ **Pandemias: a humanidade em risco**. São Paulo: Contexto, 2011. 210p.

_____ **A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos**. 2° Ed. São Paulo: Contexto, 2020. 202p.

VERNADSKY, V. I. **La biosfera**. Nalvacarnero: Madrid, 1997. 218p.

WU, F.; ZHAO, S.; YU, B.; CHEN, Y.; WANG, W., SONG, Z.; HU, Y. TAO, Z.; TIAN, J.; PEI, Y.; YUAN, M.; ZHANG, Y.; DAI, F.; LIU, Y.; WANG, Q.; ZHENG, J.; XU, L.; HOLMES, E.C.; ZHANG, Y.. A new coronavirus associated with human respiratory disease in China. **Nature**, v.579, p. 265-284, 2020.

O olhar da Biogeografia sobre a questão da pandemia

Pedro Sousa Silva de Paula Ribeiro
meioambientepedro@gmail.com

Introdução

A ciência busca compreender a natureza, suas condições físicas, as ocupações e relações entre as espécies de vidas existentes no espaço geográfico; e remete os desafios que as distintas áreas do conhecimento encontram ao investigar as questões socioambientais do planeta.

O fator humano exerce uma pressão constante no meio ambiente para satisfazer sua demanda crescente por recursos naturais. Assim, pode-se afirmar que o homem é uma espécie com alto poder de transformação nos habitats naturais que resulta em alterações significativas nas paisagens primitivas e conseqüentemente na biodiversidade em geral.

A Biogeografia surge como alternativa a investigação das formas de vida existentes em cada região, sua distribuição e relação entre o fator antrópico e o meio ambiente. Desta forma, emerge como parte da ciência geográfica capaz de inferir sobre os impactos da sociedade nos ecossistemas naturais e a consequência no arranjo espacial das espécies.

O crescimento populacional e as constantes intervenções humanas geram degradações ambientais, que podem oferecer o risco de extinção de algumas espécies ou ainda promover a proliferação e dispersão daquelas que encontram os ambientes favoráveis à sua colonização. Nesta circunstância, o desequilíbrio natural afeta diretamente o homem, como por exemplo, o surgimento ou descoberta de novos microrganismos capazes de causar doenças.

No ano de 2020, o Sars-Cov-2 (Corona Vírus) que surgiu na China, rapidamente se espalhou pelos continentes, elevando o status de uma doença local para um quadro de pandemia e assim alterando significativamente o estilo de vida em todo planeta e causando milhares de mortes.

Um ser microscópico gerou profundos impactos na economia global, nas relações entre as pessoas e os países, nas tomadas de decisões governamentais; colocando em risco a própria existência humana e questionando o limite de poder que o homem pode exercer sobre a natureza e as outras formas de vidas existentes.

Rapidamente, as autoridades se manifestaram e passaram a buscar respostas que auxiliem no combate a essa doença objetivando resultados benéficos ao ser humano.

Entretanto, a luta contra o Corona Vírus, não se limita apenas em encontrar uma vacina eficaz, mas também procura respostas como a origem do vírus, seu comportamento, os danos ao ser humano, sua distribuição e dispersão no espaço, regiões mais afetadas e quais fatores contribuem ou dificultem a proliferação do patógeno. Um panorama holístico para que cada área do conhecimento possa auxiliar na solução de um problema tão complexo.

Assim, a ciência geográfica também pode contribuir para melhorar a qualidade de vida das populações diante das relações entre a sociedade e a natureza. Essa dinâmica, somado a globalização e as respostas dos ambientes naturais às comunidades humanas, traz para este trabalho um olhar biogeográfico sobre o tema da pandemia.

Epistemologia da Biogeografia e a perspectiva de aproximação entre as geografias físicas e humanas

A Biogeografia estuda a distribuição das espécies animais e vegetais, que fortemente influenciadas pela ação humana, confere-lhe um caráter ambiental dentro da geografia.

A abordagem sobre o meio ambiente e sua complexidade, trás um foco interdisciplinar, que mantém relação com outras áreas como a Biologia, Ecologia, Engenharia, Geologia e também da Medicina, pois a relação entre as diversas formas de vidas existentes e sua disseminação podem trazer consequências à saúde humana.

Acrescentada à complexidade desta temática, observa-se a segregação por alguns pesquisadores da ciência geográfica numa segregação de uma abordagem física ou humana. Isso faz com que a Biogeografia ainda encontre alguns desafios quanto o aporte técnico e de conceitos sinérgicos para uma metodologia definida, abrindo diferentes perspectivas para pesquisa em geografia, principalmente aquelas de cunho ambiental.

Hassler, 2005, desponta a figura do biólogo e geógrafo Alexandre Von Humboldt como 'pioneiro da ecologia moderna', pois direcionou esforços para interpretação das relações entre os seres vivos e seu habitat. Segundo Vitte e Silveira, 2010, a geografia física surge como uma premissa das reflexões de Humboldt diante de uma nova explicação metafísica sobre a superfície da Terra dando o princípio da abordagem geográfica especialista.

Na década de 1950, Bertalanffy preconiza uma abordagem sistêmica como complemento ao pensamento cartesiano que nem sempre conseguia explicar a realidade como um todo. A abordagem sistêmica suporta mais adiante o apoio aos estudos de geossistemas com o pesquisador Sotchava (1977) que o define como o 'potencial ecológico de determinado espaço no qual há uma exploração biológica, podendo influir fatores sociais e econômicos na estrutura e expressão espacial'.

Ao longo dos anos, tal paradigma propostos por pesquisadores que foram percussores de uma abordagem física da geografia, colaboraram também para um distanciamento dos fatores humanos que muitas vezes influenciam as alterações das paisagens ora objeto de seus estudos, favorecendo a dicotomia entre a geografia física e humana.

Algumas críticas epistemológicas, como aponta Moreira, 2006, ao analisar que os problemas que cercam a geografia moderna trazendo a tona, as críticas dos conceitos de natureza, homem e economia na geografia. O mesmo autor, 2013, destaca que conhecer a natureza e as leis do

movimento da formação econômica-social por intermédio do espaço se constitui como o objeto da geografia.

Para Vargas e Lawall (2020), a base epistemológica da ciência biogeográfica tem como enfoque a espécie humana como integrante de uma biocenose, ao mesmo tempo em que é agente antrópico, e também modifica e interfere na dinâmica das paisagens.

O fato de o ser humano pertencer à natureza e que esta tenha sido absorvida de forma crescente pelas diversas manifestações da cultura dessa espécie protagonista e transformadora, dificulta a harmonização entre as atividades humanas e os ciclos naturais. De qualquer forma, a ação humana e sua consequência no espaço, traz a geografia o seu campo de estudo.

Tal subordinação às ciências da natureza tem acarretado um sério prejuízo epistemológico à Biogeografia, devido à ausência de um debate interno capaz de fazer frente às necessidades da ciência geográfica em compreender a complexidade de uma natureza transformada no ritmo histórico de apropriação do espaço pela sociedade. Logicamente que o ensaio deste reencontro da Biogeografia com um estatuto teórico nitidamente geográfico reflete a busca para solução e problemas onde a natureza e a sociedade aparecem cada vez mais inter-relacionadas (FIGUEIRÓ, 2012).

Conhecer as características físicas de um ecossistema e parte das relações que existem na vida selvagem daquele lugar; pode ser o primeiro passo para um diagnóstico ambiental que ofereça subsídio a uma interferência mais harmônica do homem nos ambientes naturais.

Por outro lado, as constantes transformações que comprometem o equilíbrio natural, também pode desencadear o surgimento de doenças.

Diante disso, Marques Neto, 2020, remete a Max Sorre em seu paradigma da complexidade que traz as epidemias e pandemias, como reflexos das modificações históricas do homem nas dinâmicas funcionais das paisagens. Estas são amplificadas no antropoceno na medida em que os complexos tecnológicos ganham intensidade na evolução terrestre. E lembra que Max Sorre trabalhava a ideia dos complexos, garantindo a emergência de outros níveis de complexidade do espaço geográfico que naquela época não fazia distinção entre geografia física e humana.

Essa concepção suportada no complexo da ecologia humana, atualmente pode ser observada no fluxo mais acelerado de mobilidade do homem no espaço devido à globalização e ao desenvolvimento dos meios tecnológicos, como os aviões, favorecendo a disseminação do vírus no planeta.

Por meio da observação de parâmetros ambientais físicos, como as regiões afetadas pelo surto pandêmico, ao comportamento do homem como hospedeiro do patógeno se deslocando no espaço, percebe-se que a disseminação da doença causada por um organismo vivo apresenta forte relação com as manifestações da sociedade humana.

Diante disso, percebe-se um campo fértil de estudo a ser explorado pela Biogeografia e quem sabe como disciplina convergente das áreas físicas e humanas dentro da ciência geográfica.

Áreas protegidas: o ser humano e os impactos na vida selvagem do planeta

O crescimento populacional e seu estilo de vida contemporâneo; tem afastado cada vez mais o ser humano de sua essência como animal em equilíbrio com demais espécies da Terra. Adaptada aos diversos ambientes, o homem possui capacidade extraordinária de colonizar as mais variadas e inóspitas regiões do planeta com sua adaptabilidade, o que o difere significativamente das outras espécies.

Para Murara, 2016, o surgimento das análises biogeográficas surge com Humboldt (1769-1859), no qual a Biogeografia ganhará forma acadêmica sob o enfoque ecológico/naturalista.

Sua demanda crescente por alimento e recursos naturais são alguns dos fatores de pressão antrópica ao meio ambiente. Soma aos processos de alterações da paisagem a concentração da maior parte da população nos ambientes urbanos, dificultando o equilíbrio natural destes espaços.

Por outro lado, ao modificar drasticamente o meio ambiente, coloca em risco a existência de outras espécies e a própria qualidade de vida da população humana.

A intensificação da degradação da superfície terrestre em decorrência das atividades humanas ameaça a qualidade de vida de 2/5 da população do planeta, e pode causar a extinção de espécies, intensificando as mudanças climáticas. É também um dos principais vetores para as migrações humanas em massa e para o aumento dos conflitos. Estas são as principais conclusões do Diagnóstico sobre Degradação e Restauração da Terra, aprovado durante a Sexta Plenária da Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES), realizado em Medellín, na Colômbia. O documento é fruto de estudos que reuniram mais de 100 especialistas de cerca de 45 países durante três anos. (CASTRO, 2018).

A perda da biodiversidade num ritmo alarmante ultrapassa o processo evolutivo natural que poderia selecionar aquelas mais aptas à sobrevivência como observado ao longo da história, pois não é um processo natural, mas resultado das constantes e predatórias intervenções do homem.

Não só a extinção, mas também as alterações nas distribuições de espécies silvestres podem ocorrer; como adaptação climática a reprodução ou resposta a perda dos habitats originais. E mais uma vez o homem pode interferir nesta distribuição natural ao selecionar ou transportar aquelas de seu interesse particular.

Os resultados deste desordenamento espacial das espécies, podem ser catastróficos ao ser humano, pois a proliferação de algumas espécies exóticas, gera prejuízos econômicos e ainda pode afetar a saúde pública. Em outros casos, são estabelecidas harmonicamente em seu novo habitat com as espécies nativas.

		
<p>Figura 01: Pardal (<i>Passer domesticus</i>). Vindo da Europa com os colonizadores, é encontrada principalmente em ambientes alterados e urbanos no Brasil.</p>	<p>Figura 02: Bico-de-lacre (<i>Estrilda astrild</i>). Originária da África estabeleceu no Brasil sem danos aparentes as espécies nativas.</p>	<p>Figura 03: Andorina (<i>Notiochelidon sp.</i>). Espécie naturalmente migratória pelo espaço geográfico.</p>
		
<p>Figura 04: Porcos asselvajados (<i>Sus scrofa domesticus</i>). Resultado do cruzamento do javali europeu solto na natureza com porcos domésticos, que se espalhou nos ambientes do mundo e causam prejuízos a agricultores e a fauna silvestre.</p>	<p>Figura 05: Impacto em Área de Preservação Permanente (APP) na urbanização em Alfenas - MG, com introdução de espécies exóticas ornamentais (gramíneas). Ao fundo, plantio de <i>Eucalyptus sp.</i> (originária da Austrália), para fins econômicos no suprimento de madeira.</p>	<p>Figura 06: Estrutura do Corona Vírus, microorganismo que causou uma pandemia na população humana Fonte: OPAS (Organização Pan-americana da Saúde).</p>

Uma das estratégias adotadas para conservação da vida selvagem; são a implantação de áreas legalmente protegidas e que de certa forma criam restrições de uso e ocupação por parte do homem objetivando resguardar os atributos naturais físicos e a perpetuação das espécies silvestres. “Trata-se de entender como a especulação científica, apreciação estética e preocupações de caráter ético se fundem como o intuito de garantir a conservação da natureza e, mas especificamente a preservação das espécies, ecossistemas e *pools* genéticos” (FRANCO, 2013).

A proteção destes espaços não beneficia apenas a fauna e flora, mas também a própria espécie humana, pois protege recursos estratégicos como mananciais de água e ainda podem gerar enormes benefícios econômicos como o turismo ou social, pelo valor estético e paisagístico dos ambientes que sustentam a própria essência humana como parte de um ecossistema vivo.

Exemplos de áreas protegidas podem estar nas diversas categorias de Unidades de Conservação conforme abordada pelo SNUC, 2000. Ou ainda as restrições de uso em propriedades particulares e públicas, como reservas legais e Áreas de Preservação Permanente (APP) abordados no código florestal brasileiro instituído pela lei federal 12651 de 2012.

Ironicamente, a conservação da natureza precisou de instrumentos legais de proteção criados pelo homem para inibir a destruição completa dos espaços naturais causados pela sua própria espécie. Na ânsia de ocupar e explorar o máximo de recursos disponíveis em curto prazo de tempo, algumas medidas foram necessárias para tentar remediar a situação. Assim, o ser humano vem buscado respostas frente aos seus impactos e com isso protegendo ecossistemas naturais estratégicos para conservação da vida e disponibilizando recursos de forma sustentável.

Impor limites à sociedade ou ao homem como ser individual, no que tange ao uso e ocupação dos espaços, não é tarefa simples, pois envolve vários fatores, que vão desde o interesse econômico até a susceptibilidade social das classes desfavorecidas que buscam se estabelecer de alguma forma no espaço e às vezes, se concentram em áreas destinadas a conservação da natureza.

Segundo Loyola, 2016; estima-se que existam aproximadamente de 3 a 5 milhões de espécies no planeta, das quais 1,5 milhão foram descritas e catalogadas. Observa-se uma lacuna sobre a biodiversidade do planeta, e muitas destas podem desaparecer sem ao menos ser conhecida pela ciência. Isso compromete também os benefícios que o próprio ser humano pode ainda se beneficiar dessa diversidade, como a descoberta de espécies com potencial farmacêutico ou alimentício.

A globalização da era contemporânea, onde o fluxo de pessoas e mercadorias é uma realidade e nem sempre o espaço de uma determinada região está restrito a atender as demandas de sua população local, faz com que alguns pontos se tornem meros espaços produtores de uma demanda externa. Assim, torna-se necessário que as medidas protetivas de espaços naturais sejam expandidas conforme as peculiaridades de cada ambiente. Os biomas trazem consigo a referência do recorte espacial que procura homogeneizar as características paisagísticas de uma determinada região. De forma que nenhum ambiente do globo é idêntico entre si e a proteção ambiental deve ser abordada numa escala global e também com respeito à diversidade cultural das populações humanas ali existentes.

Por outro lado, a demanda por alimentos e recursos naturais, também se torna um exponencial que acompanha a expansão humana, em quantidade e área ocupada. Consequentemente, o avanço sobre áreas naturais e constantes transformações para expansão agrícola, pode ocasionar o desequilíbrio entre alguns elementos vivos nos diversos ecossistemas existentes.

Chama atenção neste caso a região Amazônica brasileira, não apenas como uma floresta exuberante, mas também como uma nova fronteira agrícola a ser explorada pra suprir a demanda mundial de alimentos. O uso e a forma de ocupar essa área pode impulsionar a economia nacional, mas de forma errônea, também trazer sérias consequências oriundas do desequilíbrio proporcionado pela alteração drástica no uso e ocupação do solo para produção extensiva de alimentos que nem sempre atende a aptidão daquele solo.

A questão ambiental em geral é um tema que vem ganhando destaque na sociedade humana e na comunidade científica, e que a partir de um objetivo comum deve promover a ocupação de forma ordenada dos espaços geográficos e o devido respeito às demais formas de vida existentes. Sendo assim, estará almejando o equilíbrio necessário aos processos ecológicos e a sua própria conservação ao longo das futuras gerações.

Impactos sociais da pandemia e sua relação com espaço geográfico

A intensificação das atividades antrópicas na natureza e suas alterações, vem causando degradações e profundas mudanças que comprometem a qualidade de vida dos seres humanos. Assim, o impacto nas espécies vivas do planeta são uma realidade e o homem não está imune aos danos de suas ações.

Em 31 de dezembro de 2019, o governo chinês chama atenção do mundo sobre o surto de uma nova doença que surgira na região de Wuhan. Era o Sars-Cov-2; o novo Corona Vírus (COVID-19). Em 11 de março de 2020, a COVID-19 é declarada pela Organização Mundial da Saúde como uma pandemia e já se espalhava pelo mundo. De acordo com dados da Organização Pan-Americana da Saúde, até 09 de outubro de 2020, a pandemia já contaminou 36.361.054 pessoas no planeta e causou a morte de 1.056.186 vítimas. Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou naquela ocasião que a mudança de classificação não se deve à gravidade da doença até então, e sim à disseminação geográfica rápida que o Covid-19 tem apresentado.

Em toda análise biogeográfica, qualquer que seja o enfoque teórico que se adote e qualquer que seja o objetivo específico, o foco é sempre a área de distribuição (ZUNINO e ZULLINE, 2003). Seguindo esta linha de pensamento; a Biogeografia também pode dar a sua devida atenção aos microorganismos e suas consequências espaciais aos seres humanos.

Segundo Vargas e Lawall, 2020, a origem do Corona Vírus possivelmente foi identificado a partir do morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) como transmissor primário e perigosos para consumo humano, pois possuem tolerância natural ao vírus, mas nocivos a outros animais e humanos. Apesar da origem ainda não comprovada, especulou-se ainda sobre uma possível produção artificial do Corona Vírus. Em algumas ocasiões, o uso do termo “vírus chinês”, caracteriza de certa forma a manifestação de caráter xenófobo a questão.

O contato entre os distintos povos; pode agravar a crise causada pela pandemia, na medida em que a resistência natural das comunidades apresente comportamentos distintos em relação a determinadas doenças, além do acesso aos recursos da saúde que não iguais em todas as regiões.

Por exemplo, como aponta relatório do Ministério da Saúde, 2020, as condições sociodemográficas e sanitárias das populações indígenas brasileiras têm sido evidenciadas como vulnerável à pandemia do Corona Vírus.

Outra questão direciona atenção à espacialidade dos ambientes urbanos e rurais, de forma que adensamento populacional daquele pode contribuir de maneira mais aguçada para disseminação da doença enquanto comunidades mais isoladas tendem a maior proteção pela chegada do vírus. Entretanto, ao se dispersar, a doença acaba sendo mais prejudicial para as comunidades mais carentes, que não terão o ideal atendimento médico adequado para trata-la.

O tráfego constante de pessoas pelos continentes fora favorecido pela modernização dos meios de transportes, como os aviões e os automóveis cada vez mais acessíveis a população. Se por um lado, a globalização e a tecnologia colaboram para a mobilidade humana, tais fatores também podem acelerar a propagação de doenças que tem o ser humano como hospedeiro do patógeno. Tal dispersão pode favorecer a propagação da doença, de forma que as barreiras naturais como o relevo, não ofereçam barreiras físicas satisfatórias à disseminação e consequente dispersão do vírus, pois o homem transita entre os diversos ambientes.

Assim, a adoção de políticas públicas de isolamento social tem sido uma das alternativas ao combate da pandemia, embora contraditória entre a opinião pública e os próprios governantes que deveriam estar alinhados neste tema. Nesta circunstância, outro problema ressurgiu, pois, o fator econômico também limita as classes que podem adotar um isolamento mais eficiente, em detrimento às populações mais pobres que precisam trabalhar para garantir recursos básicos à sobrevivência como alimentos e contas básicas como aluguel, luz e água e assim estariam se expondo mais.

Reflete-se que o fator social e a forma em que as populações estão distribuídas no espaço, exercem forte influência na disseminação da doença.

Considerações Finais

A relação do homem com a natureza, muitas vezes de forma predatória, compromete o equilíbrio natural dos ecossistemas e pode desencadear o surgimento de novas doenças a partir de outros organismos até então desconhecidos. Tais evidências coloca em risco a própria existência humana como espécie viva.

Percebe-se que o surto de uma pandemia provoca profundas mudanças no arranjo social e no comportamento humano, de forma que o arranjo espacial das comunidades são um dos fatores a ser considerados neste contexto.

Desta forma, a resposta das diversas áreas da ciência deve ser direcionada no enfrentamento do problema, colocando o conhecimento científico a favor sobrevivência do homem no tempo e no espaço. Portanto, destaca a Biogeografia, como uma área da ciência geográfica capaz de fomentar a busca de conhecimento e contribuir com o combate a pandemia.

Referências

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973.

BRASIL. Lei Federal 9985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília - DF. 2000.

BRASIL. Lei Federal 12651 que institui o Código Florestal Brasileiro. Brasília - DF. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Risco de espalhamento da COVID-19 em populações indígenas: considerações preliminares sobre vulnerabilidade geográfica e sociodemográfica. Brasília. 2020.

CASTRO, P. D. Cientistas alertam para risco de extinção em massa de espécies. **Jornal da UNICAMP**. Disponível em <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias>. Acesso em 05 de out. 2020.

FIGUEIRÓ, A. S. Diversidade Geo-Bio-Sociocultural: a Biogeografia em busca de seus conceitos. **Revista Geonorte**. P.57-77, 2012.

FRANCO, J. L. A. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da *wilderness* à conservação da biodiversidade. História. São Paulo. 2013.

HASSLER, M. A. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia. 2005.

IBGE. Projeções e estimativa da população do Brasil e das Unidades da Federação. IBGE. Disponível em <http://ibge.gov.br/apps/população/projeção>

LOWENBERG, P; LOYOLA, R. Biogeografia da Conservação. In. Carvalho e Almeida, Capítulo 11. 2015.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Editora contexto, 2006.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. Editora contexto, pp 63. São Paulo. 2013.

VITTE, A. C.; SILVEIRA, R.W.D. Considerações sobre os conceitos de natureza, espaço e morfologia em Alexander Von Humboldt e a Gênese da Geografia Física Moderna. **GEOUSP**. São Paulo, nº 27, pp. 77-94, 2010.

VARGAS, K. B.; LAWALL, S. Reflexões Biogeográficas acerca da origem, hipóteses, dispersão e distribuição dos Sars-CoV-2 (Corona Vírus). **Geografia Ensino e Pesquisa**. Santa Maria, 2020.

Organização Mundial da Saúde declara pandemia do novo Corona Vírus. UNA-SUS, 2020. Disponível em <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus> Acesso em 09 de out. de 2020

MARQUES NETO, R. **Pandemias sob os Olhares da Biogeografia: Perspectiva de Aproximação entre a Geografia Física e a Geografia Humana**. Colóquios Geográficos do PPGE UNIFAL-MG. Disponível em www.youtube.com/watch?v=jvIEIH5EfsE Acesso em 12 de set. de 2020.

MURARA, P. Caminhos da Biogeografia. **Revista Caminhos de Geografia**. Uberlândia. 2016.

SOTCHAVA, V. B. O estudo de Geossistemas. **Métodos em Questão**. São Paulo: USP/IG,1977, N.16.

UJVARI, S.C. **A história da humanidade contada pelos vírus - Bactérias, Parasitas e Outros Microorganismos**. Blog da Editora Contexto. São Paulo, 2012. Disponível em <http://blog.editoracontexto.com,br/história-da-humanidade-contada-pelos-virus> . Acesso em 30 de set. de 2020.

ZUNINO, M.; ZULLINE, A. **Biogeografía: La dimensión espacial de la evolución.** Casa Editrice Ambrosiana. 2003.

SOBRE OS AUTORES

ADRIANO PEREIRA SANTOS

Graduado em Ciências Sociais e Doutor em Sociologia. Atualmente é professor adjunto do curso de Ciências Sociais na UNIFAL-MG. Atua em pesquisas na área da sociologia do trabalho, sociologia rural e sociologia ambiental.

ALEXANDRE ELIAS DE MIRANDA TEODORO

Graduado em Geografia Bacharelado UNIFAL-MG. Tem experiência na área de Geografia Humana onde trabalhou com História do Pensamento Geográfico, Geografia Agrária e Geografia Cultural. Participa do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) da UNIFAL - MG. Atualmente cursa Mestrado em Geografia pela UNIFAL-MG atuando na área de predição de erodibilidade de solos e modelagem digital de imagens.

ANA IVANIA ALVES FONSECA

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Rio Claro/SP). Mestrado pela Universidade Federal de Uberlândia (2003), Especialização em Mídias na Educação (2012) Universidade Aberta do Brasil, especialização em Geografia Regional do Brasil pela Universidade Estadual de Montes Claros (2000), possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (1995). Professora da Universidade Estadual de Montes Claros - MG (UNIMONTES). Tem experiência em Geografia, atuando principalmente nas áreas de Região e Regionalização, Geografia Rural, História do Pensamento Geográfico, Geografia do Brasil, Geografia Cultural e Educação do Campo. Membro do Núcleo de Estudos Agrários do Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2009). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Geografia Rural -NEPGeR e pesquisadora de projeto do CNPq e FAPEMIG. Professora do Programa de Mestrado em Geografia PPGeo/ Unimontes.

ANA RUTE DO VALE

Graduada em Geografia, Mestre em Geografia e Doutora em Geografia, todos pela Unesp/Rio Claro. Atualmente é professora na UNIFAL-MG. Atua em pesquisas na área de Geografia Agrária, principalmente, nos temas: agricultura familiar, relações de gênero, agroecologia, educação do campo, bairro rural e relação campo-cidade.

ANDRÉ DE PAULA SILVA

Graduado em Geografia pela UNIFAL-MG, Mestrando em Geografia no Programa de pós-graduação em Geografia da UNIFAL-MG. Atuando nas áreas de ensino de Geografia e Políticas Curriculares. Atualmente atua como professor regente de aulas em escola pública no Estado de Minas Gerais.

BEATRIZ RENEIS LUIZ

Licenciada e mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). Desenvolve trabalhos no campo da Educação, sobretudo Educação de Jovens e Adultos, Educação Ambiental e novas práticas pedagógicas aplicadas ao ensino de Geografia. É professora de Geografia e História do ensino fundamental II e médio da rede particular de ensino.

CAIO FARIA DA CUNHA BARBOSA ADORNO

Graduado pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) em geografia bacharelado. Atualmente é aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Atua em pesquisas nas diversas áreas da geografia física com foco na análise geoambiental. Busca elaborar considerações a respeito da relação sociedade e natureza através da ótica geossistêmica.

CLARA RIBEIRO SILVA

Graduada em Geografia pela UNIFAL-MG. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), graduada em bacharel pela UNIFAL-MG. Atua em pesquisas nas áreas de geografia urbana, políticas habitacionais, organização comunitária e gênero.

CLARICE CASSAB

Graduada em Geografia pela UFRJ, mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ e doutora em Geografia pela UFF. Professora do Departamento de Geociências e do PPGEU da UFJF. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea). Atua em pesquisas nas áreas de juventudes e espaço, habitação e produção do espaço urbano.

CLIBSON ALVES DOS SANTOS

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Tocantins (1998), Mestrado (2001) e Doutorado (2007) na área de Geologia Ambiental e Conservação de Recursos Naturais pelo Departamento de Geologia da Universidade Federal de Ouro Preto. É professor associado na Universidade Federal de Alfenas-MG (Unifal-MG), atuando nos cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado), Ciências Biológicas (Bacharelado) e no Programa de Pós-graduando em Geografia. Realiza pesquisa nas áreas de Análise Geoambiental, Geotecnologias, WebGIS aplicados ao ensino de Geografia e informática aplicada ao Ensino.

CLÍMACO CÉSAR SIQUEIRA DIAS

Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1981), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (2002) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (2017). Atualmente é professor associado da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Geografia com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nas seguintes áreas: Produção do Espaço Urbano, Planejamento Urbano, Espaço Público, Metrôpole e Geografia Urbana.

DANIEL HIDEKI BANDO

Graduado em Geografia nas modalidades Bacharelado (2004) e Licenciatura (2005) pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Geografia pela USP (2008). Doutor em ciências pela Faculdade de Medicina da USP (2012). Trabalhou como técnico em saúde pública na Secretaria Municipal da Saúde de Guarulhos-SP (2012 a 2014). Professor do curso de Geografia, pelo Instituto de Ciências da Natureza (ICN), da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) desde 2014. Atua em pesquisas nas áreas de Geoprocessamento, Geografia da Saúde, Epidemiologia.

ESTEVAN COCA

Professor Adjunto A do Instituto de Ciências da Natureza (ICN) (curso de Geografia), da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), onde é coordenador do curso de Licenciatura em Geografia. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNIFAL-MG. É doutor em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Unesp, campus de Presidente Prudente-SP, com período sanduíche no Institute for Resources, Environment and Sustainability (IRES), da Faculty of Land & Food Systems - University of British Columbia (UBC), em Vancouver, no Canadá. É membro do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES), da Unifal-MG, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Unesp e da Rede DATALUTA Brasil. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: soberania alimentar/segurança alimentar, desenvolvimento territorial, reforma agrária, assentamentos rurais e políticas públicas.

FLAMARION DUTRA ALVES

Geógrafo e Mestre em Extensão Rural pela UFSM, Doutor em Geografia pela UNESP Rio Claro. Professor Associado na Universidade Federal de Alfenas - MG (UNIFAL-MG). Professor dos Programas de pós-graduação em Geografia na UNIFAL-MG e Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Líder do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais - GERES / UNIFAL-MG e Integrante da Rede de Estudos Agrários (REA). Atuando em pesquisas sobre a Relação campo-cidade, Geografia Agrária, História do Pensamento Geográfico e Geografia Cultural.

GIANCARLA SALAMONI

Graduada em Geografia-Bacharelado (UFSM), mestre e doutora em Geografia (UNESP/Rio Claro). Professora titular do Departamento de Geografia (UFPel), atuando nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA), onde desenvolve pesquisas na área dos estudos rurais, com ênfase nos temas relacionados à agricultura familiar, às políticas públicas e ao desenvolvimento rural.

GIL CARLOS SILVEIRA PORTO

Licenciatura, Bacharelado e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (1999, 2000 e 2005), Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014), com período-sanduiche na Universidade do Porto, Portugal. Atualmente é professor adjunto na Universidade Federal de Alfenas-MG (Unifal-MG), onde ministra aulas nos cursos de Geografia (Bacharelado e Licenciatura) e no Programa de Pós-graduação em Geografia. Realiza pesquisa nas áreas de Geografia Histórica, Feiras Livres e Uso Econômico do Território e Dinâmicas Populacionais, com ênfase em Migração e Refúgio.

GLAUCIONE RAIMUNDO

Graduada em Geografia e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, ambos pela UNIFAL-MG. Tem atuado em pesquisas na área da Geografia Agrária, sobretudo, nos temas: trabalho na cafeicultura sul-mineira, agricultura familiar e relações de gênero.

JHONATAN DA SILVA CORRÊA

Graduado em Geografia Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Alfenas-MG, mestrando em Geografia pela mesma instituição, integrante de grupo de pesquisa Grupo de Estudos Regionais Socioespaciais (GERES / UNIFAL-MG).

JORGE FERREIRA DOS SANTOS FILHO

Sindicalista e coordenador da ADERE-MG (Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais). Integrante da Diretoria da CUT-MG (Central única dos Trabalhadores de Minas Gerais).

JOSELI MARIA SILVA

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1988), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995), Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e Pós-doutorado em Geografia e Gênero na Universidade Complutense de Madrid (2008- Bolsista CAPES). Pós-Doutorado em Geografia e Sexualidades na University of Brighton (2015- Bolsista CAPES). Pós-doutorado em 2018 na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho em Presidente Prudente, desenvolvendo pesquisa sobre a interpretação decolonial sobre gênero e sexualidades na produção científica geográfica brasileira. É docente do Ensino Superior desde 1990. Atualmente é pesquisadora sênior da Universidade Estadual de Ponta Grossa, docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPG (Mestrado e Doutorado). Editora chefe da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero desde 2010. Desde 2003

coordena o Grupo de Estudos Territoriais e com trabalhos extensionistas participa da ONG Renascer direitos humanos LGBT desde 2006. É representante do Brasil na União Geográfica Internacional - Seção Gênero desde 2011 e é membro da Comissão de Coordenação da Rede Ibero-Latinoamericana de Geografia Gênero desde 2010. Bolsista PQ-2 CNPQ. Organizou 8 obras na área de Geografias Feministas e das Sexualidades no Brasil.

LORENA IZÁ PEREIRA

Geógrafa e professora de Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), onde desenvolve pesquisas relacionadas com a Rede DATALUTA, luta pela terra, conflitos territoriais, land grabbing, estrangeirização do território, geopolítica na América Latina, avanço da fronteira agrícola, Cerrado, movimentos socioterritoriais, resistências e soberania alimentar. Pesquisadora do Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Compõe a Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), ocupando o cargo de presidenta (2019-2020). Possui experiência em pesquisa qualitativa e na construção de banco de dados.

MARCELA ALVES FONSECA

Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - MG (UNIMONTES). Atuando no Laboratório de Geografia Econômica com o projeto Logística De Transportes E Comércio Internacional: Os Fluxos Das Exportações De Mercadorias No Estado De Minas Gerais e no Núcleo de Pesquisa em Geografia Rural -NEPGeR com o Projeto de Desenvolvimento do Rural sustentável no norte de Minas Gerais. Membro do Instituto Socioambiental Flores.

MARCELO DE OLIVEIRA LATUF

Graduado em Geografia nas modalidades Bacharelado (2003) e Licenciatura (2004) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (2007). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente (2011). Professor do curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia, UFBA (2009 a 2013). Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Oeste da Bahia, UFOB (2014 a 2015). Professor do curso de Geografia, pelo Instituto de Ciências da Natureza (ICN), da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) desde 2015. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIFAL-MG desde 2019. Atua em pesquisas nas áreas de Recursos Hídricos e Geotecnologias Aplicadas.

MARIA ADÉLIA APARECIDA DE SOUZA

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1962), Diploma de Estudos Superiores em Estudos Econômicos e Políticos sob orientação de Celso Furtado na Universidade de Paris (1967) e Doutorado em Geografia pela Universidade de Paris I (1975), orientada inicialmente por Pierre Monbeig e depois por Michel Rochefort. É professora titular aposentada da USP e tem experiência na área de Geografia com atuação nas seguintes áreas: Epistemologia da Geografia, Usos do Território Brasileiro em distintas escalas geográficas, Desigualdades e Perversidades Socioespaciais no Brasil, destacando-se os temas da Fome, do Sistema de Justiça, do Sistema Único de Saúde, do Sistema Eleitoral e da Formação Territorial Brasileira, envolvendo questões regionais, locais, urbanas e metropolitanas.

PAULO CICERO BORGES LOPES

Mestrado em Geografia em andamento pelo PPGE - Programa de Pós-Graduação na UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros/MG. Pós-Graduação Lato Sensu em Geoprocessamento em andamento pela UNYLEYA/DF. Possui graduação em Matemática pela UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros/MG (2004) e em Geografia pelo UNICESUMAR - Centro Universitário de Maringá/PR(2020). Servidor Público Federal do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - desde 2008, atuando em cargos de Gerente de Agência e Gerente de Pesquisas. Tem experiência na área de informática (processamento de dados), SIG, geoprocessamento, probabilidade e estatística, com conhecimento em estatística amostral aplicada a pesquisas geográficas, sociodemográficas e domiciliares.

PEDRO SOUSA SILVA DE PAULA RIBEIRO

Graduado em Engenharia Florestal. Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Analista Ambiental do estado de Minas Gerais. Atua em pesquisa na área de conservação e legislação ambiental.

ROBERTO MARQUES NETO

Bacharel, licenciado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (Rio Claro); pós-doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor permanente do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF; Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL.

RODRIGO JOSÉ PISANI

Graduado em Geografia pela UNESP (Licenciatura) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente (2002-2005). Nesse período desenvolveu pesquisas voltadas a coletas e análises morfológicas de solos além de mapeamentos semi-detalhados no laboratório de sedimentologia e análise de solos. Possui mestrado em Agronomia (Energia na Agricultura) na mesma instituição pela Faculdade de Ciências Agrônomicas campus de Botucatu (2007-2009) onde trabalhou com diagnóstico físico conservacionista em sua dissertação utilizando técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto. Possui doutorado em Geociências e Meio Ambiente pelo IGCE/UNESP campus de Rio Claro (2010-2014). Na ocasião desenvolveu pesquisa sobre modelagem espacial dinâmica com elaboração de cenários prospectivos de aporte de sedimentos em bacia hidrográfica. Atualmente é Professor Adjunto C1, coordenador do curso de Geografia Bacharelado, professor do programa de Pós Graduação em Geografia (mestrado) e Vice-Diretor do Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas, campus de Alfenas, MG. É membro do Grupo de Pesquisa em Geodinâmica de Bacias Hidrográficas GEOHIDRO e professor tutor da Geoativa-Jr, Empresa Júnior do curso de Geografia da Unifal-MG. Suas pesquisas estão voltadas a temática do Geoprocessamento, Sistemas de Informações Geográficas, Sensoriamento Remoto e Modelagem Espacial Dinâmica aplicados ao uso e cobertura da terra, séries multi temporais e estudos geográficos.

SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO

Graduada em Geografia Licenciatura pela UNESP/Rio Claro, Mestre em Geografia Humana pela FFLCH/USP. Doutora em Geografia Humana pela FFLCH/USP. Atualmente é professora da Universidade Federal de Alfenas. Atua em pesquisas nas áreas de ensino de geografia, política educacional, educação do campo e formação de professores.

SARAH LAWALL

Bacharela, Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, mestra e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, campus Nova Iguaçu.

SÉRGIO HENRIQUE DE OLIVEIRA TEIXEIRA

Doutor em Geografia pela Unicamp (2018), possui Mestrado em Geografia (2013), bacharelado em Geografia (2010) e licenciatura em Geografia (2010) também pela Unicamp. Pesquisador no Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial - GEOPLAN no IG/Unicamp, faz parte do grupo de pesquisa Círculos de Informações, Urbanização e território. Atua na área de geografia humana, com ênfase em Geografia Urbana, Planejamento Territorial e Geografia Econômica. Desenvolve pesquisas nos seguintes temas: planejamento territorial, geografia urbana, circuitos informacionais, empresas de consultoria, privatizações, concessões, conflitos urbanos e ensino de geografia. Atualmente é Professor Doutor EBTT do Curso de Licenciatura em Geografia e do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) no Campus Poços de Caldas-MG.

SÔNIA DE SOUZA MENDONÇA MENEZES

Professora Associada do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Doutorado, Mestrado e Licenciatura em Geografia - UFS. Realizou Estágio Pós-doutoral no PPGeo/Laboter/IESA na Universidade Federal de Goiás em 2019/2020. Atualmente é Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Geografia. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais-GRUPAM/UFS/CNPq. Integrante da Rede de Estudos Agrários- REA (UNESP-Rio Claro-SP; UNIFAL-Alfenas-MG; UNIMONTES- Montes Claros-MG; UFS- Sergipe-SE). Coordena pesquisas relacionadas aos estudos sobre a produção, circulação e consumo de alimentos, SIAL-Sistema Agroalimentar Localizados; Soberania Alimentar e Geografia Cultural. Atualmente coordena o Projeto PROMOB: Análise das novas territorialidades no espaço rural nos estados de Sergipe, Minas Gerais e Goiás financiado pelo Edital CAPES/FAPITEC N° 10/2016 - PROMOB.

TAMIRES REGINA AGUIAR DE OLIVEIRA CESAR

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Gestão do Território (2015 -UEPG) e graduada em Geografia Bacharelado pela mesma universidade em 2012 e realizando Geografia Licenciatura no Centro Universitário Internacional (UNINTER). Em suas pesquisas desenvolvidas, trabalha com a Epistemologia da Geografia Brasileira, assim como desenvolve reflexões nos estudos relacionados a gênero e produção científica geográfica brasileira. Possui experiência em Plataforma AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem. Atuou como professora formadora em disciplinas de Geografia Licenciatura EaD (UEPG) e também trabalhou como docente na Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

THAYS ALEXANDRE SALLES

Graduada em Pedagogia e Mestra em Educação ambos pela Universidade Federal de Alfenas. Pós Graduada em Ensino de Filosofia no Ensino Médio pela Universidade Federal de São João Del Rei. Professora concursada da Rede Municipal de Ensino de Alfenas. Atualmente atua como Secretária Executiva da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas. Atua em pesquisas com ênfase nas seguintes áreas: Gestão Democrática Dialógica; Leitura Dialógica; Comunidades de Aprendizagem.

VAGNER ANDRÉ MORAIS PINTO

Licenciado em Geografia (2015) e Mestre em Gestão do Território - área Sociedade e Natureza (2017), ambos pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Também é Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (2017) pela Faculdade de Pinhais. Possui experiência no ensino de Geociências e na pesquisa de temáticas abrangendo Geografia, Epistemologia e Relações Sociais e Institucionais.

